

STEVEN PINKER

Do que é feito o pensamento

A língua como janela para a natureza humana

Tradução

Fernanda Ravagnani

1ª reimpressão





Título original

The stuff of thought — Language as a window into human nature

Capa

Fabio Uehara sobre projeto de Jaya Miceli

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Valquiria Della Pozza

Roberta Vaiano

Mariana Fusco Varella

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pinker, Steven

Do que é feito o pensamento : a língua como janela para a natureza humana / Steven Pinker ; tradução Fernanda Ravagnani.
— 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

Título original : The stuff of thought : language as a window into human nature.

ISBN 978-85-359-1302-6

1. Filosofia da mente 2. Linguagem — Filosofia 3. Pensamento
I. Título

08-08226

CDD-041

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguagem : Filosofia	401
2. Linguagem : Teoria	401

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707 3500

Fax: (11) 3707 3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Para Rebecca

Sumário

<i>Prefácio</i>	9
1. Palavras e mundos	13
2. Toca do coelho adentro	40
3. Cinquenta mil conceitos inatos (e outras teorias radicais sobre linguagem e pensamento)	III
4. Cortando os ares	179
5. A metáfora da metáfora	271
6. O que há num nome?	320
7. As sete palavras que não podem ser ditas na televisão	368
8. Os jogos que as pessoas fazem	425
9. Fugindo da caverna	481
<i>Notas</i>	497
<i>Referências</i>	518
<i>Índice remissivo</i>	545

Prefácio

Há uma teoria de espaço e tempo embutida na maneira como usamos as palavras. Há também uma teoria da matéria e uma teoria da causalidade. Nossa linguagem possui um modelo de sexo (na verdade, dois modelos), e concepções de intimidade, de poder, de justiça. Divindade, degradação e perigo também estão impregnados em nossa língua materna, junto com uma concepção de bem-estar e uma filosofia de livre-arbítrio. Essas concepções variam em seus detalhes de idioma para idioma, mas no geral sua lógica é a mesma. Elas resultam em um modelo singularmente humano de realidade, que difere fundamentalmente da compreensão objetiva da realidade conquistada a duras penas por nossa melhor ciência e nossa melhor lógica. Embora essas idéias estejam entremeadas na linguagem, suas raízes são mais profundas que a própria linguagem. Elas estabelecem as regras da forma como entendemos nosso ambiente, como distribuimos crédito e culpa a nossos iguais, e como negociamos nossos relacionamentos com eles. Um olhar mais detido em nosso discurso — nossas conversas, nossas piadas, nossos palavrões, nossas disputas judiciais, os nomes que damos a nossos bebês — dá-nos, portanto, indicações sobre quem somos.

Essa é a premissa do livro que você tem nas mãos, o terceiro de uma trilogia escrita para um amplo público de leitores interessados na linguagem e na mente. O primeiro, *O instinto da linguagem*, era uma visão geral da faculdade da lingua-

gem: tudo que você sempre quis saber sobre a linguagem mas tinha medo de perguntar. A linguagem é um meio de ligar som e significado, e os outros dois livros são voltados para cada uma dessas esferas. *Words and rules* [Palavras e regras] tratava das unidades da linguagem, como elas são armazenadas na memória e como são organizadas no vasto número de combinações que dão à linguagem seu poder de expressão. *Do que é feito o pensamento* é sobre o outro lado da ligação, o significado. Entre seus objetos estão os significados das palavras e das construções e a forma como a linguagem é usada no cenário social, tópicos que os lingüistas chamam de semântica e pragmática.

Ao mesmo tempo, este volume encerra uma outra trilogia: três livros sobre a natureza humana. *Como a mente funciona* tentou fazer a engenharia inversa da psique sob a luz da ciência cognitiva e da psicologia evolutiva. *Tábula rasa* explorou o conceito de natureza humana e suas nuances moral, emocional e política. Este aborda o tema de mais uma maneira: o que podemos aprender sobre nossa constituição a partir do modo como as pessoas colocam seus pensamentos e sentimentos em palavras.

Assim como em meus outros livros sobre a linguagem, os primeiros capítulos às vezes mergulham em temas técnicos. Mas me esforcei para deixá-los transparentes, e estou confiante em que o assunto deste livro conquistará qualquer pessoa interessada naquilo que nos move. A língua está entremeada na vida humana. Nós a usamos para informar e convencer, mas também para ameaçar, para seduzir e, é claro, para xingar. Ela reflete a forma como apreendemos a realidade, e também a imagem de nós mesmos que tentamos projetar para os outros, e os laços que nos unem a eles. É, espero convencê-lo, uma janela para a natureza humana.

Enquanto escrevia este livro, contei com os conselhos e o apoio de muita gente, a começar por meus editores, Wendy Wolf, Stefan McGrath e Will Goodlad, e meu agente, John Brockman. Beneficiei-me imensamente da sabedoria dos leitores generosos que revisaram o original inteiro — Rebecca Newberger Goldstein, David Haig, David Kemmerer, Roslyn Pinker e Barbara Spellman — e dos especialistas que fizeram comentários em suas respectivas áreas: Linda Abarbanel, Ned Block, Paul Bloom, Kate Burridge, Herbert Clark, Alan Dershowitz, Bruce Fraser, Marc Hauser, Ray Jackendoff, James Lee, Beth Levin, Peggy Li, Charles Parsons, James Pustejovsky, Lisa Randall, Harvey Silverglate, Alison Simmons, Donald Symons, J. D. Trout, Michael Ullman, Edda Weigand e Phillip

Wolff. Sou grato, também, a quem respondeu a minhas perguntas e deu sugestões: Max Bazerman, Iris Berent, Joan Bresnan, Daniel Casasanto, Susan Carey, Genaro Chierchia, Helena Cronin, Matt Denio, Daniel Donoghue, Nicholas Epley, Michael Faber, David Feinberg, Daniel Fessler, Alan Fiske, Daniel Gilbert, Lila Gleitman, Douglas Jones, Marcy Kahan, Robert Kurzban, Gary Marcus, George Miller, Martin Nowak, Anna Papafragou, Geoffrey Pullum, S. Abbas Raza, Laurie Santos, Anne Senghas, G. Richard Tucker, Daniel Wegner, Caroline Whiting e Angela Yu. Este é o sexto livro meu que Katya Rice aceitou editar, e como os outros ele se beneficiou do estilo, da precisão e da curiosidade dela.

Agradeço a Ilavenil Subbiah os muitos exemplos de fenômenos semânticos sutis que ela registrou no discurso do dia-a-dia, as ilustrações dos capítulos e muito mais. Obrigado também a meus pais, Harry e Roslyn, e a minha família: Susan, Martin, Eva, Carl, Eric, Rob, Kris, Jack, David, Yael, Gabe e Danielle. Acima de tudo, agradeço a Rebecca Newberger Goldstein, minha *bashert*,* a quem este livro é dedicado.

A pesquisa para este livro foi financiada pela bolsa HD-18381 dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH) e pela Cátedra da Família Johnstone da Universidade Harvard.

* *Bashert*: “destinada”, em iídiche. (N. T.)

I. Palavras e mundos

No dia 11 de setembro de 2001, às 8h46, um avião seqüestrado chocou-se com a torre norte do World Trade Center em Nova York. Às 9h03, um segundo avião chocou-se com a torre sul. O inferno de chamas resultante fez com que os prédios desmoronassem, a torre sul depois de queimar por uma hora e dois minutos, a torre norte 23 minutos após o primeiro desabamento. Os ataques foram planejados por Osama bin Laden, líder da organização terrorista Al-Qaeda, que queria intimidar os Estados Unidos e forçá-los a pôr fim à sua presença militar na Arábia Saudita e ao apoio a Israel, e unir os muçulmanos nos preparativos para a retomada do califado.

O 11 de setembro, como os acontecimentos daquele dia são hoje chamados, destaca-se como o fato político e intelectual mais significativo do século XXI até agora. Deflagrou debates sobre uma grande variedade de temas: qual a melhor maneira de homenagear os mortos e revitalizar a *lower* Manhattan; se os ataques estão enraizados num fundamentalismo islâmico antigo ou numa agitação revolucionária moderna; o papel dos Estados Unidos no cenário mundial antes dos ataques e em resposta a eles; como equilibrar da melhor maneira possível a proteção contra o terrorismo e o respeito às liberdades civis.

Mas eu gostaria de explorar um debate menos conhecido desencadeado pelo

11 de setembro. Exatamente quantos *events* [fatos]* aconteceram em Nova York naquela manhã de setembro?

Pode-se argumentar que a resposta é um. Os ataques contra os prédios faziam parte de um único plano concebido na cabeça de um homem a serviço de uma agenda só. Eles se desenrolaram com um espaço de alguns minutos e alguns metros entre si, tendo como alvo partes de um complexo que tinha um único nome, um único design e um único dono. E deflagraram uma cadeia única de acontecimentos militares e políticos após sua ocorrência.

Ou é possível argumentar que a resposta é dois. A torre norte e a torre sul eram conjuntos distintos de vidro e aço separados por uma extensão de espaço, foram atingidas em momentos diferentes e deixaram de existir em momentos diferentes. O vídeo amador que mostrou o segundo avião se aproximando da torre sul enquanto a torre norte desprendia nuvens de fumaça torna a dualidade inequívoca: naqueles momentos aterrorizantes, um fato estava congelado no passado, e o outro agigantava-se no futuro. Um outro episódio naquele dia — um motim de passageiros que derrubou um terceiro avião seqüestrado antes que ele atingisse seu alvo em Washington — apresenta à imaginação a possibilidade de que uma ou outra torre pudesse ter sido poupada. Em cada um desses mundos possíveis um fato distinto aconteceu, portanto, em nosso mundo *real*, pode-se argumentar, deve haver um par de eventos, com a mesma certeza que um mais um é igual a dois.

A gravidade do 11 de setembro parece tornar toda essa discussão frívola, chegando à insolência. É uma questão de mera “semântica”, como dizemos, com sua implicação de procurar pêlo em ovo, de discutir o número de anjos que podem dançar na cabeça de um alfinete. Mas este livro é sobre semântica, e eu não pediria sua atenção se não achasse que a relação da língua com nossos mundos interior e exterior é uma questão que tem fascínio intelectual e importância no mundo real.

Embora “importância” freqüentemente seja uma coisa difícil de quantificar, nesse caso posso dar um valor exato a ela: 3,5 bilhões de dólares. Esse foi o montante em disputa numa série de julgamentos para determinar o pagamento de

* Como o autor usa a língua inglesa como ponto de referência para os exemplos, sempre que a discussão se referir à língua os termos aparecerão no original em inglês, seguidos de uma tradução entre colchetes. O objetivo dessa tradução entre colchetes será acima de tudo semântico, sem necessariamente reproduzir o fenômeno lingüístico que estiver sendo descrito. Portanto, a estrutura da frase pode ser modificada de forma a mantê-la gramatical, caso o autor esteja usando um exemplo gramatical. (N. T.)

seguro a Larry Silverstein, o arrendatário do terreno do World Trade Center. Silverstein tinha apólices de seguro que estipulavam um reembolso máximo para cada “evento” destrutivo. Se o 11 de setembro se constituísse de um único fato, ele receberia 3,5 bilhões de dólares. Se se constituísse de dois fatos, ele receberia 7 bilhões de dólares. Nos julgamentos, os advogados disputaram o sentido aplicável do termo *event*. Os advogados do arrendatário o definiram em termos físicos (dois desabamentos); os das seguradoras o definiram em termos mentais (uma trama). A semântica não tem nada de “mera”!

Nem o tema é intelectualmente insignificante. O debate sobre a cardinalidade do 11 de setembro não é sobre os fatos, ou seja, os eventos físicos e as ações humanas que aconteceram naquele dia. É verdade que essas coisas também poderiam ter sido questionadas: segundo várias teorias da conspiração, os prédios foram atingidos por mísseis americanos, ou demolidos por uma implosão controlada, numa trama concebida por neoconservadores norte-americanos, espões israelenses ou uma quadrilha de psiquiatras. Mas, tirando os esquisitos de plantão, a maioria das pessoas concorda com os fatos. Onde elas divergem é na *interpretação* desses fatos: como o torvelinho da matéria no espaço deve ser concebido pela mente humana. Como veremos, as categorias dessa disputa permeiam os significados das palavras em nossa língua, porque permeiam a forma como representamos a realidade em nossa cabeça.

A semântica trata da relação das palavras com os pensamentos, mas também da relação das palavras com outras questões humanas. A semântica trata da relação das palavras com a realidade — o modo como os falantes se comprometem com uma compreensão comum da verdade, e o modo como seus pensamentos são ancorados em coisas e situações no mundo. Trata da relação das palavras com uma comunidade — como uma palavra nova, que surge num ato de criação por parte de um único falante, passa a evocar a mesma idéia no resto da população, de forma que as pessoas se entendam umas às outras quando a usam. Trata da relação das palavras com as emoções: o modo como as palavras não só indicam coisas, mas estão saturadas de sentimentos, que dotam as palavras de uma idéia de magia, tabu e pecado. E trata das palavras e das relações sociais — como as pessoas usam a linguagem não só para transferir idéias de cabeça para cabeça, mas para negociar o tipo de relacionamento que querem manter com seu parceiro de conversa.

Uma característica da mente que encontraremos várias vezes nestas páginas é que mesmo nossos conceitos mais abstratos são compreendidos em termos de

cenários concretos. Isso se aplica com força total ao tema que é objeto do próprio livro. Neste capítulo introdutório farei uma prévia de alguns dos tópicos do livro com vinhetas de jornais e da internet que só podem ser entendidas pela lente da semântica. Elas vêm de cada um dos mundos que se conectam às nossas palavras — os mundos do pensamento, da realidade, da comunidade, das emoções e das relações sociais.

PALAVRAS E PENSAMENTOS

Tomemos o pomo da discórdia do debate semântico mais caro do mundo, a discussão de 3,5 bilhões de dólares sobre o significado de “event”. O que, exatamente, é um evento, um fato? Um evento é um período de tempo, e o tempo, segundo os físicos, é uma variável contínua — um fluxo cósmico inexorável, no mundo de Newton, ou uma quarta dimensão no hiperespaço contínuo, no de Einstein. Mas a mente humana esculpe esse tecido em pedaços independentes a que chamamos *events*. Onde a mente coloca as incisões? Às vezes, como ressaltaram os advogados do arrendatário do World Trade Center, o corte engloba a mudança de estado de um objeto, como o desabamento de um prédio. E às vezes, como ressaltaram os advogados das seguradoras, ele engloba o objetivo de um agente humano, como uma trama sendo executada. Na maioria das vezes, os círculos coincidem: um agente pretende fazer com que um objeto mude, a intenção do agente e o destino do objeto são acompanhados numa única linha temporal, e o momento da mudança marca a consumação da intenção.

O conteúdo conceitual por trás da linguagem em disputa é, por si só, como uma língua (idéia que ampliarei nos capítulos 2 e 3). Representa uma realidade análoga por unidades digitais, do tamanho de palavras (como “event”), e as combina em organizações com uma estrutura sintática, em vez de misturá-las como trapos dentro de um saco. É essencial para nossa compreensão do 11 de setembro, por exemplo, não apenas que Bin Laden tenha agido para prejudicar os Estados Unidos, e que o World Trade Center tenha sido destruído mais ou menos naquela época, mas que foi o ato de Bin Laden que *causou* a destruição. É a ligação causal entre a intenção de um homem específico e a mudança em um objeto específico que distingue a compreensão mais disseminada do 11 de setembro das teorias da conspiração. Linguistas chamam o conjunto de conceitos e os esquemas

que os combinam de “semântica conceitual”.¹ A semântica conceitual — a linguagem do pensamento — tem de ser diferente da linguagem em si, senão não teríamos para onde ir quando discutíssemos o que nossas palavras significam.

O fato de que interpretações rivais de um mesmo episódio possam desencadear um processo judicial extravagante evidencia que a natureza da realidade não dita a forma como a realidade é representada na cabeça das pessoas. A linguagem do pensamento nos permite enquadrar uma situação de maneiras diferentes e incompatíveis entre si. O desenrolar da história da manhã de 11 de setembro em Nova York pode ser pensado como um fato ou dois fatos, dependendo de como o descrevemos mentalmente para nós mesmos, o que por sua vez depende de no que escolhemos nos concentrar e o que escolhemos ignorar. E a capacidade de enquadrar um fato de formas auto-excludentes não é só motivo para ir aos tribunais, mas também é a fonte da riqueza da vida intelectual humana. Como veremos, ela proporciona o material para a criatividade científica e literária, para o humor e os trocadilhos, e para os dramas da vida social. E arma o cenário para inúmeras arenas de disputa humana. As pesquisas com células-tronco destroem uma bola de células ou um ser humano incipiente? A incursão militar norte-americana no Iraque é um caso de invasão de um país ou de libertação de um país? O aborto consiste em encerrar uma gravidez ou em matar uma criança? Impostos altos são uma forma de redistribuir a renda ou de confiscar receita? A medicina socializada é um programa para proteger a saúde dos cidadãos ou para expandir o poder do governo? Em todos esses debates, duas formas de enquadrar um fato são colocadas uma contra a outra, e os contendores lutam para mostrar que seu enquadramento é o mais adequado (critério que exploraremos no capítulo 5). Na última década, linguistas proeminentes vêm orientando os democratas norte-americanos sobre como o Partido Republicano conseguiu, mais do que eles, fazer esse enquadramento nas últimas eleições, e sobre como eles podem retomar o controle da semântica do debate político, reenquadrando, por exemplo, *taxes* [impostos] como *membership fees* [anuidades/mensalidades] e *activist judges* [juízes ativistas] como *freedom judges* [juízes pela liberdade].²

O debate sobre a cardinalidade do 11 de setembro ressalta um outro fato curioso sobre a linguagem do pensamento. Quando reflete sobre como contar os eventos daquele dia, pede que os trate como objetos que podem ser contabilizados, como uma pilha de fichas de pôquer. O debate sobre se houve um fato ou dois em Nova York naquele dia é como uma discussão sobre se há um item ou dois num

caixa rápido de supermercado, como um par de tabletes de manteiga tirados de uma caixa de quatro, ou um par de toranjas vendidas a duas por um dólar. A semelhança na ambigüidade entre contabilizar objetos e contabilizar fatos é uma das muitas maneiras pelas quais o espaço e o tempo são tratados de modo equivalente na mente humana, bem antes de Einstein descrevê-los como equivalentes na realidade.

Como veremos no capítulo 4, a mente classifica a matéria em coisas individuais (como *a sausage* [uma lingüiça]) e em matéria contínua (como *meat* [carne]), e do mesmo jeito classifica o tempo em fatos individuais (como *to cross the street* [atravessar a rua]) e em atividades contínuas (como *to stroll* [passar]). Tanto com o espaço como com o tempo, o mesmo zoom mental que nos permite contar objetos ou eventos também nos permite ver ainda mais de perto do que cada um é feito. No espaço, podemos nos concentrar na composição material de um objeto (como quando dizemos *I got sausage all over my shirt* [Tenho lingüiça na minha blusa inteira]); no tempo, podemos nos concentrar numa atividade que compõe um evento (como quando dizemos *She was crossing the street* [Ela estava atravessando a rua]). Esse zoom cognitivo também permite que nos afastemos no espaço e vejamos uma coleção de objetos como um conjunto (como na diferença entre *a pebble* [um seixo] e *gravel* [cascalho]), e que nos afastemos no tempo e vejamos uma coleção de eventos como uma iteração (como na diferença entre *hit the nail* [bater num prego] e *pound the nail* [martelar um prego]). E no tempo, assim como no espaço, mentalmente colocamos uma entidade num certo local e então a movimentamos: podemos *move a meeting from 3:00 to 4:00* [transferir uma reunião das 15h para as 16h] da mesma maneira como podemos *move a car* [mover um carro] do começo até o fim de um quarteirão. Por falar em *fim*, até algumas das minúcias de nossa geometria mental se transportam do espaço para o tempo. O *end of a string* [a ponta / o fim de um cordão] é tecnicamente um ponto, mas podemos dizer *Herb cut off the end off the string* [Herb cortou fora a ponta / o fim do cordão], mostrando que o fim pode ser interpretado incluindo um penduricalho de matéria adjacente a ele. O mesmo acontece com o tempo: o *end of a lecture* [fim de uma palestra] é tecnicamente um instante, mas podemos dizer *I'm going to give the end of my lecture now* [Vou fazer agora o fim / a conclusão de minha palestra], interpretando o encerramento de um evento incluindo um pequeno período de tempo adjacente a ele.³

Como veremos, a língua está repleta de metáforas implícitas como FATOS SÃO OBJETOS e TEMPO É ESPAÇO. O espaço, na verdade, revela-se um veículo conceitual

não apenas para o tempo, mas para vários tipos de estados e circunstâncias. Assim como uma reunião pode *move from 3:00 to 4:00* [mudar das 15h para as 16h], um semáforo pode *go from green to red* [ir/passar do verde para o vermelho], uma pessoa pode *go from flipping burgers to running a corporation* [ir/passar de balconista de lanchonete a diretor de empresa], e a economia pode *go from bad to worse* [ir de mal a pior]. A metáfora está tão disseminada na língua que é difícil encontrar expressões para idéias abstratas que *não* sejam metafóricas. O que a concretude da linguagem diz sobre o pensamento humano? Ela implica que mesmo nossos conceitos mais etéreos são representados na mente como pedaços de matéria que mudamos de lugar num palco mental? Ela indica que afirmações rivais sobre o mundo nunca podem ser verdadeiras ou falsas, mas apenas metáforas excludentes entre si que enquadram a situação de modos diferentes? Essas são as obsessões do capítulo 5.

PALAVRAS E REALIDADE

O período que se seguiu ao 11 de setembro deflagrou um outro debate semântico, que tem conseqüências ainda mais graves que os bilhões de dólares em jogo na maneira como fazemos a contabilidade dos fatos daquele dia. Ele envolve uma guerra que custou bem mais dinheiro e vidas que o próprio 11 de setembro e que pode afetar o curso da história pelo resto do século. O debate apóia-se no significado de um outro grupo de palavras — dezesseis delas, para ser exato:

The British government has learned that Saddam Hussein recently sought significant quantities of uranium from Africa.

[O governo britânico ficou sabendo que Saddam Hussein recentemente buscou quantidades significativas de urânio na África.]

A frase fez parte do discurso do Estado da União de George W. Bush em janeiro de 2003. Ela se referia a informações da inteligência que sugeriam que Saddam Hussein teria tentado comprar quinhentas toneladas de um tipo de concentrado de urânio de fontes em Níger, na África Ocidental. Para muitos americanos e britânicos, a possibilidade de Saddam estar produzindo armas nucleares era a única razão defensável para invadir o Iraque e depor Saddam. Os Estados Unidos

lideraram a invasão em março daquele ano, a iniciativa de política externa norteamericana mais rejeitada desde a guerra no Vietnã. Durante a ocupação, ficou claro que Saddam não tinha instalações em funcionamento para produzir armas nucleares, e provavelmente jamais explorara a possibilidade de comprar concentrado de urânio de Níger. Nas palavras dos cartazes e das manchetes no mundo inteiro, “Bush mentiu”.

Mentiu? A resposta não é tão direta quanto os partidários de ambos os lados podem achar. Investigações do Parlamento britânico e do Senado dos Estados Unidos estabeleceram que a inteligência britânica realmente acreditava que Saddam estava tentando comprar concentrado de urânio. Elas mostraram que as evidências para a convicção das autoridades da inteligência britânica na época não eram de todo absurdas, mas estavam longe de ser conclusivas. E revelaram que os especialistas da inteligência americana tinham dúvidas sobre a veracidade das informações. Levando esses fatos em conta, como devemos determinar se Bush mentiu? Não é uma questão de saber se ele foi insensato de acreditar na inteligência britânica ou se assumiu um risco calculado baseado numa informação incerta. É uma questão de saber se ele foi desonesto ao descrever ao mundo essa parte de suas razões para a invasão. E essa questão apóia-se na semântica de uma das dezesseis palavras, o verbo *learn* [ficar sabendo / aprender].⁴

Learn é o que os linguistas chamam de um verbo factivo; ele implica que a crença atribuída ao sujeito é verdadeira. Sob esse aspecto, ele é semelhante ao verbo *know* [saber] e diferente do verbo *think* [achar / pensar]. Digamos que eu tenha um amigo, Mitch, que ache erroneamente que Thomas Dewey derrotou Harry Truman na eleição presidencial de 1948. Eu poderia dizer, de modo correto, *Mitch thinks that Dewey defeated Truman* [Mitch acha que Dewey derrotou Truman], mas não poderia dizer *Mitch knows that Dewey defeated Truman* [Mitch sabe que Dewey derrotou Truman], porque Dewey, na verdade, não derrotou Truman. Mitch pode achar que derrotou, mas você e eu sabemos que não. Pelo mesmo motivo, eu não poderia dizer com honestidade que Mitch *admitted* [admitiu], *discovered* [descobriu], *observed* [observou], *remembered* [lembrou], *showed* [mostrou] ou, em especial, *learned* [ficou sabendo] que Dewey derrotou Truman. O verbo *learn* é factivo; significa “adquirir informação verdadeira”. Existe, é verdade, um outro sentido de *learn*, mais ou menos “aprender”, que não é factivo; posso dizer *When I was in graduate school, we learned that there were four kinds of taste buds* [Quando eu estava na pós-graduação, aprendemos que havia quatro tipos de papi-

las gustativas], mas agora sei, graças a uma descoberta recente, que existem cinco. Mas o sentido mais comum do verbo, especialmente no tempo verbal perfeito, com *have*, é factivo; significa “adquirir informação verdadeira”.

As pessoas, portanto, são “realistas” no sentido dos filósofos. Têm um comprometimento tácito, no uso cotidiano da linguagem, com o fato de certas afirmações *serem* verdadeiras ou falsas, independentemente de a pessoa em discussão *acreditar* ou não que elas sejam verdadeiras ou falsas. Os verbos factivos implicam uma coisa que o falante vê como verdade indiscutível, não apenas algo em que acredite muito: não é uma contradição dizer *I’m very, very confident that Oswald shot Kennedy, but I don’t know that he did* [Tenho enorme convicção de que Oswald atirou em Kennedy, mas não sei se ele atirou]. Por esse motivo, os verbos factivos têm algo de paradoxal. Ninguém tem certeza sobre a verdade, e a maioria de nós sabe que jamais poderemos ter certeza, mas mesmo assim usamos verbos factivos como *know*, *learn* e *remember* com sinceridade o tempo todo. Precisamos ter uma intuição sobre um grau de certeza que seja tão alto, e tão validado pelos padrões que temos em comum com nosso público, que possamos atestar a certeza de uma crença específica, embora sabendo que em geral (mas presumivelmente não nessa ocasião) possamos estar enganados no que dizemos. Mark Twain explorou a semântica dos verbos factivos quando escreveu: “O problema do mundo não é que as pessoas sabem pouco, mas que sabem muitas coisas que não são”.⁵ (Dizem também que ele escreveu: “Quando eu era mais novo, conseguia lembrar qualquer coisa, tivesse acontecido ou não; mas minhas faculdades estão em decadência agora, e logo [...] lembrarei [apenas] as coisas que jamais aconteceram”).

Então, Bush mentiu ou não? Dá para defender que sim. Quando Bush disse que o governo britânico tinha “learned” [ficado sabendo] que Saddam havia ido atrás de urânio, estava se comprometendo com a afirmação de que a busca pelo urânio *realmente* acontecera, não que o governo britânico *acreditava* que tivesse acontecido. Se ele tinha motivos para ter dúvidas naquela época — e a comunidade da inteligência americana tinha deixado seu ceticismo claro para o governo —, as dezesseis palavras continham mesmo uma inverdade sabida. O secretário da Defesa Donald Rumsfeld, falando a favor de Bush, disse que a declaração era “tecnicamente precisa”, e a conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, acrescentou que “os britânicos disseram aquilo”. Mas note a mudança nos verbos: Bush não declarou que os britânicos haviam *dito* que Saddam buscara concentrado de urânio, o que seria verdade, independentemente do que Saddam tivesse feito;

ele declarou que eles tinham *learned* [ficado sabendo] aquilo, o que só podia ser verdade se Saddam tivesse mesmo ido às compras. É à lógica da factividade, assim, que os opositores de Bush implicitamente apelam quando o acusam de mentir.

Mentir é uma ofensa passível de impeachment para um presidente, sobretudo quando se trata do *casus belli* de uma guerra terrível. Será que a semântica tem mesmo conseqüências tão grandes na história política? É plausível que o destino de um presidente americano dependa das minúcias de um verbo? Retornaremos a essa pergunta no capítulo 4, onde veremos que isso depende do sentido da palavra *is*.

As palavras estão atadas à realidade quando seus significados dependem, como os verbos factivos, do compromisso do falante com a verdade. Mas há uma maneira de as palavras estarem atadas ainda mais diretamente à realidade. Elas não são apenas fatos sobre o mundo armazenados na cabeça de uma pessoa, mas estão entrelaçadas no tecido causal do próprio mundo.

É certo que o significado de uma palavra depende de *alguma coisa* dentro da nossa cabeça. Outro dia cruzei com a palavra *sidereal* [sideral] e tive de perguntar a um amigo letrado o que ela significava. Agora sou capaz de entendê-la e usá-la quando o amigo não está por perto (significa “que pertence às estrelas”, como em *a sidereal day* [um dia sideral], o tempo que leva para a Terra fazer uma revolução completa em relação a uma estrela). Alguma coisa no meu cérebro tem de ter mudado no momento em que aprendi a palavra, e algum dia os neurocientistas da cognição talvez saibam nos dizer que mudança é essa. É claro que na maioria das vezes não aprendemos uma palavra pesquisando seu significado ou pedindo a alguém que a defina, mas ao ouvi-la dentro de um contexto. Mas, seja como uma palavra for aprendida, ela tem de deixar alguma marca no cérebro. O significado de uma palavra, portanto, parece consistir em informação armazenada na cabeça das pessoas que conhecem a palavra: os conceitos elementares que a definem e, para uma palavra concreta, a imagem daquilo a que ela se refere.

Mas, como veremos no capítulo 6, uma palavra tem de ser mais que uma definição e uma imagem compartilhadas. O jeito mais fácil de descobrir isso é pensar na semântica dos nomes.⁶ Qual é o significado de um nome, como *William Shakespeare*? Se você fosse olhar no dicionário, encontraria algo parecido com isso:

Shakespeare, William (1564-1616), s.: Poeta e dramaturgo inglês considerado um dos

maiores escritores da língua inglesa. Entre suas peças, muitas delas representadas no Globe Theatre, em Londres, estão obras históricas, como *Ricardo III*, comédias, como *Muito barulho por nada* e *Como gostais*, e tragédias, como *Hamlet*, *Otelo* e *Rei Lear*. Também compôs 154 sonetos. [Sin.: Shakespeare, Shakspeare, William Shakspeare, o bardo]

E a definição normalmente estaria acompanhada da famosa ilustração de um homem meio careca, de olhos inocentes, com um bigode muito fino e uma gola enorme. É de imaginar que isso não esteja muito distante de seu conhecimento sobre o nome.

Mas é isso que *William Shakespeare* realmente significa? Os historiadores concordam que houve um homem chamado William Shakespeare que viveu em Stratford-on-Avon e Londres no final do século XVI e início do século XVII. Mas há 250 anos persistem dúvidas sobre se esse homem escreveu as peças que atribuímos a ele. Isso pode soar como a teoria de que a CIA implodiu o World Trade Center, mas foi levado a sério por Walt Whitman, Mark Twain, Henry James e muitos intelectuais modernos, e baseia-se em vários fatos incriminadores. As peças de Shakespeare não foram publicadas enquanto ele era vivo, e naquela época não se registrava a autoria com tanto cuidado quanto hoje. O homem era relativamente pouco instruído, nunca viajava, teve filhos pouco letrados, era conhecido em sua cidade natal como um negociante, não recebeu encômios quando morreu e não deixou livros nem manuscritos em seu testamento. Nem os retratos famosos foram pintados enquanto ele estava vivo, e não temos motivos para crer que eles se parecessem realmente com o homem concreto. Como escrever peças era uma ocupação malvista naquela época, o autor real, identificado, por várias teorias, como Francis Bacon, Edward de Vere, Christopher Marlowe e até a rainha Elizabeth, pode ter preferido manter sua identidade em segredo.

Minha intenção não é convencê-lo de que William Shakespeare não foi o grande poeta e dramaturgo inglês que escreveu *Hamlet*, *Como gostais* e 154 sonetos. (Os principais acadêmicos dizem que foi, e acredito neles.) Minha intenção é fazê-lo pensar na possibilidade de que não tenha sido ele, e entender as implicações para a idéia de que o significado das palavras está em nossa cabeça. A título de argumentação, imagine que dados científicos comprovassem, sem sombra de dúvida, que a obra de Shakespeare foi escrita por outra pessoa. Se o significado de *William Shakespeare* fosse parecido com a entrada do dicionário armazenada na sua cabeça, teríamos que concluir que ou o significado do termo *William Shakespeare* havia mudado

ou que o autor real de *Hamlet* deveria ser postumamente batizado William Shakespeare, embora ninguém o conhecesse por esse nome enquanto viveu. (Também teríamos de dar um dez para o infeliz aluno que escreveu numa prova: “As peças de Shakespeare foram escritas por William Shakespeare ou por outro homem com esse nome”.) Na verdade, é até pior. Não poderíamos perguntar “Shakespeare escreveu *Hamlet*?”, porque ele escreveu por definição. Seria como perguntar “Um solteiro é descasado?”, ou “Quem está enterrado no Túmulo de Grant?”, ou “Quem cantou ‘Hey, hey, we’re the Monkees?’”. E a conclusão, “William Shakespeare na realidade não escreveu *Hamlet*”, seria uma contradição em si mesma.

Mas essas implicações são bizarras. Na verdade, *estamos* falando de forma sensata quando perguntamos se Shakespeare escreveu *Hamlet*; não estaríamos nos contradizendo se concluíssemos que ele não escreveu; e continuaríamos achando que *William Shakespeare* significa o que sempre significou — um cara que viveu na Inglaterra naquela época —, embora admitíssemos que estávamos enganados sobre as realizações dele. Mesmo que *todos* os fatos biográficos que sabemos sobre Shakespeare fossem derrubados — caso se revelasse, por exemplo, que ele nasceu em 1565 em vez de em 1564, ou que era de Warwick em vez de Stratford —, continuaríamos com a impressão de que o nome se refere à mesma pessoa, sobre a qual estivemos falando o tempo todo.

Então, o que exatamente significa *William Shakespeare*, se não “grande escritor, autor de *Hamlet*” e assim por diante? Um nome não *tem* mesmo definição em termos de outras palavras, conceitos ou imagens. O que ele faz é *indicar* uma entidade no mundo, porque em algum momento no tempo a entidade recebeu o nome e o nome pegou. *William Shakespeare*, assim, indica o indivíduo que foi batizado William pelo senhor e pela senhora Shakespeare mais ou menos perto de quando nasceu. O nome está ligado àquele cara, não importa o que ele fez depois, e o muito ou pouco que saibamos sobre ele. O nome indica uma pessoa no mundo, da mesma forma como posso indicar uma pedra diante de mim neste exato momento. O nome tem significado para nós por causa de uma corrente contínua de boca a boca (ou caneta a caneta) que liga a palavra que usamos hoje ao ato original do batismo. Veremos que não são só os nomes, mas palavras para vários tipos de coisas, que estão rigidamente submissos aos atos de indicar, apelidar e pegar, mais que estipulados por uma definição.

A ancoragem das palavras à realidade ajuda a amenizar o medo de que a linguagem nos prenda numa rede de símbolos limitada. Segundo esse temor, os sig-

nificados das palavras acabam sendo circulares, cada uma definida em termos das outras. Como observou um semanticista, um dicionário típico faz essa brincadeira quando diz ao usuário que “*ordenar* significa *mandar*, que *orientar* e *instruir* ‘não são tão fortes como *mandar* e *ordenar*’, que *mandar* significa ‘ordenar, com o direito de ser obedecido’, que *orientar* significa ‘mandar’, que *instruir* significa ‘dar ordens’; ou que *requisitar* significa ‘exigir com delicadeza’, *exigir* [significa] ‘reclamar como de direito’, *reclamar* [significa] ‘pedir ou exigir’, *pedir* [significa] ‘fazer uma requisição’ e assim por diante”. Essa cama-de-gato é abominada por aqueles que querem ver alguma certeza nas palavras, abraçada pelos seguidores do desconstrucionismo e do pós-modernismo e explorada pelo autor de um dicionário do jargão da computação:

contínuo, loop, s. Ver loop contínuo.

loop contínuo, s. Ver contínuo, loop.

A lógica dos nomes, e de outras palavras que estão conectadas a situações de atribuição de denominações, ameniza essa preocupação ao ancorar a rede de significados a fatos e objetos reais do mundo.

A conexão das palavras a coisas e pessoas reais, e não apenas a *informações* sobre essas coisas e pessoas, tem uma aplicação prática que está bem presente no noticiário. O crime que mais cresce no começo deste século é o furto de identidade. Um ladrão de identidade usa informações conectadas a seu nome, como seu documento de identidade ou o número e a senha de seu cartão de crédito ou de sua conta bancária, para cometer fraudes ou furtar seu dinheiro. Vítimas do furto de identidade podem ser prejudicadas ao tentar conseguir emprego, empréstimos ou entrar na faculdade, podem ser barradas em fiscalizações de segurança nos aeroportos, e podem até ser presas por um crime cometido pelo ladrão. Podem gastar muitos anos e muito dinheiro recuperando sua identidade.

Coloque-se na pele de uma pessoa que tenha perdido a carteira, ou que sem querer tenha divulgado informações em seu computador, e agora tem um clone usando seu nome (digamos Murray Klepfish) para pedir dinheiro emprestado ou para fazer compras. Agora você tem de convencer um burocrata de que *você*, não o impostor, é o verdadeiro Murray Klepfish. Como faria isso? Como com *William Shakespeare*, essa acaba sendo uma questão sobre o que as palavras *Murray Klepfish* significam. Você poderia dizer: “‘Murray Klepfish’ significa o proprietário de uma

rede de lojas de pneus que nasceu no Brooklyn, mora em Piscataway, possui conta no banco Acme, é casado, tem dois filhos e passa os verões no litoral de Jersey”. Mas eles responderiam: “Para nós, ‘Murray Klepfish’ significa um personal trainer que nasceu em Delray Beach, pega sua correspondência numa caixa postal em Albuquerque, entrou recentemente com um pedido de desligamento de uma empresa de fachada em Reno e passa os verões em Maui. Concordamos com você a respeito da conta bancária, cujo saldo, aliás, está bastante negativo”.

Como, então, você provaria que é o verdadeiro objeto do nome *Murray Klepfish*? Você poderia fornecer quantas informações quisesse — número do serviço social, placa do carro, nome de solteira da mãe — e o clone poderia ou duplicá-las (se também as tivesse furtado) ou contestá-las (se ele ampliasse a identidade roubada com seus próprios dados, incluindo uma fotografia). Assim como a escolha do verdadeiro Shakespeare foi questionada devido a suas especificidades biográficas, no final você teria que indicar uma corrente causal que ligasse seu nome, da forma como é usado hoje, ao momento em que seus pais saudaram a sua chegada. Seu cartão de crédito foi obtido através de uma conta bancária, que foi obtida com uma carteira de habilitação, que foi obtida com uma certidão de nascimento, que foi emitida por uma autoridade do hospital, que esteve em contato com seus pais na época de seu nascimento e ouviu da boca deles que você era o Klepfish a quem eles estavam dando o nome de Murray. No caso de seu impostor, a corrente de depoimentos perde-se no passado recente, bem longe do momento da atribuição do nome. As medidas projetadas para desbaratar o furto de identidade dependem da lógica dos nomes e da conexão das palavras com a realidade: são formas de identificar correntes intactas de transmissão de pessoa a pessoa ao longo do tempo, ancoradas num fato específico, no passado — a atribuição de um nome.

PALAVRAS E COMUNIDADE

Dar nome a uma criança é a única oportunidade que a maioria das pessoas tem de ungir uma entidade no mundo com uma palavra escolhida por elas. À exceção de artistas criativos como Frank Zappa, que chamou seus filhos de *Moon Unit* e *Dweezil*, tradicionalmente a maior parte das pessoas escolhe um nome próprio já existente, como *John* ou *Mary*, em vez de um som que criem do

nada. Em tese o nome próprio é um rótulo arbitrário, sem significado inerente, e as pessoas o interpretam como simples indicador do indivíduo que o recebeu. Mas na prática os nomes assumem um significado por associação à geração e à classe de pessoas que os carregam. A maioria dos leitores americanos, sem saber mais nada sobre um homem a não ser que seu nome é Murray, imaginaria que ele tem mais de sessenta anos, é de classe média e provavelmente judeu. (Quando Mel Gibson, bêbado, deixou escapar uma declaração anti-semita em 2006, o editor Leon Wieseltier comentou: “Mad Max está deixando loucos Max, Murray, Irving, Mort, Marty e Abe”).** Isso se deve a uma outra curiosidade sobre os nomes que exploraremos no capítulo 6. Os nomes seguem ciclos de moda, como a largura das gravatas e o comprimento das saias, portanto os prenomes das pessoas podem indicar sua coorte geracional. Em seu apogeu, nos anos 1930, *Murray* tinha uma aura de respeitabilidade anglo-saxã, junto com nomes como *Irving*, *Sidney*, *Maxwell*, *Sheldon* e *Herbert*. Eles pareciam se afastar dos nomes iídiches da geração anterior, como *Moishe*, *Mendel* e *Ruven*, que soavam como se seus donos tivessem um pé na velha pátria. Mas, quando os *Murray* e *Sid* e suas mulheres desencadearam o *baby boom*, deram a seus filhos nomes mais suaves como *David*, *Brian* e *Michael*, que por sua vez geraram os *Adam*, *Joshua* e *Jacob* de inspiração bíblica. Muitos desses homônimos de personagens do Antigo Testamento estão hoje fechando o ciclo com filhos chamados *Max*, *Ruben* e *Saul*.

Os nomes seguem tendências porque as pessoas de uma comunidade têm reações assustadoramente semelhantes àqueles que estão disponíveis no universo dos nomes (como os pais costumam descobrir ao levar o filho à escola e perceber que sua escolha de nome tão original também foi a escolha original de muitos de seus vizinhos). A coloração de um nome vem em parte dos sons que o acompanham e em parte do estereótipo dos adultos que o carregam na época. Por esse motivo, os nomes britanicizados da primeira geração de americanos tornaram-se vítimas de sua própria respeitabilidade de classe média uma geração depois. Numa cena do filme *Harry e Sally — Feitos um para o outro*, passada nos anos 1970, uma dupla de *baby boomers* entra numa discussão sobre a experiência sexual de Sally.

* Trocadilho com “mad” (louco) e o nome do filme *Mad Max*. Os nomes citados pelo editor são tipicamente judeus. (N. T.)

HARRY: Com quem você teve essa transa tão boa?

SALLY: Não vou te contar!

HARRY: Tudo bem. Não conte.

SALLY: Shel Gordon.

HARRY: Shel. Sheldon? Não, não. Você não teve uma ótima transa com Sheldon.

SALLY: Tive, sim.

HARRY: Não, não teve. Um Sheldon pode fazer o seu imposto de renda. Se você está precisando de um tratamento de canal, é de um Sheldon que você precisa. Mas rala e rola não é o forte de Sheldon. É o nome. “Assim, Sheldon.” “Você é um animal, Sheldon.” “Monta em mim, Sheldão.” Não funciona.

Embora os pais do pós-guerra não estivessem preocupados com a qualidade da transa, eles devem ter fugido da conotação de bobalhão do nome mesmo naquela época: a partir dos anos 1940, *Sheldon*, assim como *Murray*, afundou como uma pedra e nunca se recuperou.⁹ A reação ao nome é hoje tão uniformizada no mundo de língua inglesa que os humoristas podem apostar nela. A dramaturga Marcy Kahan, que recentemente adaptou o roteiro de Nora Ephron para o teatro britânico, observa: “Incluí a piada sobre Sheldon na peça, e os três atores que fizeram o papel de Harry conseguiam toda noite uma enorme e infalível gargalhada de reconhecimento”.¹⁰

A dinâmica dos nomes de bebês tornou-se assunto de jornais e conversas agora que os ciclos da moda se aceleraram. Um dos nomes americanos mais comuns para meninas que nasceram em 2006 era inédito até cinco anos antes: *Nevaeh*, ou “heaven” [paraíso] escrito de trás para a frente. No outro extremo da curva, as pessoas estão vendo o próprio nome, e o nome de seus amigos e conhecidos, ficar antiquado mais rápido.¹¹ Acho que nunca me senti mais velho do que quando uma aluna me disse que *Barbara*, *Susan*, *Deborah* e *Linda*, alguns dos nomes mais comuns de meninas da minha geração, a faziam pensar em mulheres de meia-idade.

Quando escolhem o nome de um bebê, os pais têm total liberdade. É óbvio que eles são afetados pelo universo de nomes em circulação, mas, quando escolhem um, a criança e a comunidade costumam aceitá-lo e mantê-lo. Mas, quando se nomeia qualquer outra coisa, a comunidade tem influência sobre se o novo

nome pega ou não. A natureza social das palavras é ilustrada pela tentativa — fracassada, imagina-se — de passar numa prova de física:



Calvin and Hobbes © 1995 Watterson. Dist. por Universal Press Syndicate. Republicado com permissão. Todos os direitos reservados.

O modo como entendemos “suas próprias palavras” — referindo-se apenas à maneira como você as combina, não ao que elas são — mostra que as palavras pertencem a uma comunidade, e não ao indivíduo. Se uma palavra não é conhecida por todos a sua volta, é melhor não usá-la, porque ninguém vai saber do que você está falando. Apesar disso, toda palavra de uma língua tem de ter sido cunhada, em algum momento, por um único falante. No caso de alguns neologismos, o resto da comunidade vai concordando aos poucos em usar a palavra para indicar a mesma coisa, derrubando o primeiro dominó da corrente que disponibiliza a palavra para as gerações seguintes. Mas, como veremos, é um mistério a forma como esse acordo tácito é forjado dentro da comunidade.

Em alguns casos, a necessidade é a mãe da invenção. Os usuários de computador, por exemplo, precisavam de um termo para os e-mails generalizados nos anos 1990, e *spam* apresentou-se para a brecha. Mas muitas outras brechas persistem teimosamente desocupadas. Desde a revolução sexual dos anos 1960 precisamos de um termo para os membros de um casal heterossexual não-casado, e nenhuma das sugestões populares pegou — *paramour* [amante] é romântico demais, *roommate* [companheiro] não é romântico o suficiente, *partner* [parceiro] é gay demais, e as sugestões dos jornalistas, engraçadinhas demais (como *POSSLQ*, sigla para a designação do censo para “persons of opposite sex sharing living quarters” [pessoas do sexo oposto que dividem a moradia], e *umfriend*, de “This is my, um, friend” [Este é meu, hum, amigo]). E, por falar em décadas, já se passou mais

de metade da primeira do século XXI e ninguém sabe ainda como chamá-la. Os *zeroes* [zeros]? Os *aughts* [nadas]? Os *nought-noughts* [zero-zeros]? Os *naughties*?*

A etimologia tradicional é limitada para ajudar a descobrir o que faz uma palavra começar a existir e se ela vai pegar ou não. Os etimologistas conseguem seguir o rastro da maioria das palavras até séculos atrás, mas a pista se perde bem antes de eles chegarem ao momento exato em que um cunhador de palavras primordial deu ao conceito um som que escolheu. Com os neologismos recentes, no entanto, podemos seguir em tempo real o tortuoso caminho até o status de palavra.

Spam não é, como acreditam alguns, uma sigla para “Short, Pointless and Annoying Messages” [mensagens curtas, inúteis e irritantes]. A palavra está, sim, relacionada ao nome do tipo de embutido vendido pela Hormel desde 1937, uma fusão de “spiced ham” [presunto picante]. Mas como ela passou a se referir a convites por e-mail para aumentar o tamanho do membro masculino e para dividir os lucros ilícitos de déspotas africanos depostos? Muita gente supõe que o caminho tenha sido a metáfora. Como o presunto, o e-mail é barato, abundante e indesejado, e, numa variação dessa etimologia folclórica, *spamming* é o que acontece quando se joga spam no ventilador. Embora essas intuições possam ter ajudado a tornar a palavra contagiosa, a origem dela é bem diferente. Ela foi inspirada por um esquete do programa de televisão *Flying Circus*, do grupo Monty Python, em que um casal entra num café e pergunta à garçonete (um dos integrantes do Python vestido de mulher) o que há de disponível. Ela responde:

Bom, temos ovo e bacon; ovo com lingüiça e bacon; ovo e spam; ovo com bacon e spam; ovo com bacon e lingüiça e spam; spam com bacon e lingüiça e spam; ovo com spam, spam, spam e bacon e spam; lingüiça com spam, spam e spam, bacon com spam, tomate com spam e spam; ovo com spam, spam e spam e spam; feijão com spam, spam, spam, spam, spam, spam, spam, spam, spam, ou lagosta ao termidor: um camarão com molho *mornay* servido à moda provençal com chalotas e berinjelas guarnecidas de patê de trufas, brandy e um ovo frito por cima e spam.

Você está provavelmente pensando: “Parei com esse esquete — que bobeira”. Mas ele mudou a língua inglesa. A repetição automática da palavra *spam*

* Trocadilho com o sentido de “travessos, maliciosos” da palavra “naughty”. (N. T.)

inspirou os hackers do final dos anos 1980 a usá-la como verbo para inundar grupos de discussão com mensagens idênticas, e uma década depois ela se disseminou de sua subcultura para a população em geral.¹²

Embora possa parecer inacreditável que um neologismo tão esquisito e tortuoso pegue, veremos que não foi a primeira vez que gracinhas deixaram sua marca no léxico. O verbo *gerrymander* [manipular a divisão de um distrito eleitoral] vem de uma caricatura americana do século XIX que mostrava um distrito político definido pelo governador Elbridge Gerry num formato todo torto, parecendo uma salamandra, na tentativa de concentrar os votos de seus adversários e deixá-los com uma única cadeira. Mas a maioria dos neologismos engraçadinhos não dá em nada, como *bushlips* para “retórica política desonesta” (devido ao slogan da campanha de George H. W. Bush em 1988: “Read my lips: No new taxes” [Leia meus lábios: Nada de novos impostos]), ou *teledildonics* para brinquedos sexuais controlados por computador. Todo ano a Sociedade Americana de Dialetos escolhe uma “palavra com mais chances de ser bem-sucedida”. Mas os membros da sociedade são os primeiros a admitir que seu histórico é péssimo. Alguém se lembra da *information highway* [superestrada da informação], ou da *Infobahn*?¹³ E alguém tinha como prever que *to blog* [blogar], *to google* [dar um google] e *to blackberry* [usar um aparelho do tipo Blackberry] iam rapidamente se tornar parte da linguagem do dia-a-dia?

A dinâmica de escolher o nome de um bebê a partir de um universo dado de palavras e de devolver a esse universo um nome atribuído a conceitos é marcada pelo caos permanente. E, como veremos, essa imprevisibilidade guarda em si uma lição para nossa compreensão da cultura em termos mais gerais. Assim como as palavras numa língua, as práticas de uma cultura — cada moda, cada ritual, cada crença comum — precisam surgir de um inovador, precisam conquistar os conhecidos desse inovador e depois os conhecidos dos conhecidos, e assim por diante, até se tornarem endêmicas em uma comunidade. O capricho da ascensão e queda dos nomes, os pedacinhos de cultura mais facilmente rastreáveis, sugere que devemos encarar com ceticismo a maioria das explicações para o ciclo de vida de outras manias e costumes, desde por que os homens pararam de usar chapéu a por que bairros ficaram segregados. Mas também indica os padrões da escolha individual e do contágio social que algum dia podem vir a explicá-los.

A constante mudança nas associações ao nome de uma pessoa é um exemplo do poder que uma palavra tem de absorver a coloração emocional — de ter uma *conotação* além de uma *denotação*. O conceito de conotação é explicado com frequência pela fórmula de conjugação inventada por Bertrand Russell numa entrevista de rádio nos anos 1950: eu sou firme; você é obstinado; ele é uma mula. A fórmula se transformou num jogo de palavras num programa de rádio e no jornal, e deu origem a centenas de tercetos. Eu sou esbelto; você é magro; ele é esquelético. Eu sou perfeccionista; você é certinho demais; ele é maníaco. Eu estou explorando minha sexualidade; você é promíscuo; ela é uma galinha. Em cada terceto o sentido literal das palavras é mantido, mas o sentido emocional passa de atraente a neutro e a ofensivo.

A saturação afetiva das palavras fica especialmente evidente no estranho fenômeno que cerca a obscenidade, o tema do capítulo 7. É um verdadeiro quebra-cabeça para a ciência da mente explicar por que, quando passamos por algum acontecimento desagradável — cortamos o dedo junto com o *bagel*, ou derrubamos um copo de cerveja no colo —, o tema de nossa conversa muda abruptamente para a sexualidade, a excreção ou a religião. Também é uma característica estranha de nossa constituição o fato de que, quando um adversário desrespeita nossos direitos — por exemplo, entrando na vaga de estacionamento que estávamos esperando com o pisca-pisca aceso, ou ligando um aparelho barulhento às sete da manhã do domingo —, tendemos a lhe dar conselhos ao estilo de Woody Allen, que contou: “Disse a ele que crescesse e se multiplicasse, mas não com essas palavras”.

Essas explosões parecem emergir de uma parte profunda e antiga do cérebro, como o ganido de um cachorro quando alguém pisa em seu rabo, ou seu rosnado quando está tentando intimidar um adversário. Elas podem aparecer nos tiques involuntários de uma pessoa com síndrome de Tourette, ou nas manifestações remanescentes de um paciente neurológico desprovido de linguagem. Mas, apesar das raízes aparentemente atávicas do ato de xingar, os sons em si são compostos por palavras em nosso idioma e pronunciados em plena conformidade com o padrão de som da língua. É como se o cérebro humano tivesse sido reprogramado ao longo da evolução humana para que a saída do antigo sistema de clamores e gritos se fundisse com a entrada do novo sistema para o discurso articulado.

Nós não apenas recorremos a certas palavras para a sexualidade, a excreção e a religião quando estamos agitados como também somos cuidadosos com essas palavras quando em qualquer outro estado. Muitos apelidos e imprecações não são só desagradáveis, são também tabus: o próprio ato de pronunciá-los é uma afronta aos ouvintes, mesmo quando os conceitos possuem sinônimos cujo uso é totalmente aceitável. A tendência das palavras de adquirir poderes incríveis pode ser observada nos tabus e nas palavras mágicas de culturas em todo o mundo. No judaísmo ortodoxo, o nome de Deus, transcrito como *YHVH* e tradicionalmente pronunciado *Javé*, não deve nunca ser dito, exceto por grandes autoridades religiosas durante o Yom Kippur, no “santo dos santos”, a câmara que abriga a arca da aliança no antigo templo. Nas conversas do dia-a-dia, os judeus devotos usam uma palavra para se referir à palavra, referindo-se a Deus como *has-hem*, “o nome”.

Se as palavras tabus são uma afronta à sensibilidade das pessoas, o fenômeno das palavras tabus é uma afronta ao bom senso. A excreção é uma atividade que todo ser encarnado tem de fazer todo dia, e mesmo assim todas as palavras em inglês para ela são indecentes, infantis ou clínicas. O elegante léxico dos monossílabos anglo-saxões, que dá à língua inglesa seu vigor rítmico, nos deixa de mãos abanando quando se trata de uma atividade da qual ninguém pode fugir. Também chama a atenção a ausência de um verbo transitivo polido para sexo — uma palavra que se encaixaria em *Adão verbou Eva* ou *Eva verbou Adão*. Os verbos transitivos simples para relações sexuais ou são obscenos ou desrespeitosos, e os mais comuns estão entre as sete palavras que não dá para dizer na televisão.

Ou, pelo menos, as palavras que não dava para dizer em 1973, quando o comediante George Carlin fez seu notório monólogo argumentando contra a proibição daquelas palavras na mídia. Num enigma que remete à defesa da liberdade irrestrita de expressão, uma rede de rádio que transmitiu o monólogo foi punida pela Comissão Federal de Comunicações (num caso que acabou chegando à Suprema Corte) por permitir que Carlin mencionasse no rádio exatamente as palavras que ele defendia que pudessem ser mencionadas no rádio. Temos uma lei que na prática proíbe a crítica a si mesma, um paradoxo digno de Russell e outros especialistas em declarações auto-referentes. O paradoxo de identificar palavras tabus sem usá-las sempre contaminou as tentativas de regulamentar o discurso sobre a sexualidade. Em vários estados norte-americanos, os redatores da legislação contra o bestialismo não tiveram coragem de nominá-lo e, assim, proibiram

“o abominável e detestável crime contra a natureza”, até que as leis fossem ameaçadas de ser anuladas por serem vagas demais. Para escapar dessa armadilha, uma lei de Nova Jersey contra a obscenidade estipulou exatamente os tipos de palavra e imagem que seriam considerados obscenos. Mas seus termos eram tão pornográficos que algumas bibliotecas jurídicas arrancaram de cada exemplar dos livros a página contendo a lei.¹⁴

Os tabus da linguagem ainda são notícia. Embora a linguagem sexual e escatológica esteja mais disponível do que nunca nas TVs a cabo, por satélite e na internet, o governo americano, incentivado por conservadores culturais, está tentando reprimi-la, sobretudo nos domínios cada vez mais escassos da radiodifusão. Legislações como a “Lei das Ondas Limpas” e a “Lei da Obrigatoriedade da Decência na Radiodifusão” impõem multas draconianas contra emissoras que não censurarem seus convidados quando eles usarem as palavras da lista de Carlin. E, num episódio imprevisível que mostra a hipocrisia inevitável dos tabus lingüísticos, a Lei da Obrigatoriedade da Decência na Radiodifusão foi aprovada no mesmo dia, em 2004, em que o vice-presidente Dick Cheney entrou numa discussão com o senador Patrick Leahy no plenário do Senado e disse ao senador que crescesse e se multiplicasse, mas não com essas palavras.

É impossível uma pessoa curiosa não ficar perplexa com a lógica e a hipocrisia dos tabus lingüísticos. Por que certas palavras, mas não seus homônimos e sinônimos, deveriam receber tamanho e tão temido poder moral? Ao mesmo tempo, por mais ilógico que isso possa parecer, todo mundo respeita os tabus em pelo menos algumas palavras. Todo mundo? Sim, todo mundo. Imagine que eu lhe diga que existe uma obscenidade tão escandalosa que as pessoas decentes não se atrevem a mencioná-la nem sequer em conversas casuais. Assim como os judeus religiosos quando se referem a Deus, elas têm de falar dela com um grau de separação, usando uma palavra para se referir à palavra. Um pequeno círculo de pessoas possui uma autorização especial para usá-la, mas todas as outras correm o risco de sofrer graves conseqüências, incluindo a violência legalmente justificável.¹⁵ Qual é essa obscenidade? É a palavra *nigger* [pejorativo para negro] — ou, como se diz nos fóruns respeitáveis, a *palavra que começa com n* —, que só pode ser pronunciada por afro-americanos para manifestar camaradagem ou solidariedade nos contextos que eles escolherem. A reação de escândalo que outros usos evocam, mesmo entre pessoas que defendem a liberdade de expressão e questionam por que tanta onda em torno das palavras sobre sexo, sugere que a psicologia da

magia das palavras não é só uma patologia de puritanos dados à censura, mas algo que faz parte de nossa constituição emocional e lingüística.

PALAVRAS E RELAÇÕES SOCIAIS

Nos últimos anos, a internet transformou-se num laboratório para o estudo da linguagem. Além de fornecer um corpus gigantesco de linguagem de verdade, usada por pessoas de verdade, também funciona como um vetor superpotente para a transmissão de idéias contagiosas, e ressalta, portanto, exemplos da linguagem que as pessoas consideram intrigantes o suficiente para passar para os outros. Introduzirei o último grande tema deste livro com uma história que circulou amplamente por e-mail em 1998:

Nos últimos dias do aeroporto de Stapleton, em Denver, um voo lotado da United foi cancelado. Uma única funcionária estava remarcando os voos dos passageiros contrariados, que formavam uma longa fila. De repente, um passageiro nervoso abriu caminho até o guichê e bateu com sua passagem no balcão, dizendo: “TENHO de ir nesse voo, e TEM de ser de primeira classe”. A funcionária respondeu: “Sinto muito, senhor. Ficarei feliz em tentar ajudá-lo, mas preciso ajudar essas pessoas primeiro, e tenho certeza de que vamos dar um jeito”. O passageiro não se convenceu. Perguntou em voz alta, para que os passageiros atrás dele pudessem ouvir: “Você faz idéia de quem eu sou?”. Sem hesitar, a funcionária sorriu e pegou seu microfone. “Um momento de atenção, por favor”, começou, sua voz ecoando pelo terminal. “Temos um passageiro aqui no portão QUE NÃO SABE QUEM ELE É. Se alguém puder ajudá-lo a descobrir sua identidade, por favor venha até o portão.” Com o pessoal na fila atrás dele rindo histericamente, o homem fulminou a funcionária com o olhar, cerrou os dentes e xingou: “[Expletivo]-se!”. Sem vacilar, ela sorriu e disse: “Sinto muito, senhor, mas o senhor terá de esperar na fila para isso também”.

A história parece boa demais para ser verdade, e é provavelmente uma lenda urbana.¹⁶ Mas suas duas tiradas são um bom trailer das excentricidades da linguagem que exploraremos nos últimos capítulos. Já mencionei o quebra-cabeça que está por trás da segunda tirada, ou seja, o fato de que determinadas palavras para o sexo também são usadas em imprecisões agressivas (capítulo 7). Mas a primeira

tirada apresenta o último mundo que eu gostaria de ligar às palavras, o mundo das relações sociais (capítulo 8).

O fora da funcionária em resposta ao “Você faz idéia de quem eu sou?” origina-se no descompasso entre o sentido que o passageiro queria dar a sua pergunta retórica — a exigência do reconhecimento de seu status superior — e o sentido que ela fingiu ter entendido — um pedido literal de informação. E a recompensa para os observadores (o público do e-mail) vem da compreensão do diálogo num terceiro nível — que o equívoco fingido de compreensão da funcionária era uma tática para inverter a relação de dominância e reduzir o passageiro arrogante à merecida ignomínia.

A linguagem é entendida em vários níveis, e não como uma análise sintática direta do conteúdo da frase.¹⁷ No dia-a-dia, prevemos a capacidade de nosso interlocutor de ouvir as entrelinhas e embutimos nelas pedidos e ofertas que achamos que não podemos verbalizar diretamente. No filme *Fargo*, dois seqüestradores com um refém escondido no banco de trás são parados por um policial porque o carro está sem as placas. O policial pede que o seqüestrador ao volante mostre seu documento de habilitação, e ele mostra a carteira com uma nota de cinquenta dólares meio para fora, dizendo: “Talvez o melhor fosse cuidar disso aqui em Brainerd”. A afirmação, é claro, tem a intenção de propor um suborno, não de fazer um comentário sobre a conveniência relativa dos diferentes locais para pagar a multa. Muitos outros tipos de discurso são interpretados de maneiras que diferem de seu sentido literal:

Se você pudesse me passar o guacamole, seria ótimo.

Contamos com você para assumir a liderança em nossa Campanha para o Futuro.

Você não quer dar uma entradinha para beber alguma coisa?*

Bela loja a sua. Seria mesmo uma pena se alguma coisa acontecesse com ela.

Essas frases têm claramente a intenção de ser um pedido, uma solicitação de dinheiro, um convite sexual e uma ameaça. Mas por que as pessoas não simplesmente dizem o que querem dizer — “Se você me deixar ir embora sem nenhum problema, eu te dou cinquenta paus”, “Me dá o guacamole” e assim por diante?

* O exemplo no original é: “*Would you like to come up to see my etchings?*” (Você não gostaria de subir para ver meus desenhos?), que em inglês já assumiu a conotação de convite sexual. (N. T.)

Com o suborno velado e a ameaça velada, pode-se supor que se aplique a questão técnica da plausibilidade da negação: suborno e extorsão são crimes, e, ao evitar uma proposição explícita, o falante pode dificultar uma acusação judicial. Mas o véu é tão transparente que é difícil acreditar que possa enganar um promotor ou iludir um júri — como dizem os advogados, não passaria no “teste do risinho”. Mas todos nós participamos dessas charadas, mesmo sabendo que ninguém é enganado por elas. (Bem, quase ninguém. Num episódio de *Seinfeld*, uma garota pergunta a George, depois do encontro, se ele gostaria de dar uma subidinha para tomar um café. Ele diz que não, explicando que a cafeína o deixa a noite inteira acordado. Mais tarde ele dá um tapa na testa e percebe: “‘Café’ não quer dizer café! ‘Café’ quer dizer sexo!”. E é claro que aí já é ir longe demais na outra direção. Numa piada reproduzida por Freud em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, um homem de negócios encontra um concorrente numa estação de trem e pergunta aonde ele está indo. O segundo homem de negócios diz que está indo para Minsk. O primeiro responde: “Você está me dizendo que está indo para Minsk porque quer que eu ache que você está indo para Pinsk. Mas por acaso eu sei que você *está* indo para Minsk. Então por que está mentindo para mim?”.)

Se um falante e um ouvinte fossem esmiuçar as proposições tácitas subliminares à conversa, a profundidade dos estados mentais embutidos e recorrentes seria vertiginosa. O motorista propõe um suborno; o policial sabe que o motorista está propondo um suborno; o motorista sabe que o policial sabe; o policial sabe que o motorista sabe que o policial sabe; e por aí vai. Então por que eles simplesmente não falam claro? Por que um falante e um ouvinte assumem de bom grado papéis numa saborosa comédia de costumes?

O pedido educado na hora do jantar — o que os lingüistas chamam de “whimperative” [fusão de “whim” (capricho) e “imperative” (imperativo)] — dá uma dica. Quando você faz um pedido, está pressupondo que o ouvinte vá atender. Mas, tirando empregados ou pessoas muito íntimas, não pode sair simplesmente dando ordens por aí. Mas você quer mesmo o maldito guacamole. A saída para esse dilema é manifestar seu pedido como uma pergunta idiota (“Você pode...?”), uma reflexão inútil (“Será que...”), um exagero retumbante (“Seria ótimo se você pudesse...”) ou alguma outra bobagem que seja tão incongruente que o ouvinte não a aceitaria sem questionar. Ele usa uma rápida psicologia intuitiva para inferir sua intenção real, e ao mesmo tempo percebe que você se empenhou em não tratá-lo como um servente. Um imperativo disfarçado lhe permite

fazer duas coisas ao mesmo tempo — comunicar seu pedido e sinalizar que compreende o relacionamento.

Como veremos no capítulo 8, as conversas comuns são como uma sessão de diplomacia tête-à-tête, em que os lados exploram maneiras de livrar a cara, de oferecer uma saída e de manter a plausibilidade da negação enquanto negociam a mistura de poder, sexo, intimidade e justiça que compõe o relacionamento. Assim como a diplomacia de verdade, comunicados sutis demais, ou sutis de menos, podem deflagrar uma tempestade. Em 1991, a nomeação de Clarence Thomas para a Suprema Corte dos Estados Unidos quase foi por água abaixo devido à acusação de que ele tinha feito propostas sexuais para uma subordinada, a advogada Anita Hill. Em um dos mais estranhos episódios da história do exercício do poder de orientação e aprovação pelo Senado, os parlamentares tiveram que decidir o que Thomas quisera dizer quando falou a Hill sobre um astro pornô chamado Long Dong Silver e quando ele fez a pergunta retórica “Quem colocou um pêlo pubiano em minha Coca?”. Imagina-se que não fosse o que os fundadores da República norte-americana tinham em mente quando formularam a doutrina da separação dos poderes, mas esse tipo de pergunta passou a fazer parte de nosso discurso nacional. Desde que o caso Thomas-Hill colocou o assédio sexual no cenário nacional, a adjudicação de denúncias de assédio virou uma grande dor de cabeça para universidades, empresas e agências do governo, especialmente quando a suposta investida vem na forma de uma insinuação, e não numa proposta deslavada.

Esses pequenos excertos do noticiário e da net mostram algumas das maneiras como nossas palavras se conectam a nossos pensamentos. Não é de surpreender que a linguagem forneça tantas das batatas quentes de nossa vida pública e particular. Somos verbívoros, uma espécie que vive de palavras, e o significado e o uso da linguagem estão fadados a estar entre os principais objetos de nossa ponderação, de nosso compartilhamento e de nossas disputas.

Ao mesmo tempo, seria um erro achar que essas deliberações tratam de fato da linguagem em si. Como mostrarei no capítulo 3, a língua é acima de tudo um meio no qual expressamos nossos pensamentos e sentimentos, e não deve ser confundida com os pensamentos e sentimentos propriamente ditos. E um outro fenômeno da linguagem, o simbolismo do som (capítulo 6), oferece uma pista para essa conclusão. Sem um substrato de pensamentos para sustentar nossas palavras, não

falamos de verdade, mas apenas balbuciamos, murmuramos, tagarelamos, taramelamos, gaguejamos, fofocamos, papagaiamos, papeamos, palreamos e blablablá — um léxico onomatopaico para o discurso vazio que deixa clara a expectativa de que os sons que saem da nossa boca sejam normalmente *sobre* alguma coisa.*

O restante deste livro é sobre esse alguma coisa: as idéias, os sentimentos e as ligações que são visíveis através da nossa linguagem e que constituem nossa natureza. Nossas palavras e construções revelam concepções de realidade física e vida social humana que são semelhantes em todas as culturas, mas diferentes dos produtos de nossa ciência e de nossa intelectualidade. Têm suas raízes em nosso desenvolvimento como indivíduos, mas também na história da nossa comunidade lingüística e na evolução de nossa espécie. Nossa capacidade de combiná-las em organizações maiores e de ampliá-las a novos domínios através de saltos metafóricos explica em grande parte o que nos torna inteligentes. Mas elas também podem se chocar com a natureza das coisas, e, quando isso acontece, o resultado pode ser um paradoxo, uma besteira ou até uma tragédia. Por esses motivos espero convencê-lo de que os 3,5 bilhões de dólares em jogo na interpretação de um “evento” são apenas uma parte do valor de entender os mundos das palavras.

* O léxico onomatopaico em português não é tão pródigo quanto o do inglês. Os verbos que o autor usa em inglês são: “babble, blabber, blather, chatter, gibber, jabber, natter, patter, prattle, rattle, yammer, or yadda, yadda”. (N. T.)

2. Toca do coelho adentro

A descoberta de um mundo escondido em um cantinho ou numa brecha qualquer da vida cotidiana é um antigo recurso da ficção infantil. O exemplo mais conhecido é Alice rolando toca do coelho adentro e encontrando um submundo surreal, e a fórmula continua a encantar em infindáveis variações: a passagem secreta no guarda-roupa para Nárnia, a dobra no tempo, a faca sutil, Quem-lândia num grão de pó.¹

Na não-ficção, também, a revelação de um microcosmo é uma fonte recorrente de fascínio. Em 1968, os designers Charles e Ray Eames fizeram um filme chamado *Powers of ten*, que começava com a imagem de aglomerados de galáxias de 1 bilhão de anos-luz de extensão e se aproximava em saltos de potências de dez até revelar nossa galáxia, nosso sistema solar, nosso planeta, e assim por diante, até uma pessoa dormindo num parque depois de um piquenique, sua mão, suas células, seu DNA, um átomo de carbono e finalmente o núcleo atômico e suas partículas dezesseis ordens de magnitude menores. A magnífica apresentação da realidade física pode ser vista num livro-guia dos consultores científicos do filme, Philip e Phyllis Morrison, e a idéia foi recentemente adaptada em uma das formas mais agradáveis de gastar tempo na web: dar um lento zoom numa fotografia da Terra tirada do espaço ao longo de sete ordens de magnitude, das fotos de satélite até sua rua e sua casa.

Este capítulo trata do meu próprio mergulho num microcosmo — o mundo

das idéias humanas básicas e suas conexões — em que tropecei quando tentava solucionar o que achava ser um problema banal na psicolingüística. É um mundo oculto que enxerguei não programando um telescópio para suas coordenadas, mas porque ele insistia em transparecer sob os fenômenos que eu achava estar estudando. Ao levá-lo através das camadas da organização mental que têm de ser explodidas para entender o problema, espero lhe oferecer uma visão desse mundo interior.²

A toca de coelho que leva a esse microcosmo é o sistema verbal — o que os verbos significam, como são usados nas frases, e como as crianças os decifram. Este capítulo tentará mostrar como a resolução desses problemas leva a epifanias sobre os conteúdos da cognição que são o tema condutor deste livro. Por que mergulhar no mundo da mente por essa abertura específica? Um motivo, confesso, é pessoal: simplesmente acho os verbos fascinantes. (Um colega observou uma vez: “Eles são mesmo seus amiguinhos, não?”.) Mas, como sabe todo entusiasta, não se pode supor que as outras pessoas tenham a mesma paixão, e gosto de acreditar que tenho um motivo melhor para apresentá-lo aos meus amiguinhos.

A ciência avança através do estudo das especificidades. Ninguém nunca ganhou uma bolsa para estudar “a mente humana”. É preciso estudar alguma coisa mais palpável, e, quando a sorte sorri, uma lei geral pode se revelar no processo. No primeiro capítulo apresentei quatro idéias:

- A mente humana é capaz de interpretar um cenário específico de diversas formas.
- Cada interpretação é construída em torno de algumas idéias básicas, como “fato”, “causa”, “mudança” e “intenção”.
- Essas idéias podem ser metaforicamente estendidas para outros domínios, como quando contamos os fatos como se eles fossem objetos ou quando usamos o espaço como metáfora para o tempo.
- Cada idéia tem excentricidades distintamente humanas, que facilitam a explicação de determinadas coisas, mas que podem levar a falácias e confusões quando tentamos aplicá-las de modo mais genérico.

Essas afirmações podem soar bastante razoáveis, mas não especialmente consistentes — só quatro entre centenas de chavões que podem ser elencados como verdade a respeito de nossos processos mentais. Neste capítulo espero mostrar que elas são mais que isso. Na solução do problema sobre como as crianças aprendem os verbos, cada uma dessas hipóteses foi uma peça de quebra-cabeça

que demorou muito a ser encontrada, mas que se encaixou perfeitamente no buraco, formando junto com as outras uma atraente imagem do todo. Por isso acredito que os temas deste livro sejam descobertas reais sobre a mente, não meros comentários inócuos sobre ela.

Meu plano é o seguinte. Primeiro vou levá-lo num mergulho da perspectiva intergaláctica até o ponto de vista do quark, mostrando como uma curiosidade genérica sobre como a mente funciona pode levar ao interesse nos verbos e em como as crianças os aprendem.

Depois vamos trombar com um paradoxo — um caso em que as crianças parecem aprender o inaprendível. Isaac Asimov escreveu uma vez: “A frase mais emocionante de ouvir na ciência, a que anuncia novas descobertas, não é ‘Eureka!’ (Achei!), mas ‘Engraçado...’”. A seção a seguir apresenta uma descoberta — a capacidade da mente de passar de um enquadramento a outro — que foi a abertura crucial para solucionar o paradoxo.

As partes remanescentes da solução nos deixam cara a cara com dois dos conceitos básicos de nosso repertório mental, mudar de lugar e mudar de estado. A mesma linha de raciocínio, aplicada a outros verbos, ilumina os outros elementos principais que compõem nossos pensamentos: os conceitos de ter, saber e ajudar, e os conceitos de agir, querer e causar.

Nesse ponto recuamos um pouco para pensar no que tudo isso significa. Analisaremos se os sinais de design inteligente na língua inglesa implicam uma inteligência correspondente em cada falante do idioma — questão que será recorrente em todo o livro, enquanto tentamos usar a linguagem como uma janela para a natureza humana. Sugerirei então um inventário dos pensamentos humanos básicos, que serão desembalados nos capítulos mais adiante. Por fim, mostrarei como as excentricidades do planejamento desses pensamentos básicos dão espaço para falácias, bobagens e enganos no modo como as pessoas pensam sobre as dificuldades da vida moderna.

POTÊNCIAS DE DEZ

Deixe-me levá-lo agora, com alguns giros na lente zoom, de uma preocupação mais ampla com a natureza humana para um close em como as crianças aprendem verbos.

A primeira imagem, do tamanho da galáxia, é da mente humana e seus incríveis poderes. É fácil para nós, seres humanos, seguros dentro de nossa mente eficiente, achar sem graça as atividades banais da cognição, e, em vez delas, nos preocupar com o extraordinário e o chocante. Mas a ciência da mente começa com o reconhecimento de que as atividades mentais normais — ver, ouvir, lembrar, mexer-se, planejar, raciocinar, falar — exigem que nosso cérebro solucione problemas cabeludos de engenharia.³ Apesar dos imensos perigos e do custo do vôo espacial tripulado, a maioria dos planos para a exploração planetária ainda prevê lançar gente no sistema solar. Um pouco é devido à dramaticidade de acompanhar um astronauta intrépido na exploração de novos e estranhos mundos, em vez de um chip de silício, mas sobretudo é porque nenhum robô factível pode ter a mesma capacidade de uma pessoa de reconhecer situações e objetos inesperados, de decidir o que fazer a respeito deles e de manipular as coisas de forma imprevista, tudo isso ao mesmo tempo em que troca informações com os seres humanos na Terra. A compreensão do funcionamento dessas faculdades mentais é uma fronteira para a ciência moderna.

Entre essas faculdades magníficas, um lugar de honra deve ser dado à linguagem — onipresente na espécie, singular ao mundo animal, inextrincável da vida social e do domínio da civilização e da tecnologia, devastadora quando perdida ou prejudicada.⁴

A linguagem se manifesta na vida humana de várias maneiras. Informamos, pedimos, convencemos, interrogamos, damos sermão e às vezes só fofocamos. Mas a coisa mais notável que fazemos com a linguagem é aprendê-la.⁵ Os bebês nascem sem saber uma palavra da língua que está sendo falada a sua volta. E, em apenas três anos, sem o benefício de aulas, a maioria estará tagarelando, com um vocabulário de milhares de palavras, domínio da gramática do vernáculo oral e proficiência com o padrão de som (que turista não fica de início impressionado de ver como as crianças pequenas da França falam bem francês?). As crianças empregam o código da linguagem com segurança suficiente para entender coisas improváveis como uma vaca pulando sobre a lua e um prato fugindo com a colher, ou expressar suas percepções infantis como “I think the wind wants to get in out of the rain” [“Acho que o vento quer entrar e sair da chuva”] ou “I often wonder when people pass me by do they wonder about me” [“Sempre fico pensando quando as pessoas me passam elas ficam pensando em mim”].⁶

Para ficar tão fluentes numa língua, as crianças têm de ter *analisado* o discurso

em torno delas, não apenas o decorado. Vemos isso claramente quando as crianças dizem coisas que soam erradas ao ouvido do adulto, mas que revelam hipóteses acuradas sobre como os ingredientes da língua podem se combinar. Quando as crianças cometem erros como “All the animals are wake-upped” [“Todos os animais estão levantados”], “Don’t tickle me; I’m laughable” [“Não me faça cócegas; sou risável”] ou “Mommy, why did he dis it appear?” [“Mamãe, por que ele diz apareceu?”], não podem estar imitando os pais. Precisam ter extraído o equivalente mental das regras da gramática que acrescentam sufixos às palavras e organizam verbos e partículas nas orações.

O triunfo da aquisição da linguagem é ainda mais impressionante quando levamos em conta que uma criança falante solucionou um intrincado exemplo do problema da indução: observar uma amostra limitada de fatos e estruturar uma generalização que englobe o conjunto infinito de onde os fatos são tirados.⁷ Os cientistas realizam a indução quando vão além de seus dados e apresentam leis que fazem previsões sobre casos que eles não observaram, como que o gás sob pressão será absorvido por um líquido, ou que os animais de sangue quente têm corpos de dimensões maiores em grandes altitudes. Os filósofos da ciência chamam a indução de “escândalo” porque existe um número infinito de generalizações que são coerentes com qualquer conjunto de observações, e nenhuma base lógica estrita para escolher entre elas.⁸ Não há garantias de que uma lei descoberta este ano continuará valendo no ano que vem, não há limite para o número de curvas suaves que podem ligar um conjunto de pontos num gráfico e, ao se avistar uma ovelha negra na Escócia, nenhuma razão estritamente lógica para escolher dentre as conclusões de que todas as ovelhas na Escócia são negras, pelo menos uma ovelha na Escócia é negra, e no mínimo uma ovelha na Escócia é negra pelo menos de um lado. Como escreveu Mark Twain, a ciência é fascinante porque “se obtêm retornos por atacado em termos de conjectura com um investimento tão mísero em fatos”. E os retornos continuam chegando. Os filósofos da ciência argumentam que as teorias não são apenas descascadas dos fatos, mas criadas por antecedência por suposições razoáveis sobre o modo como o universo funciona, como a de que a natureza obedece a leis e que as teorias mais simples que se encaixem nos fatos têm maior probabilidade de ser verdadeiras que teorias complexas.

Enquanto aprendem sua língua materna, as crianças também estão solucionando um problema de indução. Quando ouvem os pais e irmãos, não podem simplesmente arquivar todas as frases e usar a lista como fonte no futuro, pois senão

seriam autômatos como papagaios. Assim como não podem juntar todas as palavras que descobriram na ordem que bem entenderem. Têm de extrair um conjunto de regras que lhes permitirá compreender e expressar novos pensamentos, e fazê-lo de uma maneira que seja coerente com os padrões de discurso usados pelas pessoas a sua volta. O problema da indução surge porque o discurso ambiente oferece inúmeras oportunidades para a criança embarcar em generalizações sedutoras porém falsas. Por exemplo, quando as crianças aprendem a fazer perguntas, devem ser capazes de passar de *He ate the green eggs with ham* [Ele comeu os ovos verdes com presunto] para *What did he eat?* [O que ele comeu?] e *What did he eat the green eggs with?* [Com que ele comeu os ovos verdes?]. Mas a partir de *He ate the green eggs with ham* elas não devem poder perguntar *What did he eat the green eggs with?* [E o que ele comeu os ovos verdes?]. Para tomar outro exemplo: as frases *Harriet appeared to Sam to be strong* [Harriet pareceu a Sam ser forte] e *Harriet appealed to Sam to be strong* [Harriet pediu a Sam que fosse forte] diferem apenas no movimento da língua em uma única consoante. Seus significados, porém, são completamente diferentes. Uma criança que ouça uma frase não vai generalizar sua interpretação para a outra só porque elas soam tão semelhantes. Para decifrar o código da linguagem, portanto, a cabeça das crianças tem de ser obrigada a escolher apenas as generalizações corretas de todo o discurso que as cerca. Elas não podem ser iludidas pelo som das frases, precisam escarafunchar a estrutura gramatical escondida nas palavras e em sua organização. É essa linha de raciocínio que levou o lingüista Noam Chomsky a propor que a aquisição da linguagem pelas crianças é a chave para a compreensão da natureza da linguagem, e que as crianças devem ser dotadas de uma Gramática Universal inata: um conjunto de mapas do maquinário gramatical que abastece todos os idiomas humanos.⁹ Essa idéia soa mais polêmica do que na verdade é (ou pelo menos mais polêmica do que deveria ser) porque a lógica da indução determina que as crianças façam *algumas* suposições sobre como a língua funciona para conseguir aprender a língua.¹⁰ A única polêmica verdadeira é no que consistem essas suposições: o mapa para um tipo específico de sistema de regras, um conjunto de princípios abstratos ou mecanismos para detectar padrões simples (que também podem ser usados no aprendizado de outras coisas além da língua).¹¹ O estudo científico da aquisição da linguagem visa caracterizar as ferramentas internas da criança para analisar a linguagem, sejam lá quais forem.

A linguagem em si não é um sistema único, mas um dispositivo com vários

componentes. Para entender como as crianças aprendem uma língua, é útil se concentrar em um desses componentes em vez de tentar explicar tudo de uma vez. Existem componentes que organizam sons em palavras, e as palavras em expressões e frases. E cada um desses componentes tem de se relacionar com sistemas cerebrais que comandam a boca, o ouvido, a memória da pessoa para palavras e conceitos, os planos sobre o que dizer e os recursos mentais para atualizar o conhecimento com a apreensão do discurso.

O componente que organiza as palavras em frases e determina o que elas significam é denominado sintaxe. A sintaxe em si engloba vários mecanismos, que são utilizados em diferentes níveis pelas diferentes línguas. Entre eles estão colocar as palavras na ordem certa, garantir a concordância entre elementos como sujeito e verbo e rastrear palavras especiais que atuam de duas maneiras ao mesmo tempo na oração (como o *what* [o que] em *What do you want?* [O que você quer?] — ele serve tanto como o elemento que está sendo questionado e a coisa que se quer).

Um dos principais fenômenos da sintaxe é a forma como as orações são construídas em torno dos verbos. O fenômeno possui vários nomes técnicos (como subcategorização, diátese, estrutura predicado/argumento, valência, adicidade, aridade, estrutura de casos e atribuição de papel temático ou papéis teta), mas vou me referir a ele com o termo tradicional *construções verbais*.¹²

A maioria das pessoas já sabe alguma coisa sobre construções verbais na forma de uma lembrança longínqua da diferença entre verbos transitivos e intransitivos. Verbos intransitivos como *snore* [roncar] aparecem sem um objeto direto, como em *Max snored* [Max roncava]; soa estranho dizer *Max snored a racket* [Max roncava um barulhão]. Verbos transitivos como *sprain* [torcer] exigem um objeto direto, como em *Shirley sprained her ankle* [Shirley torceu o tornozelo]; soa esquisito dizer *Shirley sprained* [Shirley torceu]. As construções transitivas e intransitivas são a ponta do iceberg. Também há verbos que exigem um objeto indireto (objeto precedido por preposição), como em *The swallow darted into a cave* [A andorinha projetou-se para dentro de uma caverna], verbos que exigem um objeto direto e um objeto indireto, como *They funneled rum into the jugs* [Eles colocaram rum nas jarras], e verbos que exigem um complemento em forma de oração, como em *She realized that she would have to get rid of her wolverines* [Ela percebeu que teria de se livrar de seus carcajus]. Um livro da lingüista Beth Levin classifica 3 mil verbos em inglês em cerca de 85 categorias com base nas construções em que eles aparecem; seu subtítulo é *A preliminary investigation* [Uma investigação preliminar].

O verbo, portanto, não é só uma palavra para se referir a uma ação ou um estado, mas é o chassi da frase. É uma estrutura com receptáculos para que as outras partes — o sujeito, o objeto, e vários objetos indiretos e orações subordinadas — sejam anexadas. Assim, uma oração simples com um verbo como base pode ser inserida numa frase mais ampla, que pode ser inserida numa frase ainda mais ampla, e assim por diante, sem limite (como no velho pôster “Sei que você acredita que entende o que acha que eu disse, mas não tenho certeza se você percebe que o que você ouviu não é o que eu quis dizer”).

A informação carregada por um verbo não apenas organiza o núcleo da frase mas ajuda muito a determinar seu significado. Vemos isso com mais clareza em frases que só diferem entre si pela escolha do verbo, como *Barbara caused an injury* [Barbara causou uma lesão] e *Barbara sustained an injury* [Barbara sofreu uma lesão], em que Barbara está envolvida no fato de maneiras completamente diferentes. O mesmo acontece com Norm em *Norm gave a pashmina* [Norm deu uma pashmina] e *Norm received a pashmina* [Norm recebeu uma pashmina]. Não dá para entender o que uma frase significa adivinhando que o sujeito é quem faz e o objeto é o alvo da ação; é preciso verificar também o verbo. A definição do verbo *give* [dar] no dicionário mental indica de alguma forma que o sujeito é quem dá e que o objeto é o que foi dado. A definição de *receive* [receber] diz de alguma forma que seu sujeito é o *receptor* e que o objeto é o que foi dado. A diferença entre *Harriet appearing to Sam to be brave* [parecer corajosa a Sam] e *appealing to Sam to be brave* [pedir a Sam que seja corajoso] mostra que os diversos esquemas para elencar os atores nos papéis podem ser bastante intrincados.

Uma boa forma de avaliar o papel das construções verbais na linguagem é refletir sobre piadas que se baseiam na ambigüidade entre elas: palavras iguais, construções diferentes. Um velho exemplo é o diálogo: “Call me a taxi” [Me chama um táxi/Me chama de táxi]. “O. k., you’re a taxi” [O. k., você é um táxi].¹³ De acordo com uma lista de traduções ruins em hotéis que costuma ser divulgada por e-mail, um bar norueguês ostentava o aviso “Ladies are requested not to have children in the bar” [Pede-se às senhoras que não tenham filhos no estabelecimento]. Em *O silêncio dos inocentes*, Hannibal Lecter (também conhecido como Hannibal the Canibal) provoca seu perseguidor dizendo: “I do wish we could chat longer, but I’m having an old friend for dinner” [Gostaria muito que pudéssemos conversar mais, mas tenho um velho amigo para/de jantar]. E em sua autobiografia o comediante Dick Gregory conta um episódio dos anos 1960: “Na última vez que estive no Sul

entrei num restaurante e uma garçonete branca veio e disse: ‘Não servimos negros aqui’. Eu disse: “Tudo bem. Não como negros. Pode me trazer um frango frito””.¹⁴

As construções em que um verbo pode aparecer dependem em parte de seu significado. Não é coincidência que *snore* seja intransitivo, quando roncar é uma atividade que se realiza sem a ajuda de ninguém, e que *kiss* [beijar] seja transitivo, já que um beijo normalmente exige tanto um beijador quanto um beijado. De acordo com uma antiga suposição da lingüística (aceita tanto pela teoria de Chomsky como pela de alguns de seus opositores, como a Gramática de Casos de Charles Fillmore), o significado de um verbo afeta as construções em que ele aparece porque especifica um pequeno número de papéis que os substantivos podem assumir.¹⁵ (Esses papéis têm várias denominações, entre elas papéis semânticos, papéis de caso, relações semânticas, relações temáticas e funções teta.) Um verbo com apenas um agente (como quem ronca em *snore*) gosta de ser intransitivo, naturalmente, com o agente como sujeito. Um verbo com um agente e uma entidade que sofre a ação (como o beijador e o beijado) gosta de ser transitivo, com o agente como sujeito e o receptor da ação como objeto. E verbos que falam de coisas que vão de um lugar para outro (como o próprio verbo *move* [mover / mudar de lugar]) também tomam um ou mais objetos indiretos, como uma expressão *de-onde* para a origem do movimento e uma expressão *para-onde* para seu destino.

De qualquer maneira, é sabido há muito tempo que o encaixe entre o cenário por trás de um verbo e as construções em que ele pode aparecer é altamente inexato. Em última instância, é o próprio verbo, não o conceito subliminar, que dá a última palavra. Por exemplo, um conceito como “comer” pode constituir a base tanto de um verbo transitivo, como em *devour the pâté* [devorar o patê] (não dá para dizer *Olga devoured* [Olga devorou]), e um intransitivo, como em *dine* [jantar]. E em milhares de casos um verbo se recusa a aparecer em construções que aparentemente fariam pleno sentido, considerando o significado do verbo. Baseando-se apenas no significado, seria de esperar que fosse natural dizer *Sal rumored that Flo would quit* [Sal boatou que Flo ia pedir demissão], ou *The city destroyed* [A cidade destruiu], ou *Boris arranged Maria to come* [Boris organizou Maria para vir]. Mas, embora essas frases sejam perfeitamente compreensíveis, elas soam estranhas aos ouvidos do falante do inglês. Para que as crianças *adquiram* o ouvido de falante da língua, precisam aprender, de alguma maneira, todo esse sistema: o que cada verbo significa, em que construções ele aparece por natureza e quais são os papéis dos vários substantivos que os acompanham na frase. Essa é a toca do coelho que

convido você a explorar — um buraco que leva ao mundo das idéias humanas e dos dramas envolvidos nelas.

Antes de descermos até esse mundo, devo uma explicação sobre o que significa afirmar que “não dá para dizer isso” ou “tal coisa é agramatical”. Esses juízos são os dados empíricos usados com mais frequência na lingüística: uma frase, sob determinada interpretação e em determinado contexto, é classificada como gramatical, agramatical ou duvidosa em vários níveis.¹⁶ Esses juízos não pretendem certificar que uma frase está correta ou incorreta em algum sentido objetivo (seja lá o que isso for), nem são legislados por algum conselho de imortais como a Académie Française. Designar uma frase “agramatical” significa apenas que os falantes nativos tendem a evitá-la, fazem careta quando a ouvem e acham que ela soa esquisito.

Observe também que, quando uma frase é considerada agramatical, ela ainda pode ser usada em determinadas circunstâncias. Existem construções especiais, por exemplo, em que os falantes usam verbos transitivos intransitivamente, como quando um pai ou uma mãe dizem para uma criança *Justin bites* — *I don't want you to bite* [Justin morde — não quero que você morda]. Também existem circunstâncias em que podemos usar verbos intransitivos transitivamente, como quando dizemos *Jesus died a long, painful death* [Jesus morreu uma morte lenta e dolorosa]. E todos nós flexibilizamos um pouco a língua quando nos colocamos numa situação sintática difícil ou não conseguimos descobrir nenhum outro jeito de dizer o que queremos dizer, como em *I would demur that Kepler deserves second place after Newton* [Eu objetaria que Kepler mereça o segundo lugar atrás de Newton], ou *That really threatened the fear of God into the radio people* [Aquilo ameaçou mesmo o temor a Deus nos radialistas]. Chamar uma frase de agramatical significa que ela soa estranha “em condições normais” — isto é, num contexto neutro, com seu sentido convencional, e sem nenhuma circunstância especial em vigor.

Ha quem reprove o hábito dos lingüistas de tratar seus próprios juízos sobre as frases como dados empíricos objetivos. O perigo é que a teoria do coração do lingüista possa interferir inconscientemente em seus julgamentos. É uma preocupação legítima, mas na prática os juízos lingüísticos podem ir bem longe. Uma das gratificações da pesquisa sobre processos cognitivos básicos é que sempre se tem fácil acesso a um espécime da espécie que se estuda, quer dizer, você mesmo. Quando eu era aluno de um laboratório de percepção, perguntei a meu orientador quando íamos parar de gerar sons para ouvir e começar a pesquisa. Ele me cor-

rigiu: para ele, ouvir os sons *era* a pesquisa, já que ele estava convicto de que, se uma seqüência soasse de certo modo para ele, soaria da mesma maneira para todos os outros membros normais da espécie. A título de teste de validação (e para satisfazer os examinadores das revistas científicas), no final pagaríamos a estudantes para ouvir os sons e apertar botões de acordo com o que escutassem, mas os resultados sempre ratificavam o que podíamos ouvir com nossos próprios ouvidos. Sigo a mesma estratégia na psicolingüística, e em dezenas de estudos observei que as taxas médias dos voluntários sempre se alinharam aos juízos subjetivos iniciais dos lingüistas.¹⁷

UM PARADOXO NA LÍNGUA DOS BEBÊS

Coloque-se no lugar de uma criança que está no meio do processo de descobrir como falar a língua do mesmo jeito que ela é falada por seus pais, amigos e irmãos. Você já aprendeu alguns milhares de palavras, e faz uma idéia (não consciente, é claro) da diferença entre sujeito, verbo, objeto direto e objeto indireto. Os verbos continuam aparecendo, e conforme você os aprende tem de descobrir como pode usá-los. Só saber o que um verbo significa não adianta, porque, como vimos, verbos com significados semelhantes podem aparecer em construções diferentes (como *dine* e *devour* [jantar e devorar], ou *hinted* e *rumored* [insinuou e fofocou]); você tem de prestar atenção a quais participantes acompanham o verbo na frase.

Por exemplo, digamos que você tenha ouvido *load* [carregar] numa frase pela primeira vez, como em *Hal is loading hay onto the wagon* [Hal está carregando a carroça com feno]. Digamos que você tenha uma idéia do que as palavras signifiquem, e, observando o que está acontecendo, você vê que Hal está jogando o feno na carroça. Uma aposta segura é arquivar a informação de que *load* pode aparecer numa frase com um sujeito, que expressa quem carrega (Hal); um objeto, que expressa a coisa sendo carregada (o feno); e um complemento de *into* [em], que expressa o recipiente (a carroça). Você já pode dizer ou entender novos exemplos com o mesmo verbo na mesma construção, como *May loaded some compost into the wheelbarrow* [May carregou o carrinho de mão com um pouco de adubo]. (Os lingüistas chamam isso de construção locativa de conteúdo, porque a atenção no objeto da frase recai sobre o conteúdo que está sendo transferido.) Mas você só vai

até esse ponto — não se aventura a dizer *May loaded* [May carregou] (querendo dizer que ela colocou alguma coisa em outra coisa) ou *May loaded into the wheelbarrow* [May carregou no carrinho de mão].

Até aí tudo bem. Dali a pouco você ouve *load* em uma nova construção, como *Hal loaded the wagon with hay* [Hal carregou a carroça com feno]. Mais uma vez o feno está sendo colocado na carroça, e, pelo que você observa, a frase tem o mesmo significado da frase já conhecida *Hal loaded hay onto the wagon*. Você pode então colocar um adendo em seu dicionário mental à entrada para *load*: o verbo também pode aparecer numa construção com um sujeito (o carregador), um objeto (o recipiente, como a carroça) e um objeto com *with* [com] (o conteúdo, como o feno). Os lingüistas chamam isso de construção locativa de recipiente, já que é o recipiente que recebe o foco.

Conforme você continua recolhendo verbos ao longo dos meses e dos anos, encontra outros verbos que funcionam como *load*: eles aparecem em duas construções sinônimas mas divergem se é o conteúdo ou o recipiente que aparece como objeto direto:

Jared sprayed water on the roses. [Jared borrifou água nas rosas.]

Jared sprayed the roses with water. [Jared borrifou as rosas com água.]

Betsy splashed paint onto the wall. [Betsy respingou tinta na parede.]

Betsy splashed the wall with paint. [Betsy respingou a parede com tinta.]

Jared rubbed oil into the wood. [Jared esfregou óleo na madeira.]

Jared rubbed the wood with oil. [Jared esfregou a madeira com óleo.]

Isso está começando a parecer um padrão (o que os lingüistas chamam de alternância), e agora você se vê diante de uma escolha decisiva. Continua acumulando esses pares de verbos, arquivando-os par por par? Ou se arrisca e pressupõe que qualquer verbo que aparecer em uma dessas construções pode aparecer na outra? Essa generalização pode ser concretizada com uma regra que diga mais ou menos: “Se um verbo pode aparecer numa construção locativa de conteúdo, também pode aparecer numa construção locativa de recipiente, e vice-versa”. Com essa regra (que podemos chamar de regra locativa) em mãos, você pode ouvir alguém dizer *brush paint onto the fence* [pincelar tinta na cerca] e presumir que *brush*

the fence with paint [pincelar a cerca com tinta] funciona, sem ter chegado a ouvir a expressão. Da mesma maneira, se ouvir *Babs stuffed the turkey with breadcrumbs* [Babs recheou o peru com farofa], vai supor que *Babs stuffed breadcrumbs into the turkey* [Babs colocou farofa no peru] também dá certo.

É um pequeno passo para dominar o idioma, mas um passo na direção certa. A língua está cheia de famílias de construções que admitem verbos intercambiáveis, e, se as crianças conseguirem desencavar os padrões e estendê-los a novos verbos, conseguirão multiplicar sua velocidade de aprendizado pelo número médio de construções por verbo. Pode ser um caminho importante para se tornar um falante fluente, sem limitações, da língua, diferente daquele que simplesmente regurgita um pequeno número de fórmulas.

Só há um problema. Quando a regra locativa é aplicada a torto e a direito, ela gera muitos erros. Por exemplo, se você a aplicar a *Amy poured water into the glass* [Amy despejou água no copo], chega a *Amy poured the glass with water* [Amy despejou o copo com água], que os falantes do inglês rejeitam (como verifiquei nos dicionários).¹⁸ Você também vai ter problemas se aplicá-la na outra direção, para verbos como *fill* [encher]: embora o inicial *Bobby filled the glass with water* [Bobby encheu o copo com água] esteja certo, o resultante *Bobby filled water into the glass* [Bobby encheu água no copo] não está (novamente, uma pesquisa sustenta a afirmação).¹⁹ E essas não são apenas exceções isoladas. Muitos outros verbos resistem a entrar no moedor de carne da regra locativa. Aqui estão outros quatro rebeldes, dois deles verbos que só gostam do locativo de conteúdo, e dois que só gostam do locativo de recipiente. (Em concordância com a convenção comum na lingüística, pus um asterisco diante das frases que soam estranhas aos falantes nativos.)

Tex nailed posters onto the board. [Tex pregou pôsteres no quadro.]

*Tex nailed the board with posters. [Ted pregou o quadro com pôsteres.]

Serena coiled a rope around the pole. [Serena enrolou uma corda na vara.]

*Serena coiled the pole with a rope. [Serena enrolou a vara com uma corda.]

Ellie covered the bed with an afghan. [Ellie cobriu a cama com uma manta.]

*Ellie covered the afghan onto the bed. [Ellie cobriu uma manta sobre a cama.]

Jimmy drenched his jacket with beer. [Jimmy ensopou o casaco de cerveja.]

*Jimmy drenched beer into his jacket. [Jimmy ensopou cerveja no casaco.]

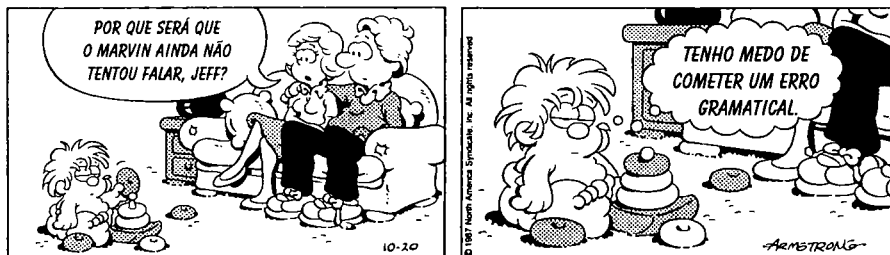
Engraçado... Por que a segunda frase de cada par soa tão estranha?* Não é que as frases esquisitas sejam ininteligíveis. Ninguém ficaria em dúvida sobre o significado de *Amy poured the glass with water* ou *Jimmy drenched beer into his jacket*. Mas a língua não é só um conjunto qualquer de meios pelos quais as pessoas consigam transmitir mensagens. As crianças, com o tempo, acabam se vendo com um protocolo caprichoso que às vezes descarta formas perfeitamente eficientes de comunicação. Mas por quê? Como as crianças conseguem adquirir uma língua infinita quando as regras que ficam tentadas a postular só as deixam em maus lençóis, gerando construções que fazem outros falantes torcerem o nariz? Como eles descobrem que determinados verbos teimosos *não* podem aparecer em construções perfeitamente normais?

Um quebra-cabeça equivalente surge quando se inverte o jeito de pensar no problema e se concebe a criança como senhor e a língua como escravo. Como o inglês nos chega com todos esses verbos excepcionais, considerando que eles deviam ter sido obrigados a se adaptar pela primeira geração de crianças que teve de aprendê-los?

Existem três maneiras de escapar desse paradoxo, mas nenhuma delas é palatável. A primeira é que nós (e a criança hipotética que estávamos imaginando) definimos a regra de modo amplo demais. Talvez a verdadeira regra locativa seja restrita a um subgrupo de verbos que tenham em comum uma característica negligenciada, e as crianças de algum jeito descubram a restrição e a anexem como um aditamento à regra. Mas, se existe tal característica, ela não é nada óbvia, porque os verbos que se submetem à regra e os que resistem a ela são bem próximos em termos de significado. Por exemplo, *pour* [despejar], *fill* [encher] e *load* [carregar] são todas formas de colocar alguma coisa em algum lugar, e têm o mesmo elenco: quem coloca, o conteúdo a ser colocado e um recipiente que é o alvo do movimento. No entanto, *pour* permite apenas o locativo de conteúdo (*pour water*), *fill* permite apenas o locativo de recipiente (*fill the glass*) e *load* admite tanto um quanto outro (*load the hay*, *load the wagon*).

* Na tradução da segunda frase do segundo par, a estranheza não se reproduz, porque o verbo *enrolar* em português admite as duas formas. (N. T.)

A segunda opção é que as crianças não forjem esse tipo de regras. Talvez elas realmente arquivem na memória somente as combinações de verbos e construções que já tenham ouvido no discurso dos mais velhos, e se atenham, conservadoras, a apenas essas combinações. De acordo com essa teoria, elas seriam como Marvin na tira de quadrinhos epônima a seguir.



Marvin — NAS. North American Syndicate.

Bom, isso certamente resolveria o problema. As crianças nunca ficariam tentadas a dizer *pour the cup with juice* [despejar o copo com suco] ou *cover an afghan onto the bed* [cobrir a manta sobre a cama] porque elas nunca teriam ouvido ninguém dizer esse tipo de coisa. Os verbos manteriam seus privilégios perpetuamente, porque as crianças aprenderiam as construções verbo por verbo, assim como aprendem as próprias palavras, cada uma delas uma combinação singular de som e significado.

Alguns linguistas levaram essa hipótese a sério, mas ela não parece estar certa.²⁰ Para começar, seria surpreendente se as crianças fossem *tão* conservadoras assim, a se levar em conta que elas têm uma linguagem infinita para dominar e apenas uma amostra finita de discurso de onde partir. Além disso, a língua inglesa parece se expandir rapidamente para acomodar novos verbos em novas construções, o que sugere que, pelo menos quando chegam à vida adulta, os falantes não são decoradores-de-verbo conservadores. A maioria dos americanos, quando ouve o britanismo *He hoovered ashes from the carpet* [Ele aspirou as cinzas do carpete] (um locativo de conteúdo), logo generaliza para *He hoovered the carpet* [Ele aspirou o carpete] (um locativo de recipiente). Do mesmo modo, quando os locativos de recipiente *burn a CD* [queimar um CD] (gravar músicas nele) e *rip a CD* [arrancar um CD] (copiar músicas dele) entraram no discurso coloquial, os locativos de conteúdo *burn songs onto the CD* [queimar músicas no CD] e *rip songs from the CD* [arrancar músicas do CD] vieram logo atrás (ou talvez tenha sido o contrário).²¹

São só os adultos que fazem essas generalizações, ou elas também podem ser observadas na infância, quando as crianças estão aprendendo a língua? A psicóloga Melissa Bowerman, como muitos psicolingüistas, manteve diários meticulosos sobre a fala dos filhos dela quando pequenos, registrando e analisando todas as anomalias. Ela mostrou que as crianças realmente usam verbos em construções que não podem simplesmente ter gravado da boca de seus pais.²² Aqui estão três exemplos de criativos locativos de conteúdo, e três de criativos locativos de recipiente:

Can I fill some salt into the bear? [Posso encher um pouco de sal no urso?]

I'm going to cover a screen over me. [Vou cobrir uma cortina em cima de mim.]

Feel your hand to that. [Sente sua mão nisso.]

Look, Mom, I'm gonna pour it with water, my belly. [Olha, mãe, vou derrubar ela com água, minha barriga.]

I don't want it because I spilled it of orange juice. [Não quero esse porque espirrei ele de suco.]

I hitted this into my neck. [Bati isso no meu pescoço.]

Para garantir que não se tratasse de erros raros de crianças pouco comuns, o psicólogo Jess Gropen e eu corroboramos as conclusões de duas maneiras. Primeiro, vasculhamos corpora online do discurso infantil, onde encontramos erros semelhantes.²³ Depois, usamos um método para avaliar as generalizações chamado teste *wug*, em homenagem a um estudo clássico da psicóloga Jean Berko Gleason.²⁴ Gleason mostrou a crianças um desenho de um passarinho e disse: “Esse é um *wug*. Agora temos dois. São dois...” — e as animadas crianças de quatro anos de idade completaram com *wugs*, forma que não tinham como ter decorado ouvindo outros adultos. No nosso caso, dissemos a crianças que *mooping* significava levar uma esponja até um pano roxo, fazendo com que ele ficasse verde. Como imaginávamos, as crianças disseram que estávamos *mooping the cloth* [moopando o pano] — um locativo de recipiente que elas nunca tinham ouvido ninguém usar antes.²⁵ Que Marvin Moderado, que nada.

Existe uma terceira saída. Talvez as crianças realmente cometam erros, mas sejam corrigidas pelos pais e, portanto, fiquem disciplinadas a evitar para sempre, a partir de então, o verbo ofensivo naquela construção. Isso também é pouco provável. Apesar da crença disseminada entre os psicólogos de que os pais são responsáveis por tudo o que se desenvolve nos filhos, as tentativas de mostrar que os pais

corrigem as frases irregulares dos filhos, ou que reagem de maneira diferente a elas, não revelaram muita coisa.²⁶ Os pais estão muito mais preocupados com o significado da fala da criança que com sua forma, e, quando tentam corrigir as crianças, elas dão pouca atenção. O diálogo a seguir é bem típico:

CRIANÇA: I turned the raining off. [Eu desliguei a choveção.]

PAI: You mean you turned the sprinkler off? [Você quer dizer que desligou o irrigador?]

CRIANÇA: I turned the raining off of the sprinkler. [Eu desliguei a choveção do irrigador.]

E, mesmo se os pais torcessem mesmo de vez em quando o nariz para os usos estranhos da língua pelos filhos e as crianças lhes dessem atenção, o efeito também não chegaria a ser o que precisamos para solucionar o problema. Muitos dos verbos rebeldes são raros, e mesmo assim as pessoas têm forte intuição sobre o que os verbos podem e não podem fazer. As pessoas sentem que jamais poderiam dizer *They festooned ribbons onto the stage* [Eles adornaram fitas no palco] ou *She siphoned the bottle with gasoline* [Ela escoou a garrafa com gasolina], embora contagens da frequência das palavras mostrem que esses verbos são literalmente um em um milhão.²⁷ É improvável que todos os falantes tenham pronunciado cada um dos verbos obstinados em cada uma das construções irregulares em algum momento da infância (ou até da vida adulta), tenham sido corrigidos e hoje achem o uso estranho em decorrência daquele episódio.

Temos um paradoxo.²⁸ As pessoas fazem generalizações desde crianças. Evitam fazer a generalização com certas palavras (pelo menos quando adultas). Não é porque tenham sido corrigidas para cada generalização excessiva. E não há nenhuma diferença sistemática entre as palavras que se permitem ser generalizadas e as que não permitem. Não dá para essas quatro afirmações serem todas verdadeiras.

Por que se preocupar com o que parece um pequeno problema num cantinho obtuso da psicolinguística? O motivo é que a facilidade de aprendizagem da construção locativa é típica dos muitos paradoxos sobre a explicação da linguagem, em que padrões parciais, sedutores demais para ser ignorados e perigosos demais para ser aplicados, são onipresentes. Em *Crazy English*, o especialista em linguagem Richard Lederer chama nossa atenção para alguns deles:

If adults commit adultery, do infants commit infantr? If olive oil is made from olives, what do they make baby oil from? If a vegetarian eats vegetables, what does a

humanitarian consume? A writer is someone who writes, and a stinger is something that stings. But fingers don't fing, grocers don't groce, hammers don't ham, humdingers don't humding, ushers don't ush, e haberdashers do not haberdash [...]

[...] If the plural of *tooth* is *teeth*, shouldn't the plural of *booth* be *beeth*? One goose, two geese — so one moose, two meese? If people ring a bell today and rang a bell yesterday, why don't we say they flang a ball? If they wrote a letter, perhaps they also bote their tongue.²⁹

[Se adultos cometem adultério, os bebês cometem infantaria? Se o óleo de oliva é feito de azeitonas, do que se faz o óleo para bebês? Se um vegetariano come vegetais, o que um humanitário consome? O escritor é alguém que escreve, e o ferrão é uma coisa que pica. Mas dedos não *fing*, supermercadistas não *groce*, martelos não *ham*, uma pessoa estupenda não *humding*, lanterninhas não *ush*, e camiseiros não *haberdash* [...]

[...] Se o plural de dente é dentes, o plural de cabine não devia ser *beeth*? Um ganso, dois gansos — portanto um alce, dois *meese*? Se as pessoas tocam a campainha hoje e tocaram a campainha ontem, por que não dizemos que elas *flang* a bola? Se elas escreveram uma carta, talvez também tenham *bote* a língua. (Os termos em itálico não são correntes na língua inglesa.)]

Cada uma dessas peculiaridades define um problema científico para a lingüística e a psicologia. A do segundo parágrafo — plurais e pretéritos irregulares — é tão complicada a ponto de eu ter escrito um livro e vários trabalhos tentando explicá-la.³⁰ Infelizmente, minha solução favorita para o quebra-cabeça não ajuda em nada aqui. Formas irregulares como *teeth* e *rang* são o que os lingüistas chamam de exceções positivas: elas existem, embora a regra normal do inglês, como “acrescente *-ed* para formar o pretérito”, não as produzam. As crianças as aprendem quando as ouvem, uma por vez. Também já temos uma boa idéia de como as crianças usam exceções positivas para evitar ou bloquear as formas governadas pela regra, de forma a não dizer *flang* ou *meese*. As conjugações e as flexões são organizadas primorosamente em paradigmas, no qual cada verbo normalmente tem uma única forma de pretérito e cada substantivo uma única forma de plural. Quando a criança ouve *Boggs flung the ball* [Boggs arremessou a bola] ou *Vern shot two moose* [Vern atirou em dois alces], essas formas irregulares assumem uma posição na matriz mental e repelem as formas rivais *flang* e *meese* (junto com *flinged* e *mooses*).³¹

Mas as incompatibilidades de verbo e construção são exceções *negativas*: elas *não* existem, apesar de *haver* uma regra para gerá-las. As crianças não recebem evidências diretas do discurso dos pais de que essas formas sejam agramaticais. O fato de elas não as ouvirem — o cachorro que não latiu daquela história de Sherlock Holmes — não é prova por si só, porque existe um número infinito de formas perfeitamente gramaticais que elas também não ouvem, e elas não podem sair descartando-as de cara, senão estariam relegadas a repetir como papagaios. Nem podem usar uma forma concorrente para evitá-las (do modo como *flung* evita *fling* e *flang*), porque as construções verbais, diferentemente das conjugações, não se organizam em compartimentos regulares. A razão para não se poder dizer *pin a board with posters* [pregou o quadro com pôsteres] ou *coil the pole with a rope* [enrolar a vara com uma corda] não é que cada uma dessas expressões seja repelida por algum sinônimo que proteja o território gramatical do mesmo jeito que *flung* repele *flang* e *flinged*. *Não existe* um verbo que permita que alguém fale de cobrir o quadro pregando pôsteres nele na construção do locativo de recipiente.

O paradoxo da aprendibilidade do verbo chama a atenção por outro motivo. Mais ou menos na metade do nosso mergulho de uma visão ampla da mente humana até a aquisição das construções locativas, eu disse que a aquisição da linguagem é um exemplo do problema da indução — fazer generalizações válidas sobre o futuro a partir de dados limitados disponíveis no presente, envolvam eles a aquisição da linguagem por uma criança, o aprendizado de um computador ou a teorização feita por cientistas. A sinuca em que nos vemos é comum a todo tipo de indução: como fugir de uma hipótese generalizante demais na ausência de dados negativos.³² Se você enquadrar uma conclusão de forma excessivamente abrangente, e não receber do mundo a resposta corretiva completa (digamos que você cresceu achando que todos os cisnes são brancos, e nunca vá à Nova Zelândia, onde veria cisnes negros), corre o risco de nunca descobrir que está errado. Nesse caso, uma criança hipotética fica tentada a generalizar que todos os verbos sobre transferir uma coisa para algum lugar podem ser expressos em qualquer uma das duas construções do inglês. Mas, de alguma maneira, as crianças viram adultos que generalizam mais que apenas os verbos que já ouviram, mas que inexplicavelmente fogem de alguns verbos que nunca ouviram. A construção locativa (assim como construções semelhantes) nos coloca diante do paradoxo de uma criança que parece aprender o inaprendível, e por isso virou foco da atenção de lingüistas e cientistas da computação interessados na lógica do aprendizado em geral.

A natureza não se desvia de seu curso só para nos confundir. Se algum fenômeno parece não fazer sentido, por mais que o analisemos sob todos os aspectos, é provável que não estejamos conseguindo enxergar algum princípio mais profundo sobre como as coisas funcionam. É exatamente o que acontece com o paradoxo do aprendizado dos verbos locativos, e os princípios que estão faltando tratam dos tipos de idéias que povoam a mente humana.

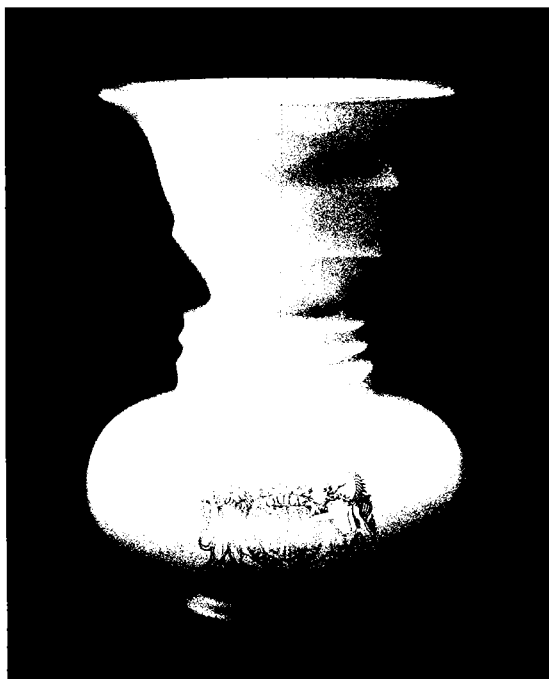
INVERTENDO O ENQUADRAMENTO

Dos quatro fatos aparentes que não podem ser todos verdadeiros ao mesmo tempo — as pessoas fazem generalizações; elas evitam determinadas exceções; as exceções são imprevisíveis; e as crianças não são corrigidas de todos os erros —, o que é mais passível de ataque é sobre a imprevisibilidade das exceções, que diz que não há como distinguir os verbos que fazem parte de uma alternância daqueles que não a toleram. Talvez simplesmente não tenhamos procurado com empenho suficiente. Muitas vezes um padrão lingüístico que de início soa aleatório revela possuir uma cláusula que separa os cabritos das ovelhas. Por exemplo, o mistério de por que no inglês não se pode aplicar os sufixos *-er* e *-est* a certos adjetivos, como em *specialer* [mais especial] e *beautifullest* [mais bonito], foi decifrado quando alguém percebeu que os sufixos só se aplicam a palavras que sejam monossilábicas (*redder, nicer, older* [mais vermelho, mais simpático, mais velho]) ou que tenham no máximo uma segunda sílaba fraca (*prettier, simpler, narrower* [mais bonito, mais simples, mais estreito]). Talvez também haja um critério sutil que distinga os verbos alistados na construção locativa dos desertores — o que o lingüista Benjamin Lee Whorf chamou de criptotipo.³³ Se as regras das crianças forem sensíveis a esse critério, o paradoxo desaparecerá. É pouco provável que o critério oculto envolva o som dos verbos, já que sob esse aspecto eles são bem parecidos; é mais provável que envolva seu significado.

A revelação, na minha cabeça, surgiu com um estudo de duas lingüistas, Malka Rappaport Hovav e Beth Levin, que na época trabalhavam pertinho de mim no MIT.³⁴ Sob a influência de Chomsky, os lingüistas tendiam a pensar nas regras como operações de “cortar e colar” expressões, como transferir um complemento preposicionado para a esquerda, na posição do objeto direto, ou transferir o objeto direto para a direita numa expressão, para uma expressão preposicio-

nada.³⁵ Foi esse modo de pensar que fez com que parecesse tão estranho que a regra do locativo só se preocupasse com o conteúdo do verbo, assim como seria estranho se seu programa de processamento de texto anunciasse que se recusava a recortar e colar palavras com certos significados, mas recortasse e colasse direitinho outras palavras. Mas e se a regra transformasse não a organização das expressões numa construção, mas alguma coisa bem mais abstrata, ou seja, o enquadramento dos fatos embutido em seu significado?

Imagine que o significado da construção locativa de conteúdo seja “A faz com que B vá para C”, mas o significado da construção locativa de recipiente seja “A faz com que C mude de estado (ao fazer com que B vá para C)”. Em outras palavras, *loading hay onto the wagon* [colocar feno na carroça] é uma coisa que se faz com o feno (ou seja, fazer com que ele vá para a carroça), enquanto *loading the wagon with hay* [carregar a carroça com feno] é uma coisa que se faz com a carroça (ou seja, fazer com que ela fique carregada de feno). São duas interpretações diferentes do mesmo fato, um pouco como a clássica ilusão de óptica gestáltica rosto—vaso, em que a figura e o fundo trocam de lugar na consciência do observador:



Nas orações com o feno e a carroça, a inversão entre a figura e o fundo não está na imaginação, mas na própria mente — a interpretação sobre do que realmente trata o fato.

À primeira vista, a diferença entre fazer com que uma coisa vá para um lugar e fazer com que um lugar mude ao se transferir uma coisa para ele pode parecer tão exageradamente detalhista quanto a diferença entre se a destruição do World Trade Center consistiu em um ou dois acontecimentos — uma questão de “mera semântica”. Mas, assim como a dinheirama em jogo depois do Onze de Setembro, a mera semântica às vezes faz diferença.

Para começar, essa nova compreensão do fenômeno é mais simples e mais elegante — nem sempre sinal de que uma teoria é verdadeira, mas também algo que não deve ser ignorado. Quando reconcebida como uma inversão gestáltica conceitual, a regra do locativo não é mais uma questão de recortar e colar expressões de modos complicados sem nenhum motivo especial. Ela pode, agora, ser fatorada em duas regras bem genéricas e muito úteis:

- Uma regra de interpretação semântica (a inversão gestáltica): Se um verbo significa “A faz com que B vá para C”, ele também pode significar “A faz com que C mude de estado ao transferir B para ele”.
- Uma regra para ligar o significado à forma: Expressa-se a entidade afetada como o objeto direto.

No locativo de conteúdo (*load hay onto the wagon*), temos *hay* como o objeto direto, porque o acontecimento é interpretado como alguma coisa que é feita com o feno. No locativo de recipiente (*load the wagon with hay*), temos *the wagon* como o objeto direto, porque o fato está sendo interpretado como alguma coisa que está sendo feita com a carroça. Outras regras de ligação referem-se a como os outros participantes são expressos. Uma regra liga o agente causal (a pessoa que carrega a carroça) ao sujeito. A outra liga participantes adicionais a complementos preposicionados, cada um com a preposição adequada a seu significado. A preposição *into* significa “to in”, isto é, “para uma porção interior de”; *onto* quer dizer “to on” [para sobre]; *with* [com] significa “um meio de mudar alguma coisa”.

Embora tenhamos substituído uma regra por várias, o panorama em si é mais simples, porque, como veremos, essas regras são reutilizadas em diversas combinações por toda a língua. E conseguimos explicar *por que* a regra do locativo

faz o que faz. O participante *wagon* tem de passar de complemento preposicionado a objeto direto (em vez de ser colado em qualquer outra posição antiga), porque aquele participante está sendo interpretado como “a entidade afetada”, e as entidades afetadas, sejam elas coisas que mudem de lugar ou coisas que mudem de estado, são expressas na sintaxe como objetos diretos.

Prometi a você que o motivo da obsessão com construções de locativo num livro sobre a natureza humana era o fato de que elas nos fazem revelações sobre como os seres humanos pensam. Uma dessas revelações foi mencionada no primeiro capítulo: a mente tem o poder de enquadrar uma única situação de modos bastante diferente. Aqui vemos que esse poder é tão predominante que não é só recrutado em discussões acaloradas como invadir o Iraque versus libertar o Iraque, ou manipular uma bola de células versus matar uma pessoinha, casos em que ninguém se surpreende com a possibilidade de perspectivas diferentes. Não, ele impregna a forma como interpretamos até os mais simples, mais concretos e mais inócuos acontecimentos do cotidiano, como colocar feno numa carroça ou recheio num peru.

O esquadrinhamento da construção locativa não mostra apenas que interpretar e reinterpretar é um poder básico da cognição, mas evidencia também os elementos que compõem cada interpretação, e algumas de suas excentricidades. A teoria da inversão gestáltica implica que as duas construções locativas, ao contrário das primeiras impressões, não são completamente sinônimas. Tem de haver situações em que uma construção seja aplicável e a outra não. E é exatamente esse o caso.

Quando alguém *load hay onto a wagon*, pode ser qualquer quantidade, mesmo só um pequeno punhado. Quando alguém *load the wagon with hay*, a implicação é que a carroça ficou cheia.³⁶ Essa diferença sutil, que os linguistas chamam de efeito holístico, pode ser observada em outros verbos locativos: *to spray the roses with water* [borrifar as rosas com água] implica que todas elas foram borrifadas (diferente de simplesmente *spraying water onto the roses* [borrifar água nas rosas]), e *to stuff the turkey with breadcrumbs* [rechear o peru com farofa] implica que ele foi totalmente recheado.

O efeito holístico não é uma cláusula arbitrária anexada à regra, como uma emenda oportunista na lei orçamentária. Ele é consequência da natureza do que faz a regra, isto é, interpretar o recipiente como a coisa que é afetada. E isso, por sua vez, revela uma característica interessante do modo como a mente concebe o que as coisas são e como elas mudam. O efeito holístico revela-se não estar restrito à construção de locativo; ele se aplica a objetos diretos em geral. Por exemplo, a

frase *Moondog drank from the glass of beer* [Moondog bebeu do copo de cerveja] (em que *the glass* é complemento de *from*) é coerente com o fato de ele ter tomado só alguns goles. Mas a frase *Moondog drank the glass of beer* [Moondog bebeu o copo de cerveja] (em que *the glass* é objeto direto) implica que ele virou o copo. Do mesmo modo, dá para dizer *He climbed up the mountain* [Ele subiu a montanha] mesmo que ele tenha pensado melhor no meio do caminho e descido, mas, se alguém disser *He climbed the mountain* [Ele escalou a montanha], está sugerindo que ele chegou ao cume. Ou pense na diferença entre as frases de cada uma das duplas a seguir, que à primeira vista parecem sinônimas:

Peter painted on the door. [Peter pintou na porta.]

Peter painted the door. [Peter pintou a porta.]

Betty put butter on the bun. [Betty pôs manteiga no pão.]

Betty buttered the bun. [Betty passou manteiga no pão.]

Polly removed peel from the apple. [Polly tirou casca da maçã.]

Polly peeled the apple. [Polly descascou a maçã.]

Em cada dupla, a segunda frase, que expressa a entidade afetada como objeto direto, implica que se fez alguma coisa com a coisa inteira, não só com parte dela: a porta foi inteiramente pintada, o pão, totalmente untado com manteiga, e a maçã, completamente descascada.

Mas o efeito holístico é ainda mais abrangente. Não é tanto uma propriedade do objeto direto (que é apenas uma posição na frase), mas é também uma propriedade do *conceito* que tende a ser expresso como objeto direto, isto é, a entidade que está sendo afetada. Nos exemplos que analisamos, a entidade afetada por acaso está expressa como objeto direto, porque, quando a oração contém um agente causal, o agente normalmente chega primeiro à vaga do sujeito. Quando o agente não é mencionado, entretanto, a entidade afetada pode ser o sujeito, como em *The ball rolled* [A bola rolou] ou *The butter melted* [A manteiga derreteu]. E, o mais importante é que, quando o sujeito realmente é uma entidade afetada, ele é interpretado holisticamente, assim como os objetos diretos. Esse fato é mais bem observado em belas duplas como essas:

Bees are swarming in the garden. [Abelhas estão infestando o jardim.]

The garden is swarming with bees. [O jardim está infestado de abelhas.]

Juice dripped from the peach. [O suco pingava do pêsego.]

The peach was dripping with juice. [O pêsego estava pingando de suco.]

Ants crawled over the gingerbread. [Formigas fervilhavam sobre o pão de gengibre.]

The gingerbread was crawling with ants. [O pão de gengibre estava fervilhando de formigas.]

A segunda frase de cada dupla apresenta uma imagem sensorial de uma entidade tão saturada de essência ou de fragmentos que a mente junta os dois e entende que toda a entidade está fazendo o que a coisa ou os fragmentos normalmente fazem: o jardim pulula, o pêsego pinga, o pão fervilha.

Mas *por que* o conteúdo é interpretado como o todo nesses construções? O motivo é que a língua trata uma entidade que *muda de estado* (a carroça carregada, as rosas borrifadas, a porta pintada) do mesmo modo como trata uma entidade que *muda de lugar* (o feno colocado, a água borrifada, a tinta respingada). O estado é concebido como uma localização em um espaço de estados possíveis, e a mudança de estado é comparada à mudança de um lugar para o outro nesse espaço-estado. Dessa maneira, as construções locativas ilustram uma segunda descoberta no mundo oculto toca do coelho adentro, a onipresença da metáfora na linguagem cotidiana. O lingüista Ray Jackendoff explorou a maneira como muitas das palavras e construções usadas para movimento, localização ou obstrução do movimento no espaço físico também são usadas para um tipo metafórico de movimento, localização ou obstrução do movimento no espaço-estado.³⁷

Pedro went from first base to second base. [Pedro foi da primeira base à segunda base.]

Pedro went from sick to well. [Pedro passou de doente a saudável.]

Pedro was at second base. [Pedro estava na segunda base.]

Pedro was sick. [Pedro estava doente.]

The manager kept Pedro at first base. [O técnico manteve Pedro na primeira base.]

The doctor kept Pedro well. [O médico manteve Pedro saudável.]

Na primeira frase, o corpo de Pedro realmente se moveu no espaço, mas, na segunda, ele nem precisa ter se mexido; só sua situação mudou de lugar, em termos metafóricos. Os conceitos de espaço parecem contagiar também outros conceitos, como vimos no primeiro capítulo quando observamos que as pessoas contam e mensuram acontecimentos como se eles fossem objetos feitos de matéria temporal. As pessoas também usam o espaço como modelo para um contínuo abstrato quando falam de *rising* [ascensão] ou *falling* [queda] de seu salário, de seu peso, de seu moral,³⁸ ou quando desenham pontos para representar qualquer coisa em gráficos.³⁹ Se a onipresença da metáfora é uma descoberta revolucionária sobre a mente, um fato banal sobre a história da linguagem ou algum meio-termo entre os dois, isso será tema de um capítulo posterior. Minha intenção aqui é mostrar como a psicologia do espaço esclarece o efeito holístico, e nos indica algo sobre a psicologia dos conceitos em geral.

Quando a mente concebe uma entidade numa localização ou em movimento, ela tende a ignorar a geometria interna do objeto e tratá-lo como um ponto de dimensões insignificantes ou como uma massa amorfa. O lingüista Len Talmy observa que uma preposição típica ou outro termo espacial especifica um relacionamento entre uma figura e um lugar que é definido por algum objeto de referência.⁴⁰ Em geral o objeto de referência é maior e mais proeminente, e a figura se move ou tem sua localização definida em relação a ele. (A exceção que comprova a regra é a tirada de Beatrice Lillie sobre o *Queen Mary* na primeira vez que ela o viu: “Quanto tempo leva para esse lugar chegar a Londres?”.). E em geral o objeto de referência é especificado em detalhes mais geométricos. Ele é concebido como tendo um certo número de dimensões: uma dimensão, como uma vareta ou um cordão; duas dimensões, como uma folha de papel ou uma placa de madeira; ou três dimensões, como um sofá ou uma melancia. E é concebido com certos eixos, partes, cavidades e limites que se alinham a essas dimensões.

Assim, a figura que está sendo posicionada e o lugar onde se diz que ela está localizada são tratados de forma diferente na linguagem: a primeira é reduzida a uma partícula sem dimensões, cuja geometria interna é ignorada; o segundo é diagramado, pelo menos esquematicamente. Tome as expressões *on your hand* [sobre a sua mão], *under your hand* [sob a sua mão], e *in your hand* [na / dentro da sua mão].

Cada uma escolhe um aspecto da geometria da mão: a parte superior, a parte inferior e a cavidade que ela forma. A escolha da preposição depende dessa geometria: uma bolinha de gude pode estar *in one's hand* [na mão de alguém] se a mão estiver formando uma concha e a bolinha estiver do lado da palma, mas a bolinha estará *on it* [sobre ela] se a mão estiver esticada e a bolinha estiver nas costas da mão. A bolinha não pode estar *in* [dentro] do antebraço, da canela ou do tronco de alguém, já que essas partes são concebidas como unidimensionais. Compare esse esquema ao tratamento estilizado da figura que está sendo localizada. Nesses exemplos citei uma bolinha de gude, mas a figura pode ter qualquer forma ou configuração: pode ser uma bolinha de gude, um palito de fósforo, uma caixa de fósforos ou uma mariposa, e eles podem estar eretos, de lado ou de cabeça para baixo, e ainda assim poderão estar *in*, *on* ou *under your hand*. É verdade que nem todas as preposições tratam a figura como uma massa ou um ponto: *along* [ao longo de] e *across* [através de], por exemplo, exigem que a figura seja alongada. Mas a maioria das preposições mais comuns é míope no que diz respeito à figura que está sendo posicionada.

Isso nos leva a uma explicação mais profunda do efeito holístico. Na alternância locativa, quando o recipiente (como *the wagon* em *load hay into the wagon*) é promovido a objeto direto, ele também é reanalisado em termos conceituais como algo que foi movido no espaço-estado (da posição “vazia” para a posição “cheia”). E, nessa reinterpretação, ele é compactado e vira um ponto, sua geometria interna é eliminada. Carroças ficam carregadas, canteiros borrifados, perus recheados, não como organizações da matéria no espaço com nichos e esconderijos que acomodam pedacinhos de matéria separadamente, mas como entidades que estão, tomadas como um todo, prontas para transportar, para florescer ou para assar. Pensando bem, efeito holístico é um nome meio inadequado. Estamos falando, na verdade, de um efeito de *mudança de estado*, e normalmente o meio mais natural de um objeto mudar de estado quando alguma coisa é acrescentada a ele é quando a coisa preenche toda a cavidade ou superfície destinada a recebê-la. Mas, se um objeto pode ser pensado como algo que muda de estado mesmo quando só tem a coisa em *uma* parte, então o locativo de recipiente também pode ser usado ali. Assim, podemos dizer que um grafiteiro *sprayed a statue with paint* [pintou uma estátua com spray] mesmo que ele tenha pintado só uma parte dela, porque uma única borrifada basta para que as pessoas a considerem desfigurada.

Para fechar o ciclo, tenho que mostrar como a teoria soluciona o paradoxo original. Como a idéia de que o locativo é uma inversão gestáltica explica por que

alguns verbos permitem a mudança enquanto outros verbos, à primeira vista semelhantes a eles, não permitem? A resposta é a química entre o significado da construção e o significado do verbo. Para pegar um caso simples, pode-se *throw a cat into the room* [jogar um gato na sala], mas não se pode *throw the room with a cat* [jogar a sala com um gato], porque só o fato de jogar alguma coisa numa sala não é normalmente interpretado como forma de mudar o estado da sala. Essa química se aplica também a casos mais sutis. Verbos que diferem entre si em sua peculiaridade sintática, como *pour* [despejar], *fill* [encher] e *load* [carregar], dizem respeito todos a transferir alguma coisa para algum lugar, dando-nos a impressão de serem farinha do mesmo saco. Mas, num exame mais minucioso, cada um desses verbos revela possuir um tipo distinto de peculiaridade *semântica* — eles diferem entre si quanto ao aspecto do movimento com que estão preocupados.

Considere o verbo *pour* e pense em quando pode usá-lo. *Pour* [despejar] significa, mais ou menos, permitir que um líquido se mova para baixo num fluxo contínuo. Ele especifica a relação causal de “deixar”, em vez de “forçar”, e especifica um tipo de movimento; esses são os pedacinhos de significado que o diferenciam de outras formas de mover líquidos, como *spray* [borrifar], *splash* [respingar] e *spew* [vomitar/expelir]. Como *pour* diz algo sobre o movimento, ele pode ser usado em construções sobre movimento; portanto, pode-se *pour water into the glass* [despejar água no copo]. Mas *pour* não está nem aí para como ou onde o líquido fica no final. Você pode despejar água no copo, pelo chão, ou pela janelinha de um avião, dispersando-a numa névoa. Nada de previsível acontece com o destino de um líquido despejado e, portanto, o verbo não combina com uma construção que especifique como o estado do vasilhame foi modificado. Dessa forma, não podemos dizer *she poured the glass with water* [ela despejou o copo com água].

Considere agora o verbo *fill* [encher]. *Fill* alguma coisa significa fazer com que ela fique cheia (não é coincidência que *fill* e *full* [cheio] soem parecidos). O que interessa é o estado do recipiente: se não está cheio, não encheu. Mas *fill* é apático em relação a *como* o vasilhame ficou cheio. Você pode encher um copo despejando água nele, é claro, mas também pode enchê-lo mergulhando o copo numa banheira, ou segurando-o a céu aberto durante uma tempestade, ou deixando uma torneira pingar sobre ele a noite inteira. É por isso que, em termos sintáticos, *fill* é o exato contrário de *pour*: ao especificar a mudança de estado de um recipiente, ele é compatível com uma construção que se refira a uma mudança de estado e, portanto, nos permite dizer *fill the glass with water* [encher o copo com

água]. Mas, como não informa nada sobre a causa ou o movimento do conteúdo, não é compatível com uma construção que se refira só ao movimento, e assim não permite que digamos *fill water into the glass* [encher água no copo].

Por fim, considere o verbo em inglês *load* [carregar]. Qual é a linha em comum que liga o que se faz com o feno e com a carroça, com balas e com uma arma, com filme e com uma câmera, com malas e com o carro, e com software e com o computador? Não é só uma coisa que é colocada em um lugar. A coisa tem de ser do tamanho, da forma ou do conteúdo certo para permitir que o lugar faça o que tem de fazer — atire, tire fotos, faça uma viagem, e assim por diante. Não dá para *load the camera* [carregar a câmera] colocando feno ou balas nela, assim como você não terá *loaded the car* [carregado o carro] se jogar as malas do papai no portamalas e largar as da mamãe na calçada. Na verdade, você nem sequer *loaded the camera* se tiver colocado o filme atrás da tampa da lente ou na caixinha, em vez de no lugar certo para o filme. O verbo *load*, assim, especifica ao mesmo tempo alguma coisa sobre o conteúdo que foi movido e sobre como o recipiente foi modificado. Portanto, ele se encaixa tanto no locativo de conteúdo (*loaded the film* [carregou o filme]*) ou no locativo de conteúdo (*loaded the camera* [carregou a câmera]).

Como é possível testar essa teoria? O jeito mais simples é criar um teste *wug* que ensine diversos tipos de verbos locativos inventados a crianças ou adultos e então observar como eles usam os verbos. Quando o verbo disser respeito a um movimento, as pessoas devem usá-lo espontaneamente numa construção de locativo de conteúdo; quando disser respeito a uma mudança de estado, devem usá-lo num locativo de recipiente. Gropen e eu fizemos o teste *wug* (um teste *moop*, para ser mais exato).⁴¹ Em algumas das variações experimentais, *moop* referia-se a mover alguma coisa de uma maneira bem evidente, como fazer zigzague com uma esponja até um pano úmido roxo. Em outras, o verbo também se referia a mover a esponja até um pano, mas dessa vez o tipo de movimento era indefinido e o pano ficava ou verde ou cor-de-rosa quando a esponja encostava nele. Quando o verbo descrevia o movimento em zigzague, crianças e adultos tenderam mais a descrever o fato como *moop the sponge* [moopar a esponja], um locativo de conteúdo. Quando ele descrevia o movimento que resultava na mudança de cor, eles

* Em português, esse sentido de *carregar* é apenas locativo de recipiente, por isso não se diz “carregou o filme na câmera”. (N. T.)

tenderam mais a descrevê-lo como *moop the cloth* [moopar o pano], um locativo de recipiente. É exatamente o que alguém preveria se as pessoas inserissem um verbo numa construção de acordo com qual aspecto do fato o verbo ressalta. (Aos curiosos: Para fazer uma poção que mude de cor sob comando, ferva pequenos pedaços de repolho roxo em água, depois retire o repolho e deixe o líquido roxo esfriar. Se você acrescentar uma substância alcalina, como bicarbonato de sódio, ele ficará verde; se acrescentar um ácido, como suco de limão, ele ficará rosa. O suco de repolho vendido nos supermercados é vermelho porque já foi adicionado vinagre a ele.)

Assim, ao tentar montar o quebra-cabeça de como as crianças inferem a sintaxe de sua língua materna, fomos obrigados a reconhecer o que elas tiveram de aprender: de uma operação de recortar e colar expressões para uma inversão gestáltica de como a situação é interpretada. Isso revelou várias características básicas de nossos processos mentais: que a mente emprega um conjunto de enquadramentos rivais capazes de interpretar até o fato cotidiano mais sem graça de mais de uma maneira; que o enquadramento para pensar em uma mudança de lugar no espaço real pode ser metaforicamente estendido para conceitualizar uma mudança de estado como um movimento no espaço-estado; e que, quando a mente concebe uma entidade como algo que está em algum lugar ou que vai a algum lugar, ela tende a transformá-la num ponto amorfo holístico.

Essas conclusões, porém, suscitam novas perguntas. Será a mente tão flexível a ponto de poder conceitualizar qualquer acontecimento de qualquer maneira que seja? Se é, como conseguimos chegar a algum lugar quando pensamos e falamos? E há mais alguma coisa em nossa compreensão básica do movimento e da mudança que apenas um ponto que está em algum lugar vai para algum lugar ou muda sob algum aspecto?

PENSAMENTOS SOBRE MUDAR DE LUGAR E MUDAR DE ESTADO

A flexibilidade da mente humana — sua capacidade de inverter enquadramentos, fazer mudanças gestálticas ou reinterpretar fatos — é um talento fantástico. Mas ela dificulta prever como uma pessoa pensará ou falará sobre determinada situação. Quando bato na parede com um bastão, estou afetando o bastão por movê-lo até a parede ou afetando a parede e usando o bastão como instrumento? Quando Harold gosta de Hildy, é ele que está se motivando a pensar coi-

sas boas sobre ela ou é ela que o está motivando a aprová-la? Se Bill faz uma imitação de John Travolta em *Embalos de sábado à noite*, ele está provocando o riso de Debbie do mesmo modo como provoca o estouro de um balão quando o espeta, ou Debbie tem livre-arbítrio suficiente para que “causalidade” não seja a maneira adequada de pensar na situação? Quando Becky grita numa sala barulhenta para Liz, que está do outro lado, o que ela está fazendo: afetando Liz, criando uma mensagem, fazendo barulho, enviando uma mensagem para o outro lado da sala ou apenas mexendo seus músculos de determinada maneira? Até a distinção cognitiva mais palpável — quem fez algo e quem recebeu uma ação — pode ser mentalmente invertida, como quando um jogador de hóquei grita “Beije meu cotovelo!”, ou como quando Woody Allen, em *Sonhos de um sedutor*, entra numa briga com uns sujeitos de bicicleta e conta aos amigos: “Bati com o queixo no punho de um cara e atingi outro no joelho com o nariz”.

A flexibilidade cognitiva é, sob muitos aspectos, uma bênção, mas, quando se tenta descobrir como a linguagem funciona, é mais uma praga. A linguagem deveria nos fornecer uma maneira de comunicar quem fez o que a quem. Mas como ela vai conseguir fazer isso se duas pessoas podem olhar para o mesmo acontecimento e decidir de forma diferente o “quem”, o “o que” e o “a quem”? Não se trata apenas de uma preocupação hipotética; ela subverte o poder explanatório da teoria da inversão gestáltica para como as crianças aprendem os verbos. Para reconquistá-la, somos obrigados a escavar ainda mais fundo a psicologia do movimento e da mudança de estado.

O problema é o seguinte. Se as pessoas são mentalmente ágeis o suficiente para interpretar os fatos de várias maneiras, o que impede uma criança de interpretar o sentido de *to nail* [pregar] como “obscurer uma superfície pregando coisas nela” ou de *to coil* como “fazer com que um objeto longo tenha um filamento ao seu redor”? Se a resposta fosse “Nada”, nada impediria que uma criança dissesse *Tex nailed the house with shingles* [Tex pregou a casa com tábuas] ou *Serena coiled a pole with a rope* [Serena enrolou a vara com uma corda],* estaríamos de volta ao ponto em que começamos. Com a flexibilidade cognitiva suficiente, *qualquer* verbo que especifique o movimento de conteúdos poderia ser reinterpretado como um verbo que especificasse uma mudança de estado do recipiente. Caso em que tudo serviria — qualquer verbo poderia ser usado de qualquer maneira.

* A estranheza não se reproduz na tradução para o português. (N. T.)

Temos bons motivos, é claro, para acreditar que os falantes da mesma língua concebiam os acontecimentos de forma semelhante, porque fazem juízos semelhantes sobre como os verbos podem ser usados. Mas como eles chegam a esse consenso? Tem de haver algum critério independente que deixe claro para uma criança quando um tipo de movimento também pode ser interpretado como uma mudança de estado relevante, e quando a mudança de estado é insípida ou distorcida demais para merecer ser ressaltada. E isso exige a penetração no verbo para encontrar uma camada mais profunda de significado que a mente possa utilizar para decidir qual dos papéis cognitivamente disponíveis — agente, coisa que se move, coisa que muda — deve ser aplicado na interpretação *desse* tipo de acontecimento.

Para revelar esse estrato de sentido, é útil começar aos poucos — esquematizar microclasses de verbos semelhantes em termos semânticos que sofrem ou não alternância e então tentar detectar pontos em comum.⁴² Aqui estão alguns verbos que podem participar da alternância de locativo — isto é, eles permitem que você diga *smear grease on the axle* [esfregar graxa no eixo] ou *smear the axle with grease* [esfregar o eixo com graxa]:

brush, dab, daub, plaster, rub, slather, smear, smudge, spread, streak, swab
[escovar, untar, borrar, emplastar, esfregar, passar quantidade generosa, besuntar, borrar, espalhar, fazer vincos, limpar esfregando]*

E há verbos semelhantes que resistem à alternância — isto é, permitem que você diga *pour water into the glass* [despejar água no copo], mas não *pour the glass with water* [despejar o copo com água]:

dribble, drip, drop, dump, funnel, ladle, pour, shake, siphon, slop, slosh, spill, spoon
[babar, pingar, gotejar, jogar, canalizar, pegar com concha, despejar, agitar, escoar por sifão, derramar, espirrar, entornar, pegar com colher]

Qual é a diferença? Ambos parecem formas de colocar alguma gosma qualquer num receptáculo. Mas agora pense na física. Na primeira lista, o agente aplica força a uma substância e à superfície ao mesmo tempo, pressionando uma contra

* A tradução em todas as listas a seguir se preocupa apenas com o sentido. Os verbos em português não têm a mesma característica sintática que no inglês. (N. T.)

a outra. Na segunda, o agente permite que a gravidade faça o trabalho. É a diferença entre causar e deixar, entre agir diretamente em alguma coisa e agir através de uma força intermediária, entre esperar que alguma coisa mude no momento em que se faz a coisa, em tempo real, e esperar que ela mude pouco depois de se ter feito a coisa. “Mudar de lugar” e “mudar de estado” não são bases suficientes para a mente interpretar um acontecimento de determinada maneira. Também tem a ver com conceitos mais sutis como forçar versus permitir uma força, causar versus deixar, e antes-e-depois versus ao-mesmo-tempo.

Examinemos outro conjunto de microclasses que estão em lados opostos de uma divisão lingüística. O que esses verbos — cada um dos quais aparece nas duas construções — têm em comum?

inject, shower, spatter, splash, splatter, spray, sprinkle, spritz, squirt

[injetar, banhar, respingar, jogar um líquido, chapinhar, borrifar, salpicar, lançar líquido em spray, espirrar]

De novo, pense na física. Todos envolvem aplicar força à substância, fazendo com que ela passe rápido para a superfície ou para dentro do recipiente — uma forma de causação diferente tanto da pressão dos verbos do tipo *brush* [esfregar] como da possibilidade da ação da gravidade nos verbos do tipo *pour* [despejar]. E eles, por sua vez, diferem da lista a seguir, cujos verbos se recusam a entrar na construção locativa de recipiente (ou seja, não dá para dizer *spit the floor with tobacco juice* [cuspir o chão com catarro de cigarro]):

emit, excrete, expectorate, expel, exude, spew, spit, vomit

[emitir, excretar, expectorar, expelir, exsudar, secretar, cuspir, vomitar]

Essa repugnante lista é formada por verbos em que a substância é expelida de dentro de um volume, embora eles sejam diferentes em termos de tipo de volume, de natureza do orifício, de substância e de como ela é expelida. A geometria do dentro e fora é suficiente para unir essa microclasse e diferenciá-la de outras microclasses.

Há ainda outras listas. Verbos sobre mandar pequenas partículas para todo lado aceitam a alternância:

bestrew, scatter, seed, sow, strew

[disseminar, espalhar, semear, plantar sementes, polvilhar]

mas verbos sobre ligar uma coisa a alguma outra com um instrumento não aceitam:

attach, fasten, glue, hook, nail, paste, pin, staple, stick, strap, tape

[anexar, atar, colar, enganchar, pregar, grudar, pendurar, grampear, afixar, amarrar, colar com fita adesiva]

Verbos sobre forçar uma substância em um recipiente, contra os limites de sua capacidade, fazem a alternância:

cram, crowd, jam, pack, stuff, wad

[estufar, lotar, apinhar, empacotar, estofar, pôr calço]

mas verbos sobre envolver um objeto flexível e unidimensional em torno de outro que seja rígido não fazem:

coil, spin, twirl, twist, whirl, wind

[enrolar, girar, rodar, torcer, fazer redemoinho, enroscar]

Quando analisamos verbos que são temperamentais no outro sentido — verbos como *fill*, que permite *fill the glass with water* [encher o copo com água] mas não *fill water into the glass* [encher água no copo] —, vemos que eles também se encaixam em microclasses definidas pela geometria, pela física e pelo objetivo humano. Segue aqui uma lista, que incluo para os verbófilos lerem e para que todos possam ter uma idéia geral:

Fazer com que uma camada cubra uma superfície. Camada líquida: deluge, douse, flood, inundate [encharcar, submergir, alagar, inundar]. *Camada sólida:* bandage, blanket, coat, cover, encrust, face, inlay, pad, pave, plate, shroud, smother, tile [enfaixar, cobrir, envolver, encapar, encrustar, forrar, chapear, estofar, pavimentar, folhear, revestir, sufocar, azulejar].

Acrescentar alguma coisa a um objeto, tornando-o esteticamente melhor ou pior: adorn,

burden, clutter, deck, dirty, embellish, emblazon, endow, enrich, festoon, garnish, imbue, infect, litter, ornament, pollute, replenish, season, soil, stain, taint, trim [adornar, sobrecarregar, entulhar, arrumar, sujar, embelezar, enfeitar, dotar, enriquecer, engrinaldar, guarnecer, embutir, infectar, emporcalhar, ornamentar, poluir, abastecer, temperar, sujar, manchar, contaminar, aparar].

Fazer com que uma massa ocupe a mesma área que um sólido ou uma camada. Líquido: drench, impregnate, infuse, saturate, soak, stain, suffuse [encharcar, impregnar, infundir, saturar, molhar, manchar, permear]. *Sólido:* interlace, interlard, interleave, intersperse, interweave, lard, ripple, vein [entrelaçar, intercalar, intercalar folhas, entremear, trançar, lardear, ondear, fazer veios].

Acrescentar um objeto que impede o movimento de alguma coisa. Líquido: block, choke, clog, dam, plug, stop up [bloquear, sufocar, entupir, represar, tampar, conter]. *Sólido:* bind, chain, entangle, lash, lasso, rope [atar, acorrentar, embaraçar, fustigar, laçar, amarrar].

Distribuir um conjunto de objetos numa superfície: blot, bombard, dapple, riddle, speckle, splotch, spot, stud [salpicar, bombardear, marcar com cores, pontilhar, manchar, ressaltar, matizar].

O que é isso? Serão os anglófonos uma tribo de complexados anais, maníacos por limpeza? Que tipo de civilização se preocuparia sobre como exatamente as coisas são borradas, espirradas, respingadas, vomitadas, derramadas, besuntadas ou manchadas na hora de decidir como usar um verbo? A resposta não está em estágios psicosssexuais, mas na psicologia de interpretar eventos físicos. Lembre-se de que o uso de verbos locativos depende de a que se imagina que eles digam respeito: o modo como alguma coisa muda de lugar, o modo como uma superfície é afetada, ou ambos.⁴³ O que essas microclasses nos mostram é que certos aspectos da geometria e da física destacam-se o suficiente na mente dos falantes do inglês para determinar como eles interpretam os acontecimentos.

Com os verbos do tipo *brush* [esfregar], o agente aplica força simultaneamente à coisa e à superfície, portanto esses verbos são naturalmente interpretados como verbos que afetam as duas entidades, e é por isso que permitem as duas construções. A sensação conjunta de força também está presente nos verbos do tipo *stuff* [recheiar], em que o conteúdo e o recipiente são pressionados um contra o outro, e também aqui ambas as construções são bem-vindas. Com os verbos do tipo *pour* [despejar], porém, a gravidade coloca-se entre o que o agente faz e como

a superfície fica molhada, por isso o agente não é tão facilmente interpretado como algo que aja diretamente no recipiente, e esses verbos aparecem apenas na construção locativa de conteúdo. Os verbos do tipo *attach* [prender] também implicam alguma coisa no meio (a cola, o prego etc.), separando dessa maneira o ato do agente de seu efeito na superfície, e, como era de esperar, esses verbos também não gostam da construção locativa de recipiente.

Observando o fenômeno pelo outro lado, encontramos verbos que especificam como uma superfície ou recipiente muda quando alguma coisa se prende a eles: fica melhor ou pior (*adorn, pollute* [adornar, poluir]), menos tolerante ao movimento (*block, bind* [bloquear, atar]), saturado (*drench, interlace* [ensopar, entrelaçar]) ou obscurecido (*cover, inundate* [cobrir, inundar]). Por se comprometerem com o modo como a superfície muda (e não ligarem para como as infusões e incrustações chegaram lá), esses verbos aceitam o locativo de recipiente (*drench the shirt with wine* [ensopou a camisa de vinho]), mas não o locativo de conteúdo (*drench wine into the shirt* [ensopou vinho na camisa]).

Assim, um olhar mais detido em que verbos aceitam a alternância locativa obrigou-nos a observar mais detidamente o que compele a mente a interpretar fatos físicos de determinadas maneiras. E, a tal profundidade, descobrimos uma nova camada de conceitos que a mente usa para organizar a experiência banal: conceitos sobre substância, espaço, tempo e força. Esses conceitos incentivam a mente a unir acontecimentos que não têm nada em comum em termos de aparência, cheiro ou sensação, embora obviamente tenham grande importância para a mente. Eles são tão disseminados que alguns filósofos os consideram a própria base que organiza a vida mental, e no capítulo 4 mostrarei como eles saturam nossa ciência, nossas histórias, nossa moral, nossa lei, até nosso humor. Mas tropeçamos nessas grandes categorias da cognição de uma forma menos favorável, ao tentar compreender pequenos fenômenos da aquisição da linguagem. Esse acaso me encoraja a usar quebra-cabeças parecidos como introdução a dois outros temas principais do pensamento humano.

PENSAMENTOS SOBRE TER, SABER E AJUDAR

Toda a teorização da seção anterior pode ter desenterrado uma enorme parafernália só para explicar por que *pour the glass with water* [despejar o copo com

água] soa esquisito. Mas a mesma parafernália desmistifica outras construções em inglês, e ao fazer isso lança luz sobre outros aparatos do pensamento.

O dativo é um par de construções, uma similar ao locativo de conteúdo, a outra com dois objetos nus:

Give a muffin to a moose. [Dar um bolinho para um alce.]

Give a moose a muffin. [Dar ao alce um bolinho.]*

O primeiro é chamado de dativo preposicionado (porque contém uma preposição, *to*), o segundo, de dativo bitransitivo ou dativo de duplo objeto (porque o verbo é seguido por dois objetos, não apenas um). Nas gramáticas tradicionais as duas expressões são chamadas de objetos indireto e direto; os linguistas hoje em dia normalmente as chamam somente de “primeiro objeto” e “segundo objeto”. O termo *dativo*, aliás, não tem nada a ver com datas; vem do termo em latim para “dar”.

O dativo tem todos os ingredientes do paradoxo da capacidade de aprendizado que encontramos no locativo. Primeiro, as duas construções são mais ou menos sinônimas. Em segundo lugar, a alternância não abarca só um verbo, mas vários:

Lafleur slid the puck to the goalie. [Lafleur deslizou o disco de hóquei para o goleiro.]

Lafleur slid the goalie the puck. [Lafleur deslizou ao goleiro o disco de hóquei.]

Danielle brought the cat to her mother. [Danielle trouxe o gato para sua mãe.]

Danielle brought her mother the cat. [Danielle trouxe à sua mãe o gato.]

Adam told the story to the baby. [Adam contou a história para o bebê.]

Adam told the baby a story. [Adam contou ao bebê uma história.]

É o tipo de padrão que convidaria uma criança esperta a detectá-lo e extrair dele uma regra dizendo: “Se um verbo pode aparecer num dativo preposicionado, então ele pode aparecer num dativo bitransitivo, e vice-versa”.

Em terceiro lugar, as crianças realmente captam o padrão. Seu discurso coti-

* Em português a alternância dativa não se reproduz. Os objetos podem mudar de lugar, mas levam consigo suas respectivas preposições. (N. T.)

diano contém vários exemplos de formas bitransitivas que elas não teriam como decorar ouvindo os pais:⁴⁴

Mommy, fix me my tiger. [Mamãe, me conserta o meu tigre.]

Button me the rest. [Me abotoa o resto.]

How come you're putting me that kind of juice? [Por que você está me pondo esse tipo de suco?]

Mummy, open Hadwen the door. [Mamãe, abre Hadwen a porta.]

Usando testes *wug*, Gropen e eu mostramos que crianças a quem se ensina *norp the pig to the giraffe* [“norpe” o porco até a girafa] (“carregue-a num carrinho de supermercado”) fazem a generalização e dizem *norp him the horse* [norpe-lhe o cavalo].⁴⁵ Os adultos também generalizam o dativo. Quando o verbo *to fax* entrou na linguagem coloquial, nos anos 1980, não demorou muito para que as pessoas dissessem *Can you fax me the menu?* [Você pode me mandar o menu por fax?]. Tampouco foram conservadoras quando ampliaram o verbo *e-mail* para *I'll e-mail him the directions* [Vou mandar-lhe as instruções por e-mail].

Em quarto lugar — e é aqui que o paradoxo surge —, a generalização esbarra em contra-exemplos em ambas as direções. Existem verbos que só aparecem com o dativo preposicionado:

Goldie drove her minibus to the lake. [Goldie dirigiu seu microônibus até o lago.]

*Goldie drove the lake her minibus. [Goldie dirigiu o lago seu microônibus.]

Arnie lifted the box to him. [Arnie ergueu a caixa até ele.]

*Arnie lifted him the box. [Arnie ergueu-lhe a caixa.]

Zach muttered the news to him. [Zach balbuciou a notícia para ele.]

*Zach muttered him the news. [Zach balbuciou-lhe a notícia.]

E existem verbos que só aparecem com o dativo bitransitivo:

The IRS fined me a thousand dollars. [O IR me multou em mil dólares.]

*O IRS fined a thousand dollars to me. [O IR multou mil dólares para mim.]

Friends, Romans, countrymen: Lend me your ears! [Amigos, romanos, conterrâneos: cedam-me seus ouvidos!]

*Friends, Romans, countrymen: Lend your ears to me! [Amigos, romanos, conterrâneos: cedam seus ouvidos para mim!]

E, em quinto lugar, os verbos promíscuos e os monógamos parecem transmitir o mesmo tipo de significado. Deslizar o disco de hóquei e erguer a caixa são formas de mover alguma coisa; contar uma história e balbuciar a notícia são ambos meios de comunicar alguma coisa. O paradoxo, mais uma vez, é como uma criança pode generalizar e estranhamente evitar as exceções, mesmo quando as exceções parecem tão arbitrárias.

Quando enfrentamos o paradoxo com o locativo, conseguimos solucioná-lo pensando na alternância como uma inversão gestáltica entre fazer mudar de lugar e fazer mudar de estado. Também o dativo se revela envolvido em uma inversão gestáltica, desta vez entre fazer mudar de lugar e fazer *ter*. *Give a muffin to a moose* significa “fazer com que um bolinho vá para um alce”, enquanto *give a moose a muffin* significa “fazer com que o alce tenha um bolinho”.⁴⁶

Mais uma vez pode parecer que isso é procurar pêlo em ovo, porque fazer-ir normalmente resulta em fazer-ter. Com um objeto móvel, pode-se fazer com que ele vá para alguém para que aquela pessoa o tenha, e até bens imóveis e intangíveis podem ser pensados como algo que muda de lugar em termos metafóricos. Nessa metáfora, as posses são coisas, os donos são lugares, e dar é mudar de lugar. Portanto, podemos dizer *The condo went to Marv* [O apartamento foi para Marv] ou *Marv kept the condo* [Marv ficou com o apartamento] (análogo a *The ball went to Marv* [A bola foi para Marv] e *Marv kept the ball* [Marv ficou com a bola]), mesmo que o apartamento jamais tenha corrido o risco de ir a lugar algum.

De qualquer maneira, as duas interpretações são diferentes em termos cognitivos, porque alguns tipos de fazer-mudar-de-lugar *não* resultam em fazer-ter. Pense nos seguintes homônimos:⁴⁷

Annette sent a package to the boarder. [Annette mandou um pacote para o hóspede.]

Annette sent a package to the border. [Annette mandou um pacote para a fronteira.]

Na primeira frase, dá para aplicar a regra do dativo e obter *Annette sent the boarder a package*. Mas, com a segunda, o resultado não faz sentido — *Annette sent*

the border a package — porque fronteiras, por serem entidades inanimadas, não podem possuir nem pacotes nem coisa nenhuma. O conceito de posse é algo que normalmente só aplicamos a seres animados. Isso explica de imediato por que alguns verbos se recusam a entrar na construção bitransitiva. A frase *Goldie drove the lake her minibus*, por exemplo, implicaria que o lago passou a possuir o ônibus, coisa que não faz sentido.

Além de alguns tipos de fazer-mudar-de-lugar serem incompatíveis com fazer-ter, alguns tipos de fazer-ter são incompatíveis com fazer-mudar-de-lugar.⁴⁸ Quando dizemos *Cherie gave Jim a headache* [Cherie deu a Jim uma dor de cabeça], queremos dizer que ela fez com que Jim a tivesse, provavelmente porque ela é uma chata cujas frescuras fizeram a cabeça dele doer, não porque a dor de cabeça saiu andando com suas perninhas da cabeça de Cherie para a de Jim. E, de fato, é menos natural (embora não impossível) dizer *Cherie gave a headache to Jim* [Cherie deu uma dor de cabeça para Jim].⁴⁹

Também somos capazes de sentir a diferença de *significado* entre duas construções dativas mesmo quando ambas soam igualmente naturais. Quando falamos de um jogador de beisebol, soa meio estranho dizer *Pedro threw him the ball, but a bird got in the way* [Pedro jogou-lhe a bola, mas um pássaro entrou no meio do caminho]. Não há problema, porém, em dizer *Pedro threw the ball to him, but a bird got in the way* [Pedro jogou a bola para ele, mas um pássaro entrou no meio do caminho]. Isso acontece porque com muitos verbos a forma bitransitiva implica que o receptor realmente está de posse do objeto, não apenas que ele foi mandado na direção dele. Por motivos semelhantes, *Señor Jones taught Spanish to the students* [O senhor Jones ensinou espanhol para os alunos] é compatível com aulas inúteis para uma gente burra que não aprendeu nada. Mas *Señor Jones taught the students Spanish* traz mais a implicação de que os alunos hoje sabem espanhol — que metaforicamente estão de posse dele.⁵⁰

Por falar em metáfora, a construção dativa funciona com vários verbos sobre a comunicação, como em *Ask me no questions, I'll tell you no lies* [Não me faça perguntas, não lhe direi mentiras] e *Sing me no song, read me no rhyme* [Não me cante nenhuma música, não me leia nenhum versinho].⁵¹ É como se pensássemos em idéias como coisas, em saber como ter, em comunicar-se como mandar, e na língua como o pacote.⁵² É algo que às vezes é chamado de metáfora condutora, e pode ser observado em dezenas de expressões para pensar, falar e ensinar. *Reunimos* nossas idéias e as *colocamos* em palavras, e, se nossa verborragia não for vazia

ou *oca*, talvez *transmitamos* essas idéias para o ouvinte, que pode *extrair o conteúdo* de nossas palavras.

Um outro quebra-cabeça surge a partir do locativo e vem nos assombrar, e, no meio do processo de despachar o problema, abrimos uma outra janela no maquinário do pensamento. Uma inversão gestáltica entre *fazer-ir* e *fazer-ter*, mesmo com a extensão metafórica para as idéias, não é suficiente para distinguir os verbos que entram nas construções dos verbos que não entram. O problema, de novo, é a praga da flexibilidade cognitiva: a mente tem potencial para interpretar todo tipo de acontecimento como mudanças de posse, e precisamos explicar por que ela se dá a esse trabalho com alguns tipos de acontecimentos e com outros não. Por que um falante do inglês *throw someone a box* [joga a alguém uma caixa] (“faz com que alguém a tenha ao jogá-la para ele”), mas não *lift him the box* [ergue-lhe a caixa] (“faz com que ele a tenha ao erguê-la até ele”)? Por que se pode dizer *tell him the news* [contar-lhe a notícia], mas não *mutter him the news* [balbuciar-lhe a notícia]?

Mais uma vez, o problema é que estamos observando de longe demais para distinguir o detalhe cognitivo que interessa. Quando nos aproximamos, conseguimos distinguir traços mais detalhados de significado que permitem que a mente interprete alguns tipos de envio e de comunicação, mas não outros tipos, como *fazer-ter*.

Verbos sobre dar funcionam dos dois jeitos, é lógico:

feed, give, hand, lend, loan, pay, sell, serve, trade

[alimentar, dar, entregar, emprestar, fazer um empréstimo, pagar, vender, servir, negociar]

Assim como verbos que indicam aplicar uma força instantânea a um objeto, enviando-o numa trajetória para um recipiente, como em *Lafleur slapped him the puck* [Lafleur lançou-lhe a bolinha]:

bash, bat, bounce, bunt, chuck, flick, fling, flip, heave, hit, hurl, kick, lob, pass, pitch, punt, roll, shoot, shove, slam, slap, slide, sling, throw, tip, toss

[golpear, bater, saltar, empurrar, atirar, dar um peteleco, arremessar, dar uma pancada leve, virar, atingir, lançar, chutar, rebater a bolinha de tênis em arco, passar, lançar a bola de beisebol, chutar de primeira, rolar, atirar, empurrar, surrar, dar um tapa, deslizar, projetar, arremessar, bater de leve, jogar]

Mas, assim como na alternância locativa, a física é o que faz a diferença. Os verbos que indicam uma aplicação *contínua* de força em um objeto para mantê-lo em movimento, em vez de um estímulo rápido que o faça se mexer, não gostam tanto assim da construção com dois objetos (questionários confirmam essa diferença).⁵³ É por isso que é esquisito falar em *lifting him the crate* [erguer-lhe o engradado], e outras manobras mais prolongadas:

carry, drag, haul, hoist, lift, lower, lug, pull, push, schlep, tote, tow, tug
[carregar, arrastar, transportar, hastear, erguer, baixar, carregar com dificuldade, puxar, empurrar, arrastar (gíria iídiche), levar, guinchar, rebocar]

A distinção entre acontecimentos interpretados como algo instantâneo, como lançar, e acontecimentos interpretados como algo que se prolonga no tempo, como arrastar, é muito importante na linguagem. Os linguistas chamam esse universo de sentido em geral — como estados e acontecimentos são distribuídos no tempo — de “aspecto” (que não deve ser confundido com o outro guardião do tempo na linguagem, o tempo verbal). Como veremos quando explorarmos o conceito de tempo no capítulo 4, as distinções aspectuais são importantes em várias áreas da linguagem e do raciocínio, não apenas nessa construção.⁵⁴

Em se tratando de comunicação, a construção bitransitiva é aplicável ou não sob critérios diferentes. Ela aceita sem problemas verbos que especificam o tipo ou o propósito de uma mensagem, como em *ask* [perguntar] (que diz respeito sempre a uma pergunta) ou *read* [ler] (que diz respeito a uma coisa escrita):

ask, cite, pose, preach, quote, read, show, teach, tell, write
[perguntar, intimar, propor, pregar, citar, ler, mostrar, ensinar, contar, escrever]

Mas apresenta mais resistência a verbos que especificam o modo de falar:⁵⁵

babble, bark, bawl, bellow, bleat, boom, bray, burble, cackle, call, carol, chant, chatter, chirp, cluck, coo, croak, croon, crow, cry, drawl, drone, gabble, gibber, groan, growl, grumble, grunt, hiss, holler, hoot, howl, jabber, lilt, lisp, moan, mumble, murmur, mutter, purr, rage, rasp, roar, rumble, scream, screech, shout, shriek/squeal, stammer/stutter, thunder, trill, trumpet, tsk, twitter, wail, warble, wheeze, whimper, whine, whisper, whistle, whoop, yammer, yap, yell, yelp, yodel

[falar de modo ininteligível, latir, vociferar, bramir, balir, rugir, zurrar, cacarejar, chamar, entoar, cantar, papear, gorjear, cocoricar, arrulhar, grasnar, cantar suavemente, cantar (o galo), gritar, falar arrastado, zumbir, tagarelar, gaguejar, gemer, rosnar, resmungar, roncar, sibilar, berrar, assobiar, uivar, dizer bobagens, cantar em rima, falar com a língua presa, lamentar-se, murmurar, sussurrar, balbuciar, ronronar, falar enfurecido, falar áspero, urrar, retumbar, gritar, guinchar, bradar, dar um grito agudo, gaguejar, trovejar, gargantear, trombetear, expressar desaprovação com estalos da língua, falar de forma agitada, prantear, chilrear, falar ofegando, falar entre soluços esporádicos, choramingar, cochichar, assobiar, gritar animado, queixar-se, prosear, berrar, uivar, cantar em falsete]

É como se o fato de se concentrar no modo de produzir o som quebrasse o feitiço da metáfora da comunicação como um envio, e obrigasse a mente a interpretar esses atos em termos físicos, como simplesmente fazer barulho.

Uma derradeira palavra de significado desnudada pela construção do dativo é o conceito de ajudar ou ferir. Muitas línguas possuem um marcador especial para uma pessoa que se beneficia de uma ação, chamado benefactivo. Em inglês o benefactivo é freqüentemente introduzido pela preposição *for*, como em *Gentlemen still open doors for women* [Cavalheiros ainda abrem portas para mulheres] ou *She bought a house for her fiancé* [Ela comprou uma casa para seu noivo]. Alguns desses benefactivos também aceitam a alternância dativa: você pode *buy a house for your fiancé* ou *buy your fiancé a house*, *build a house for your fiancé* [construir uma casa para seu noivo] ou *build your fiancé a house*. Mas a relação beneficiária não basta: é estranho dizer *Gentlemen open women doors* ou *He fixed me my car* [Ele me consertou meu carro]. O motivo, mais uma vez, é que a construção de duplo objeto significa “fazer ter”, e nas frases estranhas as mulheres não passam a possuir as portas em consequência de estas terem sido abertas para elas, e o cliente não ganha a posse do carro porque ele foi consertado (afinal, o carro já era dele).

O beneficiário costuma se encaixar numa construção de duplo objeto apenas quando ele ou ela se beneficia em consequência de ter recebido alguma coisa, e, mesmo nesse caso, somente com alguns tipos de verbo. Um tipo envolve fazer alguma coisa que permita que alguém tenha alguma coisa, como em *Oh Lord, won't you buy me a Mercedes-Benz* [Oh, Senhor, me compra um Mercedes-Benz]. (Entre outros verbos dessa família estão *earn*, *find*, *get*, *grab*, *order*, *steal* e *win* [conquistar, encontrar, conseguir, pegar, encomendar, mandar e ganhar].) Outro tipo tem a ver

com criar alguma coisa com a intenção de dá-la a alguém, como em *Bake me a cake as fast as you can* [Faça-me um bolo o mais rápido que puder] (entre seus companheiros estão *build, cook, knit, make* e *sew* [construir, cozinhar, tricotar, fazer e costurar]).

Qual é o contrário de benefactivo? Um malefactivo, é claro — o pobre coitado que se dá mal em consequência da ação. O inglês às vezes usa a preposição *on* com esse objetivo, como em *They played a trick on us* (Eles nos enganaram) e *My horse died on me* (Meu cavalo me morreu). O inglês também tem uma microclasse de prejudicados que podem entrar na construção de duplo objeto e que significam “fazer ou pretender que alguém *não* tenha algo”:

They *fined* her 25 cents.

[Eles a multaram em 25 centavos.]

That remark just *cost* you your job.

[Aquela afirmação simplesmente custou a você seu emprego.]

And *forgive* us our trespasses, as we forgive those who trespass against us.

[E perdoai-nos as nossas ofensas, assim como perdoamos a quem nos tem ofendido.]

You *bet* your life! [Pode apostar!]

They took all the trees and put them in a tree museum, and *charged* all the people a dollar and a half just to see'em.⁵⁶

[E eles pegaram todas as árvores e as colocaram num museu de árvores, e cobraram de todo mundo um dólar e meio só para vê-las.]

Entre outros exemplos estão *begrudge, deny, envy, spare* e *save* [relutar em conceder, negar, invejar, poupar e salvar]. Como esses verbos não significam “fazer ir”, não é de surpreender que a maioria deles não apareça como dativos preposicionados — não dá para dizer *They fined 25 cents from her*, ou *on her*, ou *of her* [Eles multaram 25 centavos dela / sobre ela].

Não é obrigatório que benefactivos e malefactivos puros — aqueles em que a mudança de sorte não é um efeito colateral de dar ou tirar — sejam banidos de orações de duplo objeto. Em alguns casos a construção aparece quando alguém é ajudado ou prejudicado, mas nada muda de mãos. Um deles envolve expressões com *give* e *do*:

Hymie, give me a hand! [Hymie, me dá uma mão!]

Give me a kiss, just one sweet kiss. [Me dá um beijo, só um beijinho.]

Can you do me a favor? [Você pode me fazer um favor?]

Someone should give him a good swift kick. [Alguém deveria lhe dar um belo chute.]

Outro envolve atos de dedicação simbólica:

If you want my hand in marriage, first you'll have to kill me a dragon. [Se você quer minha mão em matrimônio, primeiro terá que me matar um dragão.]

Cry me a river!⁵⁷ [Me chore um rio!]

God said to Abraham, "Kill me a son."⁵⁸ [Deus disse a Abraão: "Mate-me um filho".]

E outro é uma construção *help-yourself* [sirva-se] comum no inglês americano coloquial:

Why don't you take yourself a cab and go jump in the lake? [Por que não pega você um táxi e vai pular no lago?]

Five more minutes, he'd have chewed himself a hole through the fence. [Cinco minutos mais e ele teria aberto com a boca um buraco na cerca.]

Have yourself a merry little Christmas.⁵⁹ [Tenha você um feliz natalzinho.]

I stepped outside to smoke myself a J.⁶⁰ [Saí lá fora para fumar um baseado.]

Mercy sakes alive, looks like we got us a convoy.⁶¹ [Divina misericórdia, parece que nos arranjamos um comboio.]

Mas meu favorito é a Réplica Imperativa Neologizante, uma expressão popular no Renascimento inglês que significa "Não ache que você está me fazendo um favor por oferecer ou dizer tal-e-coisa":⁶²

What is this?

"Proud" — and "I thank you" — and "I thank you not" —

And yet "not proud"? Mistress minion you,

Thank me no thankings, nor proud me prouds.

[Como assim?/ "Orgulhosa" — e "obrigada" — e "obrigada, não" —/ E então "orgulhosa, não"? Sua incoerentezinha,/ Não me agradeça obrigados, nem me orgulhe orgulhos.]

Shakespeare, *Romeu e Julieta*, ato III, cena 5

"I heartily wish I could, but —"

"Nay, but me no buts — I have set my heart upon it."

["Sinceramente gostaria, mas..." / "Não, sem mas nem meio mas — Faço questão."]

Sir Walter Scott, *The antiquary*

Advance and take thy prize, the diamond; but he answered,

Diamond me no diamonds! For God's love, a little air!

Prize me no prizes, for my prize is death!

[*Avança e toma teu prêmio, o diamante; mas ele respondeu:/ Não me diamante diamantes!*

*Pelo amor de Deus, um pouco de ar!/ Não me premie prêmios, pois meu prêmio é a morte!]**

Tennyson, *Lancelot and Elaine*

Pode soar meio arrogante, mas a expressão ainda aparece em jornais e na internet. Em minha coleção tenho *UT me no UTs* (título de um ensaio protestando contra as feias abreviações postais de duas letras para os nomes dos estados norte-americanos, como UT para Utah), *Comment me no comments*, *Blog me no blogs* e até *Jeff Malone me no Jeff Malones*, de um jornalista especializado em basquete rejeitando a sugestão de que Malone tinha categoria para ser *all-star*.

Por que a língua inglesa — e na verdade muitas línguas — usa a mesma construção para dar e beneficiar, para negar e prejudicar? Outra metáfora gramatical está em ação: ESTAR MELHOR É POSSUIR ALGUMA COISA, e AJUDAR É DAR.⁶³ A fusão de possuidor e beneficiário na construção bitransitiva demonstra o lado ajudar-dando da metáfora. Mas o lado mais básico, prosperar-possuindo, pode ser observado em muitas expressões com o verbo *have* [ter]. Falamos de *having good fortune* [ter sorte], *having it made* [mandar fazer], *having a good time*, *having a ball* [divertir-se], *having it all* [conseguir o melhor de dois mundos], *having your teeth fixed* [receber tratamento dentário], *having someone for dinner* [receber alguém para jantar], *having someone* (em termos sexuais) [ter alguém] e *having someone where you want him* [levar alguém para o lugar desejado]. (Lembre-se de Hannibal Lecter, que tinha um velho amigo para o jantar — acompanhado de favas e um bom Chianti.) A construção dativa nos mostra mais uma vez que conceitos abstratos parecem ser representados na mente (pelo menos na parte da mente que faz interface com a linguagem) de modo bastante concreto. Estar

* Talvez o melhor equivalente dessa expressão em português seja o "Não me venha com...". (N. T.)

melhor é como possuir alguma coisa; saber alguma coisa é como possuí-la; ter alguma coisa é como tê-la perto de você.

PENSAMENTOS SOBRE AGIR, TER A INTENÇÃO E CAUSAR

Quando desvelamos uma terceira construção surge outra peça central de nossa infra-estrutura conceitual. Muitos verbos podem aparecer tanto nas formas intransitiva quanto transitiva, embora com participantes diferentes na vaga do sujeito:

The egg boiled. [O ovo cozinhou.]

Bobbie boiled the egg. [Bobbie cozinhou o ovo.]

The ball bounced. [A bola pulou.]

Tiny bounced the ball. [Tiny fez a bola pular.]

The soldiers marched across the field. [Os soldados marcharam pelo campo.]

Washington marched the soldiers across de field. [Washington fez os soldados marcharem pelo campo.]

É o que se denomina alternância locativa, porque na forma transitiva o sujeito faz com que o objeto faça o que ele normalmente faz na construção intransitiva. E ele parece ter a mesma composição tóxica que fez as outras construções soarem inaprendíveis:

Um padrão tentador. Pelo menos duzentos verbos do inglês se alternam entre as formas causativa e intransitiva, entre eles *bend, drop, dry, float, melt* e *rip*⁶⁴ [curvar, cair / derrubar, secar, flutuar, derreter e rasgar].

Evidências para a generalização. Seguem alguns erros que mostram que as crianças são capazes de detectar o padrão causativo e aplicá-lo a verbos novos:⁶⁵

Go me to the bathroom before you go to bed.

[Me vai no banheiro antes de ir dormir.]

And the doggie had a head. And somebody fell it off.

[E o cachorrinho tinha cabeça. E alguém caiu ela.]

Be a hand up your nose. [Fica a mão no seu nariz.]

Don't giggle me! [Não me ri!]

He's going to die you, David. The tiger will come and eat David and then he will be died and I won't have a little brother anymore.

[Ele vai te morrer, David. O tigre vai chegar e comer o David e aí ele vai ficar morrido e não vou ter mais irmãozinho.]

As crianças também demonstram em testes *wug* que fazem a generalização. Gropen e eu ensinamos a crianças que *pilk* significava “plantar bananeira”, e, quando elas viram um ursinho de brinquedo virando um porquinho de cabeça para baixo, disseram que o ursinho *pilked him* [o pilkou].⁶⁶ Os adultos também fazem a generalização: o sistema operacional Macintosh diz aos usuários para *Allow power button to sleep the computer* (fazer com que ele entre no modo “sleep”) e para *hover the mouse over the box* (fazer o cursor passar sobre o quadro) [Permitir que o botão de liga / desliga durma o computador e sobrevoar o mouse sobre o quadro].

Exceções. Alguns verbos intransitivos resistem à intrusão de um agente causal:

The baby is crying. [O bebê está chorando.]

*The thunder is crying the baby. [O trovão está chorando o bebê.]

The frogs perished. [Os sapos pereceram.]

*Olga perished the frogs. [Olga pereceu os sapos.]

My son came home early. [Meu filho chegou em casa cedo.]

*I came my son home early. [Eu cheguei meu filho em casa cedo.]

E alguns verbos transitivos resistem à tentativa de eliminar seu agente causal:

We've created a monster! [Criamos um monstro!]

*A monster has created! [Um monstro criou!]

She thumped the log. [Ela derrubou a tora de madeira.]

*The log thumped. [A tora de madeira derrubou.]

He wrecked the car. [Ele destruiu o carro.]

*The car wrecked. [O carro destruiu.]

Aparente arbitrariedade. Para tomar apenas dois exemplos: Você pode *march soldiers home*, mas não *come them home*. E, quando você cozinha uma lagosta, pode dizer que *the lobster boiled*, mas, quando faz uma omelete, não pode dizer que *the omelet made* [a omelete fez].

Inversão de enquadramento. A inversão gestáltica por trás do causativo é menos misteriosa que no locativo e no dativo, porque aqui as duas construções obviamente não são sinônimas. Uma significa que alguma coisa aconteceu (*The cookie crumbled* [A bolacha quebrou]); a outra significa que alguém fez com que alguma coisa acontecesse (*She crumbled the cookie* [Ela quebrou a bolacha]). Mas a inversão conceitual no causativo envolve mais que a anexação de um agente causal no começo de um filme mental (é praticamente só isso que acontece quando se expressa o acontecimento causal num outro verbo como *make* ou *cause*, como em *She made the cookie crumble* or *She caused the cookie to crumble* [Ela fez o biscoito quebrar]). Para que a construção causativa seja aplicável, a causação tem de ser efetuada com suas próprias mãos, por assim dizer, ou de modo tão direto quanto uma bola de bilhar batendo em outra. Tudo bem dizer *She made the cookie crumble by leaving it outside in the cold* [Ela fez a bolacha quebrar por deixá-la lá fora no frio], mas não fica tão bem assim dizer *She crumbled the cookie by leaving it outside in the cold* [Ela quebrou a bolacha por deixá-la lá fora no frio]. Assim como você pode dizer *Darren caused the window to break by startling the carpenter, who was installing it* [Darren fez a janela quebrar ao assustar o carpinteiro, que a estava instalando], mas nesse cenário seria cruel dizer que *Darren broke the window* [Darren quebrou a janela].⁶⁷ E, embora se possa dizer que *Fred caused the glass to melt on Sunday by heating it on Saturday* [Fred fez o vidro derreter no domingo por esquentá-lo no sábado], soa estranho dizer que *Fred melted the glass on Sunday by heating it on Saturday* [Fred derreteu o vidro no domingo por esquentá-lo no sábado].⁶⁸

A construção causativa também prefere que o efeito seja um resultado *pretendido* pelo agente. Nossa quebradora de bolachas pode se eximir de culpa da ação descrita como *quebrou as bolachas* se ela quisesse que as bolachas se quebrassem, se tivesse artrite demais para quebrá-las sozinha e soubesse que alguns minutos no frio resolveriam o problema. Se o efeito não é o objetivo final da ação, o causativo não se aplica. Embora *to butter* signifique “fazer com que a manteiga fique em”,

quando o rei passa um pouco de manteiga numa fatia real de pão colocando primeiro a manteiga em sua faca de manteiga real, não dizemos *The king buttered his knife* [O rei passou manteiga na faca]. Isso acontece porque a manteiga é colocada na faca como um meio para chegar a um fim, não como o próprio fim.

Isolado, o efeito da causação direta atrapalharia nossa capacidade de falar em causa e efeito. A causação direta é meio que uma ilusão; debaixo de um microscópio suficientemente potente, ela some. Quando corto uma maçã, primeiro decido fazer isso, depois mando impulsos nervosos para meu braço e minha mão, o que por sua vez faz os músculos se contraírem, o que faz com que a mão se mexa, o que faz com que a faca se mexa, o que faz a faca entrar em contato com a superfície da maçã, o que faz a superfície se romper, e por aí vai. Mesmo assim, existe a noção clara de que toda essa cadeia, por mais tortuosa que seja, é mais direta que pagar a um empregado para cortar a maçã. Quando descrevemos um acontecimento, temos de escolher um tamanho de granulação abaixo do qual os subacontecimentos sejam tratados como invisíveis. Para um acontecimento físico iniciado por uma pessoa, contrações musculares e todos os acontecimentos físicos que precedem o resultado ficam abaixo do limiar de granulação, portanto você pode quebrar uma janela com o punho ou atingindo-a com uma tacada de beisebol. Mas, quando a cadeia causal contém um outro agente humano, como um instalador de janelas de mão mole, o elo fica acima da granulação mínima, e a ação principal deixa de ser encarada como a causadora do resultado da forma direta que é exigida pelos verbos causativos. É por isso que você não é acusado de quebrar a janela por ter gritado “Bu!” quando ela estava sendo instalada, embora você tenha sido o causador da quebra.

Uma série de experimentos feitos pelo psicólogo Phillip Wolff confirmou que, quando as pessoas usam verbos causativos, destacam acontecimentos que tiveram causação direta, intencional, ou sem a intervenção de nenhum agente. Por exemplo, só consideram que uma mulher *dimmed the lights* [diminuiu as luzes] quando ela mexeu num dimmer de luz, mas não quando ela ligou a torradeira; que um homem *waved the flag* [agitou a bandeira] se ele balançou o mastro, não quando hasteou a bandeira num dia de vento; e que um menino *popped a balloon* [estourou um balão] quando o espetou, e não quando o deixou flutuar perto de uma lâmpada quente no teto.⁶⁹

A granulação da visão do mundo pela mente é ajustável. Olhando de uma perspectiva ampla, podemos dizer que *Henry Ford fazia carros* ou que *Bush invadiu*

o Iraque, embora a cadeia causal entre qualquer coisa que Ford tenha feito e a saída de um modelo T prontinho da linha de montagem tenha vários elos de intervenção. Essa característica da semântica conceitual inspirou as “Perguntas de um trabalhador que lê”, de Bertolt Brecht:

Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão nomes de reis.

Arrastaram eles os blocos de pedra? [...]

O jovem Alexandre conquistou as Índias.

Sozinho?

César bateu os gauleses.

*Não levava sequer um cozinheiro?*⁷⁰

Ainda assim, o efeito da causação direta é aplicável, mas em nova granulação. Quando aglomeramos acontecimentos através da grande-angular da história, que só enxerga os atos dos líderes influentes, o verbo causativo corta a cadeia no elo imediatamente conectado ao resultado. Por isso não dizemos que *Intelectuais neoconservadores invadiram o Iraque*, mesmo que eles tenham influenciado Bush, nem que foi Osama bin Laden, embora sabendo que Bush não teria força para ordenar a invasão se não fosse pelo Onze de Setembro. Assim como não dizemos que *Os eleitores da Flórida que não conseguiram entender a cédula de votação invadiram o Iraque*.

O falante tem a expectativa de que seus ouvintes tenham a mesma granulação que ele tem em mente, e, quando eles não têm, o resultado pode ser uma falha na comunicação. A batuíra é um daqueles lindos passarinhos litorâneos que parecem estar de gravata-borboleta e que circulam para lá e para cá nas praias de Cape Cod como bonequinhos de corda. Eles são classificados como uma espécie ameaçada (embora pareçam estar por todo lado), e as autoridades locais tomam medidas para proteger a área onde fazem seus ninhos. Mesmo assim, tive de olhar de novo quando vi a seguinte manchete no *Provincetown Banner*: BATUÍRAS FECHAM ESTACIONAMENTO. Passou rapidamente pela minha cabeça a cena de passarinhos arrastando uma corrente na entrada e desviando o tráfego. Achei que era a coisa mais ridícula que já tinha visto, até virar a página e ler FEZES DE CÃES FECHAM PRAIAS.

A construção causativa é adepta de uma teoria do livre-arbítrio. A maioria dos verbos de ação humana não faz parte de uma construção causativa, mesmo

quando as ações são, em certo sentido, provocadas por acontecimentos prévios. Não dá para dizer *Bill laughed Debbie* [Bill riu Debbie] (com a imitação de Travolta que ele fez), *Judy cried Lesley* [Judy chorou Lesley] (ao deixar a festa com Johnny e voltar para casa usando uma aliança), ou *Don Corleone signed the bandleader the contract* [Don Corleone assinou o líder da banda o contrato] (ao lhe fazer uma oferta irrecusável). Isso acontece sejam as ações consideradas voluntárias (como assinar um contrato) ou involuntárias (como rir e chorar). As ações humanas são concebidas como algo que tem alguma causa escondida dentro do agente e, portanto, não são diretamente causáveis por alguém de fora.⁷¹

A metáfora da ação humana como algo que vem de uma essência ou um impulso interior aparece em verbos para acontecimentos físicos. Dois tipos de verbos aceitam prontamente a alternância causativa. Uma microclasse contém verbos de tipo de movimento ou postura, os verbos rock-and-roll:

bounce, dangle, drift, drop, float, fly, glide, hang, lean, move, perch, rest, revolve, rock, roll, rotate, sit, skid, slide, spin, stand, swing, turn, twist, whirl, wind

[pular, pender, derivar, cair/derrubar, flutuar, voar, deslizar, pendurar, inclinar, mexer, empoleirar, descansar, revolver, chacoalhar, rolar, rodar, sentar, derrapar, escorregar, girar, ficar em pé, balançar, virar, serpentear, dar voltas, enrolar]

A outra contém verbos de mudança de estado, como *bending* [curvar] e *breaking* [quebrar], *growing* [crescer] e *shrinking* [encolher], ou *hardening* [endurecer] e *softening* [amolecer]:

age, bend, blur, break, burn, char, chill, chip, collapse, condense, contract, corrode, crack, crash, crease, crinkle, crumble, crush, decrease, deflate, defrost, degrade, diminish, dissolve, distend, divide, double, drain, enlarge, expand, explode, fade, fill, flood, fold, fracture, fray, freeze, fuse, grow, halt, heal, heat, ignite, improve, increase, inflate, light, melt, multiply, pop, reproduce, rip, rumple, rupture, scorch, shatter, shrink, shrivel, singe, sink, smash, snap, soak, splay, splinter, split, sprout, steep, stretch, tear, thaw, tilt, topple, warp, wrinkle

[envelhecer, curvar, enevoar, quebrar, queimar, carbonizar, esfriar, lascar, desabar, condensar, contratar, corroer, rachar, colidir, enrugar, amassar, esfarelar, amassar, reduzir, desinflar, degelar, degradar, diminuir, dissolver, distender, dividir, dobrar, drenar, aumentar, expandir, explodir, apagar, encher, inundar, dobrar, fraturar, des-

fiar, congelar, fundir, crescer, parar, curar, esquentar, acender, melhorar, adicionar / elevar, inflar, iluminar, derreter, multiplicar, estourar, reproduzir, arrancar, des-
pentear, romper, queimar de leve, despedaçar, encolher, murchar, marcar a ferro,
afundar, destruir, morder, encharcar, dilatar, estilhaçar, brotar, empapar, esticar, ras-
gar, descongelar, inclinar, derrubar, entortar, marcar uma dobra]

Mas a maioria dos verbos na microclasse em que um objeto emite alguma coisa — uma luz, um som ou uma substância — resiste ao causativo. Não dá para *glow a light* [brilhar a luz], *whine a saw* [ranger a serra], *bubble a sauce* [borbulhar o molho], nem usar os outros verbos de emissão numa frase causativa:

blaze, flame, flare, glare, gleam, glisten, glitter, glow, shimmer, shine, sparkle, twinkle
[chamejar, lançar uma luz forte, brilhar, ofuscar, resplandecer, cintilar, incandes-
cer, luzir, brilhar, faiscar, brilhar de forma intermitente, piscar]

blare, bloom, buzz, chatter, chime, creak, fizz, gurgle, hiss, howl, hum, peal, purr,
splutter, squawk, swoosh, thrum, vroom, whine, whump, zing

[retumbar, florir, zumbir, tagarelar, intrometer-se, ranger, segredar, sibilar, berrar,
cantarolar, ressoar, ronronar, balbuciar, guinchar, mover com um assobio, arranhar
um instrumento, fazer barulho de motor, choramingar, fazer barulho de pancada,
emitir som agudo]

drip, emanate, erupt, foam, gush, leak, ooze, puff, radiate, shed, spout, sweat
[pingar, emanar, irromper, fazer espuma, jorrar, vazar, exsudar, inchar, radiar,
perder (pele, pêlo), emanar, suar]

É como se essas explosões, assim como as ações humanas, viessem de dentro e, portanto, não admitissem a intrusão de outra causa direta na mesma granulação.

Também resistem ao causativo os verbos sobre deixar de existir: não dá para dizer *To die a mockingbird* [Morrer um sabiá], *Decease Bill* [Faleça Bill] ou *Mr. Gorbachev, fall down this wall!* (Senhor Gorbachev, caia esse muro!)

decease, depart, die, disappear, disintegrate, expire, fall apart, lapse, pass away, pass on, perish, succumb, vanish

[falecer, partir, morrer, desaparecer, desintegrar, expirar, desmoronar, esmorecer, falecer, passar, perecer, sucumbir, sumir]

Não é que o *conceito* de fazer diretamente com que alguma coisa deixe de existir seja inefável. O inglês possui um léxico fornido e tenebroso para matar e destruir:

assassinate, butcher, crucify, dispatch, electrocute, eliminate, execute, garrote, hang, immolate, kill, liquidate, massacre, murder, poison, shoot, slaughter, slay

[assassinar intencionalmente, matar como carnicheiro, crucificar, despachar, eletrocutar, eliminar, executar, estrangular, enforcar, imolar, matar, liquidar, massacrar, assassinar, envenenar, atirar, cometer um morticínio, trucidar]

abolish, annihilate, ban, blitz, crush, decimate, demolish, destroy, devastate, exterminate, extirpate, finish, obliterate, ravage, raze, rescind, ruin, tear down, terminate, waste, wipe out, wreck

[abolir, aniquilar, banir, realizar um ataque-relâmpago, esmagar, dizimar, demolir, destruir, devastar, exterminar, extirpar, acabar, obliterar, arrasar, assolar, anular, arruinar, destroçar, extinguir, estragar, varrer do mapa, estragar]

Além disso, esses verbos sobre a violência são tão intransigentes quando se trata de perder seus agentes causais como os verbos sobre deixar de existir são para ganhar um. Não dá para dizer *Bill killed* [Bill matou], querendo dizer que ele morreu, ou *The building razed* [O prédio arrasou], querendo dizer que ele desabou ou pegou fogo. O inglês permite que se fale sobre deixar de existir e sobre fazer alguma coisa deixar de existir, mas não com o mesmo verbo. É como se a língua assumisse a postura existencial — talvez a postura moral — de que, quando alguém deixa de existir em decorrência da idade, de causas pacíficas, por combustão espontânea, degradação interna ou por carregar as sementes de sua própria destruição, a morte é diferente, em termos qualitativos, do resultado de maldades premeditadas. Não é uma peculiaridade do inglês; muitas outras línguas usam verbos distintos para matar e morrer, mesmo quando permitem que seus outros verbos façam dupla jornada para o acontecer e o fazer acontecer.⁷²

Quando aludo a sentimentos morais para explicar a sintaxe dos verbos causativos, não estou tentando deixar uma aula de gramática mais interessante com uma imagem atraente. A moralidade e os verbos causativos bebem do mesmo modelo mental de ação humana. Os juízos morais se aplicam mais claramente a pessoas que agem com a intenção de provocar um efeito previsto. Essa também vem a ser a descrição do sujeito numa construção causativa. O uso hábil de cons-

truções transitivas e intransitivas pode, portanto, ser usado para enquadrar um argumento moral.

Embora as construções causativas normalmente apontem para um culpado, elas podem descartar seu sujeito quando são expressas na voz passiva. Isso torna o passivo um meio conveniente de esconder o agente de um verbo transitivo e, assim, a identidade do responsável, como na famosa confissão de Ronald Reagan, “Erros foram cometidos”, hoje um clichê para personalidades públicas tentando livrar a cara. Mas a alternativa intransitiva para um causativo vai um passo além. Ela não apenas *esconde* a causa; ela se recusa a admitir que *houve* uma. Enquanto *O navio foi afundado* (passivo) indica que houve um responsável, possivelmente desconhecido, *O navio afundou* (intransitivo) é compatível com a idéia de que o fato simplesmente aconteceu, talvez por falta de manutenção preventiva, por um golpe de azar ou por um proverbial “ato divino” (embora sem o deus). Organizações que fiscalizam a imprensa às vezes contabilizam as manchetes com verbos causativos na voz ativa, na voz passiva e na forma intransitiva, buscando evidências de que uma agência de notícias possa estar tentando eximir ou incriminar um ou outro lado em um conflito. Por exemplo, um grupo pró-Israel observou a prevalência de manchetes da Reuters do tipo ÔNIBUS EXPLODE NO CENTRO DE JERUSALÉM, que usa o intransitivo para tirar a ênfase do agente responsável. Como observa o lingüista Geoffrey Pullum num blog sobre lingüística e relações públicas,

“Ônibus explode” é mesmo um jeito bem estranho de descrever um incidente em que um ser humano amarra explosivos no próprio corpo, entra num ônibus lotado numa rua no meio da cidade e mata treze pessoas ao detonar sua carga, com a clara intenção de assassinar o máximo possível de judeus de uma tacada só [...] A Reuters descreve o fato como se o ônibus tivesse simplesmente explodido sozinho.”⁷³

Nem todos os verbos que ganham ou perdem um sujeito causal, aliás, são produtos da regra do causativo. As maneiras como alguém pode fazer alguma coisa acontecer são tão numerosas que os verbos causativos são cunhados a torto e a direito em muitas esferas da vida sem necessariamente ser o resultado de uma regra causativa. Por isso, alguns verbos causativos parecem desprezar os princípios que illustrei até aqui. Mas esses rebeldes tendem a ser especializados: dá para *walk* [andar] alguém se ele for um rebatedor, *bleed him* [sangrá-lo] se ele for um paciente e *burp him* [arrotá-lo] se ele for um bebê. E outros não são causativos de verdade.

To shine a light na verdade é focar a luz, não ativá-la, e *drive, sail, walk, waltz* [dirigir, velejar, andar, valsar] alguém, ou levar uma pessoa a se locomover para algum lugar, é acompanhá-la, não coagi-la.

Antes de concluir o capítulo com algumas observações sobre a língua como janela para nossa natureza cognitiva, gostaria de resumir a história lingüística. As alternâncias de construções gramaticais refletem alternâncias gestálticas cognitivas: fazer-ir e fazer-mudar; fazer-ir e fazer-ter; acontecer e fazer-acontecer. Essas mudanças dão às duas construções significados sutilmente diferentes, que refletem formas diferentes de interpretar uma situação. A seletividade dos verbos, que parecia torná-los impossíveis de aprender, pode ser explicada em dois níveis. No nível macroscópico, os tipos de verbo que se recusam a entrar numa construção são aqueles cujos significados são categoricamente incompatíveis com ela (*throwing a cat into the room* [jogar um gato na sala] não é uma maneira de mudar o estado da sala; *driving a bus to the lake* [dirigir um ônibus até o lago] não resulta em o lago possuir alguma coisa; *laughing a person* [rir uma pessoa] não é apropriado para um agente com livre-arbítrio). Mas, como as pessoas são capazes de se contorcer até o ponto de formar um *pretzel** cognitivo e interpretar quase qualquer acontecimento de quase qualquer maneira, para prever o uso de cada verbo é preciso observar microclasses com significados semelhantes, que embarcam na construção ou empacam às suas portas. E essas microclasses evidenciam um estrato de obsessões e metáforas cognitivas que se baseiam nelas: massas amorfas holísticas, que podem mudar de lugar ou mudar de estado; a força, que pode ser aplicada de forma instantânea ou ao longo do tempo; posses, entre elas a de idéias e de sorte; e acontecimentos, que podem simplesmente acontecer ou ser causados por um agente num ato direto e premeditado.

FALANTES INTELIGENTES OU LÍNGUA INTELIGENTE?

Escrevi até agora como se a língua inglesa fosse uma pessoa ponderada que sempre tem um bom motivo para tudo que faz. Vimos uma explicação engenhosa para o modo como interpretações diferentes de uma situação são expressas em construções diferentes (com a entidade afetada sempre como objeto direto, tenha

* *Pretzel*: biscoito em forma de nó. (N. T.)

ela sofrido ação para ir, para mudar ou para ter). Vimos nuances sutis de significado entre construções que à primeira vista pareciam sinônimas. E vimos teorias implícitas da física e da psicologia no jeito temperamental das classes de verbos em relação às construções em que elas entram. Mas as línguas não pensam; as pessoas é que pensam. Será que os falantes de carne e osso realmente fazem todas essas racionalizações quando aprendem e usam os verbos?

A resposta tem de ser sim e não. Do lado do “sim”, sabemos que línguas não são inventadas por uma comissão, mas evoluem espontaneamente numa comunidade. Qualquer conexão previsível entre forma e significado que não seja questão de acaso — como o modo como a sintaxe de tantos verbos pode ser prevista a partir de seus significados — tem de ter sido fruto da imaginação de *alguns* falantes, em algum ponto da história da língua. E sabemos pelos testes *wug* e por outros experimentos que os falantes modernos, tanto crianças como adultos, são sensíveis às leis básicas que ligam o significado de uma construção a sua forma.⁷⁴

Do lado do “não”, para a maioria dos verbos os falantes individuais não *precisam* desvendar as explicações se só quiserem usar os verbos do mesmo jeito que todo mundo usa. Só precisam aprender a semântica de cada microclasse (o que os verbos têm em comum) e sua sintaxe (quais construções agradam aos verbos). Isso basta para permitir que eles prevejam quais verbos novos podem ser estendidos a quais construções, sem que eles tenham de saber por quê.

A razão de a resposta poder ser tanto sim como não é que pessoas diferentes podem ser sensíveis à explicação para verbos e classes diferentes em momentos diferentes. Sob esse aspecto, uma língua pode ser como outros produtos culturais, que podem ser usados em momentos diferentes por inovadores, adeptos precoces, maiorias precoces, maiorias tardias e retardatários.⁷⁵ É mais provável que a explicação semântica para a estrutura do verbo tenha entrado na cabeça dos inovadores e dos adeptos precoces: os falantes da história de uma língua que primeiro ampliaram uma construção para um novo tipo de verbo. Esse novo uso pode ter já nascido morto na boca do inovador ou ser recebido de braços abertos por um segmento da comunidade. A recepção é meio caprichosa (como veremos no capítulo 6), mas, quando uma nova combinação realmente pega, isso pode acontecer porque os adeptos tardios captaram a explicação com uma sacada que recapitula a do criador original, porque eles meramente decoraram o verbo naquela construção, ou um meio-termo qualquer. A única coisa que interessa é que, quando as pes-

soas ouvem um verbo em uma construção, naturalmente a generalizam para verbos com significado parecido.

É possível pegar os inovadores no ato de ampliar a língua? Acontece toda hora. Embora os linguistas teorizem com frequência sobre a língua como se ela fosse o protocolo fixo de uma comunidade homogênea de falantes idealizados, como o plano sem fricção e o gás ideal dos físicos, eles também sabem que uma língua de verdade está o tempo todo sendo puxada e esticada pelas beiradas por diversos falantes de diversas formas.

Às vezes todos nós temos de ir além dos limites gramaticais, porque uma frase precisa fazer várias coisas ao mesmo tempo e essas coisas podem estar em conflito entre si. Até agora mostrei como as posições numa frase são destinadas a significados específicos, como o primeiro objeto expressando a pessoa a quem se fez ter alguma coisa e o segundo objeto expressando a coisa que ela tem. Mas, ao mesmo tempo, a ordenação das palavras da esquerda para a direita em uma oração precisa fazer mais uma coisa: manter o ouvinte sintonizado com a informação que é “dada”, simplesmente montando o cenário para a mensagem, e a informação que é “nova”, exigindo uma atualização da compreensão do mundo por parte do ouvinte. E, além dessas duas, há uma terceira exigência na ordem das palavras: o falante tem de ter dó da memória do ouvinte e colocar as expressões mais compridas mais para o fim da frase, onde o ouvinte possa pensar nelas com calma e tranquilidade. (“Coloque o material novo no final” e “Coloque o material pesado no final” são duas das diretrizes mais importantes para falar e escrever bem.) Para equilibrar todas essas exigências, às vezes temos de sacrificar as preferências pessoais costumeiras do verbo.

Por exemplo, vimos que *give a headache to Jim* [dar uma dor de cabeça para Jim] soa pior que *give Jim a headache* [dar a Jim uma dor de cabeça]. Mas, quando o monossilábico “Jim” é substituído por uma entidade longa, complicada e inesperada, um escritor pode forçar o dativo preposicionado para empurrar a entidade para o fim da oração. A linguísta Joan Bresnan e seus colaboradores, vasculhando a internet em busca de usos liberais do dativo, encontraram exemplos reais como esses:⁷⁶

The spells that protected her identity also gave a headache to anyone trying to determine even her size [...]

[Os feitiços que protegiam a identidade dela também davam dor de cabeça a qualquer um que tentasse determinar até mesmo seu tamanho (...)]

From the heads, offal and the accumulation of fishy, slimy matter, a stench or smell is diffused over the ship that would give a headache to the most athletic constitution.

[Das cabeças, das carcaças e do acúmulo de um material piscoso e pegajoso, um fedor ou cheiro é dispersado pelo navio, que daria dor de cabeça até à constituição mais atlética.]

As alternativas — *give anyone trying to determine her size a headache* [dar a qualquer um que tentasse determinar seu tamanho uma dor de cabeça]; *give the most athletic constitution a headache* [dar à constituição mais atlética uma dor de cabeça] — teriam espremido um grande bloco de material no meio da frase e deixado só uma casquinha de material pendurado na ponta. Imagina-se que os autores as tenham evitado por essa razão.

Nossa capacidade de estender uma construção a verbos novos no calor da conversa ou do texto não significa que os resultados sejam aceitos como frases absolutamente normais. Os falantes diferem entre si quanto à facilidade de digerir as várias generalizações que outros falantes fazem, dependendo talvez de sua idade, origem, subcultura ou até personalidade. Consigo digerir as frases anteriores com o *give a headache to* (mal e mal). Mas me soa inaceitável uma extensão parecida — *kiss it goodbye* [dar um beijo de tchau] —, que deve ter soado normal para o colunista David Brooks e para seus editores no *New York Times*, afinal ele a usou nada menos que três vezes ao longo de um único texto sobre a crise de 2006 entre Israel e o Hezbollah:⁷⁷

You can kiss goodbye, at least for the time being, to some of the features of the recent crises. You can kiss goodbye to the fascinating chess match known as the Middle East peace process [...] You can also kiss goodbye to the land-for-peace mentality.

[Pode dar um beijo de tchau, pelo menos por enquanto, a algumas das marcas das crises recentes. Pode dar um beijo de tchau ao fascinante jogo de xadrez conhecido como o processo de paz do Oriente Médio (...)] Pode dar também um beijo de tchau à mentalidade terra-por-paz.]

Li e reli essas frases, mas elas ainda são indigestas. Assim como muitas outras construções moderninhas que ouvi e anotei. O *sleep the computer* e *hover the mouse* [dormir o computador e sobrevoar o mouse] da Apple ainda soam estranhos aos

meus ouvidos, mas aposto que não são nada excepcionais para usuários mais jovens do Macintosh, que cresceram com elas. E a seguir há outros exemplos de usos bizarros, tirados da minha coleção:⁷⁸

Locativos de conteúdo:

Women do not invest sexual messages in clothing choice. [As mulheres não investem mensagens sexuais na escolha das roupas.]

She said we just dug up some trash someone littered. [Ela disse que só desenterramos um lixo que alguém sujou.]

Locativos de recipiente:

He squeezed them (fish fillets) with lemon juice. [Ele os espremeu (filés de peixe) com sumo de limão.]

We installed 21 banks with ISDN lines. [Instalamos 21 bancos com linhas ISDN.]

Dativos de duplo objeto:

Reach me my socks. [Me alcance minhas meias.]

When you go I'm going to preach you a great funeral. [Quando você se for vou lhe rezar um grande funeral.]

Dativo preposicionado:

(The report) was given a normal and wide distribution, but we did not brief it to the President.⁷⁹ [(O relatório) teve uma distribuição normal e ampla, mas não o instruímos ao presidente.]

Causativos:

The year Sidney Poitier won best actor he rose us all up in the world. [No ano em que Sidney Poitier ganhou melhor ator ele elevou a todos nós no mundo.]

Lectric Shave: Stands up whiskers for a 50% closer shave. [Lectric Shave: Levanta a barba para um barbear 50% mais rente.]*

Intransitivos:

The bacteria live off the dissolved minerals that exude from the vent. [As bactérias vivem dos minerais dissolvidos que exsudam do ventilador.]

Can germs harbor in these things? [Os germes podem abrigar nessas coisas?]

Todos esses instantâneos ficam dentro do grande universo semântico dos tipos de construção (fazer-mudar, fazer-ter, fazer-acontecer), mais provas de que

* Nesse exemplo, a estranheza não se reproduz em português. (N. T.)

as explicações semânticas são reais em termos psicológicos. Mas eles escapam dos limites das microclasses. E, no futuro, conforme alguns deles forem sendo repetidos, com ou sem as circunstâncias extenuantes que provocaram seu uso inicial, podem redefinir os subuniversos ou semear novos subgrupos na mente de falantes receptivos — os mais jovens, mais imersos na especialidade relevante (culinária, política, computação, negócios), ou com menos frescuras lingüísticas do que gente como eu. É assim que a língua muda.

UMA LÍNGUA DO PENSAMENTO?

Quando os falantes evitam usar um verbo numa construção ou torcem o nariz ao ouvir alguém usá-lo, eles devem ser sensíveis a distinções semânticas sutis, como entre destacar um tipo de movimento e destacar um tipo de mudança, ou entre aplicar força instantaneamente ou aplicá-la no decorrer de certo tempo. Ninguém ensina essas distinções, nem as inclui nas definições dos dicionários; levou bastante tempo até para os lingüistas as descobrirem. E ninguém tem por que assimilar regulamentações que impeçam de dizer coisas perfeitamente inteligíveis. Então, de onde vem essa sensibilidade?

Só o que temos de fazer para explorar essa acuidade é supor que as pessoas *representam* os verbos na memória, de tal modo que verbos com gostos sintáticos semelhantes possuam definições que se sobrepõem. Assim, sempre que um verbo novo é aprendido, ele ativa automaticamente seus colegas. E, para que isso aconteça, os significados dos verbos precisam ser formulados num mentalês que demonstre graficamente os aspectos de significado que os verbos têm em comum dentro da microclasse, ao mesmo tempo ocultando os aspectos que os distinguem.

Aqui está um exemplo. Uma vez que as crianças aprendem como *pour* [despejar] é usado, elas generalizam as preferências sintáticas do verbo para *drip* [pingar] e *slosh* [derramar], mas não para *spray* [borrifar] e *squirt* [esguichar]. Isso seria automático se as definições mentais delas mostrassem claramente os conceitos DEIXAR e FAZER, que indicariam que *pour*, *drip* e *slosh* são semelhantes entre si, mas diferentes de *spray* e *squirt*, ao mesmo tempo deixando de lado os filminhos mentais do líquido em movimento que distinguem despejar de pingar ou borrifar de esguichar. Isso faria com que *pour* e *drip* “ficassem parecidos” aos olhos da mente (apesar do fato de que despejar e pingar são diferentes para o olho de verdade) e

pour e *spray* “ficassem diferentes”. E isso, por sua vez, permitiria que a criança transferisse o que aprendeu sobre *pour* para *drip*, mas não para *spray*.

Se realmente existe uma língua do pensamento, ela precisa ser bem abstrata para fazer os verbos de uma microclasse parecerem semelhantes e os outros de microclasses diferentes parecerem diferentes.⁸⁰ Não pode apenas refletir as imagens e sons dos acontecimentos denotados pelos verbos. Por exemplo, no que diz respeito à experiência sensorial, os verbos *hand* [entregar], *carry* [carregar] e *bring* [trazer] soam parecidos entre si (todos poderiam descrever o mesmo fato num filme), enquanto os verbos *throw* [lançar], *kick* [chutar] e *roll* [rolar] soam diferentes. Mas os requisitos de entrada para o dativo acham o contrário. Os últimos três são todos verbos de causação instantânea de movimento e, portanto, são permissíveis na forma de duplo objeto, enquanto, dentre os primeiros três, *hand* é um verbo sobre dar (o. k. para duplo objeto), *carry* é um verbo de causação contínua de movimento (não o. k. para duplo objeto), e *bring* é um verbo de causação de movimento em uma direção (o. k. para duplo objeto). Do mesmo jeito, no que diz respeito ao maquinário da língua, *telling* [contar] é diferente de *saying* [dizer], *shouting* [gritar], *talking* [conversar] ou *speaking* [falar] (que pertencem a microclasses diferentes), mas é igual a *quoting* [citar], *leaking* [vazar], *asking* [perguntar], *posing* [formular] e *writing* [escrever]. Assim como *shouting* não é mais parecido com *yelling* e *screaming* [ambos gritar] que com *whispering* [sussurrar] e *murmuring* [murmurar] (já que são todos verbos de jeito-de-falar). *Baking a cake* [assar um bolo] tem de ser encarado como semelhante a *building a house* [construir uma casa] e *writing a letter of recommendation* [escrever uma carta de recomendação] (verbos de criação), mas diferente de *warming a cake* [esquentar um bolo], *burning a cake* [queimar um bolo] ou *reheating a cake* [requentar um bolo] (verbos de mudança de estado). *Betting* [apostar] tem de ser pensado como semelhante a *envying* [invejar], *sparing* [poupar] ou *begrudging* [dar com má vontade] (verbos sobre um futuro não-possuir), mas diferente de *selling* [vender], *paying* [pagar] ou *trading* [negociar] (verbos de dar). Em todos esses casos, a cara e o jeito de um acontecimento e as coisas e ações que ele envolve (carregar, conversar, bolos, dinheiro) têm de submergir, e sua estrutura abstrata (mudança, causação, caráter direto, instantaneidade) precisa ser ressaltada.

O que exatamente constituiria essa língua abstrata do pensamento? Você deve ter notado que algumas distinções de espaço, tempo, força, substância e intenção apareceram a toda hora nas definições das microclasses. É uma dica de

que elas compõem a estrutura de nossos edifícios conceituais. Mas não basta mostrar que essas distinções são importantes no inglês. Se elas realmente compõem um mentalês — a infra-estrutura conceitual do *Homo sapiens* —, precisamos ter a expectativa de vê-las em línguas pelo mundo.

Os fenômenos exatos que exploramos até agora — as construções, alternâncias e microclasses — certamente não são universais. Não são nem sequer constantes entre dialetos do inglês, entre versões do inglês falado em períodos históricos diferentes ou entre falantes individuais do inglês-padrão atual. Mas não era de esperar que fossem. Mesmo que as crianças sejam equipadas com alguma espécie de talento universal para a linguagem, elas não são capazes de sair falando a língua de repente do jeito que Julie Andrews sai cantando no começo de *A noviça rebelde*. As crianças têm de escutar atentamente palavras e construções que se entranharam em sua comunidade para que possam empregar seus recursos de forma que lhes permitam ser compreendidas por seus compatriotas. E o universo disponível de palavras e construções depende das vicissitudes da história local: os invasores, parceiros comerciais, imigrantes, esnobes, moderninhos e noivas importadas que moldaram a língua nos séculos e milênios anteriores, e as manias de pronunciar indistintamente ou de exagerar sons que passaram pela comunidade. Se a mente deixa digitais universais na língua, elas serão necessariamente mais sutis que uma lista fixa de regras e construções encontradas em todos os idiomas do mundo.

Felizmente, as digitais estão por todo lado. Embora as construções que examinamos não sejam universais, elas aparecem várias vezes em línguas sem parentesco entre si e em famílias de línguas pelo mundo todo, o que sugere que a capacidade de formação de idiomas pelas pessoas, quando diante da necessidade de comunicar certos tipos de idéia, é canalizada e redescobre essas construções. Alternâncias locativas semelhantes à do inglês, por exemplo, já foram documentadas em alemão, espanhol, russo, grego, húngaro, indonésio, árabe, berbere, igbo (falado na Nigéria), chinês, japonês, coreano e chichewa e shona (idiomas bantus).⁸¹ Construções dativas ou semelhantes já foram documentadas em línguas não-indo-européias de todos os continentes.⁸² São centenas as línguas que tiveram a alternância causativa documentada, e diversas pesquisas deslindaram suas propriedades comuns.⁸³

Nem todas as línguas possuem as construções que vemos em inglês, mas, quando possuem, as construções tendem a seguir o mesmo roteiro conceitual. Na maioria dos idiomas, quando um verbo alterna do locativo de conteúdo para o

locativo de recipiente, o efeito holístico entra em ação, assim como acontece em inglês.⁸⁴ Algumas línguas o dizem com todas as palavras: quando os falantes de igbo expressam um recipiente num objeto direto, acrescentam uma palavra ao verbo significando “cheio”, como se disséssemos *encha cheia a mala de roupas*. As construções bitransitivas também não expressam só qualquer mudança ou movimento, mas reservam o primeiro objeto para os possuidores, receptores, beneficiários ou malefícios, assim como no inglês. E as construções causativas em que um único verbo alterna entre acontecer e fazer-acontecer preferem a causação direta, sem intermediários e intencional, a cadeias causais impessoais ou mais tortuosas.⁸⁵

Apesar de as classes e microclasses variarem de língua para língua, a variação não é aleatória. Ela tende a consistir em diferenças exatamente no ponto em que a língua traça um corte ao longo do contínuo que vai dos conceitos que claramente concordam com o significado da construção até os conceitos que claramente não concordam. Para o dativo, o contínuo é definido pela facilidade de se conceber um ato como uma ação de dar. Em um extremo temos o protótipo, verbos como o próprio *dar*, e toda língua com uma construção bitransitiva permite que esses verbos participem dela. Alguns idiomas param aí, mas a maioria também permite verbos sobre enviar. Algumas vão além e permitem verbos de movimento instantâneo como jogar (e é aí que o inglês traça o limite), e outras ainda permitem verbos de movimento contínuo como suspender e puxar.⁸⁶ E, quando chegamos ao extremo oposto do contínuo, onde encontramos o movimento puro na direção de um objetivo inanimado, como dirigir um ônibus até um lago, poucas ou nenhuma língua são tão liberais a ponto de permitir o uso da forma com duplo objeto.

Os causativos dos idiomas do mundo revelam ainda mais coisas sobre as características universais do pensamento. Ao demarcar as microclasses, as línguas traçam vários limites. O corte mais importante vai dos acontecimentos que claramente têm uma causa embutida na entidade mutante (e nesse caso o impulso externo implicado pelo causativo não é apropriado) até acontecimentos que claramente precisam de um cutucão para causar e moldar a mudança. Assim, poucas línguas permitem que verbos para ações humanas sejam convertidos num homônimo causativo (como em *Bill riu Debbie*, querendo dizer que Bill fez Debbie rir), supostamente porque a causa imediata é atribuída a alguma coisa dentro da pessoa.⁸⁷ Com uma permissividade um pouco menos irrestrita, encontramos línguas que permitem o causativo com verbos de mudança de estado ou de movimento. E há línguas como o inglês, que traçam o limite em alguns *tipos* circunscritos de

movimento e de mudança, excluindo outros tipos como deixar de existir ou emitir substâncias. E existem línguas bem conservadoras [entre as quais o português — N. T.] que restringem a regra do causativo apenas às mudanças mais passivas de estado físico, como quebrar, abrir e derreter.⁸⁸

Até agora estávamos procurando elementos universais do pensamento por um apertado burquinho de fechadura lingüístico, as construções verbais. Isso significa que a variabilidade que observamos superdimensiona a variabilidade nas bases do pensamento em si. Em se tratando de conceitos básicos, as línguas do mundo são como um daqueles brinquedos de criança em que você martela uma toupeira e outra aparece em outro buraco: se uma língua martela um conceito e o retira de seus recursos gramáticos, o conceito tende a aparecer em outro. A causação é um ótimo exemplo. Até aqui nos concentramos em construções em que ela vem embalada de modo conciso dentro de um verbo, como *break the glass* [quebrar o vidro] e *slide the puck* [deslizar o disco de hóquei]. Mas a causação também pode ser expressa em seu próprio prefixo ou sufixo, como, no inglês, *en-* (*enlarge*, *enrich*, *ensure* [alargar, enriquecer, assegurar]), *-ify* (*beautify*, *electrify*, *falsify* [embeleazar, eletrificar, falsificar]) e *-ize* (*centralize*, *publicize*, *revolutionize* [centralizar, divulgar, revolucionar]). Em inglês esses prefixos e sufixos só podem se ligar a adjetivos e substantivos, mas em outras línguas, como hebraico e turco, eles podem ser anexados aos verbos em grandes quantidades. Num terceiro buraco de toupeira, a causação ganha seu próprio verbo, que dá a mão para outro verbo (aquele para o acontecimento que está sendo causado), formando um verbo de duas cabeças; o equivalente em inglês seria *Karen made-break the window* [Karen fez-quebrar a janela]. E às vezes a causação ganha seu próprio verbo, que aparece sozinho na oração, relegando o efeito a uma oração subordinada, como em *Karen made the window break* [Karen fez a janela quebrar]. Sempre que uma língua possui mais de um desses dispositivos, reserva o mais conciso para a causação mais direta e o mais prolixo para a causação menos direta (como no contraste em inglês para diminuir a intensidade da luz em *dimming the lights* mexendo no dimmer e *making the lights dim* ligando uma torradeira).⁸⁹ É como se os morfemas estivessem expostos na forma de um pequeno diagrama, mostrando os elos da cadeia causal, e as cadeias com menos elos fossem expressas por menos morfemas.

A causação é só uma das toupeiras-de-sentido que ficam aparecendo pelas linguagens do mundo em um buraco ou em outro. Entre os buracos da brinca-

deira estão as classes e microclasses; prefixos, sufixos e outros termos gramaticais (como preposições, conjunções e auxiliares); e “verbos leves”, como *fazer*, *ser*, *ter*, *tomar* e *ir* (que em algumas línguas são os únicos verbos que existem). Os conceitos que aparecem nesses buracos cabem em uma lista relativamente curta, mais ou menos nessas linhas:⁹⁰

- um elenco de conceitos básicos: acontecimento, estado, coisa, caminho, lugar, propriedade, modo
- um conjunto de relacionamentos que emaranham esses conceitos com outros: agir, ir, ser, ter
- uma taxonomia de entidades: humano vs. não-humano; animado vs. inanimado; objeto vs. essência; individual vs. coletivo, flexível vs. rígido, unidimensional vs. bidimensional vs. tridimensional
- um sistema de conceitos espaciais para definir lugares e trajetos, como os significados de *em*, *sob*, *sobre*, *até*
- uma linha temporal que ordene os acontecimentos, e que distinga pontos instantâneos, intervalos delimitados e regiões indefinidas
- uma família de relações causais: fazer, deixar, permitir, evitar, impedir, incentivar
- o conceito de meta e a distinção entre meios e fins

Pode-se dizer que essas sejam as palavras mais importantes do mentalês. Num capítulo mais adiante veremos como elas moldam nossa compreensão dos mundos físico e social.

É claro que o inventário completo dos pensamentos humanos é muitíssimo maior que isso. O verbo *to butter* [passar manteiga] precisa conter uma representação de uma substância que lembre a manteiga, e, se alguém dissesse que Bush *out-Nixoned Nixon* [foi mais Nixon que Nixon], teria de ter em mente algum traço marcante do falecido 37º presidente norte-americano. Mas essas e inúmeras outras distinções sensoriais, cognitivas e emocionais são invisíveis à parte da mente que enxerga alguns verbos como parecidos e outros como diferentes ao decidir como usá-los numa construção gramatical. Além das pessoas e substâncias específicas, há também o estado de espírito e a atitude do falante; a qualidade do movimento do objeto; a simetria, a cor e o gênero dos participantes; e as propriedades físicas do cenário (a temperatura, se ocorre em ambiente fechado ou ao ar livre, se acontece na terra, no ar ou no mar).⁹¹ Assim, os conceitos por trás da língua são

organizados de um modo específico. As distinções conceituais básicas reúnem-se e formam uma estrutura de significado, que possui ganchos aqui e ali onde se podem pendurar imagens, sons, emoções, filminhos mentais e os outros conteúdos da consciência.

Será que o cérebro realmente distingue um esqueleto de conceitos básicos relevantes à gramática a partir de um portfólio maior de significados que a compõem? O neuropsicólogo David Kemmerer sugere que sim, com base em seus estudos sobre padrões distintos de perda de linguagem depois de danos cerebrais. Em um estudo, Kemmerer observou uma paciente que perdera a capacidade de distinguir *drip* [pingar] de *pour* [despejar] e de *spill* [derramar], três integrantes de uma microclasse locativa que diferem quanto aos detalhes do movimento, mas que possuem o mesmo esqueleto conceitual (permitir o movimento para baixo de um líquido ou de uma massa).⁹² Mas a paciente continuava sensível às noções semânticas abstratas que governam o comportamento dos verbos nas construções: ela sabia que *Sam spilled beer on his pants* [Sam derramou cerveja na calça] era gramatical e que *Sam spilled his pants with beer* [Sam derramou a calça com cerveja] não era. Isso não acontecia só porque o teste gramatical era fácil. Dois outros pacientes, com lesões em áreas diferentes do cérebro, mostraram o padrão contrário: conseguiam notar a diferença entre *pouring*, *dripping* e *spilling*, mas não viam nada de errado em frases com um choque de conceitos centrais, como *Sam spilled his pants with beer*. Outros estudos mostraram dissociações semelhantes. Alguns pacientes, por exemplo, perderam a capacidade de distinguir quente de frio, vermelho de verde, ou um tapinha leve de um bofetão (distinções que não importam para a gramática), mas mantiveram a capacidade de distinguir essência de forma ou contato de causa-e-efeito (distinções que importam), e vice-versa.⁹³

Nossa viagem toca do coelho adentro nos levou para um país das maravilhas semântico. Encontramos uma exuberante profusão de verbos — uma dúzia de verbos para emitir substâncias, vinte verbos para a mudança da estética de uma superfície, e não menos que 69 verbos para modo de falar. Testemunhamos fatos que alternam interpretações do mesmo jeito que um par de rostos se transforma num vaso. Conhecemos pães que fervilham, jogadores de basquete que viram verbos e dragões assassinados cuja posse simbólica é sinal da dedicação de um amante. Mas, com toda aquela borrifação e manchação, amassação e dobração, guinchação e gritação, e outros atributos que distinguem um verbo do outro, os

habitantes mais memoráveis são os silenciosos e invisíveis que encontramos quando espiávamos debaixo dos verbos: as noções etéreas de espaço, tempo, causação, posse e objetivos, que parecem formar a língua do pensamento.

NOSSAS PECULIARIDADES COGNITIVAS

Prometi que uma boa olhada nos verbos desnudaria nossa capacidade de pular de um enquadramento conceitual para outro, nosso costume de usar idéias como metáforas para outras idéias, e o repertório de idéias básicas que compõem a estrutura do significado das frases e talvez o próprio pensamento. O que fazemos com esse repertório? Pensamos nele — pensamos *com* ele — o tempo todo, e é de se questionar se ele forma as categorias inevitáveis com as quais qualquer entidade inteligente, seja humana, de silício ou alienígena, é obrigada a lidar com a realidade. Quero concluir a viagem toca do coelho adentro com algumas pistas de que isso não é verdade. As idéias básicas que governam nossos pensamentos no dia-a-dia podem se mostrar tão excêntricas quanto a Falsa Tartaruga ou a Rainha de Copas.

Os constituintes do bom senso que encontramos, como causação, força, tempo e substância, não são apenas edições caseiras de conceitos usados na lógica, na ciência ou em nosso melhor conhecimento coletivo sobre como administrar nossos problemas. Eles funcionaram bem o suficiente no mundo em que nossas mentes evoluíram, mas podem deixar nosso bom senso mal equipado para lidar com alguns dos desafios conceituais do mundo moderno. Não estou pensando nos paradoxos esotéricos da mecânica quântica ou da relatividade, mas em enigmas mais banais nos quais nossa intuição parece estar em descompasso com a realidade que vivemos. Aqui estão alguns casos em que os conceitos centrais expostos neste capítulo podem nos tirar do prumo quando lidamos com os desafios da vida.

Ter e se beneficiar. Começemos com um exemplo batido. Lembre-se da metáfora gramatical para bem-estar: estar bem é possuir alguma coisa. Em geral, pouca gente discordaria de Sophie Tucker quando ela disse: “Já fui rica e já fui pobre. É melhor ser rica”. Mas, em se tratando das granulações menores do possuir, muitos sábios ao longo da história tentaram impedir que caíamos nessa convicção, lembrando-nos de que dinheiro não compra felicidade, que o cínico sabe o preço de tudo mas não sabe o valor de nada, e que não é verdade que ganha quem morrer com mais brinquedos. Especialistas modernos em felicidade confirmaram

que, uma vez que as pessoas atingem certo patamar de fartura, a riqueza e novas posses quase não dão satisfação adicional, se é que dão alguma.⁹⁴

Ter e saber. Outra fórmula conceitual enganadora é a metáfora do conduto, em que saber é ter alguma coisa e comunicar é enviar essa coisa num pacote. Novamente, há um fundo de verdade: se a informação nunca fosse transmitida com alguma fidelidade de cabeça para cabeça, o conhecimento jamais se acumularia numa sociedade, e a própria linguagem seria inútil. Mas a ciência cognitiva já mostrou vários aspectos sob os quais a metáfora é insuficiente. No capítulo 1 vimos que a compreensão da linguagem é mais que simplesmente extrair o sentido literal, coisa que George Costanza descobriu tarde demais quando se deu conta de que *café* não significa necessariamente café. E, uma vez que o sentido é extraído e armazenado na memória, não fica lá parado como um bibelô qualquer na estante; pesquisas sobre a memória confirmam a observação de Twain de que as pessoas tendem a se lembrar de coisas, tenham elas acontecido ou não.⁹⁵ A educação tradicional foi dominada por uma versão da metáfora do condutor às vezes denominada modelo poupança-e-empréstimo: o professor entrega pedaços de informação aos alunos, que tentam retê-los em seu cérebro tempo suficiente para devolvê-los na prova. Embora as filosofias progressistas de educação, que visam levar as crianças a redescobrir o conhecimento em vez de ser receptáculos passivos de informações, tenham cometido lá seus exageros, é inegável que as pessoas retêm melhor as coisas quando se pede que elas pensem no que estão aprendendo, do que quando lhes pedem que arranquem uma informação atrás da outra nas aulas e as engavetem na memória.⁹⁶

Ter e mudar de lugar. As línguas tratam com frequência uma posse como uma coisa que está em certo lugar, e dar ou vender como transferi-la para outro lugar, deixando de estar em seu lugar original. Para bens tangíveis como galinhas e bolos, isso pode ser literalmente verdade, e funciona bem na extensão abstrata a bens mais abstratos, como dinheiro e imóveis. Mas a propriedade intelectual é que é a verdadeira charada para a metáfora. Embora não se possa comer um bolo e ao mesmo tempo possuí-lo, o mesmo não acontece com a informação, que pode ser replicada ad infinitum sem que haja perda. Graças à tecnologia da informática, que permite compartilhar e baixar arquivos, uma pessoa pode ficar de posse de uma música, de uma imagem ou de um programa sem deixar o proprietário original privado dela. O choque de intuições, entre salvaguardar um objeto que só possa estar em um lugar a cada momento e entre a “informação que quer se liber-

tar”, incitou uma das mais ferozes batalhas legais da atualidade: como estender leis originalmente idealizadas para a propriedade de bens físicos a idéias copiáveis, como palavras, músicas, imagens, projetos, fórmulas e até genes.⁹⁷

Tempo. O modelo de tempo subjacente à língua não é o tique-taque inexorável do relógio, que mede o fluxo da vida em unidades constantes. Em vez disso, embala períodos de tempo grosseiramente em acontecimentos instantâneos (como jogar), processos mais prolongados (como puxar e empurrar) e em culminações de um processo (como quebrar um vidro). E a parte da mente que faz interface com a linguagem só acompanha esses punhados de tempo com os sinais de antes-e-depois e ao-mesmo-tempo. Não há, nesse guardião intuitivo do tempo, a idéia do tempo como um produto contínuo, mensurável, que tenha a mesma duração de nossa existência. É difícil não questionar se não é esse choque de conceitos que está por trás da frustração dos cidadãos apressados da sociedade pós-industrial em sua correria constante, comparada com a noção de tempo mais relaxada (e possivelmente mais intuitiva) observada no Terceiro Mundo, no sul dos Estados Unidos, e no departamento de trânsito de Massachusetts.

Coisas e locais. Quando a mente localiza um objeto em relação a outro, tende a comprimir o primeiro transformando-o num ponto ou numa massa cuja forma e cujos componentes já não são mais discerníveis, como uma coisa dentro de uma caixa. Já vimos essa mentalidade holística transportada para espaços *abstratos* para descrever qualidades ou estados, como uma carroça cheia ou um jardim infestado de abelhas. Desconfio que esse seja um dos motivos para as pessoas terem tanta dificuldade de entender comparações estatísticas. Um exemplo vem freqüentando bastante o noticiário. Muitos pesquisadores documentaram que a distribuição de talentos e temperamentos entre homens e mulheres não é idêntica. Em testes sobre a rotação mental de objetos tridimensionais, a média dos homens é maior; em testes de fluência verbal, a média das mulheres é maior.⁹⁸ Médias são só médias, é claro; algumas mulheres têm raciocínio espacial melhor que a maioria dos homens, e alguns homens têm uma fluência verbal melhor que a maioria das mulheres. Mas, quando as pessoas ficam sabendo dessa pesquisa, tendem a desfigurá-la e transformá-la na alegação de que cada um dos homens é melhor que cada uma das mulheres (ou vice-versa). As pessoas que comemoram a diferença escrevem livros como *Homens são de Marte, mulheres são de Vênus* (um exemplo claro da metáfora coisa-no-lugar); as pessoas que a condenam acusam os pesquisadores de dizer que “um grupo inteiro de pessoas foi congenitamente programado para o fracasso”.⁹⁹

É como se as pessoas ouvissem a estatística de que as mulheres vivem mais que os homens na média e concluíssem que toda mulher vive mais que todo homem. A imagem de uma esfera flutuando sobre a outra parece vir com mais naturalidade à cabeça que a imagem de duas curvas em forma de sino sobrepostas.

Causalidade. O protótipo da imagem de causa e efeito mais direta descrita pela linguagem é o de uma pessoa agindo voluntariamente em uma entidade e provocando de modo direto uma mudança intencional de posição ou de estado. Isso não está muito distante do conceito de responsabilidade criminal embutido em nosso sistema legal — o *actus reus* e *mens rea*, ou ato ilícito e mente culpada, necessários para estabelecer o homicídio doloso e outros crimes graves. Infelizmente, a vida real muitas vezes vomita cenários causais que não se encaixam direitinho nesse jogo de bilhar (muitas delas analisadas de forma bem divertida em *Bad acts and guilty minds: Conundrums of the criminal law* [Atos ilícitos e mentes culpadas: Charadas do direito criminal], de Leo Katz). Uma mulher que quer envenenar o marido põe arsênico na maçã dele, mas ele a joga fora. Um sem-teto pega a maçã na lata do lixo, come-a e morre. A mulher o assassinou? E quanto ao dono de uma casa que fecha a porta na cara de uma criança que está fugindo de um cachorro enlouquecido, deixando-a ser dilacerada? Ou um homem que chega à casa de uma mulher deprimida com uma corda e uma caixa, amarra uma ponta da corda numa viga, faz um laço na outra, e a convence a colocar a cabeça no laço e chutar a caixa?

Charadas de causalidade não são só exercícios de faculdade de direito. Em 1º de julho de 1881, o presidente James Garfield esperava um trem quando Charles J. Guiteau mirou nele com uma arma e deu dois tiros.¹⁰⁰ Nenhuma das duas balas atingiu órgãos e artérias importantes de Garfield, mas uma alojou-se em suas costas. A ferida era mínima pelos padrões atuais e não precisava ter sido fatal nem mesmo na época de Garfield. Mas os médicos o submeteram à temerária medicina daquele tempo, como examinar a ferida sem lavar as mãos (décadas depois da descoberta da antissepsia) e alimentá-lo pelo reto em vez de pela boca. Garfield perdeu 45 quilos no seu leito de morte, sucumbindo aos efeitos da desnutrição e da infecção oitenta dias depois dos tiros. Em seu julgamento, Guiteau disse várias vezes: “Os médicos o mataram; eu só atirei nele”. O júri não se convenceu, e em 1882 Guiteau foi enforcado — mais um homem com o destino atado à semântica de um verbo.

3. Cinquenta mil conceitos inatos (e outras teorias radicais sobre linguagem e pensamento)

Qualquer pessoa que participe de debates intelectuais passa a reconhecer as táticas, as tramas e os truques sujos que os debatedores usam para confundir o público quando os fatos e a lógica não estão a seu favor. Há o apelo à autoridade (“Spaulding diz isso, e ele tem um Prêmio Nobel”), a atribuição de motivos (“Firefly só está querendo chamar a atenção e conseguir dinheiro”), xingamentos (“A teoria de Driftwood é racista”) e a difamação por associação (“A Hackenbush é financiada por uma fundação que já financiou nazistas”). Talvez a mais conhecida seja a montagem e a destruição de um espantalho, um estratagema tão versátil que às vezes fica difícil imaginar como a vida intelectual sobreviveria sem ele.

A beleza do espantalho é que ele pode ser usado de inúmeras maneiras. A mais trivial é a luta de boxe com o espantalho, em que se substitui um oponente formidável por um simplório facilmente derrotável. Mas existe também o espantalho bifásico: primeiro monte a efigie, depois admita que afinal ela não é tão irreal assim, mas arme essa admissão como uma capitulação a suas críticas devastadoras.¹ E há também o espantalho do sacrifício, útil quando se teme estar nas beiradas da respeitabilidade: monte uma versão fanática da teoria de alguém, depois se distancie dela para comprovar sua moderação. É a mesma estratégia que os vendedores de vinho usam quando põem uma garrafa de preço exorbitante em cada prateleira. Eles sabem que compradores inseguros gravitam para a média, por-

tanto, se houver uma garrafa de cem dólares à mostra, eles vão comprar a de trinta dólares, ao passo que, se a garrafa mais cara custasse trinta dólares, eles se contentariam gastando dez.²

Num livro anterior, argumentei que muitos intelectuais hoje em dia são adeptos da opinião radical de que a mente humana é uma tábula rasa sem nenhum talento ou temperamento inato.³ Em consequência, teorias que atribuem à mente humana faculdades que deveriam ser totalmente aceitáveis, como o ciúme sexual, o amor parental ou o instinto para a linguagem, tendem a ser vistas como radicais. Na defesa dessa tese seria uma bênção retórica esculpir um inatista com idéias bem mais radicais que essa — por exemplo, alguém que acreditasse que entre nosso equipamento padrão estão não apenas algumas emoções e habilidades mentais, mas dezenas de milhares de conceitos concretos e maduros como “trombone”, “carburador” e “maçaneta”. Abstive-me de usar essa tática, e não apenas por escrúpulo intelectual. Minha própria posição, eu tinha certeza, já era moderada desde o começo, e de qualquer maneira o inatista radical que teria de ser convocado para me superar não era feito de palha, mas de carne e osso: meu ex-colega de MIT, o filósofo e psicólogo Jerry Fodor.⁴

Fodor é um acadêmico brilhante, sagaz e combativo que, entre outras coisas, ajudou a lançar as bases conceituais da ciência cognitiva e a desenvolver o estudo científico da compreensão de frases.⁵ Sua notória teoria de que nascemos com cerca de 50 mil conceitos inatos (uma estimativa convencional do número de palavras do vocabulário de um falante típico do inglês) surge aqui não como protagonista do debate natureza—educação, mas como protagonista no debate sobre como os significados das palavras são representados na cabeça das pessoas. No capítulo anterior, propus que a mente humana contém representações do significado das palavras compostas por conceitos mais básicos como “causa”, “meio”, “fato” e “lugar”. Fodor discorda. Ele acredita que os significados das palavras são átomos, no sentido original de coisas que não se dividem. O significado de *matar* não é algo como “fazer morrer”, mas matar, ponto final. O significado de *cortar* é “cortar”, o significado de *carregar* é “carregar”, o significado de *trombone* é “trombone”, e assim por diante, até o fim das 50 mil palavras que uma pessoa conhece. E, se os conceitos subjacentes aos significados das palavras não são formados a partir de componentes inatos durante o aprendizado, eles devem então ser eles mesmos inatos. Assim, o inatismo radical de Fodor não vem de uma convicção arraigada de que tudo está nos genes. É a implicação de sua crença de que

os significados das palavras são todos indivisíveis. E não dá para nós dois estarmos certos.

É preciso dar crédito a Fodor porque ele leva suas alegações a todas as suas conseqüências lógicas, por menos convencionais que elas sejam. É como disse o também filósofo Dan Dennett:

A maioria dos filósofos é como uma cama velha: a gente pula nela e afunda em qualificações, revisões, adendos. Mas Fodor é como uma cama elástica: a gente pula nele e ele devolve o impulso, apresentando afirmações duas vezes mais vigorosas e revoltantes. Se alguns de nós enxergam mais longe, é por pular em Jerry.⁶

A última frase, uma brincadeira com as famosas palavras de Newton — “Se eu enxerguei mais longe, foi por me apoiar nos ombros de gigantes” —, explica por que este capítulo dará enorme atenção à idéia aparentemente maluca de que o conceito de “carburador” é algo codificado em nosso DNA. Não é apenas uma questão de justiça para reconhecer as alternativas à teoria que estou apresentando; é uma questão de esclarecimento e descoberta. Há muito a ganhar quando se contrasta uma teoria com suas alternativas, mesmo aquelas que parecem radicais demais para ser verdade.

Só dá para entender mesmo alguma coisa quando se sabe o que ela *não* é. No capítulo anterior apresentei a teoria da semântica conceitual — que os significados das palavras são representados na mente como montagens de conceitos básicos, numa língua do pensamento. Sua reação pode ter sido: “Grande coisa! De que *outro* jeito as pessoas poderiam saber usar as palavras de seus vocabulários?”. Neste capítulo veremos de que outro jeito. Tentarei explicar os méritos da teoria da semântica conceitual a partir de três alternativas.

A primeira é o Nativismo Extremo de Fodor (na ciência cognitiva, o termo “nativismo” refere-se à ênfase à organização mental inata; não tem nada a ver com o termo político para a xenofobia antiimigração). A segunda é a Pragmática Radical, a idéia de que a mente não contém representações fixas dos significados das palavras.⁷ As palavras são fluidas, e pode-se querer dizer coisas bem diferentes em circunstâncias diferentes. Damos a elas somente um significado transitório, no contexto da conversa ou do texto atuais. E o que buscamos na memória não é um léxico de definições, mas uma rede de associações entre palavras e o tipo de acontecimentos e de atores que elas costumam evocar.⁸ A terceira alternativa radical, o

Determinismo Lingüístico, subverte a visão de linguagem e pensamento que eu vinha pressupondo. Em vez de a língua ser uma janela para o pensamento humano, que se sustenta num formato mais rico e abstrato, nossa língua nativa é a língua do pensamento e, portanto, determina o tipo de pensamento que podemos pensar.⁹

Além de esclarecer a teoria da semântica conceitual, uma visita às arenas em que ela concorre com outras alternativas nos permitirá explorar alguns outros traços da natureza humana. Aprenderemos como a mente concebe corpos e pessoas, como ela representa os números e como lida com as três dimensões do espaço. E veremos como as pessoas usam seu conhecimento das palavras para incutir sua língua de atitude e emoção, para impressionar e entreter seus ouvintes, e para fazer comentários sobre a própria língua.

Um último motivo para acompanhar os debates sobre a representação mental das palavras é o fato de elas serem batalhas que representam conflitos de idéias bem mais amplos. Perguntas ouvidas com frequência como “O que é inato e o que é aprendido?”, “O significado de nosso discurso falado e escrito é determinado ou depende do contexto?”, “Nossa língua limita o que somos capazes de pensar?” e “As culturas humanas são fundamentalmente parecidas ou diferentes?” ressoam ao longo da vida intelectual, e em *Tábula rasa* mostrei que muitas vezes elas embutem implicações morais e políticas de alcance bem maior. Não solucionaremos esses problemas aqui, mas um olhar mais detido nas palavras, que podem ser contabilizadas e investigadas com mais facilidade que outras partes da cultura, talvez ilumine nossa compreensão delas.

A abertura deste capítulo, e minha promessa de contrastar minha teoria com alternativas supostamente radicais, deve alertá-lo para a entrada de homúnculos feitos de palha. Quando explicar as alternativas, farei o máximo possível para distinguir entre os Camas-de-Pena, gente que levanta uma idéia radical mas recua quando se pula nela, dos Camas-Elásticas, aqueles que devolvem o impulso com toda a força.

NATIVISMO EXTREMO

O trem da argumentação que leva Fodor a sua conclusão radical começa de um jeito bem inocente.¹⁰ Quase todo mundo, nos vários debates natureza—educação, reconhece que as pessoas têm de nascer com uma capacidade de represen-

tar determinados conceitos elementares (mesmo que apenas “vermelho”, “alto”, “redondo” e assim por diante) e uma capacidade de organizar conceitos novos nesse repertório congênito, com a experiência (mesmo que só os associando uns aos outros). Por exemplo, o conceito complexo “quadrado vermelho” é aprendido conectando-se os conceitos simples “quadrado” e “vermelho”. A pergunta-chave é: quais conceitos fazem parte do repertório inato, e quais são organizados a partir deles (ou pelo menos obtêm seu significado do modo como se conectam a eles)? Uma forma de responder à pergunta é distinguindo os conceitos que são patentemente decomponíveis em conceitos mais simples (como o significado de “o homem de terno de flanela cinza” e outras combinações de palavras) de conceitos que são patentemente atômicos, que não contenham nada menor ou mais básico (como “vermelho” ou “linha”, que são desencadeados diretamente pelos olhos e pelo sistema visual). Do lado da educação, os empiristas tendem a se contentar com um repertório abstêmio de características sensoriais, invocando apenas o processo de associação para construir conceitos mais complexos. Do lado da natureza, os nativistas argumentam que um conjunto maior e mais abstrato de conceitos, como “causa”, “número”, “coisa viva”, “troca”, “família” e “perigo” chega a nós pronto, e não precisa ser montado.

Os dois lados, se pressionados, têm de concordar que os blocos simples que constroem a cognição — como as teclas num piano, o alfabeto numa máquina de escrever, ou os gizes de cera em uma caixa — precisam ser inatos. Você pode datilografar quanto quiser numa máquina de escrever padrão; embora possa martelar qualquer quantidade de palavras, frases e parágrafos em inglês, nunca verá nenhum único caractere de hebraico, tâmil ou japonês. Como disse Leibniz numa emenda ao lema do empirismo, “Não há nada no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos... exceto o próprio intelecto”.¹¹

E quanto aos conceitos subjacentes ao significado das palavras? Tanto um empirista como um nativista não-tão-radical ficariam satisfeitos com a afirmação de que a maioria desses conceitos é construída com unidades mais elementares — talvez *mãe* seja mentalmente representado como “progenitor mulher, talvez *matar* seja conceitualizado como “fazer não ficar mais vivo”. Essas unidades são inatas, ou talvez elas sejam decomponíveis por sua vez em unidades ainda mais elementares que sejam inatas. (Tem de sobrar *alguma coisa* de inato, para que possamos explicar por que as crianças — mas não as galinhas, o ruibarbo ou os tijolos — são capazes de aprender palavras e conceitos.) Se uma unidade não puder ser

decomposta numa combinação de unidades mais básicas, ela tem de ser inata, assim como a letra A, que não pode ser construída a partir de nada mais simples, é inata numa máquina de escrever.

Mas, afirma Fodor, os significados da maioria das palavras *não podem* ser decompostos em unidades mais simples. As definições sempre têm vazamentos. *Matar*, por exemplo, não significa na verdade “fazer deixar de estar vivo”.¹² Como vimos no capítulo anterior, dá para *fazer alguém deixar de estar vivo* na quarta-feira envenenando-o na terça-feira, mas não dá para *matar alguém na quarta-feira* envenenando-o na terça-feira. Assim como não se pode matar alguém fechando a porta na cara dele quando fugia de um cachorro enlouquecido, embora dessa maneira se esteja fazendo com que ele deixe de estar vivo. Além disso, diz Fodor, filósofos que tentaram reduzir conceitos complexos — como “saber”, “ciência”, “bem”, “explicar” e “elétron” — em definições feitas de conceitos mais elementares fracassaram de modo retumbante em seus esforços. Por fim, argumenta ele, quando prestamos atenção na psicologia das pessoas que usam a língua em tempo real, não vemos sinais de que elas tenham mais dificuldade com conceitos supostamente complexos que com conceitos supostamente simples.¹³ Por exemplo, não sentimos intuitivamente que é mais difícil entender a palavra *father* [pai] que a palavra *parent* [progenitor], embora “father” seja às vezes considerado um conceito complexo definido a partir dos conceitos mais simples de “masculino” e “progenitor”.¹⁴

Se os conceitos são indefiníveis, isso significa que eles não são construídos a partir de conceitos mais elementares, o que significa que eles têm de ser *eles próprios* conceitos elementares, o que significa que eles têm de ser inatos. Isso não significa que as crianças saiam do útero brandindo o conhecimento maduro de pais, de matar, de carburadores. Esses conceitos ainda precisam ser desencadeados por seus equivalentes no mundo, ou, como dizem os etólogos, “liberados”, assim como o conceito inato de “mãe” num filhote de ganso tem de ser liberado pela visão de um casco em movimento, e o conceito inato de “rival” em um peixe esgana-gata macho tem de ser liberado pela visão de um ponto vermelho. Assim como a natureza atômica dos significados das palavras não significam que as pessoas ignorem a informação tradicionalmente enfiada em suas definições. As pessoas podem saber que pais são progenitores e são masculinos por terem uma regra de inferência: “Se alguma coisa é pai, então é masculina; se alguma coisa é pai, então é progenitor”. Esses “postulados de significado” suplementariam o sistema

lógico da pessoa, unindo-se a outras regras de inferência como: “Se *p* ou *q* é verdadeiro, e *p* é falso, então *q* é verdadeiro”. Eles apenas não fariam parte do significado da palavra.¹⁵

Fodor permite algumas exceções. *Podem-se* fornecer definições para determinadas palavras de jargão como *ketch* [brigue] e *sloop* [chalupa], para termos de definições matemáticas como *triangle* [triângulo] e *prime number* [número primo], e para palavras formadas por várias partes como *dishwasher* [lava-louça] e *blackness* [escuridão / negrume] (já que seria perverso dizer que *wash dishes* [lavar louça], uma expressão, é cognitivamente complexa, e que seu equivalente em forma de palavra, *dishwasher*, não é). No entanto, conclui Fodor, “há também aquele meio milhão, por aí, de itens do léxico nas listas do *Oxford English dictionary*. Quanto a eles, não se pode fazer muita coisa”.¹⁶ E, se não se pode fazer muita coisa para defini-los, eles têm de ser atômicos, portanto inatos, não importa quantos acabem sendo — 50 mil, ou talvez 500 mil, ou talvez mais ainda, se considerarmos as palavras em outras línguas que não são traduzíveis em uma só palavra em inglês. *Boing!* Se isso parece ir contra a biologia evolutiva (já que ninguém imaginaria que a seleção natural pudesse ter previsto a necessidade de conceitos como “carburador” e “trombone” antes que existissem carburadores e trombones), azar da biologia evolutiva — Fodor, assim como seus arquiinimigos do lado empirista, consideram o darwinismo nada mais que um punhado de historinhas pensadas para se encaixar nos fatos.¹⁷ E, se vai contra o bom senso, azar do bom senso. Não permitimos que o bom senso anule descobertas científicas quando se trata da etologia de outras espécies, como aranhas ou peixes, então por que deveríamos dar a ele poder de veto sobre as descobertas a respeito da etologia dos seres humanos?¹⁸ De qualquer maneira, coisas mais estranhas já aconteceram na história da ciência — basta olhar para as esquisitices que saíram da física quântica. *Boing! Boing! Boing!*

Meu principal ponto contra o Nativismo Extremo é que sua premissa essencial — que os significados das palavras não podem ser decompostos em conceitos mais básicos — está equivocada. Mas o desprezo de Fodor pelo bom senso também merece comentário. Fodor observa corretamente que a história muitas vezes corroborou idéias pouco convencionais — afinal de contas, todo mundo riu de Cristóvão Colombo e Thomas Edison. O problema é que todo mundo também riu de Manny Schwartz. O quê, nunca ouviu falar de Manny Schwartz? Ele foi o criador e principal defensor da teoria do Escorrimento Continental: que os continentes do sul terminam em forma de ponta porque eles escorreram para baixo

enquanto iam secando, quando em estado líquido. A questão é que todo mundo *tinha razão* de rir de Manny Schwartz. Afirmações fora do comum — e a existência de 50 mil conceitos inatos, entre eles “trombone” e “carburador”, é uma afirmação fora do comum — merecem explicações fora do comum. E, como veremos, as evidências de Fodor são fora do comum de tão frágeis.

Por que um repertório inato de milhares de conceitos deveria ser considerado fora do comum? Bem, se você vai alegar que alguma coisa é inata, não é absurdo verificar se a alegação é coerente com a ciência sobre como surgem as coisas inatas, ou seja, a biologia evolutiva. Nossa melhor compreensão da evolução diz que coisas inatas que são custosas, elaboradas e úteis (como certamente é um vocabulário de 50 mil palavras) chegaram até nós porque aumentaram o sucesso reprodutivo de nossos ancestrais.¹⁹ E, como mencionei, é difícil enxergar como o domínio inato de carburadores e trombones pode ter sido útil centenas de milhares de anos antes de eles serem inventados.

O aliado de Fodor, o cientista cognitivo Massimo Piatelli-Palmarini, admite que isso é um problema para a teoria dos 50 quiloconceitos, e montou um argumento que tenta conciliá-lo com a biologia contemporânea.²⁰ (Noam Chomsky, que também acredita que muitos significados de palavras são inatos, tem um argumento semelhante.)²¹ Olhe para o sistema imunológico, diz Piatelli-Palmarini. Antigamente os biólogos achavam que os organismos eram “instruídos” a ter anticorpos contra as proteínas estranhas (antígenos) carregadas por patógenos e parasitas, talvez por algum processo através do qual anticorpos plásticos se moldassem no formato dessas proteínas. Hoje sabemos que o sistema imunológico produz milhões de anticorpos diferentes, inclusive aqueles contra proteínas que nossos corpos jamais encontraram e talvez jamais encontrem (como o tecido do fígado de um orangotango, ou um parasita encontrado apenas na África Central). Nossa resposta imunológica consiste em *selecionar* o anticorpo preexistente que melhor se encaixe no antígeno, e então deixar que ele se prolifere. (Cada anticorpo foi originalmente produzido a partir de elementos mais simples, mas esses elementos não têm como “ver” os antígenos estranhos, e os anticorpos iniciais são gerados cegamente a partir deles.) O sistema imunológico, portanto, é adaptável e inteligente, mas não por causa da capacidade de ser instruído pelo ambiente. Na verdade, ele é perdulário e esbanjador de nascença, mas possui unidades distintas suficientes para que a unidade correta para determinado ambiente seja deflagrada quando necessária. Talvez a mesma coisa aconteça com o sistema neurobiológico que gera nossos conceitos.

O problema desse argumento é que ele passa por cima de uma diferença vital entre o sistema imunológico e o cérebro. Nosso abundante suprimento de anticorpos não é sinal de que o corpo gaste seus recursos como um marinheiro bêbado. É uma adaptação à ameaça representada pelos inumeráveis e malevolentes microorganismos que nos cercam e que evoluem tão rápido. Os organismos mantêm um grande estoque de anticorpos à mão porque qualquer brecha na cobertura serviria rapidamente de alvo para um germe oportunista. É o mesmo princípio que faz os fiscais de aeroporto examinarem “desnecessariamente” todos os passageiros em busca de armas, em vez de apenas só os rapazes árabes. No momento em que eles pararem de revistar velhinhas chinesas, a Al-Qaeda vai arrumar um jeito de colocar bombas na bolsa das velhinhas chinesas.

Os requisitos para um sistema conceitual são completamente diferentes. Longe de ter de cobrir todas as possibilidades concebíveis, nossos conceitos têm de ser reprimidos para evitar a grande maioria delas, de modo que as crianças possam descobrir o que uma palavra significa a partir de uns poucos exemplos de seu uso. O aprendizado de palavras é um problema de indução tão escandaloso quanto a aquisição da sintaxe ou a prática da ciência, porque existe um número infinito de generalizações, a maioria erradas, que são coerentes em termos lógicos com qualquer amostra de experiência. Quando um coelho surge pulando e um adulto diz “Gavagai!”, *gavagai* pode significar “coelho”, “coelhidade”, “coelho pulando” ou “partes de coelho não-separadas”.²² Quando uma esmeralda é exibida e um falante diz “green” [verde], pode significar “verde” ou pode significar “verde antes do ano 2020, azul a partir de então” (também conhecido como *grue* [mistura de “green” com “blue”, azul]). Se as crianças fossem equipadas com um repertório de conceitos tão perdulário quanto seu repertório de anticorpos, elas possuiriam não só os conceitos inatos “coelho” e “verde”, mas também os conceitos inatos “partes de coelho não-separadas” e “grue”, e nunca se preocupariam com os significados corretos das palavras.²³ Esse fato sabota um dos principais argumentos para justificar por que *qualquer coisa* deveria ser inata.

Antes de colocarmos palavras num desintegrador de átomos para ver se elas se decompõem, quero mencionar um último problema conceitual do Nativismo Extremo. O problema é como colocamos nossos conceitos em ação se, como diz Fodor, eles não têm componentes, como tantos seixos. Nós não só *possuímos* conceitos, mas os *usamos*, e para que uma coisa seja útil numa tarefa complexa (uma ferramenta, um órgão, um pedaço de programa de computador) ela precisa ser

composta de partes que dividam o trabalho e realizam subtarefas mais praticáveis. Se *to melt* alguma coisa significa “fazer alguma coisa ficar derretida”, podemos solucionar o problema de como as pessoas usam o conceito “derreter” examinando primeiro como elas usam o conceito “fazer”, “causar” — por exemplo, como as crianças reconhecem exemplos de causação a partir de trajetórias de movimento, e como as pessoas raciocinam que se X causa Y, Y não teria acontecido se não fosse por X. Cada um desses problemas é mais manejável que definir como funciona todo o conceito de “derreter”, já que ele inclui esses problemas e mais outros. O mais importante é que, uma vez que a psicologia da causação tenha sido decifrada, a solução se aplica automaticamente aos milhares de *outros* verbos que implicam causação: *kill* [matar], *bounce* [pular / fazer pular], *butter* [passar manteiga] e assim por diante (falaremos mais disso em breve). E assim por diante com os outros componentes do significado. Mas, se *to melt* significa apenas “derreter”, é um mistério como as crianças reconhecem exemplos desse conceito e como raciocinam com ele — e estamos diante de 50 mil mistérios parecidos.²⁴ Quando lemos Fodor, fica evidente demais quanto esse problema é evitado, e ele parece muitas vezes se satisfazer em explicar um conceito só de digitar a palavra para ele em fontes diferentes:

A idéia básica é que o que faz de alguma coisa uma maçaneta é só: ser o tipo de coisa a partir da experiência com a qual nosso tipo de mente rapidamente adquire o conceito MAÇANETA. E, inversamente, o que faz de alguma coisa o conceito MAÇANETA é só: expressar a propriedade que nosso tipo de mente grava a partir da experiência com bons exemplos de *maçanetidade* demonstrada [...] o que eu quero dizer é que *maçanetidade* é a propriedade que se grava quando a experiência com maçanetas típicas provoca a gravação, e faz isso *devido às propriedades que elas têm enquanto maçanetas típicas*.²⁵

Para ser justo, não se trata de um jargão ininteligível; Fodor está fazendo uma argumentação filosófica, embora abstrusa (que não tentarei explicar aqui). Mas, em se tratando da psicologia dos conceitos, a impressão de que Fodor está fazendo um truque tipográfico está correta: não fica explicado quais são na verdade as propriedades da maçanetidade, nem como as pessoas as reconhecem e raciocinam com elas.

Esses são alguns dos problemas teóricos do Nativismo Extremo. O que os fatos da língua têm a dizer sobre eles? Um problema imediato é bem conhecido dos lingüistas: a fronteira entre os significados de palavras de morfema único (que segundo Fodor são atômicas e inatas) e os significados de palavras de múltiplos morfemas (que segundo Fodor são compostas a partir de outras partes e aprendidas, assim como os significados de expressões e orações) é muitas vezes arbitrária. Para começar, o mesmo conceito pode ser expresso por uma palavra multimorfêmica em uma língua e monomorfêmica em outra, como vimos no capítulo anterior quando observamos o conceito “causar” aparecer em buracos lingüísticos diferentes. Em inglês, por exemplo, temos morfemas separados para *see* [ver] e *show* [mostrar], *come* [vir] e *bring* [trazer], *rise* [levantar-se] e *raise* [levantar], *write* [escrever] e *dictate* [ditar]. Em hebraico, a palavra para mostrar é *fazer-ver*, a palavra para ditar é *fazer-escrever*. Mas ninguém ia querer dizer que o conceito de “trazer” é inato nos norte-americanos e nos britânicos, mas aprendido nos israelenses.

Mesmo dentro de uma única língua, o conceito pode mudar de multimorfêmico para monomorfêmico com o tempo. É assim que obtemos a maioria de nossas formas irregulares: falantes atropelam morfemas, ouvintes não conseguem discerni-los e dois morfemas se fundem em um só. *Made* [passado de *make* (fazer)] antes era *maked* (*make* + *ed*), e *feet* [plural de *foot* (pé)] antes era *foeti* (*fot* [foot] + *-i*).²⁶ Mas com certeza os conceitos de “fazer-no-passado” e “mais-de-um-pé” não passaram de aprendidos a inatos entre os falantes do inglês em algum ponto da época do inglês médio. Mais perto de nós, vemos transições da múlti para a monomorfemicidade sempre que uma invenção vira lugar-comum: *refrigerator* → *fridge* [geladeira], *horseless carriage* [carruagem sem cavalos] → *car*, *wireless* [sem fio] → *radio*, *facsimile transmission* → *fax*, *electronic mail* → *e-mail*, *personal computer* → *PC*. Será que cada um desses conceitos despertou um equivalente inato adormecido quando as pessoas começaram a se referir a eles com uma única palavra?

Todos esses fatos ressaltam uma característica estrutural importante da linguagem. O maquinário da sintaxe permite às pessoas construir conceitos complexos a partir de conceitos simples — digamos, *remove caffeine from* [tirar cafeína de] —, cuja interpretação depende do significado das palavras, nesse caso “remove”, “caffeine” e “from”. (Fodor, aliás, usa bastante esse recurso quando está combatendo seus adversários empiristas em outras arenas, como no debate sobre o conexionismo.)²⁷ O maquinário da morfologia (formação de palavras complexas) faz a mesma coisa que o maquinário da sintaxe, isto é, construir conceitos complexos a

partir de conceitos simples; neste caso, *decaffeinated* [descafeinado] pode ser interpretado a partir do significado de *de-*, *caffeine*, *-ate*, e *-ed*. Fodor insiste, porém, que esse maquinário tem de parar na porta de uma *única* palavra — que quando as pessoas começam a usar *decaf* (sem registrar seus componentes) ou *Sanka*, um conceito completamente diferente tem de ser substituído, um que é inato. E a facilidade com que uma palavra multimorfêmica derrete e congela, virando uma palavra de um só morfema, mostra que as línguas não respeitam a fronteira de Fodor.

É verdade que os conceitos perdem significado dependendo de se eles são expressos na forma de expressões, palavras complexas ou palavras simples. Por exemplo, os componentes do significado de uma palavra são mais genéricos que os mesmos componentes numa expressão. *To butter* não significa literalmente “passar manteiga”. Qualquer substância parecida com manteiga serve: você pode *butter* seu pão com margarina barata. E verbos epônimos como *gerrymander* [redesenhar distritos eleitorais], *bowdlerize* [censurar livros] e *boycott* [boicotar] duram muito mais que a lembrança da pessoa que originalmente os inspirou. Mas essas mudanças se aplicam de forma geral como condição para a “expressãodade” ou a “palavridade”, e não são idiossincráticas a cada palavra (assim como se pode *butter* um pão com margarina barata, pode-se *paper* [revestir com papel de parede] as paredes com folhas de vinil). E elas consistem em ajustes ou adendos ao sentido original, e não de substituições totais, como “banana” por “bonde grande”, que é o que poderia acontecer se os significados de palavras simples e complexas fossem átomos sem ligação entre si.

Lembre-se de que Fodor também alega que palavras para conceitos complexos não são mais difíceis de usar e aprender que palavras para conceitos simples. Mas palavras complexas não precisam ser sempre psicologicamente mais exigentes, porque, com a prática, a mente organiza pacotes de elementos em blocos e destina a cada bloco uma única vaga na memória e no processamento.²⁸ Assim, um falante pode não precisar de mais recursos mentais para usar o conceito “fazer-morrer” que para o conceito “morrer”. Quando um conceito excede o tamanho natural do bloco em certo estágio do desenvolvimento, as crianças realmente têm mais problemas para aprendê-lo.²⁹ A psicóloga Dedre Gentner, por exemplo, examinou os verbos simples *give* [dar] e *take* [pegar], os verbos ligeiramente mais complexos *pay* [pagar] (dar dinheiro) e *trade* [trocar / negociar] (dar X e receber Y), e os ainda mais complexos *spend* [gastar] (dar dinheiro e receber X), *buy* [comprar] (receber X e dar dinheiro) e *sell* [vender] (dar X e receber dinheiro). As crianças

acharam os verbos simples mais fáceis de representar que os mais complexos, e os mais complexos os mais difíceis de todos, exatamente como era de esperar. E seus erros consistiram em omitir alguns dos componentes extras de sentido, como representar *sell* dando alguma coisa, mas sem receber dinheiro em troca.³⁰ Às vezes ouvimos esse aprendizado parcial nos erros da fala das crianças, como quando um menino de dois anos que acompanha a mãe ao caixa eletrônico pergunta: “A gente vai comprar dinheiro agora?”.³¹

O cerne do argumento de Fodor é o ataque que ele faz às definições, que, segundo ele, inevitavelmente deixam escapar alguma coisa do significado do definiendum (a palavra que está sendo definida). O problema desse argumento é que definição (que reconhecidamente é sempre incompleta) não é a mesma coisa que representação semântica. A definição é uma explicação de dicionário sobre o significado de uma palavra em inglês usando palavras em inglês, cuja intenção é ser lida por uma pessoa, que aplicará a totalidade de sua inteligência e de seus recursos lingüísticos. A representação semântica é o conhecimento de uma pessoa sobre o significado de uma palavra em um idioma dentro de uma estrutura conceitual (o mentalês), processada por um sistema do cérebro que manipula pedaços de estrutura conceitual e os relaciona aos sentidos. Definições podem ser incompletas, porque deixam muita coisa a cargo da imaginação do falante da língua. Representações semânticas têm de ser mais explícitas, porque elas *são* a imaginação do falante da língua. O ataque de Fodor às representações semânticas complexas depende de que elas sejam confundidas com definições de dicionário.

Fodor só explora um exemplo: o verbo transitivo *paint* [pintar] e sua definição “cobrir uma superfície com tinta”:

Para começar com uma tese bastante crua, imagine o caso de uma fábrica de tinta que explode e cobre o espectador de tinta. Pode ser bem divertido, mas não é um caso em que a fábrica de tinta (ou a explosão) tenha pintado os espectadores.³²

Como ele logo admite, é uma tese *bem* crua, porque a representação semântica de *to paint* e de outros verbos causativos exige um agente animado. (A explosão de um laticínio não *butter the cows* [passa manteiga nas vacas], a explosão de uma fábrica de WD-40 não *oil the hinges* [lubrifica as dobradiças], e assim por diante.) Os autores de dicionários nem se preocupam em falar nisso porque sabem

que os leitores vão deduzir. E esse é o ponto — os leitores *são capazes* de deduzir esse sentido quando aprendem que *paint* é um verbo causativo, porque representam seu significado junto com o conceito “agente de um acontecimento causal”.

Fodor continua:

Pense que Michelangelo, embora agente, não era um pintor de paredes. Em particular, quando ele cobriu o teto da Capela Sistina de tinta, não estava pintando o teto; estava pintando uma figura *no* teto [...]. Compare com Tom Sawyer e sua cerca.”

Relevemos o fato de que muita gente descreve, sim, o que Michelangelo fez como *painting the ceiling* [pintar o teto], numa aplicação precisa da regra do locativo em *paint a picture on the ceiling* [pintar uma figura no teto]. (Numa busca no Google, a expressão “Michelangelo painted the ceiling” dá 335 resultados, embora seja preciso admitir que um deles localiza o teto na “Cistern Chapel” [Capela Cisterna] e outro na “Sixteenth Chapel” [Décima sexta Capela].) Fodor observa que, para alguém pintar o teto, é preciso que a intenção primária da pessoa seja que o teto seja coberto, não que o teto por acaso acabe ficando coberto como subproduto de alguma outra intenção, nesse caso inscrever uma figura. É um argumento perspicaz, mas não tem nada a ver com algum sentido idiossincrático do verbo *paint*. Como vimos no capítulo 2, trata-se de uma exigência de *todos* os verbos na construção locativa de recipiente: todos eles especificam uma mudança de estado provocada intencionalmente numa superfície ou num conteúdo. (Uma pessoa que cai num lago quando ia para o poço não *filled the bucket* [encheu o balde], uma pessoa que se enrola em bandagens para se aquecer não *bandaged her shoulders* [enfaixou os ombros] e assim por diante.) Portanto, quando Fodor reclama que a definição “está ficando meio cabeluda”, está ignorando o fato de que a mesma cabeludice se aplicaria a milhares de outros verbos, e que eles podem ficar carecas de um golpe só com a remoção da condição de intencionalidade de cada um deles e sua inserção *uma única vez* em conceitos mais genéricos como “ato”, “causa” e “objetivo” — os conceitos que Fodor nega que sejam parte recorrente do sentido das palavras.

Ele faz mais uma tentativa:

De qualquer maneira, essa definição também não funciona. Pois pense que, quando Michelangelo mergulhou seu pincel no azul-celeste, cobriu a superfície do pincel

com tinta, e fez isso com a intenção primária de que seu pincel ficasse coberto de tinta em consequência de ele tê-lo mergulhado. MAS MICHELANGELO NÃO ESTAVA, APESAR DISSO, PINTANDO O PINCEL.³⁴

Verdade, mas isso acontece porque o verbo *paint* — como milhares de outros verbos — faz a distinção entre meios e fins, e o ato de Michelangelo de mergulhar o pincel é interpretado como meio, e o adorno da superfície como fim.

Depois desses três exemplos, Fodor torce para que seus leitores estejam perdendo a paciência: “Não sei para onde ir agora”, suspira.³⁵ Ao encerrar a história nesse ponto, evita que seus leitores descubram que cada um de seus três problemas — um agente animado, um efeito pretendido e a definição entre meio e fim — não é, como exige a teoria do atomismo, uma excentricidade irreduzível só do verbo *paint*, mas uma característica comum a tantos verbos com sentidos semelhantes a *paint*, exatamente o que a teoria do atomismo proíbe.

Gostaria de concluir a discussão sobre o Nativismo Extremo dividindo o átomo — mostrando como os verbos são compostos de um número menor de partículas conceituais. Baseei-me nessa idéia por todo o capítulo 2, mas, em vez de mandá-lo de volta para aqueles exemplos, quero apresentar uma fissão especialmente elegante, baseada em parte no trabalho de Beth Levin.³⁶ Ela envolve a quintessência do verbo: o verbo de ação simples e transitivo, em que X faz alguma coisa a Y. Se *algum* significado de verbo for atômico, esses têm de ser.

Os átomos são esmigalhados lançando-se construções variadas nos verbos transitivos e analisando-se os fragmentos que voam da colisão. Tudo começa com uma construção chamada conativo, do latim “tentar”. O conativo traz em si a idéia de que um agente está tentando com insistência atingir alguma coisa, mas sem muito sucesso:

Mabel cut at the rope. [Mabel fez um corte / cortes na corda.] (Compare com “Mabel cut the rope” [Mabel cortou a corda].)

Sal chipped at the rock. [Sal fez lascas na rocha.]

Vince hit at the dog. [Vince deu golpes no cachorro.]

Claudia kicked at the wall. [Claudia deu chutes na direção da parede.]

A preposição *at* indica a entidade que figura como objetivo da tentativa da pessoa (repare na ampliação metafórica de *at* em relação a seu sentido mais concreto de movimento físico, como em *Harry fired an arrow at the tree* [Harry disparou uma flecha contra a árvore]). Como já aprendemos a imaginar, nem todos os verbos aceitam a construção, embora a combinação fizesse sentido. Cada um dos seguintes soa estranho:

*Nancy touched at the cat. [Nancy tocou na direção do gato.]

*Jeremy kissed at the child. [Jeremy beijou na criança.]

*Rhonda broke at the rope. [Rhonda rompeu na corda.]

*Joseph split at the wood. [Joseph cortou na madeira.]

Assim, a alternância conativa aplica-se a uma classe bem menor de ações, considerando todas as que podem ser tentadas. Funciona para verbos sobre cortar (*chip, chop, cut, hack, slash* [lascar, picar, cortar, fazer um corte profundo, retalhar]) e para verbos sobre bater (*beat, bump, hit, kick, knock, slap, strike, tap* [bater, dar um solavanco, atingir, chutar, golpear, estapear, atacar, bater de leve]) ou verbos sobre quebrar (*break, crack, rip, smash, split* [quebrar, rachar, rasgar, esmigalhar, rachar ao meio]). Para dizer de um modo mais econômico, os verbos que aceitam a alternância significam algum tipo de movimento que resulta em algum tipo de contato.

Considere agora uma alternância de posse:³⁷

Sam cut Brian's arm. [Sam cortou o braço de Brian.]

Sam cut Brian on the arm. [Sam cortou Brian no braço.]

Miriam hit the dog's leg. [Miriam atingiu a pata do cachorro.]

Miriam hit the dog on the leg. [Miriam atingiu o cachorro na pata.]

Terry touched Mavis's ear. [Terry tocou a orelha de Mavis.]

Terry touched Mavis on the ear. [Terry tocou Mavis na orelha.]

Assim como as outras alternâncias, a de posse envolve uma inversão gestáltica, neste caso entre interpretar uma pessoa como uma espécie de alma imaterial que *possui* as partes de seu corpo (*cut Brian's arm*) e interpretá-la como uma coisa encarnada que *é* as partes de seu corpo (*cut Brian*).³⁸ Com a primeira interpretação,

daria para perguntar quem é “Brian” ou onde ele está, se se pode cortar uma parte de seu corpo — seus membros, sua cabeça, seu torso — sem cortar o próprio Brian. Com a segunda, dá para cortar o cara na cabeça, no peito ou até no dedinho do pé, e em todos é Brian que se está cortando, não uma parte do corpo. A dualidade mente—corpo fica clara quando se tenta usar a construção com objetos inanimados em vez de com corpos. Não dá para dizer *The puppy bit the table on the leg* [O cachorrinho mordeu a mesa no pé], *Sam touched the library on the window* [Sam tocou a biblioteca na janela] ou *A rock hit the house on the roof* [Uma pedra atingiu a casa no telhado], porque, diferentemente dos corpos, não se imaginam os objetos como algo dotado de uma sensibilidade que permeie cada uma de suas partes.³⁹

Mas o motivo de eu ter mencionado a alternância de posse não é o modelo mental que ela personifica; é a seletividade de construção entre os verbos. Há alguma coisa de estranho em uma frase como *James broke Thomas on the leg* [James quebrou Thomas na perna] ou *Hagler split Leonard on the lip* [Hagler abriu Leonard no lábio]. A alternância de posse só fica disponível com verbos sobre bater e cortar, não com verbos sobre quebrar. O denominador comum é que o verbo tem de especificar algum tipo de contato físico.

Por falar em contato físico, aqui está uma alternância que é semelhante à de locativo:

I hit the bat against the wall. [Bati o bastão contra a parede.]

I hit the wall with the bat. [Bati na parede com o bastão].*

She bumped the glass against the table. [Ela bateu o copo contra a mesa.]

She bumped the table with the glass. [Ela bateu na mesa com o copo.]

Mais uma vez, vários verbos recusam-se a pertencer a um clube com palavras como eles como sócios.

I cut the rope with the knife. [Cortei a corda com a faca.]

*I cut the knife against the rope. [Cortei a faca contra a corda.]

* A alternância não se reproduz nesses exemplos em português, pois não é possível alternar o objeto direto. (N. T.)

They broke the glass with the hammer. [Eles quebraram o vidro com o martelo.]

*They broke the hammer against the glass. [Eles quebraram o martelo contra o vidro.]

She touched the cat with her hand. [Ela tocou o gato com sua mão.]

*She touched her hand against the cat. [Ela tocou sua mão no gato.]

(É claro que estamos ignorando as leituras em que a faca é cortada, o martelo é quebrado ou as mãos são tocadas.) Nesse caso, os verbos sobre bater aceitam a alternância, mas não os verbos para quebrar ou tocar.* Um jeito melhor de explicar é que os verbos que participam da alternância envolvem um movimento seguido de contato, mas não movimento seguido de contato e seguido de um efeito específico (um corte, uma quebra), nem de contato com uma mudança prévia de localização (como em tocar).

Nossa fissão exige que bombardeemos o átomo cinco vezes; por favor me acompanhe nas duas últimas. Uma construção chamada voz média especifica a facilidade com que uma ação pode ser realizada em alguma coisa, como em *This glass breaks easily* [Este vidro quebra fácil] e *This rope cuts like a dream* [Esta corda é maravilhosamente cortável].⁴⁰ Mais uma vez, nem todos os verbos a aceitam:

*Babies kiss easily. [Bebês beijam fácil.]

*That dog slaps easily. [Aquele cachorro estapeia fácil.]

*This wire touches easily. [Este fio toca fácil.]

A voz média aplica-se a verbos que significam um efeito específico de alguma causa, o que acontece com quebrar e cortar, mas não com beijar, estapear e tocar. Sem efeito, não há voz média.

Por fim, há a alternância anticausativa, que converte um verbo transitivo em intransitivo eliminando o agente causal. É diferente da voz média porque descreve um fato real em que um objeto passa por uma mudança, em vez de a propriedade genérica sobre quão facilmente ele se submete à mudança. Por exemplo, com um

* O verbo “tocar” em português aceita a alternância, por isso a estranheza não se reproduz, como no exemplo acima. (N. T.)

verbo transitivo como *Jemima broke a glass* [Jemima quebrou um copo] (um causativo), pode-se usar seu equivalente intransitivo como *At three o'clock, the glass broke* [Às três horas, o copo quebrou]. Mas nem todos os verbos causativos concordam em mandar seu agente embora:

- *Sometime last night, the rope cut. [Em algum momento da noite passada, a corda cortou.]
- *Earlier today, Mae hit (no sentido de “Mae was hit”). [Hoje, mais cedo, Mae bateu (no sentido de “Mae sofreu uma agressão”).]
- *At three o'clock, Clive touched (no sentido de “Clive was touched”). [Às três horas, Clive tocou (no sentido de “Clive foi tocado”).]

O anticausativo aceita verbos que especificam um efeito em particular, mas somente se eles não significarem *mais nada além* de um efeito. Sob esse aspecto eles são mais restritos que os verbos que aceitam a voz média, em que não apenas o efeito mas também o meio de obtê-lo (como cortar) podem ser especificados.

Minha tese — e, sim, tenho uma para provar — é que essas alternâncias fazem com que haja uma classificação cruzada de verbos simples de ação em termos dos componentes de significado que eles têm em comum, definindo uma família de microclasses entrecruzadas. Segue um resumo (os verbos que se recusam a entrar na alternância estão marcados com um asterisco):

ALTERNÂNCIA	MICROCLASSE	EXEMPLOS
		[bater, cortar, quebrar, tocar]
Conativa	movimento, contato	<i>hit, cut, *break, *touch</i>
De posse	contato	<i>hit, cut, *break, touch</i>
Locativa de contato	movimento, contato, sem efeito	<i>hit, *cut, *break, *touch</i>
Voz média	efeito	<i>*hit, cut, break, *touch</i>
Anticausativa	efeito, sem contato, sem movimento	<i>*hit, *cut, break, *touch</i>

A tabela dá pistas para a estrutura subjacente que explica por que seus membros se arrumam direitinho nas fileiras e colunas. A estrutura fica evidente quando a tabela é reorganizada por verbo, em vez de por alternância:

hit: movimento, contato

cut: movimento, contato, efeito

break: efeito

touch: contato

O que é especialmente elegante na tabela é que os verbos usam um universo comum de conceitos, e nenhum dos conceitos foi intencionalmente reorganizado para explicar os requisitos de entrada para uma única construção. O que acontece é que alguns conceitos vão aparecendo em verbos diferentes e em construções diferentes. O mesmo conceito de “contato” que marca os verbos que se submetem à alternância de posse *também* ajuda a marcar os verbos que entram no conativo, no locativo de contato e (por sua ausência) no anticausativo. O mesmo conceito de “efeito” que distingue *cut* [cortar] de *hit* [bater] também distingue *touch* [tocar] de *break* [quebrar]; o mesmo conceito de “movimento” que distingue *hit* de *touch* também ajuda a distinguir *cut* the *break*. Nenhum verbo precisa de um componente de significado feito sob medida só para ele, pelo menos não para distinguir as construções que aceita. (É claro que muitos verbos, como *kiss* [beijar], *chip* [lascar] e *snap* [romper], têm sim um traço específico a si, mas isso não esgota o significado do verbo nem afeta seu comportamento sintático.)

O que vemos nesses fragmentos da explosão é um sistema combinatório de significado dentro do verbo. Os elementos que colocam ou não os verbos nas alternâncias não são marcadores arbitrários, como os de gênero e de declinação no latim, porque determinam as situações no mundo real em que os falantes usam os verbos. Por exemplo, é o componente de “movimento” de *hit* que descarta o uso do verbo para descrever o ato de provocar uma lesão apoiando-se sobre o braço de alguém com uma pressão que aumenta aos poucos, e é a ausência de “movimento” em *break* que nos permite dizer *Sy broke the bicycle* [Sy quebrou a bicicleta], muito embora ele não a tenha destruído com uma marreta, mas só por ser pesado demais para as rodas dela. Assim como essas estipulações não são apenas integrantes de nosso sistema de raciocínio (“postulados de significado”), porque elas determinam como os verbos entram em construções sintáticas e, portanto, fazem parte do próprio maquinário da língua; não são somente o bom senso que usamos em nossas inferências cotidianas para lidar com o mundo.

Para resumir: conceitos como “movimento”, “contato” e “causa-e-efeito” dividem os verbos em classes que se entrecruzam e, portanto, têm de ser compo-

nentes dos significados dos verbos. Isso implica que essas palavras *possuem* componentes de sentido, o que implica que elas não são átomos indivisíveis, o que implica que elas não precisam ser inatas. E, se *hit* [bater], *cut* [cortar] e *break* [quebrar] não são inatos, é muito menos provável que *trombone* e *carburetor* sejam. E esse é um final feliz. É uma conclusão que corrobora nossas suspeitas, que vinham do bom senso e da biologia evolutiva, sobre a natureza dos conceitos. Reforça nossa convicção de que conceitos como “causa” e “movimento” são mesmo componentes básicos de nossa caixa cognitiva de ferramentas. E mostra que dizer que alguns conceitos são básicos, e possivelmente inatos, não é uma bola de neve que leve inevitavelmente a dizer que *todos* os conceitos são básicos e inatos.

PRAGMÁTICA RADICAL

Se você imaginar uma teoria que seja o mais contrária possível ao Nativismo Extremo, é bem possível que seja a Pragmática Radical. A discordância dela em relação à semântica conceitual não é se as representações mentais dos significados das palavras são inatos, ou se são atômicos, mas se eles existem. O lema da Pragmática Radical poderia ser uma citação de William James: “Uma ‘idéia’ ou representação que exista de forma permanente e que ressurja diante dos holofotes da consciência em intervalos periódicos é uma entidade tão mitológica quanto o Valete de Espadas”.⁴¹ Segundo a Pragmática Radical, uma estrutura conceitual que exista de forma permanente e que seja subjacente ao significado de uma palavra também é tão mítica quanto o Valete de Espadas, porque as pessoas podem usar uma palavra para dizer praticamente qualquer coisa, dependendo do contexto. Dá para ilustrar a idéia geral pela língua rigeliana da tira *Monty*:



Monty © United Feature Syndicate, Inc.

O inglês, e outras línguas de terráqueos, não chega a esse extremo. As nuances no modo como as pessoas usam as palavras, de acordo com a Pragmática Radical, requerem uma maneira de pensar na língua e no pensamento muito diferente da imagem de um dicionário na cabeça, com pedaços fixos de estrutura conceitual embalados em cada entrada.

“Pragmática Radical” soa como um paradoxo, mas é uma alusão ao ramo da lingüística chamado pragmática, o estudo de como a linguagem é usada no contexto à luz do conhecimento e das expectativas dos falantes. A pragmática *radical* é o bloco imperialista da área, que tenta explicar o máximo possível dos aspectos da linguagem dentro desses termos.⁴² O nome foi cunhado por Geoffrey Nunberg, lingüista conhecido por muitos norte-americanos por seus comentários no jornal e no rádio sobre a linguagem.⁴³ Entre outros pragmáticos radicais estão o antropólogo Dan Sperber e a lingüista Deirdre Wilson, a psicolingüista Elizabeth Bates e membros das escolas de ciência cognitiva conhecidas como Conexionismo e Sistemas Dinâmicos.⁴⁴ Os defensores dessas escolas são os Camas-Elásticas mais elásticos, e mais adiante nesta seção examinaremos um modelo conexionista que mostra quão radical a Pragmática Radical pode ser.

A pedra de toque da Pragmática Radical é o fenômeno mostrado nos quadrinhos de *Monty*: a polissemia, que significa “muitos significados”.⁴⁵ A polissemia refere-se a uma palavra com vários sentidos distintos, mas relacionados entre si, e é diferente de duas outras maneiras pelas quais um som pode ter múltiplos significados.

Na homonímia (“mesmo nome”), uma única palavra possui vários significados sem relação entre si. A homonímia costuma aparecer quando uma palavra ancestral já desenvolveu novos sentidos na história de uma língua e os falantes atuais não possuem mais nenhum traço da conexão original. A palavra *odd* [estranho/ímpar], por exemplo, originalmente se referia a alguma coisa que se destacasse para fora, como a ponta de um triângulo. Foi então ampliada para se referir a alguma coisa que se destaque metaforicamente, por ser incomum, e depois foi ampliada mais ainda para se referir a um número que tinha uma unidade para fora do par.

A polissemia também é diferente da homofonia (“mesmo som”), em que palavras distintas são pronunciadas da mesma maneira, normalmente porque suas pronúncias originais se fundiram na história da língua. Por exemplo, *four* [quatro] e *fore* [frente] soam parecidas hoje, mas *four* originalmente rimava com *tour*, e *fore* originalmente rimava (mais ou menos) com *flora*; vemos fósseis das pro-

núncias antigas no modo como as palavras são grafadas. A homonímia e a homofonia costumam ser usadas no jogo de palavras, como na piada nerd que prova que um cavalo tem um número infinito de patas:

Horses have an even number of legs. Behind they have two legs, and in front they have fore-legs. This makes six legs, which is certainly an odd number of legs for a horse. But the only number that is both even and odd is infinity. Therefore, horses have an infinite number of legs.⁴⁶

[Cavalos têm um número par de patas. Atrás eles têm duas patas, e na frente têm patas dianteiras/quatro patas. Isso dá seis patas, certamente um número ímpar de patas para um cavalo. Mas o único número que é ao mesmo tempo par e ímpar é o infinito. Portanto, cavalos têm um número infinito de patas.]

Com a polissemia, em contraste, os sentidos de uma palavra estão tão fortemente ligados que é preciso um lingüista ou um pesquisador de inteligência artificial para perceber a diferença. Aqui estão alguns exemplos:

- *Chicken* [frango] pode se referir a um tipo de animal (*Why did the chicken cross the road?* [Por que o frango atravessou a rua?]) ou a um tipo de carne (*Try it, it tastes like chicken!* [Experimente, tem gosto de frango!]).
- *Newspaper* [jornal] pode se referir a uma organização (*Jill works for a newspaper* [Jill trabalha para um jornal]) ou a um objeto (*Here, squish the roach with this newspaper!* [Aqui, esmague a barata com este jornal!]).
- *Book* [livro] pode se referir a um corpo de informação (*Abe's book is unconvincing* [O livro de Abe é pouco convincente]) ou a um objeto físico (*Abe's book weighs five pounds* [O livro de Abe pesa 2,25 quilos]).
- *Window* [janela] pode se referir a uma vidraça (*She broke the bathroom window* [Ela quebrou a janela do banheiro]) ou a uma abertura (*She came in through the bathroom window* [Ela entrou pela janela do banheiro]).
- *Monkey* [macaco] pode se referir a uma espécie (*Monkeys live in trees* [Macacos vivem em árvores]) ou a um indivíduo (*Monkeys have taken over the island* [Macacos tomaram conta da ilha]).
- *France* [França] pode se referir a uma entidade política (*France is a republic* [A França é uma república]), aos líderes da entidade (*France defied the United States* [A França

desafiou os Estados Unidos]) ou a um pedaço de terra (*France has two mountain ranges* [A França tem duas cadeias de montanhas]).

- *Construction* [construção] pode se referir a um acontecimento (*The construction took nine months* [A construção levou nove meses]), a um processo (*The construction was long and noisy* [A construção foi demorada e barulhenta]), a um resultado (*The construction is on the next block* [A construção fica na próxima quadra]) ou a uma maneira (*The construction is shoddy* [A construção é vagabunda]).

De alguma maneira parece que configuramos o sentido apropriado para uma palavra polissêmica de acordo com seu ambiente dentro da frase e da conversa ou do texto. As pessoas normalmente só percebem a facilidade com que variam os sentidos polissêmicos quando os vêem entrando em choque na forma de um jogo de palavras chamado zeugma (ou silepse), em que dois sentidos incompatíveis são justapostos. Entre os exemplos estão o “We must all hang together, or assuredly we shall all hang separately” [Devemos ficar juntos, ou certamente seremos enforcados separados], de Benjamin Franklin, o “She came home in a flood of tears and a sedan chair” [“Ela chegou em casa num rio de lágrimas e de liteira”], de Charles Dickens, e o “You can leave in a taxi. If you can’t get a taxi, you can leave in a huff. If that’s too soon, you can leave in a minute and a huff” [Você pode ir embora de táxi. Se não conseguir pegar um táxi, pode ir embora de raiva. Se for cedo demais, pode ir embora em um minuto e meio], de Groucho Marx. E às vezes um falante chama a atenção para a polissemia para comprovar sua tese, como quando um soldado em *Nada de novo no front* ouve que as guerras começam quando um país ofende outro e responde: “Não entendo. Uma montanha alemã não pode ofender uma montanha francesa, ou um rio, ou uma floresta, ou um milharal”.⁴⁷ Mas com frequência os sentidos polissêmicos são misturados sem que ninguém estranhe.

Yeats did not enjoy hearing himself read aloud. [Yeats não gostava de se ouvir lendo em voz alta.]

The *Boston Globe* decided to change its size and typeface. [O *Boston Globe* decidiu mudar seu tamanho e fonte.]

Don’t worry about that review — tomorrow it will be wrapping fish. [Não ligue para aquela crítica — amanhã ela vai estar embrulhando peixe.]

Sally’s book, which would make a good doorstop, is full of errors. [O livro de Sally, que daria um bom peso de porta, está cheio de erros.]

The chair you're sitting in was common in nineteenth-century parlors. [A cadeira em que você está sentado era comum em salões do século XIX.]

The window was broken so many times that it had to be boarded up. [A janela foi quebrada tantas vezes que teve de ser fechada com tábuas.]⁴⁸

A polissemia está em todo lugar. Um filme triste faz você ficar triste, mas uma pessoa triste já está triste. Quando você começa uma refeição, você a come (ou, se for cozinheiro, a prepara), mas, quando começa um livro, você o lê (ou, se é o autor, o escreve). O que faz um carro bom é diferente do que faz um bife bom, um marido bom ou um beijo bom. Um carro rápido avança com velocidade, mas um livro rápido não precisa nem se mexer (apenas pode ser lido em pouco tempo), e um piloto rápido, uma estrada rápida, uma decisão rápida, um digitador rápido e um namoro rápido são todos rápidos, em sentidos diferentes.

Até uma coisa tão concreta como uma palavra para cores pode mudar como um camaleão. Vermelho refere-se a nuances bem diferentes quando modifica uma uva, um acendedor em brasa, a carne dos ungulados, o cabelo ou o rosto de um homem que percebeu que estava dando aula com a braguilha aberta. A polissemia das palavras para cores inspirou um poema que me foi passado por Saroja Subbiah, e que circulou entre os funcionários maoris em um prédio do governo neozelandês:

Caro Amigo Branco
Quando nasço sou preto
Quando cresço sou preto
Quando adoço sou preto
Quando saio no sol sou preto
Quando tenho frio sou preto
Quando tenho medo sou preto
E quando morro ainda sou preto.

Mas você, amigo branco
Quando nasce é rosa
Quando cresce é branco
Quando adoece fica verde
Quando sai no sol fica vermelho

Quando tem frio fica azul

Quando tem medo amarela

E quando morre é cinza

E tem a cara-de-pau de dizer que eu é que sou de cor?*

Muitas vezes a polissemia aparece quando uma palavra é usada para se referir a alguma coisa que é uma mera associação a seu referente normal, um dispositivo chamado metonímia. Posso dizer que *Suzie is parked out back* [Suzie está estacionada lá atrás] ou que *Bradley was rear-ended by a bus* [Bradley levou uma batida de um ônibus], usando nomes de pessoas para me referir a seus carros, ou *Put Chomsky on the Linguistics shelf* [Coloque Chomsky na prateleira da lingüística] e *You can find Hitchcock at the back of the store* [Você vai achar Hitchcock no fundo da loja], referindo-me a suas obras. Também podemos nos referir a pessoas por suas partes do corpo ou bens, como quando uma enfermeira diz *The gallbladder in 220 needs his dressing changed* [O vesícula do 220 precisa trocar o curativo] ou quando uma garçonete diz para outra *The ham sandwich wants his check* [O misto-quequer a conta].⁴⁹

O que fazemos com todo esse aparente caos semântico? De acordo com a Pragmática Radical, a interpretação é um processo frouxo, que vai usando de modo oportuno toda e qualquer coisa que a pessoa sabe sobre o mundo e sobre o público daquele momento. E o que chamamos de “significados das palavras” não são entradas distintas num dicionário, mental ou não, mas padrões de associação entre fatos estereótipos e seus participantes típicos. Isso permite aos ouvintes esticar e moldar as palavras de uma frase de modo a encaixar as associações de forma a produzir a mensagem mais provável que um falante naquela situação transmitiria.

A Pragmática Radical tem um elemento de verdade quando se trata da *referência*, o modo como as palavras podem se referir às coisas do mundo. Se o termo *ham sandwich* pode se referir a um homem sentado no balcão de uma lanchonete, não parece sobrar muita esperança para o sonho do especialista em lógica de que

* Dear White Fella/ When I am born I'm black/ When I grow up I'm black/ When I am sick I'm black/ When I go out in a sun I'm black/ When I get cold I'm black/ When I get scared I'm black/ And when I die I'm still black. // But you white fella/ When you're born you're pink/ When you grow up you're white/ When you go out in a sun you go red/ When you get cold you go blue/ When you get scared you're yellow/ And when you die you're grey/ And you got the cheek to call me coloured?

as expressões de uma língua possam ser mapeadas em cima dos estados do mundo de acordo com um conjunto fixo de marcadores. Mas a pergunta que nos interessa é se a Pragmática Radical está certa sobre a mente humana. A alegação de que uma palavra não possui uma representação mental precisa certamente entra em choque com a imagem da linguagem que surgiu a partir de nossa olhada nas alternâncias verbais, onde observamos três demonstrações de nitidez.

Em primeiro lugar, as pessoas repudiam o que deveriam ser usos perfeitamente inteligíveis dos verbos, como *He clogged hair into the sink* [Ele entupiu cabelo na pia], *She yelled him her order* [Ela gritou-o seu pedido], *We melted at the butter* [Derretemos na manteiga], e *She broke him on the arm* [Ela o quebrou no braço]. Se a mente fica feliz com qualquer coisa que faça sentido dentro do contexto, por que essas frases têm cheiro de agramaticais?

Em segundo lugar, vimos como os limites que definem os usos dos verbos são cortes cirúrgicos dentro de classes de acontecimentos parecidos; eles não ficam só circulando em torno de estereótipos.⁵⁰ Quando penso num cenário típico da vida cotidiana, como colocar água num copo, minha mente tem uma imagem bem concreta — uma pessoa com sede andando até um filtro com um recipiente translúcido na mão e abrindo a torneirinha para deixar a água entrar lá, até um pouco antes de transbordar. Mas, quando *falo* sobre esse cenário, a maior parte dessa concretude vai embora, deixando para trás um entre muitos esqueletos. Se usar o verbo *pour* [despejar], meu campo de visão se estreita para como se faz a água se mover, ignorando seu destino; é por isso que podemos dizer *pour the water* [despejar a água], mas não *pour the glass* [despejar o copo]. Mas, se eu usar o verbo *fill* [encher], meu campo de visão se estreita para a completude do copo resultante, ignorando a trajetória da água; é por isso que dizemos *fill the glass*, mas não *fill the water*. Mesmo a classe simples dos verbos transitivos de ação, como acabamos de ver, está entrecruzada de incisões profundas, com *cut* [cortar], *break* [quebrar], *touch* [tocar] e *hit* [bater] em zonas semânticas diferentes. Cada verbo foca um aspecto ou aspectos necessários de um acontecimento (causação, movimento, contato) e desconsidera os outros, não importa quão comuns eles sejam em relação a nossa experiência. Isso não combina nada com os estereótipos de situações típicas que, de acordo com a Pragmática Radical, governam nosso uso da língua.

Em terceiro lugar, as incisões entre as classes não empacotam apenas aglomerados de características agrupadas (rápido, devagar, molhado, seco, voluntário e assim por diante), mas são determinadas por fórmulas que têm uma estrutura sin-

tática e algébrica.⁵¹ *Cutting* [cortar], por exemplo, não invoca apenas um movimento, um contato e um efeito em qualquer combinação que seja. (Movimentar um ovo e fazê-lo entrar em contato com uma panela quente, provocando sua abertura, não é a mesma coisa que *cutting an egg*.) O movimento precisa *incluir* o contato do dispositivo de corte com o ovo *seguido* por seu movimento através da superfície do ovo, *resultando* no corte. Além disso, as classes de palavras são algébricas no sentido de que exigem variáveis em locais específicos. Pense no que é necessário para determinar o denominador comum de uma microclasse, como os verbos sobre jeito de falar. O que *whisper*, *mumble*, *shout*, *purr*, *yammer* etc. [sussurrar, murmurar, gritar, ronronar, reclamar] têm em comum? Não um jeito *específico*, porque qualquer jeito serve. Também não pode ser o denominador comum entre os jeitos, porque ele não existe: as características de *whispering* [sussurrar] e *muttering* [balbuciar] são anuladas pelas características de *yelling* [gritar] e *shrieking* [berrar]. Não, os verbos da classe simplesmente precisam especificar *algum* jeito de falar, *qualquer* jeito. Isso significa que a caracterização da classe tem de ser alguma coisa como “Todos os verbos precisam conter em suas definições a afirmação ‘jeito = x’” — a definição de uma definição. Isso eleva a sofisticação lógica da representação mental do significado das palavras a um padrão muito mais elevado, e lança dúvidas sobre a idéia de que ela seja um emaranhado frouxo de associações.

Então, se verbos e construções podem ser tão precisos, como se explica o louco mundo da polissemia? Na verdade, a polissemia não é mais louca que outras partes da linguagem. Ela se desenvolve a partir da interação entre formas memorizadas e operações combinatórias, os dois ingredientes básicos da linguagem (e tema do meu livro *Words and rules* [Palavras e regras]).

Quando todo o alcance da polissemia na linguagem ficou evidente, os lingüistas começaram a esquadrinhar os exemplos, e hoje fazem distinção entre polissemia regular e irregular, análoga à distinção entre formas de flexão regulares e irregulares.⁵² Formas irregulares, como *come-came* [vir-veio] e *mouse-mice* [camundongo-camundongos], são idiossincráticas e têm de ser memorizadas uma por uma; formas regulares, como *walk-walked* [andar-andou] e *cat-cats* [gato-gatos], são previsíveis e podem ser geradas por uma regra. Alguns sentidos de palavras polissêmicas são tão imprevisíveis quanto as flexões irregulares, e podem simplesmente ter de ser decorados. A pessoa aprende que a palavra em inglês *red*

[vermelho] significa “a cor dos carros de bombeiro”, o que fica arquivado como uma definição no dicionário mental, e em outra ocasião descobre que pode significar “a cor do cabelo de Lucille Ball”, o que é arquivado como uma segunda definição. Isso exige que atribuamos várias definições ao léxico da pessoa, mas já sabemos que a memória para palavras é espaçosa — de cinquenta a cem mil palavras, e provavelmente no mínimo o mesmo tanto de expressões —, portanto umas poucas definições extras não são coisa em excesso para lembrar. É claro que *alguém* teve de ser flexível o suficiente para estender a palavra a um novo sentido pela primeira vez, e os outros tiveram de deduzir o significado quando o inovador a lançou na população. Mas os demais podem ter decorado os frutos da criatividade daquele falante, e não precisam recapitulá-los toda vez. Encontramos essa divisão de trabalho no último capítulo, na seção que comparava “línguas inteligentes” e “falantes inteligentes”.

O motivo para se acreditar que muitos sentidos polissêmicos são decorados, em vez de obtidos quando aparece a necessidade, é que eles são *convencionados* — são práticas arbitrárias de uma comunidade lingüística, nem deduzíveis nem universais. O inglês pode usar *red* para uma cor natural de cabelo, mas outras línguas, como o francês, reservam uma palavra separada para isso (*roux*), assim como em inglês nos referimos ao cabelo de Marilyn Monroe como *blond* [loiro] em vez de *yellow* [amarelo]. Outras palavras para cor de cabelo — *platinum* [platinado], *ash* [fosco], *strawberry* [morango], *chestnut* [castanho], *brunette* [moreno], *auburn* [castanho avermelhado] — precisam ser aprendidas uma por uma (strawberry blond [loiro avermelhado], por exemplo, não é a cor de um morango), então por que não esse sentido de *red*? O mesmo acontece com palavras para a cor da pele, como o poema do Amigo Branco nos faz lembrar: é a convenção, não a visão de uma cor, que nos diz que um caucasiano doente está verde, que um com frio está azul e que um com medo amarelou.

Outro tipo de evidência de que muitos sentidos polissêmicos são adquiridos pela exposição pura e simples vem das estatísticas da língua: quanto mais frequente é a palavra, mais polissêmica ela é, e vice-versa.⁵³ Por exemplo, o comum verbo *set* [colocar/preparar] (que aparece 372 vezes a cada milhão de palavras) possui mais de oitenta definições de dicionário; o menos comum *sever* [decepar] (nove a cada milhão) possui quatro, e o raro *senesce* [senescer] (menos de uma vez em um milhão) possui apenas uma. É exatamente o que seria de esperar se as palavras fossem em princípio precisas em termos de significado, e acumulassem sen-

tidos adicionais através de exposições independentes, mas o oposto do que seria de esperar se as palavras fossem em princípio difusas em termos de significado, e fossem sendo aguçadas com as exposições adicionais por meio do treinamento discriminatório.

Experimentos de laboratório também sugerem que os significados de muitas palavras polissêmicas são elencados no cérebro como sentidos independentes entre si. Os psicólogos Devrah Klein e Gregory Murphy usaram uma técnica muito utilizada na psicolinguística experimental, chamada *priming*, em que a apresentação de uma palavra a uma pessoa a ativa na mente da pessoa, facilitando o reconhecimento da palavra (e de palavras relacionadas a ela) pela pessoa por alguns décimos de segundo.⁵⁴ Klein e Murphy mostraram rapidamente um substantivo polissêmico como *paper* (que pode significar tanto um jornal como o material em que ele é impresso), acompanhado de um modificador que o limitava a um sentido, como *wrapping paper* [papel de presente]. Essa era a palavra-base, e a pergunta era o que, exatamente, ela deflagrava na mente do observador: aquele sentido específico isolado, ou algum cerne semântico da palavra que englobe todos os seus sentidos polissêmicos. Para descobrir, Klein e Murphy mostraram de novo o substantivo com um modificador diferente, ou um coerente com o sentido original, como *shredded paper* [papel picado], ou um consistente com um sentido incompatível, como *liberal paper* [jornal liberal]. O tempo dos participantes foi cronometrado enquanto eles decifravam o significado da segunda expressão e apertavam um botão se ela fizesse sentido. Os participantes foram mais rápidos e mais precisos quando a expressão tinha sido antecedida pelo mesmo sentido da palavra (como em *wrapping paper... shredded paper*) do que quando ela tinha sido antecedida por um sentido diferente da palavra (como em *wrapping paper... liberal paper*). Isso sugere que, para muitas palavras polissêmicas, cada sentido é uma unidade separada armazenada no cérebro, que tem sua ativação aumentada ou diminuída independentemente dos outros sentidos. Uma ampliação recente da técnica de *priming*, usando a magnetoencefalografia para medir a atividade cerebral de forma mais direta, sugere a mesma conclusão.⁵⁵

O contrário da polissemia irregular é a polissemia regular, em que famílias inteiras de palavras ganham novos sentidos de uma tacada só em vez de serem decoradas uma por vez. Alguns exemplos de polissemia são tão regulares que nem chegam a exigir a multiplicação de significados de palavras, apenas uma análise mais sofisticada para as palavras da combinação. Pense no adjetivo *good* [bom], que

significa coisas bem diferentes em *a good knife* [uma faca boa], *a good wife* [uma boa esposa], e *a good life* [uma vida boa]. Isso por acaso implica que *good* tem múltiplos significados? Só se o intérprete da língua no cérebro for tão burro a ponto de interpretar uma expressão procurando pela intersecção de cada um de seus componentes, como coisas no mundo que sejam tanto “facas” e “coisas boas”. Um intérprete mais incisivo consegue introduzir uma sonda dentro do substantivo e arrancar o componente de significado que é modificado por *good*, poupando-o de ter de cobrir a palavra *good* com dezenas de significados.

O que é esse componente de significado? O lingüista da computação James Pustejovsky argumenta que Aristóteles estava certo quando propôs que a mente entende qualquer entidade através de quatro fatores: quem ou o que a produziu; do que ela é feita; que forma tem; e para que serve.⁵⁶ O intérprete para adjetivos como *good* e *fast* (*a good road*, *a fast road* [uma estrada boa, uma estrada rápida]) e para verbos como *begin* (*He began his sandwich*, *She began the book* [Ele começou seu sanduíche, Ela começou o livro]) escava a parte da estrutura conceitual do substantivo que especifica a intenção de uso para o objeto (estradas servem para ser percorridas, sanduíches servem para ser comidos, livros para ser lidos) e conclui que *good* e *begin* referem-se àquela parte. Quando, em vez disso, um substantivo contável é usado como um substantivo não contável (como em *There was sausage all over his shirt* [Havia lingüiça na camisa inteira dele]), o intérprete escolhe a especificação sobre do que a coisa é feita; mais uma vez, não é necessário nenhum novo significado para o substantivo. O que temos não é uma polissemia polimorfa, como no *phlēmkes* do rigeliano, mas alguns esquemas para investigar uma palavra e escolher um dos componentes de seu significado.

Em algum ponto entre a irregularidade total de *red* em *red hair* [cabelo ruivo] e a previsibilidade total de *good* em *good road* [estrada boa] encontramos casos que envolvem uma interação entre as duas.⁵⁷ As interações vêm das regras de alternância lexical como as que alteram a interpretação de um verbo (por exemplo, de fazer-mudar-de-lugar para fazer-mudar-de-estado). No caso da polissemia de substantivos, pode ser que haja uma regra permitindo que o nome de um produto se refira a seu produtor, ou vice-versa (*Honda*, o *New York Times*), uma regra que permita que uma palavra para uma abertura seja usada para aquilo que a cobre (*door* [porta], *window* [janela]) e uma regra que permita que uma palavra para um animal se refira a sua carne (*lamb* [cordeiro], *goose* [ganso], *swordfish* [peixe-espada]). O número de regras necessárias é grande, mas não insuportável.

A essa altura, um defensor da Pragmática Radical poderia protestar dizendo que essas “regras” são falsas — que são apenas instantâneos do senso comum, que estica e puxa o significado de uma palavra conforme surge a necessidade. Para demonstrar que essas regras fazem mesmo parte do maquinário da língua, é preciso demonstrar que elas estão entremeadas com outros mecanismos da língua, em especial de maneiras que frustrem o senso comum e o desejo de comunicação.

Um dos meios pelos quais a polissemia regular se entrelaça com outro aparato da língua é sua sensibilidade às *formas* das palavras, não só a seus significados. Em alguns casos, a polissemia é definida pelo som. Por exemplo, um adjetivo para nacionalidade pode ser transformado num plural que se refere a seu povo, como em *the Swiss, the Spanish, the Dutch, the French* e *the Japanese* [os suíços, os espanhóis, os holandeses, os franceses e os japoneses]. Mas a regra só se aplica em duas circunstâncias: quando o adjetivo termina em sibilante (dá para se referir a *the Swiss* e *the Spanish*, mas não dá para se referir a **the German, *the Coptic* ou **the Belgian* [os alemão, os cóptico, os belga]), e quando ele ainda possui um padrão de som estranho ao inglês (como em *the Hausa, the Tuareg* ou *the Wolof* [os hauçás, os tuaregues ou os uólofes]). E em alguns casos a polissemia é definida pela estrutura morfológica (a composição de uma palavra a partir de raízes e sufixos). Por exemplo, substantivos que se referem a formas de governo podem ser estendidos aos Estados em si, como quando falamos de *democracies, tyrannies, oligarchies, monarchies* e *dictatorships* — mas não quando o substantivo termina em *-ism*: não dá para se referir a um bando de Estados fascistas como *fascisms*, assim como o mapa do mundo não está polvilhado de *communisms, marxisms, maoisms, islamisms* ou *totalitarianisms*.³⁸ O entrelaçamento entre polissemia e gramática também é visível em um dos aspectos em que norte-americanos e britânicos se dividem em sua língua comum. Quando um produto empresta o nome à empresa, o nome fica no singular nos Estados Unidos (*The Globe is expanding its comics section* [O *Globe* está ampliando sua seção de quadrinhos]), mas vai para o plural no Reino Unido (*The Guardian are giving you the chance to win books* [O *Guardian* está lhe dando a chance de ganhar livros]).

A polissemia regular também é delimitada por restrições semânticas melindrosas. Dá para usar *France* para se referir ao território, ao Estado ou ao governo, mas não ao povo: fica esquisito dizer *France eats a lot but stays thin* [A França come bastante mas continua magra]. Dá para trabalhar para um *newspaper* [jornal] ou *magazine* [revista], mas não para um *book* [livro] ou um *movie* [filme]. Palavras para

objetos comestíveis podem ser usadas para aquela gosma que resulta quando eles são amassados e misturados — *some carrot, some salmon, some apple, some egg* [um pouco de cenoura, um pouco de salmão, um pouco de maçã, um pouco de ovo] —, mas não se os objetos vierem em conglomerados, em vez de um por um. É por isso que os restaurantes mexicanos servem *refried beans* [feijão refrito] e não *refried bean*, e é por isso que o purê servido em restaurantes indianos é chamado de *lentils* [lentilha], e não *lentil*.⁵⁹ Percebemos, assim, que substantivos polissemicos são como os verbos que fazem alternância: não vão embarcando em qualquer construção inteligível, mas se alistam ou desertam de acordo com microclasses bem divididas.

Há mais uma maneira pela qual a polissemia está entremeada com as palavras em si, não só com significados plausíveis. Quando uma língua já possui uma palavra que ocupa a vaga em uma série de significados relacionados entre si, a palavra impedirá a entrada de intrusos que por acaso tenham sido mandados para lá por uma regra de polissemia regular. (É parecido com o que observamos com a flexão, em que o irregular *mice* [camundongos] barra o regular *mouses*.) Em se tratando de verbos para viajar que foram estendidos a partir de nomes de veículos, você pode *ferry* [ir de balsa], *truck* [ir de caminhão], *cycle* [ir de bicicleta], *canoe* [ir de canoa] ou *motorcycle* [ir de moto] a algum lugar, mas não pode *car* ou *plane*, porque já temos *drive* [dirigir/ir de carro] e *fly* [voar]. E podemos comer *chicken* [frango], mas não comemos *cow* [vaca], *calf* [bezerro], *sheep* [ovelha], *pig* [porco] nem *deer* [cervo], e sim *beef* [carne bovina], *veal* [vitela], *mutton* [carne de ovelha], *pork* [carne suína] e *venison* [carne de cervo] (na Nova Zelândia, *cervena*). Por falar nisso, muita gente acredita que essas duplas — uma palavra germânica para o animal e uma palavra francesa para sua carne — venham de um tempo em que camponeses anglo-saxões criavam os animais, mas só seus patrões normandos podiam comê-los. A teoria vem de *Ivanhoé*, de sir Walter Scott, em que Wamba, o bufão, explica para um criador de porcos:

Porco [Pork], acho, é bom francês normando; e assim quando o animal é vivo, e está aos cuidados do escravo saxão, usa o nome saxão [swine]; mas transforma-se em normando, e é chamado de porco, quando é carregado para o salão do castelo [...]. O velho boi permanece com seu epíteto saxão enquanto está aos cuidados de servos e escravos como tu, mas transforma-se em Bife, um fogado cavalheiro francês, quando chega às reverenciadas mandíbulas destinadas a consumi-lo. O senhor Bezerro, tam-

bém, transforma-se em monsieur de Veau à mesma maneira: é saxão quando requer cuidados, e assume um nome normando quando se transforma em objeto de prazer.

A história é encantadora, mas lingüistas históricos afirmam que a teoria não é verdadeira; as palavras anglo-saxãs e francesas não só se diferenciaram séculos mais tarde.⁶⁰ O que é verdade é que as pessoas não são licenciosas para usar palavras com novos significados. Aprendem os sentidos convencionais de um número enorme de palavras e canalizam a maior parte de suas generalizações para os caminhos gastos que cercam os sentidos convencionais já existentes.

Mas e aquele misto-quente sentado na mesa 14, tamborilando os dedos à espera da conta? Nenhum lingüista em sã consciência proporia uma regra que convertesse sanduíches em gente, sem falar de vesículas que precisam trocar o curativo. Às vezes as pessoas realmente esticam as palavras ao modo do Humpty Dumpty de Lewis Carroll, que disse: “Quando *eu* uso uma palavra, ela quer dizer só o que eu quero que ela queira dizer”. Mas o crucial é que Dumpty acrescentou: “Quando faço uma palavra trabalhar tanto assim, sempre pago extra”. Quando um falante esculpe uma palavra e dá a ela um sentido realmente não-convencional, o ouvinte não molda sem esforço sua entrada mental em torno dela para recuperar o sentido literal. O que há é um atrito entre o pino quadrado do falante e o buraco redondo do ouvinte, e esse atrito já traz informação *por si só*, num fluxo paralelo. De fato, o choque previsível entre o novo uso do falante e o significado fixo do ouvinte é o que garante em boa parte que a língua seja fascinante e divertida. É a fonte do eufemismo e do disfemismo (discurso deliberadamente ofensivo), de subtextos e mensagens ocultas nas entrelinhas, do humor verbal e do jogo de palavras, e da metáfora literária. Façamos uma visita a cada um.

Eufemismo e disfemismo. Quando uma garçonete se refere a um freguês como um sanduíche, não está só economizando fôlego. Está exercitando uma sagacidade ácida, reduzindo o cliente que normalmente adula no produto bem pouco digno que é a única preocupação comum entre os dois. Do mesmo jeito, transformar um paciente no órgão doente faz parte do humor negro dos profissionais da saúde (para contrabalançar a pena e o nojo que poderiam atrapalhar seu trabalho), como em *CTD* (circling the drain [indo pelo ralo]) para um paciente terminal, *Code Brown* [código marrom] para a incontinência fecal e *wallet biopsy* [biópsia de car-

teira] para a verificação das finanças do paciente. É por isso que é provável que a garçonete ou o médico-residente não usem a construção misto-quente / vesícula perto da mulher do cliente ou do paciente. O mesmo acontece com o moedor de carne mental que transforma substantivos contáveis em substantivos incontáveis, como em *After he backed up, there was cat all over the driveway* [Quando ele deu ré, tinha gato por toda a calçada]. Longe de ser um mero sinônimo para carne, esse uso de *cat* beira o humor doentio, o tipo de coisa que uma pessoa sensível evitaria dizer perto do dono do gato falecido.

Em geral, referir-se a uma pessoa por uma parte do corpo, uma característica física ou um acessório típico — isto é, por uma metonímia — é disfemístico. Isso acontece em muitos epítetos raciais (*slope* ou *slant* [tábua] para um asiático, *redskin* [pele vermelha] para um índio americano, *wetback* [costas molhadas] para um americano de origem mexicana), em termos misóginos para mulheres (*a skirt* [uma saia], *a broad* [uma larga], *a piece of ass* [uma bunda]), e em termos desrespeitosos para certas atividades (*a suit* [um terno] para um burocrata corporativo, *a jock* [suporte atlético] para um atleta, *a wrench* [alicate] para um mecânico). É uma extensão da mentalidade por trás da construção de alternância de posse, em que as pessoas são concebidas como algo mais que suas partes do corpo. Por extensão, reduzir alguém a uma parte do corpo (ou a outra posse) é uma negação implícita de que esse alguém seja uma pessoa.

Os eufemismos, por outro lado, muitas vezes se referem a uma pessoa com um hiperônimo — uma categoria mais abrangente que a que vem primeiro à mente. Embora os hiperônimos não sejam exemplos verdadeiros de polissemia no mesmo sentido que as metonímias, seu uso no discurso marcado pela emoção é mais uma ilustração de como as escolhas de palavras podem fazer diferença psicológica. Quando Kipling encerrou um poema com “You’ll be a man, my son” [Serás um homem, meu filho] e Sojourner Truth repetiu “Ain’t I a woman?” [Não sou uma mulher?] em seu atrevido discurso de 1851, eles não estavam elucubrando sobre o óbvio. Estavam usando os termos *man* e *woman* para conferir um grau de dignidade que poderia ser negado a um rapaz jovem ou a uma afro-americana. Esses descritores de gênero para cada sexo também já foram declarados com orgulho na música: no refrão de “Mannish boy”, de Muddy Waters, “I’m a man”, de Steve Winwood, “I am woman, hear me roar!”, de Helen Reddy, e “I’m a woman (W-O-M-A-N)”, de Peggy Lee (e mais tarde com Miss Piggy). O efeito também pode ser ouvido no eufemismo *person of color* [pessoa de cor] e no inglês

mensch, que originalmente significava “homem”, mas hoje denota uma pessoa de maturidade e decência fora do comum.

O uso de hiperônimos com fins de exaltação pode ser observado nos nomes de objetos inanimados. Os gravatinhas do marketing com frequência tentam vestir seus produtos com qualificativos pretensiosos como *driving machine* (carro), *photographic instrument* (câmera), *beauty bar* [barra de beleza] (sabão) e *dental cleaning system* [sistema de limpeza dental] (que vem a ser a escova de dente). Não está bem claro o motivo de os hiperônimos para pessoas e produtos soarem mais dignos. Talvez seja o reflexo invertido da indignidade que aparece na referência a alguém por uma parte do corpo ou traço físico. Uma essência ou um arquétipo abstratos são encarados como algo de certo modo mais puro e nobre que os detalhes concretos e mezinhas que determinam que certa entidade pertence a uma classe específica. Mas, seja qual for a razão, uma regra geral é que a metonímia deprecia e a hiperonímia exalta.⁶¹

Subtextos. Muitos acadêmicos das ciências humanas já escreveram livros chamados *A invenção de X* ou *A construção de X*, em que *X* não é o tipo de coisa que possa literalmente ser inventada ou construída; entre os exemplos estão a tradição, o amor romântico, o ser humano, os Estados Unidos e a realidade. Esses acadêmicos não estão tentando diluir o significado de invenção ou construção transformando-o em mera “origem”, que é o que aconteceria se os ouvintes aplicassem a interpretação mais esperada no contexto. Estão tentando despertar os leitores para a consciência de que o que eles podem ter imaginado como uma entidade natural é na verdade uma criação histórica e, portanto, pode ser recriada — um subtexto que desapareceria se os significados de invenção e construção não marcassem posição na cabeça dos leitores. A mesma cartada foi explorada pela escritora Pamela McCorduck em seu livro sobre inteligência artificial chamado *Machines who think* [Máquinas que pensam].

Wordplay. Quando humoristas forçam seu público a passar de um sentido anômalo para um interpretável, o contraste na dignidade desencadeia a graça, como nesse diálogo de W. C. Fields:

DON: Oh, Bill, it must be hard to lose a relative. [Oh, Bill, deve ser difícil perder um parente.]

W. C.: It's almost impossible. [É quase impossível.]⁶²

Em *A importância de ser honesto*, lady Bracknell explora a mesma ambigüidade: “To lose one parent, mr. Worthing, may be regarded as a misfortune; to lose both looks like carelessness” [Perder um dos pais, mr. Worthing, pode ser encarado como uma infelicidade; perder os dois parece mais negligência]. A graça é desencadeada pelo choque entre os sentidos da palavra polissêmica *lose*: “desconhecer o paradeiro de uma posse”, “sofrer a morte de um ente querido” e “fugir de um perseguidor”. Se a compreensão moldasse automaticamente um significado flexível no formato do sentido mais adequado, não haveria choque entre o sentido de bom-gosto e o desrespeitoso, choque que é necessário para que as piadas funcionem. (E ninguém entenderia por que Mae West disse: “Marriage is a great institution, but I’m not ready for an institution yet” [O casamento é uma grande instituição, mas ainda não estou pronta para uma instituição / instituição psiquiátrica].)

Metáfora literária. Quando um escritor usa uma metáfora marcante, como no “I was the shadow of the waxwing slain / By the false azure of the windowpane” [Eu era o pássaro abatido, a sombra / No falso azul dos vidros da janela]*, de Nabokov, ou o “Soon we’ll be sliding down the razorblade of life” [Em breve vamos escorregar pela lâmina afiada da vida], de Tom Lehrer, não está só convocando novas palavras para comunicar uma afirmação (como “Eu estava triste” ou “A vida é dura”). O escritor está explorando o sentido literal daquelas palavras para provocar um choque no público e fazê-lo apreender o tema de modo mais intenso, em termos emocionais, do que faria no curso normal dos acontecimentos, e fazê-lo reconhecer que o artista está dando um chacoalhão de propósito para tirá-lo daquela complacência. Voltaremos a esse ponto no capítulo 5, quando abordarmos as metáforas literárias e explorarmos como elas diferem das metáforas mortas. Por enquanto, basta anotar que na metáfora literária, assim como no disfemismo, no subtexto e no jogo de palavras, o atrito que surge entre o sentido convencional e o inesperado mostra que a mente *possui* um sentido convencional, não um glóbulo que se molde na interpretação que for mais sensata para o momento.

Será que é realmente obrigatório para a Pragmática Radical que os significados das palavras sejam fogos-fátuos levados para lá e para cá pelo contexto?

* Tradução de Jorio Dauster e S. Duarte, *Fogo pálido*, Companhia das Letras. (N. T.)

Quando seus proponentes repudiam os significados de palavras para explicar a polissemia, pagam mesmo o preço de ser incapazes de explicar como as pessoas registram os significados literais de usos inesperados de palavras? Uma maneira de responder a essas perguntas é observar uma simulação da Pragmática Radical por computador criada pelos especialistas em modelos James McClelland e Alan Kawamoto.⁶³ O mérito de uma simulação computacional é que dá para ver as implicações de um conjunto de hipóteses sem censura. O modelo comprova-se uma Cama-Elástica legítima — uma implementação à força total da Pragmática Radical, apresentada sem desculpas pelo seu comportamento surpreendente.

McClelland e Kawamoto queriam simular num modelo a resolução de palavras polissêmicas no contexto, como os sentidos diferentes de *with* em *Luke ate his pasta with a fork* [Luke comeu seu macarrão com um garfo] e *Luke ate his pasta with clam sauce* [Luke comeu sua pasta com molho de mariscos], ou os papéis diferentes do sujeito em *A ball broke the window* [Uma bola quebrou a janela] e *A boy broke the window* [Um menino quebrou a janela]. Em concordância com a Pragmática Radical, eles propuseram que representações fixas de significado são rígidas e pesadas demais para a tarefa, e que redes neurais artificiais, que associam características a características em vez de manipular representações estruturadas, são flexíveis o bastante para o serviço.

Os especialistas em modelos montaram uma rede que foi projetada para tomar as palavras de uma frase como ponto de partida e produzir como chegada uma interpretação de quem fez o que a quem. A partida consistia em um banco de mil unidades semelhantes a neurônios, cada uma representando uma característica do significado do verbo (como “ação intensa” ou “provoca mudança química”) ou uma característica de um de seus companheiros de oração (como “o sujeito é mole”, “o sujeito tem tamanho médio”, “o objeto é duro” ou “o objeto é fêmea”). A chegada consistia em 2500 unidades, cada uma representando uma característica do papel exercido por um participante em uma interpretação da oração, como “o agente causal é redondo” (o que seria adequado para um fato bola-quebra-janela) ou “o instrumento do ato de picar é duro” (que seria adequado para um fato faca-corta-papel). A natureza genérica das características era intencional, e permitia a cada característica aparecer em várias interpretações relacionadas entre si. O modelo não possuía representações de significados isolados de palavras, apenas uma densa rede de conexões entre partida e chegada, que foram fortalecidas num regime de treinamento. Um professor apresentou o modelo com

milhares de frases junto com suas interpretações corretas, e o modelo acabou aprendendo que tipo de acontecimento tendia a ser feito com que tipo de participante. O resultado é que ele forçou corretamente a palavra *with* de *eat pasta with a fork* [comer massa com um garfo] a significar “instrumento” (já que tinha aprendido que coisas duras tendem a ser usadas como instrumentos), e corretamente forçou o *with* em *eat pasta with clam sauce* [comer massa com molho de mariscos] a significar “acompanhamento” (já que tinha aprendido que coisas moles tendem a ser usadas como comida).

Infelizmente, o modelo pagou um preço por sua agilidade. Seu conhecimento do significado de uma palavra era tão maleável que, quando ele encontrava uma oração que era sob qualquer aspecto incomum, martelava seu significado até deixá-lo compatível com o estereótipo mais próximo que tinha absorvido em seu treinamento. Quando recebeu *The wolf ate a chicken* [O lobo comeu uma galinha], interpretou a refeição como “carne cozida de frango”, porque é a isso que *chicken* costuma se referir quando vem depois do verbo *eat* [comer]. Quando recebeu *The plate broke* [O prato / a placa quebrou], interpretou *plate* como “um vaso ou janela”, já que eles tendem a quebrar. Quando ouviu que *John touched Mary* [John tocou em Mary], interpretou *touch* como “atingir”, já que a maioria dos exemplos de toque resultam de um movimento. E, quando recebeu *The bat broke the window* [O morcego / o bastão quebrou a janela], que é ambíguo entre um animal voando e se chocando com ela e um objeto sendo golpeado contra ela, pariu uma quimera que significava “Um morcego quebrou a janela usando um bastão de beisebol” — a única interpretação que as pessoas *não* fazem. É isso que se pode conseguir quando os significados são moldados pelas expectativas e pelo contexto em vez de organizados a partir de regras e entradas: um homem carinhoso falsamente acusado de bater na mulher, e um *Vespertilio pipistrellus* de bastão em riste.

A Pragmática Radical, acredito, vai contra uma especificação fundamental do projeto da linguagem. A língua é um mecanismo com o qual podemos expressar fatos surpreendentes, idéias novas e estranhas, notícias indesejadas e outros pensamentos para o qual o ouvinte pode estar despreparado. Essa alavanca exige um braço rígido e um pivô sólido, e é isso que o significado de uma frase e as palavras e regras que os sustentam precisam ser. Se os significados pudessem ser reinterpretados à vontade no contexto, a língua seria escorregadia como um espaguete e não faria o serviço de incutir à força novas idéias na cabeça dos ouvintes. Mesmo quando a língua é usada de forma não literal, no eufemismo, no jogo de

palavras, no subtexto e na metáfora — *especialmente* quando é usada dessas maneiras —, ela depende das faíscas que saem da mente do ouvinte quando o sentido literal das palavras de um falante colide com uma hipótese plausível sobre a intenção desse falante. No capítulo 8 veremos quanto de nossa vida social é tacitamente negociada através desses choques.

DETERMINISMO LINGÜÍSTICO

Na história infantil “Os anciões de Chelm e a chave de Genendel”, de Isaac Bashevis Singer, adaptada de um corpo de folclore iídiche sobre uma cidade mística de tolos, os anciões se vêem diante de uma escassez de creme azedo que ameaça a celebração de um feriado que se aproxima, no qual se comem blinis. Os anciões “futucaram as barbas e esfregaram a testa, sinais de que suas cabeças trabalhavam a mil”, até que um deles surgiu com uma idéia: “Vamos fazer uma lei dizendo que a água será chamada de creme azedo e o creme azedo será chamado de água. Como há bastante água nos poços de Chelm, cada dona de casa terá um barril cheio de creme azedo”. O narrador observa que, em consequência dessa lei, “não faltou ‘creme azedo’ em Chelm, mas algumas donas de casa reclamaram que estava faltando ‘água’. Mas esse era um outro problema, totalmente novo, a ser resolvido depois do feriado”.⁶⁴

A estranheza passada pela história vem da nossa consciência de que as pessoas entendem a realidade independentemente das palavras usadas para descrevê-la. Mas, embora todos nós saibamos, quando baseados no bom senso, que os pensamentos não podem ser manipulados por palavras, muita gente acredita no contrário quando intelectualiza a questão. A idéia de que a língua que as pessoas falam controla o modo como pensam — o Determinismo Lingüístico — é um tema recorrente na vida intelectual. Teve grande popularidade entre behavioristas do século xx, que queriam substituir noções etéreas como “crenças” por respostas concretas como palavras, fossem faladas em público ou matutadas em silêncio. Na forma da hipótese whorfiana ou de Sapir-Whorf (batizada com o nome do lingüista Edward Sapir e seu aluno Benjamin Lee Whorf), era figurinha carimbada nos cursos de língua no início dos anos 1970, época em que já tinha também penetrado no consciente popular. (Enquanto escrevia este livro, tive de parar de dizer às pessoas que era sobre “língua e pensamento”, porque todos achavam

que era sobre como a língua *moldava* o pensamento — a única relação entre os dois que lhes ocorria.) A revolução cognitiva na psicologia, que tornou possível o estudo do pensamento puro, e vários estudos mostrando os poucos efeitos da linguagem sobre os conceitos pareciam ter matado a hipótese nos anos 1990, e fiz seu obituário em meu livro *O instinto da linguagem*. Mas recentemente ela vem sendo ressuscitada, e o “neowhorfianismo” é hoje um tópico de pesquisa atuante na psicolinguística. Inúmeros estudos recentes que pretendem mostrar que a língua determina o pensamento vêm sendo amplamente cobertos pela imprensa.⁶⁵

O Determinismo Lingüístico é a terceira teoria radical que contrastarei com a semântica conceitual. De acordo com a semântica conceitual, os significados das palavras e das frases são fórmulas numa língua abstrata do pensamento. De acordo com o Determinismo Lingüístico, a língua que falamos *é* a língua do pensamento, ou pelo menos a estrutura em grande parte. Quero dizer logo de cara que a língua certamente *afeta* o pensamento — no mínimo dos mínimos, se as palavras de uma pessoa não afetassem os pensamentos de outra, a linguagem como um todo seria inútil. A questão é se a língua *determina* o pensamento — se a língua que falamos dificulta ou impossibilita que pensemos certos pensamentos, ou altera de formas surpreendentes e relevantes o modo como pensamos. O problema incômodo do Determinismo Lingüístico é que as muitas maneiras pelas quais a língua pode estar relacionada ao pensamento tendem a acabar no mesmo saco, e observações banais são freqüentemente enfeitadas e tomadas como descobertas radicais. Quando a *Newsweek* fez uma reportagem sobre um estudo sobre se existem mais palavras para a neve nas línguas esquimós do que no inglês, o autor, Jerry Adler, observou:

Não é difícil entender por que essa observação tão trivial ficou entre a meia dúzia de fatos que a maioria dos graduados em ciências humanas guardou de seus estudos. De fácil compreensão, tinha implicações tão profundas que qualquer um que tivesse se mantido acordado em seu curso de introdução à psicologia podia se sentir um novo Descartes. Pois, se os esquimós usam tantas palavras diferentes para coisas que os falantes do inglês agrupam numa só categoria, isso não implica que eles percebem o mundo de um jeito diferente? Que os esquimós não compreendem a unidade entre todas as formas de precipitação gelada, enquanto os não-esquimós não enxergam as diferenças, pelo menos até que tentem enfiar uma pá na neve compacta? É forte — a idéia, não a neve — ou não é?⁶⁶

O fato é que as palavras para a neve em línguas como yupik e inuíte provavelmente não são mais numerosas do que em inglês (depende de como se contar), mas isso pouco importa.⁶⁷ A idéia de que os esquimós prestam mais atenção às variedades de neve *porque têm mais palavras para ela* é tão sem pé nem cabeça (você consegue pensar em *algum outro motivo* para os esquimós prestarem atenção à neve?) que é difícil acreditar que tenha sido levada a sério, se não fosse pela sensação de inteligência que proporciona, de ter transcendido o senso comum. A explicação whorfiana das palavras esquimós não só inverte causa e efeito como também exagera a profundidade da diferença cognitiva entre os povos envolvidos. Como observou a *Newsweek*, mesmo que um esquimó normalmente preste mais atenção às variedades de neve, basta tentar escavar a neve compacta para que um não-esquimó repare nas diferenças.

Há muitas formas de a língua se conectar ao pensamento, algumas banais, outras radicais. Como as versões radicais são as que empolgam as pessoas, mas as versões chatas são as que batem com as descobertas, é essencial distingui-las. Quero começar com cinco versões banais da hipótese whorfiana:

1. A língua afeta o pensamento porque obtemos boa parte de nosso conhecimento através da leitura e da conversa. Seria pouco provável, por exemplo, que as pessoas conhecessem o conceito de “terça-feira”, o fato de que César conquistou a Gália ou a doutrina do pecado original se não tivessem aprendido sobre esses fatos com outras pessoas, via linguagem. Essa versão da hipótese whorfiana é absolutamente banal, porque não passa muito de uma reiteração do que é a linguagem — um meio de comunicação —, junto com a observação de que a linguagem é importante nas questões humanas, coisa de que ninguém tem como duvidar.

2. Ligeiramente mais interessante é o fato de que uma frase pode *enquadrar* um fato, afetando o modo como as pessoas o interpretam, além de simplesmente expressar quem fez o que a quem. O capítulo anterior estava repleto de exemplos: a escolha da construção pode determinar se os ouvintes pensam num acontecimento como fazer a água se mover ou fazer com que um copo fique cheio, se pensam nele como algo que simplesmente aconteceu ou que foi causado, e assim por diante. A capacidade das palavras de enquadrar um acontecimento é utilizada faz tempo na retórica e na persuasão (pró-opção e pró-vida, redistribuição versus confisco, invasão versus libertação), e seus efeitos são fáceis de documentar. Os psicó-

logos Amos Tversky e Daniel Kahneman, por exemplo, mostraram que os médicos optam por um programa de saúde público cauteloso (em detrimento de um arriscado) quando ele é colocado como algo que salva a vida de duzentas pessoas entre seiscentas vulneráveis, mas rejeitam o mesmo programa quando ele é colocado como algo que resulta na morte de quatrocentas pessoas entre seiscentas.⁶⁸

Naturalmente, é fascinante ver como as línguas fornecem maneiras de enquadrar os fatos, e esse é um importante objetivo deste livro. Mas o fato de que elas façam isso é só uma extensão da observação de que usamos a linguagem para nos comunicar (versão 1). Ninguém é *forçado* a interpretar uma situação do modo como o falante a coloca (é por isso que damos risada quando Woody Allen diz que bateu com seu queixo no punho de um cara), assim como ninguém é forçado a acreditar em nada que um falante lhe diz (é por isso que damos risada quando Chico Marx diz: “Em quem vocês vão acreditar, em mim ou nos seus próprios olhos?”). Quando não temos mais nada em que nos basear senão as palavras de um falante, talvez sejamos persuadidos pelo modo como ele ou ela enquadra as coisas, assim como podemos ser iludidos pelo relato de uma falsa testemunha. Mas, como veremos no capítulo 5, as pessoas possuem meios cognitivos para *avaliar* se um enquadramento é fiel à realidade; o enquadramento não obriga suas mentes a interpretar o mundo de uma só maneira.

3. O estoque de palavras de uma língua reflete os tipos de coisas com que os falantes lidam na vida e, portanto, sobre as quais pensam. Essa, é claro, é a óbvia interpretação não-whorfiana do factóide da neve dos esquimós. A interpretação whorfiana é um exemplo clássico da falácia de confundir correlação com causalção. No caso das variedades da neve e das palavras para a neve, a neve não só veio primeiro, mas, quando as pessoas voltam sua atenção para a neve, mudam suas palavras em consequência disso. É assim que meteorologistas, esquiadores e moradores da Nova Inglaterra cunham novas expressões para a coisa, seja em circunlóquios (*wet snow*, *sticky snow* [neve molhada, neve grudenta]) ou em neologismos (*hard-pack*, *powder*, *dusting*, *flurries* [compacta, pó, poeira, queda em redemoinho]). Imagina-se que não tenha sido o contrário — mestres em vocabulário cunharam novas palavras para neve e depois saíram por aí esquiando ou fazendo previsões do tempo por estar intrigados com as próprias criações.

Mas a seta causal poderia apontar para outra direção? É certamente plausível. Quando pessoas lingüisticamente curiosas encontram uma palavra ou cons-

trução pouco familiar, fazem um esforço para aprendê-la, e ao fazê-lo podem prestar atenção em um aspecto do mundo que normalmente lhes passaria batido. Mesmo nesse cenário, no entanto, o interesse, o conhecimento e o raciocínio das pessoas é que guiam o processo, mais que a palavra em si. Quando as pessoas ouvem um nome, precisam estar interessadas na família de conceitos ao qual ele pertence para se dar ao trabalho de aprender seu significado. As pessoas podem ouvir centenas de nomes para tipos de pássaros (*vireo*, *kinglet*, *murre* [juruvicara, régulo, airão] e assim por diante), mas, a menos que sejam observadores de pássaros, as palavras vão entrar por um ouvido e sair pelo outro. E, para aprender as palavras, as pessoas têm de desenvolver os conceitos subjacentes. Quando encontro a palavra *neutrino* e aprendo o que ela significa, estou realmente aprendendo física, não só inglês. A mesma argumentação se mantém com conceitos mais triviais.⁶⁹

4. Como a língua funciona evocando significados, e como os significados são uma continuidade de pensamentos obtidos por outros meios (como ver e inferir), então, se se usar a palavra *língua* de um modo flexível, referindo-se a significados (em vez de às palavras, expressões e construções concretas que compõem uma língua), então a língua afeta o pensamento — a língua *é* o pensamento — por definição. O que não é nada interessante, já que não passa de um jeito fácil de usar a palavra *língua*, um jeito que torna impossível até afirmar que pensemos em outro meio que não a língua.⁷⁰

5. Quando as pessoas pensam numa entidade, entre os muitos atributos nos quais podem pensar está seu nome. Isso significa que, se se fizer às pessoas uma pergunta nebulosa sem resposta correta e sem conseqüências palpáveis, elas podem basear sua resposta no nome da coisa sobre a qual foram questionadas. Por exemplo, se eu lhe der três fichas divididas por espaços iguais no espectro de cores (vamos dizer azul, azul-esverdeado e verde), e lhe pedir que escolha duas que pertençam ao mesmo conjunto, se você não tiver mais para onde ir pode escolher as duas fichas que possam ser descritas por uma única palavra em sua língua.⁷¹ Esse é o tipo mais comum de experimento para testar a hipótese whorfiana. Tecnicamente, é um exemplo da língua afetando o pensamento, já que a língua afeta qualquer pensamento envolvido na interpretação da pergunta ambígua do experimentador. Mas não diz muita coisa sobre o raciocínio em problemas que possuam sim

uma resposta certa, ou em problemas que sejam ambíguos mas sem o equilíbrio perfeito que permita que a palavra tenha o voto de Minerva.

Temos aqui agora duas versões da hipótese whorfiana que são mais interessantes. Mas, como veremos, também elas ficam bem longe do Determinismo Lingüístico.

6. Todo sistema computacional precisa ter meios de armazenar os produtos intermediários de seus cálculos.⁷² Os computadores, por exemplo, trocam a informação de lugar, colocando-a na unidade de processamento central e a tirando de lá, armazenando-a temporariamente na memória RAM ou no disco rígido (daí o vacilo dos ícones e a irritante demora quando você usa seu PC). Um exemplo comum da computação humana cotidiana consiste em escrever um dígito em cima de uma coluna de números quando se faz uma soma. Quando um produto intermediário é armazenado na mente humana, em vez de num disco ou num papel, os psicólogos chamam isso de memória de trabalho. As duas formas mais vívidas de memória de trabalho são as imagens mentais, também chamadas de esboço visuoespacial, e pedaços de discurso interior, também chamado de circuito fonológico.⁷³ As pessoas costumam usar seu circuito fonológico para guardar um número de telefone na cabeça, para fazer aritmética mental e para acompanhar os sentidos de direita e esquerda quando seguem instruções de caminho ou se lembram de lugares. O fato de que a língua possui um lado físico — som e pronúncia — a torna útil como meio para a memória de trabalho, porque permite que a informação seja temporariamente transferida para as partes auditivas e motoras do cérebro, liberando capacidade nos sistemas centrais onde trafega a informação mais abstrata. Se uma língua fornece um rótulo para um conceito complexo, isso pode facilitar que se pense no conceito, porque a mente pode tratá-lo como um pacote único quando lidar com um conjunto de idéias, em vez de ter de equilibrar cada um de seus componentes isoladamente. Também pode dar a um conceito um rótulo extra na memória de longo prazo, fazendo com que seja mais fácil recuperá-los que conceitos inefáveis ou conceitos com descrições verbais mais indiretas.

Desconfio que o caráter de massa mais fácil de recuperar e de manipular que um conceito ganha quando possui uma palavra só para si seja uma versão da hipótese whorfiana com um fundo de verdade, e não totalmente maçante. Mas está muito distante do Determinismo Lingüístico. Para começo de conversa, o esto-

que de palavras numa língua não é um inventário fechado, comprimindo o tempo todo o pensamento das pessoas, mas está em constante expansão, quando as pessoas respondem a necessidades cognitivas cunhando jargões, gírias e palavras especializadas (como veremos no capítulo 6). E, além disso, muitos dos cordões mentais que usamos para aliviar a demanda cognitiva não fazem parte da língua em si. Essa questão será importante quando examinarmos uma alegação recente do Determinismo Lingüístico carga-pesada, portanto deixe-me elaborá-la aqui.

Uma das formas pelas quais a mente pode usar um pedaço de língua como alça para um conceito é com a mnemônica verbal. Muitas vezes as pessoas inventam mnemônicas para listas arbitrárias de conceitos facilmente confundíveis, como “Every Good Boy Deserves Favor” [Todo bom menino merece aprovação] para as notas EGBDF de uma pauta de música, e “Red sky at morning, sailors take warning; red sky at night, sailors delight” [Céu vermelho de manhã, marinheiros alertas; céu vermelho de noite, marinheiros alegres], para a previsão amadora do tempo. Um conjunto especialmente útil de mnemônica é empregado na aritmética mental. Muitos cientistas da cognição acreditam que a mente humana tenha herdado de nossos ancestrais mamíferos dois sistemas para rastrear quantidades.⁷⁴ Um é um sistema de estimativas por analogia, em que as quantidades são avaliadas de modo aproximado, relacionando-as a alguma magnitude contínua na cabeça, como a vaga idéia de “quantidade de coisas”, ou a extensão de uma linha imaginária. O segundo sistema rastreia quantidades exatas, mas só até um pequeno limite, por volta de três ou quatro. Nenhum dos dois é adequado para pensar em quantidades que sejam ao mesmo tempo grandes e exatas, como nove, ou 37, ou 186 272. Para essas, é preciso aprender um sistema numérico na infância e operações aritméticas na escola. E, quando essas operações são realizadas mentalmente, em vez de no papel, elas usam pedaços de linguagem como tabelas de pesquisa e caderninhos de rascunho. Por exemplo, o eco mental de uma estrofe armazenada na memória (“eight times seven is fifty-six” [oito vezes sete é cinquenta e seis]) pode deflagrar outra (“six plus nine is fifteen” [seis mais nove é igual a quinze]).

Em um belíssimo experimento sobre como trechinhos de língua são e não são empregados na aritmética mental, os cientistas da cognição Stanislas Dehaene, Elizabeth Spelke e seus colegas treinaram falantes bilíngües de russo e inglês a somar pares de números de dois dígitos, apresentados a eles em um de seus dois idiomas.⁷⁵ Em seguida os testaram tanto na língua em que eles tinham trei-

nado como em sua outra língua. Dehaene e Spelke previram que, quando as pessoas fizessem aritmética aproximativa, como estimar se 53 mais 68 fica mais perto de 120 ou de 150, usariam seu sistema de estimativa por analogia (a linha numérica mental), ao passo que, quando fizessem aritmética exata, como determinar se a soma de 53 e 68 é 121 ou 127, falariam palavras para si mesmos — nesse caso, palavras na língua em que tinham sido treinadas. Assim, qualquer emprego de palavras ficaria evidente se houvesse demora quando os participantes fossem testados na língua em que não tinham sido treinados, e também se houvesse demora quando recebessem novos problemas em vez de ser retestados nos antigos. E, como era de esperar, a língua do teste não fez diferença quando os participantes tiveram de *estimar* as somas, mas fez quando tiveram de fazer a conta *exata*. Num interessante seguimento, Dehaene e Spelke fizeram imagens do cérebro de pessoas monolíngües executando as mesmas tarefas, e descobriram que áreas dedicadas à cognição espacial nos dois hemisférios do cérebro eram ativadas quando os participantes faziam a estimativa, mas áreas associadas à linguagem no hemisfério esquerdo eram ativadas quando eles faziam as contas exatas.

Isso é um exemplo de como o pensamento da pessoa depende de sua língua? Não chega a ser. Por um lado, as capacidades empregadas nos experimentos não têm nada a ver com as línguas inglesa e russa em si. Dependem de mnemônicas que exploram os recursos da linguagem (ou seja, trechos de discurso mentalmente murmurado), mas essas mnemônicas não são parte natural de nenhuma língua; tiveram de ser inventadas uma por uma na história da cultura e aprendidas na escola bem depois do domínio do vernáculo oral. Além disso, um sistema lingüístico funcional não é *necessário* para o raciocínio matemático. Num trabalho chamado “Agrammatic but numerate” [Agramático mas numérico], a neuropsicóloga Rosemary Varley e seus colegas testaram três homens com graves lesões nas áreas do hemisfério esquerdo do cérebro responsável pela linguagem.⁷⁶ Os homens não conseguiam falar nem entender frases, e tinham dificuldade até com palavras para números faladas e escritas. Apesar disso, praticamente não tinham dificuldade para somar, subtrair, multiplicar e dividir números de múltiplos dígitos, incluindo números negativos, frações e expressões com colchetes como $50 - [(4 + 7) \times 4]$ (que se parecem com estruturas sintáticas embutidas como *O homem de que a mulher gosta é careca*).

O uso de uma caixa de ressonância mental na aritmética e em outras formas de raciocínio consciente é, acredito, o principal motivo para as pessoas dizerem

que “pensam” em sua língua nativa. Mas esses ecos não são o principal fato do pensar; a maior parte do processamento de informação no cérebro é inconsciente. Ray Jackendoff observou que a porção consciente do pensamento parece ficar num nível hierárquico intermediário entre a sensação pura e o conhecimento abstrato.⁷⁷ Na visão, por exemplo, temos plena consciência das superfícies diante de nós e de suas cores e texturas, mas não das formas duvidosas e distorcidas projetadas em nossas retinas, ou das categorias abstratas às quais os objetos pertencem (“ferramenta”, “vegetal” e assim por diante). E na língua, observa ele, as pessoas têm mais consciência do nível fonológico da linguagem — as seqüências de sílabas que compõem palavras e expressões —, não dos chiados e zunidos crus da onda da fala, ou das estruturas sintáticas e conceituais abstratas que lhes dão significado.⁷⁸ O resultado é que os sons da língua são as manifestações de pensamento de presença mais pungente em nossa consciência, embora sejam a ponta do iceberg da computação mental.

A seguir vem mais uma versão interessante da hipótese whorfiana:

7. Toda língua obriga os falantes a prestar atenção em certos aspectos da palavra quando compõem ou interpretam frases. Em inglês, por exemplo, é preciso se preocupar com o tempo verbal — o tempo relativo do acontecimento do qual se fala e o momento em que se fala — sempre que se abre a boca para pronunciar uma frase. Outras línguas, como o turco, obrigam os falantes a indicar se eles testemunharam o fato em primeira mão ou ficaram sabendo dele por ouvir dizer. Outro exemplo: termos espaciais do inglês como *in* [em/dentro] e *on* [em/sobre] distinguem apoio de contenção (mais ou menos); os verbos espaciais do coreano ignoram essa distinção mas se preocupam se o encaixe entre conteúdo e recipiente é frouxo (como frutas numa tigela ou flores num vaso) ou justo (como uma peça de Lego encaixada em outra, uma fita cassete em seu estojo, ou um anel num dedo). Mais uma: verbos do inglês (como *float* [flutuar]) podem combinar o fato do movimento com uma forma de movimento, relegando a direção do movimento a uma expressão preposicionada, como em *The bottle floated into the cave* [A garrafa flutuou para dentro da caverna]. Os verbos do espanhol e do grego tendem a combinar o fato do movimento com a direção do movimento, relegando o modo do movimento para um pensamento posterior, como em *A garrafa entrou na caverna flutuando*.

Assim, uma maneira pela qual a língua *tem* de afetar o pensamento é que os falantes atentam para coisas diferentes quando selecionam palavras e as organizam numa frase — efeito denominado “pensar para falar”.⁷⁹ A questão é se um hábito de vida inteira de atentar a certas distinções e ignorar outras transcende para pensar para *pensar* — isto é, raciocinar sobre objetos e fatos para outros fins que não apenas descrevê-los. Será que os falantes do inglês, comparados a falantes de outras línguas, têm dificuldade para perceber a distinção entre fatos testemunhados e não-testemunhados, ou entre recipientes largos contra apertados, ou de movimento em uma direção? Fazer essa pergunta é responder a ela; é claro que dominamos essas distinções quando negociamos o mundo social e físico. Assim, embora “pensar para falar” seja provavelmente o tópico mais atuante nos estudos neowhorfianos, os pesquisadores se afastaram desses testes de Determinismo Lingüístico e miram em possibilidades bem mais fracas. Por exemplo, perguntam se os falantes do inglês, quando submetidos a testes obscuros como escolher uma anomalia numa série de ações, são menos propensos que os falantes de coreano a escolher a ação que difere quanto à justeza de um recipiente. Alguns experimentos encontram efeitos da língua sobre esses juízos; outros não.⁸⁰

Não deveria surpreender que os efeitos do pensar-para-falar no pensamento em si sejam no máximo pequenos. Conceitos como o modo como as coisas se encaixam e se se viu um acontecimento com seus próprios olhos ou se se ficou sabendo por terceiros são tão importantes na vida humana que é improvável que os acidentes históricos que moldaram determinada língua tenham pesado mais que os recursos culturais e cognitivos que usamos para rastrear esse tipo de coisa. E não é nem óbvio que uma vida inteira codificando uma distinção numa língua torne essa distinção mais disponível no raciocínio. É tão provável quanto que aconteça o contrário. Quando um processo mental se torna automático, ele se embute de modo profundo no sistema da língua na forma de reflexo cognitivo, e seu funcionamento interno deixa de ficar conscientemente disponível, assim como não temos acesso consciente ao movimento de dedos envolvido no ato de amarrar o sapato.

Alguns exemplos da vida real esclarecem por que o falar-para-pensar pode ter pouco efeito sobre o pensamento em si. Tome a semântica do tempo verbal. O tempo verbal é uma característica proeminente na gramática do inglês, e pelo raciocínio whorfiano a prática de vida inteira deveria tornar os falantes do inglês altamente sensíveis à ordem relativa sobre quando algo aconteceu e quando se

está falando. Investigadores e promotores, no entanto, sabem do contrário: a computação automática da ordem dos acontecimentos está encapsulada no sistema da língua, o que leva os suspeitos a se trair com suas próprias palavras. Em 1994, Susan Smith, que tinha afogado seus dois filhos e alegado que eles tinham sido seqüestrados, se auto-incriminou ao dizer a repórteres: “My children wanted me. They needed me. And now I can’t help them” [Meus filhos me queriam. Precisavam de mim. E agora não posso ajudá-los]. O uso por reflexo do pretérito denunciou o fato de que ela sabia que eles já estavam mortos.⁸¹ Essa mesma parte da gramática do inglês pode ter garantido a injeção letal a Scott Peterson: promotores apontaram a culpa, que fez com que ele se referisse à mulher e ao filho não-nascido no pretérito antes de os corpos deles serem encontrados.⁸² Assim, mesmo com um motivo forte — literalmente de vida ou morte — para pensar claramente sobre a ordem dos acontecimentos, o hábito do falante do inglês de computar o tempo verbal não ajudou em nada no raciocínio crucial sobre o que eles deviam e não deviam dizer.

Por fim chegamos às versões radicais da hipótese whorfiana — ao Determinismo Lingüístico genuíno:

8. As palavras e as estruturas gramaticais de uma língua têm um efeito profundo em como seus falantes raciocinam, mesmo quando eles não estão falando nem ouvindo.

9. O meio do pensamento consiste em palavras e frases reais, na língua que a pessoa fala. Assim, as pessoas não têm como conceber um conceito que não tenha nome em sua língua, e o sentido da causação é da língua para o pensamento: a infabilidade de um conceito na língua materna da pessoa cria um ponto cego permanente em sua capacidade de percebê-lo.

10. Se duas culturas falam línguas que diferem nos conceitos que são capazes de expressar, suas crenças são irreconciliáveis, e a comunicação entre elas é impossível.

Trata-se, é evidente, de afirmações espantosas, que teriam implicações de grande alcance se fossem verdadeiras. Assim, neste ponto, seus detectores de

palha devem estar em alerta máximo. Mas o Determinismo Lingüístico não está à procura de porta-vozes de verdade, Camas-Elásticas. O próprio Whorf é famoso por ter dito:

Dissecamos a natureza ao longo das linhas traçadas por nossas línguas nativas [...]. Retalhamos a natureza, organizamo-la em conceitos e atribuímos significados ao fazer isso, em grande parte porque somos signatários de um acordo [...] que vigora em toda a nossa comunidade lingüística e está codificado nos padrões de nossa língua. O acordo é, claro, um acordo implícito e não-declarado, *mas seus termos são absolutamente obrigatórios*.⁸³

Pronunciamentos semelhantes já foram feitos por muitos oráculos na filosofia e na crítica literária:

Temos de parar de pensar se nos recusamos a fazê-lo dentro da prisão da linguagem.
Friedrich Nietzsche

Os limites da minha língua são os limites de meu mundo.
Ludwig Wittgenstein

O homem age como se fosse o cunhador e dono da linguagem, quando na verdade a linguagem permanece a dona do homem.
Martin Heidegger

O homem não existe antes da língua, nem como espécie nem como indivíduo.
Roland Barthes⁸⁴

Esse sentimento não está confinado às ciências humanas. Depois de a revista *Science* ter publicado uma reportagem sobre como o inglês se transformou na língua franca da ciência, ela publicou uma carta dizendo:

A língua muitas vezes leva ao pensamento. O que vamos perder quando todos os cientistas escreverem e pensarem numa língua que arremata a descrição de fatos e teorias numa única ordem Sujeito-Verbo-Objeto (svo)? Acho que não se deve subestimar o potencial de uma língua svo universal na ciência, que exclua as outras, distor-

cer gravemente o modo de os cientistas observarem o mundo, o tempo, o espaço e a causalidade, talvez bloqueando inconscientemente áreas de investigação de um modo que nem o paradigma kuhniano mais disseminado faz.⁸⁵

E essa nau capitânia da ciência norte-americana publicou recentemente um estudo sobre as habilidades numéricas de uma tribo da América do Sul, e seu autor, o psicolingüista Peter Gordon, escreveu:

É possível que haja certos conceitos que não conseguimos captar devido à língua que falamos? Em debate aqui está a versão mais contundente da hipótese de Benjamin Lee Whorf de que a língua é capaz de determinar a natureza e o conteúdo do pensamento. [...] Este estudo representa uma rara e talvez singular defesa para o determinismo lingüístico radical.

A maioria dos outros neowhorfianos são mais do tipo Cama-de-Penas. Seus títulos e resumos são garotas-propaganda do Determinismo Lingüístico, como “a língua afeta o modo como se pensa”, “a língua pode reestruturar a cognição” e (em academês) “a língua é pensada como potencialmente catalítica e transformadora da cognição”.⁸⁷ Mas essas garotas-propaganda não fazem distinção entre o jeito banal de a língua afetar o pensamento (que é o que os experimentos mostram) e os jeitos mais sexy (as versões do Determinismo Lingüístico que as pessoas consideram intrigantes).

Uma demonstração genuína do Determinismo Lingüístico teria de mostrar três coisas. A primeira seria que os falantes de uma língua acham impossível, ou pelo menos extremamente difícil, pensar de um modo específico que fosse natural aos falantes de uma outra língua (em vez de simplesmente estarem menos *habituados* a pensar daquela forma). Outra teria de ser que a diferença no pensamento envolve o raciocínio genuíno, fazendo com que os falantes sejam incapazes de resolver um problema ou atolem num paradoxo, em vez de meramente enviesar suas impressões subjetivas em juízos abstratos. E, o mais importante, a diferença no pensamento precisaria ser *causada* pela linguagem, em vez de se originar em outros motivos ou simplesmente se refletir na língua, e em vez de tanto o padrão da língua quanto do pensamento serem um efeito da cultura ou do ambiente ao seu redor.

Gostaria de concluir o capítulo examinando três alegações dramáticas e recentes do Determinismo Lingüístico. Elas mostram como tipos diversificados

de evidências podem ser empregados no velho problema da linguagem e do pensamento, e são um pretexto para lançarmos luz sobre três categorias fundamentais do pensamento — objetos, número e espaço tridimensional —, cada uma implicada num estudo recente sobre língua e pensamento.

Num engenhoso estudo sobre a vida mental de bebês, as psicólogas Fei Xu e Susan Carey mostraram que crianças de até dez meses de idade não classificam objetos em categorias com base em seu formato quando tentam rastreá-los. Para um bebê, ao que parece, um objeto é um objeto e ponto.⁸⁸ Xu e Carey criaram uma apresentação em que um pato surgia no canto direito de uma cortina e depois voltava para trás dela. Em seguida outro brinquedo, como um caminhão, surgia no canto esquerdo e voltava para trás. A representação foi repetida várias vezes até que os bebês perderam o interesse, e então a cortina caiu, revelando os brinquedos. Em uma versão do experimento, a cortina caída revelava um caminhão próximo a um pato, exatamente como era de esperar. Mas, em outra versão, um pouquinho de mágica teatral deixou apenas o caminhão (ou apenas o pato). Isso seria fisicamente impossível, mas as crianças de dez meses não se surpreenderam, e olharam para o caminhão ou para o pato exatamente pelo mesmo tempo que teriam olhado se tivessem antes visto só aquele brinquedo. No que dizia respeito aos bebês, a mesma entidade devia estar aparecendo dos dois lados da cortina, e o fato de ela às vezes ter aparência de caminhão ou de pato não os incomodava. Quando o experimento foi feito com bebês de doze meses, porém, os resultados foram diferentes. Quando a cortina caiu e revelou um único brinquedo, os bebês mais velhos ficaram olhando intrigados, como eu ou você ficaríamos, com nosso conhecimento de que caminhão é uma coisa e pato é outra.

O que aconteceu naqueles dois meses? Xu e Carey observaram que doze meses é a idade em que a maioria dos bebês começa a responder a palavras. Talvez, sugeriram elas, o aprendizado das palavras *fizesse* os bebês mais velhos distinguir um brinquedo do outro, percebendo quantos brinquedos havia. Xu e Carey defenderam essa versão do Determinismo Lingüístico mostrando que, durante os meses de transição, os bebês que eram capazes de entender algumas palavras tendiam a ser os bebês surpreendidos quando a cortina derrubada magicamente revelava um único brinquedo, enquanto os bebês sem palavras tendiam a estar entre os que não ficavam surpresos. Elas também mostraram que uma narração

nomeando os objetos (“Olha, um caminhão! Olha, um pato!”) ajudou crianças de nove meses a notar que os brinquedos eram diferentes.

Mas, ao que parece, uma teoria whorfiana convincente sobre como aprendemos a distinguir tipos de objetos é pouco provável. Pessoas surdas que crescem sem contato com uma língua falada ou de sinais certamente não agem como se não conseguissem distinguir bicicletas, bananas e latas de cerveja quando observam as coisas que as cercam.⁸⁹ E todos nós somos capazes de distinguir vários trecos, coisas e cumé-que-chamas dentro de nossos armários e gavetas cujos nomes jamais aprendemos. Assim, um outro jeito de interpretar os experimentos com os bebês é inverter a seta causal. Os bebês aprendem as palavras para as coisas quando têm idade suficiente para distinguir as coisas em sua mente. De fato, é difícil imaginar como os bebês *poderiam* aprender o nome de uma coisa se não pudessem pensar naquela categoria de coisa como algo diferente das outras categorias de coisas.

Nos últimos anos, uma das fontes mais poderosas de evidências sobre língua e pensamento vem sendo o novo campo da cognição animal, que está explodindo.⁹⁰ O golpe de misericórdia na idéia de que a língua é necessária para categorizar objetos veio de uma série de experimentos dos psicólogos Laurie Santos, Marc Hauser e colaboradores, realizada numa colônia de macacos resos em Cayo Santiago, uma linda ilha próxima de Porto Rico, que pulula de macacos.⁹¹ Um experimentador chamava a atenção de um dos macacos e administrava uma versão do experimento pato—caminhão, mas com objetos que captassem a atenção de um macaco típico, como uma cenoura e uma abóbora. Os macacos ficaram surpresos quando, depois que a cenoura e a abóbora se revezaram aparecendo de trás da cortina, só uma ou outra estava lá quando a cortina foi retirada — exatamente como as crianças de doze meses, e eu e você, ficaríamos surpresos. Mas os macacos, é claro, não sabem uma palavra de inglês. Outros estudos mostram que filhotes de macaco (de quatro meses) agem como bebês humanos, e não se surpreendem com a mágica, o que sugere que o cérebro do macaco precisa se desenvolver até certo ponto de maturidade para poder individualizar os objetos por categoria. Deve ser essa conquista que permite aos bebês aprender as palavras, não o contrário.

A alegação mais descarada do Determinismo Lingüístico nos últimos anos é o estudo de Peter Gordon sobre a noção de números num povo amazônico.⁹² Como já lemos, Gordon defendeu a “versão mais forte” da hipótese whorfiana, e foi assim que o estudo foi descrito pela imprensa em 2004. A tribo pirahã, do Bra-

sil, como muitos outros povos caçadores e coletores, conta apenas com três palavras para números, que significam “um”, “dois” e “muitos”. Mesmo essas são usadas de forma imprecisa, mais ou menos como a expressão em inglês *a couple*, que tecnicamente se refere a dois, mas que é muitas vezes usada para outros números pequenos. O físico George Gamow abriu seu delicioso livro de 1947 *Um, dois, três... infinito* com uma piada sobre dois aristocratas húngaros que fizeram uma competição para ver quem conseguia dizer o número mais alto. O primeiro se concentrou por alguns minutos e então disse: “Três”. O segundo ponderou o desafio por quinze minutos e então disse: “Você ganhou”. Como observa Gamow, a história é provavelmente só um jeito de falar mal dos aristocratas, mas a conversa bem podia ter acontecido entre muitos povos pré-históricos. Eles seriam superados por uma criança norte-americana em idade pré-escolar, num testemunho da magnífica realização que é o sistema numérico ocidental, ao qual a maioria de nós nem dá muito valor.

Antigamente, eu ficava estupefato com a prevalência de sistemas de contagem “um, dois, muitos” entre povos iletrados, até que perguntei ao antropólogo Napoleon Chagnon (que tinha estudado outra tribo amazônica, os ianomâmis) como eles surgem. Ele disse que em seu dia-a-dia os ianomâmis não precisam de números exatos porque seguem os objetos como indivíduos, um por um. Um caçador, por exemplo, reconhece cada uma de suas flechas e, portanto, sabe se uma está faltando sem ter de contá-las. É o mesmo costume mental que faria a maioria de nós ter de parar para pensar se alguém nos perguntasse quantos primos de primeiro grau temos, ou quantos eletrodomésticos temos na cozinha, ou quantos orifícios temos na cabeça.

Lembre-se de que, além da capacidade universal humana de representar conjuntos de indivíduos, as pessoas conseguem acompanhar números exatos pequenos (até três ou quatro), e também conseguem estimar quantidades bem maiores, embora apenas de forma aproximada (esse era o sistema numérico por analogia documentado por Dehaene e Spelke em seu estudo com bilíngües e imagens do cérebro). Esses dois componentes da noção de número estão presentes em bebês e em macacos, e evidentemente em todas as sociedades humanas.⁹³ Sistemas mais sofisticados capazes de contabilizar números exatos maiores aparecem mais tarde, tanto na história quanto no desenvolvimento infantil. Eles tendem a ser inventados quando uma sociedade desenvolve a agricultura, gera grandes quantidades de objetos indistinguíveis e precisa rastrear suas magnitudes exatas, em especial quando eles são negociados ou taxados.

Gordon mostrou que os pirahãs são absolutamente ineptos para contar números exatos entre três e nove. Não conseguem olhar para um punhado de castanhas numa mesa e alinhar o mesmo número de pilhas abaixo delas, ou traçar uma linha em um pedaço de papel para cada pilha que vêem, ou observar um punhado de castanhas serem colocadas numa lata e conjecturar, quando elas são retiradas uma por uma, que a lata está vazia. As respostas dos pirahãs não eram aleatórias: quanto mais itens viam, mais itens indicavam, na média. Mas as respostas eram altamente inexatas, e elas pioravam conforme os números cresciam. (Tudo isso são marcas registradas do sistema de estimação por analogia — o que reforça a idéia de que *esse* componente da noção de número existe independentemente de palavras para números.) Gordon concluiu que a ausência de pensamentos sobre números precisos entre os pirahãs é causada pela ausência de palavras precisas para números — uma “rara e talvez singular defesa do determinismo lingüístico radical”.

Mas, nas palavras do cientista da cognição Daniel Casasanto, trata-se de um caso de “crying Whorf”:^{*} depende de um salto questionável de correlação para causalção.⁹⁴ Não pode ser coincidência que a língua pirahã só por acaso não tenha palavras para números grandes (diferentemente da língua inglesa), e que os falantes do pirahã só por acaso cacem e façam coleta em vilarejos remotos da Idade da Pedra (diferentemente dos falantes do inglês). Uma interpretação mais plausível é que o estilo de vida, a história e a cultura de um povo caçador-coletor sem desenvolvimento tecnológico sejam a causa de ele não ter nem palavras para números nem raciocínio numérico. (De fato, Daniel Everett, o lingüista que estudou o pirahã por 23 anos, rejeitou a conclusão de Gordon e atribuiu a limitação no raciocínio numérico a padrões gerais da cultura deles.)⁹⁵ A razão para a interpretação não-whorfiana ser plausível é que não vemos sociedades urbanizadas modernas privadas de um sistema elaborado de palavras para números, assim como não vemos sociedades de caçadores e coletores que o possuam. É verdade que as pessoas dificilmente teriam evoluído para uma civilização urbana sem palavras para números e conceitos numéricos, portanto não é de esperar que uma sociedade moderna seja privada de palavras para números e mesmo assim seja moderna. Mas é exatamente essa a questão — quando a necessidade aparece, tanto as palavras para números quanto o raciocínio numérico logo são desenvolvidos a partir dos recursos cognitivos preexistentes.

* Trocadilho com “cry wolf”, da fábula de Esopo sobre o pastor e o lobo. (N. T.)

Não é que seja *impossível* determinado tipo de linguagem se dissociar de determinado tipo de sociedade, circunstância que faria com que a hipótese whorfiana fosse por princípio impossível de pôr à prova. As línguas evoluem e divergem sob vários aspectos por causa da dinâmica interna de pronúncia e gramática e dos caprichos da história. Por essas razões, sociedades semelhantes podem ter tipos diferentes de idioma, como o húngaro e o tcheco ou o hebraico e o inglês. Para que o Determinismo Lingüístico seja verdadeiro, essas diferenças tipológicas, sozinhas — e não nenhuma diferença correlacionada no tipo de sociedade —, teriam de canalizar os pensamentos das respectivas sociedades e falantes para direções diferentes. No exemplo que temos à mão, teria de haver povos impedidos de desenvolver o conjunto de práticas culturais que inclui contar *por causa* do acidente histórico de que sua língua por acaso não possuía palavras para números, enquanto povos semelhantes, que tiveram a sorte de falar uma língua com palavras para números, decolaram para a sofisticação matemática. No mundo real, a história mostra que, quando as sociedades ficam mais organizadas e complexas, seja por si sós ou sob a pressão de vizinhos, rapidamente desenvolvem ou tomam emprestado um sistema de contagem, independentemente de seu tipo de língua.⁹⁶

Poderia existir um grupo controle para os pirahãs — um povo cuja cultura fosse semelhante à deles mas cuja língua diferisse em termos de universo de palavras para números? Um povo assim permitiria um verdadeiro teste do Determinismo Lingüístico, sem confusão com a cultura. O incrível é que, não apenas o grupo controle existe, como foi descrito num outro trabalho na mesmíssima edição da *Science*.⁹⁷ Os mundurucus *também* são um povo caçador-coletor da Amazônia brasileira, mas sua língua tem palavras para numerais até cinco. Dehaene, junto com o lingüista Pierre Pica e seus colaboradores, mostrou que os mundurucus, assim como os pirahãs, usam palavras para números (tirando “um” e “dois”) por aproximação: as palavras para três, quatro e cinco não eram usadas invariavelmente quando essas quantidades tinham de ser descritas. E, assim como com os pirahãs, a capacidade dos mundurucus de visualizar o resultado de uma subtração (por exemplo quando eles viam uma animação por computador de cinco pontos entrando numa lata e quatro saindo, e tinham de adivinhar quantos tinham sobrado) era imperfeita para números maiores que três, e ia piorando para números maiores. Assim, a presença de mais palavras para números em sua língua pouco fazia — ou nada fazia — pela sua noção de número exato.

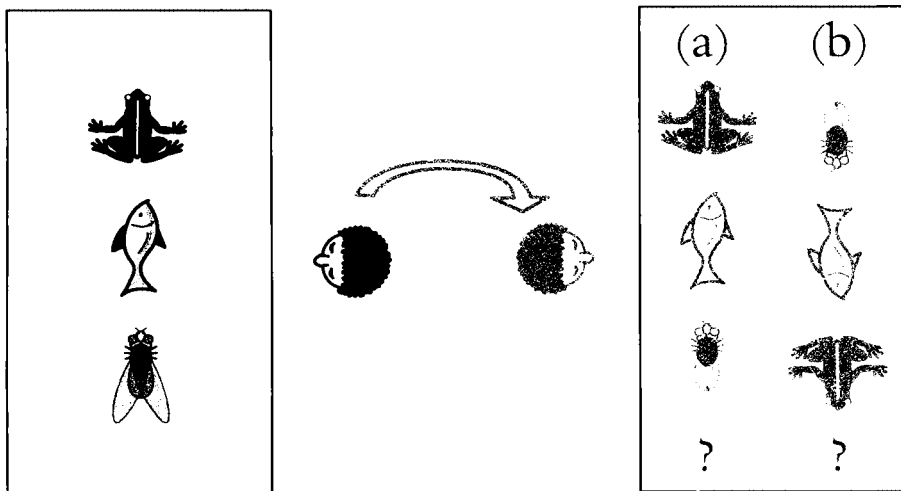
Se os mundurucus tinham números para três, quatro e cinco, por que não os usavam com exatidão? Os investigadores apontaram o problema: os mundurucus não têm uma rotina de contagem. É tentador equiparar o uso do número *cinco* à capacidade de contar cinco coisas, mas são realizações bem diferentes. Contar é um algoritmo, como a divisão por dois algarismos ou o uso de tabelas de logaritmos — nesse caso, um algoritmo para avaliar a quantidade exata de um conjunto de objetos. Consiste em recitar um trecho decorado de um verso branco (“um, dois, três, quatro, cinco...”), enquanto se associa cada pé do poema a um objeto no foco da atenção, sem pular nem repetir nenhum objeto. Então, quando não sobra mais nenhum objeto, se anuncia o último pé do poema como a numerosidade do conjunto.⁹⁸ Este é apenas um dos muitos algoritmos possíveis para atestar o número. Em algumas sociedades, as pessoas associam os objetos com partes do corpo, e conheço vários programadores de computador que contam assim: “Zero, um, dois, três, quatro. São cinco”. O algoritmo de contagem que ensinamos às crianças na escola, porém, elege palavras da língua. Mas não faz parte da língua, como a concordância sujeito-verbo, nem vem de graça com o idioma. Assim, no caso da noção de número, a comparação adequada — culturas semelhantes, línguas diferentes — *refuta* o Determinismo Lingüístico, em vez de sustentá-lo. O pré-requisito para conceitos de números exatos para mais que “dois” é um algoritmo de contagem, não uma língua com palavras para números.

Passando de objetos e números para o espaço, encontramos a peça central do movimento neowhorfiano, uma série de estudos do antropólogo Stephen Levinson e seus colegas com o objetivo de mostrar que os termos espaciais de uma língua determinam como seus falantes usam as três dimensões do espaço para se lembrar da localização de objetos.⁹⁹ O grupo de Levinson examinou o tzeltal, uma língua falada na região de Chiapas, no México, por um povo nativo, descendente dos maias, cuja civilização floresceu entre os anos 250 e 900 d.C. O tzeltal não possui palavras genéricas para “direita” ou “esquerda”. O mais próximo que possui são termos para o braço ou a perna diretos ou esquerdos, mas os termos raramente são usados para se referir ao lado esquerdo de um objeto, de uma mesa ou de uma sala.¹⁰⁰ Em vez disso, os falantes do tzeltal descrevem organizações no espaço em relação à encosta de montanha que domina seus povoados. O vocabulário espacial do tzeltal inclui palavras que significam “encosta-acima” (que é mais ou menos para o sul), “encosta-abaixo” (mais ou menos para o norte) e “através-

da-encosta”. Essas coordenadas são usadas não só quando eles vagam montanha abaixo ou montanha acima, mas também em terrenos planos ou em ambientes fechados, e até na descrição da disposição de pequenos objetos. De acordo com Levinson, os falantes do tzeltal dizem “A colher está encosta abaixo da xícara”, não “A colher está à direita da xícara”.¹⁰¹

Levinson e seus colegas escreveram que “um falante de uma língua assim não tem como se lembrar de organizações de objetos do mesmo modo que você e eu”.¹⁰² Eles observam que os falantes do tzeltal confundem imagens refletidas, mas são excepcionalmente bons em saber onde fica o norte e o sul — mesmo em ambiente fechado, e mesmo quando vendados e depois de girados até ficar tontos, como se tivessem uma bússola dentro da cabeça (como algumas espécies de aves migratórias). Diz a história, por exemplo, que um falante do tzeltal chega uma noite a um hotel numa cidade desconhecida, longe de casa, e pergunta ao marido se a água quente sai da torneira “encosta acima” ou “encosta abaixo”.

Em vários experimentos, o grupo de Levinson colocou pessoas sentadas diante de uma mesa observando três brinquedos — uma mosca, um peixe e um sapo, digamos — organizados numa fileira da esquerda para a direita. Em seguida virou os participantes 180 graus, colocando-os diante de uma mesa que estava atrás deles, entregou-lhes um conjunto dos brinquedos e pediu que eles os organizassem de modo a ficar “do mesmo jeito” que estavam na primeira mesa.



A tarefa é ambígua. “Do mesmo jeito” pode significar “a mesma disposição em relação ao ambiente”, caso em que a mosca estaria agora à direita da pessoa, mas, vista do alto, no mesmo extremo da mesa, o que é mostrado como (a) no diagrama. Ou poderia significar “a mesma disposição em relação à pessoa”, caso em que a mosca continuaria do lado esquerdo da pessoa, embora vista do alto estivesse do lado *oposto* da mesa, como em (b). Os falantes do tzeltal foram mais propensos a organizar a fileira de brinquedos na segunda mesa do mesmo jeito em relação ao ambiente, como em (a). Mas os falantes do holandês (que, como o inglês, possui termos genéricos para “direita” e “esquerda”) preservaram a disposição esquerda-para-a-direita de seu ponto de vista, invertendo-a em relação ao mundo, como em (b). Portanto, concluiu Levinson, “o uso do sistema lingüístico [...] realmente força o falante a fazer cálculos que se não fosse isso ele não faria”.¹⁰³

Como vimos, uma demonstração verdadeira do Determinismo Lingüístico teria de apontar três coisas: que os falantes de uma língua consideram impossível, ou pelo menos extremamente difícil, pensar do modo como pensam os falantes de uma outra língua; que a diferença afeta o raciocínio real para chegar a uma conclusão, não uma inclinação subjetiva em circunstâncias nebulosas; e que a diferença no pensamento é causada pela diferença na língua, em vez de ser meramente correlativa a ela por algum outro motivo, como o meio físico ou cultural. Apesar de seu status de símbolo do neowhorfianismo na psicolingüística, a demonstração não passa em nenhuma das três provas.

Para entender o que está acontecendo aqui, precisamos primeiro dar uma olhada em como se *pode* falar ou pensar sobre o espaço.¹⁰⁴ As pessoas não têm aparelhos de GPS na cabeça para receber sinais de satélites em órbita geossíncrona. Elas têm que eleger uma referência que possa ser identificada com segurança por pessoas diferentes (ou pela mesma pessoa em momentos diferentes) e então especificar a direção e a distância de um objeto em relação a ela. Para a dimensão para cima/para baixo, a gravidade é um referencial onipresente e constante. Mas as outras duas direções são problemáticas, porque não há bússolas ou quadros de “você está aqui” espalhados pelo mundo para nos orientar nas direções norte/sul e leste/oeste.

Uma opção é procurar um referencial geocêntrico: um eixo norte-sul ou leste-oeste alinhado a marcos territoriais, a uma cadeia de montanhas ou alguma outra característica do terreno que esteja ancorada ao planeta. O referencial geocêntrico tem a vantagem de ser fixo, de forma que algo que “aponta para o leste”

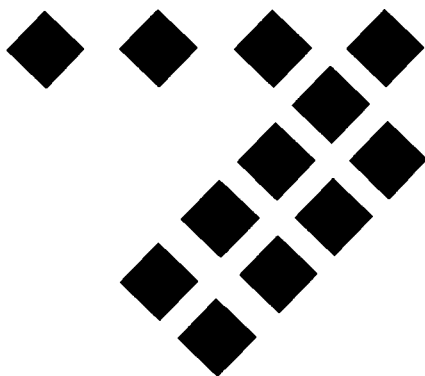
vai sempre apontar para o leste, independentemente de onde se esteja. Mas tem a desvantagem de ficar indisponível quando se está em ambiente fechado ou longe de casa, e muitas vezes de ser estável do jeito errado. Qualquer objeto ou parte que possa se mover manterá uma localização constante em relação a algum *outro objeto* a que esteja ligado, não em relação ao mundo. O guidão está sempre na frente *da bicicleta* (não a norte, sul, leste ou oeste), e a torneira de água fria está sempre do lado direito *da pia*, independentemente da direção da bicicleta ou da pia.

A descrição do formato ou de partes de um objeto móvel requer um referencial centrado no objeto: um sistema de coordenadas que atravesse um objeto saliente, permitindo que suas partes ou que outros objetos sejam localizados em relação a em cima ou embaixo dele, à sua frente e a seus lados. Isso também tem vantagens e desvantagens. Embora seja útil para reconhecer formas e para perceber organizações de objetos, um referencial centrado no objeto tem dificuldade para distinguir as duas dimensões horizontais de forma coerente. Alguns objetos possuem frente e trás naturalmente (uma bicicleta, um aparelho de TV, uma geladeira), mas outros não, como uma árvore ou um lustre. E, pior ainda, tirando algumas formas criadas pelo homem, como carros e letras, quase nada no mundo tem lado direito e esquerdo facilmente distinguíveis. Fotografias são publicadas invertidas com frequência, sem que ninguém perceba, e em 2000 o Serviço Postal dos Estados Unidos imprimiu sem querer um selo mostrando o Grand Canyon como se estivesse refletido num espelho. Ao contrário de uma confusão anterior envolvendo o mesmo selo (cuja legenda localizava a maravilha natural no Colorado em vez de no Arizona, um erro geocêntrico que provocou o recolhimento de 100 milhões de selos), esse novo erro, concluíram eles, não faria diferença na impressão que o selo causaria nas pessoas, portanto não foi corrigido.¹⁰⁵

Monta-se assim o cenário para um terceiro tipo de sistema de coordenadas, o referencial egocêntrico, no qual as pessoas se crucificam mentalmente em eixos que definem em cima e embaixo, frente e trás e esquerda e direita em relação a seu próprio corpo — que, bastante conveniente, sempre carregam consigo. Um problema do referencial egocêntrico é que as pessoas saem do lugar, portanto o referencial é inútil para localizar coisas que não estejam ligadas a nós, a menos que concordemos em ficar em determinado local de frente para determinada direção. Outro é que nosso corpo e mente são em grande parte simétricos, e o resultado é que é um inferno para nós distinguir direita de esquerda. As crianças muitas vezes escrevem letras ao contrário, e têm dificuldade para lembrar que sapato vai em

que pé. Os adultos são culpados de não lembrar para que lado Lincoln está olhando na moeda de um centavo de dólar e se a mãe de Whistler está olhando para a esquerda ou para a direita.¹⁰⁶

Pesquisadores da cognição espacial acreditam que as pessoas (e muitos outros animais) nascem dotados da capacidade de usar os três referenciais, dependendo da tarefa e das circunstâncias. Um caso simples em que podemos nos perceber alternando entre o referencial egocêntrico e o centrado no objeto é quando enxergamos uma forma específica como um diamante em pé e depois como um quadrado inclinado.¹⁰⁷ Uma ilustração dramática é a figura do psicólogo Fred Attneave, em que a forma pode ser percebida ou como um diamante ou como um quadrado, dependendo de como ela é mentalmente agrupada com a linha horizontal ou diagonal de formas e, portanto, perfurada pelo eixo horizontal ou diagonal.¹⁰⁸



Nossa espetação para interpretar o mundo visual tem um equivalente nos múltiplos referenciais disponibilizados por nossa língua. Muitos termos espaciais do inglês, como *front* [frente] e *right* [direita], podem ser usados tanto de forma egocêntrica (*to the right of the bicycle* [à direita da bicicleta]) como de forma centrada no objeto (*the bicycle's right pedal* [o pedal direito da bicicleta]). A língua também possui um léxico de termos geocêntricos. Existem não apenas palavras para os pontos cardeais, mas também temos palavras como *uphill* [ladeira acima], *downhill* [ladeira abaixo], *seaward* [para o mar] e *shoreward* [para a costa], e expressões como *toward the lake* [na direção do lago] e *away from the hills* [para longe dos morros]. A psicolingüista Lila Gleitman conta a suas platéias sobre uma ilha cujos habitantes, assim como os maias, localizam muitos lugares e direções com a ajuda de

termos geocêntricos. A ilha é Manhattan, e os termos são *uptown* [porção norte de Manhattan], *downtown* [porção sul de Manhattan] e *crosstown* [cruzando Manhattan]. Em Boston, o sistema do metrô identifica direções com os termos *inbound* [para dentro] e *outbound* [para fora].

Dada a utilidade dos três tipos de referencial, cada um compensando as deficiências do outro, seria surpreendente se um povo em particular fosse desprovido da capacidade de usar um deles só por causa dos acidentes na história de sua língua. E, realmente, o próprio fato de que o inglês, como o tzeltal, possua termos geocêntricos, que seus falantes entendem perfeitamente, já puxa o tapete debaixo de uma interpretação whorfiana radical das diferenças entre os maias e os norte-americanos quando eles dispõem brinquedos numa mesa. Os falantes do inglês são certamente capazes de usar coordenadas geocêntricas, e muitos o fazem sem grande esforço. Conheço várias pessoas que são capazes de apontar para o norte dentro de uma sala sem janelas por pura dedução, e uma vez minha casa foi reformada por um empreiteiro que falava de cada instalação, até das menores, em termos de norte, sul, leste e oeste (que eram proeminentes por causa de uma faixa litorânea norte—sul visível pelas janelas). E também, quando visitei a Universidade de Southern Utah, localizada entre cadeias montanhosas paralelas na topografia bacia-cadeia do Oeste americano, vi que os professores e alunos veteranos se referiam aos locais dentro dos prédios por sua posição cardinal (*o salão nordeste, a sala de conferências sul*), deixando os novatos bem confusos. Mesmo entre os falantes do inglês, portanto, termos geocêntricos podem ser usados quando o terreno oferece um referencial visual muito evidente. Assim, a disponibilidade de *left* e *right* em inglês e a ausência de termos como “encosta acima” e “atravessando a encosta” não parecem “reestruturar” a cognição dos falantes do inglês; eles ainda têm a capacidade de localizar as coisas de forma geocêntrica quando as circunstâncias tornam isso útil.

E quanto aos falantes do tzeltal? As psicólogas Peggy Li, Linda Abarbanell e Anna Papafragou conduziram diversos experimentos em Chiapas para ver se a ausência de “esquerda” e “direita” e a presença do “encosta-acima” e de termos semelhantes realmente reestruturava a cognição *deles*, tornando-os incapazes de localizar objetos de modo geocêntrico.¹⁰⁹ Elas vendaram os maias, giraram eles numa cadeira e pediram-lhes para pegar uma moeda que tinha sido escondida em uma entre duas caixas. Em uma condição experimental, as caixas foram colocadas no chão, portanto sua localização era constante no referencial geocên-

trico. Em outra condição, cada caixa estava na extremidade de uma barra que se ligava à lateral da cadeira, e girava junto com ela, portanto a localização das caixas ficava constante no referencial egocêntrico. Os maias foram capazes de realizar as duas tarefas — na verdade, foram um pouco melhor na missão de achar a moeda que os seguia egocentricamente, apesar de seu idioma. Dessa maneira, os falantes do tzeltal *são capazes* de usar um referencial egocêntrico quando a situação requer, assim como os falantes do inglês são capazes de usar o referencial geocêntrico.

É claro que, nos experimentos originais de Levinson, os falantes do inglês e do tzeltal realmente agiram de modo diferente quando viraram de costas e dispuseram os brinquedos na segunda mesa. Mas, como já vimos, trata-se de um teste abstrato sem resposta correta: “deixar do mesmo jeito” pode significar o mesmo jeito em relação ao corpo da pessoa *ou* o mesmo jeito em relação ao mundo, e os pesquisadores recusaram-se a dizer aos participantes qual dos dois queriam dizer (já que obviamente não queriam dizer nenhum dos dois). Se o efeito whorfiano for só uma questão de levar as pessoas para um ou outro lado num cara-ou-coroa, deve ser fácil eliminar a diferença, ou pelo menos reduzi-la consideravelmente, fornecendo pistas sobre qual opção faz mais sentido nas circunstâncias. Li, Abarbanell e Papafragou mostraram que, quando a tarefa requeria, os falantes do tzeltal eram realmente capazes de ir para um lado ou para o outro. Podiam ser treinados para olhar para os objetos em uma mesa e reproduzir sua disposição numa segunda mesa preservando a orientação norte-sul *ou* preservando a orientação esquerda-direita. E, em colaboração com os psicólogos Lila Gleitman e Randy Gallistel, o trio transformou americanos em maias com expedientes simples como testá-los em ambiente aberto (tornando o terreno mais evidente), colando um marco territorial como um lago num extremo da mesa ou levando os participantes para o outro lado da mesma mesa, em vez de virá-los de costa para uma outra mesa.¹¹⁰

A terceira e última tentativa do Determinismo Lingüístico vem, como no caso da neve dos esquimós e do número dos pirahãs, de um teste capaz de distinguir causação de correlação. Mesmo quando reconhecemos uma diferença entre os falantes do tzeltal e do inglês — isto é, que os falantes do tzeltal são mais propensos a estender a referência geocêntrica à escala de coisas que cabem em cima de uma mesa —, podemos definir essa diferença de duas maneiras:

1. Os falantes do tzeltal costumam calcular direções em relação ao terreno, e isso se reflete em sua língua (interpretação não-whorfiana).
2. O tzeltal possui termos para direções relativos ao terreno, e isso faz com que os falantes do tzeltal calculem as direções dessa forma (interpretação whorfiana).

Como decidir qual é a correta? Podemos ver se existe alguma característica do habitat ou do estilo de vida dos tzeltal que os tenha levado a prestar mais atenção a norte e sul que a esquerda e direita, independentemente de sua língua. De fato, não existe apenas uma dessas características, mas muitas. Diferentemente dos universitários dos Estados Unidos e da Holanda, os falantes do tzeltal passam a vida à sombra de uma grande encosta de montanha. São agricultores, e passam a maior parte do tempo ao ar livre, muitos deles circulando pela encosta metade do ano, entre suas plantações nas regiões mais altas e mais baixas.¹¹¹ E é raro saírem de seu território. Todas essas opções de vida tornam o terreno local muito mais presente na consciência deles que para os peripatéticos norte-americanos e holandeses, que vivem em ambientes fechados. Por outro lado, os ocidentais passam uma porção muito maior da vida lendo, o que faz com que mergulhem numa terra de textos em que o sentido esquerda-para-a-direita é inescapável. (O Serviço Postal dos Estados Unidos jamais teria tolerado uma foto invertida de uma amostra de texto — a placa de HOLLYWOOD, por exemplo.) Assim, temos motivos de sobra para esperar que os maias apóiem-se mais no terreno e os americanos e holandeses apóiem-se mais na noção de direita e esquerda relativa ao seu corpo, sem dar nem uma olhadela em seus idiomas.¹¹²

O nó foi desatado por Li, Abarbanell, Gleitman e seus colaboradores, que observaram que outro povo de Chiapas fala uma outra língua, o tzotzil, que possui termos para esquerda e direita e que faz referência a direções relativas. Sob outros aspectos, no entanto, a cultura deles é semelhante à dos falantes do tzeltal.¹¹³ E, realmente, os falantes do tzotzil dispõem os brinquedos exatamente como os do tzeltal. Mais uma vez descobrimos que são a cultura e o ambiente, não a língua, que levam a diferenças sobre quão prontamente uma ou outra capacidade mental é posta em uso.

Dessa forma, os novos estudos recrutados para sustentar o Determinismo Lingüístico são coerentes apenas com uma versão banal da hipótese whorfiana, em que falantes de línguas diferentes tendem a direções diferentes numa tarefa incerta, em vez de possuir estruturas mentais diferentes. E mesmo essas diferen-

ças podem ser causadas não por sua língua, mas por características de sua cultura e seu ambiente que se refletem na língua.

Não explorei as principais alegações neowhorfianas para fazer um exercício de desmascaramento. Fiz isso em parte para mostrar como a perene curiosidade das pessoas sobre língua e pensamento pode ser respondida cientificamente, e em parte pela oportunidade que elas oferecem para dar uma olhada na capacidade da mente de raciocinar sobre objetos, números e as três dimensões do espaço. Mas também queria reforçar um importante tema deste livro: que a língua é uma janela da natureza humana, que revela características profundas e universais de nossos pensamentos e sentimentos; que pensamentos e sentimentos não podem ser equiparados às próprias palavras. Deixem-me concluir, então, com alguns argumentos positivos para um mentalês que faça parte do panorama mais completo sobre como a mente funciona, e uma visão de qual é nossa posição em relação às três teorias radicais.

Um dos motivos para que a língua que falamos não possa ser essencial *demais* para nossa função mental é que tivemos de aprendê-la. Não é difícil imaginar como a aquisição da língua funcionaria se as crianças conseguissem divisar alguns dos acontecimentos e intenções que as cercam e tentassem mapeá-los em cima dos sons que saem da boca dos pais.¹¹⁴ Mas o modo como um fluxo bruto de barulho pode criar conceitos na cabeça da criança, do nada, é um mistério. Não é de surpreender que estudos sobre a mente de bebês pré-lingüísticos tenham mostrado que eles são sensíveis à relação causa e efeito, à ação humana, a relações espaciais e outros tipos de idéias que compõem o cerne da estrutura conceitual.¹¹⁵

Também sabemos que os pensamentos humanos são armazenados na memória num formato que é bem mais abstrato que o de frases. Uma das grandes descobertas das pesquisas sobre a memória é que as pessoas têm memória ruim para as próprias frases responsáveis por seu conhecimento. Essa amnésia de *forma*, porém, não impede que elas retenham a *essência* do que ouviram ou leram.¹¹⁶ Num experimento clássico, foram apresentados a pessoas conjuntos de frases relacionadas entre si como *A árvore ficava no jardim da frente*, *As formigas comeram a geléia*, *A árvore fez sombra sobre o homem*, *A geléia era doce*, *A geléia estava na mesa*, e assim por diante. Logo depois elas receberam uma lista de frases e foi pedido a elas que assinalassem as que tinham visto. Quando se viram diante de frases coerentes com uma composição dos significados das frases originais, como *As formigas comeram a*

geléia doce ou *A árvore do jardim da frente fez sombra sobre o homem*, juraram que já as tinham visto, com até mais convicção que as frases que *tinham mesmo* visto.¹¹⁷ Isso sugere que trechos de língua normalmente são descartados antes de chegar à memória, e que é o seu significado que fica armazenado, fundido num grande banco de dados de estruturas conceituais.

Outro motivo para sabermos que a língua não pode determinar o pensamento é que, quando uma língua não dá conta das demandas conceituais de seus falantes, eles não ficam coçando a cabeça sem saber o que fazer (pelo menos não por muito tempo); simplesmente mudam a língua. Ampliam-na com metáforas e metonímias, pegam emprestado palavras e expressões de outras línguas ou cunham novas gírias e jargões. (Pensando bem, o que mais poderia acontecer: Se as pessoas tivessem dificuldade para pensar sem a língua, de onde a língua teria vindo — de um comitê de marcíanos?) A mudança inexorável é o grande axioma da lingüística, que não é o que seria de esperar de uma “prisão do pensamento”. É por isso que os lingüistas fazem cara de descrença com afirmações comuns como a de que o alemão é a língua ideal para a ciência, que só o francês permite uma expressão verdadeiramente lógica e que as línguas indígenas não são adequadas ao mundo moderno. Como apontou Ray Harlow, é como dizer: “Não se falava de computadores no inglês antigo; portanto não se pode falar de computadores no inglês moderno”.¹¹⁸

Talvez o motivo mais forte para explicar por que o efeito da língua no pensamento precisa ser limitado seja o fato de que a própria língua é pessimamente equipada para ser um meio de raciocinar. A língua só é utilizável com o apoio de uma imensa infra-estrutura de computações mentais abstratas. Além de as frases estarem entulhadas de informação programada para a comunicação auditiva — como os sons da fala, a ordenação das palavras no tempo e vários dispositivos para conquistar a atenção do ouvinte —, faltam a elas informações essenciais para a inferência lúcida.¹¹⁹ A falha mais óbvia é a polissemia. Nenhum pensador que fosse *compos mentis* poderia deixar de distinguir uma abertura numa parede de uma folha de vidro, uma folha de polpa de celulose de uma corporação de captação de notícias, um processo de montagem que leva dez meses de um edifício de dez andares, ou uma espécie de animal da carne de uma besta. (Os psicólogos experimentais testam o que lhes aparecer na frente, e realmente mostraram que as pessoas não misturam os sentidos de um verbo polissêmico.)¹²⁰ Mesmo assim, é isso que as palavras comuns do inglês, se usadas como um meio interno para pensar, obrigariam o pensador a fazer. Não adianta recorrer à capacidade da mente de

solucionar a polissemia pelo contexto, porque estamos falando da própria parte da mente que *resolveria* o problema, e essa parte precisa distinguir as categorias que estão todas socadas dentro de uma só palavra.

Sobesse aspecto, cada uma das teorias radicais a respeito da relação língua e pensamento rejeita a outra, num jogo de joquempô. As diferenças entre as línguas, o orgulho do Determinismo Lingüístico, é uma dor de cabeça para o Nativismo Extremo, que propõe que os conceitos são inatos, portanto universais. A precisão dos sentidos das palavras, que o Nativismo Extremo usa para desacreditar as definições, lança dúvidas sobre a Pragmática Radical, que propõe que o conhecimento que a pessoa tem de uma palavra é altamente maleável. E a polissemia, que motiva a Pragmática Radical, cria problemas para o Determinismo Lingüístico, porque mostra que os pensamentos precisam ter uma definição muito maior que as palavras.

A teoria da semântica conceitual, que propõe que os sentidos das palavras são mentalmente representados na forma de expressões, numa língua do pensamento mais rica e abstrata, posiciona-se no centro desse círculo, compatível com todas as complicações. Os sentidos das palavras podem variar entre as línguas porque as crianças os organizam e ajustam a partir de conceitos mais elementares. Podem ser precisos porque os conceitos enfocam alguns aspectos da realidade e descartam o resto. E podem sustentar nosso raciocínio porque representam aspectos válidos da realidade — espaço, tempo, causalidade, objetos, intenções e lógica —, e não o sistema de ruídos que se desenvolveu numa comunidade para permitir a ela se comunicar entre si. A semântica conceitual também se encaixa em nossa noção, que vem do bom senso, de que palavras não são o mesmo que pensamentos, e que boa parte da sabedoria humana na verdade consiste em não confundir as duas coisas. “As palavras contam os sábios”, escreveu Hobbes; “elas não chegam a pensar por eles; mas são ouro de tolo.” Séculos depois, Siegfried Sassoon invocou uma associação parecida quando escreveu:

Palavras são tolos

Que seguem cegos, quando acham um líder.

Mas pensamentos são martins-pescadores que assombram as poças

De quietude; quase nunca vistos...^{*121}

* Words are fools / Who follow blindly, once they get a lead. / But thoughts are kingfishers that haunt the pools / Of quiet; seldom-seen... (N. T.)

4. Cortando os ares

Desde que quase perdi uma viagem há alguns anos, quando o alarme não disparou, programo *dois* alarmes na noite que antecede um vôo, um no meu assistente pessoal digital (*personal digital assistant* — PDA) e o outro no rádio-relógio de meu quarto ou do hotel. Como acho o toque do PDA um jeito menos rude de acordar do que com a buzina do rádio-relógio, programo o PDA para disparar um minuto antes dele. Em muitas manhãs, portanto, ao longo de anos, ouvi o toque do PDA seguido, alguns segundos depois, pelo barulho escandaloso do relógio. E, de acordo com uma conhecida teoria da percepção da causação associada ao filósofo David Hume, eu deveria achar que o toque *provoca* o barulho escandaloso.¹

É claro que não acho nada parecido. A causa do barulho escandaloso do relógio, acredito convictamente, é o fato de eu ter mexido nos botões antes de dormir. Acredito nisso apesar do fato de que o intervalo entre causa e efeito pode variar entre oito e três horas, apesar do fato de que o alarme nem sempre dispara (já que tantas coisas podem dar errado na programação de um alarme digital) e apesar do fato de que só tenho uma vaga idéia de como funciona um alarme digital (acho que tem alguma coisa a ver com cargas em chips de silício).

Mas, apesar da tênue conexão entre botões apertados e alarmes barulhentos (e da conexão mais imediata entre o toque do PDA e o alarme do relógio), minha convicção sobre a causa verdadeira permanece inalterável. É por isso que, quando

o relógio deixa de disparar o alarme, não sacudo meu PDA nem o examino contra a luz, mas relembro minha interação com o relógio na noite anterior. Talvez eu não seja inteligente o suficiente para programar um relógio digital (não percebi a luz que indicava PM, ou confundi os alarmes A e B, ou coloquei o alarme em MÚSICA, mas deixei o rádio mal sintonizado). Talvez os projetistas do relógio não sejam inteligentes o suficiente para fazer um aparelho que uma pessoa comum consiga programar. Talvez o mecanismo do relógio tenha sido alterado por raios cósmicos, ou gremlins, ou pela lua em Sagitário. Mas, de algum jeito, tenho certeza, o que acontece com o relógio tem *alguma* causa inteligível, que será encontrada não no que acontece antes, mas em alguma força ou mecanismo com poder causal.

As pessoas presumem que o mundo tem uma textura causal — que seus acontecimentos podem ser explicados pela própria natureza do mundo, e não que uma coisa vai simplesmente acontecendo depois da outra. Também presumem que as coisas são organizadas no espaço e no tempo. “O tempo é o jeito da natureza de impedir que tudo aconteça de uma vez só”, diz um grafite, e “O espaço é o jeito da natureza de impedir que tudo aconteça *comigo*”.² Mas, na cabeça das pessoas, o espaço e o tempo são muito mais que isso. Parecem existir mesmo quando não há acontecimentos a ser separados; são o *meio* em que os objetos e os fatos de nossa experiência têm de ser situados — e não apenas os objetos reais, mas os imaginários também.

A imaginação humana é capaz de invenções espantosas. Podemos visualizar unicórnios e centauros, pessoas mais rápidas que uma bala de revólver, e homens irmanados compartilhando um mundo sem países, sem fome e sem religiões também. Mas, há muitas coisas que *não* conseguimos imaginar, pelo menos não na forma de uma imagem mental.³ É impossível visualizar uma maçã ao lado de um limão sem que nenhum dos dois esteja à direita, apenas “ao lado” um do outro (embora consigamos, é claro, *falar* sobre essa disposição, como acabei de fazer). E, como no comentário de Alice sobre o Gato de Cheshire (que ela já tinha visto muitas vezes um gato sem sorriso, mas nunca um sorriso sem gato), não conseguimos imaginar um objeto que seja simétrico ou triangular mas que não possua um formato específico (no caso de um triângulo, equilátero, isósceles ou escaleno).⁴ Sabemos que elefantes são cinzentos e grandes, ocupam espaço e estão num lugar específico num momento específico. Mas, embora eu consiga imaginar um elefante que não seja cinza nem grande, não consigo imaginar um elefante que não ocupe espaço ou que não esteja em algum lugar (mesmo que eu o faça flutuar na

minha imagem mental, ele está o tempo todo em *algum lugar*).⁵ Na velha piada, o turista que pede informações ouve de um morador local: “Não dá para chegar lá daqui”. Rimos porque sabemos que é da natureza do espaço que todas as localizações estejam conectadas. E, como observou o psicólogo da cognição Roger Shepard, as pessoas muitas vezes gostariam de ter um escritório com mais espaço, para que tivessem mais lugar para guardar seus livros. Mas nunca querem um escritório com mais *dimensões*, para que tivessem mais maneiras de *organizar* seus livros. O espaço tridimensional contínuo é uma matriz onipresente em que os objetos de nossa imaginação têm de ser localizados.

Nossa imaginação também está condenada a viver num mundo temporal. Assim como conseguimos imaginar um espaço vazio privado de objetos mas não conseguimos imaginar um grupo de objetos que não esteja em um espaço, conseguimos imaginar um período de tempo em que nada acontece, mas não conseguimos imaginar um acontecimento que não se desenrole ao longo do tempo ou que aconteça em determinado momento. Conseguimos imaginar o tempo passando mais devagar, mais rápido, indo para trás ou até parando, mas não conseguimos imaginar o tempo com duas ou três dimensões. Na verdade, não está nem mesmo claro se imaginamos o tempo passando mais devagar ou parando ou se *simulamos* essas possibilidades imaginando as coisas acontecendo a meio passo, ou se congelando, enquanto o tempo continua passando como sempre.

Você pode se perguntar se esses traços de nossa experiência se originam no modo como a mente é feita ou na natureza do universo perceptível. Afinal de contas, o mundo existe em três dimensões, desenrola-se ao longo do tempo e obedece a leis causais (pelo menos nas escalas detectáveis por nossos órgãos dos sentidos), e talvez a mente simplesmente reflita o ambiente observável que a cerca. Mas há uma diferença crucial entre espaço, tempo e causalidade no modo como eles são representados em nossa mente e no modo como eles existem na realidade. Nossas intuições sobre essas entidades estão repletas de paradoxos e incoerências. Mas a *realidade* não pode estar repleta de paradoxos e incoerências; a realidade simplesmente *é*.

Pegue o espaço. Ele tem de ser ou finito ou infinito, no entanto nenhuma das duas possibilidades se encaixa bem em nossa intuição. Quando tento imaginar um universo finito, o que consigo é um Marcel Marceau fazendo a mímica de uma parede invisível com as mãos. Ou, depois de ler sobre universos múltiplos em livros de física, vejo formigas andando sobre uma esfera, ou pessoas presas numa enorme câmara de ar inconscientes da extensão a sua volta. Mas em todos esses

casos o volume se mantém, teimoso, suspenso num espaço maior, que não tinha nada de estar lá, mas que minha imaginação não consegue deixar de enxergar.

Um universo infinito pode parecer mais agradável, já que a imaginação pode voar pelo espaço indefinidamente, com novas extensões se materializando na hora certa. Mas um espaço infinito também tem implicações perturbadoras. Uma quantidade infinita de espaço teria uma quantidade infinita de matéria? Não só é possível como é provável: os físicos descobriram recentemente que em grandes escalas a matéria é distribuída de modo uniforme pelo espaço observável.⁶ Isso levanta a possibilidade de que um espaço infinito esteja encravado de um número infinito de universos. Como um grupo determinado de partículas elementares só pode estar num número finito de estados e posições, existe somente um número finito de disposições possíveis da matéria em determinado volume. Associado à distribuição uniforme da matéria pelo espaço, isso implicaria que só existe um certo número de universos possíveis, o que por sua vez significaria que os universos ficariam se repetindo num multiverso infinito. Se for assim, então entre 10 e 10^{28} metros mais para lá existe uma réplica exata de você lendo uma réplica exata deste livro, e em algum outro lugar uma réplica de você decidiu largar o livro, e em um outro universo uma réplica chamada Murray, e num outro ainda uma réplica de cabelo espetado — ou seja, um número infinito de clones em seus universos clones. Pode parecer coisa demais para digerir, mas é uma implicação da intuição aparentemente inócua de que o espaço e o tempo continuam para sempre.

Também o tempo não gosta de ser finito nem infinito. É difícil conceber o tempo começando a existir com o Big Bang, já que tendemos a trapacear e imaginar um espaço vazio primordial em que uma pequena bomba atômica cósmica está prestes a explodir. Assim como não conseguimos pensar num tempo vazio estendendo-se indefinidamente no passado antes dele. Conseguimos no máximo rebobinar uma fita de vídeo em branco e sem som, deixá-la tocar por um instante e depois voltá-la um pouco mais, e assim por diante, nunca abrangendo de verdade um passado infinito. Assim como não conseguimos conceber o que significaria o tempo na ausência de matéria e energia. Nada naquele nada distinguiria um momento do outro, portanto não teríamos como entender por que o Big Bang aconteceu no momento em que aconteceu, em vez de alguns trilhões de anos antes ou nunca. Isso sem falar da perturbadora possibilidade de que, se o tempo avança eternamente, uma reprise de todos os acontecimentos possíveis que já

aconteceram vá acontecer de novo, um número infinito de vezes, numa versão cósmica do filme *Feitiço do tempo*.

Do mesmo modo como com o espaço e com o tempo, a rede causal que imaginamos ligando todos os acontecimentos não agüenta muito escrutínio. Programei o alarme, fazendo com que ele disparasse mais tarde. Mas quem *me* programou, fazendo com que eu programasse o alarme? Por um lado, posso me considerar uma pilha de engrenagens, os neurônios em meu cérebro acionando uns aos outros como minúsculas roldanas e molas. Mesmo assim, quando tomo uma decisão sem ser coagido, certamente *parece* que estou escolhendo a opção que quiser, e não que estou somente abrigando, impotente, uma cadeia de engrenagens. E um observador não é capaz de prever nem a mais banal de minhas opções. Por outro lado, não consigo entender a idéia de um livre-arbítrio que misteriosamente surge e faz as coisas sem uma faísca ou um gatilho anterior. Como ele funciona? Se é mesmo aleatório, como ele pode fazer escolhas que no contexto são sensatas? E como podemos responsabilizá-lo por suas opções se elas aconteceram por acaso? Mas, se suas opções realmente correspondem ao contexto, incluindo nossas contingências morais de crédito e culpa, em que sentido ele é realmente livre?

Espaço, tempo, causalidade. Não conseguimos pensar sem eles, porém não conseguimos entendê-los. Essas rumações sobre a infra-estrutura de nossa experiência não são originais, é óbvio; tirei-as (com algumas mudanças e enfeites) do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804).⁷ Kant disse que despertou de seu “torpor dogmático” lendo Hume, em especial a investigação cética da causalidade feita por ele. Hume escreveu que não temos nenhuma justificativa para nossa crença de que um fato deva se seguir a outro no mundo. Só o que temos é a *expectativa* de que um se siga a outro, com base em experiências semelhantes no passado. Em linha com o restante de sua psicologia associacionista, Hume sugeriu que a intuição causal é só um hábito carimbado na mente quando observamos repetidamente um fato e notamos que outro muitas vezes acontece depois dele. Um problema para a versão de Hume é saber por que os observadores não acham que um alarme causa o outro depois de ouvir repetidamente a seqüência. Mas o problema que fez Kant despertar foi que ela não é capaz de explicar nossa convicção de que causas e efeitos são explicáveis por forças ordenadas que governam nosso universo. Como disse William James num século posterior, o observador de Hume vivia num “mundo de mera COM-DADE, do qual as partes só estão ligadas pela conjunção ‘e’”.⁸

Os observadores reais, concluiu Kant, têm de viver num mundo de que-
dade, onde-dade, quando-dade e porque-dade, imposto pelo modo como uma
mente como a nossa capta a realidade. Nossas experiências se desenrolam num
meio de espaço e tempo, que não é *abstraido* a partir de nossas experiências sen-
soriais (do modo como um pombo consegue abstrair o conceito de vermelho
quando é treinado para bicar uma figura vermelha, independentemente de sua
forma ou de seu tamanho), mas que organiza nossas experiências sensoriais. Não
somos apenas uma audiência passiva dessas experiências, mas as interpretamos
como exemplos das leis gerais formuladas em conceitos lógicos e científicos como
“e”, “ou”, “não”, “tudo”, “parte”, “necessário”, “possível”, “causa”, “efeito”, “subs-
tância” e “atributo” (as duas últimas pertencentes a nosso conceito de matéria,
como a capacidade de conceber um cubo de gelo derretendo e a poça em que ele
se transforma como a mesma coisa). Esses conceitos têm de vir de nossa constitui-
ção inata, porque nada em nossa experiência sensorial nos compele a pensar neles.
Você pode observar quantas maçãs caindo quiser; nada o força a postular que elas
são objetos puxados pela gravidade universal, em vez de simplesmente relaxar e
aproveitar o espetáculo como os desenhos de um caleidoscópio. Você pode ficar
olhando fixo para uma vaca até as vacas do ditado voltarem para casa; nada que
observar o compeliará a pensar “Não é uma girafa” ou “Todas as vacas são mamí-
feros” ou “Pelo menos um tipo de animal come grama” ou “Ela deve ter uma mãe”
ou “Não pode ser a vaca que morreu na semana passada”.

Embora espaço, tempo e causalidade (junto com lógica e substância) organi-
zem nosso mundo, os paradoxos que contaminam esses conceitos — o espaço e o
tempo que não são nem finitos nem infinitos, opções que não são nem causadas
nem não-causadas — provam que eles não fazem parte do mundo autocoerente,
e sim de nossa cabeça não-necessariamente-coerente. *Existe* um mundo, é certo;
ele afeta nossos órgãos dos sentidos, enchendo nossa mente de conteúdo senso-
rial e assim impedindo nossos pensamentos de ser meras alucinações. Mas, como
só entendemos o mundo por intermédio das estruturas de nossa mente, não
temos como, escreveu Kant, conhecer o mundo em si. No fim das contas, não é
um mau negócio. Apesar de jamais podermos conhecer diretamente o mundo,
não dá para alguém conhecer o mundo sem *algum* tipo de mente, e as mentes que
nos couberam se harmonizam bem o suficiente com o mundo para tornar a ciên-
cia possível. Newton, por exemplo, escreveu que em sua teoria “o tempo absoluto,
verdadeiro e matemático, em si, e por sua própria natureza, flui igualmente sem

relação a nada”, e que “o espaço absoluto, em sua própria natureza, sem relação a nada externo, permanece sempre similar e imóvel”.⁹ Para Kant essas são as plataformas da mente para negociar a realidade, e é inútil tentar pensar sem elas, ou contorná-las. Ele nos repreende com uma analogia: “A leve pomba, que corta os ares em seu vôo livre, e sentindo sua resistência, poderia imaginar que seu vôo seria ainda mais fácil num espaço vazio”.

Este capítulo é sobre espaço, tempo, causalidade e substância, do modo como eles são representados na língua, na mente e na realidade. Estruturei o capítulo com idéias baseadas em Kant porque a plataforma conceitual que segundo ele organiza nossa experiência também é evidente na organização da linguagem. Dá para imaginar uma língua hipotética cujas construções fossem dedicadas a tipos de experiência sensorial, como visões e sons, aos grandes protagonistas da ecologia humana, como plantas, animais, ferramentas e a família, ou a obsessões humanas, como comida, trocas ou sexo. Mas as línguas reais parecem ser organizadas pelas categorias abstratas kantianas. Nós as vemos nas partes mais básicas do discurso: a substância nos substantivos, o espaço nas preposições, a causalidade nos verbos, o tempo nos verbos e nos marcadores de tempo verbal. Nós as vimos (no capítulo 2) na maneira como os verbos aceitam as construções, que são seletivas quanto ao modo como alguma coisa se move, se é uma substância ou um objeto, se um acontecimento é instantâneo ou prolongado, e quem ou o que o causou. Nós as vemos nas metáforas cotidianas que impregnam nossa linguagem e nosso raciocínio, como quando dizemos que o preço da gasolina pode *subir* e *cair* como um balão, quando tentamos contar os eventos do Onze de Setembro como tabletes de manteiga, quando dizemos que duas cidades podem estar *a uma hora de distância* como se fossem relógios de alarme, e quando falamos que Sonia *força Adam a ser simpático* ou até *se força a ser simpática* como se ela estivesse fechando uma gaveta emperrada. Assim, mesmo quando nossos pensamentos parecem ser feitos de pura levitação, percebemos que ele está cortando os ares, obtendo sua tração dos conceitos invisíveis mas onipresentes de espaço, substância, tempo e causalidade. Para entender a natureza humana, precisamos dar uma boa olhada nessas concepções.

Isso não quer dizer que o próprio Kant seja um guia confiável para nossa atual compreensão da natureza do pensamento e de sua relação com o mundo. Muitos filósofos hoje acreditam que a rejeição de Kant à possibilidade de conhecer o mundo em si é obscura, e a maioria dos físicos questiona o fato de ele ter misturado a experiência do tempo e do espaço pela mente com nossa compreensão científica de tempo

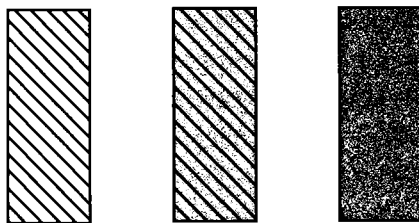
e espaço.¹⁰ Contrariando nossa experiência cotidiana, nossa melhor física afirma que o espaço não é uma estrutura euclidiana rígida, mas que ele é distorcido por objetos, pode ser curvo e delimitado, está repleto de buracos negros e talvez buracos de minhoca, possui onze ou mais dimensões, e tem medidas diferentes dependendo do referencial.¹¹ Em todos esses casos, nossa melhor compreensão científica do tempo e do espaço está absolutamente dissociada das inclinações da mente. Muitos físicos dizem que o espaço e o tempo, no sentido do meio vazio em que os objetos e os acontecimentos se posicionam, nem sequer existem, assim como não existe nada chamado “o alfabeto” que seja mais do que as 26 letras que compõem o alfabeto.¹³

Além disso, Kant ficou famoso por ser um escritor nebuloso, e até hoje os especialistas discordam entre si sobre se ele estava fazendo afirmações sobre a mente do *Homo sapiens* ou dando especificações para um sabedor racional genérico. Não consigo ver como ele podia não estar fazendo afirmações sobre nossa mente, pelo menos de modo implícito, e pelo menos uma estudiosa de Kant, Patricia Kitcher, já defendeu que ele não foi apenas um grande filósofo, mas também um ambicioso e presciente psicólogo da cognição.¹⁴ Mas, tenha Kant realmente pensado as idéias que hoje costumam ser associadas a seu nome, ou apenas as inspirado, pelo menos duas delas são inestimáveis para compreender a mente.

Kant tentou forjar uma síntese do empirismo e do racionalismo, que, em linhas bem gerais, funciona bem no debate natureza-educação de hoje em dia. A mente não é uma mera associadora de impressões sensoriais (como no empirismo no tempo dele e no conexionismo no nosso), nem vem equipada com conhecimentos reais sobre o conteúdo do mundo (como em algumas versões do racionalismo no tempo dele e no Nativismo Extremo no nosso). O aparato inato da mente contribui é com um conjunto de estruturas abstratas e conceituais que organizam nossa experiência — espaço, tempo, substância, causação, número e lógica (hoje podemos acrescentar outros domínios, como seres vivos, outras mentes e a língua). Mas cada uma delas é uma forma vazia que precisa ser preenchida pelos exemplos verdadeiros, fornecidos pelos sentidos ou pela imaginação. Como explicou Kant, sua tese não “admite absolutamente nenhuma *representação* divinamente implantada ou inata [...]. É preciso, no entanto, existir um fundamento no sujeito que torne possível a essas representações se originarem dessa maneira, e não de outra [...]. Esse fundamento, pelo menos, é inato”.¹⁵ A versão de Kant do nativismo, em que a mente é dotada de estruturas de organização abstrata mas não do conhecimento real, é a mais viável atualmente, e pode ser encontrada, por

exemplo, na lingüística chomskiana, na psicologia evolutiva e na abordagem ao desenvolvimento cognitivo chamada especificidade de domínio.¹⁶ Pode-se até dizer que Kant anteviu o formato de uma solução para o debate natureza-educação: caracterizar a organização de experiências, qualquer que seja ela, que possibilite o aprendizado útil.¹⁷

Também incrivelmente moderna é a caracterização de Kant para o espaço e o tempo como meio em que as sensações estão dispostas. Em termos lógicos, o campo visual pode ser caracterizado como um grande banco de dados de pontos e linhas, em que cada entrada especifica uma cor, uma luminosidade, uma posição, uma orientação e uma profundidade. Mas, em termos psicológicos, a posição no espaço revela-se bem diferente.¹⁸ O espaço é um meio onipresente dentro do qual se localiza o conteúdo visual, não apenas uma das várias entradas do registro do objeto no banco de dados. Lembre-se dos experimentos mentais sobre aquilo que conseguimos visualizar, como o corpo de um cavalo com o tronco de um homem, e o que não conseguimos, como um homem e um cavalo um ao lado do outro, mas nenhum deles estando à esquerda.¹⁹ A localização não é só uma característica obrigatória de um objeto na imaginação, mas também é o principal atributo que a mente usa para individualizar e contabilizar objetos. Por exemplo, vemos essa organização como três objetos — um que é listrado na posição mais à esquerda, um que é cinza na posição mais à direita e um que é tanto listrado quanto cinza na posição central:



Teoricamente, *poderíamos* ter enxergado a organização como dois objetos: um que é listrado nas posições à esquerda e central, e um que é cinza nas posições central e à direita. Mas não enxergamos isso desse jeito, porque a mente não usa a cor nem marcas da superfície como ganchos para diferenciar objetos do modo como usa a localização no espaço. Da mesma maneira, conseguimos concentrar nossa atenção em uma região do espaço, até numa região vazia, como quando um jogador de basquete, com os olhos fixos nos olhos do adversário, dirige um foco

de atenção interno para um espaço vazio na quadra onde acha que um companheiro de equipe vá aparecer. Mas experimentos mostram que temos muito mais dificuldade para voltar nossa atenção para todos os pedaços de determinada cor ou de determinadas marcas de superfície, onde quer que elas estejam.²⁰ Mesmo as áreas visuais primárias do cérebro mostram a função organizadora especial que o espaço tem. Cada pedaço do terreno cortical se dedica a um ponto fixo no campo visual, e os contornos do mundo são representados como contornos na superfície do cérebro, pelo menos em grande escala.²¹ O tempo também marca uma presença na mente que é mais que qualquer atributo comum da experiência. Os neurocientistas encontraram relógios biológicos tiquetaqueando no cérebro de organismos tão simples quanto a mosca-das-frutas. E, assim como enxergamos coisas que estão conectadas no espaço como um objeto, enxergamos coisas que estão conectadas no tempo como um movimento, uma trajetória ou um gesto, ou, no caso do som, como uma melodia ou um trecho de discurso.²²

Portanto, há um modelo de espaço e tempo na percepção e na imaginação humana, e vários modelos de espaço e tempo no mundo real (do modo como ele é caracterizado pela melhor física da atualidade). Mas ao longo deste capítulo veremos que o modelo de espaço e tempo expresso na *língua* é diferente dos dois. Para começar, a língua não é um meio analógico, mas digital. Embora percebamos o espaço como algo contínuo e tridimensional e o tempo como algo contínuo e que flui inexoravelmente, não há nada de tridimensional nem de fluido nas expressões para o espaço e o tempo na língua, que são seqüências de sons em staccato. Para antecipar alguns dos exemplos mais simples que encontraremos, os objetos são localizados como perto e longe, os acontecimentos no tempo pretérito ou no presente, sem nada que indique as medições precisas de uma régua ou de um cronômetro. Além disso, a semântica da língua seleciona *aspectos* desencarnados da realidade, combina-os entre si e faz comentários sobre eles. Consegui descrever em palavras disposições que você não tinha como visualizar, usando expressões como *próximo a* e *simétrico*, que são agnósticas em relação a exatamente como a matéria preenche o espaço. Também consigo descrever um acontecimento sem me comprometer com algum momento específico, usando uma expressão no infinitivo como *for Bill to leave* [para Bill ir embora]. A seletividade da semântica permite a nossa mente circular por um universo de conceitos abstratos que não está ancorado aos meios perceptivos para espaço e tempo que organizam nossa experiência imediata. Supõe-se que essa seja a moeda mental que permite aos cientistas e

matemáticos modernos descrever o espaço e o tempo de maneiras que vão completamente contra a intuição.

Como veremos, os modelos de espaço e tempo (e substância e causalidade) embutidos na língua são estranhos à física e à lógica, os critérios normalmente usados por filósofos e psicólogos para avaliar nosso desempenho cognitivo. E nossos modelos cognitivos não são simples mostradores de nossos órgãos dos sentidos ou de nossos relógios neurais. São, no entanto, mostradores de aspectos fundamentais da natureza humana. Cada um desses modos de compreensão foi moldado com fins distintamente humanos, e nos permite construir substância, espaço, tempo e causalidade nas áreas que mais interessam a nossas metas físicas e sociais. Embora Kant não tenha previsto que nossas categorias fundamentais de compreensão fossem curvadas por suas origens no que ele chamou de “a madeira torta da humanidade”, as versões peculiarmente humanas dessas categorias organizam nossa vida de modo muito abrangente. Determinam os tipos de entidade que contabilizamos e acompanhamos, os compartimentos nos quais distinguimos pessoas e coisas, a forma como manipulamos o ambiente físico em nosso benefício e a maneira como atribuímos responsabilidade moral às pessoas por suas ações. Por esses motivos, as excêntricas concepções de substância, espaço, tempo e causalidade com as quais cortamos os ares impulsionam não só nossas cogitações abstratas, mas o curso diário de nossa vida — nosso comércio, nossa política, nossas disputas legais e até nosso humor.

MOER, EMPACOTAR E ENGAVETAR: PENSAMENTOS SOBRE SUBSTÂNCIA

Espaço, tempo e causalidade, por mais importantes que sejam para relacionarmos nossos pensamentos uns aos outros, são estruturas abstratas, sobre as quais raramente se pondera conscientemente, com a exceção de filósofos e físicos. Pensamos conscientemente é sobre as entidades reais que vivem no espaço e no tempo e que afetam umas às outras. E as entidades mais básicas de nossos pensamentos são as denominadas por substantivos — nossos conceitos de pessoas, coisas e essência. Os substantivos são as palavras mais fáceis de identificar nas línguas, costumam ser as primeiras palavras a ser aprendidas pelos bebês e são os rótulos para os conceitos humanos mais estáveis e compreendidos.²³ Mas, com toda essa aparente simplicidade, uma simples olhada nos significados dos substantivos nos leva a mais uma toca de coelho. Os substantivos não são meros indicadores de peda-

ços de matéria no mundo. Quando uma mente humana capta uma pessoa, um objeto ou uma substância, pode interpretá-la de modos bastante diferentes, e essa flexibilidade se transfere para nossos pensamentos sobre entidades mais etéreas.

A melhor forma de avaliar o que os substantivos significam é começar com alguns exemplos que parecem não significar nada. Pense nas seguintes frases (muitas coletadas pela lingüista Anna Wierzbicka):²⁴

Boys will be boys. [Meninos são sempre iguais.]

A deal is a deal. [Negócio é negócio.]

What difference does it make what kind you get? Coffee is coffee. [Que diferença faz o tipo? Café é café.]

A man is a man, tho' he have but a hose upon his head. [Um homem é sempre um homem, mesmo que só tenha uma meia na cabeça.]

Let bygones be bygones. [O que passou, passou.]

Que será, será; whatever will be, will be. [O que será, será.]

East is East and West is West, and never the twain shall meet. [Leste é leste e oeste é oeste, e os dois jamais se encontrarão.]

You must remember this: a kiss is just a kiss, a smile is just a smile. [Você tem de se lembrar: um beijo é só um beijo, um sorriso é só um sorriso.]

Let Poland be Poland. [Deixe a Polônia ser Polônia.]

A horse is a horse, of course, of course. [Um cavalo é um cavalo, é claro, é claro.]

Há uma piada sobre uma mulher que vai a um advogado para tratar do seu divórcio. Ele pergunta a ela: “Quantos anos você tem?”. “Oitenta e dois”, ela diz. Ele continua: “E quantos anos tem seu marido?”. “Oitenta e cinco”, ela responde. “E há quanto tempo vocês estão casados?”. “Cinquenta e sete anos.” O advogado quase não acredita: “Mas por que você quer o divórcio agora?”. A mulher diz: “Because enough is enough!” [Porque já chega!].

Em suas formas literais, essas frases parecem tautologias vazias, mas é claro que não são. Qualquer falante sabe o que elas significam: o lembrete de que alguma entidade possui as qualidades essenciais ao grupo a que pertence, apesar de alguém torcer pelo contrário — ou esquecer do fato. “Boys will be boys” significa que faz parte da natureza dos homens jovens fazer coisas sem sentido, sem capricho ou de mau gosto. Na última vez que ouvi a frase foi quando alunos da equipe de canoagem esculpiram um pênis gigante de neve no meio dos jardins de Harvard.

Como os ditados compostos pela fórmula X-é-X não são circulares, o primeiro X e o segundo X devem significar coisas diferentes. Às vezes um substantivo se refere a alguma coisa, servindo como indicador de uma entidade do mundo que o ouvinte precisa identificar. Outras vezes um substantivo indica uma classe ou um tipo, caracterizados por uma definição ou um estereótipo. Essa distinção, entre referir e predicar, é básica na língua. Um nome, como *Canadá* ou *Luciano Pavarotti*, refere-se em essência a alguma coisa, embora os nomes possam ser transformados em rótulos de categoria em expressões como *Todo produtor procura um novo Pavarotti*. Nomes isolados como *boy* [menino] e *coffee* [café] são, sempre, categorias ou tipos (meninos em geral, café em geral), embora possam ser transformados em expressões de referência quando colocados em expressões, como *aquele menino* ou *o café cultivado no Brasil*. Uma frase básica — talvez um pensamento básico — refere-se a alguma coisa no sujeito e diz alguma coisa sobre suas propriedades no predicado.

Venho insistindo neste livro que os significados diferenciados pela gramática distinguem tipos fundamentais de pensamento humano e, portanto, possuem conseqüências reais em nossa vida, conseqüências com as quais as pessoas se preocupam, pelas quais lutam e pagam. Os nomes das coisas são um ótimo exemplo. Já vimos que a semântica dos nomes próprios suscita a questão literária sobre o que quereríamos dizer com *William Shakespeare* se se descobrisse que outra pessoa escreveu as peças dele, e a questão prática de como recuperar sua identidade se alguém roubasse todas as suas informações de identificação. Temos aqui três outros cortes da vida em que os nomes fazem diferença.

A distinção entre predicado e referência pode ter um preço. A corporação de nova geração mais bem-sucedida deste século por enquanto é o Google, que fez fortuna *vendendo expressões substantivas*. O problema com os portais anteriores da internet é que ninguém sabia como ganhar dinheiro com eles: os usuários detestavam os anúncios e raramente clicavam nos anunciantes. Há um ditado no mundo da propaganda que diz que metade de todo orçamento para anúncios é um desperdício, mas ninguém sabe qual metade — a maioria das pessoas que vê um anúncio não tem interesse no produto ou serviço. Os caras do Google, Larry Page e Sergey Brin, tiveram a sacada de que as palavras que as pessoas digitam num mecanismo de busca são uma excelente pista sobre o tipo de coisa que elas podem comprar, fazendo do mecanismo de busca um bom casamenteiro entre compradores e vendedores. Assim, junto com os resultados de uma busca limpa na web, o Google mostra nos cantos da tela alguns sites comercialmente explorados que

sejam relevantes ao termo buscado. As empresas pagam por esse privilégio dando lances num leilão permanente pelos termos que têm mais chance de mandar olhos para sua página. Como sou conhecedor de plurais, fiquei intrigado em saber que eles custam mais caro que os singulares. *Digital camera* pode ser comprado por 75 centavos de dólar o clique, enquanto *digital cameras* custa um dólar e oito centavos. Os anunciantes sabem que é mais provável que o plural seja digitado quando as pessoas pretendem *comprar* uma câmera digital, embora não saibam por quê.²⁵ O motivo é que um substantivo nu como *digital camera* é genérico, e tende a ser digitado por alguém que queira saber como elas funcionam. Um plural como *digital cameras* tem mais chance de ser referencial, e de ser digitado por alguém que queira saber quais são os tipos disponíveis e como conseguir uma.

Um uso mais agressivo da lingüística corporativa pode ser visto em empresas que são vítimas de seu próprio sucesso e precisam reclamar os nomes de produtos que passaram a ser usados genericamente como substantivos comuns (os substantivos às vezes são chamados em inglês de “generonyms” [generônimos] e sua transição de substantivo próprio para substantivo comum “genericide” [genericídio]). Poucas pessoas se dão conta de que *zipper* [zíper], *aspirin* [aspirina], *escalator* [escada rolante], *granola*, *yo-yo* [ioiô] e *linoleum* [linóleo] eram nomes de marcas para produtos de empresas específicas. Hoje, o medo do genericídio persegue os proprietários dos *Kleenex*, *Baggies*, *Xerox*, *Walkman*, *Plexiglas* e *Rollerblade*, que temem que concorrentes consigam roubar os nomes (e a reputação que eles conquistaram) de seus próprios produtos. Escritores que usam os nomes como verbos, como substantivos comuns ou em letras minúsculas podem se ver recebendo uma dura carta de notificação dissuasória. Sugiro que respondam ao estilo de Dave Barry:

Gostaria de me desculpar sincera e legalmente com a Jockey International Inc., que fabrica os equipamentos de vestimenta da marca Jockey. Recentemente, recebi uma carta oficial de Charlotte Shapiro, advogada da marca Jockey, observando que, numa coluna relativa à questão sobre poder ou não comer a roupa de baixo, usei incorretamente a marca oficial Jockey na seguinte frase: “Waiter, are these Jockeys fresh?” [Garçom, essas cuecas são frescas?].

A senhorita Shapiro ressalta que a palavra “Jockey” é uma marca registrada oficial, não uma palavra genérica para cueca, e deve ser usada “como adjetivo seguida do nome comum do produto”. Assim, minha frase deveria, juridicamente, ter sido: “Waiter, there is a fly on these Jockeys!” [Garçom, tem uma abertura em uma mosca nessas cuecas!]....

Nutro o mais profundo respeito pela empresa Jockey e seu enorme departamento jurídico. Dessa forma, para o caso de eu ter usado incorretamente ou difamado alguma marca registrada nesta coluna, gostaria de concluir com este pedido de desculpas formal à Nike, à Craftsman, à Kellogg's, à Styrofoam, a Baggies, a Michael Jordan e a qualquer outra gigante do mundo corporativo que eu possa ter ofendido: Desculpa mesmo, o. k.? Portanto, não vão dar nó em seus Jockeys.²⁶

Não são só os donos de marcas registradas que ficam com nó em seus Jockeys quando ouvem um referente adorado identificado como um substantivo comum. As pessoas se ofendem ainda mais quando se vêem *a si próprias* rotuladas por um substantivo comum. O motivo é que um predicado em forma de substantivo parece rotulá-las com o estereótipo de uma categoria, em vez de referir-se a elas como um indivíduo que por acaso possui certa característica. Para os lógicos seria difícil especificar a diferença, mas psicologicamente ela é bem importante. Dá para descrever sem grandes conseqüências o cabelo de alguém como *blond* [loiro], *brunette* [moreno] ou *red* [vermelho] (adjetivos), mas é mais complicado referir-se à pessoa inteira, especialmente uma mulher, como *a blonde* [uma loira], *a brunette* [uma morena] ou *a redhead* [uma ruiva] (substantivos). Os termos parecem reduzir a mulher a um traço físico que exerça atração sexual, como se para tipificá-la, segundo velhos estereótipos, como frívola, sofisticada ou brava.²⁷ Como as metonímias desmerecem e os hiperônimos exaltam (veja o capítulo 2), hoje em dia nos referimos à pessoa como *a woman with blond hair* [uma mulher de cabelo loiro] em vez de *a blonde* [uma loira], a menos que a conversa seja especificamente sobre cabelo. A crescente consideração pela dignidade do indivíduo também levou à aposentadoria de substantivos para pessoas com enfermidades como *cripple* [aleijado], *hunchback* [corcunda], *deaf-mute* [surdo-mudo], *mongoloid* [mongolóide], *leper* [leproso] e até *diabetic* [diabético]. E hoje existe até um movimento na psiquiatria para evitar chamar alguém de *schizophrenic* [esquizofrênico] e *alcoholic* [alcoólatra] e para usar no lugar *a person with schizophrenia* [uma pessoa com esquizofrenia] ou *a person with alcoholism* [uma pessoa com alcoolismo]. A sensibilidade ao poder rotulador dos substantivos levou o diretor e pesquisador médico Jonathan Miller a falar em nome de muita gente de sua origem étnica quando disse: "I'm not a Jew. I'm Jew-ish. I don't go the whole hog" [Não sou judeu. Sou judaico. Não vou tão fundo assim].

Ainda é seguro se referir a objetos e substâncias ordinários com substantivos comuns, e quando fazemos isso demonstramos outro tipo de agilidade mental. À primeira vista, a distinção conceitual entre um objeto e uma substância parece ser captada na distinção lingüística entre substantivos contáveis e incontáveis.²⁸ Substantivos contáveis como *apple* [maçã] e *pebble* [seixo] tendem a ser usados para pedaços maciços de matéria; substantivos incontáveis como *applesauce* [purê de maçã] e *gravel* [cascalho] tendem a ser usados para substâncias que não tenham fronteiras. Os dois tipos de substantivo são fortemente distintos entre si na gramática do inglês. Podemos enumerar os substantivos contáveis e colocá-los no plural (*two pebbles* [dois seixos]), mas não os substantivos incontáveis (**two gravels* [dois cascalhos]). Quando nos referimos a quantidades, temos de usar palavras de quantificação diferentes: *a pebble* [um seixo] funciona, mas **a gravel* [um cascalho] não; falamos *many pebbles* [muitos seixos], mas não **many gravel* [muitos cascalhos], e falamos *much gravel* [muito cascalho], mas não **much pebble* ou **much pebbles* [muito seixo]. E os substantivos incontáveis podem aparecer nus em público — *Gravel is expensive* [Cascalho é caro]; *I like gravel* [Gosto de cascalho] —, enquanto os substantivos incontáveis em geral não podem — **Pebble is expensive* [Seixo é caro]; **I like pebble* [Gosto de seixo].

Uma pista importante para o modelo mental de matéria que está por trás dos substantivos incontáveis é que sob certos aspectos eles agem como plurais de substantivos contáveis. Usam alguns quantificadores iguais (*more applesauce*, *more pebbles* [mais purê de maçã, mais seixos]), têm a mesma capacidade de aparecer sozinhos numa frase (*I like applesauce*; *I like pebbles* [Gosto de purê de maçã; gosto de seixos]) e a mesma capacidade de aparecer junto com palavras espaciais como *all over*, como em *Applesauce was all over the floor* e *Pebbles were all over the floor* [Havia purê de maçã pelo chão todo, Havia seixos pelo chão todo] (compare com **A rock was all over the floor* [Tinha uma pedra pelo chão todo]).²⁹ A coincidência gramatical reflete uma similaridade no modo como concebemos substâncias (as coisas normalmente rotuladas por substantivos incontáveis) e grandes quantidades (coisas normalmente rotuladas com plurais), que juntas podem ser chamadas de conglomerados.³⁰ Nem substâncias nem grandes quantidades possuem limites intrínsecos, e podem assumir qualquer formato. Podem se aglutinar: junte uns seixos com outros seixos e ainda terá seixos; junte purê de maçã com mais purê de maçã e ainda terá purê de maçã. E podem ser divididos: meia carga de seixos ainda é seixos; meio prato de purê de maçã ainda é purê de maçã. Nada disso acontece com o referente típico de um substantivo contável, como cavalo. Ninguém tem dúvida quanto à

fronteira de onde acaba o cavalo e começa o ar em volta dele, e, quando se juntam dois cavalos, ou um cavalo é cortado no meio, o resultado não é um cavalo — coisa que, aplicada a bebês, é essencial para a história sobre a sabedoria de Salomão.

O ponto em que um plural difere de um substantivo contável é o fato de ele ser concebido como um conjunto de *peças individuais*, que podem ser identificados e contadas. Isso nos dá uma taxonomia de tudo que existe no mundo físico.³¹ Um substantivo contável singular como *pebble* [seixo] representa algo limitado (delineado por um formato fixo) e que não é composto de peças individuais. Um plural como *pebbles* representa algo ilimitado e composto de peças individuais. Um substantivo incontável como *applesauce* [purê de maçã] representa algo que não é nem delimitado nem composto de peças individuais. Tudo isso sugere que nossas idéias básicas sobre a matéria não são os conceitos de “contável” e “incontável”, mas os miniconceitos “delimitado” e “composto por peças individuais”. Se é assim, temos de encontrar uma quarta possibilidade: coisas que são ao mesmo tempo delimitadas e compostas por peças individuais. E encontramos mesmo. São substantivos coletivos como *committee* [comitê], *bouquet*, *rock band* e aquelas lindas palavrinhas para animais que as crianças são obrigadas a decorar mas que ninguém usa, como *a gaggle of geese* [coletivo/um bando de gansos] e *an exaltation of larks* [coletivo/um bando de passarinhos].

Pode parecer que os substantivos contáveis e incontáveis são meros rótulos para pedaços e gosma, mas isso seria subestimar tanto nossa língua quanto nossa mente. Dentro de uma língua, freqüentemente é imprevisível se um tipo de matéria é denominado por um substantivo contável ou incontável. Temos *noodles* [macarrão] (contável) mas *macaroni* (incontável), *beans* [feijão] (contável) mas *rice* [arroz] (incontável), e tanto *hairs* como *hair* [pêlos/cabelo], o que levou Richard Lederer a perguntar, em *Crazy English*, por que um homem com *hair* na cabeça tem mais *hair* que um homem com *hairs* na cabeça.³² As escolhas diferem um pouco de língua para língua — *spaghetti* é incontável em inglês e contável em italiano — e entre períodos históricos da mesma língua. Falantes do inglês antigamente comiam uma substância chamada *pease* como no versinho infantil *Pease porridge hot, Pease porridge cold* [Mingau de ervilha quente, Mingau de ervilha frio]. Mas algum ouvinte zeloso da gramática, em algum ponto da história, equivocadamente analisou-a como a forma plural *peas*, de onde foi um passo para *pea* [ervilha], o substantivo contável que usamos hoje. (O lingüista matemático John Lambek especulou uma vez que um grão de *rice* [arroz] algum dia será chamado de *rouse*.) As pessoas que aprendem inglês depois de adultas

têm enormes dificuldades com isso tudo. Meu avô dizia que *combed his hairs* [penteava os cabelos], que é o que se faz em iídiche, francês e muitas outras línguas.

Supõe-se que o motivo de as línguas fazerem muitas vezes opções arbitrárias sobre a contabilidade ou não de um tipo de matéria seja o fato de que a mente é capaz de interpretar um conglomerado tanto como uma grande quantidade de peças individuais ou como uma substância contínua. Afinal de contas, quando se mói pedra em pedaços cada vez menores, de rochas a pedras, pedriscos, cascalho, areia e pó, há uma região indeterminada em que as pessoas podem interpretar o conglomerado ou como um grupo de coisas pequenas ou como um meio contínuo, dependendo de quão perto estão, de há quanto tempo renovaram seus óculos e talvez até de sua personalidade (como a pessoa que não consegue enxergar a floresta, só as árvores). Nessa área obscura, a língua (ou, para ser mais preciso, os falantes anteriores da língua) decide palavra por palavra que interpretação impor aos falantes atuais quando eles usam uma palavra.

Não são só os substantivos que se interessam pela delimitação e pela existência de peças individuais; os verbos também. Como vimos no capítulo 2, verbos como *pour* [despejar] requerem aglomerados, como água ou seixos; verbos como *smear* [untar] e *streak* [fazer riscos] aplicam-se a substâncias; e verbos como *scatter* [espalhar] e *collect* [coletar] aplicam-se a quantidades. Isso acontece porque o conceito de uma ação depende do número e do tipo de coisas que ela afeta, como na diferença entre *eat* [comer] e *drink* [beber], *throw* [jogar] e *scatter* [espalhar], *murder* [matar] e *massacre* [massacrar]. (O biólogo Jean Rostand afirmou uma vez: “Mate um homem, e você será um assassino. Mate milhões de homens, e será um conquistador. Mate todos, e será deus”.)³³ As escolhas podem diferir entre línguas e até entre dialetos, como o inglês americano e o inglês britânico. Sempre me surpreendo por um instante quando meu editor britânico se oferece para me *collect* [pegar] no hotel, como se ele me considerasse um monte de pedacinhos.

O poder da mente de interpretar a matéria como unidades contáveis ou como coisa amorfa não é exercido apenas nos cenários intermediários do moedor de pedra. *Qualquer* coisa pode ser interpretada dessas duas formas diferentes. Podemos sempre olhar para um copo (contável) mas pensar no plástico que o compõe (incontável), ou olhar para o sorvete (incontável) e pensar na forma que ele assume, como uma bola ou um picolé (contáveis). Com muitos tipos de matéria, os falantes anteriores da língua foram generosos o bastante para nos legar uma palavra diferente para cada interpretação. Temos *butter* [manteiga] (incontável) e

pat [pedaço de manteiga] (contável), *gold* [ouro] (incontável) e *ingot* [lingote] (contável), até mesmo *shit* [bosta] (incontável) e *turd* [pedaço de bosta] (contável) — caso em que palavras tabus aderem à gramática do resto da língua. Como veremos no capítulo 7, nem toda a nossa obscenidade é tão exigente.

Com todos esses exemplos de uma língua que obriga os falantes a interpretar um item como uma coisa individual ou como substância contínua, quando eles usam uma palavra numa frase, pode-se questionar se nossa capacidade de *pensar* na matéria dessas maneiras depende de termos primeiro dominado a distinção contável/ incontável — uma versão do Determinismo Lingüístico proposta pelo lógico W. V. O. Quine. As psicólogas Nancy Soja, Susan Carey e Elizabeth Spelke criaram um experimento para descobrir. Elas apresentaram a crianças de dois anos (uma idade em que elas não mostram sinais de distinguir substantivos contáveis e incontáveis em sua fala) um objeto desconhecido, como cano de cobre em T, ou um punhado curvo de uma substância desconhecida, como gel cor-de-rosa para cabelo.³⁴ Ensinaaram a cada criança uma palavra para o item, dizendo: “This is my tulver” [Este é meu tulver] — um formato de frase que não define se o substantivo é contável ou incontável. Mostraram então às crianças dois itens —, um para a mesma forma mas com uma substância diferente, outro com a mesma substância mas com uma forma diferente — e pediram a elas que “point to the tulver” [apontassem para o tulver]. A questão era saber se as crianças tratavam o que interpretamos como objeto de modo diferente do que interpretamos como substância sem a ajuda das pistas dadas pela língua inglesa.

O que aconteceu foi o seguinte: quando as crianças tinham visto originalmente o que consideramos um objeto, como o T de cobre, elas apontaram para um objeto do mesmo formato mas de substância diferente, como um T de plástico, não para a mesma substância com um formato diferente, uma pilha de pedacinhos de cobre. Mas, quando tinham visto originalmente o que consideramos uma substância, como o gel para cabelo, apontaram para a mesma substância, independentemente de seu formato, como três gotas de gel, e não para a mesma forma com uma substância diferente, como um punhado idêntico, mas de creme hidratante. Assim, bem antes de as crianças saberem como a língua inglesa distingue objetos individuais de porções de uma substância, elas já as distinguem sozinhas, e generalizam palavras para elas da forma adequada. Nomes para coisas sólidas com um formato que se destaca são entendidos como algo usado para objetos daquele tipo; nomes para coisas não-sólidas com um formato arbitrário são entendidos como algo usado para substâncias daquele tipo.

A língua não é apenas desnecessária para inculcar nas crianças a distinção entre objetos e substâncias; ela também não é uma camisa-de-força sobre a forma como seus falantes interpretam a matéria quando adultos. Os falantes podem desafiar as estipulações de uma língua embalando mentalmente os referentes de substantivos incontáveis (*I'll have two beers* [Vou tomar duas cervejas]) ou moendo os referentes de substantivos contáveis (*There was cat all over the driveway* [Tinha gato pela rua inteira]).³⁵ As pessoas também embalam substantivos contáveis em categorias, como quando se referem a *woods* [florestas] diferentes (como de carvalho, de pinheiro e de mogno) ou *creams* [cremes] (como Pond's, Nivea e Vaseline — ops, Pond's® Cold Cream, Nivea® Creme e Vaseline® Intensive Care® Lotion). Como vimos no capítulo 3, esse empacotamento e essa moeção não saem impunes: *We labeled the bloods* [Etiquetamos os sangues], por exemplo, embora seja comum entre funcionários do setor de saúde, soa estranho para todo mundo, e usar *cat* como um substantivo incontável para a carne do gato é algo insensível para com a dignidade dos animais. Mas o fato de dar para fazer já mostra que a língua não dita as interpretações disponíveis para as cabeças dos falantes.

A ciência intuitiva dos materiais que está por trás da distinção contável/incontável pressupõe um mundo de massa de modelar em que os objetos são moldados a partir de uma substância: pedras são feitas de pedra, vidros são feitos de vidro, cervejas são feitas de cerveja, gatos são feitos de gato. O modelo desaba quando um objeto não pode ser interpretado como algo formado a partir de um tanto de material. Uma televisão não é feita de uma coisa chamada *televisão*, portanto não podemos dizer que um rolo compressor deixou televisão pela rua inteira. A distinção também desmorona quando colocamos uma substância sob um microscópio potente. Usamos a palavra *rice* [arroz] para nos referir a uma xícara, um grão ou até um fragmento de grão de arroz, mas, se dermos cada vez mais zoom, chegamos a um ponto em que não vemos mais *rice* (imagina-se que não haja moléculas de arroz, átomos de arroz ou quarks de arroz). Se os seres humanos fossem capazes de enxergar os cristais, fibras, células e átomos que compõem a matéria, talvez jamais tivéssemos desenvolvido a distinção contável/incontável. Os adeptos da homeopatia, em que uma substância é tão diluída que (segundo os químicos) não sobra nem uma molécula, podem ser acusados de levar a sério demais o modelo mental para a matéria subjacente aos substantivos incontáveis.

A distinção contável/incontável na nossa cabeça não só está desatrelada da dis-

tinção objeto/substância no mundo como também está desatrelada do próprio mundo físico. É melhor pensar nela como uma lente ou atitude cognitiva através da qual a mente é capaz de interpretar quase qualquer coisa como um item delimitado e contável ou como um meio contínuo, ilimitado. Vemos isso num tipo singular de substantivo incontável que faz o que os substantivos contáveis normalmente fazem, isto é, referem-se a pedaços de matéria delimitados como cadeiras e maçãs. São os hiperônimos incontáveis (superordenados), como *furniture* [mobiliário], *fruit* [fruta], *clothing* [vestimenta], *mail* [correspondência], *toast* [torrada] e *cutlery* [talheres]. Embora não se refiram a uma substância — cadeiras e mesas não são feitas de algum ingrediente chamado “furniture”, assim como cartões-postais e cartas não são criados a partir de uma substância chamada “mail” —, as palavras tampouco podem se referir diretamente aos objetos isolados que representam. Exigem um substantivo especial de classificação, como em *a stick of furniture* [uma peça de mobiliário], *an article of clothing* [um item de vestimenta] ou o classificador genérico *piece* [pedaço/peça]:



Dennis — NAS, North America Syndicate.

"WOULD YOU LIKE A PIECE
OF TOAST FOR BREAKFAST?"

"I'D RATHER HAVE A
WHOLE ONE, THANKS."

[Você quer um pouco de
torrada de café-da-manhã?]

[Prefiro uma inteira,
obrigado.]

Como Dênis vai descobrir, *a piece of toast* [um pedaço / um pouco de torrada] (ou de mail, ou de clothing, ou de fruit, ou de furniture) não tem nada de pedaço.* Mas precisamos usar o *piece* como classificador para tirar um pedaço da frutidade, ou da mobiliaridade, ou da torradicidade que possamos identificar e enumerar (assim como usamos classificadores para tirar pedaços de substâncias, como em *a sheet of paper* [uma folha de papel], *a blade of grass* [uma folha de grama] ou *a stick of wood* [um pedaço de madeira]). Em inglês, substantivos incontáveis para objetos tendem a se aplicar a casos de coisas que são heterogêneas em tamanho e forma mas que costumam sofrer ações coletivamente, como o mobiliário dentro de uma van, frutas numa cesta, roupas numa mala ou a correspondência em sacos. Mas em algumas línguas, como o chinês, *todos* os substantivos agem como substantivos incontáveis, representando o conceito em si, em vez de encarnações isoladas dele, e os falantes não os enumeram nem fazem seu plural sem o emprego de um classificador, como em “duas ferramentas de martelo” ou “três varetas de caneta”.

Se substantivos contáveis e substantivos incontáveis podem ser aplicados a praticamente tudo, por que as línguas se preocupam com eles? Um motivo é que eles nos permitem entrar em acordo sobre como isolar, contar e medir as coisas. Imagine que alguém lhe peça para “contar tudo que há nesta sala”. O que exatamente você ia contar? As cadeiras? As pernas das cadeiras? As cores? As paredes? Deveria talvez acrescentar “1” para a própria sala? A tarefa não faz sentido enquanto algum tipo de unidade não for especificado, e é isso que os substantivos contáveis fazem (não é coincidência que eles se chamem substantivos “contáveis”). E não dá para comparar quantidades sem usar um termo contável ou incontável. Se Sally tem uma pedra grande e Jenny, três pedras bem menores, quem tem mais? De novo, a pergunta sozinha é impossível de ser respondida; depende de se se quer dizer “mais pedra” ou “mais pedras”. Até crianças de quatro anos sabem que essas perguntas pedem respostas diferentes (de acordo com um experimento dos psicólogos David Barner e Jesse Snedeker),³⁶ e entender a diferença na quantificação da matéria é essencial para compreendermos a piada no quadrinho a seguir:

* Em português o fenômeno não se reproduz, já que a palavra “torrada”, assim como “fruta”, também é usada como substantivo contável. (N. T.)



Monty © United Feature Syndicate, Inc.

Pelo mesmo motivo, o simples juízo de se duas coisas são “a mesma coisa” depende de chegarmos a um acordo sobre *que coisa* — uma xícara e uma pilha de cacos de xícara podem ser a mesma cerâmica, embora não sejam a mesma xícara. A distinção contável/incontável, portanto, ajuda-nos a entrar em acordo sobre quais coisas individuais tratamos como entidades mentais enumeráveis e quais tratamos como meras encarnações de uma categoria.

Se os substantivos contáveis e incontáveis são atitudes cognitivas, em vez de reflexos dos tipos de matéria, temos de vê-los aplicados a entidades que não são feitas de matéria. E vemos. A distinção contável/incontável aparece em muitos âmbitos impalpáveis do pensamento, povoados por coisas que não possuem massa nem ocupam espaço. Distinguimos *opinions* [opiniões] isoladas (contável) do *advice* [conselho] contínuo (incontável), *stories* [histórias] de *fiction* [ficção], *facts* [fatos] de *knowledge* [conhecimento], *holes* [buracos] de *space* [espaço], *songs* [canções] de *music* [música], *naps* [cochilos] de *sleep* [sono], *falsehoods* [falsidades] de *bullshit* [besteira].

Seria a capacidade de interpretar entidades abstratas do modo como interpretamos coisas e substâncias uma conquista tardia da mente madura, resultado da intensa exposição a substantivos contáveis e incontáveis abstratos? O psicólogo Paul Bloom mostrou que a resposta aparentemente é não: é algo que já é natural a crianças de três anos de idade.³⁷ Quando crianças ouvem uma rápida seqüência de sons de sino e alguém lhes diz: “These are feps — there are really a lot of feps here” [Esses são feps — tem mesmo um monte de feps aqui] (substantivo contável), e então lhes pede que “façam um fep” com um sino e uma vareta, elas tendem a tocar o sino uma vez só. Quando alguém lhes diz: “This is fep — there is really a lot of fep here” [Isso é fep — tem mesmo um monte de fep aqui] (substantivo incontável), e lhes pedem para “fazer fep”, elas tendem mais a tocar várias vezes o sino. Isso corresponde exatamente ao que elas fizeram quando as palavras se referiam a um conglomerado físico, como len-

tilhas — responderam a *dê um fep* com uma lentilha, e *dê fep* com um punhado. Assim, as crianças distinguem substantivos contáveis de incontáveis do mesmo modo, estejam elas se referindo a fatos passageiros ou a objetos físicos (um feito de agilidade mental que, como veremos, é subjacente à semântica temporal). Outros experimentos mostraram que as crianças são capazes de enumerar outras entidades que não sejam objetos isolados, como coleções, lóbulos, ações, buracos e poças.³⁸

Portanto, embora nossa capacidade de pensar em coisas e substâncias certamente esteja enraizada em nossa percepção de pedaços e gotas no mundo físico, nós a estendemos com facilidade para o mundo das idéias. Com isso, conseguimos identificar, acompanhar e enumerar publicamente o conteúdo de nossa consciência, não importa quão etéreo ele seja. Na verdade, a capacidade de quantificar o incorpóreo é uma marca registrada da vida mental. Como eu amo a ti? Deixe-me contar os *jeitos*. Dez judeus, onze *opiniões*. Deve haver uns cinquenta *jeitos* de deixar um amante. Quantas vezes tem um homem que olhar para cima para conseguir ver o céu? Quatro são as *coisas* que não me teriam feito falta: amor, curiosidade, sardas e dúvida.³⁹ E, é claro, quantos *eventos* aconteceram em Nova York na manhã de 11 de setembro de 2001?

QUESTÃO DE CENTÍMETROS: PENSAMENTOS SOBRE O ESPAÇO

“Questão de centímetros” é uma expressão que se aplica ao beisebol, ao futebol, ao golfe e ao sexo. Mas ela se aplica na realidade a qualquer atividade que envolva um movimento no espaço, em que um passo em falso pode virar questão de vida ou morte. Avaliar a disposição do mundo e guiar um corpo através dela são tarefas de engenharia incrivelmente complexas, como podemos verificar pela inexistência de máquinas de lavar louça que se esvaziam sozinhas ou de aspiradores que subam escadas. Mas nosso sistema sensorio-motor realiza tais feitos com facilidade, junto com andar de bicicleta, enrolar espaguete, enterrar bolas de basquete e pular amarelinha. “Em forma, em movimento, quão exato e admirável!”, disse Hamlet sobre o homem.

No entanto, em se tratando da *língua* do espaço, não parecemos ser tão exatos e admiráveis. Dizem que uma imagem vale mil palavras, porque uma descrição verbal pode deixar as pessoas frustradas ao tentar formar uma imagem mental. Aqui estão alguns exemplos de alguns dias de leitura de jornal:

- “A primeira etapa da construção será proteger o que sobrou das colunas destruídas das torres gêmeas com um revestimento semelhante ao de piscinas e trinta centímetros de enchimento.” (O revestimento fica acima ou abaixo do enchimento? O que restou das colunas tem apenas trinta centímetros de altura? Elas sustentam o revestimento como a armação de uma barraca ou o furam como estacas de barraca?)
- “Projetadas para proteger terrenos litorâneos controlando a erosão da praia, muralhas de pedra já estão instaladas em boa parte da costa da baía.” (Elas ficam paralelas à costa ou perpendiculares?)
- “Foi feita uma abertura de doze metros no centro da parede de aço que fica no extremo do canal.” (A parede bloqueia o extremo do canal, como um fecho, ou o ladeia, como a porta de um ônibus?)
- “A tripulação de manutenção aparentemente deixou uma válvula de controle da pressurização fora do lugar, de acordo com a autoridade ligada à investigação.” (Eles retiraram a válvula ou só a posicionaram errado?)
- “Para formar uma barragem ‘I’, chapas formadas, um tipo de cerca de aço, não colocadas no solo compactado do dique. Em seguida vergas de aço de reforço são trançadas através do topo da chapa, e o concreto é despejado de forma a encapsular o topo da chapa e formar a parede.” (Hã?)

Essa imprecisão pode ter graves consequências. Desastres terríveis de avião já foram causados por problemas na comunicação entre pilotos e controladores de voo a respeito da localização e da direção das aeronaves.⁴⁰

A discrepância entre nosso movimento suave e preciso no espaço e a linguagem entrecortada e ambígua que usamos para o espaço tem suas raízes no cérebro, que possui vários sistemas para detectar o mundo tridimensional. Há uma rede complexa para a coordenação sensório-motora que inclui o cerebelo (“cerebrozinho”), além dos gânglios da base e de diversos circuitos que atravessam a fissura central do cérebro. O sistema é em grande parte analógico e codifica localizações com precisão, mas é praticamente invisível ao pensamento consciente.⁴¹ Dentro do cérebro visual, existe o sistema “o quê”, que passa pela parte de baixo do cérebro, da parte frontal até a parte posterior. Ele registra a forma de letras, rostos e objetos, e danos a ele podem causar dislexia ou agnosia, como no homem que confundiu sua mulher com um chapéu (o título do famoso livro do neurologista Oliver Sacks). E há o sistema “onde”, que sobe da parte posterior do cérebro até a parte superior. Ele nos permite acompanhar a localização de objetos, e danos a ele podem causar a síndrome

denominada negligência, em que a pessoa pode ser incapaz de perceber os móveis de um lado de uma sala, deixar de comer um lado do prato e deixar um lado do rosto sem barbear. Assim como o restante do cérebro, os sistemas “o quê” e “onde” existem duplicados nos hemisférios esquerdo e direito, embora os dois lados não sejam idênticos em suas atividades. O sistema “onde” do hemisfério direito é melhor para avaliar relações espaciais analógicas, como determinar se dois objetos estão exatamente a um centímetro de distância. O sistema “onde” do hemisfério esquerdo é melhor para avaliar relações espaciais digitais, como determinar se dois objetos estão encostados ou se um está à direita ou à esquerda do outro.⁴²

Não é coincidência que as duas grandes divisões do cérebro visual primata tenham o nome de dois pronomes interrogativos do inglês [what e where]. É claro que o cérebro veio antes dos pronomes: perguntamos *o quê* e *onde* porque nosso cérebro é feito para rastrear coisas e objetos. A distinção é refletida no vocabulário da maioria das línguas, onde se observa uma grande classe de substantivos que nomeiam objetos de formatos diferentes (ancorados ao sistema “o quê” no hemisfério esquerdo) e uma classe menor de palavras ou morfemas que especificam caminhos e lugares (ancorada no sistema “onde” no hemisfério esquerdo).⁴³ Em inglês a distinção é radical. Uma espiada em qualquer dicionário visual mostra que o inglês possui um número enorme de palavras para formas, talvez até 10 mil:⁴⁴

Em comparação, o inglês tem apenas por volta de oitenta preposições espaciais:

about, above, across, after, against, along, alongside, amid(st), among(st), apart, around, at, atop, away, back, backward, behind, below, beneath, beside, between, beyond, by, down, downstairs, downward, east, far from, forward, from, here, in, in back of, in between, in front of, in line with, inside, into, inward, left, near, nearby, north, off, on, on top of, onto, opposite, out, outside, outward, over, past, right, sideways, south, there, through, throughout, to, to the left of, to the right of, to the side of, together, toward, under, underneath, up, upon, upstairs, upward, via, west, with, within, without

[próximo de, acima, de lado a lado, depois de, contra, ao longo de, (d)entre, separado, por perto, em, em cima, longe, atrás, para trás, detrás, abaixo, embaixo, ao lado, no meio, além, do lado, embaixo, no andar de baixo, para baixo, a leste, longe de, para a frente, de, aqui, em, na parte de trás, no meio, diante de, alinhado a, dentro de, para dentro de, para o interior, à esquerda, nas proximidades de, a norte de, ao largo de,



Zippy — Bill Griffith. King Features Syndicate.

[— Tudo no mundo tem um nome, Zippy! Este templo grego tem um tímpano, um frontão, uma cornija, um friso e uma arquitrave. E nem chegamos ainda à coluna!

— Humm...

— E esta guitarra tem tarrachas, braço, trastes, captador, tremolo, controlador de volume e um plugue de saída!

— O Bon Jovi sabe tudo isso de cor?

— Isto não é apenas um cogumelo! É composto de chapéu, lamela, talo, véu, esporos, hifa e micélio!

— Sem os nomes as coisas não existiriam?

— Esta é uma pergunta interessante... Quando as abstrações ficam concretas? As palavras interferem na compreensão?

— Se um bebê de seis meses ficasse órfão numa ilha deserta, e sem aprender nenhuma língua, do que ele ia chamar a Connie Chung?]

sobre, em cima de, para cima de, do lado oposto, fora, do lado de fora, para fora, por cima, passando por, à direita, em diagonal, ao sul, lá, através, durante, para, para a esquerda de, para a direita de, para o lado de, junto, na direção de, sob, debaixo, cima, sobre, no andar de cima, para cima, por meio de, a oeste de, com, dentro, sem]

O espaço também está codificado em substantivos como *edge* [beira] e *vicinity* [cercania], em verbos como *enter* [entrar], *spread* [espalhar] e *cover* [cobrir], e em sufixos como os de *homeward* [para casa] e *Chicago-bound* [indo para Chicago].⁴⁵ Muitas línguas empregam mais essas formas que preposições ou seus equivalentes. Mas, mesmo com todos esses dispositivos, a localização normalmente é demonstrada de um jeito bem menos preciso que as formas.⁴⁶

A disparidade provém em parte de uma diferença inerente entre a geometria da forma e a geometria da localização. Especificar uma forma pode exigir o

mesmo número de unidades de informação quanto o de faces, cantinhos e fendas da forma. Mas especificar a disposição de um objeto em relação a outro exige apenas seis unidades de informação. Em tese, uma língua é capaz de localizar com exatidão um objeto construindo suas preposições a partir de seis sílabas: uma para cada uma, para a distância relativa a um referencial nas direções cima-baixo, direita-esquerda e perto-longe (talvez usando unidades de escala logarítmica ancoradas por um objeto comum ou uma parte do corpo), e uma para cada um dos ângulos de mergulho, balanço e guinada (talvez usando incrementos angulares de 1/16 de volta). No mundo de verdade, nenhuma língua funciona desse jeito. A língua descreve o espaço de um modo que não se parece em nada conhecido pela geometria, e pode às vezes deixar os ouvintes em suspenso no ar, no mar ou no escuro, para saber onde estão as coisas.

A primeira esquisitice é que os termos espaciais são altamente polissêmicos.⁴⁷ Nunca passa pela cabeça da maioria dos falantes do inglês que nossa preposição *on* não determina um relacionamento espacial (por exemplo, uma coisa apoiada em cima de outra coisa, como *a book on a table* [um livro sobre a mesa]), mas vários. Pense nos diferentes significados de *on* em um *a picture on a wall* [um quadro numa parede], *a ring on a finger* [um anel num dedo] ou *an apple on a branch* [uma maçã num galho]. Até uma língua tão próxima do inglês quanto o holandês trata esses casos com preposições diferentes: *op* para um livro sobre a mesa, *aan* para um quadro na parede e *om* para um anel num dedo. Pior ainda é uma preposição como *over*, que possui mais de cem empregos distintos, como *Bridge over troubled water* [Ponte sobre águas agitadas], *The bear went over the mountain* [O urso foi até a montanha], *The plane flew over the mountain* [O avião sobrevoou a montanha], *Amy lives over the hill* [Amy mora na montanha], *Barney spread the cloth over the table* [Barney esticou a toalha sobre a mesa] e *The book fell over* [O livro despençou].⁴⁸ Se você já se perguntou alguma vez, como faz Richard Lederer em *Crazy English*, por que alguém apaixonado está *head over heels* (já que nossa cabeça está sempre sobre nossos calcanhares — por que não *heels over head*?), a resposta é que *over* pode se referir ao traçado de um movimento (como em *The cow jumped over the moon* [A vaca pulou a lua]), não apenas uma localização, portanto a vítima está sendo descrita como alguém prestes a dar uma cambalhota.

Não é que o inglês sempre agregue as coisas, e as outras línguas separem. Muitos idiomas não distinguem *on* de *over*, usando um mesmo termo para a sobre-adjacência, ou não distinguem *in* [em/dentro de] de *under* [sob/debaixo].⁴⁹ E não é um vale-tudo: as línguas tendem a possuir termos para contato, alinhamento vertical,

proximidade e para estar contido ou não, como se existisse um alfabeto cognitivo de relações espaciais mais básico que as preposições de cada língua. Então, quando os idiomas juntam várias relações espaciais na mesma preposição, aderem a uma noção universal sobre quais relações são mais semelhantes entre si. Por exemplo, no inglês, o *on* junta um livro sobre uma mesa (alinhamento vertical mais contato) com um quadro na parede (ligação), presumivelmente porque ambos envolvem uma força que mantém uma coisa em contato com a outra. Por motivos semelhantes, o berbere *di* junta ligação (um quadro na parede) com estar ou não contido (um brinquedo numa caixa), novamente enxergando ambos como formas como um objeto impede o movimento do outro; as duas línguas só diferem quanto a dividir o impedimento em termos de verticalidade ou de contenção. O espanhol junta todos os três no *en*. Mas nenhuma língua junta o alinhamento vertical com a contenção ao mesmo tempo em que exclui a ligação, ou o estar-por-cima e o estar-perto excluindo o estar-sobre, porque essas junções não fazem sentido em termos cognitivos.⁵⁰

Outro aspecto no qual a linguagem espacial se mostra insuficiente é o fato de suas distinções serem digitais — na realidade, costumam ser binárias. Em muitas línguas a distinção espacial mais básica é entre algo que está próximo do falante e algo que está a certa distância, como em *here* [aqui] e *there* [lá]. A distinção é relativa, não absoluta; como ressalta Stephen Levinson, *Put it there* [Ponha lá] tem um sentido diferente para um operador de guindaste e para um neurocirurgião. A maioria das línguas do mundo divide o espaço em torno do falante em apenas essas duas regiões, embora cerca de um quarto delas (incluindo o espanhol) faça uma distinção tripla, entre “perto de mim”, “longe de mim” e “no meio”, e bem poucas (como o tlingit, uma língua falada em Yukon) cheguem a quatro, acrescentando o “muito longe de mim”. Nenhuma língua possui termos espaciais que meçam a distância em unidades (embora, é claro, uma cultura que tenha um sistema de contagem possa dizer isso com substantivos e adjetivos, como em *five thousand two hundred and eighty feet* [cinco mil duzentos e oitenta pés]).

As distinções espaciais mais comuns nos idiomas do mundo são de sim-ou-não: ou você está dentro ou está fora, literalmente. A questão não é só que as línguas dividam o espaço em zonas com limites difusos. Muitas das relações espaciais com as quais elas se preocupam são *inerentemente* qualitativas, envolvendo distinções que podem ser chamadas, grosso modo, de topológicas.⁵¹ Dizem que um topólogo é um matemático que não sabe distinguir uma rosquinha de uma xícara de café, porque a topologia lida com características qualitativas como contato,

estar ou não contido, estar ou não conectado, e buracos — propriedades que não mudariam se o mundo fosse feito de Silly Putty* e pudesse ser esticado sem se romper. Dentre os conceitos mais ou menos topológicos codificados na língua estão o contato, o estar ou não contido e a ligação. A diferença entre a topologia e relações espaciais contínuas é captada pela declaração de amor de Groucho Marx: “If I held you any closer I’d be on the other side of you” [Se eu te abraçasse mais apertado, eu passaria para o outro lado de você].

Os termos espaciais que *são* contínuos não se importam com as variáveis imprecisas envolvidas na distância, no tamanho e na forma.⁵² O lingüista Len Talmy observa que usamos a mesma preposição *across* [através] para descrever uma formiga subindo numa mão e atravessando-a e ao lembrar de uma viagem de ônibus atravessando o país. No entanto, a formiga apresenta um movimento de passos e conclui sua viagem dentro do foco de atenção do observador, que enxerga o movimento, como se fosse Deus, do alto. E o ônibus desliza pela estrada numa viagem que é vivida por muitos dias e em muitos lugares, e que só pode ser juntada na memória. Apesar da pouca semelhança entre as experiências, aplicamos uma única preposição a ambas. Esse talento para a abstração geométrica fica visível na linguagem infantil. O escritor Lloyd Brown contou que sua filhinha disse um dia, sobre dois cachorros que seguiam um atrás do outro: “Look at those dogs running like a hook-and-ladder” [Olha aqueles cachorros correndo como um caminhão de bombeiro] (aqueles caminhões compridos com um guincho atrás). Em outra ocasião ela lhe pediu uma caixa de giz de cera que “looks like an audience” [parece uma platéia] — não a caixa achatada de oito, mas a maior, com os gizes de cera organizados em colunas como o balcão de um teatro.⁵³

Esses feitos são possíveis porque a parte da mente que faz interface com a linguagem trata os objetos de forma *esquemática*, em termos do modo como eles se esticam ao longo de cada uma das três dimensões do espaço.⁵⁴ Na realidade, cada partícula de matéria tem altura, largura e profundidade, mas, quando falamos dessas partículas, fingimos que algumas das dimensões não existem. No caso mais simples somos capazes de pensar como especialistas em geometria e conceber um ponto como algo de zero dimensão, uma linha ou uma curva como algo de uma dimensão, uma superfície como algo de duas, e um volume como algo de três. Mas

* Silly Putty: nome comercial de uma massinha de silicone para crianças que pode ser moldada e que pula. (N. T.)

também podemos conceber formas mais complexas associando e hierarquizando as dimensões. Pensa-se num objeto como uma coisa que tem uma ou mais dimensões principais, que são as que realmente contam quando se raciocina sobre ele, junto com uma ou mais dimensões secundárias. Uma estrada, um rio ou uma fita são concebidos como uma linha contínua (seu comprimento, que é sua única dimensão principal) achatada por uma linha delimitada (sua largura, que faz o papel de dimensão secundária), resultando numa superfície. Uma camada ou uma placa tem duas dimensões principais, que definem uma superfície, e uma dimensão secundária limitada, sua espessura. Um tubo ou um raio têm uma única dimensão principal, seu comprimento, e duas dimensões secundárias, que revelam seu interior.

Nossa mente também pode encarar os limites de um objeto como se eles fossem eles mesmos objetos. Um especialista em geometria diria que um volume em 3-D tem de ser delimitado por uma superfície 2-D, uma superfície por uma extremidade 1-D, e uma linha por um ponto 0-D. Mas a mente enxerga mais que isso. Podemos pensar uma listra, que é 2-D, como fronteira para uma superfície 2-D, como a borda de um prato ou de um tapete; o fato de que a dimensão *principal* da listra é 1-D basta para transformá-la no limite de uma superfície. Da mesma maneira, pensa-se num *end* [fim] como algo que não tem nenhuma dimensão principal e como limite de um objeto com uma dimensão principal. A palavra *end*, portanto, abrange um conjunto de entidades que são completamente diferentes na geometria euclidiana: o ponto 0-D que delimita uma linha, a lateral 1-D que delimita uma fita, ou a superfície 2-D que delimita um raio. Um *edge* [borda] funciona do mesmo jeito, exceto pelo fato de que possui uma dimensão primária, e não nenhuma. Muitas vezes o extremo é pensado como algo que inclui um pedacinho da linha ou da superfície adjacentes. É por isso que podemos cortar o *end off a ribbon* [a ponta da fita], ou o *edge off a board* [a ponta da tábua], feitos que são, geometricamente falando, impossíveis. Quando o limite 2-D de um sólido 3-D ganha um pedaço da matéria adjacente, damos a ele o nome de *crust* [crosta/casca]. Embora a palavra seja mais conhecida em nossas experiências com pão, também a aplicamos a machucados e planetas, apesar das diferenças inescapáveis de tamanho, composição e comestibilidade. O traço em comum é a geometria dimensional que aplicamos a eles.

O aparato das dimensões principais e secundárias, quando aplicado ao espaço negativo que é deixado quando uma porção de matéria é tirada de alguma

coisa, nos fornece nosso léxico de nada: as muitas palavras para nicks, grooves, dents, dimples, cuts, slots, holes, tunnels, cavities, hollows, craters, cracks, clefts, chambers, openings and orifices [nichos, ranhuras, fendas, covinhas, cortes, aberturas, túneis, cavidades, ocos, crateras, fendas, fissuras, câmaras, aberturas e orifícios].⁵⁵ A similaridade cognitiva entre coisas e buracos dá origem a muitos enigmas e paradoxos. Já cruzamos com a polissemia de *window* [janela] e *door* [porta] (que podem ser ou as aberturas ou suas coberturas). Os filósofos se preocupam em como encaixar os buracos na taxonomia ontológica de todos os tipos de coisas que existem no universo, já que um buraco pode ser fundo, o que faz dele um tipo de objeto, mas isso implica que ele teria de poder ser pesado também, como a matéria em geral, da qual os objetos são um subtipo. Só que um “buraco pesado” é uma idéia tão absurda quanto uma “mesa feliz” ou uma “idéia verde”.⁵⁶ Quebrar a cabeça pensando em buracos — coisas reais na mente, nada na vida real — não são só ossos do ofício de lingüistas e filósofos.⁵⁷ Um buraco pode ser a resposta para adivinhas como “Qual é a única coisa que, se colocada num balde, faz com que ele fique mais leve?” e “Quanto mais você tira maior eu fico; quem sou eu?”. Eles são a fonte para pegadinhas como: “Quanta lama há em um buraco de dois metros de largura, 2,5 metros de profundidade e 1,5 metro de comprimento?”. (Resposta: Nenhuma.) Buracos também são usados para criar ilusões visuais, como o rosto — vaso da página 60, a arte de Escher e de Magritte e a sequência “Mar de Buracos” em *Yellow submarine*, em que o Ringo de animação coloca um oval no bolso e depois o tira para desinflar a bolha que aprisionava a Sgt. Pepper’s Lonely Hearts Club Band (“Tenho um buraco no bolso!”, ele se lembra). E há também as bolinhas de massa frita vendidas pelo Dunkin’ Donuts, curiosamente chamadas “donut holes”.

A idéia de que as formas podem ser cognitivamente derretidas e transformadas em manchas encaixadas em eixos surgiu numa teoria do reconhecimento das formas do neurocientista da computação David Marr. Marr observou como é fácil para as pessoas reconhecer figuras desenhadas com palitinhos e animais feitos com espanadores de pó ou balões torcidos, apesar da pouca semelhança em relação aos objetos reais na disposição de seus pixels. Ele propôs que na verdade nós *representamos* formas dentro da mente como modelos de mancha-e-eixo, em vez de em imagens cruas, porque um modelo assim é estável conforme o objeto se movimenta em relação ao observador, enquanto os pixels de uma imagem se espalham por todo lado.⁵⁸ Modelos esquemáticos não são a única maneira pela qual

reconhecemos objetos — podemos, por exemplo, reconhecer uma camiseta num cesto só por sua cor e textura —, mas eles realmente parecem povoar a interface em que a visão se encontra com a linguagem e o raciocínio.⁵⁹ Além de os substantivos para as formas (como *ribbon* [fita], *layer* [camada], *crust* [crosta], *hunk* [grande pedaço] e *groove* [ranhura]) tirarem suas definições desse mundo de espanadores de pó, bonequinhos recortados e balões, parece que *concebemos* os objetos à nossa volta também nesses termos. São poucas as pessoas que pensam num fio como um cilindro bem fininho, e num CD como um cilindro bem achatado, embora tecnicamente eles sejam exatamente isso. Nós os concebemos como tendo apenas uma ou duas dimensões principais, respectivamente. Assim como não costumamos imaginar um lago como uma massa translúcida com o topo chato, bordas definidas e várias saliências na forma do fundo do lago. Pensamos nele como uma superfície 2-D.⁶⁰

A dimensionalidade esquemática dos objetos afeta não apenas o modo como os reconhecemos e visualizamos, mas às vezes o modo como raciocinamos sobre eles. Tendemos a pensar numa caixa, por exemplo, como um recipiente 3-D. Num experimento clássico de resolução de problemas, ensinado em toda faculdade de psicologia, dão-se às pessoas uma cartela de fósforos, uma caixa de tachinhas e uma vela, e se pede que elas descubram como prender a vela na parede.⁶¹ A maioria das pessoas fica sem saber o que fazer. Ao pensar na caixa como um recipiente, não passa pela cabeça delas tirar todas as tachinhas dela e afixá-la à parede, criando uma prateleira 2-D para a vela. E, em se tratando de nosso corpo, a concepção funciona ao contrário: pensamos nele como coisa sólida, não recipiente, o que dá origem a algumas intuições estranhas. Pesquisadores de inteligência artificial que estudam a natureza do bem senso já observaram que, se há uma sacola em seu carro, e há uma garrafa de cinco litros de leite na sacola, as pessoas concordam que há cinco litros de leite no carro. Mas, se há uma pessoa no carro, e cinco litros de sangue dentro da pessoa, as pessoas não acham que haja cinco litros de *sangue* no carro. Pesquisadores que estudam a emoção já observaram que a maioria das pessoas sente repugnância com a idéia de comer de um prato de sopa em que elas mesmas tenham cuspidido, embora ninguém tenha nojo da idéia de que sua própria boca está cheia de saliva.⁶² Há uma piada sobre uma menininha que está enchendo um buraco no jardim quando um vizinho olha por cima da cerca. Ele pergunta, educado: “Oi! O que você está fazendo?”. “Meu peixinho morreu”, responde a garota em lágrimas, “e acabei de enterrá-lo.” O vizinho pergunta: “Não é um

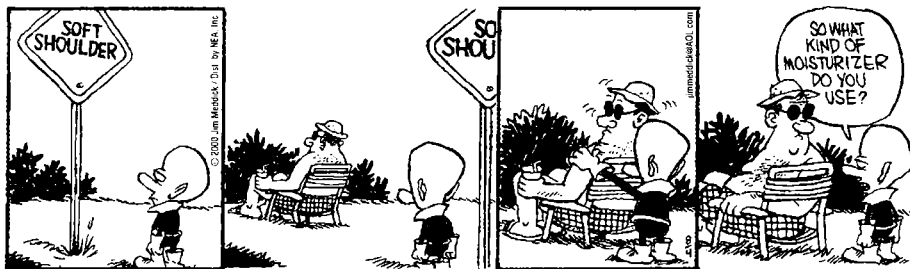
buraco grande demais para um peixinho?”. A menina amassa a terra com os pés e responde: “É porque ele está dentro do seu gato idiota”.

Voltemos à língua em si. Os modelos esquemáticos das formas compõem o tipo de geometria que define a maior parte dos termos espaciais em inglês e em outros idiomas.⁶³ Uma preposição, por exemplo, localiza uma figura em relação a um objeto de referência, e ao fazer isso tem de especificar alguma coisa sobre a forma da figura e alguma coisa sobre a forma do objeto de referência. O tipo mais comum de preposição, como *in* [em, dentro de], *on* [sobre], *near* [perto], e *at* [em], não diz coisa nenhuma sobre a figura que está sendo localizada, tratando-a como um ponto 0-D ou um bloco amorfo.⁶⁴ (Esse é o cerne do efeito holístico que vimos no capítulo 2, no qual se pensa num movimento ou numa mudança como se ela afetasse inteiramente uma entidade.) Lembre-se de que qualquer coisa pode estar *in* ou *on* alguma coisa, seja uma pedrinha, um lápis ou um papel, e não importa o lado para onde ela esteja virada. O objeto de referência, por outro lado, tem de possuir determinada geometria para que a preposição se aplique. *In*, por exemplo, exige uma cavidade em 2-D ou 3-D. *Along* [ao longo de] precisa de um eixo 1-D primário: um inseto pode *walk along a pencil* [andar ao longo de um lápis], mas não de um CD, embora possa andar *along the 1-D edge of the CD* [ao longo da borda 1-D do CD]. *Through* [através] exige uma abertura 2-D ou um conglomerado, como quando um peixe nada *through water* [pela água] ou um urso corre *through the woods* [corre pela floresta]. *Inside* [dentro de] exige um confinamento, normalmente 3-D.

As descrições reais de coisas no espaço se sustentam na compatibilidade entre a geometria espanador-de-pó dos objetos e as exigências dimensionais dos termos espaciais. Como um lago é concebido como algo que tem apenas duas dimensões principais, não dá para nadar *inside the lake* [dentro do lago], embora isso fizesse sentido em termos geométricos. Lederer pergunta por que dizemos que alguma coisa pode estar *underwater* [submersa] ou *underground* [subterrânea] mesmo que ela esteja cercada de água ou de terra, não debaixo delas. É porque terra e água são concebidas como superfícies 2-D, não como volumes 3-D, por mais geologicamente improvável que isso seja. A dimensionalidade de um objeto também é o aspecto de sua geometria que os modificadores “enxergam” quando se associam a ele numa expressão. A *big CD* [um CD grande], por exemplo, precisa ter um diâmetro acima da média, não uma espessura acima da média (o que só poderia ser a *thick CD* [um CD grosso]), e a *big lake* [um lago grande] tem de ter uma área excep-

cionalmente grande, não importa qual seja sua profundidade; não pode ter uns poucos metros de largura e um quilômetro de fundura.⁶⁵

Vimos no capítulo 3 que, uma vez que o objeto referencial é reduzido a alguns palitinhos, tábuas ou massas amorfas, ele precisa ser perfurado por eixos que identifiquem suas direções e permitam a localização da figura em relação a ele. O modo mais comum de uma língua designar lugares e direções é superpondo um corpo humano ao objeto referencial e optar por um termo para a parte do corpo adequada.⁶⁶ Vemos isso em inglês em termos espaciais genéricos como *back* [atrás/costas], *face* [rosto] e *head* [cabeça], e ainda mais fortemente em palavras que carregam mais da geometria corporal, como *eye* [olho] (de uma agulha ou de uma tempestade), *nose* [nariz] (de um avião), *foot* [pé] (de uma montanha ou de uma mesa), *mouth* [boca] (de um rio), *neck* [pescoço], *elbow* [cotovelo], *finger* [dedo], *groin* [virilha], *flank* [lado], *butt* [nádegas/ponta], e uma que parece deixar atordoado o alien Mr. Pi na tira de *Monty*.



Monty © United Feature Syndicate, Inc.

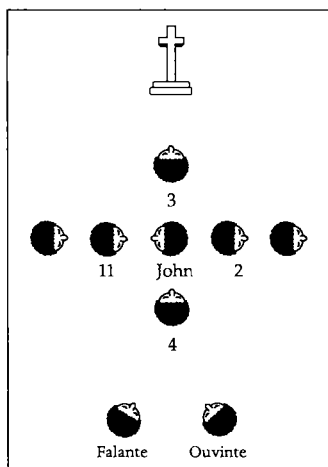
[SOFT SHOULDER: expressão que quer dizer literalmente OMBRO SUAVE, mas que indica um barranco de terra solta que ladeia uma estrada.

— QUE TIPO DE HIDRATANTE VOCÊ USA?]

A metáfora corporal, nem é preciso dizer, não é a única fonte de palavras para as relações espaciais. No capítulo 3 vimos como línguas diferentes, e termos diferentes dentro de uma única língua, têm à sua disposição um menu de referenciais. Entre eles está um referencial baseado na gravidade, usado para *above* [acima]; um referencial geocêntrico, usado para *north* [norte]; um referencial centrado no objeto, usado em *the car's right side* [o lado direito do carro]; e um referencial egocêntrico, usado em *behind the pole* [atrás do poste]. O menu é um produto da destreza do nosso sis-

tema visual para espetar os objetos em diversos sistemas de coordenadas, como vimos na forma que passa de quadrado para um polígono com formato de diamante na página 172.

Um dos motivos de nossas descrições do espaço serem ridiculamente ambíguas é que nossos termos espaciais não captam todo o grau de liberdade com que um objeto de referência pode ser encaixado em eixos. Se uma banhista está deitada tomando sol com os joelhos dobrados apoiando um livro, e uma mosca pousa em sua coxa, podemos dizer que a mosca está *below her knee* [abaixo de seu joelho], se usarmos a gravidade como referencial, ou podemos dizer que ela está *above her knee* [em cima de seu joelho], se usarmos o corpo dela como referencial. Na verdade, as possibilidades de confusão são ainda mais graves. Talmy nos pede que imaginemos um falante e um ouvinte nos fundos de uma igreja.⁶⁷ Uma fila de gente segue da esquerda para a direita, virada para a parede direita. John está no meio da fila, embora tenha dado meia-volta e esteja virado para a esquerda. Ao lado dele estão duas pessoas, ambas viradas para a frente da igreja, uma um pouquinho mais perto que John do altar, a outra um pouquinho mais perto da entrada. A ilustração mostra uma visão do alto da cena.



Quem está *in front of* [na frente de] John? O falante pode responder que é a Pessoa 1, se alinhar o eixo referencial ao corpo de John. Pode responder que é a Pessoa 2, se o alinhar à fila. Pode responder a Pessoa 3, se alinhar o eixo à igreja e à frente e aos fundos inerentes a ela. Ou pode responder que é a Pessoa 4, se alinhar

o eixo à linha de visão que o liga a John. Nem todos os termos espaciais dos idiomas do mundo são tão ambíguos quanto o inglês *in front of*, mas todos são ambíguos sob certo aspecto.

Por que a linguagem espacial do dia-a-dia é tão capenga? Por que descrevemos o espaço — o meio onipresente em que todas as experiências se desenrolam — com termos que são com tanta frequência ambíguos, digitais, topológicos, esquemáticos e relativos? Assim como com todas as perguntas sobre o design da língua (ou de qualquer outra coisa), a resposta está na negociação.

Lembra-se de meu vocabulário espacial ideal, cujas preposições eram organizadas a partir de seis sílabas, uma para cada um dos graus de liberdade da disposição de um objeto em relação a um referencial? O problema óbvio desse esquema é que tendemos a não *gostar* de palavras de seis sílabas, especialmente se temos que usá-las o tempo todo, como fazemos com as preposições espaciais. (*In* [em/dentro] e *to* [para], por exemplo, estão na lista das dez palavras mais frequentes do inglês, e *on* [em/sobre], *at* [em], *by* [por/perto de] e *from* [de] estão logo atrás.)⁶⁸ É claro que cada uma dessas palavras sesquipedais poderia ser substituída por uma bem curta e específica, mas isso multiplicaria o número de palavras diferentes que as crianças precisariam decorar. Mesmo que fizéssemos apenas sete gradações de comprimento e ângulo, teríamos que decorar mais de 100 mil palavras só para dominar o vocabulário espacial da língua, antes mesmo de chegar a *carburetor* [carburador], *doorknob* [maçaneta] e *trombone*. Foram as negociações entre transparência, precisão, comprimento das palavras e tamanho do vocabulário que arruinaram vários projetos dos tempos do Iluminismo para uma “língua perfeita”, e em *Words and rules* [Palavras e regras] argumentei que muitas características dos idiomas de verdade surgem a partir de concessões entre essas exigências.⁶⁹

Como palavras e sílabas não são gratuitas, as línguas as economizam sempre que podem. Uma razão para a ambigüidade das palavras espaciais (e para a ambigüidade em geral) é que muitos termos ambíguos em potencial ficam claros na conversa cara a cara, em que o falante e o ouvinte estão no mesmo ambiente e têm consciência a qualquer momento daquilo que o outro sabe. Em jornais e outros textos, no entanto, as palavras são arrancadas desse diálogo íntimo e têm de ser consumidas por estranhos à distância.

Os termos espaciais são econômicos em um segundo sentido. De todas as formas como um objeto pode estar nas proximidades de outro, nem todas valem tanto a pena distinguir. Imagine que você esteja no meio de uma tempestade, a dez

metros de uma cobertura. Avance mais um metro; vai continuar molhado. Continue avançando, e em algum momento você não ficará mais molhado. Continue andando mais um metro na mesma direção; você não vai ficar mais seco do que já estava. Assim, a natureza criou uma descontinuidade entre o segmento do caminho em que mudanças graduais de posição o deixam igualmente molhado e o segmento em que mudanças graduais o deixam igualmente seco. E é exatamente nessa descontinuidade que alguém começaria a descrever sua posição, usando o *under* [sob] em vez do *near* [perto].⁷⁰ Os efeitos digitalizados da analogia de distância são a razão por trás do velho dito de que o beisebol é um *game of inches* [jogo de centímetros], e de ditados semelhantes como “A miss is as good as a mile” [Tanto vale errar por um centímetro quanto errar por um metro] e “Close only counts in horseshoes and hand grenades” [Perto só vale para a bocha e granadas de mão].

Os termos espaciais quantizam o espaço nos extremos em que os acontecimentos causais se desenrolam de modos diferentes para cada lado. Conforme sua palma gradativamente se curva em torno de uma bolinha de gude, a curvatura em que você deixa de dizer que a bolinha está *on the hand* [na mão] e passa a dizer que ela está *in the hand* [dentro da mão] é mais ou menos o formato que impede que ela escape se você a balançar. Do mesmo modo, uma corda que está *around a pole* [em volta de uma vara] pode fazer coisas que uma corda que está somente *by the pole* [perto da vara] não faz. Deixar de dar a devida atenção à semântica qualitativa de uma preposição pode ter conseqüências trágicas:

MORRE MORADORA DE NEWTON RESGATADA DE LAGO CONGELADO EM LINCOLN

Uma mulher que caiu num lago no domingo, quando uma fina camada de gelo se partiu, e ficou sob a água por pelo menos noventa minutos morreu ontem. O corpo de bombeiros de Lincoln afirmou que um problema de comunicação entre a pessoa que telefonou para avisar do acidente e o atendente atrasou significativamente o resgate. [...] O chefe do corpo de bombeiros de Lincoln disse que a demora se deveu a uma confusão que fez com que a equipe de resgate achasse que a mulher tinha caído sobre o gelo, e por isso os socorristas ficaram vasculhando a mata para encontrar o local do acidente.⁷¹

Uma preposição, portanto, tende a cobrir uma gama de configurações semelhantes em sua manipulabilidade, visibilidade, estabilidade e estado de

repouso. Esse esquema de digitalização é mais econômico que um esquema completo de coordenadas; ao codificar uma descontinuidade causal no mundo com a presença ou ausência binária de um símbolo, consegue-se mais por menos. Mas sua maior vantagem é tornar o poder causal de uma configuração mais *explícito*. Um símbolo espacial, uma vez codificado na memória, presta-se ao uso de algoritmos de raciocínio de forma bastante direta. Para determinar se alguma coisa vai se molhar, não é preciso fazer cálculos geométricos num banco de dados de posições de objetos; pode-se simplesmente verificar se o símbolo “under” [debaixo] está presente ou ausente.

Isso não implica, é claro, que exista uma única forma ideal para criar relações espaciais. Certamente nem todos os idiomas o fazem da mesma maneira.⁷² Imagina-se que isso aconteça porque a natureza dá ao espaço muitas saliências causais a escolher, e também porque cada língua negocia a expressividade, a precisão, o comprimento das palavras e o tamanho do vocabulário de um modo diferente. Mas a quantização das relações espaciais é universal, e relações importantes em termos causais, como contato, ligação, alinhamento, verticalidade e proximidade, aparecem em todos os vocabulários espaciais do mundo.

Quando Paul Bloom e eu sugerimos pela primeira vez que os termos espaciais se alinham a descontinuidades causais interessantes, tivemos de avançar com base em nossa intuição.⁷³ Recentemente, a idéia vem sendo corroborada em experimentos feitos por Kenny Coventry, Simon Garrod e outros. Eles apresentaram a pessoas fotografias de disposições estranhas de objetos e pediram a elas que dessem notas à adequação de várias preposições para descrevê-las.⁷⁴ Os experimentos descobriram que a intuição das pessoas era sensível não só à geometria pura das disposições, mas ao que os objetos *faziam*. Uma lâmpada é considerada *in a socket* [no soquete] quando sua base foi inserida, já que isso permite que ela se acenda, mas uma pessoa não está *in a car* [num carro] se apenas seu braço entra pela janela, já que isso não permite ao carro transportá-la nem mesmo abrigá-la. A posição em que um guarda-chuva é considerado estar *over a man* [sobre um homem] depende de onde ele pode protegê-lo melhor de uma chuva torrencial, e um tubo de pasta de dentes é julgado estar *above a toothbrush* [acima de uma escova de dente] não quando está diretamente sobre seu centro de massa, mas quando está mais próximo das cerdas, num meio-termo entre geometria e funcionalidade.

Vemos, portanto, que a concepção do espaço manifestada na língua é bem diferente do meio onipresente, contínuo, vazio e euclidiano imaginado por Kant

como a matriz da experiência. Ela é composta de símbolos digitais, que idealizam um objeto transformando-o em varas, folhas e massas, que são espetadas por eixos e organizadas numa estrutura articulada. E esses símbolos correspondem não somente a extensões de matéria e de espaço, mas a forças e poderes que governam nosso uso de recipientes, prendedores e ferramentas. Não que Kant estivesse errado quando sugeriu que a mente possui uma concepção pura do espaço, abstraída de seu conteúdo na vida real. Mas essa concepção é encontrada nos dois extremos da escada da cognição humana, pulando o nível em que nós normalmente falamos e pensamos. No extremo inferior, um meio espacial organiza os sistemas de nossas faculdades da visão e da imaginação, como vimos no início do capítulo ao analisar o papel do espaço no pensamento. E, no extremo superior, ele pode ser adquirido na escola, dentro do sistema explícito de conhecimento sobre o espaço a que chamamos geometria.

O RELÓGIO DIGITAL: PENSAMENTOS SOBRE O TEMPO

“Não desperdices tempo”, disse Benjamin Franklin, “pois é dele que é feita a vida.” Nossa consciência, mais que postada no espaço, desenrola-se no tempo. Consigo imaginar abolir o espaço de minha consciência — se, por exemplo, eu estivesse flutuando num tanque de privação sensorial ou ficasse cego e paralisado — e mesmo assim continuar pensando normalmente. Mas é quase impossível imaginar abolir o *tempo* da consciência de uma pessoa, deixando o último pensamento imobilizado como uma buzina de carro enguiçada, e continuando a ter uma mente. Para Descartes a distinção entre o físico e o mental dependia dessa diferença. A matéria está estendida no espaço, mas a consciência existe no tempo com tanta certeza como passa do “penso” ao “existo”.

Assim como praticamente todo aspecto da natureza humana, já se disse que existem culturas por aí que não possuem concepção de tempo. O lingüista Bernard Comrie examinou as alegações e afirmou que elas não têm credibilidade.⁷⁵ Uma pessoa que pertencesse a uma cultura sem concepção de tempo não seria capaz de generalizar que as pessoas invariavelmente nascem, crescem, envelhecem e morrem, e assim não ficaria surpresa de conhecer alguém que tivesse começado como cadáver, passasse a idosa, ficasse cada vez mais jovem e acabasse desaparecendo dentro do ventre da mãe. É evidente que não existe nenhuma sociedade

com esse tipo de doido. E as pessoas nas sociedades do mundo inteiro ordenam os acontecimentos em suas autobiografias, genealogias e histórias, e em seus mitos sobre coisas como a criação do mundo ou a chegada de seus ancestrais.⁷⁶

As pessoas também acompanham o passar do tempo nas palavras e construções de seu idioma. Em muitas línguas a ordenação dos acontecimentos é expressa em advérbios como *yesterday* [ontem] ou *a long time ago* [muito tempo atrás]. E em cerca de metade dos idiomas do mundo ela está embutida na gramática na forma de tempo verbal.⁷⁷ A semântica do tempo sugere que até a alegação de que muita gente concebe o tempo como algo cíclico não deve ser levada ao pé da letra. Embora as pessoas tenham consciência da recorrência de dias, anos e fases da lua, isso não suprime a consciência da sequência linear de acontecimentos que compõe o fluxo da vida. Nenhuma língua possui um tempo verbal, por exemplo, que signifique “no momento atual ou em um ponto equivalente num outro ciclo”.⁷⁸

Mas nossa concepção intuitiva do tempo difere do fluxo de tempo cósmico e contínuo divisado por Newton e Kant. Para começar, nossa experiência do presente não é a de um instante infinitesimal. Ela abrange uma duração mínima, uma janela de vida que avança e na qual apreendemos não apenas o “agora” instantâneo, mas um pouquinho do passado recente e um pouquinho do futuro por vir. William James chamou isso de “o presente especioso”:

O presente como é percebido na prática não é o fio de uma navalha, mas um lombo de animal, com uma certa largura, sobre o qual nos empoleiramos, e de onde olhamos para o tempo em duas direções. A unidade de composição de nossa percepção do tempo é a duração, com popa e proa, por assim dizer — um extremo voltado para trás e um para a frente [...]. Não sentimos primeiro um extremo e depois o outro, e a partir da percepção da sucessão inferimos um intervalo de tempo entre eles, mas parecemos sentir o intervalo de tempo como um todo, com seus dois extremos embutidos na mesma coisa.⁷⁹

Quanto dura o presente especioso? O neurocientista Ernst Pöppel propôs uma resposta numa lei: “Levamos a vida de três em três segundos”.⁸⁰ Esse intervalo, mais ou menos, é a duração de um movimento intencional como um aperto de mão; do planejamento imediato de um movimento preciso, como dar uma tacada numa bola de golfe; das idas e vindas de uma figura ambígua como

as das páginas 60 e 172; do espaço de tempo dentro do qual conseguimos reproduzir de forma acurada um intervalo; da deterioração da memória de curto prazo sem ensaio prévio; do tempo para tomar uma decisão rápida, como quando estamos surfando no controle remoto; e de uma declaração, um verso de poesia, um motivo musical, como a abertura da *Quinta sinfonia* de Beethoven.

O tempo, pelo menos da forma como é expresso no maquinário gramatical da língua, também difere do tempo newtoniano por não vir em unidades mensuráveis. Os tempos verbais de um idioma picam a fita do tempo em alguns segmentos, como o presente especioso, o futuro até a eternidade, e a história do universo anterior ao momento em que se fala. Às vezes o passado e o futuro são subdivididos em intervalos recentes e remotos, semelhantes à dicotomia entre *here* [aqui] e *there* [lá] ou *near* [perto] e *far* [longe]. Mas nenhum sistema gramatical encara o tempo a partir de um ponto de partida fixo (como fazemos em nosso vocabulário técnico com a tradição do nascimento de Jesus) nem usa unidades numéricas constantes como segundos ou minutos.⁸¹ Isso torna a localização de acontecimentos no tempo extremamente vaga, como quando Groucho disse a uma anfitriã: “Tive uma noite maravilhosa. Mas não foi esta”.

Há um forte paralelo nos graus de precisão disponíveis aos idiomas quanto ao modo como eles expressam número, espaço e tempo.⁸² Usando expressões compostas por palavras, podemos expressar quantidades desde o infinitesimalmente pequeno ao infinitamente grande com qualquer nível de precisão, graças às expressões numéricas (*three hundred and sixty-two* [trezentos e sessenta e dois]), instruções de trajeto (*the third house on the right off Exit 23* [a terceira casa à direita na saída 23]), e datas e momentos (*seven forty-two P. M.* [sete e quarenta e dois da noite], *May seventeenth* [dezessete de maio], *nineteen seventy-seven* [mil novecentos e setenta e sete]). Mas, se nos restringirmos a palavras e compostos simples, as distinções caem para só dezenas — para números, umas poucas palavras como *one* [um], *two* [dois], *twelve* [doze] ou *twenty* [vinte] (ou, em muitas línguas, só “um”, “dois” e “muitos”); para o espaço, preposições como *across* [através] e *along* [ao longo de]; para o tempo, advérbios temporais como *now* [agora], *yesterday* [ontem] e *long ago* [há muito tempo]. E, quando dependemos das distinções codificadas na gramática, elas se tornam ainda mais esquemáticas. Em inglês, distinguimos apenas dois números (singular e plural), e talvez cinco tempos verbais (dependendo de como se conta); isso é semelhante ao modo como muitos idiomas dicotomizam a localização em “aqui” e “lá”.

A imprecisão na maneira como as línguas expressam o tempo está relacionada à imprecisão na forma como vivemos e lembramos o tempo. Embora ninguém viva o tempo de um jeito tão impreciso quanto sugere o punhado de distinções de um sistema de tempos verbais, também não vivemos com um cronômetro na cabeça.⁸³ Há uma piada em que um pai pede ao filho, que é físico, que explique a teoria da relatividade de Einstein. O filho diz: “Veja, pai, é assim. Quando você está na cadeira do dentista, um minuto parece uma hora. Mas, quando você está com uma moça bonita no colo, uma hora parece um minuto”. O pai pensa na explicação por um instante e diz: “Então me diga. O senhor Einstein ganha a vida dizendo esse tipo de coisa?”.

Para ser justo com o senhor Einstein, sua teoria diz que o tempo é relativo ao parâmetro inercial em que ele é medido, não que ele é subjetivo. A experiência humana do tempo é, obviamente, subjetiva, e aumenta e diminui de velocidade dependendo de quão exigente, variado e agradável for o intervalo. Mas um aspecto da teoria de Einstein realmente tem um equivalente na psicologia do tempo, pelo menos do modo como ele é expresso na língua: a profunda equivalência do tempo com o espaço.

A similaridade entre espaço e tempo é tão transparente que usamos o espaço na nossa rotina para representar o tempo, em calendários, ampulhetas e outros dispositivos de contagem do tempo. E a similaridade cognitiva também se mostra em metáforas cotidianas em que termos espaciais são usados de empréstimo para se referir ao tempo. George Lakoff e Mark Johnson exploraram várias dessas metáforas “conceituais”, assim chamadas por consistirem não em um único tropo, mas de uma família com a mesma concepção subjacente.⁸⁴ Na metáfora da ORIENTAÇÃO TEMPORAL, um observador é localizado no presente, com o passado atrás dele e o futuro à frente, como em *That’s all behind us* [Tudo isso ficou para trás], *We’re looking ahead* [Estamos olhando para a frente] e *She has a great future in front of her* [Ela tem um grande futuro à frente]. Então um movimento metafórico pode ser acrescido à cena de duas maneiras, ou uma ou outra. Na metáfora do TEMPO EM MOVIMENTO, o tempo é um desfile que passa diante de um observador estacionário: *The time will come when typewriters are obsolete* [Vai chegar o momento em que máquinas de escrever ficarão obsoletas]; *The time for action has arrived* [Chegou o momento de agir]; *The deadline is approaching* [O prazo está se aproximando]; *The summer is flying by* [O verão está voando]. Mas também encontramos uma metáfora do OBSERVADOR EM MOVIMENTO, em que o panorama do tempo fica estacionário e o observador avança por ele: *There’s trouble down*

the road [Há problemas à frente]; *We're coming up on Christmas* [Estamos indo no Natal]; *She left at nine o'clock* [Ela foi embora às nove horas]; *We passed the deadline* [Passamos o prazo]; *We're halfway through the semester* [Estamos na metade do semestre]. Lakoff e Johnson observam que as duas metáforas são incompatíveis, embora ambas usem o espaço para o tempo. Por isso, expressões como *Let's move the meeting ahead a week* [Vamos avançar a reunião uma semana] são ambíguas. Podem significar “realizá-la antes”, se *ahead* for definido pelo desfile do tempo diante do observador, ou “realizá-la depois”, se *ahead* for definido pelo caminho do observador através do panorama temporal. (Observe o paralelo com a mosca na coxa da pessoa tomando sol, que está tanto acima quanto abaixo de seu joelho.)

Embora o uso do espaço para representar o tempo pareça ser universal, o modo como o tempo se alinha com uma dimensão do espaço pode variar.⁸⁵ Só no inglês, as metáforas do tempo-em-movimento e do observador-em-movimento coexistem com o tempo como perseguidor, em *Old age overtook him* [A velhice o alcançou], e com o tempo na vertical, como em *Traditions were handed down to them from their ancestors* [Tradições foram repassadas a eles por seus ancestrais]. As metáforas verticais para o tempo são ainda mais comuns em chinês, com os acontecimentos mais antigos “em cima” e os mais tardios “embaixo”, supostamente um legado de seu sistema de escrita.⁸⁶ E em aimará, uma língua falada nos Andes, a metáfora da orientação temporal é 180 graus invertida, de modo que o futuro está atrás da pessoa e o passado à frente.⁸⁷ A metáfora é incomum, mas, quando analisarmos o conceito de futuro, veremos que não é tão bizarra quanto pode aparentar.

A metáfora não é a única forma de a língua se relacionar com o espaço. O tempo pode estar relacionado ao espaço e à substância de uma forma ainda mais profunda: na semântica dos verbos e dos tempos verbais. A equivalência é mais profunda que a metáfora porque não se trata de um mero compartilhamento de palavras. Consiste numa congruência na *interpretação* do tempo, do espaço e da substância, sem nenhuma ligação lingüística tangível entre eles.

O tempo está codificado na gramática de duas maneiras. A mais familiar é o tempo verbal, que também pode ser encarado como a “localização” de um acontecimento ou de um estado no tempo, como na diferença entre *She loves you* [Ela ama você], *She loved you* [Ela amou / amava você] e *She will love you* [Ela amará você]. O outro guardião do tempo chama-se aspecto (tivemos um breve encontro com ele no capítulo 2); ele pode ser pensado como o *formato* de um acontecimento

no tempo. O aspecto diz respeito à diferença entre *swat a fly* [matar uma mosca], que é concebido como algo instantâneo (isto é, dentro do presente especioso); *run around* [circular, ir de um lado para o outro], que é aberto; e *draw a circle* [traçar um círculo], que culmina num acontecimento que marca a conclusão da ação. O aspecto também pode expressar um terceiro tipo de informação relacionada ao tempo: o *ponto de vista* de um acontecimento. Pode-se descrever um acontecimento como algo que é visto de dentro (no centro do fato enquanto ele acontece), como em *She was climbing the tree* [Ela estava subindo na árvore], ou como se ele estivesse sendo visto de fora (tomado como um todo), como em *She climbed the tree* [Ela subiu na árvore].⁸⁸ (A palavra *aspecto* vem do latim para “olhar”, e é parente de *perspectiva*, *espectador* e *espetáculo*.)

Embora a maioria das pessoas já tenha ouvido falar de tempo verbal, são poucas as que ouviram falar de aspecto, porque as duas coisas são confundidas com frequência nas aulas de língua e nas gramáticas tradicionais. Tanto o tempo verbal quanto o aspecto têm a ver com o tempo, e os dois são expressos na mesma região, isto é, no verbo ou no auxiliar. E, como veremos, algumas flexões misturam um pouco o tempo verbal e o aspecto, dificultando a tarefa de distingui-los. Mas, em termos conceituais, eles são completamente diferentes. Em tese, na verdade, eles são independentes — um acontecimento que se desenrola no tempo de determinada maneira (aspecto) pode fazê-lo ocorrendo ontem, hoje ou amanhã (tempo verbal). O extraordinário é que o tempo verbal e o aspecto possuem, cada um, um equivalente distinto no âmbito do espaço e da substância. Veremos que o significado do tempo verbal (localização no tempo) é como o significado dos termos espaciais, e que o significado do aspecto (formato no tempo e ponto de vista no tempo) é como o significado das palavras para coisas e essências — inclusive com plurais, limites e até a distinção contável/incontável.

O tempo verbal tem a reputação de ser a parte mais tortuosa da gramática. Em sua coluna-dentro-da-coluna chamada “Pergunte ao Senhor Língua”, Dave Barry responde aos seguintes pedidos:

Q: Please repeat the statement that Sonda Ward of Nashville, Tenn., swears she heard made by a man expressing concern to a woman who had been unable to get a ride to a church function.

A: He said: “Estelle, if I’d a knowed you’d a want to went, I’d a seed you’d a got to get to go.”

Q: What tense is that, grammatically?

A: That is your pluperfect consumptive.

[P: Por favor repita a declaração que Sonda Ward, de Nashville, Tenn., jura ter ouvido de um homem que manifestava preocupação para uma mulher que não tinha conseguido arranjar carona para ir a um evento da igreja.

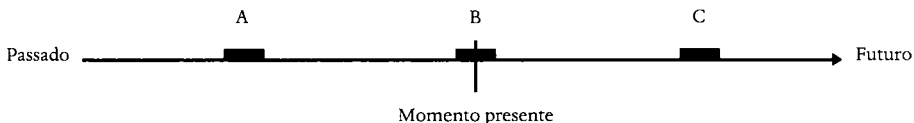
R: Ele disse: “Estelle, se eu tivesse sabido que você ia ter querido ir, eu teria visto um jeito para você tivesse conseguido conseguir ir”.

P: Que tempo verbal é esse, gramaticalmente?

R: Esse é o destrutivo mais-que-perfeito.]

Os horrores do tempo verbal vêm dos jeitos intrincados como os tempos verbais podem se associar a verbos, aspectos, advérbios e entre si (como em *Brian said that if Barbara walked home, he would walk home too* [Brian disse que, se Barbara fosse a pé para casa, ele iria a pé também]). Apesar disso, o significado básico de tempo verbal é absolutamente simples.

A melhor maneira de entender a língua do tempo é divisá-lo, naturalmente, no espaço. Pense numa linha que vai do passado até o futuro, passando pelo momento presente. As situações (ou seja, acontecimentos ou estados) podem ser representadas como segmentos ao longo da linha:



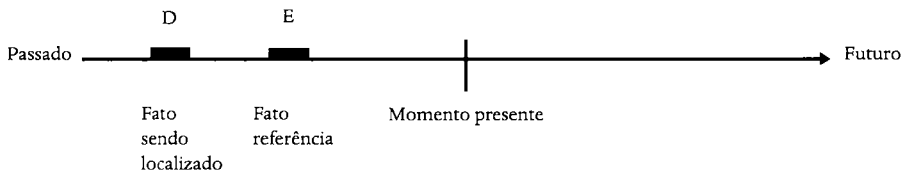
Em inglês, os três tempos verbais básicos são moleza: o pretérito é usado para a situação A no diagrama (a situação precede o momento da fala), o presente para a B (a situação se sobrepõe ao momento da fala) e o futuro para a C (a situação vem depois do momento da fala). Mas, para outros tempos verbais do inglês, e para muitos tempos verbais de outras línguas, precisamos introduzir um terceiro momento no tempo: não apenas o acontecimento do qual estamos falando, e o momento em que se está falando (isto é, o momento presente), mas também um *tempo referencial*: um acontecimento que tenha sido identificado na conversa e que serve como o “agora” para os atores da narrativa. (Com frequência o “agora” para

os atores é o mesmo “agora” do falante, mas às vezes os dois são diferentes. Por exemplo, se é sexta-feira e estou contando uma história sobre o que Sally fez na segunda-feira, segunda-feira é o “agora” para Sally — o tempo referencial —, muito embora não seja mais o “agora” para mim.) Podemos então definir o tempo verbal com duas perguntas:

- O fato acontece antes do tempo de referência, depois dele ou simultaneamente?
- O tempo de referência acontece antes do momento da fala, depois dele ou simultaneamente?

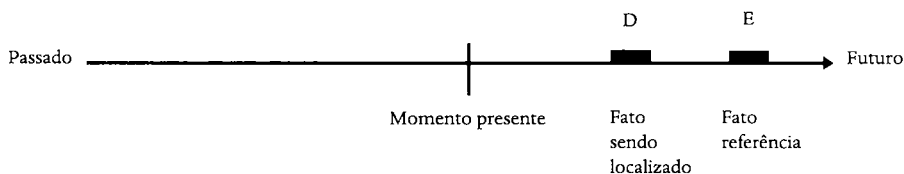
Com dois artifícios extras — alguns idiomas permitem dois ou mais referenciais temporais, e algumas línguas distinguem “antes” e “muito antes”, “depois” e “muito depois” —, as respostas às duas perguntas são capazes, de acordo com Comrie, de captar o sentido de todos os tempos verbais de todas as línguas (imagina-se que até o destrutivo mais-que-perfeito).⁸⁹

Em inglês, o referencial temporal não tem influência no pretérito, no presente nem no futuro, mas é necessário para definir os outros dois grandes tempos verbais. O mais-que-perfeito — *She had written the letter* [Ela tinha escrito a carta] — é mostrado aqui como situação E:



Isso implica que a escritura da carta (D) aconteceu antes do “agora” (E) na história que está sendo narrada, que é anterior ao momento da emissão da frase. A coisa fica mais clara quando identificamos os atores de modo explícito: *Francesca had already written the fateful letter* (fato que está sendo localizado) *when the count knocked on the door* (fato referencial, no passado) [Francesca já tinha escrito a carta fatídica / quando o conde bateu na porta]. O futuro perfeito — *Francesca will have written the letter* [Francesca terá escrito a carta] — é semelhante, exceto

pelo fato de o acontecimento de referência estar localizado *depois* do momento presente.



Já mencionei que esses tempos verbais (localizações no tempo) funcionam como preposições e outros termos espaciais (localizações no espaço). Um tempo verbal só localiza uma situação em relação a um ponto de referência (o momento da fala ou um fato referencial), e não em coordenadas fixas como o relógio ou o calendário. Ele se preocupa com a direção (antes ou depois), mas ignora a distância absoluta (dias, horas, segundos). E normalmente ignora a composição da coisa que está sendo localizada, tratando-a como um ponto ou uma massa amorfa sem componentes internos visíveis.

Mas o tempo não é idêntico ao espaço, nem na realidade nem na mente, e isso leva a algumas diferenças entre tempos verbais e termos espaciais.⁹⁰ A mais óbvia é que o tempo é unidimensional, portanto há menos tempos verbais que termos espaciais. E devido a essa unidimensionalidade o momento presente (“agora”) intromete-se entre passado e futuro sem desvios possíveis, dividindo inevitavelmente o tempo em duas regiões não-contíguas. Assim, diferentemente do espaço, em que possuímos termos como *there* [lá], *far* [longe] e *away from* [distante de], que se referem à totalidade do espaço que não o “aqui”, nenhuma língua possui um tempo verbal que se refira à totalidade do tempo que não o “agora”, que abranja o passado e o futuro com um único marcador. (Existe um contra-exemplo, mas é uma palavra e não um verbo: *then* [então] pode se referir ao passado ou ao futuro, como em *She saw him then* [Então ela o viu] e *She will see him then* [Então ela o verá].)

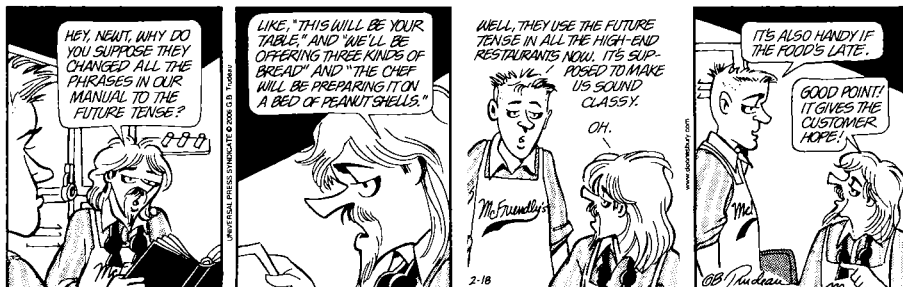
Outra diferença essencial entre tempo e espaço é que as duas direções do tempo são bem diferentes.⁹¹ O passado está congelado e não pode ser mudado (exceto na ficção científica, como no filme *De volta para o futuro*), enquanto o futuro é um mero potencial e pode ser alterado por nossas escolhas no presente. Essa metafísica intuitiva reflete-se na forma como muitos idiomas fazem apenas uma distin-

ção dicotômica entre passado e não-passado, sendo que este último abrange o presente e o futuro. Muitas línguas nem expressam o futuro em tempos verbais, senão pela distinção entre acontecimentos que realmente ocorreram ou que estão ocorrendo agora (*realis*) e acontecimentos que são hipotéticos, genéricos ou estão no futuro (*irrealis*). A diferença metafísica e epistemológica entre passado e futuro também sustenta a metáfora aimará em que o passado está adiante e o futuro para trás. O passado já aconteceu e é conhecível, como se pudesse ser visto diante de nossos olhos, enquanto o futuro está à solta por aí e é inescrutável, como se estivesse fora do nosso campo de visão.

Mesmo em inglês o tempo futuro possui um status diferente do dos outros tempos verbais. Em vez de ser uma forma do verbo, é expresso pelo auxiliar *will*. Não é por acaso que o futuro tenha a mesma sintaxe em palavras para necessidade (*must* [deve]), possibilidade (*can, may, might* [pode]) e obrigações morais (*should, ought to* [deveria]), porque o que vai acontecer está relacionado, em termos conceituais, ao que deve acontecer, ao que pode acontecer, ao que deveria acontecer e ao que queremos que aconteça. A própria palavra *will* é ambígua entre o tempo futuro e uma expressão de determinação (como em *Sharks or no sharks, I will swim to Alcatraz* [Com tubarões ou sem tubarões, nadarei até Alcatraz]), e seus homônimos se revelam em *free will* [livre-arbítrio], *strong-willed* [determinado] e *to will something to happen* [desejar que alguma coisa aconteça]. A mesma ambigüidade entre o futuro e a intenção pode ser encontrada em outro marcador para o tempo futuro, *going to* ou *gonna* [vai]. É como se o idioma estivesse reforçando o etos de que as pessoas têm o poder de fazer seu próprio futuro. Talvez você esteja se perguntando se isso não seria resultado de alguma atitude motivacional ou da ética de trabalho protestante imbuída na cultura anglica. Não é o caso: em idiomas de culturas sem relação entre si pelo mundo, os marcadores para o tempo futuro evoluem a partir de verbos para a vontade ou verbos de movimento, exatamente como no inglês.⁹²

A mistura entre vontade e futuro também transparece no modo como o tempo futuro é usado para as ações da própria pessoa e as de outra pessoa. Tirando déspotas totalitários, uma pessoa é capaz de determinar seu próprio futuro imediato com muito mais credibilidade que o de outra pessoa, portanto a mescla de intenção e predição presentes num auxiliar para o futuro pode variar entre a primeira pessoa e a segunda e a terceira. De acordo com muitos sabichões em língua, no inglês correto o auxiliar para o futuro é *shall* para a pri-

meira pessoa, mas *will* para a segunda e a terceira; se você os trocar, acaba ficando com uma declaração de intenção em vez de um tempo futuro legítimo. Portanto, *I will drown, no one shall save me* [Vou me afogar, ninguém me salve] é uma promessa rebelde de suicídio; *I shall drown, no one will save me* [Vou me afogar, ninguém vai me salvar] é a previsão patética de um pobre coitado condenado. Não acredito que algum inglês tenha feito essa distinção no último século; Winston Churchill soou bem determinado ao dizer: “We shall fight on the beaches, we shall fight on the landing grounds, we shall fight in the fields and in the streets, we shall fight in the hills; we shall never surrender” [Lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de pouso, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas montanhas; jamais nos renderemos]. Mas é verdade que muitos idiomas misturam o tempo futuro com noções de possibilidade e determinação. Isso também explica a reflexão sobre tempo verbal captada por Zonker Harris em *Doonesbury*:



Doonesbury © 2002 G. B. Trudeau. Reproduzido com permissão de Universal Press Syndicate. Todos os direitos reservados.

[— Ei, Newt, por que você acha que eles mudaram todas as expressões em nosso manual para o futuro? Como “Esta será sua mesa” e “Vamos estar oferecendo três tipos de pão” e “O chef os estará preparando sobre uma cama de cascas de amendoim”.

— Bom, se usa o futuro em todos os restaurantes chiques hoje em dia. É para parecer fino.

— Oh.

— Também é útil se a comida atrasar.

— Bem pensado. Dá esperança ao cliente.]

O tempo futuro é muitas vezes usado por comissários de vôos e garçons em restaurantes chiques como demonstração de educação. Ele finge não descartar nenhuma possibilidade, como se a aprovação do ouvinte fosse ser solicitada a cada

etapa, antes que as coisas fiquem determinadas. Como veremos no capítulo 8, trata-se de um exemplo de uma tática comum de polidez nos idiomas do mundo: Fingir dar opções ao ouvinte.⁹³

Embora os falantes nativos do inglês usem os tempos verbais da língua sem problema, quem os aprende já adulto costuma ficar bem confuso. Quando fazia pesquisas para este capítulo, cruzei com a seguinte frase num trabalho de um lingüista italiano: “It may be useful to step back and get a more general picture of what goes on” [Pode ser útil recuar um pouco e ter um panorama mais geral do que acontece]. Nenhum falante nativo do inglês poderia ter escrito essa frase; diríamos *what is going on* [o que está acontecendo]. Mas por quê? A resposta é que o inglês possui dois tempos presentes — o presente simples (*it goes* [vai]) e o presente progressivo (*it is going* [está indo]), e eles não são intercambiáveis. A diferença sustenta-se no segundo meio pelo qual a língua codifica o tempo: o aspecto.

O aspecto, lembre-se, trata do *formato* de um acontecimento, e do *ponto de vista* sobre ele. Por “formato” quero dizer o modo como uma ação se desenrola no tempo. Os lingüistas dividem os verbos em classes, cada uma chamada um *Aktionsart*, alemão para “tipo de ação”, com base em seu contorno temporal.⁹⁴ A divisão mais profunda é entre “estados”, em que nada muda, como *knowing the answer* [saber a resposta] ou *being in Michigan* [estar em Michigan], e “acontecimentos”, em que algo acontece. Os acontecimentos, por sua vez, dividem-se naqueles que podem prosseguir indefinidamente, como *running around* [circular] ou *brushing your hair* [escovar o cabelo], e naqueles que culminam num ponto de chegada, como *winning a race* [ganhar uma corrida] ou *drawing a circle* [traçar um círculo]. Os que possuem um ponto de chegada são chamados de “têlicos”, uma palavra relacionada a *teleologia*, do grego *telos*, “fim”. O ponto de chegada normalmente é uma mudança de estado do objeto direto causada pelo agente. O ato de traçar um círculo, por exemplo, encerra-se quando o círculo fica completo.⁹⁵ Dizem que Lizzie Borden pegou um machado e deu quarenta golpes na mãe. Se isso aconteceu, ela *killed her* [a matou] (um fato têlico) no momento da machadada que tiver feito com que sua mãe deixasse de estar viva. (Borden, aliás, foi absolvida.)

Os verbos também são divididos de acordo como se descreve um aconteci-

mento que se desenrola ao longo do tempo, como *running* [correr] ou *drawing a circle* [traçar um círculo] (são chamados de “durativos”), ou um acontecimento instantâneo, como *winning a race* [ganhar uma corrida] ou *swatting a fly* [matar uma mosca]. É claro que só o Super-Homem consegue executar uma ação sem gastar tempo nenhum; nós temos de erguer o mata-moscas, golpeá-lo para baixo, atingir a mosca e assim por diante. Mas é possível pensar no acontecimento como algo instantâneo se ele couber dentro do presente especioso. Os lingüistas às vezes chamam esses acontecimentos de “momentâneos”, uma linda palavrinha que esteve na moda pela última vez no século XVII.

Para ter uma idéia melhor, é útil, mais uma vez, visualizar o tempo como uma linha.* Representemos um acontecimento que não tenha uma fronteira fixa (como *running around* [circular]) com limites imprecisos:



Isso é chamado de uma “atividade”, um fato que é durativo (perdura no tempo) e atélico (não possui um ponto de chegada inerente). Podemos agora usar um ponto para um acontecimento momentâneo, como *swatting a fly* [matar uma mosca]:



Um acontecimento télico não possui um princípio fixo, mas por definição possui um momento final, quando o agente atingiu a mudança pretendida:



Os fatos télicos podem ser descritos de duas maneiras: com um verbo durativo, que abrange tanto a preparação quanto o clímax, como *drawing a circle* [traçar um círculo], ou com um verbo momentâneo, que foca o clímax, como *winning a race* [ganhar uma corrida], *reaching the top* [alcançar o topo], ou *arriving* [chegar]. (Os lingüistas os denominam em inglês, de um jeito bastante confuso, *accomplish-*

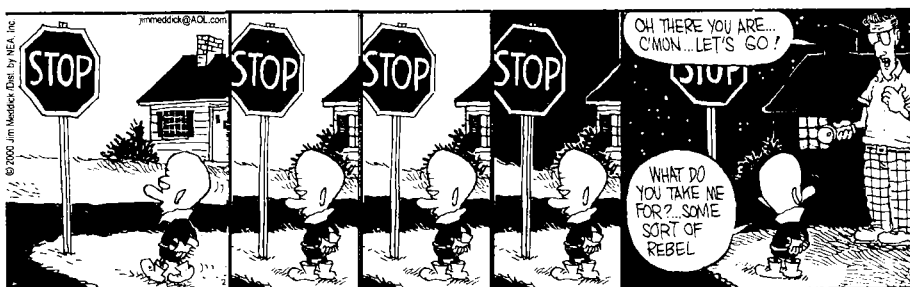
ments [realizações] e *achievements* [realizações]. Nunca lembro qual é qual, por isso vou chamar o último de *culminações*.) Também temos os verbos iterativos, como *pound a nail* [martelar um prego]:

Passado —————> Futuro

e verbos para o início de um estado, como *sit down* [sentar-se] (diferente de *sit* [sentar], que é uma atividade):

Passado —————> Futuro

A diferença entre os verbos iniciais e os verbos momentâneos pode ser ilustrada por nosso amigo Mr. Pi, o alienígena cuja compreensão excessivamente literal do inglês já iluminou várias distinções semânticas sutis:



Monty © United Feature Syndicate, Inc.

[PARE

— Ah, aí está você. Venha... Vamos!

— O que você acha que eu sou? Algum rebelde?]

Já mencionei que um traço extraordinário das classes dos verbos de ação é que elas são moldadas da mesma maneira que os objetos físicos e as substâncias, como se os acontecimentos fossem tirados de algum tipo de matéria-tempo.⁹⁷ Assim como no universo da matéria percebemos objetos delimitados (*cup* [copo]) e substâncias ilimitadas (*plastic* [plástico]), no universo do tempo perce-

bemos realizações delimitadas (*draw a circle* [traçar um círculo]) e atividades ilimitadas (*jog* [correr]). Assim como vimos palavras para substâncias que nomeiam aglomerados homogêneos (*mud* [lama]) e plurais que nomeiam aglomerados feitos de peças individuais (*pebbles* [seixos]), vemos agora verbos durativos que nomeiam uma ação homogênea (como *slide* [deslizar]) e verbos iterativos que nomeiam uma série de ações (como *pound* [martelar], *beat* [bater] e *rock* [balançar]). E, do mesmo modo que um imenso estoque de substantivos para formato (*pediment* [frontão], *cornice* [cornija], *frieze* [friso] etc.) foi reduzido a um esqueleto de linhas, folhas e massas amorfas, um imenso repertório de verbos de ação (*drumming* [tocar tambor], *piping* [tocar instrumento de sopro], *leaping* [pular] etc.) é reduzido a um esqueleto de instantes e durações. A diferença é que o tempo é unidimensional, portanto existem menos “formatos” esqueléticos a ser assumidos pelos acontecimentos, e dessa maneira obtemos menos classes de ação que classes de formato. Mesmo assim, até uma forma unidimensional pode receber um ponto de chegada zerodimensional. Lederer se pergunta: “Por que dizemos ‘after dark’ [à noite / depois do escuro] se na verdade é ‘after light’ [depois da luz]?” A resposta é que *dark* pode se referir ao instante em que começa o interlúdio de escuridão. É um equivalente à pergunta dele sobre por que dizemos que alguma coisa está *underwater* [submersa] ou *underground* [subterrânea], em que uma palavra para um sólido tridimensional também pode ser usada para sua fronteira bidimensional.

Por que analisar com tanta atenção as classes de ação? É porque elas desempenham muitos papéis na língua e no raciocínio.⁹⁸ As classes de ação determinam as conclusões lógicas que podem ser tiradas a partir de uma frase, porque a veracidade de uma afirmação depende do espaço de tempo a que ela se refere. Se Ivan está *running* [correndo] (atético), podemos concluir que Ivan correu, mas se Ivan está *drawing a circle* [traçando um círculo] (tético), não podemos concluir que Ivan traçou um círculo — ele pode ter sido interrompido. Note mais uma vez a semelhança entre substâncias e objetos — meia porção de purê de maçã continua sendo purê de maçã, mas meio cavalo não é um cavalo.

As classes de ação também afetam a forma como os verbos se associam a expressões explícitas de tempo. Pode-se dizer *He jogged for an hour* [Ele correu por uma hora], mas não *He swatted a fly for an hour* [Ele matou uma mosca por uma hora], porque a expressão *for an hour* impõe um ponto final para um acontecimento. Isso funciona com uma atividade, como correr, que se estende ao longo do

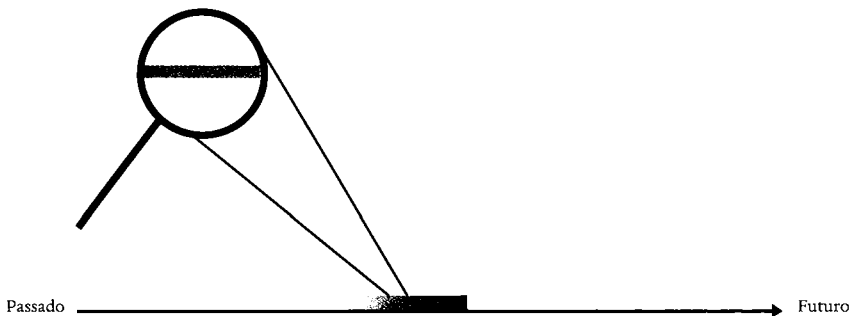
tempo e pode ser interrompida por um limite, mas não com um acontecimento instantâneo como matar uma mosca. Soa até meio estranho dizer *He crossed the street for a minute* [Ele atravessou a rua por um minuto] ou *She wrote a paper for an hour* [Ela escreveu um trabalho por uma hora], já que essas realizações télicas já estão delimitadas por seus acontecimentos pontuais finais e não aceitam um segundo ponto de chegada. Dá para *cross the street in a minute* [atravessar a rua num minuto] ou *write a paper in an hour* [escrever um trabalho em uma hora], mas não dá para *jog in an hour* [correr em uma hora] (que não seja no sentido de “daqui a uma hora”), porque não há um ponto de chegada. Assim como não dá para *swat a fly in an hour* [matar uma mosca em uma hora], porque não há uma atividade durativa que possa ser mensurada e delimitada. A música “Love me two times” [Ame-me duas vezes], do The Doors, soa estranha de início, porque a expressão temporal *x times* [x vezes] só se aplica a acontecimentos, não a estados, e amar alguém é um estado. É evidente que o objetivo é que interpretemos o verbo como um eufemismo para manter relações sexuais, que é uma atividade e uma realização (às vezes em mais de um sentido).

Expressões como *in an hour* [em uma hora] e *for an hour* [por uma hora] fazem parte de um sistema mental em que períodos de tempo são girados, medidos e fatiados de forma dinâmica, como as três parcas da mitologia grega determinando a vida dos mortais. São versões temporais do empacotador mental do sistema de substantivos, que é capaz de converter substâncias em objetos, como quando alguém pede *a beer* [uma cerveja] ou leva *three coffees* [três cafés] para viagem.⁹⁹ Outra forma de embalar acontecimentos é usar a caixa de ferramentas das partículas do inglês como *out* [fora], *up* [para cima] e *off* [para fora], que fornecem um ponto de culminação para uma atividade sem fim, como na diferença entre simplesmente *shaking* [sacudir] alguma coisa e *shaking it up* [reorganizar]. *To shake* alguma coisa significa sacudi-la até ela ter mudado de estado, às vezes em termos metafóricos, como quando Elvis Presley confessou estar “All shook up” [Todo balançado]. O que Mr. Pi nos mostra com seu pensamento superliteral o senhor Lederer nos mostra com sua sagacidade, e nesse ponto chama nossa atenção para o modo como muitas partículas com sentidos espaciais como *up* [para cima], *down* [para baixo], *in* [para dentro] e *out* [para fora] também são usadas num sentido aspectual, para concluir uma atividade:

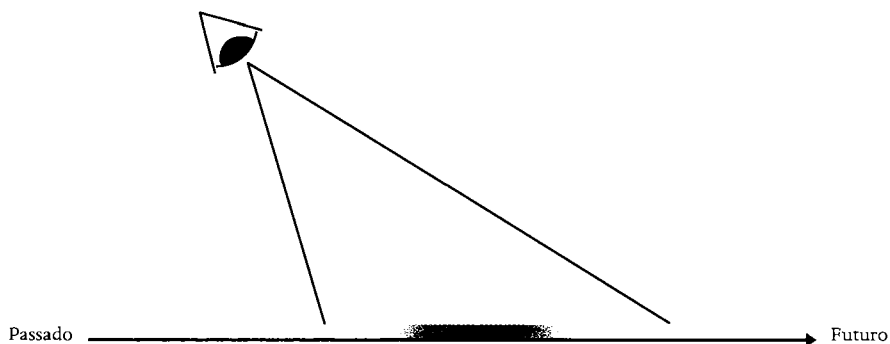
Why do “slow down” and “slow up” mean the same thing? [...] You have to marvel at the unique lunacy of a language where a house can burn up as it burns down and in which you fill in a form by filling it out. English was invented by people, not computers [...]. That is why when the stars are out they are visible but when the lights are out they are invisible and why it is that when I wind up my watch it starts, but when I wind up this poem it ends.¹⁰⁰

[Por que dá para dizer desacelerar usando *slow down* (desacelerar + para baixo) e *slow up* (desacelerar + para cima)? [...] É de espantar a maluquice singular de uma língua em que uma casa pode queimar *burning up* (queimando + para cima), enquanto *burns down* (queima + para baixo / é destruída pelo fogo), e em que alguém *fills in* (preenche + para dentro) um formulário *filling it out* (preenchendo-o + para fora). O inglês foi inventado por gente, não por computadores [...]. É por isso que, quando as estrelas estão *out* (para fora), elas estão visíveis, mas quando as luzes estão *out* não podem ser vistas, e por que quando eu *wind up* (dou corda no) meu relógio ele começa a funcionar, mas quando eu *wind up* este poema ele acaba.]

As línguas possuem um dispositivo ainda mais potente para embalar atividades durativas ou para moer as téticas: o segundo aspecto do aspecto, o ponto de vista. Na verdade, uma analogia melhor que moer e empacotar é *dar um zoom* para ver de perto a essência interna de um acontecimento, com seus limites fora do campo de visão, ou *se afastar*, permitindo que todo o acontecimento, incluindo eventuais limites imprecisos, vire apenas uma mancha.¹⁰¹ O primeiro caso é chamado de *imperfectivo*, e pode ser visualizado assim:



E o segundo é chamado de *perfectivo*, e pode ser visualizado assim:

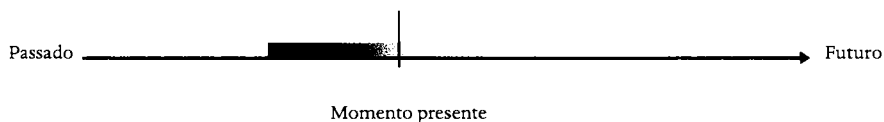


Por que “perfectivo”? Porque *perfeito* pode significar “completo”, não apenas “sem falhas”, como nas expressões em inglês *perfectly useless* [totalmente inútil], *a perfect nuisance* [um aborrecimento completo], e em termos técnicos como a *quinta perfeita* da música e o *quadrado perfeito* na matemática. “Perfectivo” é, portanto, um bom termo para um ponto de vista que nos permita abranger todo o acontecimento.

O inglês possui um aspecto imperfectivo no presente progressivo *Lisa is running* [Lisa está correndo] (e não em *Lisa runs* [Lisa corre], o presente simples). O progressivo aproxima-se de uma porção da ação que forma um acontecimento delimitado e a transforma numa atividade ilimitada, assim como é possível dar um zoom mental no plástico que compõe um copo e pensar nele como uma substância sem ter de literalmente moer o copo em pedacinhos. Por isso, embora seja estranho dizer *Lisa drove home, but she never got there* [Lisa foi para casa, mas não chegou lá], dá para dizer tranquilamente *Lisa was driving home, but she never got there* [Lisa estava indo para casa, mas não chegou lá] — o *-ing* em *driving* foca uma porção do ato de ir para casa e exclui o ponto de chegada do campo de visão. O imperfectivo costuma ser usado numa narrativa para preparar a cena para um acontecimento (descrevendo o cenário, por assim dizer), enquanto o passado e o presente são usados para fazer a história avançar (como em *Lisa was driving home when suddenly a spaceship landed on the roof of her car* [Lisa estava indo para casa quando de repente uma nave espacial pousou no teto de seu carro]). Diferentemente de outros idiomas, como o russo, o inglês não possui uma maneira de marcar o

aspecto perfectivo com um sufixo especial. Mas podemos interpretar os verbos como perfectivos no contexto, como quando dizemos *After Sarah jogged, she took a shower* [Depois de ter corrido, Sarah tomou um banho]. A atividade de correr, que normalmente não tem fronteiras, é tomada então como um fato concluído, como se visto a grande distância.

Já visitamos todos os tempos verbais do inglês com a exceção de um, o chamado perfeito, como em *I have eaten* [Eu comi/Já comi]. O perfeito, para confundir, não é a mesma coisa que o perfectivo; na realidade nem chega a ser um tempo verbal, sendo uma combinação de tempo verbal e aspecto.¹⁰² Ele indica que alguma coisa está num estado ou condição que resultou de uma ação no passado:



Por exemplo, *I have eaten* (perfeito) sugere que a pessoa está satisfeita no momento e não precisa comer de novo, enquanto *I ate* [eu comi] simplesmente descreve um acontecimento em uma narrativa, em qualquer ponto do passado. Diferentemente do estado estipulado por um verbo télico como *melt the butter* [derreter a manteiga], o estado implicado pelo perfeito tem de ser interpretado dentro do contexto — ele é uma característica do resultado de uma ação que agora é considerada significativa. É por isso que é meio arrogante dizer *I have spoken* [Falei/Já falei] ou *I have arrived* [Cheguei/Já cheguei], em vez do mais humilde *I spoke* ou *I arrived*. (“Do not arouse the wrath of the Great and Powerful Oz! I said come back tomorrow! Oh! The Great Oz has spoken! Oh! Pay no attention to the man behind the curtain! The Great and Powerful Oz has spoken!” [Não despertem a fúria do Grande e Poderoso Oz! Eu disse voltem amanhã! Oh! O Grande Oz já falou! Oh! Não prestem atenção ao homem por trás da cortina! Falou o Grande e Poderoso Oz!])

Em tese, tempo verbal e aspecto deveriam ser completamente independentes entre si. Isso porque o contorno temporal de um acontecimento e o ponto de vista de quem o observa deveriam ser independentes de sua localização no tempo, assim como o formato de um objeto, aproximando-se ou não você dele, é independente de sua localização no espaço. Na prática nem sempre funciona assim. Isso

porque a vida, ao se desenrolar, nunca está perfeitamente sincronizada com o discurso da pessoa, portanto a relação entre os acontecimentos que ocorrem no mundo e o momento preciso em que você abre a boca não é nada direta. O resultado é que a interpretação do tempo presente não é a mesma para todos os verbos, mas depende da classe de ação. Ao descrever um estado atual, por exemplo, é preciso usar o presente simples — *He knows the answer* [Ele sabe a resposta]; *He wants a drink* [Ele quer uma bebida], e não *He is knowing the answer* [Ele está sabendo a resposta]; *He is wanting a drink* [Ele está querendo uma bebida]. Mas, ao descrever uma atividade ou uma realização atual, é preciso usar o progressivo — *He is jogging* [Ele está correndo]; *He is crossing the street* [Ele está atravessando a rua], e não *He jogs* [Ele corre]; *He crosses the street* [Ele atravessa a rua] (ou o *get a general picture of what goes on* [ter um panorama mais geral do que acontece] do lingüista italiano). Supostamente isso ocorre porque o progressivo, que transforma uma ação num estado, é redundante com verbos como *know* [saber] e *want* [querer], que já são estados. Mas ele é um pré-requisito para atividades e realizações, que são perfectivas por natureza e precisam ser abertas para que o momento atual tenha onde se prender. Não dá para descrever acontecimentos momentâneos no presente — *He swats a fly* [Ele mata uma mosca] e *He is swatting a fly* [Ele está matando uma mosca] soam esquisito porque é improvável que um fato tão pontual vá acontecer exatamente no instante em que alguém o descreve. O progressivo transforma um acontecimento momentâneo em iterativo — *The light is flashing* [A luz está piscando] significa que isso está ocorrendo repetidamente (compare com *The light flashed* [A luz piscou], que pode significar só uma vez). Esse é o tipo de complexidade que faz os falantes estrangeiros terem vontade de arrancar os cabelos.

Quanto ao tempo verbal do presente simples, ele está disponível para que os falantes o usem de duas maneiras. Uma é a narração do que está acontecendo. É o tempo verbal das narrações esportivas, como em *Lafleur skates down the ice... He shoots... He scores!* [Lafleur avança pelo gelo... Ele atira... Ele marca!]. Quando o referencial da narração está no momento presente mas algum ponto está no passado, temos o “presente histórico”, em que um escritor tenta despejar o leitor de pára-quedas no meio de uma história em andamento (*Genevieve lies awake in bed. A floorboard creaks...* [Genevieve jaz acordada na cama. Uma tábua do chão range...]). O presente histórico também é usado com frequência para contar piadas, como em *A guy walks into a bar with a duck on his head...* [Um cara entra num bar com um pato na cabeça...].¹⁰³ Embora a ilusão você-está-lá forçada pelo presente histórico

possa ser uma ferramenta eficaz da narrativa, também pode dar a sensação de manipulação. Recentemente um colunista canadense reclamou de um noticiário da rádio CBC que, no seu entender, exagerava no uso do presente, como em “UN forces open fire on protesters” [Forças da ONU abrem fogo contra manifestantes]. O diretor explicou a ele que o programa pretende soar “menos analítico, menos reflexivo” e “mais dinâmico, mais quente” que o noticiário noturno mais tradicional.¹⁰⁴

O outro uso do presente simples é para ações que são habituais (*Sarah jogs every day* [Sarah corre todo dia]) ou genéricas (*Beavers build dams* [Castores constroem diques]), em que o verbo descreve a *propensão* do sujeito a fazer alguma coisa. A propensão estende-se ao longo do tempo, portanto é possível dizer que ela existe no momento atual, mesmo que Sarah esteja no trabalho ou que todos os castores do mundo estejam dormindo no momento exato em que você articula a frase.

E agora, caro leitor, você está equipado para entender o debate mais relevante sobre tempo verbal e aspecto na história da humanidade:

PERGUNTA: Mr. President, I want to go into a new subject area. [...] [Your] counsel is fully aware that Ms. Lewinsky [...] has an affidavit, which they were in possession of, saying that there was absolutely no sex of any kind in any manner, shape or form with President Clinton. That statement was made by your attorney in front of Judge Susan Weber Wright.

CLINTON: That's correct.

PERGUNTA: That statement is a completely false statement. Whether or not [your attorney] knew of your relationship with Ms. Lewinsky, the statement that there was no sex of any kind in any manner, shape or form with President Clinton was an utterly false statement. Is that correct?

CLINTON: It depends upon what the meaning of the word “is” is. If “is” means is and never has been, that's one thing. If it means there is none, that was a completely true statement.¹⁰⁵

[PERGUNTA: Senhor presidente, quero entrar em um novo assunto. [...] [Seu] advogado está plenamente consciente de que a senhorita Lewinsky [...] possui um depoimento, do qual eles estavam em posse, dizendo que não havia nenhum tipo de sexo, de nenhuma forma ou maneira, com o presidente Clinton. Aquela declaração foi feita por seu advogado diante da juíza Susan Webber Wright.

CLINTON: Correto.

PERGUNTA: Aquela declaração é uma declaração completamente falsa. Soubesse ou não [seu advogado] de seu relacionamento com a senhorita Lewinsky, a declaração de que não havia nenhum tipo de sexo, de nenhuma forma ou maneira, com o presidente Clinton foi uma declaração absolutamente falsa. Correto?

CLINTON: Depende do significado da palavra “havia”. Se “havia” significa “havia e nunca houve”, é uma coisa. Se significa que não havia, foi uma declaração completamente verdadeira.]

Em agosto de 1998, o presidente Bill Clinton deu o infame depoimento (desde então imortalizado em *Bartlett's Familiar Quotations*) para um júri arrolado pelo procurador especial Kenneth Starr. Starr investigava a acusação de perjúrio e obstrução da Justiça num depoimento que Clinton havia dado durante um processo por assédio sexual impetrado por Paula Jones naquele mesmo ano, em resposta a acusações de que Clinton tinha tido um caso com Monica Lewinsky. O advogado de Clinton havia dito no depoimento que “there is absolutely no sex of any kind” [não há absolutamente nenhum tipo de sexo] entre Clinton e Lewinsky. Nesse testemunho, Clinton afirmava que a declaração continha o verbo *is*, no presente, e que o caso já tinha terminado no momento em que a declaração foi feita, portanto a declaração era verdadeira. Observe como ele distinguiu corretamente o presente *is* do perfeito *has been*, que teria implicado a existência de um estado em andamento que ainda vigorava no momento em que a declaração foi feita. O procurador, incrédulo, prosseguiu:

PERGUNTA: I just want to make sure I understand you correctly. Do you mean today that because you were not engaging in sexual activity with Ms. Lewinsky during the deposition that the statement Mr. Bennett made might be literally true?

CLINTON: No, sir. I mean that at the time of the deposition [...] that was well beyond any point of improper contact between me and Ms. Lewinsky. So that anyone generally speaking in the present tense saying that was not an improper relationship would be telling the truth if that person said there was not, in the present tense — the present tense encompassing many months. That's what I meant by that. [...] I wasn't trying to give you a cute answer to that.

[PERGUNTA: Eu só queria ter certeza de que entendi bem. O senhor afirma hoje que, porque não estava mantendo atos sexuais com a senhorita Lewinsky durante o depoimento, a declaração que o senhor Bennett deu possa ser literalmente verdadeira?

CLINTON: Não, senhor. Quero dizer que no momento do depoimento [...] era muito depois de qualquer contato impróprio entre mim e a senhorita Lewinsky. Portanto, uma pessoa que falasse em termos gerais no presente dizendo que aquele não era um relacionamento impróprio estaria dizendo a verdade se essa pessoa dissesse que não havia, no tempo presente — o tempo presente que abrange vários meses. Foi isso o que quis dizer. [...] Não estava tentando dar uma resposta engraçadinha.]

Clinton ganha nota dez em sua prova sobre a semântica dos tempos verbais. Como já vimos, além de na narração de algo que está acontecendo, como um evento esportivo, o tempo presente do inglês é usado para se referir a um estado definido por uma propensão ou um hábito, não a um fato específico. E, no momento em que o verbo *is* foi articulado, Clinton e Lewinsky tinham rompido e era improvável que tivessem relações sexuais de novo, portanto a propensão não estava mais em vigor. É verdade que a terminação de um estado durativo e atético definido por uma propensão a agir é inerentemente imprecisa (como os limites de um aglomerado como *gravel* [cascalho] ou *pebbles* [seixos]). Quanto tempo precisa se passar desde o último cigarro para que um aspirante a ex-fumante possa dizer “I don’t smoke” [Não fumo]?

Sobre se Clinton deu ou não uma “resposta engraçadinha”, é aí que termina a semântica e começa a pragmática. Como veremos no capítulo 8, os ouvintes partem do princípio de que os falantes estão transmitindo informações que sejam relevantes para o que eles querem saber, o que lhes permite adivinhar os significados de expressões vagas. Isso funciona bem quando os interlocutores colaboram entre si e a hipótese do ouvinte é a mesma da intenção do falante, mas não quando eles são adversários, como numa investigação judicial. Como observou Clinton, “Meu objetivo neste depoimento era ser verdadeiro, mas não especialmente prestativo”. Como os advogados no julgamento do caso Jones provavelmente queriam saber se Clinton havia *algum dia* tido um caso com Lewinsky, a questão, então, passa a ser se ele tinha justificativa legal para responder à pergunta de forma limitada (de acordo com sua semântica) ou se o compromisso juramentado com a “plena verdade” exigia responder à pergunta conforme era a intenção dela (de acordo com sua pragmática). O relatório de Starr chegou à segunda conclusão, e citou o depoimento de Clinton sobre o significado de *is* como uma das cinco ocasiões em que ele tentou obstruir a Justiça e iludir o povo americano. A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos concordou, e em dezembro de 1998 votou pelo

impeachment. O Senado discordou, e em fevereiro de 1999 votou por sua absolvição. De qualquer maneira, Clinton inaugurou a moda de presidentes se encenarem por causa de minúcias da semântica conceitual, como vimos com George W. Bush e o verbo *to learn*.

A semântica do tempo tem um último paralelo com a semântica do espaço, e ele diz respeito ao projeto kantiano de identificar as estruturas abstratas que organizam nosso conhecimento. Assim como a linguagem espacial é definida não apenas pela geometria dos objetos mas pelo modo como as pessoas os usam, a linguagem temporal é definida não apenas pelo modo como os acontecimentos emergem e se desenrolam segundo o relógio mas pelos objetivos e poderes do ator. As classes de ação foram originalmente definidas por Aristóteles, e se encaixam em sua teoria de que cada acontecimento tem um formato, uma substância, um agente que o provocou e um objetivo a que serve. Ele não ficaria surpreso em descobrir que cada uma das quatro principais classes de ação (estado, atividade, culminação, realização) traz escondido em si um conceito do arbítrio humano, além de seu conceito de forma temporal.¹⁰⁶

Um estado é definido não só pela ausência de mudança, mas por estar fora da esfera do controle voluntário. Normalmente não se pode *persuade* [persuadir] ou *force* [forçar] alguém a *know the answer* [saber a resposta], ou falar que ele sabe a resposta *deliberately* [deliberadamente] ou *carefully* [meticulosamente]; assim como não dá para emitir o imperativo *Know the answer* [Saiba a resposta]. A associação do estado e da involuntariedade na língua reflete uma associação mais profunda dos conceitos em nossa atribuição de responsabilidade moral. Como interpretamos estados como algo involuntário, tendemos a não responsabilizar criminalmente as pessoas por eles, pelo menos não depois de um exame cuidadoso. Assim, em 1962 a Suprema Corte dos Estados Unidos determinou que, embora o Legislativo possa proibir o uso ou a venda de narcóticos, não pode proibir o fato de se estar viciado neles. Outra decisão do tribunal considerou injusto condenar alguém por estar bêbado em público (o caso envolvia um homem que ficou bêbado em casa e foi arrastado para uma rua pública pela polícia), embora alguém possa ser processado por *ficar* bêbado em público ou por *sair a público* bêbado.¹⁰⁷ Uma exceção para essa generalização é o crime de posse de drogas, que realmente é um estado. Talvez não por coincidência muita gente ache que esse tipo de lei é injusta.

Também involuntária é a culminação momentânea que consuma uma realização, como *winning a race* [ganhar uma corrida], *finding a diamond* [achar um diamante], *reaching Boston* [chegar a Boston] ou *notice a painting* [notar uma pintura]. Esses verbos não combinam com advérbios de esforço (*He deliberately won the race* [Ele ganhou deliberadamente a corrida]), com verbos de início de uma ação (*I persuaded him to notice the painting* [Eu o convenci a notar a pintura]), ou com o imperativo (*Find a diamond!* [Ache um diamante!]). Uma vez que uma dessas buscas tenha sido iniciada, é o mundo que determina o momento da culminação, não a intenção da pessoa.

As atividades e as realizações, por outro lado, costumam ser encaradas como voluntárias. Por esse motivo, os verbos de realização, como os de *baking a cake* [assar um bolo] e *hiding a key* [esconder uma chave], podem ser ordenados por imperativos, e podem ser acompanhados por advérbios de intenção como *deliberately* [deliberadamente] e *carefully* [meticulosamente]. De fato, no caso de uma realização é o objetivo do agente que determina o acontecimento exato que a consuma, como fazer uma figura passar a existir no caso de *drawing a picture* [desenhar uma figura], ou estar do outro lado da rua no caso de *crossing the street* [atravessar a rua]. Mais uma vez, não se trata apenas de uma minúcia da gramática, mas de um marco de nossa noção de moral. Como um crime exige tanto um mau ato como uma mente culpada, os atos criminosos são identificados por verbos de atividade ou de realização: *to kill* [matar], *to steal* [furtar], *to rape* [estuprar], *to bribe* [subornar], e assim por diante. Se uma realização não foi consumada (como no caso de um estrangulador em potencial que é interrompido pela polícia), só podemos acusar a pessoa de uma tentativa de crime. E, como a culminação é interpretada como algo involuntário (ela é determinada pelo mundo e não pela intenção da pessoa), as pessoas costumam ficar confusas a respeito de qual crime foi cometido quando há uma desconexão entre a mudança pretendida que define um verbo de realização e a mudança real que aconteceu. Muitas horas de argumentação já foram gastas nas faculdades de direito discutindo o que fazer com um homem que esfaqueia um cadáver achando que é o inimigo dormindo, ou se faz sentido acusar alguém que dá um tiro de tentativa de homicídio se o hospital mais próximo ficar a cinco minutos de distância e a vítima sobreviver, mas acusá-lo de homicídio se o hospital mais próximo ficar a quinze minutos de distância e a vítima sucumbir.

Portanto, assim como a língua do espaço não invoca um sistema vazio de coordenadas, a língua temporal não invoca um relógio imparcial. O espaço é per-

cebido em relação aos objetos do modo como eles são concebidos pelos seres humanos, incluindo seus usos, e o tempo é percebido em relação a ações conforme elas são concebidas pelo seres humanos, incluindo suas capacidades e intenções. Embora o espaço e o tempo sejam tão essenciais para nossa linguagem e nosso pensamento, a apreciação consciente deles como meio universal dentro do qual nossas experiências se encaixam é uma conquista refinada da ciência e da matemática do princípio da era moderna.

ATRAÇÃO: PENSAMENTOS SOBRE CAUSALIDADE

Nossa noção de causalidade, observou Hume, é “o cimento do universo”.¹⁰⁸ Enquanto vivemos nosso dia-a-dia apelamos o tempo todo a nossas intuições causais para entender o que está acontecendo no mundo e como devemos lidar com aquilo (as janelas estão molhadas, portanto deve ter chovido; se eu usar uma capa de chuva, minhas roupas vão permanecer secas). Quando essas intuições falham, sabemos que estamos sonhando, ou nos projetamos para o País das Maravilhas ou algum outro produto da imaginação. Encaramos a ciência como uma versão mais pura e determinada de nossa busca por causas — como a melhor maneira de identificar o que causou um terremoto, ou a organização do sistema solar, ou o surgimento da própria espécie humana.

É desconcertante, por isso, descobrir que, sob uma inspeção mais detida, esse cimento é tão pouco sólido quanto o que usaram nos túneis de Boston. Quanto mais se investiga a causalidade, menos sentido ela faz, e alguns filósofos já sugeriram que a ciência deveria simplesmente desistir dela. Ao mesmo tempo, a causalidade está profundamente entranhada em nossa linguagem e em nosso pensamento, incluindo nosso senso de moral, e não há relato das dificuldades humanas que consiga fugir da reflexão sobre como nossas intuições causais estão relacionadas à textura causal do universo. Não é por acaso que o ponto de partida para nossa compreensão moderna da causação seja um livro de Hume chamado *Tratado da natureza humana*.

Hume (e mais tarde Kant, quando despertou de seu sono dogmático) preocupou-se com como podíamos *justificar* nossas inferências sobre acontecimentos não-observados — se podíamos elevar uma dedução como “Se você derrubar alguma coisa, ela vai cair; derrubei um copo, portanto o copo vai cair” ao nível de

certeza a que estamos acostumados em deduções lógicas e matemáticas como “Se um triângulo possui dois lados iguais, então possui dois ângulos iguais; esse triângulo possui dois lados iguais, portanto possui dois ângulos iguais”. Ele concluiu que não podemos, embora obviamente estejamos sendo racionais quando temos a expectativa de que o copo caia. Nossas intuições causais são uma parte útil de nossa psicologia, mesmo que não cheguem a nos garantir certezas. A dubiedade surge do triste fato de que nossas intuições causais, lá no fundo, não passam de expectativas marcadas pela experiência, e essas expectativas só são satisfeitas se o universo obedecer a leis, uma hipótese brutal que não conseguimos provar. Aqui está Hume explicando por que achamos que uma bola de bilhar faz uma segunda se mexer:

Se um homem, como Adão, fosse criado no pleno vigor da compreensão, sem a experiência, ele nunca seria capaz de inferir o movimento na segunda bola a partir do movimento e do impulso da primeira. [...] Seria necessário, portanto, que Adão (se não fosse inspirado) tivesse passado pela *experiência* do efeito que se seguiu ao impulso dessas duas bolas. Ele deve ter observado, em várias ocasiões, que, quando uma bola bate na outra, a segunda sempre adquire movimento. Se ele tivesse observado um número suficiente de exemplos desse tipo, sempre que visse uma bola movendo-se na direção da outra concluiria sem hesitação que a segunda adquiriria movimento. Sua compreensão se anteciparia a sua visão e formaria uma conclusão adequada a sua experiência passada.

Isso significa, portanto, que todos os raciocínios envolvendo causa e efeito estão fundamentados na experiência, e que todos os raciocínios tirados da experiência são fundamentados na suposição de que o curso da natureza se manterá uniforme e constante.¹⁰⁹

Embutida nessa análise sobre como justificamos nossas atribuições causais há uma teoria improvisada da psicologia da causalidade chamada conjunção constante: nossas intuições de causa e efeito não passam de uma expectativa de que, se uma coisa aconteceu depois da outra muitas vezes no passado, vai continuar fazendo isso no futuro. Não é tão diferente assim do que acontece quando um cachorro fica condicionado a esperar comida quando um sino toca, ou um pombo aprende a bicar um botão na expectativa de comida. A história que abriu este capítulo, sobre os dois alarmes que disparam em sucessão, suscita um problema óbvio

certeza a que estamos acostumados em deduções lógicas e matemáticas como “Se um triângulo possui dois lados iguais, então possui dois ângulos iguais; esse triângulo possui dois lados iguais, portanto possui dois ângulos iguais”. Ele concluiu que não podemos, embora obviamente estejamos sendo racionais quando temos a expectativa de que o copo caia. Nossas intuições causais são uma parte útil de nossa psicologia, mesmo que não cheguem a nos garantir certezas. A dubiedade surge do triste fato de que nossas intuições causais, lá no fundo, não passam de expectativas marcadas pela experiência, e essas expectativas só são satisfeitas se o universo obedecer a leis, uma hipótese brutal que não conseguimos provar. Aqui está Hume explicando por que achamos que uma bola de bilhar faz uma segunda se mexer:

Se um homem, como Adão, fosse criado no pleno vigor da compreensão, sem a experiência, ele nunca seria capaz de inferir o movimento na segunda bola a partir do movimento e do impulso da primeira. [...] Seria necessário, portanto, que Adão (se não fosse inspirado) tivesse passado pela *experiência* do efeito que se seguiu ao impulso dessas duas bolas. Ele deve ter observado, em várias ocasiões, que, quando uma bola bate na outra, a segunda sempre adquire movimento. Se ele tivesse observado um número suficiente de exemplos desse tipo, sempre que visse uma bola movendo-se na direção da outra concluiria sem hesitação que a segunda adquiriria movimento. Sua compreensão se anteciparia a sua visão e formaria uma conclusão adequada a sua experiência passada.

Isso significa, portanto, que todos os raciocínios envolvendo causa e efeito estão fundamentados na experiência, e que todos os raciocínios tirados da experiência são fundamentados na suposição de que o curso da natureza se manterá uniforme e constante.¹⁰⁹

Embutida nessa análise sobre como justificamos nossas atribuições causais há uma teoria improvisada da psicologia da causalidade chamada conjunção constante: nossas intuições de causa e efeito não passam de uma expectativa de que, se uma coisa aconteceu depois da outra muitas vezes no passado, vai continuar fazendo isso no futuro. Não é tão diferente assim do que acontece quando um cachorro fica condicionado a esperar comida quando um sino toca, ou um pombo aprende a bicar um botão na expectativa de comida. A história que abriu este capítulo, sobre os dois alarmes que disparam em sucessão, suscita um problema óbvio

para a teoria. As pessoas entendem (mesmo que nem sempre apliquem) o princípio de que correlação não implica causação. O cocoricó do galo não faz o sol nascer, o trovão não provoca incêndios florestais, e as luzinhas piscando na impressora não a fazem cuspir um documento. Esses fatos são percebidos como *epifenômenos*: subprodutos das causas reais.

Chamei a teoria de Hume de “improvisada” porque ele não a abraça de modo convicto. O próprio exemplo de “causação” que ele usa em seu resumo — “quando pensamos no filho, tendemos a concentrar nossa atenção no pai” — não poderia ser um contra-exemplo mais arrasador. É claro que não achamos que os filhos causam os pais, e sim algo parecido com o contrário, enquanto na teoria da conjunção constante a causa leva nossa atenção para o efeito. Pior ainda: não temos que passar pela experiência de ver um pai e depois ver o filho em inúmeras ocasiões para entender a conexão entre eles, porque nem o mais dedicado dos pais segue o filho 24 horas por dia. As pessoas são capazes de inferir uma associação entre pai e filho não só por ver um e depois o outro, mas a partir de fofocas, genealogias, um lábio suspeito que faz lembrar o do carteiro ou, hoje em dia, um exame de DNA. Mesmo nas circunstâncias mais convenientes, nove meses precisam passar entre o acontecimento paterno que entendemos como a causa e o acontecimento filial que entendemos como efeito. E, durante esse período, o pai pode abandonar a família ou morrer, e ainda assim será o pai.

Hume sem dúvida percebeu esse problema, porque — de um modo tão improvisado quanto — ampliou sua idéia no seguinte trecho: “Podemos definir causa como um objeto seguido de outro, e em que todos os objetos, semelhantes ao primeiro, sejam seguidos de objetos semelhantes ao segundo. Ou, em outras palavras, em que, se não houvesse o primeiro objeto, o segundo jamais teria existido”. Esta última frase, porém, longe de expressar a idéia da conjunção constante “em outras palavras”, expressa uma idéia completamente *diferente*. Sob muitos aspectos, aliás, é uma idéia melhor, porque ela descarta de modo bem-sucedido o desconforto provocado pelos epifenômenos. Se o primeiro alarme não tivesse disparado, o segundo ainda assim teria; portanto, o primeiro alarme não causou o segundo. Assim como se as luzinhas da impressora estivessem queimadas a página continuaria sendo impressa, portanto as luzinhas não causaram a impressão. E ela inclui com sucesso os casos de causação que estão distantes no tempo ou sobre os quais se fica sabendo de forma indireta. Se o pai não tivesse existido, o filho também não teria, portanto o pai é, em certo sentido, uma causa do filho.

Essa teoria *contrafactual* da causação — “A causou B” significa “B não teria acontecido se não fosse A” — é um avanço da teoria da conjunção constante.¹¹⁰ Mas, quanto mais se pensa nela, mais esquisita ela fica. A que exatamente o “teria” e o “se não fosse por” se referem? Como determinamos o que é verdade e o que é mentira num mundo de faz-de-conta? Só se vive uma vez, e o mundo anda do jeito que anda, não de um outro jeito qualquer. Ele não vem com um botão de JOGAR DE NOVO que lhe permita reiniciar o jogo para tomar uma atitude diferente e ver o que acontece. Reconhecemos essa impossibilidade em ditados como “If wishes were horses, beggars would ride” [Se desejos fossem cavalos, mendigos galopariam] e “If my grandmother had wheels, she’d be a streetcar” [Se minha avó tivesse rodas, ela seria um bonde] (uma versão mais polida do ditado iídiche “Se minha avó tivesse saco, ela seria meu avô”). Isso sem falar da afirmação de Woody Allen de que “meu único arrependimento na vida é não ser outra pessoa”.

Muitos filósofos já tentaram explicar declarações contrafactuais invocando “mundos possíveis”.¹¹¹ Não se trata de planetas desconhecidos com homenzinhos verdes, mas situações lógicas e coerentes: modos diferentes conforme os quais o universo podia ter se desenvolvido sem violar as leis da lógica. Dizer que “A causa B” significa que, se A não tivesse acontecido, B também não teria, o que por sua vez significa que existem mundos possíveis em que A não acontece, e em cada um deles B também não acontece.

Infelizmente, isso ainda não é o suficiente para sustentar a causalidade no raciocínio contrafactual. Se somos tão livres, leves e soltos a ponto de imaginar mundos possíveis, *qualquer* efeito pode acontecer, mesmo sem sua suposta causa: basta apenas sonhar alguma outra circunstância que tenha levado a ele. Riscar o fósforo fez com que ele acendesse? Bem, neste mundo, e em muitos mundos possíveis, se você não riscar o fósforo ele não acende. Mas e num mundo em que o ambiente de repente esquenta até 451 graus Fahrenheit, fazendo com que o fósforo acenda sem ninguém riscá-lo? Será que a existência desse mundo possível nos força a concluir que riscar fósforos não faz com que eles acendam no nosso mundo?

Para preservar a boa idéia de que a causação depende dos contrafactuais, que por sua vez podem ser definidos por mundos possíveis, os filósofos sugerem que os mundos possíveis podem ser organizados de acordo com sua similaridade ou proximidade em relação ao mundo real. O mundo possível em que calcei uma meia azul em vez uma meia preta hoje de manhã é mais próximo ao mundo real do que o mundo possível em que nasci mulher, ou aquele no qual estoura a Ter-

ceira Guerra Mundial, ou o que tem uma atmosfera composta de metano e amônia em vez de nitrogênio e oxigênio. Voltando à causação, podemos dizer que riscar o fósforo fez com que ele acendesse, porque o fósforo não acende nos mundos possíveis mais próximos a nós se não for riscado. E certamente esses mundos são aqueles em que a temperatura do ambiente é a temperatura normal, e não 451 graus Fahrenheit.

Por que, você poderia perguntar, os filósofos se preocupam com mundos possíveis próximos ou distantes em vez de simplesmente declarar “nas mesmas condições” ou “sob as mesmas constantes”? É porque as condições nunca são as mesmas: não se pode fazer uma coisa só. Imagine o mundo possível em que a cidade de Nova York fique no Colorado. Nova York estará a oeste do Mississippi? Ou Colorado no litoral atlântico?¹¹² Nossa descrição de um mundo possível deixa esse fato crucial indefinido. Palavras não valem muito, portanto qualquer descrição de um mundo possível calará sobre fatos cruciais entrelaçados àquele que você mudou com sua varinha mágica verbal. Conta uma história que perguntaram a Nikita Krushev como o mundo teria sido se ele tivesse sido assassinado em 1963, em vez de John F. Kennedy. Ele disse: “Para começar, Aristóteles Onassis provavelmente não teria se casado com minha viúva”. A piada é possível porque nada, “nas mesmas condições” ou “sob as mesmas constantes”, descarta que uma dessas condições ou constantes seja “Aristóteles Onassis casou-se com a viúva do líder assassinado de uma superpotência”. E, de acordo com uma piada que foi contada muitas vezes em 1993, Bill e Hillary Clinton estavam passando de carro pela cidade natal dela quando Hillary viu um ex-namorado trabalhando num posto de gasolina. “Se você não tivesse se casado comigo”, disse Bill, “seria mulher de um frentista.” “Se eu não tivesse me casado com você”, respondeu Hillary, “*ele* seria presidente.” O conceito do “mundo possível mais próximo” visa entender os contrafactuais nos ajudando a determinar a situação coerente que requeira o menor número possível de mudanças adicionais em relação ao mundo real, de modo a encaixar a única premissa modificada. (Duvido que isso resolva de verdade o problema, mas faz com que nos sintamos melhor.)

A definição de “A causa B” como “B não ocorre nos mundos possíveis mais próximos ao nosso em que A não ocorra” é um grande avanço da idéia de que “A causa B” significa “quando A acontece, B acontece também”. Ela se encaixa, por exemplo, na prática científica através da qual distinguimos causação de correlação na manipulação experimental. Se se descobre que pessoas que tomam café têm

mais enfartes, isso significa que tomar café provoca problemas cardíacos? Não, porque a correlação não comprova a causação. Talvez as pessoas que tomam café tendam a fazer menos exercício, ou sejam mais propensas a fumar, ou comer alimentos gordurosos, e uma ou mais entre essas é a causa verdadeira, enquanto tomar café é um epifenômeno. Para que o café causasse os problemas cardíacos, teria de ser verdade que, no mundo possível mais próximo em que as pessoas não tomam café, elas tenham menos enfartes. Como estabelecer algo assim? Simples: *crie* esse mundo, dividindo uma amostra de pessoas em dois grupos aleatórios e fazendo com que um grupo se abstenha de tomar café e o outro aproveite seus cappuccinos. Se no primeiro mundo possível-feito-real as pessoas tiverem coração mais saudável, poderemos dizer que o café é a causa.¹¹³

Embora a teoria contrafactual (associada ao filósofo David Lewis) seja considerada uma das análises mais sofisticadas da causação na filosofia e na jurisprudência contemporâneas, ela está cheia de problemas.¹¹⁴ Um deles aparece sempre que um *conjunto* de circunstâncias é necessário para que o efeito ocorra. Riscar o fósforo é necessário para que ele acenda, mas também é necessário que o fósforo esteja seco, que haja oxigênio e que se esteja protegido do vento. Em todos os mundos possíveis semelhantes ao nosso em que o fósforo esteja molhado, a sala esteja cheia de dióxido de carbono ou a pessoa esteja a céu aberto, o fósforo não acende. Mesmo assim, se alguém nos pedir para identificar a causa de o fósforo acender, destacamos o ato de riscá-lo, não a presença de oxigênio, a secura do fósforo ou a presença de quatro paredes e um teto. Pelo mesmo motivo não consideramos o casamento a causa da viuvez, ou roubar jóias a causa de a polícia as descobrir, embora nos dois casos o acontecimento posterior não pudesse ter acontecido sem o anterior.

De alguma maneira, as pessoas distinguem apenas uma das condições necessárias para um acontecimento como sua *causa* e as outras como meras *possibilitadoras* ou contribuidoras, embora todas sejam igualmente necessárias. A diferença não está na cadeia de acontecimentos físicos nem nas leis que eles seguem, mas numa comparação implícita com determinadas situações outras (mundos possíveis semelhantes, por assim dizer) que mantemos guardadas em nossa cabeça como alternativas razoáveis ao status quo.¹¹⁵ Como o oxigênio está sempre por aqui, não pensamos em sua presença como uma causa da ignição do fósforo. Mas, como passamos mais tempo sem riscar fósforos que riscando, e achamos que cabe a nós decidir a qualquer momento se os riscamos ou não, atribuímos a causa ao ato de riscar. Mude-se a comparação e se mudará a causa. Por exemplo, se um tipo de

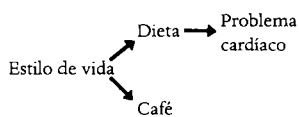
solda fosse normalmente feito numa câmara sem oxigênio, mas um dia o oxigênio entrasse e houvesse um incêndio, *identificaríamos* a presença de oxigênio como a causa do fogo. (O incêndio que matou três astronautas da *Apollo* em 1967 costuma ser atribuído ao oxigênio puro que preenchia a cápsula, fazendo com que uma pequena faísca se transformasse num grande incêndio.) Da mesma maneira, permitimos que casar seja a causa da viuvez se uma mulher resolver se casar com um homem que esteja em seu leito de morte (acusação que foi feita contra Anna Nicole Smith quando ela se casou com o magnata do petróleo J. Howard Marshall, de 89 anos, em 1994, um ano antes da morte dele).¹¹⁶ Classificar uma condição como “causa” significa identificar um fator que consideramos que pudesse facilmente ter sido diferente, ou que alguém pudesse ter controlado, ou que alguém possa controlar no futuro.

Um problema semelhante com a teoria contrafactual é que a *causação é transitiva*: se A causa B, e B causa C, então A causa C. Se fumar causa câncer, e câncer causa a morte, então fumar causa a morte. Mas condições necessárias (as que estão por trás das inferências contrafactuais) não são transitivas. Soa razoável dizer que, se Kennedy não tivesse sido presidente, ele não teria sido morto. Também soa razoável dizer que, se Kennedy não tivesse sido assassinado, ele teria sido reeleito. Mas é bem *pouco razoável* dizer que, se Kennedy não tivesse sido presidente, ele teria sido reeleito!¹¹⁷

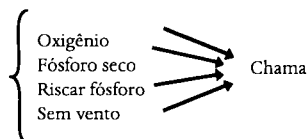
Um outro problema da teoria é a chamada *preempção*. Dois atiradores conspiram para assassinar um ditador num ato público. Eles combinam que o primeiro a conseguir uma boa mira vai atirar, enquanto o outro vai se misturar à multidão. O Assassino 1 derruba o ditador com seu primeiro tiro, e obviamente seu ato é a causa da morte do ditador. Mas *não é* verdade que, se o Assassino 1 não tivesse atirado, o ditador não teria morrido, porque nesse caso o Assassino 2 teria concluído a missão. (De fato, quando as pessoas foram questionadas sobre esse tipo de cenário em experimentos da psicóloga Barbara Spellman, elas não inocentaram nenhum dos dois assassinos.)¹¹⁸ Ou pense num exemplo do acadêmico judicial Leo Katz: “Henri planeja uma caminhada pelo deserto. Alphonse, com o objetivo de matar Henri, põe veneno em seu cantil. Gaston também quer matar Henri, mas não faz idéia do que Alphonse está planejando. Ele faz um furo no cantil de Henri, e Henri morre de sede. Quem causou a morte de Henri? Foi Alphonse? Gaston? Os dois? Ou nenhum?”. Fica claro que a morte foi causada por alguém, e a maioria das pessoas culpa Gaston, ou às vezes os dois.¹¹⁹ Mas, pela teoria contrafactual, elas deveriam dizer “nenhum”.

O último problema é chamado superdeterminação (ou, às vezes, múltiplas causas suficientes). Imagine um pelotão de fuzilamento que despache o condenado com tiros perfeitamente sincronizados. Se o primeiro atirador não tivesse disparado, o prisioneiro teria morrido do mesmo jeito, portanto sob a teoria contrafactual seu tiro não causou a morte. Mas o mesmo acontece com o segundo atirador, com o terceiro e assim por diante, com o resultado de que não dá para dizer que *nenhum* deles causou a morte do prisioneiro. Só que isso é maluquice.

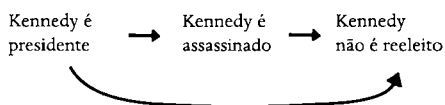
O denominador comum em todos esses problemas é que o mundo não é uma fileira de dominós em que cada acontecimento causa exatamente um acontecimento e é causado por exatamente um acontecimento. O mundo é um tecido de causas e efeitos que se cruzam em padrões intrincados. As dificuldades das duas teorias da causação de Hume (conjunção e contrafactuais) pode ser diagramada como uma família de redes em que as linhas formam feixes para dentro ou para fora ou fazem desvios, como o seguinte diagrama:



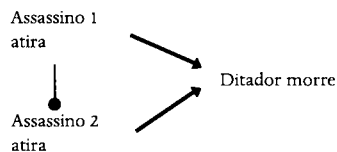
Epifenômenos



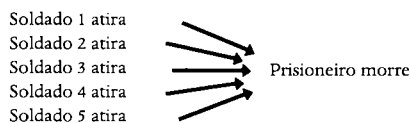
Causas vs. condições



Transitividade



Preempção



Superdeterminação

Uma solução para a trama complexa da causação é uma técnica da inteligência artificial chamada Redes Causais Bayesianas.¹²⁰ (Levam esse nome por causa de

Thomas Bayes, cujo teorema homônimo mostra como calcular a probabilidade de determinada condição a partir de sua plausibilidade prévia e a chance de ela ter levado a determinados sintomas observados.) Escolhe-se um grupo de variáveis (quantidade de café consumido, quantidade de exercício, presença de doença cardíaca e assim por diante), traçam-se setas entre causas e seus efeitos e rotula-se cada seta com um número representando a intensidade da influência causal (o aumento ou diminuição da probabilidade de o efeito ocorrer, dada a presença da causa). As setas podem estar em qualquer padrão, convergente, divergente ou circular, se necessário; não há necessidade de identificar “a” causa para determinado efeito. Com esse diagrama em mãos, e medições das variáveis (como quantas xícaras de café uma pessoa bebe), um computador pode acionar a aritmética e prever os efeitos de uma determinada causa (como o risco aumentado de doença cardíaca) ou, na outra direção, a probabilidade de uma causa estar presente, considerando seus efeitos típicos. Por exemplo, uma Rede Causal Bayesiana típica permitiria que você conjecturasse, a partir do fato de um alarme anti-roubo disparar na casa do vizinho, que provavelmente houve um arrombamento, mas, se você também vir um gato circulando do lado de dentro, colocará o telefone de volta no gancho sem ligar para a polícia. Antes de usar uma Rede Causal Bayesiana, é preciso estabelecê-la, e isso pode ser feito a partir de algumas hipóteses iniciais sobre as variáveis e a relação entre elas, um grupo de intervenções experimentais (como privar pessoas de café e observar o que acontece com a saúde delas) ou um grupo de medições de como os fatores se correlacionam dentro de um grande conjunto de dados.

As Redes Causais Bayesianas são uma excelente maneira de pensar em causas e efeitos a partir da informação sobre suas intercorrelações, e sob certos aspectos já foi demonstrado que as pessoas se ajustam a suas idéias, como no cenário com o gato e o alarme anti-roubo. Mas no fundo é Hume com um computador. Elas descrevem o raciocínio causal como algo que é resultado de um enorme conjunto de correlações, sem a preocupação com o que significam essas variáveis, ou que mecanismos no mundo permitem que os referenciais dessas variáveis na vida real influenciem uns aos outros. É algo que se aplica perfeitamente a um observador sentado diante de um imenso mostrador de luzes coloridas, que presta atenção para ver se a luz vermelha no canto superior direito tende a acender alguns minutos antes de uma luz verde na fileira do meio, a menos que um quadrado amarelo no canto inferior esquerdo pisque duas vezes

nesse íterim. Elimina, portanto, um componente crucial de nosso pensamento causal: a intuição de que o mundo é feito de mecanismos e forças com poderes causais — algum tipo de empurrão, energia, ou atração que é transmitido da causa para o efeito — e de que as correlações que observamos são o resultado da ação desses poderes.¹²¹

Até uma rápida olhada no comportamento humano já sugere que as pessoas freqüentemente pensam na causação como forças ocultas, em vez de meras correlações. Muitos experimentos psicológicos já mostraram que, quando as pessoas têm uma teoria preferida sobre como as coisas funcionam (como a de que o clima úmido causa dor de artrite), elas juram enxergar essas correlações no mundo, mesmo quando os números mostram que as correlações não existem nem nunca existiram.¹²² O hábito de inventar por alucinação forças causais e obrigar a experiência a se encaixar nelas vem moldando as culturas humanas desde tempos imemoriais, produzindo o vasto compêndio de vodu, astrologia, magia, oração, idolatria, panacéias da Nova Era e outras bobagens de nossa espécie. Até cientistas respeitáveis não se contentam em registrar as correlações e tentam abrir as caixas-pretas da natureza e identificar as forças ocultas em ação. Às vezes os candidatos não dão em nada, como o flogístico ou o éter luminífero, mas muitas vezes dão, como os genes, os átomos e as placas tectônicas.

Outra limitação das teorias probabilísticas da causação é o fato de elas se aplicarem a médias a longo prazo (fumar causa câncer) e não terem nada a dizer sobre as causas de acontecimentos específicos (fumar matou vovó). Mas as pessoas possuem intuições aguçadas sobre acontecimentos específicos.¹²³ Imagine que tio Irv, um fumante de dois maços por dia, esteja vivo e bem aos 97 anos de idade. Todos concordariam que fumar não causou sua morte. Mas, se “fumar causa câncer” não passasse de uma declaração sobre as possibilidades, ninguém poderia dizer nada sobre sua aplicabilidade a ele, nem de um jeito nem do outro. É verdade que as pessoas podem não ser *racionais* quando insistem que acontecimentos isolados possuem causas identificáveis. Se muita gente morre de enfarte, e uma droga aumenta ligeiramente o risco de enfarte, e John, que tomou a droga, morre de enfarte, a droga é a causa? Dá para argumentar que a pergunta não tem resposta. Mas as pessoas agem como se ela tivesse sim uma resposta. Em 2005, a viúva de um homem que tinha tomado o remédio Vioxx recebeu 253 milhões de dólares determinados por um júri num processo contra o fabricante da droga, e há 6 mil processos semelhantes em andamento.

Além de *aplicar* uma relação causal a um acontecimento isolado, as pessoas podem *inferir* uma relação causal a partir de um acontecimento isolado, sem que esse acontecimento tenha que ser muitas vezes repetido. Os passageiros do *Titanic* certamente acreditaram que um iceberg causou o naufrágio do navio, mesmo sem ter tido experiências anteriores com icebergs seguidos de naufrágios.¹²⁴ A demonstração mais simples da diferença entre registrar uma correlação no longo prazo e ter a sensação de que há forças causais num acontecimento isolado vem de um experimento clássico feito pelo psicólogo Albert Michotte.¹²⁵ Michotte mostrou às pessoas animações em que um ponto se movia numa tela até entrar em contato com um outro ponto, e nesse momento o primeiro ponto parava de repente e o segundo começava a se mover na mesma direção e com a mesma velocidade. Na primeira apresentação, as pessoas tinham a inconfundível impressão de que o primeiro *causava* o movimento do segundo, como uma bola de bilhar batendo na outra. O mesmo parece acontecer com bebês de seis meses de idade e com pelo menos uma espécie de macaco.¹²⁶ Outras apresentações de pontos se movendo transmitiam a forte impressão de tipos de causalidade semelhantes, como ajudar, impedir, permitir e evitar.¹²⁷

Um experimento recente feito pelos psicólogos Marc Hauser e Bailey Spaulding mostrou que pensar sobre forças causais sem a necessidade de observar uma longa sequência de acontecimentos anteriormente faz parte de nossa herança primata.¹²⁸ Ao testar macacos resos com pouca ou nenhuma experiência prévia com facas ou tinta, eles descobriram que os macacos mostraram uma apreciação aguçada de suas forças causais. Os macacos não ficaram surpresos em observar uma sequência em que uma maçã desaparecia atrás de uma cortina, uma mão segurando uma faca se seguia, e surgiam duas metades de maçã. Tampouco se surpreenderam em ver uma toalha branca e um vidro de tinta azul desaparecerem atrás da cortina para depois surgir uma toalha azul. Mas ficaram olhando fixo, como se não acreditassem, quando assistiram a acontecimentos impossíveis em termos causais, como um copo de água desaparecendo junto com a maçã e duas metades de maçã aparecendo, ou uma faca azul desaparecendo com a toalha branca e depois uma toalha azul surgindo.

Portanto, a causalidade não pode ser reduzida a uma conjunção constante ou a mundos possíveis, e redes estatísticas também não são bem capazes de captar nossa sensibilidade causal. Como podemos explicar a intuição de atração que

move nossos instintos causais? A resposta pode ser encontrada em como a causalidade é expressa em palavras.

Len Talmy, o lingüista que elucidou a concepção de espaço presente na língua, elucidou também a concepção de força causal presente na língua.¹²⁹ Como vimos no capítulo 2, muitos verbos transmitem uma noção de causalidade. Alguns verbos expressam a causalidade pura, como *begin* [começar / dar início], *bring about* [provocar], *cause* [causar], *force* [forçar], *get* [conseguir / fazer], *make* [fazer], *produce* [produzir], *set* [determinar] e *start* [começar / ligar]. Outros acrescentam a natureza do efeito, como em *melt* [derreter], *move* [mover], *paint* [pintar] ou *roll* [rolar]. E outros ainda expressam nuances de causalidade que significam muita coisa para as pessoas, mas que não recebem muita atenção nas análises da filosofia. São os verbos sobre evitar, como *avoid* [evitar], *block* [bloquear], *check* [deter], *hinder* [atrasar], *hold* [segurar], *impede* [impedir], *keep* [manter], *prevent* [evitar / prevenir], *save* [salvar], *stop* [parar / deter] e *thwart* [frustrar]. Há verbos para possibilitar, como *aid* [ajudar], *allow* [permitir], *assist* [assistir], *enable* [possibilitar], *help* [ajudar], *leave* [deixar], *let* [deixar], *permit* [permitir] e *support* [apoiar]. E há uma variedade de causalidades expressas em conjunções como *although* [embora], *but* [mas], *despite* [apesar de], *even* [mesmo que], *in spite of* [apesar de] e *regardless* [independentemente].

Talmy mostra que todos esses conceitos se baseiam no mesmo modelo mental de “dinâmica da força” — uma noção de tendências intrínsecas e forças contrapostas que remete às animações com a bola de bilhar, que transmitem uma impressão tão forte de causalidade aos nossos olhos. O agente principal num cenário causal é chamado de *agonista*: uma entidade concebida como algo que tem uma tendência intrínseca para o movimento (esquerda) ou o repouso (direita):

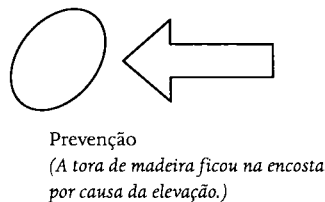
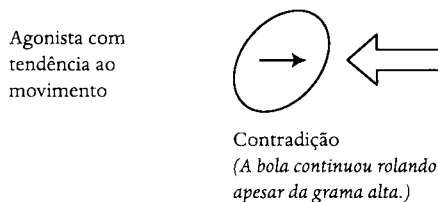
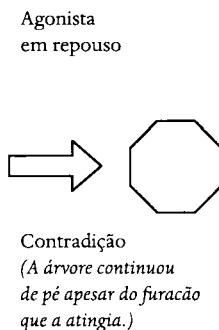
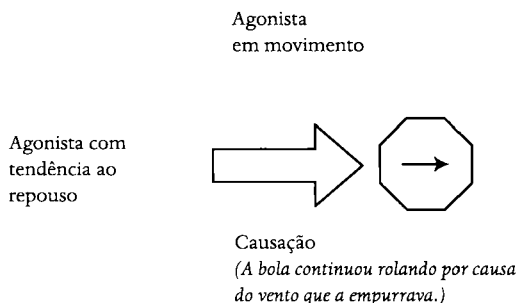


A trama fica completa com o surgimento de um *antagonista*: uma entidade que exerce uma força sobre o agonista, geralmente em oposição a sua tendência

intrínseca. Se a força do antagonista for maior que a tendência do agonista (abaixo, à esquerda), o agonista passará do movimento ao repouso, ou vice-versa. Se for menor (abaixo, à direita), o agonista vai continuar fazendo aquilo que normalmente faz:

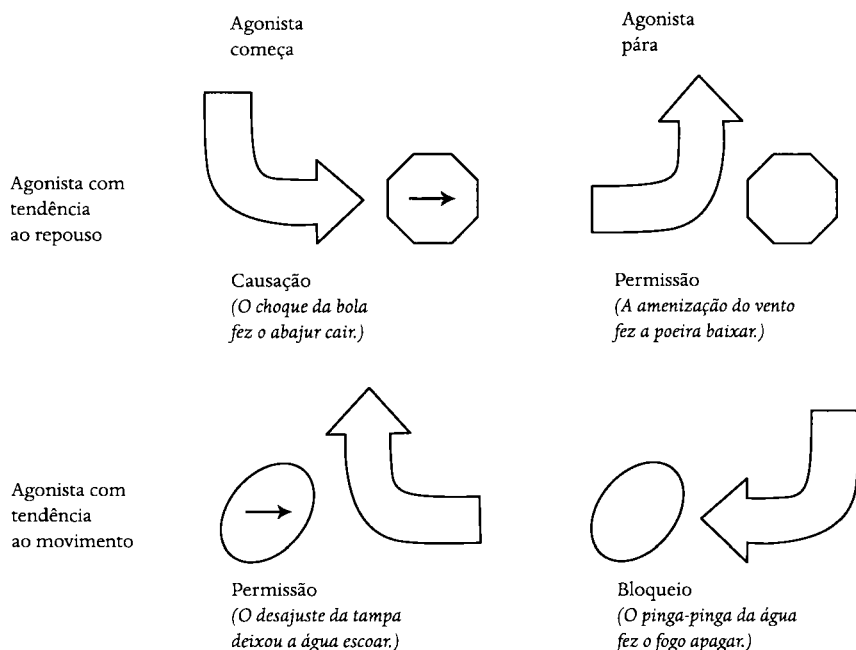


Se imaginarmos que aparecemos no meio de uma situação que já está em andamento, obtemos quatro possibilidades (a setinha dentro do agonista indica que ele está em movimento):



E essas quatro nos dão os significados básicos de causar, evitar e duas versões de continuar: movimento apesar de um empecilho (embaixo, à esquerda) e estabilidade apesar de um impulso (em cima, à direita).

Para refinar os tipos de causas usados na língua, temos de passar de atividades atéticas para realizações téticas. Imagine, agora, o antagonista entrando ou saindo, em vez de estar lá o tempo todo, como no seguinte diagrama:



Temos assim a versão dinâmica da causação, junto com o bloqueio e dois tipos de permissão: deixar alguma coisa fazer o que tem de fazer (embaixo, à esquerda) e deixá-la como está (em cima, à direita). Alguns outros cenários (como o antagonista e o agonista tendendo para a mesma direção, ou um antagonista ficando fora do caminho do agonista) nos dão outras relações causais, como ajudar, atrapalhar, possibilitar, ficar, manter e deixar estar. Uma última distinção entre os verbos causais é se o verbo anuncia o efeito, deixando o falante mencionar a causa como uma observação posterior (*The window broke because a ball hit it* [A janela quebrou porque uma bola a atingiu]), ou anuncia a causa, deixando o falante mencionar o efeito como uma observação posterior (*The ball hit the window, causing it to break* [A bola atingiu a janela, fazendo com que ela quebrasse]).

Sem dúvida você notou que essas frases são bem artificiais. No dia-a-dia dizemos que o vento soprou a bola ou que a bola bateu no abajur, não que a bola con-

tinuou rolando porque o vento a soprava, ou que o choque da bola fez o abajur virar. A esquisitice das frases tem o objetivo de desnudar o fato de que só um *acontecimento* causa outro acontecimento, não um objeto em si. Uma bola, só por existir, não faz nada; é só quando ela é jogada que as coisas começam a acontecer. Mas a linguagem cotidiana esconde esse requinte lógico. Uma força autônoma, como o vento, as ondas ou o fogo, ou uma pessoa exercendo seu livre-arbítrio, aparece como o sujeito de um predicado, e o predicado expressa o acontecimento final na cadeia causal, e os elos de intervenção não são mencionados. Assim, dizemos *Cal made the lamp break* [Cal fez o abajur quebrar] (imagina-se que o derrubando) e *The wind made the tree topple* [O vento fez a árvore cair] (imagina-se que soprando contra ela). A linguagem causal pode ficar ainda mais compacta devido a um processo que vimos nos capítulos 2 e 3: quando um antagonista age diretamente sobre o agonista, o ato e o efeito são empacotados dentro de um único verbo, e dizemos *Cal broke the lamp* [Cal quebrou o abajur] ou *The wind toppled the tree* [O vento derrubou a árvore]. Para que a causação seja expressa de forma assim tão concisa, a seqüência causal, lembre-se, tem de ser interpretada como algo direto, sem a intervenção de elos de intervenção da mesma definição: se Sybil abre a janela, e o vento derruba o abajur da mesa, as pessoas não costumam dizer que Sybil quebrou o abajur.¹³⁰ E com muitos verbos causais o antagonista tem de ter a *intenção* de produzir o efeito. Uma menina que fica de pé e faz com que o balão que segurava encoste numa luz do teto não estourou o balão, dizem as pessoas nos experimentos; assim como um homem não agita uma bandeira quando a hasteia num dia de vento, nem diminui a intensidade das luzes quando liga sua torradeira.¹³¹

O roteiro básico de um agonista com uma tendência, o antagonista agindo e o agonista reagindo, executado em diferentes combinações e com diferentes resultados, está por trás do significado das construções na maioria das línguas do mundo, talvez em todas. E, idioma por idioma, o cenário prototípico da dinâmica da força — um antagonista fazendo direta e intencionalmente com que um agonista passivo saia de seu estado intrínseco — ganha lugar de honra na construção causativa mais concisa da língua.¹³²

Para confirmar que a dinâmica da força governa o modo como as pessoas usam a linguagem causal, mesmo quando encontram um cenário pela primeira vez, Phillip Wolff deu vida aos diagramas de Talmy numa tela de computador, usando um simulador de física, e pediu às pessoas para descrever o que viam.¹³³ Uma pequena lancha (um agonista) foi mostrada avançando dentro de um tanque

de água e de repente sendo golpeada pelo vento de um grupo de ventiladores (o antagonista). Ao descrever o que os ventiladores faziam, as pessoas usaram o verbo *cause* [causar] quando os ventiladores desviaram a trajetória do barco e o empurraram na direção de uma bóia. Usaram o verbo *help* [ajudar] (um verbo de possibilitar) quando o barco já estava seguindo na direção da bóia e os ventiladores o sopraram para chegar mais rápido até lá. E usaram o verbo *prevent* [evitar] quando o barco seguia na direção da bóia e os ventiladores o desviaram do curso. Num engenhoso prosseguimento, Wolff mostrou que a mesma dinâmica se aplica à versão metafórica da força que é subjacente a nosso conceito de influência pessoal (como quando falamos sobre forças sociais ou pressão da sociedade). Nessas animações, uma mulher (o agonista) de pé numa esquina indica a um policial do trânsito (o antagonista) que ela quer ou não quer atravessar a rua, e ele agita o braço ou mostra a palma da mão, e em seguida ela atravessa ou não. As pessoas que viram as várias cenas as descreveram com *cause* [causar], *enable* [permitir], *prevent* [evitar] e *despite* [apesar] de acordo com o mesmo cálculo que se aplicara aos barquinhos e ventiladores.

Se as pessoas concebem naturalmente a causação em termos de dinâmica da força, dá para entender por que o conceito deva ter uma relação íntima com o pensamento contrafactual. A tendência intrínseca do agonista é, por definição, o que ele faria se o antagonista não estivesse em ação (em outras palavras, o que ele faz nos mundos possíveis em que o antagonista está ausente). Essa pode ser a fundação, enterrada lá no fundo de nossa constituição cognitiva, sobre a qual os lógicos modernos erigiram a definição mais rarefeita de causação em termos de contrafactuais. E talvez sejam outras características dessa fundação cognitiva que deixem tão instável o edifício contrafactual. A distinção entre causas e condições (risca o fósforo versus manter o vento afastado) faz pouco sentido dentro da teoria contrafactual, mas tem uma implementação bastante direta no modelo da dinâmica da força: é a diferença entre a causação prototípica (em que um antagonista supera a tendência intrínseca do agonista) e diversas formas de ajudar, possibilitar e permitir (em que um antagonista une suas forças às do agonista ou fica longe dele). E, como o modelo da dinâmica da força equaciona nosso conceito de causação com uma metáfora baseada na física intuitiva, e não numa fórmula de lógica formal, ela não precisa respeitar necessidades lógicas como a transitividade. Se o Antagonista A deflagra o Agonista B, que é então detido pelo Antagonista C, não há nenhum motivo para imaginar que A deva influenciar C.

Vários experimentos já mostraram que as pessoas distinguem cadeias causais que exemplificam diferentes interações da dinâmica da força, mesmo quando elas são equivalentes em termos de lógica.¹³⁴ Num experimento sem graça mas informativo, os psicólogos Clare Walsh e Steven Sloman contaram aos voluntários sobre uma moeda que estava de pé e prestes a cair. Em um cenário, a moeda está prestes a cair com o lado cara para cima, e Bill joga uma bolinha de gude contra ela e faz com que ela caia em coroa. Em outro, a moeda está prestes a cair em coroa, e uma pessoa lança a bolinha de gude na direção dela, ameaçando virá-la para cara, mas Frank pega a bolinha antes de ela chegar à moeda, permitindo que ela caia em coroa. Em termos lógicos, tanto Bill como Frank fizeram algo que era necessário para que a moeda caísse em coroa — se não tivessem feito o que fizeram, a moeda teria caído em cara. No entanto, no primeiro cenário, as pessoas dizem que Bill fez a moeda cair em coroa, e no segundo cenário dizem que Frank não fez. A diferença é que Bill (que lançou a bolinha) foi visto como um antagonista à tendência intrínseca de queda da moeda, mas Frank (que pegou a bolinha) foi visto como um antagonista à tendência de avanço da bolinha, não como um antagonista à tendência de queda da moeda.

Talmy ressalta como a visão de mundo que está por trás da dinâmica da força é diferente da nossa compreensão de força e movimento na física newtoniana. O modelo da dinâmica das forças na língua destaca uma entidade e concebe uma outra exercendo influência sobre ela, enquanto na física nenhum dos objetos é privilegiado numa interação. A língua concebe o agonista como algo que tem um impulso interno para o movimento ou o repouso, enquanto a física trata um objeto como algo que simplesmente se mantém em sua velocidade atual. A língua distingue movimento e repouso como tendências qualitativamente distintas, enquanto a física trata o repouso como uma velocidade que por acaso é zero. A língua trata o antagonista como algo que exerce uma força mais intensa que a tendência intrínseca do agonista. Na física newtoniana, uma ação e sua reação são opostas e iguais, portanto um par de objetos em contato, que estão em repouso ou que se movimentam a uma velocidade constante, tem de exercer a mesma força um sobre o outro (se uma força fosse maior, os dois acelerariam naquela direção). Na língua, as coisas podem simplesmente acontecer, sem causas declaradas — *The book toppled off the shelf* [O livro caiu da prateleira]; *The sidewalk cracked* [A calçada rachou] —, enquanto na física todo acontecimento tem de ter um antecedente válido. E na física a distinção entre causar, bloquear, permitir e ajudar não tem nenhum papel evidente.

A física intuitiva embutida na linguagem também contamina o raciocínio físico das pessoas.¹³⁵ Quando lhes pedem que mostrem num diagrama as forças que atuam sobre uma bola quando ela é lançada em linha reta para o alto, a maioria dos estudantes universitários diz que, quando a bola está subindo, a força que a empurra para cima é mais forte que a que a puxa para baixo; no ápice, as duas forças são iguais; e, na descida, a força para baixo é mais intensa. A resposta correta é que uma única força, a gravidade, influencia o objeto o tempo todo.

Quando a relatividade e a física quântica foram aceitas, no século xx, muitos físicos comentaram como elas violentam o bom senso. Richard Feynman, por exemplo, disse: “Acho que podemos dizer com segurança que ninguém entende a mecânica quântica [...] Não fique se perguntando, se conseguir evitá-lo, ‘Mas como pode ser assim?’ [...]. Ninguém sabe como pode ser assim”.¹³⁶ O que não se fala muito é que a física newtoniana clássica *também* contraria fortemente a intuição. A teoria na história da física que é mais próxima à dinâmica intuitiva das forças é a noção medieval de ímpeto, em que um objeto em movimento foi imbuído de algum tipo de entusiasmo ou animação que o empurra por um tempo e gradativamente se dissipa.

Existe, portanto, uma grande discrepância entre a física intuitiva, com seus episódios isolados de causação, contribuição e superação da tendência ao repouso, e a física real, que não passa de um grupo de equações diferenciais que especificam como os objetos mudam sua velocidade e sua direção ao longo do tempo. Dizia-se que o Demônio de Laplace, o diabinho hipotético que sabe as posições e velocidades instantâneas de cada partícula do universo, conseguia calcular todo o futuro ou o passado colocando esses valores em equações que expressavam as leis da mecânica e do eletromagnetismo. O conceito de “causa”, ou até um “acontecimento” isolado, não tem influência. A discrepância entre a física intuitiva e a física clássica levou alguns filósofos a sugerir que o próprio conceito de causação seja cientificamente obsoleto, um resquício de um passado evolutivo em que andávamos arrastando galhos por aí e jogávamos pedra em girafas. Como escreveu Bertrand Russell, “A lei da causação [...] é uma relíquia de uma era passada, que só sobrevive, como a monarquia, por que se supõe erroneamente que ela não é prejudicial”.¹³⁷

Mas não é possível. Quando especialistas tentam determinar o que fez o ônibus espacial *Challenger* desabar do céu ou o que causou a morte de John F. Kennedy, eles não estão agindo como analfabetos científicos. Assim como não se contenta-

riam com o conselho para analisar as medições de todos os átomos do ônibus espacial antes de sua desintegração, ou da praça Dealey naquela tarde de novembro, e enfiá-las num enormíssimo conjunto de equações. Nas escalas que interessam às pessoas, que são aglomeradas com atrito e química e trilhões de interações microscópicas dentro do cérebro das pessoas, a matéria em movimento obedece a seus próprios princípios, e as leis de Newton se tornam inadequadas e inúteis.

Há um padrão aqui. Ao resumir a linguagem da matéria, do espaço e do tempo, concluí que elas são mensuráveis pelos objetivos humanos, não só por uma balança, um relógio ou uma régua. Agora vemos que a quarta grande categoria da semântica conceitual, a causalidade, também se preocupa com nossas intenções e interesses. Talvez estivéssemos procurando no lugar errado pelas marcas registradas dos conceitos expressos na linguagem. Em vez de ir atrás de Kant nas salas de aula dos departamentos de física e matemática, talvez devamos atravessar o campus e seguir para as faculdades de engenharia e direito.

PURA E APLICADA

Psicólogos evolucionistas acreditam que, além da linguagem em si, as duas coisas que fazem com que os seres humanos se diferenciem dos outros animais são o talento para ferramentas — manipular o mundo físico em nosso benefício — e o talento para a cooperação — manipular o mundo social em nosso benefício.¹³⁸ A engenharia e o direito são versões institucionalizadas desses talentos.

Quando concepções de substância, espaço, tempo e causação são aplicadas a objetos que servem a fins humanos, estamos no universo da engenharia. E na engenharia as explicações fazem uso livre da linguagem vernacular, por mais estranha que essa explicação possa parecer aos lógicos ou físicos teóricos. Quando as palavras são escolhidas com cuidado, elas podem transmitir de modo esclarecedor o que está acontecendo num invento humano, sem equações nem simulações por computador, pelo menos no nível do resumo executivo. Vamos dar uma olhada em parte de uma explicação sobre como funciona a descarga de uma privada, da página da internet *How Stuff Works*:

Take a bucket of water and pour it into the bowl. You will find that pouring in this amount of water causes the bowl to flush. That is, almost all of the water is sucked

out of the bowl, and the bowl makes the recognizable “flush” sound and all of the water goes down the pipe. What’s happened is this: You’ve poured enough water into the bowl fast enough to fill the siphon tube. And once the tube was filled, the rest was automatic. The siphon sucked the water out of the bowl and down the sewer pipe. As soon as the bowl emptied, air entered the siphon tube, producing that distinctive gurgling sound and stopping the siphoning process.¹³⁹

[Pegue um balde de água e despeje no vaso. Você verá que despejar essa quantidade de água faz com que o vaso se esvazie, e o vaso faz o conhecido barulho de “descarga” e toda a água desce pelo cano. O que aconteceu foi o seguinte: você despejou água suficiente no vaso com velocidade suficiente para encher o sifão. Uma vez que o cano do sifão se encheu, o resto foi automático. O sifão sugou a água do vaso e a mandou esgoto abaixo. Assim que o vaso esvaziou, o ar entrou no cano do sifão, produzindo aquele som inconfundível de gargarejo e contendo o processo de sifonagem.]

Em primeiro lugar, observemos como a substância entra na explicação. Substantivos contáveis são usados para a matéria que possui formatos e limites estáveis e que mantemos em mente durante a explicação (*bowl* [vaso], *siphon tube* [sifão], *sewer pipe* [cano do esgoto]). Substantivos incontáveis são usados para a matéria que obtém seu formato dependendo de no que está contida, e que vai e vem sem que nos preocupemos muito com as quantidades específicas (*water* [água], *air* [ar]). Observe, também, como outros substantivos contáveis são convocados quando surge a necessidade de medir porções da massa — *a bucket of water* [um balde de água], *this amount of water* [essa quantidade de água] —, complementados por quantificadores, como em *all of the water* [toda a água] e *enough water* [água suficiente]. Por fim, observe como outros substantivos contáveis reificam acontecimentos etéreos como se fossem objetos — *the flush sound* [o som da descarga], *the gurgling sound* [o som de gargarejo], *the siphoning process* [o processo de sifonagem].

Agora, o espaço. Temos objetos que podem ser concebidos como fronteiras 2-D de volumes 3-D — *bucket* [balde] e *bowl* [vaso] — e como fronteiras de volumes com uma dimensão primária e duas secundárias — *pipe* e *tube* [cano]. Nenhum outro aspecto de seu formato é mencionado (o balde ou o vaso podem ser redondos, ovais ou retangulares), e esses detalhes não são necessários para a explicação. As fronteiras são definidas não apenas por sua geometria, mas por seu poder na dinâmica da força, como conter ou direcionar seu conteúdo. As preposições nos

dão um diagrama autêntico das trajetórias de movimento: a água vai *into the bowl* [dentro do / no vaso], *out of the bowl* [fora do vaso / sai do vaso] e *down the pipe* [cano abaixo]. Para completar temos o verbo *enter* [entrar], que também incorpora um sentido espacial.

Agora, o tempo. “*What’s happened is this*” [O que aconteceu foi o seguinte], diz a explicação. A expressão *what happened* é a prova definitiva do linguísta para um período de tempo que é interpretado como um acontecimento em vez de como um estado (a distinção mais básica de aspecto). A descarga é apresentada como um acontecimento durativo e tético: o processo se desenrola ao longo do tempo e termina quando surge um novo estado (um vaso vazio). O tempo verbal também é habilmente usado para facilitar a compreensão do leitor. As primeiras orações, que pedem ao leitor para participar de um experimento em andamento, estão no presente: *causes* [causa], *is sucked* [é sugada], *makes* [faz], *goes* [vai]. As duas orações seguintes usam o perfeito — *What (has) happened* [O que aconteceu], *You (have) poured* [você despejou] — para identificar acontecimentos recentes que resultaram num estado de interesse atual. O texto então passa para o tempo passado para forçar o leitor a rever a seqüência que ele provocou: *the tube was filled* [o cano se encheu], *sucked the water* [sugou a água], *the bowl emptied* [o vaso esvaziou], *air entered* [ar entrou]. E as expressões adverbiais — *Once the tube was filled* [Uma vez que o cano se encheu], *As soon as the bowl emptied* [Assim que o vaso esvaziou] — dão a seus verbos o aspecto perfectivo (os acontecimentos são vistos de fora, como se tivessem sido concluídos), montando o palco para os acontecimentos que se seguem.

E, por fim, a causalidade. Encontramos verbos que expressam conceitos causais de modo cru — *cause the bowl to flush* [faz com que o vaso se esvazie], *make the sound* [faz o som], *produce the sound* [produz o som], *stop the process* [interrompe o processo] — e verbos cujas partes causativas são ligadas a efeitos específicos — *pour* [despejar] (deixar fluir), *suck* [sugar] (fazer se mover pela sucção), *fill* [encher] (fazer ficar cheio). Os três tipos principais de causação — causar, permitir e bloquear — estão todos ali, assim como um quarto tipo, possibilitar, embutido em advérbios de tempo como *Once* [uma vez que] e *As soon as* [assim que]. E há um acontecimento que é percebido como algo que não tem causa, o ar entrando no sifão. E é claro que temos um agonista, a água que quer ficar no vaso, e um antagonista, a água despejada que a força a sair (junto com agonistas e antagonistas menores que aparecem quando pegamos o microscópio e observamos a seqüência causal com mais detalhes).

Assim, as versões humanas dos conceitos kantianos que parecem tão surpreendentes para o físico, o lógico e o especialista em geometria que trabalham no campo abstrato revelam-se extremamente úteis para o engenheiro que trabalha nas escalas relevantes aos interesses e propósitos humanos. É verdade que não dá para garantir que o inglês vá nos dar explicações claras — é fácil arruiná-las (como vimos nas desconcertantes descrições que tirei do jornal), e elas são de certa forma diferentes em diferentes línguas (como vimos com os referenciais e a polissemia dos termos espaciais). Mas o inglês e outras línguas bebem de um estoque de conceitos que tem o tamanho e o jeito certo para captar nossa compreensão básica de como as coisas funcionam. E, embora não passemos lá muito tempo falando sobre vasos sanitários e outros produtos da engenharia profissional, passamos sim bastante tempo falando sobre os produtos da engenharia amadora, em nossas receitas, instruções de primeiros socorros, dicas para cuidar da casa, receitas de costura, manuais de consertos domésticos e palpites esportivos.

O conceito da causação, tão essencial para nossa capacidade de manipular o ambiente físico que nos cerca, é igualmente indispensável a nossa capacidade de manipular o ambiente social à nossa volta. Na verdade, o conceito da causação e o conceito da ação humana se completam. Embora às vezes o primeiro elo numa cadeia causal de interesse seja um evento natural como o clima ou um deslizamento de terra, o mais freqüente é que seja um ser humano, exercendo o que chamamos de livre-arbítrio. O sujeito típico de um verbo causativo é uma pessoa, e, como já observamos, seu objeto típico é uma entidade que a pessoa afetou direta e intencionalmente no elo final da cadeia causal.

Embora concebamos ações voluntárias como algo que não é causado, isso não significa que não tentemos influenciá-las. Influenciamos as pessoas *responsabilizando-as* pelos efeitos que provocam. Quando observamos um acontecimento de que gostamos ou não gostamos e atribuímos sua causa à ação intencional de uma pessoa, despejamos elogios ou reprovação sobre a pessoa, na esperança de que isso a faça (e faça outras pessoas que nos ouvirem) agir daquele jeito com mais ou menos freqüência no futuro. E o conceito de causação que aplicamos quando escolhemos nossos verbos também é o conceito que aplicamos quando responsabilizamos as pessoas. Destacamos os atos que uma pessoa provocou, de forma direta, intencional e previsível, em vez de aqueles que aconteceram por acaso em

sua presença ou que ela causou por acidente ou inadvertidamente. Imagina-se que isso aconteça porque esses são os tipos de fato que nosso elogio ou reprovação pode afetar no futuro (culpamos um assistente por não ter feito uma cópia de segurança de um arquivo, porque isso o tornará mais cuidadoso no futuro, mas não o culpamos pelo pau no disco rígido, porque não há nada que ele possa fazer sobre aquilo). E, quando distribuímos punições tangíveis em vez de condenações verbais, e codificamos essa política por escrito, damos a isso o nome de lei.

“A lei é uma profissão de palavras”, dizem. Mas as ações humanas não vêm rotuladas por palavras; o filme da vida não tem dublagem nem legenda. Para aplicar as palavras de uma lei a um acontecimento específico, como têm de fazer os advogados, eles precisam buscar exemplos dos *conceitos* que as palavras representam. Quando nossa concepção intuitiva de causação encaixa direitinho numa situação, de um modo com que todos os observadores concordem, o caso está resolvido. Mas, quando o conceito precisa ser enfiado num cenário que viola nosso estereótipo de causação direta — algo que acontece com mais frequência com o comportamento das pessoas que com o comportamento dos vasos sanitários —, as partes interessadas discutirão o que é mais adequado. Cada parte do conceito de causação presente na linguagem da causação já foi um ponto polêmico em disputas judiciais.

Pegue a distinção mais básica de todas — entre acontecimentos que simplesmente vêm um depois do outro, à la Hume, e acontecimentos que temos a sensação de estar ligados por uma força causal. Norman Finkelstein, que costuma criticar Israel, chama a atenção para um fato de 1995 em que um palestino sob custódia israelense foi sacudido por um oficial e depois morreu. O caso foi investigado por patologistas legais e pela suprema corte de Israel, e todos concordaram, segundo Finkelstein, que “Harizad died *from* the shaking” [Harizad morreu pela sacudida]. Alan Dershowitz, defensor de Israel, ressaltou que a citação real era de que o homem “expired *after* being shaken” [expirou depois de ser sacudido].¹⁴⁰ Dershowitz observou que “a diferença entre ‘died *from* the shaking’ e ‘expiring *after* the shaking’ é considerável”. E é mesmo: é a diferença entre a mera sucessão e a verdadeira causação (representada nesse caso pela preposição *from*, que usa uma metáfora de dinâmica da força com a energia fluindo da causa para o efeito). A distinção semântica entre *after* [depois] e *from* [por] aponta para uma distinção causal entre sucessão e influência, que por sua vez desperta uma distinção moral entre tragédia e maldade.

Outra distinção da dinâmica das forças, aquela entre causar e deixar, permeia profundamente nosso raciocínio moral. A diferença fica evidente no problema do vagão, um famoso experimento mental proposto pela filósofa Philippa Foot que é há muito tempo assunto de debates entre filósofos da moral.¹⁴¹ Um vagão em disparada e sem controle avança na direção de cinco funcionários da ferrovia, que não o vêem se aproximar. Você está no controle de um desvio e pode mandar o vagão para outro trilho, embora lá ele vá matar um único trabalhador, que também não sabe do perigo. Deveria você salvar cinco vidas à custa de uma desviando o vagão? A maioria das pessoas diz que sim — não apenas leitores de revistas filosóficas balançando a cabeça em sinal de aprovação, mas, num experimento colossal comandado por Marc Hauser, quase 90% das 150 mil pessoas em mais de cem países, que se ofereceram como voluntárias para pensar no dilema e compartilhar suas intuições na página dele na internet.¹⁴²

Imagine agora que você está numa ponte sobre os trilhos e viu que o vagão descontrolado avança na direção dos cinco trabalhadores. Agora o único jeito de contê-lo é jogar um objeto pesado em seu caminho. E o único objeto pesado ao alcance é um homem gordo que está perto de você. Deveria você jogar o homem ponte abaixo? Os dois dilemas apresentam a opção de sacrificar uma vida para salvar cinco e, assim, sob certo aspecto, são equivalentes em termos morais. Mas a maioria das pessoas pelo mundo discorda. Embora elas acionassem o desvio no primeiro dilema, não arremessariam o homem gordo no segundo. Quando pressionadas a explicar, elas não conseguem ser muito coerentes, mas a maioria dos filósofos da moral também não consegue.

Joshua Greene, que é filósofo e neurocientista da cognição, sugere que as pessoas são equipadas com uma repulsa moldada pela evolução a maltratar um ser humano inocente, e que isso supera qualquer cálculo utilitarista que contabilize vidas salvas ou perdidas.¹⁴³ O impulso contra o uso de violência contra uma pessoa explicaria outros exemplos em que as pessoas se recusam a matar um para salvar muitos, como fazer eutanásia num paciente para coletar seus órgãos e salvar cinco pacientes moribundos que dependem de transplantes, ou sufocar um bebê num esconderijo de guerra para evitar que seu choro atraia soldados que matariam todos os ocupantes, incluindo o próprio bebê. Para sustentar essa idéia, Greene, junto com o neurocientista da cognição Jonathan Cohen, fez imagens dos cérebros das pessoas enquanto elas analisavam vários dilemas.¹⁴⁴ Eles descobriram que os dilemas que requeriam matar uma pessoa com as próprias mãos ativavam áreas

do cérebro associadas à emoção, junto com outras áreas cerebrais envolvidas na resolução de conflitos.

Vemos aqui, portanto, a marca inconfundível de uma visão do mundo movida pela dinâmica das forças, na ponderação de um profundo dilema moral. Um cenário em que o ator é um antagonista e sua vítima sacrificial (o homem gordo) é um agonista — o significado prototípico dos verbos causativos — evoca uma emoção que supera nossa consciência sobre o número de vidas salvas e perdidas, enquanto o cenário alternativo, em que o ator é um mero *possibilitador* do antagonista (o trem), não faz a mesma coisa.

Isso significa que nossa visão do mundo movida pela dinâmica das forças nos torna irracionais na arena moral? Será que a visível diferença entre causar e possibilitar contamina nossa ética e torna nossas instituições pouco confiáveis? Não necessariamente. Valorizamos as pessoas não apenas pelo que elas *fazem*, mas pelo que *são*. E uma pessoa que é capaz de arremessar um homem ponte abaixo ou de tampar a boca de um bebê até ele parar de respirar é provavelmente capaz de outros atos horrendos que não venham acompanhados de uma redução redentora no número de vítimas. Mesmo deixando de lado a frieza que seria necessária para realizar tais ações, o tipo de pessoa que escolhe seus atos apenas pelo custo-benefício previamente calculado (cálculos que ele deixa só por sua conta) pode distorcer o total a seu favor sempre que as chances e a recompensa não forem determináveis, coisa que sempre acontece na vida real. Assim, a maior parte das pessoas que deram a resposta “incoerente” a esses experimentos mentais pode ter sido vítima de uma armadilha montada pelos filósofos da moral. Os filósofos conseguiram inventar um experimento mental em que uma pessoa de caráter, cujo comportamento tende a levar a bons resultados em circunstâncias normais e que portanto merece nossa aprovação, faria coisas que levariam a um número maior de mortes. A imaginação talvez-fértil-demais do filósofo, com seu jogo de desconcertar ou enredar nossas intuições causais, já foi satirizada num compêndio de humor filosófico: “Um cérebro dentro de um tanque na Terra Gêmea dirige um vagão descontrolado. Em um trilho há um trabalhador, Jones, que está planejando o assassinato de cinco homens, mas um desses homens pretende explodir uma ponte que será cruzada por um ônibus carregando vinte órfãos...”.

Para ser justo com os filósofos, qualquer fã da série de TV *Law & Order* sabe que o sistema legal realmente revela cenários aflitivos que precisam definir se um ato deve ser visto como algo que causou a morte, possibilitou a morte ou permi-

tiu a morte. Na verdade, não é nem preciso ligar a televisão; os exemplos recheiam os jornais e os livros de história. Já conhecemos Charles Guiteau, o homem que atirou em James Garfield, mas que poderia ter escapado da força se alguém tivesse tido a grande idéia de lavar as mãos antes de enfiar o dedo na ferida do presidente, ou tivesse pensado em alimentá-lo pela boca em vez de pela outra extremidade de seu sistema digestivo. E, num quebra-cabeça da vida real sobre a causação indireta que nem mesmo um filósofo conseguiria ter inventado, uma viúva de Long Island entrou com um processo de 16 milhões de dólares contra a cadeia de restaurantes Benihana porque um dos chefs, imitando Jackie Chan no filme *Mr. Nice Guy* — *Bom de briga*, tentou lançar com uma espátula um camarão grelhado na boca do marido dela. O chef já tinha lançado um camarão na boca do cunhado do homem, mas errara, acertando-o na testa. Lançou outro camarão para o filho do homem, atingindo-o no braço. Então lançou um terceiro camarão, esse para a vítima, que tentou pegá-lo jogando a cabeça para trás. Depois do jantar o homem começou a sentir dor no pescoço. Nos meses que se seguiram, ele passou por duas operações na coluna. Contraiu uma infecção depois da segunda e morreu de septicemia. De acordo com um relato no *New York Law Journal*, o advogado da família invocou a teoria contrafactual da causação: “Se não fosse pelo incidente do lançamento de comida [...] [o homem] ainda estaria vivo”. O advogado do Benihana invocou implicitamente a alternativa da dinâmica das forças: “O Benihana não pode ser responsabilizado pela morte [do homem] por causa de uma interrupção na cadeia de causação entre o primeiro ou o segundo procedimento e sua morte, cinco meses depois”. O júri, supostamente mostrando o que há de verdade na mente humana, decidiu a favor do Benihana.¹⁴⁵

Praticamente todos os ingredientes que vimos entrar na semântica da causação já foram objeto de disputa num tribunal.¹⁴⁶ Há o dilema de um elo intermediário que consiste na ação voluntária de um outro agente humano. Um homem recebe ordens de um integrante cruel do IRA para que o leve até determinado local, onde o militante atira num policial. O motorista foi cúmplice do homicídio? E o caso de um acusado de crimes de guerra que diz ter seguido ordens, ou de uma vítima de seqüestro como Patty Hearst, que diz ter sofrido lavagem cerebral?

Há o dilema dos crimes de omissão (deixar de impedir, em vez de causar). Deveríamos indiciar por homicídio uma mulher que deixou de impedir que o namorado espancasse o filho dela até a morte? O transeunte que deixa de impedir que um sem-teto morra de frio? Um homem que atira na perna de um agressor em

defesa própria e depois demora tanto para chamar a ambulância que o agressor morre em decorrência da perda de sangue?

E há o dilema de como identificar o objetivo de uma ação causal, coisa que normalmente mora na privacidade da cabeça da pessoa. Isso fica bem claro quando distinguimos resultados acidentais de intencionais, como na diferença entre uma mulher que perde o controle do carro numa pista escorregadia e mata o marido na calçada e uma mulher que mira no marido, pisa no acelerador e o tritura. Mas e nos casos em que as intenções particulares de um ator e o resultado público que ele provoca não casam? Uma mulher acha que está furtando um guarda-chuva de uma loja, mas na verdade o guarda-chuva pertence a ela. Um homem mantém relações sexuais consentidas com a enteada (o que é legal), achando que ela é sua filha (o que é ilegal). Uma pessoa que acredita em vodu enfia alfinetes numa imagem de sua mulher, na esperança de matá-la.

O conceito de causação é indispensável à atribuição de crédito e culpa no dia-a-dia. Mas, no drama da experiência humana em geral, ele às vezes entra em choque com circunstâncias que não combinam com a lista padrão. Considerando os intermináveis enigmas que surgem a partir de nosso conceito de causa e efeito, com seu modelo de imediatismo, intenção, contato e tendência intrínseca, não é de estranhar que os episódios de *Law & Order* pareçam encher todos os canais da TV a cabo, de manhã, à tarde e à noite.

Kant estava bem certo quando disse que nossa mente “corta os ares” com conceitos de substância, espaço, tempo e causalidade. Eles são o substrato de nossa experiência consciente. São o conteúdo semântico dos grandes elementos da sintaxe: substantivo, preposição, tempo verbal, verbo. Eles nos dão o vocabulário, verbal e mental, com o qual analisamos o mundo físico e social. Como são mais dispositivos do cérebro que leituras da realidade, eles nos apresentam paradoxos quando os empurramos até as fronteiras da ciência, da filosofia e do direito. E, como veremos no próximo capítulo, eles são a fonte das metáforas com as quais compreendemos muitas outras esferas da vida.

Mas, quando examinados através da janela da língua, esses conceitos revelam-se bem diferentes do aquário infinito, do relógio perpétuo ou do botão de JOGAR DE NOVO que eram nossas melhores hipóteses sobre a natureza do espaço, do tempo e da causalidade no tempo de Kant. Eles são digitais, enquanto o mundo

é análogo, são austeros e esquemáticos, enquanto o mundo é rico e cheio de texturas, são vagos mesmo quando ansiamos por precisão, e são tacanhos em relação aos objetivos e interesses humanos, mesmo quando buscamos uma visão neutra.

É às vezes deprimente pensar que as fundações do bom senso não passam de especificações técnicas de um de nossos órgãos. Mas nossa ciência e nossa razão já conseguiram revelar muitos aspectos da substância, do espaço, do tempo e da causalidade que violam o bom senso, mas que reconhecemos ser provavelmente verdadeiros. Uma parte significativa dessa transcendência é revelada no escrutínio desses conceitos conforme eles aparecem na língua e no pensamento, o que permite que eles sejam compreendidos como parte de nossa composição, e descartados quando adequado. É o mais próximo que conseguimos chegar do sonho da leve pomba de alçar vôo no espaço vazio.

5. A metáfora da metáfora

When in the Course of human events it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another and to assume among the powers of the earth, the separate and equal station to which the Laws of Nature and of Nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of mankind requires that they should declare the causes which impel them to the separation.

[Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário um povo dissolver laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da Terra, posição igual e separada, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, o respeito digno às opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.]

A Declaração de Independência dos Estados Unidos é talvez o trecho mais conhecido da prosa de língua inglesa descrevendo uma idéia política abstrata. Seu tema, o questionamento do poder, faz parte há muito tempo da condição humana. Mas questionamentos do poder tinham até então sido competições de força bruta, e aqui o questionamento estava sendo justificado a partir de princípios básicos elaborados por filósofos do Iluminismo. Na verdade, o que estava sendo articulado não eram as razões para o questionamento, mas as razões das razões.

No cerne desse argumento abstrato, no entanto, há uma série de metáforas concretas. A questão discutida eram os *laços* que *ligavam* as colônias à Inglaterra, que era necessário *dissolver* para obter uma *separação*. (Embora hoje a palavra *dissolver* signifique “absorver em líquido”, originalmente ela significava “desprender”.) As quatro metáforas aludem na verdade a uma única metáfora não-declarada: ALIANÇAS SÃO LAÇOS. Vemos a metáfora em outras expressões, como *bonding* [apego], *attachment* [ligação] e *family ties* [laços de família].

Também é palpável a metáfora em *impel* — forçar a se mover —, cujo sentido literal fica evidente no substantivo *impeller* [impulsor], a peça rotatória que empurra a água ou o ar numa bomba, e em seu primo *propeller* [propulsor]. A metáfora implícita é que AS CAUSAS DE COMPORTAMENTOS SÃO FORÇAS. Ela é subjacente aos cognatos *repel* [repelir] e *compel* [compelir], e a termos análogos como *impetus* [ímpeto], *drive* [impulso/levar], *push* [empurrar] e *pressure* [pressão/presionar]. É possível observar uma metáfora da mesma família em *powers of the earth* [poderes da Terra], que remete a *horsepower* [cavalos-de-força] e *electric power* [energia elétrica]: UM ESTADO SOBERANO É UMA FONTE DE FORÇA FÍSICA.

Um pouco menos óbvia é a metáfora para a história da humanidade, *course* [curso], que se refere a um caminho, como em *the course of a river* [o curso de um rio], *a racecourse* [uma pista de corrida], e *a headlong course* [curso precipitado]. A metáfora é que UMA SEQUÊNCIA DE ACONTECIMENTOS É UM MOVIMENTO AO LONGO DE UM CAMINHO, um caso especial da metáfora TEMPO É MOVIMENTO que encontramos no capítulo anterior.

O próprio nome do documento faz eco a duas metáforas antigas, que podemos observar em palavras aparentadas. *To declare* [declarar], como *clarify* [esclarecer], vem do latim para “tornar claro”, um exemplo da metáfora ENTENDER É VER, como em *I see what you mean* [vejo o que você quer dizer/entendo], *a murky writer* [um escritor obscuro] e *shedding more heat than light* [emitir mais calor que luz/fazer mais barulho que outra coisa]. E *independence* significa “não estar pendurado em”, que ecoa em *suspend* [suspender], *pendant* [pendente] e *pendulum* [pêndulo]. Faz alusão a um par de metáforas, CONFIANÇA/DEPENDÊNCIA É SER SUSTENTADO (*propped up* [escorado], *financial support* [apoio financeiro], *support group* [grupo de apoio]) e O SUBORDINADO FICA EMBAIXO (*control over him* [controle sobre ele], *under his control* [sob seu controle], *decline and fall* [declínio e queda]).

Se cavarmos ainda mais fundo até as raízes das palavras, desenterramos metáforas físicas para conceitos ainda mais abstratos. *Event* [acontecimento/fato],

do latim *evenire*, significava originalmente “aparecer” (compare com *venture* [aventurar-se]). *Necessary* [necessário] vem de “inflexível” (compare com *cede* [ceder]). *Assume* [supor/assumir] significava “tomar”. *Station* [posição] é um lugar, um exemplo da metáfora disseminada que compara situação com localização. *Nature* [natureza] vem do latim para “nato” ou “características com as quais se nasce”, como em *prenatal* [pré-natal], *nativity* [natividade] e *innate* [inato]. *Law* [lei/direito] no sentido de “necessidade moral” baseia-se em *law* no sentido de regulamentações feitas pelo homem, do nórdico antigo *lag*, “algo estabelecido”. A metáfora UMA OBRIGAÇÃO MORAL É UMA REGRA também é subliminar a *entitle* [dar direito], da palavra latina para “inscrição”. *Decent* [decente] significava originalmente “ser adequado”. *Respect* [respeitar] significava “olhar para trás” (lembre-se de *aspect* [aspecto]), *kind* [tipo] vem da mesma raiz germânica que *kin* [parentes], *require* [requerer], de “pedir em troca”.

Até as partículas gramaticais têm uma origem física. Às vezes isso fica evidente no inglês moderno, como no pronome *it* (UMA SITUAÇÃO É UMA COISA) e nas preposições *in* (TEMPO É ESPAÇO), *to* (INTENÇÃO É UM MOVIMENTO NA DIREÇÃO DE UMA META) e *among* (FILIAÇÃO É PROXIMIDADE). Às vezes isso é evidente só no ancestral da palavra, como em *of*, de uma palavra germânica parente de “off”, e *for*, do termo indo-europeu para *forward* [para a frente].

Não sobra muita coisa. *Political* [político] vem do grego *politás*, que significa “cidadão”, de *polis*, “cidade”, que é mais uma metonímia que uma metáfora, mas mesmo assim possui uma associação a algo tangível. *The* [o/a] e *that* [aquele/aquela/que] vêm de um demonstrativo antigo do indo-europeu (que também é a fonte de *then* [então], *there* [lá], *they* [eles] e *this* [esse/isso]), no início usado junto com o ato de apontar. Com isso sobram *God* [Deus], *man* [homem] e *people* [pessoas/povo], que significam o que significam há muito tempo, e os termos quase-lógicos *and* [e], *equal* [igual] e *cause* [causa].

Assim, se usarmos a língua como guia, a eminente declaração de princípios abstratos é na verdade uma história com uma trama estranha e desajeitada. Há gente pendurada debaixo de gente, ligada por cordas. Enquanto uma coisa flui, alguma coisa força as pessoas de baixo a cortar as cordas e se colocar ao lado das pessoas de cima, que é o que as regras exigem. Elas vêem uns espectadores e se afastam da visão dos espectadores sobre o que os forçou a executar o corte.

Mas *deve* a língua ser nosso guia? Parece improvável que alguém que leia a Declaração de Independência visualize as imagens bizarras que estão no sentido

literal dessas palavras ou de suas raízes. Ao mesmo tempo é chocante descobrir que até a mais etérea de nossas idéias é expressa (“extraída por pressão”) em metáforas bem duras e concretas. A exploração da relação entre língua e pensamento nos capítulos anteriores revelou essas metáforas em todos os cantos: acontecimentos como objetos, estados como localizações, conhecer como possuir, comunicar como mandar, ajudar como dar, tempo como espaço, causação como força. O que devemos concluir da descoberta de que as pessoas não conseguem juntar nem duas palavras sem usar alusões e alegorias? Este capítulo tentará traçar um caminho entre duas respostas extremas.

Talvez não devamos concluir nada. Todas as palavras têm de ser cunhadas por um cunhador de palavras em algum ponto perdido na névoa da história. O forjador de palavras teve uma idéia para transmitir e precisava de um som para expressá-la. A princípio, qualquer som teria servido — um princípio básico da lingüística é que a relação entre som e significado é arbitrária —, portanto o primeiro cunhador de um termo para uma filiação política, por exemplo, poderia ter usado *glorg*, *schmendrick* ou *mcgillicuddy*. Mas as pessoas não têm muito talento para conjurar sons do nada, e provavelmente queriam facilitar a compreensão de seus ouvintes sobre o neologismo em vez de ter de defini-lo ou ilustrá-lo com exemplos. Elas então adotaram uma metáfora que as lembrasse da idéia e que talvez pudesse evocar uma idéia semelhante na cabeça de seus ouvintes, como *band* [atadura] ou *bond* [laço] para uma filiação política. A pista metafórica permitia aos ouvintes costurar o significado mais rápido que se tivessem de se basear apenas no contexto, dando à palavra uma vantagem competitiva na competição darwiniana entre neologismos (o tema do próximo capítulo). A palavra se espalhou e se tornou endêmica na comunidade, juntando-se ao estoque de metáforas aparentes da língua. Mas então ela foi usada com freqüência suficiente, e em contextos suficientes, para que os falantes abandonassem a escada, e hoje o referente metafórico nem passa pela cabeça das pessoas. Ele persiste como um fóssil semântico, uma curiosidade para divertir etimologistas e observadores de palavras, mas sem mais ressonância em nossa mente que qualquer outra seqüência de vogais e consoantes. Pode chamar essa teoria de estraga-prazeres. Ela diz que a maioria das metáforas está morta, como *coming to a head* [chegar a uma cabeça/ao ponto crítico], que as pessoas provavelmente deixariam de usar se soubessem que alude ao acúmulo de pus numa espinha.

O outro extremo é que a mente humana só é capaz de pensar diretamente em

experiências concretas: visões e sons, objetos e forças, e os hábitos de comportamento e emoção da cultura em que fomos criados. Todas as nossas outras idéias são alusões metafóricas a esses cenários concretos. Não conseguimos pensar em associações políticas, por exemplo, sem lembrar (talvez inconscientemente) de algum tipo de cola ou corda. E, quando pensamos no tempo, as partes do cérebro dedicadas ao espaço se iluminam. A inteligência humana, com sua capacidade de pensar um número ilimitado de pensamentos abstratos, evoluiu a partir de circuitos primatas para lidar com o mundo físico e social, ampliados pela capacidade de estender esses circuitos a novos domínios através da abstração metafórica. As pessoas discordam entre si porque enquadram um problema com metáforas diferentes, que usam sem perceber. Uma crítica literária lingüisticamente bem informada é a chave para solucionar conflitos e frustrações, da psicoterapia e do direito à filosofia e à política. Pode chamar essa teoria de messiânica. Ela se baseia na idéia de que PENSAR É ACHAR UMA METÁFORA — a metáfora da metáfora.

ESTRAGA-PAZES E MESSIAS

A teoria estraga-prazeres e a teoria messiânica podem parecer aquelas garrafas de cem dólares que ladeiam as prateleiras de um vendedor esperto de vinhos, mas cada uma delas merece nossa atenção. Não pode haver dúvida de que *algumas* metáforas estão mortas e enterradas — se não *dissolving bands* [dissolver laços] e *coming to a head* [chegar ao ponto crítico], certamente as compostas de raízes do latim e do nórdico antigo. Afinal de contas, os anglófonos de hoje em dia não têm uma memória coletiva junguiana para a imaginação metafórica de falantes mortos há tanto tempo. E, se algumas metáforas podem persistir na língua como fósseis, todas as metáforas ficam sob suspeita. Detectar uma metáfora na língua não é garantia de que os falantes a entendam, em vez de simplesmente as usarem sem compreendê-las, como usamos *man* [homem] ou *dog* [cachorro]. Como já observou um famoso connoisseur do simbolismo, às vezes um charuto é só um charuto.

Um sinal de que as metáforas costumam ser observadas nessa brecha é a prevalência de metáforas *mistas*, em que um falante ou um escritor junta duas metáforas relacionadas em seu sentido subjacente, mas que são ridículas em seu conteúdo literal:

I'm not going to stick to my laurels. [Não vou me apegar aos meus louros.] (Da atriz Kate Winslet, na cerimônia de entrega do Oscar em 2002.)¹

Once you open a can of worms, they always come home to roost. [Quando se abre uma lata de vermes, eles sempre voltam para dormir em casa.]²

Those professors tilt at the windmills of a capitalist patriarchy from whose teat they feed. [Aqueles professores combatem os moinhos de vento de um patriarcado capitalista em cujas tetas mamam.]³

Once again, the Achilles' heel of the Eagles' defense has reared his ugly head. [Mais uma vez, o calcanhar-de-aquiles da defesa dos Eagles deu as caras.]⁴

A opacidade das metáforas cotidianas também fica clara em expressões de um mau gosto inadvertido (como o psicoterapeuta do rádio que disse: “For some patients, cancer can be a growth experience” [Para alguns pacientes, o câncer pode ser uma experiência de crescimento/tumor]), manchetes ambíguas (CHEF THROWS HIS HEART INTO HELPING FEED NEEDY [Chef usa o coração para ajudar a alimentar quem precisa]), goldwynismos (“An oral agreement isn’t worth the paper it’s written on” [Um acordo oral não vale o papel em que foi escrito]) e a entrada num clube chamado AWFUL [horrível] — Americans Who Figuratively Use “Literally” [Americanos que usam “literalmente” no sentido figurado].⁵ O membro de honra era o rabino Baruch Korff, que defendia Richard Nixon durante o escândalo do Watergate, que em determinado momento protestou: “The American press has literally emasculated President Nixon” [A imprensa americana literalmente castrou o presidente Nixon].

Mas, no outro extremo da prateleira, a onipresença da metáfora na língua do cotidiano é mesmo uma descoberta surpreendente, cheia de implicações. Até o estraga-prazeres tem de admitir que as metáforas estavam vivas na mente dos cunhadores originais, e que foram convincentes para os primeiros a adotá-las. E o enorme número de figuras de discurso que recaem na mesma imagem (que não é mencionada) sugere que a metáfora tácita deve ter sido transparente para muitos cunhadores e adotantes por bastante tempo. Pense em apenas algumas das expressões que caem no saco DISCUSSÃO É GUERRA, coletadas pelo lingüista George Lakoff e pelo filósofo Mark Johnson:⁶

Your claims are indefensible. He attacked every weak point in my argument. His criticisms were right on target. I demolished his argument. I’ve never won an argument

with her. You don't agree? Okay, shoot! If you use that strategy, he'll wipe you out. She shot down all my arguments.

[Suas alegações são indefensáveis. Ele atacou todos os pontos fracos do meu argumento. As críticas dele foram direto no alvo. Demoli o argumento dele. Jamais ganhei uma discussão dela. Não concorda? Tá bom, então manda / atira! Se você usar essa estratégia, ele vai te destruir. Ela derrubou todos os meus argumentos.]

Ou as muitas variações de O AMOR É UMA VIAGEM:

Our relationship has hit a dead-end street. It's stalled; we can't keep going the way we've been going. Look how far we've come. It's been a long, bumpy road. We can't turn back now. We're at a crossroads. We may have to go our separate ways. The relationship isn't going anywhere. We're spinning our wheels. Our relationship is off the track. Our marriage is on the rocks. I'm thinking of bailing out.

[Nossa relação chegou a um beco sem saída. Está emperrada; não podemos continuar do jeito que estamos/ nesse caminho. Veja quanto avançamos. Foi um longo caminho, cheio de obstáculos. Não podemos voltar atrás agora. Estamos numa encruzilhada. Talvez tenhamos que seguir cada um o seu caminho. O relacionamento não vai para a frente. Estamos andando em círculos/ rodando em falso. Nossa relação descarrilou. Nosso casamento está em dificuldades/ nas pedras. Estou pensando em cair fora.]

Como essas metáforas não têm pretensão poética, devemos distingui-las de metáforas literárias como *Juliet is the sun* [Julieta é o sol]. Às vezes elas são chamadas de metáforas conceituais, porque ninguém nunca precisa *dizer* "Discussão é guerra" ou "O amor é uma viagem"; a metáfora subjacente está implícita na família de tropos relacionados entre si. Elas também são chamadas de metáforas gerativas, porque as pessoas geram com facilidade novos tropos que pertençam à família, como *He protected his theory in a hardened bunker* [Ele protegeu sua teoria numa trincheira reforçada] ou *Marsha told John they should step on the brakes* [Marsha disse a John que eles deviam pisar no freio].⁷ Para que a expressão se prolifere tão fácil, falantes e ouvintes têm de estar dissecando a metáfora implícita para desnudar as conexões entre as coisas nomeadas pela metáfora e os conceitos abstratos aos

quais realmente se referem. (Em teoria literária eles às vezes são chamados de o “veículo” e o “teor” da metáfora; cientistas da cognição as chamam de “fonte” e “alvo”).⁸ Por exemplo, para ser fluente nas várias expressões de O AMOR É UMA VIAGEM, é preciso captar com uma profundidade considerável a metáfora conceitual. Lakoff explica:

Os amantes são viajantes em uma jornada que fazem juntos, e seus objetivos de vida são vistos como destinos a ser alcançados. O relacionamento é seu veículo, e permite a eles buscar juntos essas metas em comum. O relacionamento é visto como algo que cumpre seu propósito quando permite a eles avançar na direção de suas metas em comum. A viagem não é fácil. Há impedimentos, e há lugares (encruzilhadas) em que uma decisão tem de ser tomada, sobre que direção seguir e se eles devem continuar viajando juntos.⁹

Uma pessoa que não tivesse uma compreensão tácita desse cenário poderia usar algumas das expressões de modo automático, mas não seria capaz de produzir ou entender expressões novas. E uma comunidade de cabeças tão literais assim jamais teria encontrado metáforas convincentes o suficiente para se acumular na língua do modo como se acumularam. Quando se associa a produtividade de expressões dentro de uma metáfora gerativa ao enorme número de metáforas gerativas — Lakoff documentou centenas, de GRANDE É IMPORTANTE e O CAMPO VISUAL É UM RECIPIENTE a MORALIDADE É LIMPEZA e O EU É UM GRUPO DE PESSOAS —, é preciso admitir a possibilidade de que as metáforas gerativas sejam um grande fenômeno da linguagem e uma pista importante sobre nossa constituição cognitiva.¹⁰ Idéias abstratas são conectadas de modo sistemático a experiências mais concretas.

A METÁFORA IMPORTA

Há muita coisa em jogo na pergunta sobre como a mente lida com as metáforas conceituais. Para começar, a resposta pode lançar uma boa dose de luz sobre o desenvolvimento cognitivo e a educação. As crianças podem não entender alianças políticas ou a argumentação intelectual, mas certamente entendem elásticos e brigas. As metáforas conceituais apontam para um meio óbvio pelo qual as pes-

soas talvez aprendam a raciocinar sobre conceitos novos e abstratos. Elas perceberiam, ou alguém lhes indicaria, um paralelo entre o universo físico que já entendem e um universo conceitual que ainda não compreendem. Isso explicaria não apenas como as crianças aprendem idéias difíceis enquanto crescem mas também como pessoas de qualquer idade as aprendem na escola ou a partir da prosa expositiva.¹¹ Analogias como O ÁTOMO É UM SISTEMA SOLAR OU UM ANTICORPO É UMA FECHADURA PARA UMA CHAVE seriam mais que ferramentas pedagógicas; seriam mecanismos que a mente usa para entender conceitos que de outra forma seriam inacessíveis.

O apelo da metáfora é ainda mais profundo. Desde que Darwin e Wallace propuseram a teoria da evolução pela seleção natural, as pessoas se perguntam como a mente humana desenvolveu, pela evolução, a capacidade de raciocinar sobre domínios abstratos como a física, o xadrez ou a política, que não têm nenhuma relevância para a reprodução e a sobrevivência. O enigma fez o próprio Wallace romper com Darwin e atribuir a mente humana a um plano divino, antecipando o movimento do Design Inteligente que aconteceria nos Estados Unidos mais de um século depois.¹² Mas a metáfora conceitual indica um caminho para solucionar o mistério.¹³

As metáforas conceituais que vimos nos capítulos 2 e 4 tinham suas raízes na substância, no espaço, no tempo e na causação (que por sua vez tem suas raízes na força). Esses conceitos certamente eram conhecidos por nossos ancestrais na evolução. No capítulo anterior vimos experimentos feitos por Marc Hauser e colegas mostrando que macacos resos são capazes de pensar em termos de causa e efeito (por exemplo, eles sabem que uma mão com uma faca pode cortar uma maçã, mas que uma mão com um copo d'água não pode). Em outros experimentos, Hauser mostrou que sagüis têm ampla compreensão das relações espaciais e mecânicas que expressamos com substantivos, preposições e verbos.¹⁴ Quando lhes foi dada a oportunidade de alcançar um pedaço de comida através de uma janela usando objetos dispostos a sua frente, os macacos pegaram ganchos e varas sólidos, evitando ferramentas parecidas que estivessem divididas no meio ou que fossem feitas de cordão ou de massa e sem perder tempo se uma obstrução ou abertura estreita atrapalhassem. Agora imagine um salto evolutivo que tenha permitido que os programas neurais que realizam esse tipo de raciocínio se dissociassem de pedaços concretos de matéria e passassem a trabalhar com símbolos que funcionam para qualquer coisa. O maquinário cognitivo que computa as relações entre

coisas, lugares e causas poderia assim ter sido cooptado para as idéias abstratas. Os ancestrais do pensamento abstrato estariam visíveis nas metáforas concretas, numa espécie de vestígio cognitivo.¹⁵

É claro que as fontes da maioria das metáforas na vasta coletânea de Lakoff não são apenas objetos, espaço, tempo e causação. Mas muitas delas são outras obsessões plausíveis para um ancestral hominídeo, como conflitos, plantas e doenças. E até as mais complexas podem ser construídas a partir de conceitos mais básicos. Por exemplo, o “veículo” na metáfora O AMOR É UMA VIAGEM pode ser concebido como um recipiente que leva as pessoas pelo caminho, na direção de um objetivo. Se todo pensamento abstrato é metafórico, e todas as metáforas são montadas a partir de conceitos biologicamente básicos, teremos então uma explicação para a evolução da inteligência humana. A inteligência humana seria um produto da metáfora e da matemática combinatória. A metáfora permite que a mente use algumas idéias básicas — substância, localização, força, objetivo — para entender domínios mais abstratos. A matemática combinatória permite que um grupo finito de idéias simples dê origem a um grupo infinito de idéias complexas.¹⁶

Outra consequência da metáfora da metáfora é o fenômeno do *enquadramento*. Muitas discordâncias sobre problemas humanos surgem não de diferenças nos dados ou na lógica, mas em como a questão é enquadrada. Observamos isso quando adversários discutem sem ouvir os argumentos do outro ou quando achamos que algo precisa de uma “mudança de paradigma”. No primeiro capítulo citei alguns exemplos, como *invadir o Iraque* contra *liberar o Iraque*, *encerrar uma gravidez* contra *matar uma criança* e *redistribuir a riqueza* contra *confiscar lucros*. Cada polêmica se sustenta na opção entre duas metáforas, como os modelos concorrentes de dinâmica de forças subjacente a uma invasão (um antagonista entrando numa área ao superar a resistência de um agonista) e a uma libertação (um antagonista remove outro antagonista que impede o livre movimento do agonista). Um dos motivos para eu ter explicado as construções verbais no capítulo 2 foi o fato de elas mostrarem que até nossos atos mais cotidianos podem ser enquadrados de formas diferentes, como na diferença entre *spraying paint on the wall* [borrifar tinta na parede] (fazer a tinta se movimentar) e *spraying the wall with paint* [borrifar a parede com tinta] (fazer a parede mudar).

Dentro da psicologia cognitiva, o exemplo mais famoso de enquadramento (rapidamente mencionado no capítulo 3) vem de um experimento de Amos Tversky e Daniel Kahneman, que apresentaram o seguinte problema a uma amos-

tra de médicos:¹⁷ “Há a expectativa de que uma nova variante da gripe vá matar seiscentas pessoas. Dois programas para combater a doença foram propostos”. Apresentou-se então a alguns médicos o dilema a seguir:

Se o programa A for adotado, duzentas pessoas serão salvas. Se o programa B for adotado, existe uma probabilidade de um terço de que seiscentas pessoas sejam salvas e uma probabilidade de dois terços de que ninguém seja salvo. Qual dos dois programas você escolheria?

Se você for como a maioria dos médicos que tiveram de fazer essa opção, escolherá o programa A, a opção mais certa, em vez do programa B, o arriscado. Um dilema diferente foi apresentado ao outro grupo de médicos:

Se o programa C for adotado, quatrocentas pessoas vão morrer. Se o programa D for adotado, existe uma probabilidade de um terço de que ninguém morra e uma probabilidade de dois terços de que seiscentas pessoas morram. Qual dos dois programas você escolheria?

Se você for como a maioria dos médicos que tiveram de enfrentar *essa* escolha, você evitará o programa C, a opção mais certa, e apostará no programa D, o arriscado.

Se você reler com cuidado os dois dilemas, porém, perceberá que as opções são idênticas. Se seiscentas pessoas morreriam na falta de tratamento, então salvar duzentas é a mesma coisa que perder quatrocentas, e não salvar ninguém é o mesmo que perder todos. Mas os médicos mudaram de preferência dependendo da forma como o mesmo cardápio de opções foi enquadrado. A diferença crucial na escolha de palavras remete à diferença nas metáforas. As pessoas que seriam salvas depois de receber o tratamento foram interpretadas como um “ganho” sobre o que aconteceria se a epidemia não fosse tratada, enquanto as pessoas que morreriam foram tratadas como uma “perda” sobre o que aconteceria se a epidemia nunca tivesse existido. Ficou independentemente comprovado que as pessoas detestam perder alguma coisa, mais do que gostam de ganhar essa mesma coisa.¹⁸ Elas não se importam, por exemplo, em pagar alguma coisa com o cartão de crédito mesmo sabendo que terão desconto se pagarem à vista, mas detestam pagar a mesma quantia se lhe disserem que há uma taxa extra por usar o cartão. Por isso,

as pessoas normalmente se recusam a apostar num lucro previsto (rejeitam apostas como “se der cara, você ganha 120 dólares; coroa, você paga 100”), mas apostam para evitar uma perda prevista (como em “se der cara, você deixa de dever 120 dólares; coroa, você passa a dever mais 100”). (Esse tipo de comportamento deixa os economistas *malucos*, mas é avidamente estudado por investidoras na esperança de obter alguma vantagem.) A combinação da aversão à perda com os efeitos do enquadramento explica o resultado paradoxo: a metáfora do “ganho” tornou os médicos avessos ao risco; a metáfora da “perda” fez deles apostadores.

O estudo de Tversky e Kahneman, de 1981, embora seja um pouco complicado, é o padrão-ouro para demonstrar os efeitos do enquadramento do comportamento: fatos idênticos, metáforas diferentes, mudança na decisão — e não uma decisão qualquer, mas uma decisão que afetaria centenas de vidas. Desde então, a idéia de que o jeito de formular os problemas afeta o pensamento vem sendo aplicada a diversas esferas da atividade humana. O urbanista Donald Schön argumentou que a metáfora da “doença urbana” fez com que os urbanistas tratassem bairros superpovoados como se fossem ervas daninhas, que tinham de ser extirpadas para impedir a disseminação da doença. O resultado foram os desastrosos projetos de “renovação urbana” dos anos 1960.¹⁹ O juiz Michael Boudin argumentou que os juízes podem ser afetados de modo ilícito por metáforas como o “fruto da árvore venenosa” (provas obtidas de forma ilegal), o “muro que separa Igreja e Estado” e “monopólios de gargalos” (empresas que controlam um canal de distribuição como o abastecimento de energia ou as listas telefônicas).²⁰ Um livro de psicoterapia chamado *Metaphors in mind* [Metáforas em mente] pede aos terapeutas que trabalhem as metáforas dos pacientes, como “tenho um radar para insultos” ou “estou preso atrás de uma porta”.²¹ Um livro sobre liderança nos negócios, chamado *The art of framing* [A arte do enquadramento], examina referências a negócios como viagens, jogos, guerras, máquinas, organismos e sociedades.²²

Há muitos desdobramentos da idéia de que a mente é uma vendedora de metáforas. Analisemos os sentidos em que ela é e os em que ela não é.

O MESSIAS DA METÁFORA

Se a apreciação da metáfora traz uma era messiânica, o messias é George Lakoff. Lakoff foi aluno de Chomsky nos anos 1960 e fundou os movimentos revo-

lucionários chamados Semântica Gerativa e Linguística Cognitiva.²³ Numa série de livros envolventes, a começar por *Metáforas da vida cotidiana* (de 1980, em co-autoria com Mark Johnson), Lakoff analisou o mundo das metáforas conceituais com sacadas impressionantes e com uma profundidade magnífica. E chegou a conclusões notáveis.

Lakoff é de longe o maior defensor da metáfora da metáfora. A metáfora não é um floreio da linguagem, diz ele, mas uma parte essencial do pensamento: “Nosso sistema conceitual comum, em termos de o que pensamos e como agimos, é de natureza fundamentalmente metafórica”.²⁴ A vida mental começa com algumas experiências que não são metafóricas, ou seja, as sensações, ações e emoções que fazem parte de nossa constituição e que interagem com o mundo físico. A partir daí, as metáforas conceituais são adquiridas por uma espécie de condicionamento associativo. Aprendemos que CONTROLE É EM CIMA porque passamos por brigas em que o vitorioso termina por cima, que METAS SÃO DESTINOS porque todos caminhamos na direção do que queremos, e que O TEMPO É UM OBJETO EM MOVIMENTO porque as coisas que se aproximam de nós ficam cada vez mais próximas conforme o tempo passa.

Mas isso não é nem a metade. Como pensamos nas metáforas com base na experiência física, e não em fórmulas lógicas com valores absolutos, toda a tradição de pensamento ocidental desde os gregos está profundamente enganada.²⁵ A razão não se baseia em leis abstratas, porque o pensamento está enraizado na experiência corpórea. E o conceito de verdade objetiva ou absoluta tem de ser rejeitado. Só o que existe são metáforas concorrentes, que são mais ou menos adequadas para os fins das pessoas que as formulam.

A filosofia ocidental, portanto, não é um longo debate sobre conhecimento, ética e realidade, mas uma sucessão de metáforas conceituais.²⁶ A filosofia de Descartes se baseia em SABER É VER, a de Locke em A MENTE É UM RECIPIENTE, a de Kant em A MORALIDADE É UM PAI RIGOROSO, e assim por diante. Assim como a matemática não trata de uma realidade platônica de verdades eternas.²⁷ Ela é uma criação do corpo humano e dos sentidos, que se desenvolveu a partir de atividades como avançar num caminho e coletar, construir e medir objetos. A ideologia política também não pode ser definida em termos de suposições e valores, mas só como versões rivais da metáfora de que a sociedade é uma família. A direita compara a sociedade a uma família comandada por um pai rigoroso, e a esquerda a uma família sob os cuidados de um pai provedor.²⁸

Os debates políticos do dia-a-dia também são competições entre metáforas.²⁹ Os cidadãos não são racionais e não dão atenção aos fatos, exceto quando eles estão enquadrados, e os quadros estão “afixados nas estruturas neurais de (seu) cérebro”.³⁰ No primeiro mandato do presidente George W. Bush, dos Estados Unidos, por exemplo, ele prometeu *tax relief* [baixa/alívio de impostos], que enquadra os impostos como um tormento, o amenizador como herói e qualquer pessoa que queira obstruir a operação como vilão. Os democratas foram bobos e ofereceram sua própria versão de “tax relief”, que aceitava o enquadramento republicano; foi, disse Lakoff, como pedir às pessoas para não enxergarem um elefante. Os democratas deveriam ter reenquadrado os impostos como “membership fees” [mensalidades/anuidades] necessárias para manter os serviços e a infra-estrutura da sociedade a que pertencemos. Em 2005, Lakoff foi proclamado o salvador do Partido Democrata, depois da arrasadora derrota do partido nas eleições presidenciais do ano anterior. Ele se reuniu com líderes e marqueteiros do partido, falou com colégios eleitorais e viu seu livro *Don't think of an elephant!* [Não pense num elefante!] virar best-seller e talismã liberal.³¹

A lingüística já exportou várias grandes idéias para o mundo intelectual. Entre elas estão a diversificação das línguas como inspiração para Darwin para a origem das espécies; a análise de sons contrastantes como paradigma para o estruturalismo na antropologia e na teoria literária; a hipótese do Determinismo Lingüístico; e a estrutura profunda e a Gramática Universal inata de Chomsky. Até por esses padrões, a teoria da metáfora conceitual de Lakoff é extraordinária. Se ele estiver certo, a metáfora conceitual pode fazer qualquer coisa, desde virar de cabeça para baixo 2500 anos de equivocada confiança na verdade e na objetividade no pensamento ocidental a colocar um democrata na Casa Branca.

Embora eu acredite que a metáfora conceitual realmente tenha profundas implicações na compreensão da relação entre língua e pensamento, acho que Lakoff leva a idéia um pouco longe demais.

Começemos por cima, pela rejeição à verdade, à objetividade e à razão desencarnada. Para ser justo, Lakoff não é nem pós-modernista nem um relativista cultural radical. Ele acredita que existe um mundo físico, ametafórico, e acredita que a natureza humana, incutida em nossos corpos e que interage com o mundo, oferece experiências universais que sustentam muitas metáforas de modo comum para toda a humanidade. Mas ele também acredita que muitas das metáforas que sustentam nosso raciocínio são específicas a uma cultura, e até o universalismo

dele é um relativismo de *espécie*: nosso conhecimento não passa de uma ferramenta moldada para atender aos interesses e ao corpo do *Homo sapiens*. Como tal, a versão do relativismo de Lakoff é vulnerável às duas refutações padrão do relativismo em geral.³²

A primeira é que nossa melhor ciência e matemática são capazes de prever como o mundo vai se comportar, de um jeito que seria uma incrível coincidência se as teorias não caracterizassem a realidade. Como já apontou Richard Dawkins, até o relativista mais convicto voa para a próxima conferência acadêmica num jato projetado de acordo com as metáforas da física moderna, em vez de num tapete mágico projetado de acordo com alguma outra metáfora concorrente (nas palavras dele: Mostre-me um relativista a 30 mil pés de altura e eu te mostro um hipócrita).³³ Não adianta dizer que as metáforas científicas são meramente “úteis”, a menos que se contenha toda a curiosidade sobre por que algumas metáforas são úteis e outras não. A resposta óbvia é que algumas metáforas expressam verdades sobre o mundo. Portanto, mesmo que a língua e o pensamento usem metáforas, isso não implica que o conhecimento e a verdade sejam descartáveis. Pode implicar que as metáforas são capazes de captar aspectos da realidade com objetividade e veracidade. Numa próxima seção veremos como elas fazem isso.

A outra refutação é que, por seu próprio empenho para convencer os outros da verdade do relativismo, os relativistas estão comprometidos com a noção de verdade objetiva.³⁴ Atraem defensores por persuasão — a manipulação de fatos e da lógica —, não com subornos ou ameaças. Enfrentam as críticas que recebem com o debate e a argumentação, não duelando com revólveres ou arremessando cadeiras como os convidados de um programa popular de TV. E, se questionados se seu relativismo é um conjunto de mentiras, diriam que não, em vez de hesitar e declarar que a pergunta não faz sentido. Não é preciso ir muito além das primeiras linhas de *Philosophy in the flesh* [Filosofia na carne], de Lakoff e Johnson:

A mente é inerentemente corpórea.

O pensamento é na maior parte inconsciente.

Conceitos abstratos são em sua maioria metafóricos.

Essas são as três maiores descobertas da ciência cognitiva. Estão encerrados mais de dois milênios de especulação filosófica a priori sobre esses aspectos da razão. Por causa dessas descobertas, a filosofia jamais será a mesma. Quando tomadas em con-

junto e analisadas em detalhe, essas três descobertas não são coerentes com partes centrais da filosofia ocidental.

“A mente é inerentemente corpórea” — não “Oferecemos a metáfora de que a mente é inerentemente corpórea”. “Essas descobertas” — não “esses enquadramentos úteis”. “Não são coerentes com partes centrais da filosofia ocidental” — não “uma metáfora diferente da da filosofia ocidental”. Lakoff e Johnson não têm como fugir. No próprio ato de apresentar sua tese, pressupõem as noções transcendentais de verdade, objetividade e necessidade lógica que buscam destruir. Mesmo que façamos a Lakoff a concessão de que os conceitos abstratos são metafóricos em algum sentido, o próximo passo crucial é mostrar como pensar metaforicamente pode ser racional, e não abandonar a racionalidade de vez.

Passando da filosofia à psicologia, descobrimos um grande problema na afirmação de que a maior parte de nosso pensamento é metafórico: as pessoas transcendem sem dificuldades as metáforas implícitas em seu idioma. Já falei da tese estraga-prazeres de que muitas das metáforas conceituais, se não todas, são obscuras aos falantes atuais. Isso implica que os falantes têm meios para entender os conceitos subjacentes: a idéia abstrata da aproximação ao clímax, não a idéia concreta da cabeça de uma espinha; a idéia abstrata de uma profusão de problemas, não a idéia concreta de uma lata de vermes.

A psicologia experimental é um campo cheio de estraga-prazeres, e vários já mostraram que as pessoas não vão ao fundo de uma metáfora conceitual cada vez que entendem uma metáfora convencional. Os psicólogos Boaz Keysar e Samuel Glucksberg, junto com colaboradores, mostraram que as pessoas criam cadeias de frases construídas em torno de uma metáfora conceitual.³⁵

“Love is a patient”, said Lisa. “I feel that this relationship is on its last legs. How can we have a strong marriage if you keep admiring other women?” “It’s your jealousy”, said Tom.

[“O amor é um paciente”, disse Lisa. “Sinto que esta relação está nas últimas. Como podemos ter um casamento sólido se você fica admirando outras mulheres?” “Você é que está com ciúme”, disse Tom.]

O experimento afirmava que, se os leitores realmente pensassem sobre a metáfora subjacente, eles deveriam estar preparados para um novo exemplo,

como “You’re infected with this disease” [Você está contaminado/a por essa doença”]. Deveriam então reconhecê-la mais rápido do que se ela viesse do nada, depois de uma introdução neutra que não fizesse menção à metáfora.

“Love is a challenge”, said Lisa. “I feel that this relationship is in trouble. How can we have an enduring marriage if you keep admiring other women?” “It’s your jealousy”, said Tom.

[“O amor é um desafio”, disse Lisa. “Sinto que esta relação está com problemas. Como podemos ter um casamento duradouro se você fica admirando outras mulheres?” “Você é que está com ciúme”, disse Tom.]

Mas na realidade não houve nenhuma vantagem: a introdução com as metáforas convencionais deixou os leitores despreparados para a inovadora, sugerindo que a metáfora conceitual subjacente simplesmente não foi registrada. Numa terceira situação, os leitores foram forçados a pensar na metáfora conceitual porque as frases introdutórias tinham metáforas pouco convencionais:

“Love is a patient”, said Lisa. “I feel that this relationship is about to flatline. How can we administer the medicine if you keep admiring other women?” “It’s your jealousy”, said Tom.

[“O amor é um paciente”, disse Lisa. “Sinto que esta relação está prestes a entrar em colapso. Como podemos administrar o remédio se você fica admirando outras mulheres?” “Você é que está com ciúme”, disse Tom.]

Dessa vez os leitores entenderam mais rápido a frase de teste sobre estar contaminado pela doença — tão rápido como quando a história era sobre estar literalmente contaminado por uma doença de verdade. Os psicólogos concluíram que as pessoas são capazes de chegar aos conceitos subjacentes a uma expressão metafórica, mas só quando a metáfora é nova. Quando a metáfora é convencional, como a maioria das usadas como exemplo por Lakoff, as pessoas vão direto para o sentido abstrato.

As pessoas podem não apenas ignorar as metáforas como questioná-las e ignorá-las, e analisar quais aspectos são aplicáveis e quais devem ser descartados. Na verdade, chamar a atenção para metáforas convencionais é um gênero comum de humor, como quando Steven Wright perguntou: “If all the world’s a stage,

where is the audience sitting?” [Se o mundo é um palco, onde está o público?], ou a tirada afro-americana “Your mama’s so dumb, she put a ruler on the side of the bed to see how long she slept” [Sua mãe é tão burra que colocou uma régua do lado da cama para saber quanto dormiu]. A tira de *Dilbert* mostra outro exemplo:



Dilbert © United Feature Syndicate, Inc.

[— Podemos esperar três meses para que a comissão de software aprove nosso plano... Ou podemos decolar como águias, e agir sem aprovação, poupando milhões de dólares! “Por favor, não vá se distrair com a analogia.” — Desde quando águias usam software?]

Palhaçadas à parte, as pessoas não poderiam analisar as metáforas se não dominassem um meio de pensamento subjacente que seja mais abstrato que as próprias metáforas. Assim como não poderiam, aliás, usar uma metáfora conceitual para *pensar*. Quando se raciocina sobre um relacionamento, não tem problema ruminar em cima do equivalente metafórico do destino em comum, da velocidade com que se avança para ele e dos obstáculos pelo caminho. Mas a pessoa ficaria perdida se comesse a questionar se tem tempo para fazer as malas ou onde fica o próximo posto de gasolina. Quando me preparo para um debate, posso imaginar como derrubar o argumento de uma pessoa e defender o meu, mas é melhor que não tenha que me preocupar em proteger minha linha de suprimentos, emitir bônus de guerra ou lidar com pacifistas. O pensamento não pode negociar diretamente com as metáforas. Tem de negociar com uma moeda mais básica que capte os conceitos abstratos compartilhados pela metáfora e por seu tema — o progresso na direção de uma meta em comum no caso de viagens e relacionamentos, o conflito em caso de discussões e de guerra —, ao mesmo tempo se livrando das partes irrelevantes.³⁶

Por essa razão, não deveria ser nenhuma surpresa descobrir que nem mesmo

uma metáfora tão onipresente quanto TEMPO É ESPAÇO não pressupõe a idéia de que a concepção de tempo se instale literalmente no território neural usado pela concepção de espaço. David Kemmerer já mostrou que alguns pacientes com danos cerebrais podem perder a capacidade de entender preposições para o espaço, como *She's at a corner* [Ela está em um canto] e *She ran through the forest* [Ela correu pela floresta], retendo no entanto a capacidade de entender as mesmas preposições para o tempo, como em *She arrived at 1:30* [Ela chegou à 1h30] e *She worked through the evening* [Ela trabalhou a noite inteira].³⁷ Outros pacientes demonstraram o padrão contrário. Isso sugere que circuitos diferentes do cérebro sejam responsáveis por entender o espaço e por entender o tempo, mesmo com a sobreposição metafórica entre os dois.

A necessidade de um estrato de pensamento que seja mais profundo que a metáfora também fica aparente quando pensamos como se aprendem as metáforas conceituais. Lembre-se de que Lakoff invoca uma teoria pavloviana segundo a qual, digamos, aprendemos MAIS É EM CIMA através de experiências como observar uma pilha de livros sobre a mesa ficar cada vez maior conforme mais exemplares são adicionados. Mas isso fica ridículo quando passamos para metáforas mais complexas. Ninguém precisa se apaixonar pela vizinha de assento numa excursão de ônibus pelo país para saber que o amor é uma viagem, nem ver uma dupla de debatedores sacar os revólveres para perceber que discussões são como a guerra. Lakoff apela então para a “similaridade” como uma segunda teoria de como as metáforas conceituais são adquiridas: depois que aprendemos que UM OBJETIVO É UMA VIAGEM, pelo método pavloviano (isto é, só chegamos ao parquinho depois de caminhar com dificuldade até ele), estendemos a metáfora para a relação romântica porque o objetivo de um relacionamento é como o objetivo de um destino físico, como o parquinho. Mas aí é a abstração de uma idéia como “objetivo” que está fazendo todo o trabalho! As idéias abstratas definem as dimensões de similaridade (como a maneira pela qual um parquinho é como a aspiração romântica) que permitem que a metáfora conceitual seja aprendida e usada. Não dá para pensar só com a metáfora.

POR SOB A METÁFORA

Se aprender e usar uma metáfora exige que manipulemos as idéias numa camada mais profunda de pensamento, será que fazemos alguma idéia de quais

sejam essas idéias? É possível vislumbrá-las numa versão mais moderada da metáfora conceitual, originalmente descoberta por Jeffrey Gruber, companheiro de classe de Lakoff no MIT, e desenvolvida por outro aluno, Ray Jackendoff.³⁸

O fenômeno-chave foi apresentado no capítulo 2: verbos como *go* [ir], *be* [ser] e *keep* [manter / manter-se] são usados não só para a localização (*The doctor kept Pedro at home* [O médico manteve Pedro em casa]), mas também para estados (*The doctor kept Pedro healthy* [O médico manteve Pedro saudável]), posses (*Pedro kept the house* [Pedro manteve a casa]) e o tempo (*Pedro kept the practice session at noon* [Pedro manteve o treino ao meio-dia]). Jackendoff observou que esses verbos preservam uma parte de seu significado em seus empregos físicos e não-físicos, mas não outras partes. A parte preservada é um esqueleto de conceitos espaciais e de dinâmica de forças como os explorados nos capítulos 2 e 4; coisa, substância, aglomerado, lugar, caminho, agonista, antagonista, objetivo, meio. O esqueleto é então rotulado com um símbolo para uma área semântica, como localização, estado, posse ou tempo. Por exemplo, o esqueleto por trás de *keep* em *He kept the money* [Ele manteve / ficou com o dinheiro] pode especificar um antagonista opondo-se à tendência de um agonista a ir embora, com uma etiqueta que diz “posse”. O conceito por trás de *keep* em *He kept the book on the shelf* [Ele mantinha o livro na prateleira] teria o mesmo esqueleto, mas exibiria a etiqueta “localização”.

O sabor metafórico da linguagem vem do fato de que conceitos estruturais como “ir”, “lugar” e “agonista” mantêm conexões com o raciocínio físico. Eles costumam ser deflagrados pela experiência de observar as coisas se movendo; são usados por crianças no sentido espacial antes de ser usados no sentido abstrato; e podem ter evoluído a partir dos circuitos para o pensamento físico em nossos ancestrais primatas. No entanto, quando tomam parte do pensamento momento a momento, eles são símbolos abstratos, e não precisam carregar consigo imagens de pedaços de matéria rolando por aí. Por esse motivo eles não são genuinamente metafóricos, pelo menos não no sentido da metáfora de Lakoff.

Neste ponto pode-se perguntar: Se os conceitos por sob uma metáfora conceitual são no fim das contas apenas símbolos abstratos como *x*, *y* ou *z*, em que sentido *qualquer* noção de metáfora teria algum papel na mente adulta? E por que, no curso da história, do desenvolvimento ou da evolução, teria o maquinário mental sido cooptado para o sentido de posse, circunstância ou tempo, se é possível limpá-lo de todo conteúdo referente ao espaço real?

A resposta é que existem ferramentas de *inferência* que podem ser carregadas

do universo físico para o não-físico, onde podem fazer um trabalho concreto. Por exemplo, faz parte da natureza do espaço, do tempo e da causação que, se A move B até C, B não estava em C antes, embora agora esteja. O crucial é que o mesmo silogismo se aplica ao universo da posse. Se A *dá* B a C, então B não era *possuído* por C antes, embora agora seja. E, se A não tivesse dado, C não possuiria B. Assim, se um organismo que é competente para raciocinar sobre o espaço for capaz de captar suas regras independentemente do conteúdo espacial em si, ele ganhará automaticamente a capacidade de raciocinar sobre a posse, fazendo o mesmo tipo de previsão sobre o futuro, e o mesmo tipo de inferência sobre o passado.

É claro que a cooptação do raciocínio espacial para a posse e outros domínios abstratos é limitada. O espaço físico é tridimensional e contínuo, enquanto a posse é unidimensional e tudo-ou-nada. Por esse motivo a metáfora DAR É MOVER nem sempre faz sentido: não dá para dar alguma coisa *upward* [para cima] ou *frontward* [para a frente], nem dá-la *partway toward Bill* [parte do caminho na direção de Bill].³⁹ Mas, se partes das regras espaciais estão enxertadas no universo da posse, enquanto outras partes são rejeitadas, já se possuem os elementos básicos para raciocinar sobre a posse.

E o mesmo acontece com tempo, estado e causas. Como o tempo na verdade é uma dimensão como o espaço, podemos usar ferramentas da cognição espacial para captá-lo (com precondições como a de que o tempo é unidimensional e o futuro difere do passado, como vimos no capítulo 4). Em termos mais gerais, podemos usar os mecanismos mentais para o espaço para lidar com *qualquer* variável contínua, da saúde à inteligência, passando pelo produto interno bruto. Num raciocínio semelhante, o maquinário cognitivo para a dinâmica das forças tem o suficiente em comum com a lógica dos contrafactuais (“Se não fosse o antagonista, o agonista teria ficado no lugar”) para que, despidido de seu conteúdo da física mundana, possa ser usado para enquadrar pensamentos causais abstratos (“Se não fosse o escândalo, Melvin ainda seria governador”), e não apenas buracos e obstáculos. É por isso que a linguagem do espaço e da força é tão onipresente no discurso humano: são poucas as coisas na vida que não podem ser caracterizadas em termos de variáveis e das causas das mudanças que elas sofrem.

Desse ponto de vista, as metáforas são úteis para o pensamento no sentido de que são *analogias* — sustentam raciocínios do tipo “A está para B como X está para Y”.⁴⁰ Embora muitas metáforas e símiles apenas comentem uma semelhança perceptiva (como *The clouds at sunset were like boiled shrimp* [As nuvens no pôr-do-sol

eram como camarão fervido]], as mais úteis aludem para o modo como a fonte da metáfora é organizada a partir de componentes. A fonte (por exemplo uma viagem) é despida até sobra-rem só alguns componentes essenciais (A, B e C). A metáfora coloca esses componentes em correspondência com os componentes do alvo (como a relação romântica): A para X, B para Y, C para Z. Então algum conceito relacionado a A na fonte, como B, é usado para escolher um conceito analogamente relacionado no alvo, como Y. Numa viagem, às vezes é preciso passar por trechos turbulentos para chegar ao destino. O amor é como uma viagem porque a experiência da relação é como a experiência de viajar pela estrada, e o objetivo em comum do casal é como o destino do viajante. Portanto, pode-se deduzir, para que um casal atinja o objetivo em comum, deve estar preparado para suportar períodos de conflito.

É por isso que Lakoff tem razão em insistir que as metáforas conceituais não são apenas floreios literários, mas auxiliares do raciocínio — são as metáforas “pelas quais vivemos”. E as metáforas podem dar vida a inferências sofisticadas, não só às óbvias como “Se você dá uma coisa, não a possui mais” ou “Se você desistir ao primeiro sinal de conflito, nunca terá um relacionamento gratificante”. Donald Schön conta sobre um problema de engenharia enfrentado pelos projetistas de pincéis feitos com cerdas sintéticas.⁴¹ Comparados aos pincéis com cerdas naturais, os novos espalhavam a tinta de modo desigual sobre a superfície, e nenhuma das melhorias em que os engenheiros conseguiam pensar (variar o diâmetro, bifurcar as extremidades das cerdas) resolvia o problema. Então alguém disse: “Pensando bem, um pincel é um tipo de bomba!”. Quando o pintor pressiona o pincel dobrando-o contra a superfície, ele força a passagem da tinta pelos espaços entre as cerdas, que atuam como canais ou canos. Um pincel natural, descobriu-se, forma uma curva natural quando é pressionado contra uma parede, enquanto o sintético formava um ângulo agudo, bloqueando os canais como uma dobra numa mangueira de jardim. Variando a densidade das cerdas ao longo do comprimento, os engenheiros conseguiram que o pincel sintético se curvasse mais suavemente, para assim distribuir a tinta de modo mais igual. O primeiro passo, crucial, foi a metáfora da bomba, que fez com que eles reinterpretassem o pincel de uma palheta que espalha tinta na superfície para um conjunto de canais que a bombeiam até suas extremidades. (Observe, aliás, como essas metáforas usam a geometria esquemática de substantivos e preposições que exploramos no último capítulo.)

A história do pincel mostra que o poder da analogia não vem da observação de uma mera semelhança nos componentes (cerdas sintéticas são como cerdas naturais; cerdas naturais têm pontas bifurcadas; vamos dar então pontas bifurcadas às cerdas sintéticas). Ela vem da observação de *relações* entre as partes, mesmo que as partes em si sejam bem diferentes. Um pincel não se parece em nada com uma bomba, mas as relações entre as partes de um pincel são semelhantes às relações entre as partes de uma bomba. O espaço entre as cerdas é como o espaço dentro da mangueira; dobrar o pincel empurra a tinta por esses canais do mesmo modo que comprimir uma câmara empurra a água pela mangueira, e assim por diante. A psicóloga Dedre Gentner e seus colaboradores mostraram que o foco nos relacionamentos é a chave para o poder da analogia como ferramenta para o raciocínio.⁴² Eles ressaltam que muitas teorias científicas foram inicialmente formuladas como analogias, e com frequência esse ainda é o melhor jeito de explicá-las: a gravidade é como a luz, o calor é como um líquido, a evolução é como a reprodução controlada na criação de animais, o átomo é como o sistema solar, os genes são como mensagens codificadas. Para que uma analogia seja útil em termos científicos, entretanto, as correspondências não podem se aplicar a uma parte de uma coisa que simplesmente se pareça com uma parte de outra. Elas têm de se aplicar à *relação* entre as partes, e, melhor ainda, às relações entre as relações, e às relações entre as relações entre as relações.

Veja um dos exemplos deles. No princípio do século XIX o físico francês Sadi Carnot descreveu os princípios da termodinâmica que explicam o funcionamento dos motores a vapor, em que uma diferença na temperatura é convertida em trabalho.⁴³ (Por exemplo, em um tipo de motor a vapor, o vapor aquecido em um extremo de uma câmara fechada se expande e empurra um pistão na direção do outro extremo. Mas o pistão só se mexe se o outro extremo estiver mais frio, condensando seu conteúdo; se aquele extremo não estiver mais frio, o vapor daquele lado só vai empurrar de volta, e o pistão não vai sair do lugar.) A explicação de Carnot usou uma analogia ponto a ponto que comparava a transferência de calor entre dois corpos conectados à queda da água numa cachoeira. A diferença de altura entre o topo e a parte de baixo da cachoeira corresponde à diferença de temperatura entre os corpos quente e frio. A quantidade de água no topo corresponde à quantidade de calor no objeto mais quente. A máxima potência disponível de uma cachoeira depende tanto da diferença de altura quanto da quantidade de água no topo, assim como a potência disponível num motor a calor depende ao mesmo

tempo da diferença de temperatura e da quantidade de calor no corpo mais quente. Se alguém fosse fazer diagramas com setas e quadros mostrando os dois sistemas, indicando o que depende do que e o que causa o quê, a geometria dos dois diagramas seria a mesma, só as legendas seriam diferentes.

Carnot pareou meticulosamente uma a uma as entidades dos dois domínios (o calor no corpo mais quente com o volume de água no topo e assim por diante). Ele se concentrou nas relações entre as entidades (a diferença de temperatura para o calor, a diferença de altura para a água) e ignorou suas propriedades individuais, como o fato de que a água é límpida e molhada ou de que coisas quentes ficam vermelhas. E não se distraiu com a confraternização concreta entre uma entidade de um domínio e uma entidade de outro, como o fato de que a própria água pode estar quente ou de que motores a vapor usam água. (Foi o que o chefe de Dilbert fez quando pensou nas águias usando software.)

Gentner e seu colaborador Michael Jeziorski destacam que essa disciplina mental é essencial para o uso sadio da analogia na ciência, mas ela não é fácil.⁴⁴ A maioria dos pesquisadores anteriores à era científica moderna e boa parte dos exploradores da pseudociência nos dias de hoje misturam desajeitados suas metáforas, cruzam e recruzam as conexões e são facilmente seduzidos por semelhanças superficiais. Os alquimistas, por exemplo, comparavam o Sol ao ouro, porque os dois são amarelos; Júpiter ao latão, porque Júpiter é o deus dos céus e se acreditava que o céu fosse feito de latão; e Saturno ao chumbo, porque ele se movia devagar, como se fosse pesado como o chumbo, mas também porque o chumbo é escuro, como a noite, que por sua vez é como a morte, e Saturno é o planeta mais distante do Sol, a grande fonte da vida, o que tornava Saturno o senhor da morte. O acúmulo de alusões metafóricas e metonímicas tinha o objetivo de tornar o sistema mais convincente, mas pelos padrões científicos modernos ele o torna menos convincente.

Hoje, simbolismos vagos, semelhanças rasas e mapeamentos fluidos são a marca registrada de diversos tipos de charlatanismo: o princípio do “o semelhante trata o semelhante” na homeopatia (como tratar a rinite alérgica sazonal com uma tintura que esteve em contato com cebolas); o uso da similaridade na medicina popular (como o emprego de pó de chifre de rinoceronte para tratar a disfunção erétil); a leitura de significados nos números correspondentes às letras de uma palavra na cabala; o ato de perfurar uma boneca que se parece com o inimigo no vodu; e outras formas de simpatia.

Analogias pouco definidas e que se sobrepõem também são um traço do mau ensino da ciência. O sistema imunológico é como um sentinela, exceto quando é uma chave e uma fechadura; não, espere um pouco, é um lixeiro! Os melhores escritores da área da ciência, ao contrário, destacam os casamentos que interessam na analogia e interceptam os ilusórios. Em *O relojoeiro cego*, Richard Dawkins explica como a seleção sexuada pode produzir demonstrações extravagantes como a enorme cauda do pássaro cardeal. Características de machos que são atraentes para as fêmeas podem variar enormemente no curso da evolução, observa Dawkins, porque existem muitas combinações estáveis entre o comprimento de cauda preferido pelas fêmeas e o comprimento de cauda real da população (que em si já é um meio-termo entre o comprimento preferido por gerações anteriores de fêmeas exigentes e o comprimento que é ideal para o vôo). Os matemáticos chamam isso de “linha de equilíbrios”, e para estabelecer as condições que a produzem requerem equações abstrusas. Mas Dawkins explica a idéia da seguinte maneira:

Imagine que uma sala tenha tanto um aquecedor quanto um aparelho de ar condicionado, cada um com seu próprio termostato. Os dois termômetros são acertados para manter a sala na mesma temperatura fixa, 21 graus Celsius. Se a temperatura cai para abaixo de 21, o aquecedor liga sozinho e o ar-condicionado se desliga. Se a temperatura sobe para acima de 21 graus, o ar-condicionado se liga e o aquecedor se desliga. O análogo do comprimento da cauda do cardeal não é a temperatura (que permanece constante a 21 graus), mas a taxa total de consumo de eletricidade. A questão é que há várias formas pelas quais se pode atingir a temperatura desejada. Ela pode ser atingida com os dois aparelhos funcionando a toda potência, o aquecedor lançando ar quente e o ar-condicionado trabalhando incansável para neutralizar o calor. Ou pode ser atingida quando o aquecedor emite um pouco menos de calor, e o ar-condicionado funciona com uma potência equivalentemente menor para neutralizá-lo. Ou pode ser atingida com os dois aparelhos praticamente sem funcionar. É óbvio que a última alternativa é a solução mais desejável do ponto de vista da conta de luz, mas, no que diz respeito ao objetivo de manter a temperatura fixa, cada uma de uma longa série de ritmos de trabalho é igualmente satisfatória. Temos uma *linha* de pontos de equilíbrio, em vez de um único ponto.⁴⁵

Nos trechos que sublinhei, Dawkins prevê que seus leitores correm o risco de dissociar as entidades concretas das entidades na analogia, e redireciona o olhar deles para os pontos de correspondência que quer ressaltar.

Analogias científicas legítimas como as de Carnot, Schön e Dawkins suscitam a pergunta sobre por que as metáforas e analogias são tão úteis justo na esfera do conhecimento na qual consideramos ter o controle total da verdade. No caso das metáforas com espaço e força não há muita surpresa, porque elas estão sendo usadas simplesmente para falar de variáveis e mudanças causais, que são uma linguagem universal da ciência. Mas, em se tratando de metáforas mais complexas, tal utilidade chega a assustar. O que há no mundo, ou em *nós*, que permite que fornalhas e aparelhos de ar condicionado esclareçam as caudas dos cardeais? Lakoff, lembre-se, sugere que nosso conhecimento científico, como todo o nosso conhecimento, é limitado por nossas metáforas, que podem ser mais ou menos adequadas ou úteis, mas não descrições precisas de uma verdade objetiva. O filósofo Richard Boyd depreende uma moral que é o exato contrário.⁴⁶ Ele escreve que “o uso da metáfora é um dos muitos dispositivos disponíveis à comunidade científica para realizar a tarefa de *adequar a língua à estrutura causal do mundo*. Com isso quero dizer a tarefa de introduzir terminologia, e modificar o emprego da terminologia existente, para que categorias lingüísticas se tornem disponíveis para descrever a causalidade e as características explanatórias significativas do mundo”.

A metáfora, na ciência, sugere Boyd, é uma versão do processo cotidiano pelo qual uma metáfora é convocada ao serviço para preencher vácuos no vocabulário de uma língua, como *rabbit ears* [orelhas de coelho] para se referir às antenas que antigamente brotavam de cima dos aparelhos de televisão. Os cientistas descobrem constantemente novas entidades que não têm um nome em inglês, e assim muitas vezes recorrem a uma metáfora para o rótulo necessário: *selection* [seleção] na evolução, *kettle pond* [lago chaleira / lago de erosão], *linkage* [ligação] na genética e por aí vai. Mas elas não estão acorrentadas pelo conteúdo da metáfora, porque a palavra em seu novo sentido científico é distinta da palavra no vernáculo (um tipo de polissemia). Conforme os cientistas vão compreendendo o fenômeno alvo em mais detalhes e profundidade, ressaltam os aspectos da metáfora que devem ser levados a sério e afastam os aspectos que devem ser ignorados, como Dawkins fez na analogia do aquecedor-resfriador de ar. A metáfora evolui até virar um termo técnico para um conceito abstrato, que inclui tanto o fenômeno alvo como o fenômeno fonte. É um exemplo daquilo que todo filósofo da ciência sabe sobre a lin-

guagem científica, e que a maioria dos leigos não entende direito: os cientistas não “definem cuidadosamente seus termos” antes de dar início a uma investigação. O que eles fazem é usar palavras livremente para indicar um fenômeno no mundo, e o significado das palavras vai ficando cada vez mais preciso conforme os cientistas passam a entender o fenômeno mais a fundo.⁴⁷ (Mais sobre esse assunto no próximo capítulo.)

Com isso, ainda fica sem resposta a pergunta sobre por que as metáforas *funcionam*. Por que tantas analogias científicas permitem que cheguemos às conclusões certas, em vez de ser meros rótulos, como *quark* ou *Big Bang*, que são fáceis de lembrar mas muito pouco informativos? Boyd sugere que as metáforas científicas são com frequência dispensáveis para coisas que podem ser caracterizadas por um único traço ou essência, como a água que é H_2O . Mas elas se apresentam para sistemas complexos compostos por inúmeras partes e propriedades que funcionam em conjunto para manter o sistema estável (ele as chama de *aglomerados de propriedades homeostáticas*). A idéia básica é que existem leis universais para sistemas complexos que governam diversos fenômenos no mundo natural.⁴⁸ Um conjunto de leis explica por que sistemas solares, átomos, planetas e suas luas e bolas amarradas a postes possuem padrões estáveis de revolução. Outro explica semelhanças em ecossistemas, corpos e economias: nos três sistemas, por exemplo, a energia é absorvida, funções internas se diferenciam e os recursos são reciclados. Um terceiro explica os ciclos pelos quais os animais regulam a glicose de seu corpo, os termostatos regulam a temperatura da casa e um dispositivo de piloto automático regula a velocidade do carro. Se essas leis existem, os cientistas podem descobrir suas propriedades enquanto estudam os sistemas que são governados por elas. E têm o direito de usar uma metáfora tanto como rótulo para aquele tipo de sistema como forma de generalização, de um exemplar bem compreendido para um menos compreendido.

Na condução cotidiana da ciência, tudo isso dá margem ao debate sobre se um fenômeno é mesmo um exemplo do sistema homônimo a seu rótulo metafórico ou se a semelhança fica só na terminologia metafórica. Ninguém tem nenhum problema com a idéia de que a *lens* [lente/cristalino] de um olho e a *lens* de um telescópio são dois exemplos da categoria genérica “lente”, em vez de o telescópio ser uma “metáfora” para o olho. Assim como não há nada de metafórico quando falamos do “código genético”: um código hoje é um termo da teoria da informação para um esquema de mapeamento, o que inclui entre seus casos

especiais criptogramas e o DNA. Mas será que os psicólogos da cognição usam o computador como “metáfora” para a mente, ou (como acredito) é possível dizer que a mente faz computações *literalmente*, e que a mente humana e os computadores digitais comerciais são dois exemplares da categoria “sistema de computação”?⁴⁹

Dessa forma, a onipresença da metáfora na língua não significa que todo o pensamento está fundamentado na experiência corpórea, nem que todas as idéias são meros enquadramentos rivais, em vez de afirmações comprováveis. As metáforas conceituais só podem ser aprendidas e usadas se forem analisadas em seus elementos mais abstratos como “causa”, “objetivo” e “mudança”, que compõem a verdadeira moeda do pensamento. E o emprego metódico da metáfora na ciência mostra que a metáfora é uma forma de adaptar a língua à realidade, não o contrário, e que ela pode captar leis genuínas do mundo, não apenas projetar imagens confortáveis nele.

Uma interpretação realista da metáfora conceitual lança uma luz diferente sobre a aplicação da metáfora e do enquadramento na política. Coerente com sua teoria cognitiva, Lakoff afirma que “os enquadramentos atropelam os fatos” na mente dos cidadãos, e que os enquadramentos dominantes são impostos por quem está no poder para servir a seus interesses. É uma teoria política menosprezadora e cínica, que implica que as pessoas são indiscriminadamente ingênuas e que o debate político não pode e não deve se referir aos méritos reais das políticas e das pessoas. Mas a teoria política de Lakoff não decorre da natureza da metáfora conceitual, e sua teoria do conhecimento científico também não. As metáforas e seus enquadramentos não estão “afixados nas estruturas neurais dos cérebros das pessoas”, mas podem ser examinados, questionados e até ridicularizados (lembre-se de Woody Allen jogando o queixo no punho do cara).

Dá até para imaginar as vaías denunciando o ridículo se um político aceitasse o conselho orwelliano de Lakoff e rebatizasse *taxes* [impostos] como *membership fees* [mensalidades/anuidades]. (Na verdade, o próprio Orwell chamou *revenue enhancement* [aumento da receita] de um eufemismo flagrante para o aumento de impostos em seu famoso ensaio “Politics and the English language”, de 1949.) Ninguém precisa ouvir a metáfora *tax relief* [alívio tributário] para pensar nos impostos como um tormento; desconfio que o sentimento exista desde que os impostos foram criados. E será que o jeito de enquadrar as coisas realmente atropela os

fatos? A prova de Lakoff é que as pessoas não percebem que é melhor para elas ter impostos mais altos, porque qualquer economia com a redução nos impostos federais será contrabalançada por aumentos em impostos locais e nos serviços privados. Mas, se isso é fato, precisa ser demonstrado à moda antiga, na forma de um argumento sustentado por números — e enfrentando a sensação das pessoas, não completamente absurda, de que parte considerável de seus impostos federais acaba indo para projetos com fins eleitoreiros, para favorecimentos a grandes empresas, para o desperdício burocrático, e assim por diante. Muitos democratas reprovaram Lakoff por subestimar os eleitores tentando reeditar o esquerdismo típico dos anos 1960 de roupa nova, em vez de apresentar idéias originais e convincentes.⁵⁰

Mas não é inegável que convicções e decisões são afetadas pelo modo como os fatos são enquadrados? É, mas não se trata de uma coisa necessariamente irracional. Modos diferentes de enquadrar uma situação podem ser igualmente coerentes com os fatos descritos na mesma frase, mas assumem compromissos diferentes com *outros* fatos que *não* estão sendo descritos ali. Assim, enquadramentos rivais podem ser examinados e avaliados, não apenas disseminados pelo fascínio e pelos impostos à força. Para pegar o exemplo mais óbvio, *taxes* [impostos] e *membership fees* [mensalidades / anuidades] não são duas maneiras de enquadrar a mesma coisa: se você decidir deixar de pagar uma mensalidade ou anuidade, a organização deixará de lhe fornecer seus serviços, mas, se você decidir não pagar os impostos, homens armados o colocarão na cadeia. Assim como *liberation* [libertação] e *invasion* [invasão] não são intercambiáveis. Um implica que a maior parte da população é contra seu dominador e recebe de braços abertos o exército que chega; o outro implica o contrário. Debatedores que enquadram um acontecimento dessas duas formas estão fazendo previsões concorrentes sobre fatos não-observados, exatamente como cientistas que examinam os mesmos dados e apresentam teorias concorrentes que possam ser reconhecidas com novos testes empíricos.

Mesmo no padrão-ouro do enquadramento, o problema da gripe de Tversky-Kahneman, os enquadramentos não são bem sinônimos. A descrição “duzentas pessoas serão salvas” se refere àqueles que sobreviverão por causa dos efeitos causais do tratamento. Ela é coerente com a possibilidade de que *mais* gente vá sobreviver por motivos diferentes e imprevisíveis — talvez a gripe seja menos virulenta que o que se imaginava, talvez os médicos pensarão em soluções alter-

nativas, e assim por diante. Implica, portanto, que *pelo menos* duzentas pessoas vão sobreviver. O cenário “quatrocentas pessoas vão morrer”, por outro lado, junta todas as mortes, independentemente da causa. Implica que *não mais que* duzentas pessoas vão sobreviver.

Em outros casos, molduras diferentes falam dos mesmos fatos mas são coerentes com políticas diferentes. Classificar o aborto como “matar uma criança no ventre” implica que legalizar o aborto seria coerente, em termos lógicos e morais, com legalizar o infanticídio; classificar o serviço público de saúde como “restringir as escolhas” implica que ele é coerente com permitir ao governo restringir outras escolhas pessoais. É possível discutir esses enquadramentos questionando as generalizações implícitas: o aborto pode ser legal ao mesmo tempo em que se mantém o infanticídio ilegal, porque fetos no estágio inicial do desenvolvimento são, sob aspectos cruciais, considerados conceptos (cujas mortes não criminalizamos), enquanto recém-nascidos são como as outras crianças (cujas mortes criminalizamos). O serviço público de saúde pode ser obrigatório sem que outras escolhas particulares sejam, porque ele entra na categoria de escolhas que têm consequências públicas, como a proteção policial e a coleta de lixo, coisas que já forçamos as pessoas a pagar. Assim como com todas as metáforas, podemos avaliar os méritos de enquadramentos rivais perguntando que aspectos de similaridade devemos levar a sério e que aspectos devemos ignorar.

As pessoas certamente são afetadas pelo modo como as coisas são enquadradas, como sabemos por séculos das artes da retórica e da persuasão. E as metáforas, em especial as metáforas conceituais, são uma ferramenta essencial da retórica, da comunicação corriqueira e do próprio pensamento. Mas isso não significa que as pessoas fiquem escravizadas por suas metáforas ou que a escolha da metáfora seja questão de gosto ou doutrinação. Metáforas são generalizações: elas incluem um caso específico numa categoria universal. Metáforas diferentes são capazes de enquadrar a mesma situação pelo mesmo motivo que palavras diferentes são capazes de descrever o mesmo objeto, gramáticas diferentes são capazes de gerar o mesmo corpo de frases e teorias científicas diferentes são capazes de explicar o mesmo conjunto de dados. Assim como outras generalizações, as metáforas podem ter suas previsões testadas e seus méritos inspecionados, incluindo sua fidelidade à estrutura do mundo.

Antes de passar para as provas sobre se o pensamento metafórico é mesmo uma característica natural das pessoas, gostaria de fechar o círculo examinando a fonte da metáfora da metáfora, ou seja, a própria “metáfora”, no sentido familiar de recurso literário usado na poesia, na literatura e no discurso rebuscado.

A metáfora literária, é óbvio, destaca uma semelhança entre uma fonte e um alvo. Julieta, como o sol, melhora meu humor; na vida, como no palco, as pessoas assumem papéis. De início pode parecer que a metáfora literária não passe de um símile condensado. Porém, de um jeito tão óbvio quanto, transformar uma metáfora num símile suga dela toda a vida e a graça. “A janela é como o leste, e Julieta é como o sol”? “O mundo é como um palco e todos os homens e mulheres são como atores?” Chato, chato, chato. O que torna a metáfora picante são alguns ingredientes extras que temperam a simples sobreposição de características. Os ingredientes também fazem com que a metáfora literária seja mais picante que uma metáfora conceitual cotidiana, como *She shot down my argument* [Ela derrubou meu argumento] ou *Our relationship isn’t going anywhere* [Nossa relação não está indo a lugar nenhum].

Um dos ingredientes é a sintaxe da metáfora. Quando expressa a característica como um predicativo numa expressão nominal (ou simplesmente faz referência à entidade com a expressão nominal), a metáfora recruta a semântica de uma categoria ou de um tipo.⁵¹ É o efeito que vimos no capítulo 4, que remove a circularidade de *Boys will be boys* [Meninos são sempre meninos] e que fez Jonathan Miller dizer que era mais *Jewish* [judaico] que *Jew* [judeu]. Uma expressão nominal, quando predicativo de um sujeito, expressa uma característica que se considera essencial para a própria existência do sujeito. A característica define uma categoria que classifica o sujeito de um modo encarado como mais profundo, duradouro e abrangente que a mera atribuição de uma característica. *A lawyer is a shark* [Advogados são tubarões/predadores] diz muito mais que *A lawyer is like a shark* [Advogados são como tubarões].

O modo como a metáfora afirma uma identidade em vez de fazer uma comparação é um dos motivos para Lakoff dizer que pensamos com as metáforas. É também a razão de ele ter proposto que as metáforas literárias não diferem em essência das metáforas cotidianas. Num inspirado livro sobre a metáfora poética,

em co-autoria com o intelectual das ciências humanas Mark Turner, Lakoff observa que as metáforas poéticas costumam beber de metáforas conceituais cotidianas, mas usam elementos que normalmente são omitidos, desencarnam detalhes de modo incomum ou posicionam lado a lado metáforas relacionadas entre si.⁵² Por exemplo, quando Robert Frost falou de *the road not taken* [a estrada não tomada], estava elaborando em cima da metáfora conceitual A VIDA É UMA VIAGEM, que também vemos no discurso do dia-a-dia, como em *I've come a long way* [Cheguei bem longe] e *He had to get out of the fast lane* [Ele teve que sair da faixa rápida/ tirar o pé do acelerador].

Numa resenha sobre o livro, Jackendoff (junto com o acadêmico David Aaron) questiona essa equação, observando que as pessoas distinguem metáforas poéticas tanto de afirmações literais quanto das metáforas cotidianas.⁵³ As metáforas literárias são especiais porque induzem a sensação de incongruência — um momento de frisson em que o ouvinte é surpreendido por algo que parece não fazer sentido. (Por que ele está comparando um planeta com um palco? Por que tomar uma estrada menos percorrida faz “toda a diferença”?) Um jeito simples de mostrar isso é *reconhecer* a incongruência e então apontar a semelhança metafórica. No caso de uma metáfora poética, o resultado soa perfeitamente razoável, porque desnuda a lógica da metáfora:

É claro que o mundo não é na verdade um palco, mas, se fosse, daria para dizer que a infância é o primeiro ato.

É claro que as pessoas não são na verdade corpos celestes, mas, se fossem, daria para dizer que Julieta é o sol.

É claro que a vida não é na verdade uma estrada, mas, se fosse, daria para dizer que é melhor escolher uma rota menos percorrida.

Mas isso não funciona com afirmações literais. Jackendoff e Aaron tomam um trecho do Levítico, “Porque a vida de um ser está no sangue”. Para nós se trata de uma metáfora literária, um derivado da metáfora conceitual A VIDA É UM FLUIDO NO CORPO; A MORTE É A PERDA DO FLUIDO, que também nos deu *She feels drained* [Ela está se sentindo esvaziada/ esgotada], *My juices were flowing* [Meus sucos jorravam] e *His life ebbed away* [Sua vida se esvaiu]. No entanto os hebreus da Antigüidade atribuíam literalmente funções mentais aos órgãos e às substâncias do corpo, e o trecho se refere à proibição do consumo de sangue animal. Apliquemos então o teste:

É claro que a vida não é na verdade um fluido, mas, se fosse, daria para dizer que ela está no sangue.

Os hebreus daquela época não concordariam com a primeira parte, mas nós, sim. Isso confirma que existe uma diferença entre tomar os termos de uma metáfora como uma crença literal e entender a metáfora como um recurso literário, e confirma que elas podem ser discernidas uma da outra pelo teste do “não é na verdade”.

O teste também mostra que as metáforas conceituais cotidianas funcionam de um modo diferente das metáforas literárias:

É claro que momentos não são na verdade lugares, mas, se fossem, daria para dizer que estamos chegando perto do Natal.

É claro que objetivos não são na verdade destinos, mas, se fossem, daria para dizer que ainda não cheguei ao meu objetivo de terminar este livro.

É claro que o amor não é na verdade uma viagem, mas, se fosse, daria para dizer que não gosto do rumo que nossa relação está tomando.

Essas frases são *non sequitur*. A incongruência observada na primeira parte é suficientemente verdadeira, mas parece não ter nada a ver com a segunda parte. Isso acontece porque a expressão na segunda parte não é interpretada como uma metáfora; é só o jeito padrão de colocar o pensamento em palavras.

A incongruidade numa metáfora literária nova é outro ingrediente que lhe dá sua pungência.⁵⁴ O ouvinte soluciona a incongruidade logo, ao detectar a semelhança subjacente, mas a hesitação inicial e o esforço mental subsequente transmitem algo mais. Isso implica que a semelhança não é evidente no curso monótono da vida cotidiana, e que o autor está apresentando novidades reais quando as coloca à força no foco de atenção do ouvinte. Passamos por esse efeito na discussão da Pragmática Radical no capítulo 3: a tensão entre a interpretação literal e a pretendida pode transmitir uma terceira mensagem, que pode ser empregada para o disfemismo, para o humor ou para subtextos.

Um terceiro tipo de pimenta numa metáfora literária vem da coloração emocional da fonte e o modo como ela passa para o alvo.⁵⁵ Lakoff analisa a afirmação “I have climbed to the top of the greasy pole” [Subi até o topo do pau-de-sebo], de Benjamin Disraeli, como dizendo que ele atingiu seu status com esforço, enfrentou reveses temporários, não tem como atingir nada maior e provavelmente vai

perder o status em pouco tempo. Ausente da exegese de Lakoff está um subtexto irônico: que a competição política pode ser desagradável, suja e no fim das contas sem sentido. Metáforas ainda mais poéticas, como a “shadow of the waxwing slain / By the false azure of the windowpane” [(do) pássaro abatido, a sombra / No falso azul dos vidros da janela], de Nabokov, são repletas desses efeitos retardados: a insubstancialidade da sombra, a natureza ilusória do reflexo e a traição que a ilusão pode provocar, a lembrança da morte numa imagem inócua na janela, o fim patético e repentino de uma criatura insuspeita e adorável, e muitos mais. Essas alusões entremeadas também marcam uma diferença crucial entre as metáforas literárias e as analogias científicas.³⁶ Similaridades múltiplas, parciais e carregadas de emoção contribuem para a riqueza da poesia, mas prejudicam a compreensão na ciência.

E, se a melhor maneira de entender alguma coisa é ver o que ela não é, podemos aprender mais sobre a metáfora literária a partir do gênero de humor que coleciona exemplos de metáforas ruins. Por muitos anos a revista *The New Yorker* preencheu a parte de baixo de suas colunas com uma seção chamada “Block That Metaphor” [Bloqueie aquela metáfora], que reproduzia alusões forçadas e ridículas tiradas de publicações de cidades pequenas. Mas meu exemplo favorito vem da divulgadíssima lista das Piores Analogias do Mundo, que costuma ser atribuída a estudantes de colégios de várias partes do mundo de língua inglesa, mas que na verdade são as frases vencedoras de um concurso do jornal *Washington Post*. Considere essas três:

John and Mary had never met. They were like two hummingbirds who had also never met. [John e Mary não se conheciam. Eram como dois beija-flores que também não se conhecessem.]

Her eyes were like two brown circles with big black dots in the center. [Os olhos dela eram como dois círculos castanhos com grandes pontos negros no centro.]

The thunder was ominous-sounding, much like the sound of a thin sheet of metal being shaken backstage during the storm scene in a play. [O trovão tinha um som horrendo, parecido com o som de uma folha de metal sendo sacudida atrás do palco durante uma cena de tempestade numa peça.]

Nessas metáforas, saber a fonte não acrescenta nada ao conhecimento da pessoa sobre o alvo, portanto elas não passam no teste de sustentar uma inferência. Ou considere as seguintes:

Her date was pleasant enough, but she knew that if her life was a movie this guy would be buried in the credits as something like “Second Tall Man”. [O encontro até que foi agradável, mas ela sabia que, se sua vida fosse um filme, aquele cara viria lá no fim dos créditos como algo parecido com “Segundo Homem Alto”.]

Even in his last years, Granddad had a mind like a steel trap, only one that had been left out so long, it had rusted shut. [Até nos seus últimos anos, vovô tinha a cabeça afiada como uma armadilha de aço, mas uma armadilha que tivesse ficado tanto tempo ao relento que acabara enferrujando e emperrando.]

He spoke with the wisdom that can only come from experience, like a guy who went blind because he looked at a solar eclipse without one of those boxes with a pinhole in it and now goes around the country speaking at high schools about the dangers of looking at a solar eclipse without one of those boxes with a pinhole in it. [Ele falou com a sabedoria que só pode vir da experiência, como o cara que ficou cego porque olhou para um eclipse solar sem aquelas caixas com um furinho e agora circula pelo país falando em escolas sobre os perigos de olhar para um eclipse solar sem uma daquelas caixas com um furinho.]

Aqui o autor teve tanto trabalho para explicar a fonte da metáfora que não sobrou nenhuma incongruência para o leitor resolver, e este não recebe um pagamento retórico. E quanto às seguintes?

The revelation that his marriage of thirty years had disintegrated because of his wife’s infidelity came as a rude shock, like a surcharge at a formerly surcharge-free ATM. [A revelação de que seu casamento de trinta anos tinha se desintegrado por causa da infidelidade de sua mulher foi um choque violento, como a cobrança de taxa num caixa eletrônico que antes não cobrava taxa.]

The ballerina rose gracefully en pointe and extended one slender leg behind her, like a dog at a fire hydrant. [A bailarina ergueu-se graciosamente na ponta dos pés e esticou a perna esguia atrás de si, como um cachorro num poste.]

McBride fell twelve stories, hitting the pavement like a Hefty Bag filled with vegetable soup. [McBride caiu doze andares, atingindo o asfalto como um saco plástico cheio de sopa de legumes.]

Nesses três exemplos, a analogia está bem clara, e é até informativa, mas a

coloração emocional da fonte entra em tamanho choque com a coloração emocional do alvo que impede que uma se sobreponha à outra, como se pretendia.

METÁFORAS E MENTES

Agora que já vimos o que a metáfora pode e não pode fazer na ciência, na literatura e no raciocínio, gostaria de voltar à pergunta que inaugurou o capítulo. Com que rapidez uma pessoa comum cunha e capta as metáforas? Toda metáfora e toda analogia têm de vir de algum lugar. Talvez elas sejam pérolas raras que pinguem das penas de um grupo de bardos e escribas de elite e depois sejam colecionadas pelo povo agradecido. Mas, levando em conta sua prevalência na língua, é mais provável que sejam produtos naturais do modo como funciona a mente de todo mundo. Se for assim, devemos ser capazes de flagrar as pessoas no ato de perceber as profundas correspondências entre universos diferentes na superfície que compõem uma analogia ou uma metáfora conceitual útil.

É fácil mostrar que as pessoas percebem a conexão em metáforas simples baseadas em uma única dimensão do espaço, como FELIZ É PARA CIMA. Quando se mostram palavras numa tela a voluntários em um teste e se pede que eles avaliem se elas são positivas (como *agile* [ágil], *gracious* [gracioso] e *sincere* [sincero]) ou negativas (como *bitter* [amargo], *fickle* [volúvel] e *vulgar*), eles são mais rápidos quando uma palavra positiva aparece no alto da tela ou quando uma negativa aparece na parte de baixo, comparando com o contrário.⁵⁷ As pessoas também são mais rápidas no ato de levar a mão até um botão perto de seu corpo para confirmar uma frase como *Adam conveyed the message to you* [Adam transmitiu a mensagem a você] do que *You conveyed the message to Adam* [Você transmitiu a mensagem a Adam], e o contrário quando tinham que levar a mão até um botão longe de seu corpo. É como se o movimento físico da mão estivesse programado no mesmo espaço mental que o movimento metafórico da mensagem. A mesma coisa acontece com a posse, como em *You sold the land to Mike* [Você vendeu a terra a Mike] comparada a *Mike sold the land to you* [Mike vendeu a terra a você], e com o ato de dar, como em *Tiana devoted her time to you* [Tiana dedicou o tempo dela a você] comparado a *You devoted your time to Tiana* [Você dedicou seu tempo a Tiana].⁵⁸

Uma engenhosa série de estudos feitos pela psicóloga Lera Boroditsky e seus colaboradores mostrou que as pessoas também percebem a alusão espacial nas

metáforas O TEMPO É UMA PROCISSÃO e O TEMPO É UMA PAISAGEM.⁵⁹ Lembre-se de que as duas são incompatíveis, o que torna algumas frases sobre o tempo ambíguas. *Wednesday's meeting has been moved forward two days* [A reunião de quarta-feira foi avançada / adiantada dois dias] pode significar que ela foi mudada para segunda-feira, porque, se se evoca a metáfora tempo-como-procissão, avançar se alinha à marcha do tempo na direção da pessoa — um acontecimento que foi avançado na procissão dos dias passa a estar mais próximo de nós. Ou pode significar que a reunião foi mudada para sexta-feira, porque se se invocar a metáfora tempo-como-paisagem, avançar se alinha à própria marcha da pessoa pelo tempo — temos que andar mais, passar por mais dias, para chegar a um evento que foi colocado numa posição mais à frente. As pessoas podem tender mais para uma ou para outra interpretação se tiverem lido há pouco tempo uma frase compatível com uma das metáforas, como *We passed the deadline two days ago* [Passamos do prazo há dois dias] (que os empurra para a interpretação “sexta-feira”) ou *The deadline passed two days ago* [O prazo passou há dois dias] (que os empurra para a interpretação “segunda-feira”). A explicação é parecida com a do experimento que mostrava que as pessoas analisam exemplos novos de metáforas conceituais, como o amor é um paciente. O único denominador comum entre o preâmbulo e a frase-teste é a metáfora conceitual subjacente, de forma que a metáfora deve ter sido registrada na mente das pessoas.⁶⁰

Boroditsky levou a lógica ainda mais longe ao demonstrar que a *experiência* real de movimento, não apenas palavras que usem a metáfora para o movimento, influencia a interpretação das pessoas sobre o *forward* ambíguo tanto para um lado como para o outro. As pessoas tendem para a interpretação “sexta-feira” (em que o *forward* coincide com sua própria marcha pela paisagem metafórica) se antes lhes pedirem para imaginar estar empurrando uma cadeira. Mas passam a tender para a interpretação “segunda-feira” (em que o *forward* coincide com o avanço do tempo na direção delas) se lhes pedirem primeiro para imaginar estar puxando a cadeira em sua própria direção por um fio. O mesmo tipo de influência pode ser induzido pela experiência real de movimento: as pessoas ficam mais propensas a dizer “sexta-feira” se acabaram de passar pela fila do refeitório, de sair de um avião ou de concluir uma viagem de trem.

Mas a capacidade das pessoas de ligar uma única dimensão do espaço a uma única dimensão da experiência é um exemplo bem modesto do pensamento metafórico se comparada às ambições grandiosas que temos para ele. Lembre-se de que

as metáforas são poderosas porque são como as analogias, que se aproveitam da estrutura *relacional* de um conceito complexo. Será que conseguiríamos mostrar que as pessoas enxergam com facilidade as conexões que envolvem um grupo de entidades que interagem de formas específicas? E será que conseguiríamos flagrá-las discernindo *novas* conexões metafóricas, em vez de só pegar aquelas batidas que já permeiam a língua?

Uma boa vitrine para os poderes metafóricos da mente são os erros cometidos pelas crianças no discurso espontâneo. A psicóloga Melissa Bowerman, que estudou as duas filhas em idade pré-escolar, notou que elas às vezes usavam palavras para o espaço e o movimento de modo pouco convencional quando falavam sobre posse, estados, tempo e causas:⁶¹

You put me just bread and butter. [Você me pôs só pão e manteiga.]

You put the pink one to me. [Você pôs o rosa para mim.]

I'm taking these cracks bigger (ao descascar um amendoim). [Estou levando esses rachos para maiores.]

I putted part of the sleeve blue so I crossed it out with red (ao desenhar e pintar). [Eu pus um pedaço da manga azul então risquei ela com vermelho.]

Can I have any reading behind the dinner? [Posso ter uma leitura atrás do jantar?]

Today we'll be packing because tomorrow there won't be enough space to pack.

[Hoje vamos arrumar as malas porque amanhã não vai sobrar espaço para arrumar.]

Friday is covering Saturday and Sunday so I can't have Saturday and Sunday if I don't go through Friday. [A sexta-feira está cobrindo o sábado e o domingo, então não posso ter o sábado e o domingo se não passar pela sexta.]

My dolly is scrunched from someone... but not from me. [Minha boneca está amassada de alguém... mas não de mim.]

They had to stop from a red light. [Eles tiveram de parar do farol vermelho.]

Quando comecei a estudar o uso dos verbos por crianças, achava esses relatos emocionantíssimos, porque eles pareciam ser a prova da metáfora da metáfora saindo direto das boquinhas infantis. É claro que aqui se trata de apenas duas crianças, as filhas de uma acadêmica, que manteve o ouvido atento a usos interessantes

quase 24 horas por dia, durante anos. Para descobrir com que facilidade as crianças dão esse tipo de salto, recrutei um aluno, Larry Rosen, para fazer um arrastão em um banco de dados no computador com cerca de 50 mil frases transcritas do discurso de três outras crianças.⁶² O resultado da pescaria foi escasso:

I goin' put de door open. [Vô botá a porta aberta.]

Now I think I take the whole crayoned (colorindo um desenho). [Agora acho que pego tudo gizado.]

It's gonna stay raining. [Vai ficar chovendo.]*

He put his bread and butter folded over. [Ele colocou o pão e a manteiga dobrados.]

Rosen e eu fizemos então um experimento para ver se conseguíamos extrair os erros de crianças ao vivo. Pedimos a elas que descrevessem imagens mostrando mudanças de posse e de estado, como uma mãe dando uma bola a uma menina, ou um menino colorindo um pedaço de papel. Armamos o jogo dizendo às crianças qual verbo usar — por exemplo, “Você pode me dizer o que ela está fazendo, usando a palavra *put* [pôr]?” — na esperança de tentá-las a cometer algum erro ocasional, como *He is putting the paper blue* [Ele está pondo o papel de azul]. Trinta crianças descreveram dezenove imagens cada uma, num total de 570 convites para usar metaforicamente um termo espacial. Mais uma vez, a rede voltou quase vazia:

Mother takes ball away from boy and puts it to girl. [Mãe tira bola de menino e põe para menina.]

Square go big. [Quadrado vai grande.]

Boy puts flowers to girl. [Menino põe flores para menina.]

Square went bigger. [Quadrado foi para maior.]

Nos outros 99,3% do tempo, se é que as crianças usavam o verbo alvo, usavam-no em seu sentido padrão, como *He put water on him* [Ele pôs água nele]. Mais um ponto para a teoria estraga-prazeres. Embora as crianças sejam certamente capazes de enxergar os paralelos entre mudar de lugar e mudar de estado ou posi-

* A estranheza não se reproduz na tradução para o português. (N. T.)

ção, só muito raramente elas demonstram essa compreensão. Na maior parte do tempo, usam as palavras espaciais igualzinho a seus pais.

Outro vislumbre assombroso da mente metafórica que tive aconteceu durante uma palestra sobre memória proferida por Roger Schank, pesquisador de inteligência artificial, quando ele contou episódios em que um acontecimento o fazia lembrar de outro.⁶³ É claro que Schank não foi a primeira pessoa a refletir sobre a psicologia das lembranças. Com frequência pensamos nela como uma rememoração do tempo perdido deflagrada por uma experiência sensorial, como no famoso trecho de *No caminho de Swann*, de Marcel Proust:

Ela então mandou buscar um desses biscoitos curtos e rechonchudos chamados *madeleines*, que parecem ter sido moldados na valva estriada de uma concha de são Tiago. E logo, maquinalmente, acabrunhado pelo dia tristonho e pela perspectiva de um dia seguinte igualmente sombrio, levei à boca uma colherada de chá onde deixara amolecer um pedaço de *madeleine*. Mas no mesmo instante em que esse gole, misturado com os farelos do biscoito, tocou meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem a noção de sua causa. Rapidamente se me tornaram indiferentes as vicissitudes da minha vida, inofensivos os seus desastres, ilusória a sua brevidade, da mesma forma como opera o amor, enchendo-me de uma essência preciosa; ou antes, essa essência não estava em mim, ela era eu. Já não me sentia medíocre, contingente, mortal. De onde poderia ter vindo essa alegria poderosa?

Cinco parágrafos depois, o narrador é surpreendido pela resposta, quando se lembra das manhãs de domingo de sua infância quando sua tia Léonie lhe servia *madeleines* mergulhadas em chá de tília.

A lembrança do tempo perdido de Schank é bem diferente:

Alguém me contou sobre a experiência de ter esperado um tempão numa fila do correio e ter notado que a pessoa da frente tinha esperado tudo aquilo para comprar um selo. Isso me fez lembrar de gente que vai ao posto de gasolina e põe um dólar ou dois de combustível.*

* Tradução de Fernando Py, Ediouro. (N. T.)

Tudo bem, o que você queria de um cientista da computação? Mas a falta de encanto literário é compensada pela importância científica, porque o episódio mostra uma coisa extraordinária sobre a memória humana. Lembranças podem estar ligadas não apenas por uma linha comum de gostos, texturas e formas, mas por um esqueleto compartilhado de idéias abstratas, nesse caso “a ineficiência de esperar um tempo enorme para obter uma pequena quantidade”. Schank apresenta episódios em que o elemento que deflagra a lembrança tem uma sobreposição menor ainda à coisa lembrada:

X descreveu como sua mulher nunca fazia seu bife malpassado como ele gostava. Quando Y ouviu isso, ele se lembrou de uma época, trinta anos antes, em que tentava cortar o cabelo bem curtinho na Inglaterra e o barbeiro nunca cortava tão curto quanto ele queria.

A filha de X estava mergulhando para pegar bolachas-da-praia. X apontou para um lugar onde havia muitas bolachas-da-praia, mas a filha continuou a mergulhar onde estava. X perguntou por quê. Ela disse que ali a água era mais rasa. Isso fez X se lembrar da piada sobre o bêbado que procurava as chaves debaixo do poste de luz porque ali estava mas claro, apesar de ter perdido as chaves em outro lugar.⁶⁵

Curioso sobre quão comum é esse tipo de “luz”, recentemente fiz um diário de minhas próprias lembranças, separando as lembranças proustianas provocadas por uma mesma sensação das lembranças schankianas provocadas por uma mesma estrutura conceitual. Em poucos dias eu tinha uma dúzia de exemplos da última. Como estes:

Enquanto corria, escutava músicas no meu iPod, que estavam sendo selecionadas aleatoriamente pela função “shuffle”. Eu ia apertando o botão de “pular” até chegar a uma música de ritmo adequado. Isso me fez lembrar de como o lançador no beisebol sinaliza para o receptor como ele pretende lançar: o receptor vai oferecendo uma série de sinais com os dedos para lançamentos diferentes, e o lançador faz que não com a cabeça até ver o que pretende usar.

Enquanto retocava uma foto digital no meu computador, tentei eliminar um ponto com muita luz, mas isso fez com que ele ficasse evidentemente mais escuro que o

ponto ao lado, portanto escureci aquele ponto, o que por sua vez exigiu que eu escurecesse outro ponto, e assim por diante. Isso me fez lembrar do ato de serrar fora pedaços dos pés de uma mesa para impedir que ela balance.

Uma colega disse que estava impressionada com a sofisticação de um orador, porque não conseguira entender uma parte da palestra. Outro colega respondeu que talvez ele simplesmente não fosse um bom orador. Isso me fez lembrar da piada sobre um texano que visitou o sítio do primo em Israel. “Você chama isso de sítio?”, disse ele. “Lá no Texas, posso sair de carro de manhã, e ao pôr-do-sol ainda não vou ter chegado ao outro extremo das minhas terras.” O israelense respondeu: “É, uma vez tive um carro desses”.

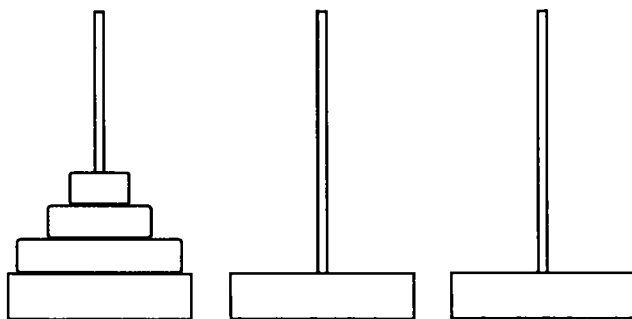
Conforme eu ia pensando sobre esse tipo de deflagração das lembranças, até me lembrei de uma lembrança. Na faculdade, um amigo e eu assistimos a uma terrível performance de uma cantora que estava com laringite. Quando ela voltou do intervalo e começou a primeira música do *set list*, sua voz estava aceitável. Meu amigo cochichou: “Quando a gente coloca a tampa de volta numa caneta hidrográfica seca, ela volta a escrever, mas não por muito tempo”.

A lembrança schankiana deve ser o fugidio ato mental que traz para o mundo uma nova metáfora ou analogia. E não uma analogia ruim ou superficial, como aquela dos alquimistas ou dos concorrentes da Pior Analogia, mas uma analogia profunda que atravesse o verniz da experiência sensorial e chegue ao esqueleto conceitual de eventos, estados, causas e magnitudes. Essas lembranças surgiram para Schank e para mim sem ser chamadas, e, se forem uma manobra fácil no esquema mental das pessoas, teremos uma explicação para as metáforas serem tão abundantes na língua e tão úteis no raciocínio. Podemos até ter uma explicação para a inteligência das pessoas: as lembranças schankianas são o dom evolutivo que nos permite cooptar idéias antigas (a começar com as que herdamos de nossos ancestrais primatas) para o uso em novos universos.

Ou talvez Schank, eu e nossos amigos não passemos de uma gente estranha. Assim como acontece com os erros infantis, os saltos analógicos nas lembranças não são tão fáceis de reproduzir quando as pessoas são recrutadas na rua e incentivadas a criar analogias com base em deixas. Na verdade, se você perguntasse à maioria dos psicólogos da cognição sobre como as pessoas usam as analogias, eles seriam estraga-prazeres convictos, dizendo que as pessoas são influenciadas por

semelhanças superficiais e não discernem a estrutura em comum — exatamente o oposto do que sugeriria a lembrança schankiana.⁶⁶

A partir dos anos 1950, Herbert Simon e Allen Newell, dois dos fundadores da ciência cognitiva e da inteligência artificial, programaram computadores para solucionar problemas destilando primeiro o problema em um conjunto de estados (como as configurações possíveis das peças de xadrez num tabuleiro) e um conjunto de operações que transformassem um estado em outro (como mover uma peça).⁶⁷ Os estados e as operações podiam então ser representados como símbolos e passos de computação, despidos das armadilhas sensoriais do mundo propriamente dito (como a aparência do tabuleiro ou das peças). O computador solucionava o problema detectando uma diferença entre o estado que era o objetivo e o estado atual, e tentando operações que diminuíssem a diferença. E, se o computador conseguisse descobrir a solução de um problema, automaticamente a generalizaria para um novo problema que tivesse uma estrutura lógica movimento-a-movimento semelhante, desde que o segundo problema fosse representado dentro do computador num formato semelhante — um tipo de raciocínio por analogia. (Simon chamou as diferentes versões do mesmo problema de “problemas isomórficos”.) Um exemplo famoso é a Torre de Hanói, que consiste em discos de tamanhos gradativos empilhados em pinos:



Você pode mexer um disco de cada vez, e nunca pode colocar um disco maior em cima de um menor. O objetivo é passar a pilha de discos do pino da esquerda para o pino da direita. A maioria das pessoas consegue depois de algum tempo. Mas pense agora no seguinte problema:

Certas pousadas do Himalaia possuem uma cerimônia do chá que inclui um anfitrião, um idoso e um jovem. O anfitrião executa três tarefas, classificadas por ordem de nobreza: acender o fogo, servir o chá e recitar um poema. A cerimônia precisa ser repetida várias vezes. Depois de cada performance, qualquer pessoa pode perguntar a qualquer outra: “Honrado senhor, posso realizar essa cansativa tarefa para o senhor desta vez?”. No entanto, uma pessoa só pode fazer a tarefa menos nobre dentre as que o outro realizou. Além disso, se uma pessoa acabou de realizar uma tarefa, não pode pegar outra que seja mais nobre. A tradição exige que, na última rodada da cerimônia do chá, todos os serviços tenham sido transferidos ao jovem. Como se chega a isso?

Trata-se de um isomorfo da Torre de Hanói, e pode ser reduzido à mesma sequência de passos (imagine que o anfitrião é o pino da direita, e as tarefas são os discos nos pinos, com “recitar um poema” embaixo).⁶⁸ Mas o problema da cerimônia do chá parece muito mais difícil que o da Torre de Hanói. Contrariando a esperança de que a mente tenha uma visão de raio X para esqueletos conceituais abstratos, as pessoas podem considerar os vários isomorfos de um problema radicalmente diferentes em termos de dificuldade, e, a menos que sejam levadas pela mão, não transferem com facilidade a solução de um para outro.

Outro exemplo famoso foi inspirado pelo psicólogo gestaltista Karl Dunc-ker (que também idealizou o problema vela-e-tachinhas que vimos no capítulo 4).⁶⁹ Você é um médico tentando destruir um tumor inoperável no abdome de um paciente. Pode lançar um feixe estreito de radiação no tumor, mas ele só destruirá o tumor se estiver em alta intensidade, o que destruiria também o tecido saudável nas proximidades. A uma intensidade menor, ele pouparia o tecido saudável, mas seria incapaz de acabar com o tumor. Há uma solução, mas ela só ocorre a uma pessoa a cada dez: lançar vários feixes contra o tumor, vindos de direções diferentes, para que o tumor receba uma dose igual à soma dos feixes, enquanto o tecido em torno recebe a dose de um único feixe. Dunc-ker estava interessado em saber como as pessoas chegam ao “Arrá!” que lhes permite enxergar a solução para um problema. Décadas depois, os psicólogos cognitivos Mary Gick e Keith Holyoak questionaram se um dos caminhos não poderia ser a analogia.

Num estudo fundamental, Gick e Holyoak repassaram a voluntários o problema do tumor, mas antes lhes deram uma espécie de pista, na forma de um

problema isomorfo junto com sua solução.⁷⁰ Um ditador governa um pequeno país de uma fortaleza. Várias estradas partem dela em todas as direções. O general de uma força de libertação sabe que seu exército é grande o bastante para tomar a fortaleza. Mas acabou de descobrir que as estradas foram coalhadas de minas que só permitem a passagem de pequenos grupos de homens, mas que seriam detonadas pelo exército inteiro, o que impossibilitaria a invasão em grande escala. O general chega a uma solução: ele divide o exército em pequenos grupos, para que cada um percorra uma estrada diferente, e então todos poderão convergir na fortaleza e tomá-la sem dificuldades. Um bom analogista deveria detectar o isomorfismo e transferir a solução do problema da invasão para o problema do tumor. No entanto, apenas 35% dos participantes viram a luz — o triplo, é verdade, mas ainda uma minoria. Outros estudos estraga-prazeres confirmaram essa literalidade de pensamento. É raro as pessoas sentirem a lâmpada se acendendo na cabeça mostrando-lhes que podem transferir a solução de um problema para um isomorfo, a menos que os problemas também sejam similares em sua superfície. Por exemplo, as pessoas resolvem o problema do tumor abdominal depois de ler sobre um médico que trata um *tumor cerebral* com vários feixes de radiação.⁷¹ É claro que, quando o conteúdo de uma analogia é parecido tanto na estrutura subjacente *quanto* na característica de sua superfície, quase não dá para chamá-la de analogia. Não é preciso muita acuidade analógica para descobrir como fazer um pedido no Burger King com base no conhecimento de como fazer um pedido no McDonald's.

O que está acontecendo? De um lado, o pensamento analógico parece ser um direito de nascença. As conexões metafóricas saturam nossa língua, impulsionam nossa ciência, realçam nossa literatura, eclodem (pelo menos de vez em quando) no discurso das crianças e nos fazem lembrar do tempo perdido. Por outro lado, quando experimentalistas levam o cavalo à água, não conseguem fazer com que ele a beba.

Um dos fatores é nada mais que o conhecimento. Cerimônias do chá, tratamentos de radiação e exércitos invasores são obscuros para a maioria dos estudantes, portanto eles não têm a estrutura conceitual ao alcance das mãos. Estudos subseqüentes mostraram que o conhecimento de um tópico pode facilitar o surgimento de analogias profundas. Por exemplo, quando se apresentou a alunos que tinham feito apenas um curso de física um grupo de problemas e lhes foi pedido que dissessem quais eram semelhantes, eles juntaram aqueles

que tinham fotos dos mesmos tipos de objetos — os planos inclinados num grupo, as polias em outro, e assim por diante. Mas, quando pós-graduandos em física avançada fizeram a separação, eles agruparam os problemas que eram governados pelos mesmos *princípios*, como a conservação de energia, quer envolvessem os problemas caixas sendo empurradas planos acima quer pesos pendurados em molas.⁷² Talvez sejamos peritos em metáforas conceituais no dia-a-dia porque temos grande conhecimento em viagens, amor, discussões e guerras.

Mas há mais que isso aí. O psicólogo Kevin Dunbar e seus colaboradores colocaram o dedo em outro aspecto pelo qual as pessoas estão em desvantagem no laboratório: os autores do experimentos é que escolhem a analogia.⁷³ Depois eles a enterram numa história e testam os voluntários para ver se eles a encontram. Essa caça ao tesouro é muito mais difícil do que criar sua *própria* analogia, que é o que acontece nos erros infantis, nas lembranças por analogia e na cunhagem de novas metáforas na história da língua.

Dunbar convidou estudantes para pensar em analogias em defesa dos dois lados de um debate acirrado no Canadá na época, sobre se o orçamento federal deveria ser equilibrado à custa de cortes em programas sociais.⁷⁴ Em poucos minutos, a média dos voluntários tirou do forno onze analogias. Oitenta por cento delas não tinham nada a ver com dinheiro nem com política, mas recorreram a fontes remotas como a agricultura (“Se você resolver que é caro demais comprar pesticida para suas maçãs, todas as suas maçãs vão morrer”) e a vida doméstica (“O déficit é como o pêlo na máquina de secar roupa. Se você não o retirar, ele se acumula e entope, e ela fica ineficiente”). Ele também procurou analogias em cerca de quatrocentas notícias de jornal sobre o referendo de 1995 sobre a separação de Québec do Canadá.⁷⁵ A busca resultou em mais de duzentas analogias, e, mais uma vez, a maioria se baseava em semelhanças profundas, e não superficiais. Bebiam de fontes tão diversificadas quanto famílias (“É como quando seus pais se divorciam, e talvez a custódia fique com o que você não gosta”), remédios (“A separação é como uma grande cirurgia; é importante que o paciente esteja informado e que o cirurgião seja imparcial”), e evidentemente o esporte nacional (“O caminho de Québec para a soberania é como um jogo de hóquei. O referendo é o final do terceiro período”).

O messias não veio. Embora as metáforas sejam onipresentes na língua, muitas delas estão realmente mortas na mente dos falantes atuais, e as vivas jamais poderiam ser aprendidas, entendidas ou usadas como ferramenta de raciocínio se não fossem construídas a partir de conceitos mais abstratos que captassem as semelhanças e diferenças entre o símbolo e o que está sendo simbolizado. Por esse motivo, as metáforas conceituais não tornam obsoletas a verdade e a objetividade, nem reduzem o discurso filosófico, legal e político a um concurso de beleza entre dois enquadramentos rivais.

Mesmo assim, acho que a metáfora é, sim, a chave para explicar a relação entre pensamento e língua. A mente humana vem equipada da capacidade de penetrar a couraça de aparência sensorial e discernir a construção abstrata que está debaixo dela — nem sempre quando se quer, e não de forma infalível, mas com a frequência e a clarividência suficientes para moldar a condição humana. Nosso poder de analogia nos permite aplicar estruturas neurais antiqüíssimas a matérias recém-descobertas, desnudar leis e sistemas ocultos na natureza e, não menos importante, ampliar o poder de expressão da própria língua.

A língua, por sua própria estrutura, pode parecer um instrumento com uma funcionalidade definida e limitada. Com um estoque finito de signos arbitrários, e regras gramaticais que os organizam em orações, a língua nos dá meios de trocar um número ilimitado de combinações de idéias sobre quem fez o que a quem, e sobre o que está onde.⁷⁶ E, no entanto, ao digitalizar o mundo, a língua é um meio que implica perdas, que descarta informações sobre a textura suave e multidimensional da experiência. A língua é notoriamente falha, por exemplo, para transmitir a sutileza e a riqueza de sensações como cheiros e sons. E parece, à primeira vista, tão inepta quanto para transmitir outros canais de sensibilidade que não sejam compostos de elementos acessíveis e independentes. Flashes de sacadas holísticas (como os da matemática ou da criatividade musical), ondas de emoção que consomem a pessoa e momentos de contemplação melancólica simplesmente não são o tipo de experiência que possa ser captada pela sequência de contatos num fio a que chamamos orações.

E mesmo assim a metáfora nos dá meios de palpar o impalpável. Talvez o maior prazer que a língua permita seja o ato de nos render às metáforas de um autor habilidoso e assim morar na consciência de outra pessoa. Quase faz com que saibamos o que é ser um gênio da matemática:

Às vezes rodo e rodo em círculos, cobrindo o mesmo terreno, me perdendo, às vezes por horas, ou dias, até semanas [...]. Mas sei que, se ficar imerso tempo o bastante, as coisas vão se esclarecer, ficar mais simples. Sempre acontece. Quando acontece, acontece rápido. Pá pum, pá pum! Uma coisa atrás da outra, tirando o fôlego. E aí é como se eu estivesse em algum confinamento do espaço, onde nenhum mortal chegou, sozinho com algo tão belo [...]. Uma vez, quando estava na Suíça, uns amigos me levaram num teleférico altíssimo, subindo uma montanha [...]. Havia um restaurante no topo e diziam que a vista era sublime. Quando desembarcamos, foi uma enorme decepção, porque as nuvens cobriam tudo. Mas de repente surgiu uma brecha nas nuvens e ali estava o Jungfrau e outros dois picos elevando-se diante de nós [...]. É assim.⁷⁷

Ou compor uma música:

Ela veio como um presente; quando ele se aproximou, um grande pássaro cinzento saiu voando com um pio forte de alarme. O pássaro continuou sibilando à medida que ganhava altura, fazendo um círculo sobre o vale: um som de três notas que ele reconheceu como a inversão de um trecho que já compusera para um flautim. Que elegância, que simplicidade. A inversão da sequência introduzia a idéia de uma canção simples e bela em compasso binário que ele estava quase conseguindo ouvir. Mas só quase. Ocorreu-lhe a imagem de um conjunto de degraus que se abriam, deslizando e descendo — a partir do alçapão de um sótão, ou da porta de um avião leve. Uma nota descia, sugerindo a seguinte. Ele ouvia as notas e as possuía, mas logo elas se perdiam. Sobrou apenas a fagulha de uma imagem torturante, e o chamado longínquo de uma melodia pequena e triste [...] As notas eram perfeitamente interdependentes, pequenas dobradiças bem polidas balançando a melodia num arco perfeito. Quase conseguiu ouvi-la de novo ao alcançar o topo da plataforma de pedra inclinada e parar para tirar o caderno e a caneta do bolso.⁷⁸

Ou abrigar um desejo indizível:

É necessário ser um artista ou um louco, um indivíduo infinitamente melancólico, com uma bolha de veneno queimando-lhe as entranhas e uma chama supervoluptuosa ardendo eternamente em sua flexível espinha (ah, quantas vezes a gente se encolhe de medo, se esconde!), a fim de discernir de imediato, com base em sinais inefáveis — a curva ligeiramente felina de uma maçã do rosto, uma perna graciosa

coberta de fina penugem, e outros indícios que o desespero, a vergonha e lágrimas de ternura me impedem de enumerar —, o pequeno e fatal demônio em meio às crianças normais.⁷⁹

Ou até refletir sobre os limites da própria língua:

Já que ninguém pode algum dia exprimir exatamente suas necessidades ou seus conceitos, nem suas dores e já que a palavra humana é como um caldeirão rachado, no qual batemos melodias próprias para fazer dançar os ursos quando desejaríamos enternecer as estrelas.⁸⁰

6. O que há num nome?

Desde que me conheço por gente, por todo lado encontro alguma coisa que me lembre de quão comum é meu nome. Sua proveniência é bem auspiciosa: *stephanos*, a palavra grega para “coroa”. Apesar disso, ela se manteve obscura pela maior parte dos dois milênios que se seguiram ao apedrejamento do primeiro mártir cristão, lembrado principalmente pela festa preservada pelo Bom Rei Venceslau na canção natalina. Foi só no século XIX que alguns Stephens reapareceram no cenário mundial — Austin, Douglas, Foster, Leacock e Crane —, e as primeiras décadas do século XX só acrescentaram Benét, Spender e Dedalus, sendo que este último nem mesmo existiu.

Mas entre a década de 1930, quando ele era mais ou menos o 75º nome mais popular para bebês norte-americanos (atrás de *Clarence*, *Leroy* e *Floyd*), e a década de 1950, quando nasci, *Stephen* (e *Steven* e *Steve*) disparou para o sétimo lugar.¹ E parecia ser ainda mais popular nos círculos demográficos habitados por mim. Pois, conforme minha enorme geração do *baby boom* crescia, me vi cercado por Steve. Na escola sempre me chamavam por uma inicial além do nome, já que em toda classe éramos dois ou três, e quando fui avançando na minha educação a concentração de Steves só cresceu. Meu companheiro de quarto na pós-graduação era Steve, assim como meu orientador e um outro aluno dele (o que resultou num tra-

balho de três Steve), e quando abri meu próprio laboratório contratei dois Steve seguidos para dirigi-lo.

Mas quando comecei a escrever livros científicos fiquei sitiado. Aspirava me apoiar nos ombros de Gould e Hawking, vi-me debatendo primeiro com Gould e depois com Rose (a transcrição daquele debate se chama “Os dois Steve”),² e em determinado momento compartilhei as prateleiras com todos eles, além de Budiansky e Jones. Não que isso tenha me feito mal:



Tira *Pile 'Em High*, de Kipper Williams, publicada originalmente no *The Sunday Times*, reproduzida com permissão do artista.

[Como a mente funciona — Steven Pinker

No sangue — Steve Jones

Linhas de vida — Steven Rose

Universo — Stephen Hawking

Buracos negros — Stephen Hawking

Dr. Steve Stephen

A grandeza da vida — Stephen Jay Gould

O milênio em questão — Stephen Jay Gould

Clones — Steve, Steve, Steve, Steve

Pacto da selva — Stephen Budiansky

A origem dos Steve

O gene Steve

— Se ele chama Steve, deve saber do que está falando.]

Desde então se juntaram a nós Johnson, Landsburg, Levy, Mithen, Weinberg, Wolfram e os dois autores do best-seller *Freakonomics* (Levitt e Dubner). Os Steve

também dominam a alta tecnologia, incluindo os executivos-chefes da Microsoft (Ballmer) e da Apple (Jobs), os dois fundadores da Apple (Jobs e Wozniak) e o fundador da AOL (Case).

A abundância de Steve na ciência da virada do século deu origem à arma mais formidável na luta de hoje em dia contra o neocriacionismo: o Projeto Steve.³ Criado do Centro Nacional para a Educação em Ciência dos Estados Unidos (National Center for Science Education — NCSE), a iniciativa é uma paródia da tradição criacionista de publicar listas de dezenas e dezenas de “cientistas que discordam do darwinismo”. O NCSE responde: “Ah, é? Bom, nós temos uma lista de *centenas e centenas* de cientistas que *concordam* com a evolução — *só com o nome Steve!*” (E Stephanie, Steffi, Stefan e Esteban.) Parte sátira e parte homenagem a Stephen Jay Gould, o projeto mantém um Stevômetro (que hoje passa dos oitocentos) e deu origem a uma camiseta, uma música, um mascote (Professor Steve Steve, um fantoche de panda) e um trabalho na respeitada revista científica *Annals of Improbable Research* [Anais da Pesquisa Improvável], chamado “The morphology of Steve” [A morfologia de Steve] (baseado na distribuição dos tamanhos das camisetas encomendadas pelos signatários).⁴

O hiper-stevismo é um fenômeno da segunda metade do século xx. Assim como as tulipas, as ações das ponto-com e outros exemplos da loucura das multidões, a sorte do nome *Steve* entrou em decadência tão rápido quanto tinha crescido. Hoje ele caiu a níveis só vistos no início do século, e pode ficar tão geriátrico quanto *Elder* ou *Clem*.⁵

O que faz a popularidade de um nome crescer e decair? Assim como a maioria dos pais que dão um nome ao filho, os meus não faziam idéia de que eram parte de uma moda; apenas gostavam de como o nome soava. Meus avós tentaram convencê-los a desistir; o nome, diziam eles, lhes trazia a imagem de um operário grosseirão. Gosto de achar que ele carregava um traço de masculinidade latente, como quando Lauren Bacall disse a Humphrey Bogart, em *Uma aventura na Martinica*:

Você sabe que não tem de fingir comigo, Steve. [O nome dele não era Steve.] Não tem de dizer nada e não tem de fazer nada... nada de nada. Ah, talvez só assobiar. Você sabe assobiar, não sabe, Steve? É só juntar os lábios e soprar.

Eles não tinham como saber que na geração seguinte as conotações do nome mudariam tanto a ponto de o slogan do movimento anti-gay nos Estados Unidos

ser “God made Adam and Eve, not Adam and Steve” [Deus criou Adão e Eva, não Adão e Steve].

Este capítulo é sobre dar nomes — dar nomes a bebês e dar nomes às coisas em geral. Dar um nome a um bebê é a única oportunidade que a maioria das pessoas tem de escolher do que algo será chamado. Mas cada palavra do meio milhão que há no *Oxford English dictionary* teve de ser imaginada por alguma pessoa em determinado momento da história, aceita por uma comunidade e perpetuada através das eras. É um processo que enreda mundo, mente e sociedade de forma surpreendente. Como veremos, descobriu-se recentemente que um dos aspectos do humilde ato de nomear transforma nosso entendimento da lógica, do significado e da relação entre conhecimento e realidade. E descobriu-se que um outro aspecto transforma nossa compreensão de cultura e sociedade.

NO MUNDO OU NA CABEÇA?

A revolução em nossa compreensão da lógica dos nomes começou com uma pergunta básica: Onde mora o significado das palavras? Há dois habitats prováveis. Um é o mundo, onde estão as coisas a que uma palavra se refere. O outro é a cabeça, onde está o entendimento das pessoas sobre como uma palavra pode ser usada.

Para qualquer um que esteja interessado na língua como janela da mente, o mundo exterior pode parecer um habitat pouco promissor. A palavra *gato*, por exemplo, refere-se ao conjunto de todos os gatos que já existiram ou que vão existir. Mas nenhum mortal pode conhecer todos os gatos, no presente, passado e futuro. Além disso, muitas palavras não têm nenhum referente no mundo, como *unicórnio*, *Eliza Doolittle* e *Coelho da Páscoa*, mas as palavras certamente têm significado para a pessoa que as conhece. Por fim, as pessoas usam palavras com sentidos bem diferentes para se referir à mesma coisa no mundo. O exemplo clássico é *estrela da tarde* e *estrela da manhã*, que no fim das contas são dois nomes para o planeta Vênus. Mas certamente eles têm significados diferentes para pessoas que não entendem de astronomia e não têm como saber que se referem ao mesmo corpo celeste. Existe outro exemplo bem conhecido de duas palavras que se referem à mesma coisa no mundo, mas significam coisas diferentes para uma pessoa. As palavras são *Jocasta* e *mãe*, e a pessoa é Édipo.⁶ Como vimos tantas vezes, detalhes semânticos podem mesmo fazer a diferença.

A alternativa à idéia de que o sentido de uma palavra é o conjunto de coisas a que ela se refere é que ele seja uma espécie de descrição, como a definição num dicionário, ou uma fórmula em símbolos lógicos ou conceituais. A matemática nos dá um modelo óbvio de como uma descrição finita pode servir para um grupo infinito de itens. Por exemplo, “o conjunto de números naturais divisíveis por dois sem resto” tem dez palavras de comprimento, mas define o conjunto de números pares, que é infinito. A matemática também nos mostra como duas expressões diferentes podem definir a mesma coisa: outra expressão para os números pares é “o conjunto de números naturais incluindo o zero e todos os números que resultem do acréscimo de dois a ele, qualquer número de vezes”. Voltando à língua, o significado de *gato* pode ser “pequeno mamífero domesticado que tem pêlo macio, garras afiadas, orelhas pontudas e, normalmente, um rabo peludo e comprido, que costuma ser criado como animal de estimação ou para caçar ratos”.

Às vezes se faz referência aos dois significados de “significado” como referência (uma coisa ou um conjunto de coisas no mundo) e sentido (uma fórmula resumidora).⁷ O sentido não está *necessariamente* na cabeça de ninguém; é a caracterização idealizada de um conceito por trás de uma palavra, que os indivíduos que falam a língua podem conhecer em níveis diferentes. Mas, desde que as pessoas tenham *algum* conceito na cabeça que corresponda ao sentido da palavra, é possível dizer que elas sabem o que a palavra significa. Uma vantagem da definição de *gato* sobre o conjunto de todos os gatos é que a definição cabe na cabeça de uma pessoa. É claro que, de algum jeito, o conhecedor-da-palavra tem de ser capaz de identificar as coisas a que uma palavra se refere. No entanto, pelo menos em princípio, o sentido de uma palavra pode ser usado para reconhecer seus referentes no mundo. No caso de *gato*, basta procurar pequenos mamíferos domesticados com pêlo macio, garras afiadas, orelhas pontudas, e assim por diante. O sentido da palavra faz assim com que a pessoa se mantenha em contato com os possíveis referentes da palavra no mundo, mesmo que eles sejam infinitos em número ou estejam afastados da experiência mundana.

Não pode haver uma única resposta para a pergunta “Os significados estão no mundo ou na cabeça?”, porque a divisão de trabalho entre sentido e referência é muito diferente para tipos diferentes de palavras. Com uma palavra como *this* [isso] ou *that* [aquilo], o sentido em si é inútil para reconhecer o referente; tudo depende de qual é o ambiente no momento e no lugar em que a pessoa a pronuncia. Os lógicos chamam esse tipo de palavra de indicadores ou indexadores.

O termo vem do latim para “indicar com o dedo”, porque o sentido de um indicador depende de para o que, na prática, se está apontando. Os linguistas os chamam de termos *dícticos*, da raiz grega para a mesma coisa, apontar. Outros exemplos são *here* [aqui], *there* [lá], *you* [você], *me* [eu], *now* [agora] e *then* [então].

No outro extremo estão palavras que se referem a qualquer coisa que digamos que elas signifiquem quando estipulamos seus significados num sistema de regras. Pelo menos em tese não é preciso sair pelo mundo de olhos atentos a tudo para saber o que é um *touchdown* [pontuação do futebol americano], ou um *member of parliament* [parlamentar], ou um *dollar*, ou um *American citizen* [cidadão americano], ou *Free Parking* [Parada Livre] no Banco Imobiliário, porque o significado dessas palavras é especificado pelas regras e regulamentações de um jogo ou sistema. Às vezes elas são chamadas de tipos nominais — tipos de coisas que só são definidas por como resolvemos chamá-las.

Isso nos deixa com três categorias não tão claras: tipos naturais, como *cat* [gato], *water* [água] e *gold* [ouro]; coisas manufaturadas, como *pencil* [lápis], *oatmeal* [farinha de aveia] e *cyclotron* [cíclotron], e nomes próprios, como *Aristotle* [Aristóteles], *Paul McCartney* e *Chicago*. Quais são os papéis do mundo e da mente em se tratando desse tipo de entidade?

Começemos com os nomes. À primeira vista, conhecer um nome parece exigir que se conheça seu sentido, não apenas sua referência. Não dá para ser obrigatório já ter visto ou tocado o referente de um nome, porque todos sabemos o significado de nomes para pessoas como Aristóteles, que viveram milênios antes de termos nascido. E todos nós dominamos nomes que têm significados diferentes mas que definem o mesmo referente no mundo: não apenas a estrela da tarde e a estrela da manhã, mas também *Samuel Clemens* e *Mark Twain*, *Clark Kent* e *Superman* e *Puff Daddy* e *P. Diddy*. Qual seria a cara do significado de um nome armazenado na cabeça? Imagina-se que seja como uma “descrição definida”: uma caracterização que seleciona um único indivíduo. O significado do nome *George Washington*, por exemplo, seria “o primeiro presidente dos Estados Unidos”. Às vezes pessoas ou instituições usam uma descrição definida como subtítulo, como O Artista que Antes Era Conhecido como Prince. Mas somos lembrados da diferença lógica entre um nome e uma descrição definida pela declaração de Voltaire de que o Sacro Império Romano não era nem sacro, nem império nem romano, pela piada de Groucho Marx de que Inteligência Militar é uma contradição em termos e pelo adesivo sobre um grupo direitista norte-americano, dizendo que A

MAIORIA MORAL NÃO É NEM UMA COISA NEM OUTRA. Segundo a teoria que estamos analisando, o significado de um nome seria a *abreviação* da descrição definida, embora, como mostram essas piadas, não necessariamente a contida no próprio nome.

Está agora armado o cenário para uma idéia que, segundo muitos, foi uma das revelações mais surpreendentes da filosofia do século xx. Ela foi pensada isoladamente pelos filósofos Saul Kripke e Hilary Putnam (e, numa versão anterior, por Ruth Barcan Marcus), e se baseia em certos experimentos mentais bizarros.⁸ Vou apresentá-la com uma mais plausível, da mesma época, essa criada não por um filósofo, mas por um radialista de Detroit.

Começemos com nossa hipótese atual de que um nome é a abreviação de uma descrição específica. O significado de *Paul McCartney*, por exemplo, pode ser algo como a definição que se encontraria num dicionário:

McCartney, Paul (1942-), s.: Músico britânico que, como integrante dos Beatles, um famoso conjunto musical (1960-1971), compôs muitas canções importantes com John Lennon, como “A day in the life” e “Let it be”. [Sin.: McCartney, sir James Paul McCartney]

Agora vem o experimento mental — na verdade o boato, que foi levado a sério em 1969, de que McCartney tinha morrido. Segundo essa versão, numa manhã de quarta-feira, às cinco da tarde, em novembro de 1966, McCartney deixou apressado uma sessão de gravação com os Beatles, deu carona a uma mulher chamada Rita, não viu que o semáforo tinha fechado e morreu num terrível acidente de carro. Os Beatles estavam no auge da popularidade, e a morte de Paul significaria o fim de sua fama e fortuna. Eles então recrutaram um impostor para ficar no lugar dele (o vencedor de um concurso de sócias de Paul, chamado Billy Shears) e bolaram um plano bem-sucedido para esconder a verdade do público e da imprensa. Isso explica por que eles pararam de fazer turnês mais ou menos naquela época (teria sido fácil perceber a farsa numa apresentação ao vivo) e por que deixaram os bigodes crescer (para esconder uma cicatriz no lábio do impostor). E, exatamente como seria de esperar numa trama elaborada para enganar o mundo, plantaram várias pistas da conspiração em suas músicas e capas de disco.

Na capa de *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, o grupo aparece junto de um tumulto enfeitado com um arranjo floral no formato do baixo de canhoto de Paul.

Na contracapa, Paul é o único beatle de costas para a câmera. Uma música fala de um homem que estourou a cabeça num carro, e outra diz que nada pôde ser feito para salvar sua vida. As pistas continuaram em outras músicas e discos. No final de “Strawberry Fields forever”, ouve-se John cantando “Eu enterrei Paul”, e quando “Revolution Nº. 9” é ouvida ao contrário, dá para ouvi-lo cantando “turn me on dead man” [me deixe ligado, morto]. A capa de *Abbey Road* mostra um cortejo fúnebre, com John como o padre, Ringo como o responsável pelo enterro, George como coveiro e o sócio de Paul descalço (que é como as pessoas são enterradas na Itália). E na primeira música John canta o renascimento do grupo: “One and one and one makes three/ Come together, right now, over me” [Um e um e um são três/ Reúna-se, agora mesmo, junto de mim].

Suponha que o boato fosse verdadeiro. Como diriam os especialistas em lógica, existe um mundo possível em que ele é verdadeiro. Agora pense de novo em nossa definição de *Paul McCartney*. Em nosso cenário, o homem que temos em mente não foi, na verdade, integrante do grupo entre 1960 e 1971, não escreveu “A day in the life” nem “Let it be”, e não é o homem que foi consagrado cavaleiro em 1997. Assim, se o significado de *Paul McCartney* é a definição, então o homem que nasceu em Liverpool em 1942 e morreu em Londres em 1966 não é Paul McCartney. E isso vai contra a intuição das pessoas. A maioria diria que o homem em questão ainda é McCartney, apesar de seu destino trágico.

Quero ir um pouco mais longe ampliando o experimento mental. O “quinto beatle”, Stuart Sutcliffe, deixou a banda em 1961 e morreu em circunstâncias misteriosas em 1962. *Ou é o que eles dizem*. Como McCartney, Sutcliffe era bonito, tocava baixo, e na cabeça de muitos fãs era a personificação do grupo (ele inventou o nome dos Beatles, o estilo de vestir e o famoso cabelo). Coincidência? Acho que não. Era evidente que não havia espaço na banda para os dois; senão Sutcliffe jamais teria deixado o grupo que estava prestes a estourar. Talvez McCartney tenha armado uma conciliação. É plausível — é concebível —, bem, há um mundo possível em que Sutcliffe continuou sendo secretamente um integrante do grupo, escrevendo as músicas atribuídas a Paul e tocando baixo e cantando nos discos, e Paul não passava de um rostinho bonito. Quando Paul morreu no acidente de carro, não era preciso mudar nada, só o homem da fachada! Consultando nossa definição de novo, teríamos de concluir que o nome *Paul McCartney* se refere a Sutcliffe, o homem que tocou com os Beatles até 1971 e compôs “A day in the life” com Lennon. Mas, de novo, isso não soa correto. Mesmo que Sutcliffe correspondesse

à definição padrão de *McCartney*, nossa sensação é de que o nome não se refere a ele, e sim ao homem que foi batizado James Paul em 1942.

Tudo isso deve tê-lo feito lembrar do problema isomorfo que encontramos no primeiro capítulo: a conspiração para esconder o “fato” de que Shakespeare não escreveu as peças atribuídas a ele. E também naquele caso a intuição das pessoas é que, se o boato fosse verdadeiro, o nome *William Shakespeare* continuaria se referindo ao homem que foi batizado como tal, e não a quem quer que tenha escrito as peças. Também é essa a conexão que discuti no furto de identidade, em que você tem o direito de dizer que o nome se refere a você mesmo que ele tenha se associado a uma descrição que não se aplica a você.

Só para reafirmar que esses boatos da vida real captam o espírito do argumento de Kripke, aqui estão alguns de seus outros exemplos. Embora *Aristóteles* seja identificado como um filósofo que foi aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande, continuaríamos identificando aquele homem como Aristóteles se ele tivesse decidido ser carpinteiro em vez de professor, ou se por acaso ele tivesse morrido aos dois anos de idade. Muita gente acha que *Cristóvão Colombo* é o nome do homem que provou que a Terra é redonda e que *Albert Einstein* é o nome do homem que inventou a bomba atômica. Essas crenças estão equivocadas, mas nossa sensação é de que as pessoas estão se referindo ao mesmo homem que nós. Da mesma maneira, a maioria das pessoas não sabe nada sobre Cícero, exceto o fato de ele ter sido um orador romano. Imagina-se que ele não tenha sido o único, mas, quando as pessoas usam o nome *Cícero*, querem se referir só àquele homem, não a nenhum outro orador romano.

A conclusão de Kripke foi que o nome não é uma descrição abreviada coisa nenhuma, mas um *designador rígido* — um termo que designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Um nome, em outras palavras, refere-se a um indivíduo em todas as circunstâncias imagináveis em que possamos falar racionalmente sobre aquele indivíduo, e que se danem os fatos biográficos. A referência de um nome é fixada quando os pais da pessoa, na prática, dão-no à pessoinha que pretendem que carregue o nome, ou no momento, qualquer que seja, em que o nome pega. Ele então continua a indicar aquela pessoa por toda a sua vida, e até depois dela, graças a uma cadeia de transmissão em que uma pessoa que sabe o nome o usa na presença de outra pessoa que pretende usá-lo da mesma maneira (“Vou contar a você sobre um grande filósofo. O nome dele era Aristóteles...”). Os nomes são, em certo sentido, mais próximos de indicadores como *this* [este] ou *you*

[você] que de descrições como “o primeiro presidente dos Estados Unidos” ou “um pequeno mamífero domesticado que tem pêlo macio, garras afiadas e orelhas pontudas”. Quando sabemos um nome, estamos implicitamente indicando alguém, independentemente do que nós — ou qualquer um — saibamos sobre aquela pessoa.

Você pode achar essa teoria até fácil de engolir no caso dos nomes próprios, que são realmente dados por alguém num momento identificável. Mas, e quanto às outras duas categorias sobre as quais estamos refletindo, as coisas naturais e as criadas pelo homem? Pegue termos para coisas naturais como *ouro*, *átomo*, *água* e *baleia*. Supostamente cada um *deles* tem uma definição, mais ou menos na linha: *ouro* é o elemento de número atômico 79, *água* é H_2O e *baleias* são várias famílias da ordem dos cetáceos. E supostamente é trabalho dos cientistas descobrir quais são essas definições.

Mas, como com as definições de *McCartney* e *Shakespeare*, essa idéia aparentemente inócua entra em choque com poderosas intuições. Uma delas vem da observação de que as definições científicas modernas para uma palavra podem não concordar com o modo como as pessoas (incluindo os próprios cientistas) costumam pensar sobre seus referentes. Baleias eram tidas como um peixe bem grande (o animal que engoliu Jonas era chamado de “um grande peixe” no original em hebraico), mas hoje sabemos que elas são mamíferos. Quando pessoas não versadas em ciência usam a palavra baleia, porém, certamente estão se referindo aos mesmos animais que nós, não a algum peixe que por acaso seja grande, como o tubarão-baleia. Na mesma linha, alquimistas da Antigüidade e físicos do século xx dariam definições bem diferentes para a palavra *ouro*, mas certamente estão falando sobre a mesma coisa. O mesmo com os físicos que definiram um *átomo* como algo que não podia ser dividido e os físicos que dividiram o átomo.

Quando nossa compreensão científica de um objeto natural muda, a palavra para o objeto não muda de *significado*, pelo menos desde que “significado” tenha algo a ver com a que a palavra se refere. Os referentes originais sempre recebem permissão para ficar. Se isso não acontecesse, cientistas de épocas diferentes (ou cientistas com teorias diferentes na mesma época) jamais poderiam falar da mesma coisa com o objetivo de discutir suas divergências. O significado de uma palavra para uma categoria natural, portanto, assim como o significado de um nome, não é uma descrição nem uma definição, mas um *indicador* de alguma coisa no mundo. Adquiriu significado quando alguém, no princípio dos tempos, cha-

mou uma substância ou um objeto com uma palavra (como um pai batizando uma criança) com a intenção de que a palavra se referisse àquela categoria. As pessoas então foram passando a palavra de geração em geração com a mesma intenção, ao dizer coisas como “Esse material se chama *ouro*”.

É claro que a referência do termo para categoria natural não pode ser exatamente a mesma pepita de ouro ou poça d’água que o primeiro cunhador nomeou, do modo como acontece com o nome de exatamente aquela pessoa a quem os pais batizaram. Afinal, ninguém guardou aquela pepita ou poça num cofre qualquer. A referência ao termo de categoria natural engloba todas as coisas que pertencem à mesma *categoria* da coisa nomeada — geralmente, aquelas que têm a mesma característica oculta ou essência, uma essência que a ciência é potencialmente capaz de descobrir. O nomeador e os usuários posteriores podem não conhecer a essência, mas intuem que a categoria a possui, talvez uma característica que possa ser captada com alguma fórmula complicada ou estatística. Putnam, por exemplo, confessa que não sabe a diferença entre um olmo e uma faia. Mesmo assim, as palavras não são sinônimas para ele — embora ele não seja capaz de distinguir as duas árvores, sabe que existem especialistas que são, e isso já lhe basta. Putnam argumenta que as palavras, como bens e serviços, são o produto de uma divisão de trabalho dentro de uma sociedade: freqüentemente dependemos de especialistas para distinguir os significados, em vez de fazermos tudo sozinhos.

Putnam defende a tese de que os termos para categorias naturais não têm definições usando um hoje já famoso experimento mental. Imagine um planeta distante que seja uma réplica perfeita da Terra, com pessoas iguaizinhas a nós que pensam como nós, vivem em ambientes semelhantes ao nosso, e até falam uma língua indistinguível do inglês. A única diferença é que o líquido que os locais chamam de *water* [água] não é H_2O , mas um composto de fórmula química compridíssima e complicada que pode ser abreviada como *xyz*. Na Terra Gêmea, *xyz* é um líquido incolor que sustenta a vida, mata a sede, apaga incêndios, cai do céu e enche lagos e oceanos. Isso significa que o conhecimento armazenado no cérebro dos terráqueos e o conhecimento armazenado no cérebro dos terráqueos-gêmeos são idênticos — os terráqueos-gêmeos nasceram com o mesmo tipo de cérebro que nós, e seu cérebro foi exposto ao mesmo tipo de experiência conforme eles foram crescendo. Nas circunstâncias em que nós pedimos um copo d’água (que vem a ser H_2O), eles também pedem um copo d’água (que vem a ser *xyz*).

Agora, se o significado está na cabeça, o significado de água na Terra deve-

ria ser o mesmo que o significado de água na Terra Gêmea. Só que isso não soa direito para a maioria das pessoas que refletem sobre o cenário — elas dizem que água significa coisas diferentes nos dois planetas. A diferença ficaria indiscutível se uma espaçonave cheia de químicos terráqueos pousasse algum dia na Terra Gêmea e analisasse o líquido que sai das torneiras — eles diriam: “Os terráqueos-gêmeos não bebem água, bebem xyz!”. Mas, mesmo que isso nunca acontecesse, ainda acharíamos que os terráqueos e os terráqueos-gêmeos estão usando as palavras com significados diferentes, sem, é claro, se darem conta disso. Com base na história da Terra Gêmea e do exemplo do olmo-e-o-especialista, Putnam conclui: “Corte a pizza do jeito que quiser, os ‘significados’ simplesmente não estão na cabeça!”.

“Tudo bem”, você pode responder, “pode ficar com a água. Mas e as categorias naturais que pertencem a sistemas conceituais mais complicados, como tipos de animais? Certamente não dá para dizer que uma pessoa saiba o significado de gato se ela não souber que gato é um animal, não é?” Mas imagine que os cientistas fizessem uma descoberta surpreendente: os gatos na verdade são daleks, descendentes mutados do povo kaled, do planeta Skaro, uma raça cruel que trabalha pela dominação e conquista do universo, e que viaja em invólucros mecânicos inteligentemente planejados para passar por animais.⁹ Diríamos que gato é uma coisa que não existe, já que a definição de gato especifica um animal peludo? Ou diríamos que, ao contrário do que acreditávamos, os gatos não são animais? E se descobríssemos animaizinhos peludos que ronronam e miam em algum outro planeta — estaríamos falando *deles* desde sempre? Se você respondeu não, sim e não, você concorda com Putnam quando ele diz que os termos para categorias naturais são, como os nomes, designadores fixos.

Com isso sobram as palavras para as coisas feitas pelo homem. No mínimo dos mínimos, você pode dizer, faz parte do significado de *lápiz* que ele seja um artefato, ou seja, um instrumento para a escrita. Mas imagine agora que os cientistas fizessem uma descoberta ainda mais extraordinária: lápis são organismos vivos. Quando os abrimos e os observamos debaixo do microscópio, vemos que eles têm nervos, vasos sangüíneos e órgãos minúsculos, e quando ninguém está olhando eles se reproduzem e têm lapisinhos bebês que depois viram lápis adultos. (Putnam afirma: “É bem estranho que haja *rótulos* em muitos desses organismos — por exemplo BONDED *Grants* DELUXE fabricado nos Estados Unidos nº 2 —, mas talvez eles sejam organismos inteligentes, e essa seja sua camuflagem.”.)¹⁰ Se você con-

corda que ainda se trata de lápis (em vez de concluir: “Os cientistas descobriram que na verdade o lápis não existe!”), admite que até mesmo a idéia de que um lápis é um instrumento feito pelo homem não pode fazer parte do significado de *lápís*.

É claro que *alguma* parte do significado da palavra tem de estar na cabeça das pessoas. Além de precisar existir alguma coisa que diferencie uma pessoa que sabe a palavra de outra que não sabe, como vimos no início do capítulo, dois nomes podem indicar a mesma coisa no mundo (a estrela da manhã e a estrela da tarde; Jocasta e mãe), mas significar coisas diferentes, dependendo do conhecimento do falante. O argumento de Putnam, portanto, não é um “não é”, mas um “ou isto ou aquilo”: ou o significado de uma palavra não determina sua referência (as coisas que a palavra representa) ou os significados não estão na cabeça. Hoje muitos filósofos cortam a pizza de um jeito um pouco diferente e dizem que existem *dois* significados para “significado”. Os significados *estritos* estão na cabeça, na forma de definições, estruturas conceituais ou estereótipos.¹¹ (*Water* [água] em inglês e *water* em inglês gêmeo têm o mesmo significado estrito.) Os significados *amplos*, além de fazer isso, indicam coisas no mundo, e se sustentam em muita coisa fora da cabeça do falante: com quem o falante aprendeu as palavras, com quem *eles* aprenderam a palavra, e, se a gente for voltando, o que os cunhadores originais estavam indicando quando usaram a palavra pela primeira vez. (*Water* em inglês e *water* em inglês gêmeo, portanto, têm significados amplos diferentes.)

Por que normalmente nos passa despercebida a diferença entre os significados estritos na cabeça e os significados amplos que incluem o mundo? Por que nunca nos preocupamos com a possibilidade de que as idéias por trás de nossas palavras possam caracterizar erroneamente as coisas que rotulamos com nossas palavras? O motivo é que, tirando os experimentos mentais dos filósofos e as teorias da conspiração, os significados na cabeça e os significados no mundo tendem a escolher as mesmas coisas. Nossa mente está suficientemente harmonizada com o mundo para que, na maioria das vezes, aquilo em que pensamos corresponda ao que *pensamos* que pensamos. Existem, é verdade, algumas exceções. Há casos de erro de identificação, como o de Colombo, que se referiu aos habitantes de Hispaniola como *índios*. Há fronteiras redefinidas, como os *golfinhos*, que foram reclassificados pelos zoólogos como um tipo de baleia. E alguma coisa deve ter dado muito errado na cadeia da contação e recontação de histórias para um designador fixo para *são Nicolau* ter evoluído para *Santa Claus* [Papai Noel]. Mas na maior parte do tempo há menos coisas no céu e na terra do que sonha nossa vã filosofia.

O mundo real possui determinados traços de regularidade, e nossa faculdade para aprender as palavras confia neles. É uma boa aposta dizer que não existe, na verdade, nada no universo que tenha cara e gosto de água mas seja composto de xyz; que não existem daleks que pareçam e ajam como gatos; que não existem organismos que se pareçam lápis; que não há coincidências trágicas que façam um homem inadvertidamente matar o pai e casar com a mãe; e nenhuma trama beetle bem-sucedida de acobertamento. Graças às limitações do modo como o mundo funciona, não somos facilmente enganados.¹²

Mas nossa conexão confiável com o mundo exige mais que a cooperação do próprio mundo. Também exige uma convicção tácita mais profunda de que as palavras estão atadas a coisas reais, e a fé de que outros falantes de nossa comunidade, do passado e do presente, tenham a mesma convicção. É essa convicção que move os julgamentos, nos experimentos mentais, de que nossas palavras estão fixas em determinadas coisas e pessoas, mesmo quando ficamos sabendo que essas coisas e pessoas são bem diferentes do que imaginávamos. Também é ela que nos permite aprender palavras cujos referentes não conseguimos identificar sozinho, na confiança de que outros consigam. Essas intuições costumam manter as cadeias do aprendizado de palavras intactas desde os primeiros cunhadores, apesar da grande separação temporal e espacial e de mudanças consideráveis em nossa compreensão. É emocionante e estranho pensar que toda vez que nos referimos a Aristóteles estamos ligados, por uma compridíssima cadeia de falantes, ao homem em pessoa. E, toda vez que usamos uma palavra para nos referirmos a uma coisa, nos ligamos à ponta de uma corrente sinuosa no espaço-tempo que nos conecta à primeira pessoa que olhou para aquela estrela, ou para aquela criatura, ou para aquela substância, e decidiu que ela precisava de um nome.

O modo como as palavras podem nos ligar às coisas no mundo em vez de ao que *pensamos* sobre as coisas no mundo não é só um estica-e-puxa de nossas intuições em experimentos mentais estúpidos. Mesmo deixando de lado aplicações práticas como resolver casos de impostores e furtos de identidade, há grandes dilemas na ciência e no direito que ativam nossa compreensão sobre a que se referem no mundo nossas palavras e conceitos.

Um exemplo crucial na história da biologia é o significado dos termos para espécies. Antes de Darwin (e entre os criacionistas hoje), as pessoas achavam que cada espécie podia se definir por um conjunto de traços necessários que caracterizavam sua essência — que havia uma definição precisa para *atum*, *chapim*, *casca-*

vel, e assim por diante. Mas quem pensar assim terá problemas para captar a idéia da evolução, porque a evolução implica o surgimento de formas intermediárias que não são nem uma coisa nem outra. Segundo essa visão de mundo “essencialista”, um dinossauro possui uma essência dinossáurica e não pode evoluir para pássaro, assim como um triângulo não pode evoluir para quadrado. Uma das revoluções conceituais de Darwin foi tratar um termo para uma espécie como um indicador para uma população de organismos (um designador rígido) em vez de um tipo estipulado por um conjunto fixo de características. Os integrantes da população, tomados em determinado momento, podem ter variações nessas características, e a distribuição delas pode mudar gradativamente nos descendentes da população. O nome da espécie, como designador rígido, simplesmente indica um ramo dessa enorme árvore genealógica, que engloba os integrantes que foram originalmente batizados com o rótulo, seus contemporâneos, que se reproduziram com eles, e uma porção de seus ancestrais e descendentes que sejam suficientemente semelhantes a eles.¹³

Mais recentemente, a natureza dos nomes protagonizou uma polêmica científica que para muitos leigos é tão incendiária quanto a teoria da evolução. Ela foi deflagrada por uma descoberta bem parecida com a água xyz, os gatos robôs e os lápis vivos, não numa Terra Gêmea imaginária, mas em nosso próprio sistema solar. É o planeta Plutão — ou, devo eu dizer, o Plutão que Antes Era Conhecido como Planeta. Plutão revelou-se diferente de Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano e Netuno. Ao contrário do que acreditaram inicialmente os astrônomos que o descobriram, Plutão é uma bola de gelo miúda, menor que a nossa lua, girando numa órbita instável nas fronteiras do sistema solar, e não lá muito diferente de centenas de outras bolas de gelo em órbita por ali. Em 2006 um conselho nomeado pela União Astronômica Internacional debateu acaloradamente como classificá-lo, enquanto o mundo, ansioso, prendia a respiração. Se os astrônomos o rebaixassem do status de planeta, invalidariam milhares de móveis que enfeitam quartos e pôsteres de sala de aula, e enfureceriam gerações de alunos que aprenderam mnemônicas como “Minha vó tem muitas jóias, sempre usa no pescoço” ou “Meu velho tio mandou Júnior saborear umas nove pizzas”. Mas qualquer regra coerente que mantivesse Plutão no clube também teria deixado entrar uma variada coleção de asteróides, luas e bolas de gelo. Só uma manobra muito política na definição teria permitido que a palavra *planeta* englobasse apenas os nove clássicos.

Na verdade, não se tratou de uma controvérsia científica, e sim da represen-

tação concreta do argumento de Kripke-Putnam sobre a lógica das palavras. A palavra *planeta* era, na cabeça da maioria das pessoas, um designador rígido, como um nome. Referia-se ao conjunto de nove indivíduos que a palavra *planeta* passou a indicar em nossa comunidade lingüística — não, nesse caso, desde um momento único de nomeação (já que a palavra *planeta* vinha sendo usada fazia tempo quando Plutão foi descoberto, em 1930), mas num ato prolongado de nomeação que já tinha sido finalizado no momento em que fomos expostos à palavra. Assim, as pessoas tiveram a sensação de que o nome continuava a se referir às mesmas coisas que sempre tiveram em sua memória coletiva, embora nosso conhecimento sobre ele (o sentido que tentamos dar à palavra) tivesse mudado. O dilema dos astrônomos era que eles precisavam de um termo técnico que captasse uma categoria cientificamente coerente (o equivalente a H_2O na química ou o nome de uma espécie na biologia) e não conseguiam abrir mão da palavra vernacular *planeta*. No final, decidiram desprezar as intuições da comunidade lingüística sobre o designador fixo em favor de um sentido cientificamente defensável, e rebaixaram Plutão do status de planeta, para desgosto do resto do mundo.

Sistemas judiciais também têm de se preocupar com a que nos referimos com o significado das palavras. Para que uma lei seja justa, ela tem de traçar linhas claras que as pessoas possam usar para guiar seu comportamento antes do fato e que os júris possam usar para julgá-lo depois. Isso requer que as palavras que compõem uma lei se refiram a categorias e ações nominais que não sejam nem mais nem menos do que a lei diz que são. Mas os conceitos envolvidos nos pensamentos e nas ações das pessoas são muitas vezes categorias naturais e coisas criadas pelo homem. Considerando que as palavras para esses conceitos são designadores rígidos, a tentativa da lei de substituí-los por definições é impossível por princípio. Em *Bad acts and guilty minds* [Atos criminosos e mentes culpadas], Leo Katz dá um exemplo.¹⁴ Na época do domínio colonial, na África, a administração britânica aprovou uma Lei de Supressão da Bruxaria que incluía uma definição detalhada de bruxaria. Infelizmente, os autores não eram especialistas nos costumes locais e fizeram confusão com a definição, estipulando como bruxaria rituais que na verdade eram métodos para *detectar* bruxas. O que um juiz deveria fazer com um réu que sem dúvida praticava bruxaria, mas não fazia o que o estatuto *definia* como bruxaria? Se o significado de uma palavra for sua definição, o réu deveria ser considerado inocente. Mas, se um termo como *bruxaria* for um designador fixo, ele se refere a atos que sejam do mesmo tipo daquele a que os legisladores estavam se

referindo quando elaboraram a lei que evoca o termo, mesmo que a descrição a que eles tenham chegado não os caracterizasse direito. Muitos norte-americanos conhecem um problema paralelo em seu sistema judicial. Há décadas legisladores e tribunais são incapazes de pôr em prática uma definição coerente de “obscenidade”, o que fez o juiz Potter Stewart, da Suprema Corte, propor uma alternativa em 1964: “Sei o que é quando vejo”.

Kripke tira outra estranha conclusão da semântica dos nomes, que é captada na segunda metade de seu título, *Naming and necessity* [Nomes e necessidade]. Pelo menos desde Kant, os pensadores distinguem dois tipos de conhecimento. O conhecimento a priori (antes do fato) é o tipo que pode ser adquirido da poltrona — por revelação divina, introspecção, idéias inatas ou, o que é mais comum, pela dedução lógica e matemática. O conhecimento a posteriori (depois do fato) é o tipo que só se pode adquirir saindo pelo mundo. De acordo com uma história, provavelmente apócrifa, um seminário de acadêmicos medievais tentou deduzir a partir de princípios básicos quantos dentes havia na boca de um cavalo, e eles ficaram chocados quando um jovem talento sugeriu que eles procurassem um cavalo, abrissem a boca dele e contassem.¹⁵

O “conhecimento a priori” pode significar várias coisas para os filósofos, mas uma delas é o conjunto de fatos que são *necessários* — fatos que não poderiam se dar de outro jeito e, portanto, persistem em todos os mundos possíveis.¹⁶ O conhecimento a posteriori, pelo contrário, é sobre fatos que são *contingências*. Eles dependem de como as coisas se arranjaram quando nosso mundo tomou forma, e poderiam ser diferentes se rebobinássemos a fita e deixássemos o filme passar outra vez. Afinal de contas, não dá para usar muito bem uma série de axiomas e regras para deduzir algo que dependeu do capricho com que a poeira girou e se assentou nos primórdios do sistema solar, ou de que espécie estava por acaso ali quando o planeta teve o azar de ser atingido por um cometa. Por outro lado, se se *pode* deduzir alguma coisa, é de se pensar que a coisa *tem* de ser daquele jeito, seja por causa das implicações lógicas das palavras sendo usadas na dedução (como em *Nenhum solteiro é casado*), seja pela a natureza eterna e universal da verdade matemática, que força a dedução a sair como sai.

Kant tentou argumentar uma terceira possibilidade: um conhecimento que seja a priori, mas mais que apenas uma consequência do significado das palavras

— um conhecimento que realmente caracterize o mundo físico como o conhecemos. Ele apontou os teoremas da geometria euclidiana, que acreditava caracterizarem o espaço, embora esses teoremas tivessem sido deduzidos matematicamente em vez de descobertos com uma régua e um nível. Quase ninguém aceita esse argumento hoje em dia, porque, entre outras coisas, a física moderna mostrou que o espaço não é na verdade euclidiano.¹⁷

Kripke defendeu ainda uma outra possibilidade, uma que a maioria dos filósofos nunca tinha nem levado em conta: conhecimento que seja a posteriori (descoberto depois do fato), mas necessário. A descoberta de que a estrela da manhã e a estrela da tarde eram a mesma coisa (Vênus) foi a posteriori. Mas, uma vez descoberta, passou a ser uma verdade necessária — não existe nenhum mundo possível em que a estrela da manhã e a estrela da tarde se refiram a coisas diferentes (embora, é claro, elas pudessem ser *chamadas* de coisas diferentes — a afirmação de Kripke é sobre o que *nós* queremos dizer com os termos). E, na mesma moeda, se os cientistas estão corretos ao dizer que a água é H_2O , então a água *tem de ser* H_2O — se alguma coisa não é H_2O , então para começar nem era água, de acordo com o que queremos dizer com o termo *água*. (Lembre-se de que negamos que o líquido na Terra Gêmea fosse água.) Da mesma maneira, o ouro *tem de ser* uma matéria com o número atômico 79 (se esse for mesmo seu número atômico), o calor *tem de ser* movimento molecular (supondo que de fato seja movimento molecular), e assim por diante.

Nada disso é uma tentativa de fazer química da poltrona, como os acadêmicos medievais e os dentes do cavalo. Os fatos específicos que vamos considerar necessários dependerão do que as pessoas de jaleco branco tiverem descoberto. O argumento de Kripke é mais uma tentativa de esclarecer com o que estamos nos comprometendo em termos lógicos quando usamos nomes próprios e nomes para categorias naturais. Estamos, surpreendentemente, nos comprometendo com uma determinada classe de verdades logicamente necessárias (embora não possamos saber o que elas são a priori). É uma importante revisão de nossa compreensão sobre que tipos de verdades existem e como podemos conhecê-las — todas a partir de intuições sobre como usamos os nomes.

É verdade que, quando nos aproximamos tanto assim do conceito do significado, começamos a sentir um leve cheiro de paradoxo. O que exatamente estou fazendo quando *quero dizer* alguma coisa com um grupo de palavras — quando me refiro a *Aristóteles*, ou a *Alpha Centauri*, ou até aos *números ímpares*, ou ao *primeiro bebê nascido em 2050*, ou a *como o mundo seria se Paul tivesse morrido*? É revigorante

pensar que, só de disparar alguns neurônios ou mexer os lábios, posso manter uma relação com um filósofo morto há muitíssimo tempo ou com um corpo celeste distante. Mas pelo menos nesses casos conseguimos vislumbrar uma conexão entre o significador e o significado numa cadeia de aprendizado de palavras que vai até um cunhador primevo, que tinha o conhecimento em primeira mão. A mente começa a falhar, porém, quando ponderamos sobre o que nos conecta a outros referentes de nossas palavras: à água, onde quer que ela exista no cosmos, a uma infinidade de entidades abstratas, a uma pessoa específica que ainda não existe (mas não a nenhuma dentre outros bilhões de pessoas que ainda não existem), ou a um universo paralelo que não tem realidade, mas que obedece a certas leis. Essas entidades não lançam energia em nossa direção, e nosso corpo não possui órgãos dos sentidos para elas, mas de alguma forma um fio diáfano de semântica nos liga a elas. Nas palavras do filósofo Colin McGinn, o significado parece “permitir que o pensamento supere as fronteiras da familiaridade: ele nos leva a qualquer distância em qualquer direção, viajando através de porções arbitrariamente extensas da realidade, mas mantendo-se em trilhos fixos”.¹⁸ Talvez não seja de surpreender que gente de tantas culturas ache que as palavras têm poderes mágicos (como veremos no capítulo sobre palavrões), ou que um dos evangelhos comece assim: “No princípio era o verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”. McGinn tem uma explicação mais prosaica: o problema do significado, como muitos mistérios na filosofia, pode ficar para sempre envolto num enigma, porque ele empurra nosso bom senso para universos conceituais nos quais não evoluímos para pensar.¹⁹

BLING E BLOGS: DE ONDE VÊM AS PALAVRAS NOVAS?

Se o significado de um nome nos liga ao ato original de nomeação, o que exatamente está envolvido nesse evento marcante? Como as pessoas conjuram um novo som para rotular um conceito? Quais conceitos sem nome são considerados merecedores de ter um som para rotulá-los? E o que faz andar a cadeia de transmissão que permite à palavra se espalhar por uma comunidade e ser perpetuada através da linhagem de seus descendentes? O restante do capítulo vai tratar de cada um desses quebra-cabeças.

A carga histórica das palavras é diferente entre cada área da curiosidade humana, porque é marcada por (1) uma quantidade incrível de conhecimento e (2)

uma quantidade incrível de bobagens. Há algo na origem das palavras que inspira as pessoas a inventar. Aqui estão alguns exemplos de um e-mail que circulou todo sério por aí, sob o título “Para fãs de curiosidades: A história das expressões”:

No tempo de Shakespeare, os colchões eram presos às camas por cordas. Quando se puxavam as cordas, o colchão ficava mais apertado, tornando a cama mais firme para se dormir. É daí que vem a expressão “Goodnight, sleep tight” [Boa noite, durma bem/apertado].

Era costume na Babilônia 4 mil anos atrás que, por um mês, depois do casamento, o pai da noiva desse ao genro quanto de hidromel ele agüentasse beber. O hidromel é uma cerveja de mel, e, como o calendário deles era lunar, esse período era chamado de “mês do mel”, ou o que conhecemos hoje como “honeymoon” [lua-de-mel].

Na Inglaterra antiga, as pessoas não podiam manter relações sexuais sem o consentimento do rei (a menos que pertencessem à família real). Quando alguém queria ter filhos, obtinha o consentimento do rei e este lhe dava uma placa, que era pendurada na porta enquanto o casal mantinha relações sexuais. A placa dizia F. U. C. K. (Fornication Under Consent of the King [Fornicação com o consentimento do rei / foder]). Agora você já sabe de onde a palavra veio.

Esse tipo de coisa inspirou uma etimologia para a palavra *etimologia*: “Do latim *etus* (‘eaten’ [comido]), *mal* e *logia* (‘estudo de’). Significa ‘o estudo das coisas difíceis de engolir’”.²⁰ Cada uma dessas histórias podia ser desmontada com uma rápida consulta no dicionário, que mostraria que os acadêmicos já buscaram as origens de praticamente toda palavra do inglês, às vezes chegando até o cunhador original, e com mais frequência a uma raiz em uma língua ancestral ou vizinha falada centenas ou milênios atrás. Em geral as etimologias verdadeiras são menos divertidas que as folclóricas. *Tight* significa “firme e seguro”, como em *sit tight* [fique sentadinho]; *honeymoon* alude à doçura metafórica que diminui como a lua; *fuck* [foder] vem da palavra escandinava para “bater” e “empurrar”. (E, por falar nisso, *testify* [testemunhar] não vem de um costume romano em que os homens atestavam a veracidade de uma declaração jurando sobre os testículos, e *shit* [merda] não é um acrônimo para Ship High in Transit [armazene elevado quando em trânsito], um aviso para manter o esterco seco longe do fundo do comparti-

mento de carga para não ficar úmido, liberar gás metano e explodir o navio inteiro.) Mas, como veremos, às vezes elas são mais divertidas que qualquer coisa que um falsário lexical possa sonhar.

De longe o caldeirão mais comum para o surgimento de novas palavras é o processo de montagem a partir de palavras antigas ou pedaços de palavras (morfemas). Toda língua possui uma bateria de operações combinatórias que produzem novas palavras de forma previsível. Em inglês, por exemplo, o acréscimo do sufixo *-able* transforma um verbo num adjetivo, referindo-se a quão possível ou fácil é realizar aquela ação (*learnable* [aprendível], *fixable* [fixável], *downloadable* [baixável]). E colar dois substantivos cria um composto que se refere a uma versão do segundo substantivo associada ao primeiro (*ink cartridge* [cartucho de tinta], *lampshade* [abajur], *tea strainer* [coador de chá]). Em geral nem chegamos a notar novas palavras como essas; elas são cunhadas a torto e a direito e entendidas quase sem esforço (*outdoorsiness* [ar-livre-dade], *uncorkable* [indesarrolhável], *pinkness* [rosidade], e assim por diante).

Se a cunhagem das palavras fosse só isso, a língua seria bem mais chata e mais obediente do que a que temos. Richard Lederer, por exemplo, nunca teria podido perguntar se os *infants* [bebês] cometem *infantry* [infantaria], o que os *humanitarians* [humanitarianos/humanitários] comem, do que é feito o *baby oil* [óleo de bebês] ou as outras perguntas retóricas que vimos nas páginas 56 e 57. O inglês (e outras línguas) fica maluco porque as palavras têm o hábito de acumular idiossincrasias imprevisíveis pela lógica das regras que a geraram. Uma *transmission* [transmissão] não é só o ato de transmitir, mas também uma peça de carro, e se uma declaração é *unprintable* [impublicável], não é porque vá quebrar a rotativa, mas porque é obscena. Uma *arrowhead* é a cabeça de uma flecha, mas um *redhead* é uma pessoa de cabelo ruivo, e um *egghead* um intelectual, uma *blackhead* é uma espinha, um *pothead* alguém que fuma muita maconha e um *Deadhead* um fã do Grateful Dead. Um dos motivos para tamanha loucura é que o resultado de uma regra pode se transformar em só mais uma forma decorada e acumular seja lá qual for o significado idiossincrático que possa ser útil para os falantes (como em *transmission*). Outro é que algumas regras deixam em aberto alguns dos detalhes semânticos de seu produto, que devem ser preenchidos caso a caso (como nos compostos com *head*).

Junto com os meios mais ou menos metódicos de montar novas palavras a partir de antigas, como pela sufixação e pela composição, os falantes possuem uma variedade de formas mais imediatas para reequipar suas palavras. Esses dispositivos podem ser observados em qualquer lista de palavras novas, como as

“Palavras do Ano” anunciadas anualmente por quem publica dicionários. A lista de 2005 do *Macmillan English dictionary*, por exemplo, é na prática um tutorial de todas as formas pelas quais as pessoas criam novas palavras:²¹

- Prefixação: *deshopping*, “comprar alguma coisa com a intenção de usar só uma vez e depois devolver e receber o dinheiro de volta”.
- Sufixação: *Whovian*, “fã da série britânica de ficção científica *Doctor Who*”.
- Mudança no papel do discurso, como transformar um substantivo ou um adjetivo em verbo: *supersize*, “fornecer uma versão em tamanho extraordinariamente maior”.
- Composição: *gripesite*, “um website dedicado a conscientizar os consumidores sobre produtos e serviços deficientes”.
- Empréstimos de outra língua: *wiki*, “um website onde os usuários podem, coletivamente, adicionar ou modificar os textos” (de uma palavra havaiana para “rápido”).
- Acrônimos: *ICE*, “número ‘In Case of Emergency’ [Em caso de emergência] gravado na agenda de um telefone celular”.
- Truncamento: *fanfic*, “novas histórias com personagens e cenários de um filme, livro ou programa de TV, escritas por fãs e não pelo autor original”.
- Portmanteau (combinação do começo de uma palavra com o fim da outra): *spim* (*spam* + *I.M.*), “propaganda indesejada enviada por programas de mensagens instantâneas”.
- Afixação reversa (decompor uma palavra e reciclar uma das partes): *preheritance*, “apoio financeiro dado por progenitores aos filhos em vida, como alternativa a deixar uma herança [*inheritance*]”.
- Metáfora: *zombie*, “um computador pessoal infectado por um vírus que faz com que ele envie spam sem o conhecimento do usuário”.
- Metonímia: 7/7, “ataque terrorista” (dos ataques no metrô de Londres em 7 de julho de 2005).

Das quarenta palavras da lista, só uma tem uma raiz totalmente nova: *dooce*, “despedido por causa de alguma coisa publicada num blog na internet”. Numa história que supera até a mais criativa etimologia folclórica, a palavra foi cunhada por uma designer que perdeu o emprego por causa de um texto no blog dela, <www.dooce.com>. Ela batizou o blog com um erro de digitação que sempre cometia, o de trocar *doode* por *dooce*. E a grafia pretendida por ela, *doode*, era sua representação fonética da pronúncia surfista de *dude* [cara], com a vogal exagerada.

Essa história rocambolesca suscita a pergunta de como as pessoas criam

novas raízes — sons que, ao contrário da maioria das novas cunhagens, não são reciclados a partir de palavras e morfemas já existentes, mas são seqüências originais de consoantes e vogais. Não é preciso nem dizer que a maioria deles não vem de homônimos de blogs batizados com erros de digitação de imitações fonéticas de pronúncias da moda.

A fonte mais óbvia de uma nova raiz é a onomatopéia — uma palavra que se parece com o som de seu referente, como *oink* [oinc], *tinkle* [tinir], *barf* [vomitar], *conk* [quebrar], e *woofer* [alto-falante para graves] e *tweeter* [alto-falante para agudos]. Mas a onomatopéia é bastante limitada. Ela só se aplica a coisas que façam barulho, e mesmo assim a semelhança está acima de tudo no ouvido de quem escuta. As palavras onomatopaicas são governadas mais pelo padrão fonológico da língua que pela emissão acústica da coisa que faz o barulho, como vemos quando olhamos para as representações de sons de animais em outras línguas:



Robotman © United Feature Syndicate, Inc.

[Grécia:

— rav-rav*

Indonésia:

— gong-gong

Portugal:

— ham-ham

Romênia:

— ão-ão

*Não estou inventando.

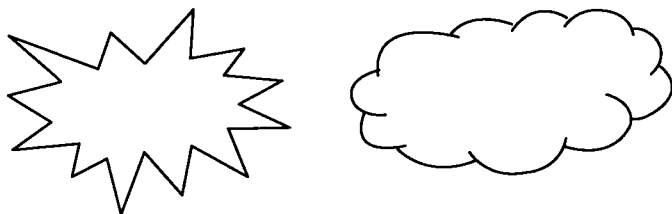
— Só queríamos mostrar como tudo... até latidos... é traduzido quando os quadrinhos são publicados no exterior.

— Então por que os pastores alemães e os chihuahuas mexicanos fazem “bow wow” como todos os outros cachorros?

— Porque eles são imigrantes e aprenderam a falar inglês.

— Por que não percebo o sotaque?]

Um pouco mais maleável que a onomatopéia pura é o simbolismo sonoro, em que a pronúncia de uma palavra simplesmente *lembra* um aspecto do referente. Palavras compridas podem ser usadas para coisas que são grandes ou ásperas, palavras em staccato para coisas que são agudas ou rápidas, palavras pronunciadas na parte profunda da boca ou da garganta para coisas que aconteceram há muito tempo ou em um lugar distante (compare *this* [este] e *that* [aquele], *near* [perto] e *far* [longe], *here* [aqui] e *there* [lá]).²² Esses alinhamentos, uma espécie de metáfora acústica ou articulatória, estão presentes na maioria dos idiomas do mundo, e experimentos já mostraram que as pessoas percebem os padrões, mesmo em palavras inventadas. Por exemplo, qual desses é o *malooma* e qual é o *takata*?



A maioria das pessoas acha que o *takata* é a coisa da esquerda, porque a forma cheia de pontas as remete aos sons entrecortados, e o *malooma* é a coisa da direita, porque a forma arredondada remete a sons arredondados. E se eu lhe dissesse que as palavras em chinês para “pesado” e “leve” são pronunciadas *qǒng* (com acento crescente) e *zhòng* (com acento decrescente), você estaria certo se adivinhasse, como faz a maioria dos falantes do inglês, que *qǒng* significa leve e *zhòng* significa pesado, e não vice-versa.²³ O simbolismo sonoro já foi “descoberto” dezenas de vezes, e todas as vezes o descobridor afirma que ele nega o princípio de Ferdinand de Saussure de que a relação entre o som e o significado é arbitrária. Na verdade ele não o nega, já que não dá nem para chegar perto de prever o som de uma palavra a partir do seu significado, e vice-versa, mas o simbolismo sonoro certamente faz parte da inspiração quando uma nova palavra é cunhada ou ampliada.

A onomatopéia e o simbolismo sonoro são as sementes de um fenômeno mais disseminado na língua chamado fonestesia, em que famílias de palavras têm em comum entre si um pedacinho minúsculo de som e um pedacinho minúsculo de significado. Muitas palavras com o som *sn-*, por exemplo, têm algo a ver com o

nariz, supostamente porque praticamente dá para sentir o nariz franzindo quando ele é pronunciado. Entre elas estão palavras para o próprio nariz (como *snout* [focinho/tromba]), palavras para instrumentos que se parecem com o nariz (como *snorkel* e *snoot*, um cone para direcionar a luz de um refletor), palavras para ações e coisas que estão associadas ao nariz (como *sneeze* [espirrar], *sniff* [fungar], *sniffle* [inspirar com o nariz entupido], *snivel* [assoar o nariz], *snore* [roncar], *snort* [rir pelo nariz], *snot* [catarro], *snuff* [farejar] e *Snuffleupagus* [Funga-Funga]), e palavras para meter o nariz em algum lugar (*snarky* [irritado], *sneer* [olhar com desdém], *snicker* [rir abafado], *snide* [menosprezar], *snippy* [impertinente], *snob* [esnobe], *snook* [mostrar desprezo], *snooty* [arrogante] e *snub* [humilhar]).

Menos óbvia é a razão do som *sn-* estar associado a atos rápidos, furtivos ou de aquisição, como em *snack* [lanche], *snag* [problema], *snap* [abrupto], *snare* [capturar], *snatch* [agarrar], *sneak* [escapar], *snip* [dar um corte], *snitch* [passar a mão], *snog* [beijar] e *snoop* [bisbilhotar] (ou seria essa uma palavra para meter o nariz onde não se é chamado?). Talvez seja possível farejar um toque de rapidez e suavidade na pronúncia de *sn-*, mas isso soa uma explicação a posteriori, que pode ser aplicada a qualquer princípio do inglês. É mais provável que a fonestesia vá crescendo a partir de um núcleo de palavras semelhantes que se aglutinaram por diversos motivos. Algumas podem ser produto do simbolismo sonoro. Outras podem ser fósseis de uma regra morfológica que esteve ativa num período mais antigo da língua, ou na língua de onde as palavras foram emprestadas. E algumas podem ter surgido por puro acaso, unidas no espaço fonológico porque o padrão sonoro da língua só permite um número limitado de combinações entre vogais e consoantes. Mas, uma vez que essas palavras se vêem lado a lado, elas podem atrair ou criar novos membros graças ao caráter associativo da memória humana, em que coisas parecidas se atraem. (Em *Words and rules* [Palavras e regras], mostrei como essa característica da memória deu origem a famílias de verbos irregulares semelhantes, como *sing-sang* [cantar-cantou], *ring-rang* [tocar-tocou], *drink-drank* [beber-bebeu] e *wind-wound* [girar-girou], *find-found* [achar-achou], *grind-ground* [moer-moeu].) Aqui estão outros aglomerados; você pode julgar quão simbólicos são seus sons:

cl- para um conjunto coeso ou duas superfícies em contato: *clad*, *clam*, *clamp*, *clan*, *clap*, *clasp*, *clave*, *cleat*, *cleave*, *cleft*, *clench*, *clinch*, *cling*, *clip*, *clique*, *cloak*, *clod*, *clog*, *close*, *clot*, *cloven*, *club*, *cluster*, *clutch* [cobrir, marisco, grampear, clã, aplaudir, ajustar, apegar-

se, gancho/trava, separar, fissura, apertar, agarrar, pendurar-se, grampear, capa, massa de terra, bloquear, fechar, coágulo, rachar, clube, aglomerado, segurar]

gl- para a emissão de luz: *glare, glass, glaze, gleam, glimmer, glimpse, glint, glisten, glitter, gloaming, gloss, glow* [claridade, vidro, envidraçar, resplandecer, luz fraca, vislumbrar, cintilar, esplendor, reluzir, crepúsculo, brilhar, incandescer]

j- para um movimento súbito: *jab, jag, jagged, jam, jangle, jarring, jerk, jibe, jig, jigger, jiggle, jimmy, jingle, jitter, jockey, jog, jostle, jot, jounce, judder, juggle, jumble, jump, jut* [golpe, intemperança, irregular, ficar preso/música improvisada, briga em voz alta, dissonante, dar um solavanco, mudar de direção, dançar, dançarino de jiga, sacudir, pé-de-cabra, música rimada, ficar nervoso, montar a cavalo, correr ritmadamente, empurrar, rabiscar, impacto, vibração violenta, fazer malabarismo, confusão, pular, projetar-se]

-le para conjuntos de pequenos objetos, buracos ou marcas: *bubble, crinkle, crumble, dabble, dapple, freckle, mottle, pebble, pimple, riddle, ripple, rubble, ruffle, spangle, speckle, sprinkle, stubble, wrinkle* [bolha, ruga, migalha, respingar, marcar com pontos, sarda, matizar, seixo, espinha, perfurar, ondular, escombros, franzir, decorar com brilhos, salpicar, borrifar, barba crescendo, dobra]

A combinação de onomatopéia, simbolismo sonoro e fonestesia também deu origem à lista de palavras para o discurso vazio que mencionei no final do capítulo 1.

A fonestesia está viva na cabeça das crianças, que às vezes a usam em seus grandes vãos léxicos. O escritor Lloyd Brown me mostrou os seguintes exemplos, da filha Linda:

The water was drindling down the drain. [A água estava pinguejando ralo abaixo.]

A mouse scuttered along the baseboard. [Um rato correu fazendo barulho pelo rodapé.]

I was scrumbling with the boys. [Eu estava bagunceando com os meninos.]

I'm going to sloop up the gravy (with bread). [Eu vou barquear o molho (com o pão).]

Why is Grandma's face crimped? [Por que o rosto da vovó está encolhido?]

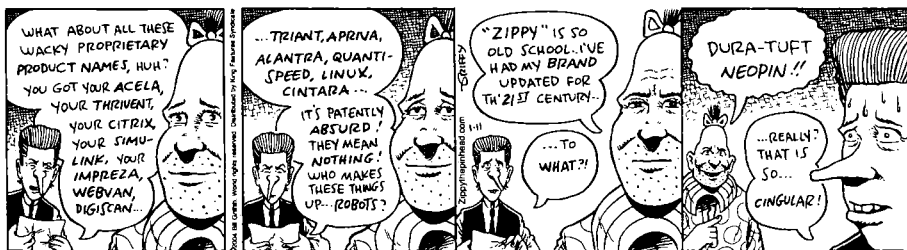
Why does the light bulb ringle when you shake it? [Por que a lâmpada barulha quando a gente chacoalha?]

E a fonestesia dá origem a um belo quebra-cabeça para a lingüística comparativa: por que é tão raro que as línguas tenham a mesma raiz para a palavra borboleta?²⁴ Na Europa Ocidental, por exemplo, encontramos *Schmetterling* em alemão, *vlinder* em holandês, *somerfugl* em dinamarquês, *papillon* em francês, *mariposa* em espanhol, *farfalla* em italiano e *borboleta* em português. O quebra-cabeça é que, com quase todos os outros tipos de palavra, essas línguas compartilham as raízes de modo bastante promíscuo. As palavras para gato, por exemplo, são *Katze*, *kat*, *kat*, *chat*, *gato*, *gatto* e *gato*. Uma pista pode ser o fato de que, embora a palavra exata para borboleta em muitas línguas seja exclusiva, ela freqüentemente contém um som duplicado, na maioria das vezes *b*, *p*, *l* ou *f*, como no hebraico *parpar*, no italiano *farfalla* e no papuásio *fe-fe-fe*. É como se as palavras tivessem que agir como o movimento das asas! Nem todos os nomes são fonestéticos; também encontramos alusões às propriedades da borboleta, reais ou míticas. Em inglês [*butterfly*] é uma mosca [*fly*] cor de manteiga [*butter*], ou que consome manteiga, ou cujas manchas parecem manteiga (a etimologia folclórica que identifica *butterfly* como uma confusão com *flutter-by* [voar sobre] é atraente, mas inverídica). Por que a relutância em compartilhar essas metáforas e alusões? Ninguém sabe, mas gosto da especulação do lingüista Haj Ross:

O conceito / imagem da borboleta tem um poder singular na mente coletiva das culturas do mundo, com seu início pouco promissor como lagarta e depois com seus retoques encantadores de simetria visual, associados ao fato de os saltos e ziguezagues do vôo da borboleta pela nossa consciência serem inesquecíveis. As borboletas são símbolos tão perfeitos da transformação que praticamente nenhuma cultura se contenta em aceitar a poesia de outra sobre criatura tão mítica. Cada língua encontra sua própria beleza verbal para celebrar o extraordinário destaque que tem a existência da borboleta.²⁵

Mais recentemente, e num caráter bem menos lírico, a fonestesia deve ter tido alguma participação em muitas das raízes do inglês que surgiram do nada nas últimas décadas, como *bling* [jóias], *bonkers* [maluco], *bungee* [cabo elástico], *cruffy* [mal construído], *dongle* [dispositivo de segurança de computador], *dweeb* [imbecil], *frob* [mexer em botões], *glitzy* [brilhante demais], *glom* [confiscar], *gonzo* [bizarro], *grunge*, *gunk* [catarro / muco], *humongous* [enorme], *kluge* [solução deselegante mas útil], *mosh* [dança agressiva], *nerd*, *scuzzy* [sujo], *skank*, *snarf* [afanar] e *wonk* [CDF].

As associações aproximadas da fonestesia, aplicadas a pedaços de som maiores, também são a fonte de uma tendência difícil de ignorar no nome de marcas:



Zippy — Bill Griffith. King Features Syndicate.

[— E todos aqueles nomes esquisitos de produtos, hein? Tem Acela, Thrivent, Citrix, Simulink, Impreza, Webvan, Digiscan...

... Triant, Apriva, Alantra, Quantispeed, Linux, Cintara... É um enorme absurdo! Não querem dizer nada! Quem inventa essas coisas? Robôs?

— “Zippy” é tão antiquado... Atualizei minha marca para o século XXI...

— ... Para o quê?

— Dura-Tuft Neopin!!

— ... É mesmo? Isso é tão... cingular!]

Antes, as empresas batizavam suas marcas com o nome de seus fundadores (Ford, Edison, Westinghouse), ou com uma expressão que transmitisse sua imensidão (General Motors, United Airlines, U. S. Steel), ou com uma composição que identificasse uma nova tecnologia (Microsoft, Instamatic, Polavision), ou com uma metáfora ou metonímia que conotassem uma característica que quisessem se atribuir (Impala, Newport, Princess, Trailblazer, Rebel). Mas hoje elas tentam transmitir sabe-se-lá-o-quê usando um grego fajuto e neologismos latinizados, construídos a partir de fragmentos de palavras que supostamente têm a conotação de certas qualidades, sem mostrar às pessoas do que se trata. A gente se solidariza com o espanto de Griffy, o alter ego do cartunista. *Acura* — Acurado? Agudo? O que isso tem a ver com um carro? *Verizon* — Um horizonte verídico? Será que significa que um bom serviço telefônico ficará para sempre à distância? *Viagra* — Virilidade? Vigor? Viável? Devemos achar que ele vai fazer os homens ejacularem como as cataratas do Niágara? O exemplo mais flagrante é a mudança do nome da Philip Morris para *Altria*, supostamente para mudar sua imagem de gente malvada que vende carcinógenos viciantes para um lugar ou um estado marcados pelo altruísmo e outros valores elevados.

Agora que já temos uma vaga idéia sobre de onde vêm os sons para as palavras novas, chegamos a um outro enigma: por que se considera que determinados significados precisam de um nome? De onde vem o impulso de nomear?

A razão mais óbvia está evidenciada no clichê: “A necessidade é a mãe da invenção”. Era de imaginar que as palavras novas se materializassem para preencher um vácuo lexical: um conceito que todo mundo quer expressar, mas para o qual ainda não existe *le mot juste*. Basta dar uma leve escutada no jargão de alguma especialidade — fotografia, skate, hip hop, qualquer campo acadêmico — para ver que os fornecedores do léxico logo se apresentam para suprir a demanda. Até usuários casuais de computador dominam um léxico que era desconhecido da maioria das pessoas uma geração atrás — *modem*, *reiniciar*, *RAM*, *upload*, *browser* e assim por diante. E, numa era que jura tratar homens e mulheres como iguais, o que fariamos sem o *ms*. [senhorita]?

Mas lembre-se de outro clichê: Se querer fosse poder, tudo seria fácil. Muitos vácuos da língua simplesmente se recusam a ser preenchidos. Passamos por dois deles no primeiro capítulo: um nome para a primeira década do século XXI e uma palavra para parceiros heterossexuais não-casados. Existem incontáveis outros buracos. Um pronome de gênero neutro em terceira pessoa para substituir *he* [ele] ou *she* [ela] — sessenta propostas já foram tentadas ao longo dos séculos (*na*, *shehe*, *thon*, *herm*), mas nenhuma conquistou espaço.²⁶ Um termo em inglês para filhos adultos, que substitua *children*. Um termo coletivo para *nieces* [sobrinhas] e *nephews* [sobrinhos]. Os sogros do filho ou filha (como no iídiche *machetunim*). Um fato que se aprende centenas de vezes mas que não entra na memória. O mal-educado ao seu lado no trem ou no saguão do aeroporto que berra o tempo todo no celular. Asnojentas bolotas de neve marrom que se acumulam atrás da roda do carro e caem no chão da garagem. A insônia de manhãzinha, quando sua bexiga está cheia demais para te deixar dormir de novo, só que você está cansado demais para levantar e ir ao banheiro.²⁷

O inglês tem tantos buracos desse tipo que surgiu um gênero de humor especialmente para preenchê-los. O comediante Rich Hall nos dá a palavra *sniglet* (um exemplo ela mesma) para uma palavra que deveria existir mas não existe.²⁸ Aqui estão alguns exemplos:

elbonics [“cotovelônica”] s. A ação de duas pessoas manobrando para usar o mesmo braço da poltrona no cinema.

peppier [“pimentier”] s. O garçom de restaurantes chiques cujo único propósito parece ser circular perguntando aos clientes se eles querem pimenta moída na hora.

furbling [“filear”] v. Ter de percorrer um labirinto de cordas num aeroporto ou num banco mesmo quando você é a única pessoa da fila.

phonesia [“fonesia”] s. O transtorno de ligar para um número de telefone e esquecer para quem você estava ligando bem na hora em que atendem.

Mas os sniglets não foram os primeiros sniglets; antes deles tivemos os *liffs*. Em 1983, o escritor Douglas Adams (mais conhecido por *O guia do mochileiro das galáxias*) e o produtor de televisão John Lloyd publicaram *The meaning of liff* [O sentido de liff], com base na seguinte observação:

Na vida [life] (e na verdade em Liff [uma cidade da Escócia]), há centenas e centenas de experiências, sensações, situações e até objetos comuns, que todos conhecemos e reconhecemos, mas para os quais não existe uma palavra. Por outro lado, o mundo está cheio de milhares de palavras sobressalentes que passam a vida sem fazer nada a não ser vagabundear por aí em placas indicando lugares.

Adams e Lloyd resolveram rotular experiências que não têm nome com nomes de lugares aonde ninguém nunca precisa ir.²⁹ Por exemplo:

sconser s. Pessoa que fica olhando em volta enquanto fala com você para ver se não tem ninguém mais interessante por ali.

lamlash s. A pastinha nos criados-mudos dos hotéis, cheia de informações de uma chatice impressionante.

shoeburyness s. A vaga sensação de desconforto que se tem ao se sentar num lugar ainda quente do bumbum de outra pessoa.

hextable s. O disco que você encontra na coleção de alguém que instantaneamente lhe mostra que você nunca poderá sair com ela.

A sabe-tudo da língua Barbara Wallraff inverteu a fórmula em *Word fugitives*, uma história da cunhagem de palavras por diversão e uma coletânea de suas pró-

prias colunas com esse nome na *The Atlantic Monthly*, em que um leitor sugere um buraco léxico e outros tentam preenchê-lo:³⁰

Dizer alguma coisa ao seu filho e perceber que você falou igualzinho a um dos seus pais: déjà vieux, mamamorphosis, mnemonic, patterfamilias, vox pop, negativism, parentriloquism.

O momento delicado em que você precisa apresentar duas pessoas, mas não consegue lembrar o nome de uma delas: whomnesia, persona non data, nomenclutchure, networking, mumbleduction, introducing.

Encontrar a resposta perfeita três horas depois da discussão: hindser, stairwit, retro-tort, afterism.

A confusão momentânea sentida por todo mundo em um lugar quando um celular toca e ninguém tem certeza se é o seu: conphonesion, phonundrum, ringchronicity, ringxiety, fauxcellarm, pandephonium.

A coluna Style Invitational do *Washington Post* pede às vezes aos leitores para preencher um buraco no léxico mudando uma única letra de uma palavra já existente:

sarchasm s. O abismo entre o autor de uma tirada sarcástica e a pessoa que não a entende.

hipatitis s. Modernidade aguda.

Dopeler effect s. A tendência das idéias idiotas de parecer mais inteligentes quando lhe vêm à mente de repente.

Beelzebug s. O diabo na forma de um mosquito que entra no seu quarto às três da madrugada e que não sai de jeito nenhum.

E há também a lista que costuma circular por e-mail das “novas palavras para acrescentar ao seu vocabulário judaico”:

yidentify v. Ser capaz de determinar as origens étnicas de celebridades mesmo que os sobrenomes delas sejam St. John, Curtis, Davis ou Taylor.

mishpochamarks s. A variedade de manchas de batom e de maquiagem observadas no rosto e no colarinho da pessoa depois de beijar todas as tias e primas numa recepção.

santa-shmanta s. A explicação que as crianças judias recebem sobre por que comemoram o Chanucá enquanto o resto dos vizinhos comemora o Natal.

meinstein s. Meu filho, o gênio.

Apesar da coceira que amenizam, a maioria das palavras cunhadas por diversão não viram membros permanentes da língua. Nem a maior parte das “Palavras do Ano”, como *deshopping* ou *preheritance*. Mencionei no capítulo 1 que a Sociedade Americana de Dialeto designa todo ano as palavras novas mais notáveis, mais úteis ou com mais chances de ser bem-sucedidas.³¹ Uma verificação das escolhas dos anos 1990 mostra que os especialistas da sociedade são quase tão precisos quanto os charlatões da imprensa popular. Algumas das palavras eram farpas políticas que morreram junto com a carreira de seus alvos, como *to newt* e *to gingrich*.^{*} Outras dependiam de uma gracinha superficial que descascou quando o fato inspirador se esvaneceu da memória, como *-razzi* (um perseguidor agressivo, de 1997, o ano em que a princesa Diana morreu quando fugia de paparazzi) e *drive-by* (precipitado, de 1996, o ano em que Bill Clinton fez campanha contra *drive-by deliveries* [partos-relâmpago] nas maternidades, um jogo de palavras com *drive-by shootings* [ataques a tiros de dentro de um carro]). E algumas consistiam em apostas com o nome errado para uma inovação: *notebook PC* (nas conversas eles continuam sendo chamados de *laptops*), *s-mail* (ofuscado por sua fonte, *snail mail* [correio tradicional]), *W3* (que é a internet — World Wide Web), *information superhighway* [superestrada da informação] (Al Gore demais) e *Infobahn* (eca!).

O destino das palavras novas é um mistério. Preencher um vácuo no léxico não é garantia de sucesso; assim como não são outras duas características que poderiam ser tomadas como pontos fortes, a brevidade e a transparência. Demora mais para dizer WWW do que o que ela abrevia, *World Wide Web* [rede mundial de computadores], e, apesar do número de vezes que acabamos pronunciando essas nove sílabas, elas vêm resistindo a substitutos mais curtos como *triple-dub*, *wuh-wuh-wuh* e *sextuple-u*.³²

Quanto à transparência, os verbos *boot up* [dar um boot] e *reboot* [dar um reboot] ganham terreno contra os claríssimos *start up* [iniciar] e *restart* [reiniciar] (os termos usados nos menus dos sistemas operacionais), apesar do fato de a maio-

^{*} Referência ao deputado republicano Newt Gingrich, que foi presidente da Câmara dos Deputados e encabeçou a oposição ao então presidente Bill Clinton. (N. T.)

ria das pessoas não fazer idéia de a que *boot* aluda. Não tem nada a ver com dar um bom chute no seu computador, mas é uma alusão ao modo como os computadores eram iniciados no Mesozóico da computação, quando eu fazia minha pesquisa de doutorado. Os minicomputadores daquela época eram tábulas rasas, incapazes até de ler uma fita ou um disco em seu sistema operacional. Era preciso alimentá-los de colherinha byte por byte, mexendo numa fileira de botões no painel frontal, um para cada bit no byte, que representavam os 1s e 0s que compunham a instrução do programa ou o dado. Como isso era chato demais, mesmo para um pós-graduando, a gente acionava um programa bem curtinho que dava ao computador só o suficiente para ler uns poucos bytes numa fita de papel perfurada. Aqueles bytes formavam um programa um pouquinho maior, que dizia ao computador como carregar o resto da fita, que continha o sistema operacional do computador. O programinha do começo da fita era chamado de “bootstrap loader” [“carregador-cadarço”], porque sua magia de autocarregamento tinha lembrado a alguém a expressão “lift yourself up by your bootstraps” [usar os próprios cadarços para se pôr de pé]. O procedimento todo era chamado de *booting up* o computador. Pode soar como Fornication Under the Consent of the King (Fornicação com o consentimento do rei], mas eu estava lá e juro que foi assim que a palavra pegou.

Alan Metcalfe, ex-presidente da Sociedade Americana de Dialetos e autor de *Predicting new words*, tentou identificar por que algumas palavras se dão bem e outras fracassam. Ele resume suas hipóteses na sigla FUDGE: frequência, descrição, diversidade de usuários e de situações, geração de outras formas e significados, durabilidade do conceito [Frequency, Unobtrusiveness, Diversity, Generation, Endurance]. É um bom começo, mas cria mais perguntas que respostas. Todas as palavras se originam de um único cunhador, portanto todas começam a vida com uma Frequência e Diversidade de grandeza 1. O fato de que algumas palavras conseguem aumentar sua frequência e a diversidade de usuários é o fenômeno que estamos tentando explicar, e não a causa prévia capaz de explicá-lo. A mesma circularidade ameaça a Geração de novas formas (polissemia), como na disseminação de *blockbuster* [arrasa-quarteirão] de bomba potente para algo que alcança sucesso comercial. As palavras frequentes são mais polissêmicas (capítulo 3), por isso é possível que o sucesso da palavra faça com que ela seja uma melhor geradora de novos significados, em vez de o poder gerador de uma palavra fazer com que ela seja mais bem-sucedida. A durabilidade do conceito também não é um bom meio de prever a sobrevivência de uma palavra. Embora tenhamos menos oportuni-

dades hoje em dia de falar em *cabooses* [último vagão de trem/ cozinha de navio], *flappers* [mata-moscas], *zoot suits* [terno típico dos anos 1940] e da Guerra Fria (exemplos de Metcalfe), quando temos de falar sobre essas coisas as palavras estão lá para ser usadas.

Com isso sobra a discrição, numa reprimenda aos cunhadores de palavras por diversão e aos registradores de palavras do ano, mostrando que a maioria das cunhagens que chamam a atenção para si próprias acaba na lata de lixo da história, enquanto as verdadeiras vencedoras se infiltram furtivamente na língua. Com certeza a maioria dos sniglets, liffs e fugitivos-palavras são espertinhos demais, destinados mais a divertir que a durar. O mesmo acontece com a maioria das cunhagens atuais de jornalistas sagazes, que saltam aos olhos dos organizadores das listas das melhores do ano, como *Brown-out*, a péssima organização do socorro pós-emergência pelo diretor da FEMA (Administração Federal de Emergências dos Estados Unidos) depois do furacão Katrina, e *flee-ancée*, uma noiva que foge [*flee*] do próprio casamento como Jennifer Wilbanks, que teve uma fama instantânea em 2005. O humorista Gelett Burgess (1866-1951) teve melhor sorte com *blurb* [publicidade curta] e *bromide* [clichê] em 1907, mas não com *alibosh* (mentira flagrante), *quisty* (útil mas nada bonito), *cowcat* (pessoa que não faz nada mas ocupa espaço) ou *skyscrimble* (desviar do assunto).

Mesmo quando o cunhador faz todo o esforço do mundo para disseminar uma nova palavra que preencha um buraco lexical, a gentinha ingrata costuma ignorá-lo. No ano 2000, o artista conceitual Miltos Manetos notou que o inglês não possui uma palavra para a estética de alta tecnologia no design de produtos, como em *O novo iPod Nano é realmente X*, e uma palavra para o gênero de mídia artística de motivação tecnológica como a videoarte, a computação gráfica e a animação digital, como em *Nossa galeria expõe novos artistas que trabalham com X*. Manetos sugeriu que uma única palavra, usada tanto como adjetivo quanto como substantivo, preenchesse os dois buracos. No espírito do movimento que estava batizando, contratou a Lexicon Branding (a empresa que inventou *Pentium*, *Celeron*, *Zima*, *Vibrance*, *Optima* e *Alero*) para criar candidatos, com seu algoritmo por computador e sua equipe de lingüistas. Da lista que eles forneceram, Manetos escolheu *neen*, que significa “agora” em grego antigo. Ele apresentou a palavra num evento lotado numa importante galeria de arte de Nova York, com a presença de jornalistas, críticos e um grupo de analistas, entre eles eu. Previ que a palavra não ia pegar porque não tinha a fonestesia certa, lembrando demais as palavras com *sn-* e com

provoações infantis como *nyah-nyah* e *neener-neener* [nananananã-nã]. Eu estava certo (tente dar um google em *neen*), mas foi uma previsão fácil, porque a maioria das cunhagens aparecidas demais fracassa, apesar de todo o empenho.

Mas não dá nem mesmo para prever que uma cunhagem vá fracassar por ser engraçadinha ou afetada. A língua recebeu recentemente, de braços abertos, *pod-cast*, “programa de rádio baixado para um reproduutor digital de música”, uma brincadeira com *iPod* e *broadcast* [transmissão], e *blog*, “web log” [diário na internet], que se aproveita do amorfismo de *blob* [massa/gota] e *bog* [pântano] e que corta preguiçosamente a palavra, à moda das gírias universitárias dos anos 1970 como *shroom* (mushroom [cogumelo]), *strawb* (strawberry [morango]), *burb* (suburb [subúrbio]) e *rents* (parents [pais]). Os canadenses chamam suas moedas de um dólar de *loonies*, uma alusão irreverente à ave *loon* [mobelha] de seu verso, e, quando a moeda de dois dólares foi criada, imediatamente ficou conhecida como *toonie*. As décadas passadas nos deram *yuppie* (Young Urban Professional [profissional jovem e urbano], um jogo com *hippie*, *yippie* [hippie pacifista] e *preppy* [aluno de colégio preparatório]), *couch potato* [batata de sofá/sedentário], *palimony* [pensão paga por ex-companheiro não-casado], *qwerty* (inércia tecnológica, das teclas na fileira de cima da máquina de escrever), e é claro a mais boba de todas, *spam*. E não é um fenômeno novo. *Soap opera* [novela] é dos anos 1930, *hot dog* dos anos 1890 (de uma brincadeira num campus universitário sobre seu suposto ingrediente) e *gerrymander* [manipular a divisão de colégios eleitorais] de 1812. O verbo *razz* [zombar] e o substantivo *raspberry* (o barulho que se faz soprando com a língua para fora) não são onomatopaicos. São resultado da gíria rimada cockney, em que uma palavra é substituída por uma expressão que rima com ela, e a parte rimada é abandonada, como em *loaf* para “head” [cabeça] (*head* → *loaf of bread* [pão de forma] → *loaf*) ou *apples* [maçãs] para “stairs” [escada] (*stairs* → *apples and pears* [maçãs e peras] → *apples*). Pela mesma lógica, dá para descobrir a inspiração para *raspberry* quando lhe contam que foi uma abreviação de *raspberry tart* [torta de framboesa].

Apesar do sucesso ocasional de uma cunhagem divertida, Metcalfe está no lugar certo quando coloca a discrição como uma das exigências normais para a admissão de uma nova palavra na língua. Não se trata, no entanto, da ordinariade em si, mas uma capacidade de satisfazer as exigências cognitivas do caráter das palavras. Nem tudo que passa por nossa cabeça tem a coerência e a estabilidade certa para figurar como o significado de uma palavra.³³ Para que um conceito seja nomeável, ele normalmente tem de se referir a uma categoria ordenada de coisas,

ou a um fato que se desenrole de modo padronizado todas as vezes. Além disso, tirando os substantivos próprios, o conceito nomeável tem de ser genérico, e não específico. Por exemplo, um substantivo comum novo como *latte-drinker* se refere ao tipo de pessoa que costuma tomar *lattes* [café expresso com leite] (um sofisticado jovem urbano, por exemplo), não a uma pessoa que por acaso está tomando um *latte* naquele momento. Ele pode, portanto, ser usado sem contradição numa frase como *Craig is a latte-drinker in every sense except that he doesn't actually drink lattes* [Craig é um tomador de latte em todos os sentidos, exceto pelo fato de que na verdade não toma latte]. (Sob esse aspecto ele difere da *expressão* correspondente; não dá para dizer *Craig drinks lattes in every sense except that he doesn't actually drink lattes* [Craig toma lattes em todos os sentidos, exceto pelo fato de que na verdade não toma latte].) As palavras tendem a ficar reservadas para entidades completas (“coelho”, e não “partes não-separadas de coelho”), para características estáveis (“verde”, não “verde até 2020 e azul depois”), para categorias naturais, para acontecimentos concluídos por uma única mudança de estado ou um único objetivo, para coisas criadas pelo homem e que tenham uma função, e para ações que tenham causa, efeito, meios ou modo evidentes. E palavras são dadas aos protagonistas que atuam nos acontecimentos sobre os quais falamos, não às nossas próprias declarações. Uma frase pode ser verdadeira ou falsa, mas uma palavra, não.

Sob essa luz, neologismos interessantes tendem a fracassar exatamente por *serem* interessantes — não porque sua construção seja inteligente, mas porque o cunhador na verdade está *fazendo um comentário* sobre alguma coisa em vez de *nomeá-la*. Pegue as palavras de uma típica lista de fim de ano, como *egosurfing* (dando um google em você mesmo), *celanthropist* (celebridade filantropa), *info-mania* (checar obsessivamente se chegou e-mail ou mensagem de texto), *security mom* (eleitor preocupado com o terrorismo), *ubersexual* (homem heterossexual que é sensível e sociável sem deixar de ser másculo) e *greenwashing* (ação de relações públicas para fazer uma empresa parecer preocupada com o meio ambiente). Essas palavras na realidade são notícias sobre tendências sociais; dá quase para sentir o compilador cutucando a gente, como se dissesse: “Olha só como nossa vida está sendo revolucionada pela internet!” — ou pela mudança no papel dos sexos, ou pela tecnologia, ou pelo terrorismo, ou pela conscientização com o meio ambiente.

O que os sniglets e seus parentes estão dizendo, por sua vez, é: “Você não detesta quando...?”, “Não é ridículo que...?” ou “Você já percebeu que...?”. De fato,

quando embrulham esses resumos numa única palavra, os cunhadores estão fazendo comentários sobre seus comentários. Estão dizendo: “Esse fenômeno é tão comum e reconhecível que devia existir uma palavra só para ele!”. Acho que é essa exploração da psicologia das palavras, tanto quanto os trocadilhos, que dá aos sniglets sua graça. Mas também é o que faz deles palavras ruins. Você pode até se sentir estúpido quando *furble* por um banco ou tem uma crise de *shoeburyness* num ônibus, mas não há muitas ocasiões para falar sobre esses acontecimentos se não para comentar quão estúpido você se sente. E o grande número de sniglets dedicados a erros e tolices (como *purpitation*, “tirar uma coisa da prateleira do supermercado, resolver que não quer levar e então colocá-la em outra seção”) pode ser reconfortante para os outros incompetentes, mas dificilmente é o tipo de acontecimento demarcado por um objetivo que dá um bom significado de verbo.

Mas, mesmo com todo esse conhecimento — as ferramentas para a formação de palavra, os buracos léxicos, o panorama fonestético e as exigências conceituais para o status de palavra —, ainda não somos capazes de prever se uma palavra vai criar raízes. O resto do mistério nos levará a um novo modo de pensar a cultura e a sociedade — mas antes devemos retornar ao mistério Steve.

PROJETO STEVE REVISITADO

A ascensão e queda de Steve e outros nomes nos mostra que há algo mais que um som agradável e um conceito nomeável na aceitação das palavras. Dar um nome a uma criança deve ser o exemplo mais direto imaginável de acrescentar uma palavra nova à língua. Os pais têm liberdade para escolher o som, e a comunidade, na prática, tem de respeitar sua opção. No entanto, dar nome a um bebê implica forças enigmáticas que determinam a disseminação de uma palavra, e talvez possa iluminar a explicação sobre por que as palavras fracassam ou obtêm sucesso.³⁴

Sob certo sentido, dar nome a uma criança é diferente de cunhar outras palavras. Não encontramos por aí um sniglet humano — uma pobre criança que nunca tenha recebido um nome dos pais —, nem podemos rejeitar a escolha dos pais, tirando com um apelido ocasional que pegue. E, na maior parte das vezes, os pais usam um universo compartilhado de sons para dar nome a seus recém-nascidos, em vez de cunhar um novinho em folha para a ocasião. Mas, como dar nome a uma criança é nosso ato mais puro e mais democrático de nomeação, e como existem

dados precisos e abundantes sobre os nomes de bebês (o serviço social norte-americano mantém um banco de dados com todos os prenomes americanos desde os anos 1880), eles são uma mina de informações preciosas sobre como as palavras se disseminam.³⁵

Não é preciso ser nenhum Steve para perceber que os nomes passam por ciclos de sucesso e esquecimento. Só com o prenome da pessoa, a maioria dos observadores é capaz de adivinhar sua idade aproximada com uma precisão que supera em muito a mera sorte.³⁶ Uma *Edna*, *Ethel* ou *Bertha* é uma senhora idosa; uma *Susan*, *Nancy* ou *Debra* é uma integrante do *baby boom* entrando na terceira idade; uma *Jennifer*, *Amanda* ou *Heather* tem trinta e poucos anos; e uma *Isabella*, *Madison* ou *Olivia* é criança. Os nomes das meninas mudam bem mais rápido que os dos meninos: *Robert*, *David*, *Michael*, *William*, *John* e *James* nunca vão embora. Mas, mesmo nos homens, você vai se dar melhor que lançando dardos se tentar adivinhar a idade de um *Ethan*, um *Clarence*, um *Jason* e é claro de um *Steve*. Os nomes não têm invariavelmente ciclos de moda — em muitas sociedades os bebês têm de ser batizados em homenagem a santos ou ancestrais, e muitos pais continuam a destinar ao nome dos filhos o pesado fardo de carregar a linhagem da família se comparados às filhas —, mas sempre há alguma rotatividade, e seu ritmo disparou nos países ocidentais no século xx.³⁷

Assim como minha mãe e meu pai, a maioria dos pais não se lembra de ter conhecido nenhum bebê com o nome que acabaram dando ao seu. Normalmente dizem que estavam pensando num parente querido ou num personagem favorito, ou que simplesmente gostavam do som. Mas, quando chegam à escolinha e chamam seu Tyler ou Zoë, se assustam de ouvir três vizinhas responderem. Sua escolha tão pensada, no final, foi também a escolha tão pensada de outros pais. Leibniz escreveu que, quando dois relógios mostram a mesma hora, há três explicações. Eles podem estar sincronizados por uma barra ou um fio que os ligue. Eles podem ser ajustados o tempo todo por um relojoeiro habilidoso que os mantenha em sincronia. Ou os dois relógios andam a um ritmo tão parecido que simplesmente se mantêm sincronizados por conta própria. Se os pais não combinam sua escolha de nome copiando diretamente o outro, o que pensar sobre as outras duas alternativas: uma influência externa e uma semelhança de gosto que se desenvolva de forma independente entre si?

Podemos desprezar de cara o tipo de influência que costuma ser apresentada para outros tipos de gosto e moda. O sociólogo Stanley Lieberman resolveu escre-

ver seu livro *A matter of taste* [Uma questão de gosto] quando ele e a mulher deram o nome Rebecca à filha e ficaram surpresos ao descobrir que tantos contemporâneos seus haviam tido a mesma idéia. Ele sabia que não conseguiria explicar a tendência recorrendo aos suspeitos de sempre:

Não houve nenhuma campanha publicitária patrocinada pela ANR — Associação Nacional de Rebeccas —, quanto menos algum esforço para depreciar quem preferisse um concorrente. A ascensão de *Rebecca* e o declínio de outro nome não foram a mesma coisa que a intensa competição entre a Pepsi e a Coca-Cola. E nem o Wal-Mart nem a Neiman Marcus promoveram o nome numa nova coleção de moda de nomes de recém-nascidas. E não havia desconto especial para quem desse à filha o nome *Rebecca*.³⁸

Existem outras influências externas possíveis. A teoria folclórica mais famosa sobre as modas nos nomes de bebê é a que diz que os pais são influenciados por heróis, líderes, atores ou personagens vividos pelos atores. Hillary Clinton dizia que seus pais deram o nome dela por causa do primeiro homem a escalar o monte Everest. Mas ela nasceu em 1947, quando Edmund Hillary era um apicultor neozelandês obscuro; ele só escalou a montanha em 1953, quando ela tinha seis anos. Lieberman analisou a correlação entre a ascensão e a queda de nomes de bebês e o aparecimento e desaparecimento de pessoas famosas, reais e fictícias, aos olhos do público. Em quase todos os casos ele notou um pequeno destaque no nome *antes* de a celebridade aparecer em cena. Muitas vezes o nome famoso acaba levando o nome a novos níveis — Lieberman chama isso de “seguir a curva” —, mas é raro ele ser o deflagrador inicial da moda.

Marylin, por exemplo, era um nome bastante popular nos anos 1950, e muita gente apontaria para uma explicação óbvia: a fama de Marilyn Monroe. Infelizmente para a teoria, o nome tinha começado a crescer décadas antes e já era popular quando Norma Jeane Baker o adotou como nome artístico em 1946. Na verdade, a popularidade de *Marylin* chegou a cair depois da fama de Monroe. Aqui as pessoas acham que ela deve ter causado a queda: os pais não iam querer batizar suas filhinhas com o nome de um símbolo sexual bem na época do pudor suburbano dos anos 1950 ou do feminismo nascente dos anos 1960. Errado de novo — o nome tinha chegado ao ápice na década de 1930 e já estava em declínio quando Marilyn Monroe surgiu em cena.

Em alguns casos, uma celebridade real ou fictícia realmente espalha um nome. *Darren* era desconhecido na Inglaterra até os britânicos serem apresentados ao marido de uma bruxa que tinha esse nome na série de TV *A Feiticeira*, dos anos 1960. E *Madison*, atualmente o terceiro nome mais popular para recém-nascidas, nem existia como prenome de menina até uma sereia representada por Daryl Hannah no filme *Splash* — *Uma sereia em minha vida* sair do East River, ler o nome numa placa de rua e tomá-lo como seu.³⁹ Lieberman também detectou alguns movimentos que podem ser atribuídos a nomes famosos. Nos anos 1930, *Herbert* caiu e *Franklin* subiu, e desde então *Adolf* desapareceu, por motivos óbvios. Mas em geral a contaminação por nomes de famosos é uma ilusão cognitiva. As pessoas lembram um caso ou dois em que um nome ficou famoso por causa de uma celebridade e o mesmo nome foi dado a muitos bebês, e concluem que o primeiro fenômeno causou o segundo. Mas é claro que elas não têm como dividir os nomes ano por ano na cabeça para garantir que a cronologia esteja certa, nem falar dos contra-exemplos, como os milhões de bebês que podiam ter sido chamados (mas não foram) de *Humphrey*, *Bing*, *Cary*, *Hedy*, *Greta*, *Elvis*, *Ringo*, e assim por diante. Também não é fácil para as pessoas distinguir causa de efeito. Os roteiristas têm de dar aos seus personagens nomes plausíveis, e os aspirantes a ator em busca de nomes artísticos têm de escolher nomes atraentes. Faz sentido que eles sejam influenciados pelas mesmas forças que afetam os pais prestes a ter um bebê na mesma época.

E as tendências sociais mais amplas, como mudanças no sentimento de nacionalismo, religião ou no papel dos sexos? De novo, não é o que você pensa. Nas últimas décadas houve o ressurgimento de nomes bíblicos, como *Jacob*, *Joshua*, *Rachel* e *Sarah*. A primeira hipótese de todo mundo é que isso reflete o ressurgimento da religião na vida norte-americana. Mas Lieberman mostra que durante esse período a moda de nomes bíblicos e a tendência à observação religiosa seguem em direções opostas, e também que as pessoas que dão nomes bíblicos aos filhos não são mais religiosas que aquelas que não dão. O feminismo pode parecer uma motivação mais promissora, mas mesmo aqui os efeitos são discutíveis. Alguns nomes de menina inspirados em flores, por exemplo, decaíram desde os anos 1970 (*Rose*, *Violet*, *Daisy*), mas outros ganharam popularidade (*Lily*, *Jasmine*).⁴⁰ Também dá para escolher a moda que se quiser quando se observa a popularidade dos nomes de menina que são diminutivos de nomes de menino: alguns caem, como *Roberta*, *Paula* e *Freda*, enquanto outros crescem, como *Erica*, *Michaela*, *Brianna* e, claro, *Stephanie*.⁴¹

A razão para a distância entre as hipóteses mais pensadas e os fatos é que a

maioria das pessoas tem uma teoria equivocada sobre as mudanças culturais. Elas acham que as mudanças são efeitos previsíveis de causas externas: governos, anunciantes, celebridades, a economia, guerras, carros, tecnologia, e assim por diante. Também acham que as mudanças culturais *significam* alguma coisa — que dá para dar uma explicação propositada sobre por que uma sociedade faz alguma coisa, do mesmo jeito que se pode dar uma explicação propositada sobre por que uma pessoa faz alguma coisa.⁴²

O escritor Edward Tenner documentou um exemplo dessa falácia.⁴³ Até a década de 1960 a maior parte dos homens usava chapéu em público; hoje praticamente ninguém usa. O que aconteceu? Não são poucas as explicações. John F. Kennedy inaugurou a tendência ao ir sem chapéu a sua cerimônia de posse. As pessoas se mudaram para os subúrbios e passaram a ficar muito tempo dentro do carro, portanto não tinham tanto frio na cabeça, e além disso é esquisito ficar entrando e saindo do carro de chapéu. Os homens deixaram o cabelo crescer como forma de auto-expressão e não queriam escondê-lo, ou, pior, sofrer do desagradável mal do cabelo achatado. Cresceu a ênfase no natural, e os chapéus representavam a incompletude da natureza. Os chapéus estavam associados ao establishment político, e a geração mais jovem se rebelou contra ele. A cultura começou a idolatrar a juventude, e os chapéus eram associados a homens mais velhos.

Esse tipo de sociologia enlatada pode ser visto em qualquer artigo de jornal sobre uma nova tendência social. Mas todas as explicações estão erradas. Se você mensurar a popularidade dos chapéus para os homens ao longo das décadas, descobrirá que ela vinha declinando de forma constante desde os anos 1920 (a década de 1960 só assistiu ao golpe de misericórdia, quando usar chapéu passou a ficar abaixo de um limite crítico). E esse declínio foi um perfeito paralelo com a decadência dos chapéus *femininos* e das *luvas* das mulheres no mesmo período.⁴⁴ Nem uma única das explicações sociológicas pop, que se referem a chapéus, homens, as décadas de 1950 ou 1960, é compatível com essa cronologia. *Havia* alguma coisa acontecendo naquela época — um declínio na formalidade em todas as esferas da vida, incluindo o modo de vestir, a aparência pessoal, o comportamento público e os modos de tratamento (como no uso do prenome em vez de *mr.* ou *mrs. Fulano.*) É difícil imaginar qualquer explicação externa ou proposital para essa tendência (guerra, política, economia, tecnologia) que fosse capaz de manter a mesma direção constante dos anos 1920 até a primeira década do século XXI e daí em diante. A mesma conclusão aparece em estudos quantitativos sobre a moda feminina. Ao

contrário do que acreditam as pessoas, o comprimento das saias não tem relação com o mercado de ações, com a escassez de tecido, com campanhas publicitárias conceituais nem nada disso, embora ele apresente leves altos e baixos ao longo das décadas.⁴⁵

Lieberson argumenta que temos que repensar o modo como pensamos as mudanças culturais. “Tendência” é a abreviação do efeito conjunto da tomada de decisões pessoais de milhões de homens e mulheres, que prevêem as decisões tomadas por outras pessoas e reagem a elas. Isso cria uma dinâmica *interna* de mudança — o uso de chapéu num ano afeta o uso de chapéu no ano seguinte — e tendências que têm uma lógica só sua, e não se encaixam em nenhuma narrativa-zinha sobre as escolhas da sociedade como um todo.

Muitas modas — o comprimento das saias, a largura das lapelas, rabos-de-peixe, barba e, claro, nomes — passam por ondas pouco perceptíveis de crescimento e queda, em vez de saltos abruptos de um nível para outro ou do caos cheio de picos do mercado de ações. Fica-se tentado a invocar uma metáfora da física como o momentum ou o pêndulo, mas ainda assim precisaríamos de uma explicação para o porquê de a metáfora ser adequada. O economista Thorstein Veblen e o crítico de arte Quentin Bell observaram que os ciclos da moda podem ser explicados pela psicologia do status.⁴⁶ A elite quer se diferenciar da ralé e para isso usa seus acessórios mais visíveis, mas aí o pessoal da próxima camada social tenta imitá-los, e a mesma coisa com a camada abaixo dela, até que o estilo tenha descido até as massas. Quando isso acontece, a elite adota um novo visual, que faz a burguesia imitá-la, e a classe média baixa, e assim por diante, num interminável sobe-e-desce da moda. (Faz lembrar a analogia de Dawkins sobre o aquecedor e o ar-condicionado para a evolução de outro tipo de símbolo de status, a cauda do pássaro cardeal.) A hierarquia social costuma ser identificada pela riqueza e pela classe, mas também pode ser identificada por outros marcadores de prestígio — honra, modernidade, sofisticação —, dentro de grupinhos exclusivos.

Lieberson acrescenta que a vanguarda da moda continua seguindo adiante enquanto pode, porque qualquer retrocesso invalida o objetivo de ser diferente do resto. Daí o momentum metafórico. Mas há limites práticos — saias não podem encolher até virar cintas-liga, nem podem encompridar até ter seis metros —, e a elite é forçada a virar o estilo para alguma outra direção. Daí o pêndulo metafórico. É uma explicação que parece servir para tudo, portanto não explica nada, mas Lieberman ressalta que, sempre que a moda muda de direção, os criadores de ten-

dência introduzem *outra* mudança ao mesmo tempo, para que as saias, barbas ou pára-lamas não sejam confundidos com o modelo da década anterior.

E, com isso, voltamos aos nomes. Os nomes não crescem nem diminuem dentro de uma mesma dimensão como as lapelas, mas têm várias características variantes: seu som inicial e final, sua etimologia (hebraico, latim, grego, celta, anglo-saxão), seu sentido literal (flores, jóias, armas, meses), suas associações com famosos.⁴⁷ O universo de nomes é enorme, e pode ser complementado pela ficção (*Miranda* vem de *A tempestade*, *Wendy* de *Peter Pan*), pela promoção de sobrenomes a nomes do meio e depois a prenomes (como *Morgan* e *McKenzie*), pelo empréstimo de outras línguas (*Siobhan*, *Natalia*, *Diego*) e pelo acréscimo de prefixos e sufixos como *-a*, *-ene*, *-elle* ou, entre os afro-americanos dos Estados Unidos, *La-*, *Sha-* e *-eesha* (*Latonya*, *Latoya*, *Lakeesha*, e assim por diante). Classes sociais e grupos étnicos diferentes bebem de universos diferentes, o que não é de surpreender.

A maioria dos pais quer dar aos filhos um nome que seja de certa forma original para não ser igual ao de todas as crianças que eles conhecerem, como mostra bem o conselho de Sam Goldwyn a um funcionário: “Não dê ao seu filho o nome William. Todo Tom, Dick e Harry é William”. Por outro lado, não querem dar ao filho o fardo de um nome *tão* diferente que a criança fique marcada como pertencente a uma família de esquisitos ou desajustados. Em um extremo vemos celebridades como Rachel Griffiths, que deu ao filho o nome Banjo, o mágico Penn Jillete, que chamou a filha de Moxie Crime-Fighter [Coragem que Combate o Crime], e o astro do rock Bob Geldof, que deu às filhas os nomes de Little Pixie [Fadinha], Fifi Trixibelle e Peaches Honeyblossom [Pêssegos Flor-de-Mel]. No outro temos o pugilista George Foreman, que deu aos cinco filhos o nome George. A maioria dos pais fica em algum ponto entre os dois extremos. O problema de todo mundo querer ser um pouco original é que se corre o risco de ser um pouco originais todos do mesmo jeito. Por isso as escolas lotadas de Susan e Steve nos anos 1960 e de Chlöe e Dylan hoje em dia. Mas aí a próxima geração de pais vai reagir ao hiper-stevismo e ao hiperdylanismo procurando alguma coisa nova, dando novas direções às curvas. A dinâmica faz lembrar aquela crítica de restaurante feita por Yogi Berra: “Ninguém mais vai lá. É lotado demais”. Pessoas especializadas em aconselhar os pais no ato de dar nome aos filhos, como Pamela Satran, tentam mostrar a eles categorias de nomes no horizonte que não sejam nem comuns demais nem estranhos demais — talvez sobrenomes de heróis, como *Monet* ou *Koufax*, ou palavras para cores, como *Taupe* ou *Cerulean*.⁴⁸ (Yogi, alguém?)

Uma força poderosa na busca por nomes moderadamente originais é a fonestesia. Um nome popular espalha sua atração sobre os nomes já existentes, ou dá origem a novos nomes, com o mesmo som inicial, a mesma sílaba ou mesma terminação. No século xx, *Jane* criou *Janice*, *Janet*, *Jan* e *Janelle*, cada um com diversas grafias. *Carol* deu *Carolyn*, *Karen*, *Carrie*, *Cara* e *Carina*. Mais recentemente, *Jennifer* deu impulso a *Jessica* e *Jenna* numa ponta da palavra e a *Heather* e *Amber* na outra. Liebersson observa que muitos nomes populares atribuídos à influência de celebridades (*Janet Gaynor*, *Jessica Lange*) na verdade só seguiam a mesma onda da popularidade de um *som*. A fonestética pode, portanto, ajudar a explicar por que apenas alguns nomes de celebridades caem em terreno fértil. *Darren* disparou na Inglaterra nos anos 1960, por exemplo, enquanto o mesmo não aconteceu com outros nomes da televisão (como *Ricky* e *Maxwell*), porque naquela época mais de um terço dos nomes de meninos na Grã-Bretanha terminava com *n*.⁴⁹

O sexo tem uma influência que vai além do fato óbvio de que, em quase todas as culturas, dá para distinguir bem nomes de meninos dos de meninas. Às vezes os pais dão um nome de menino a uma menina, talvez porque queriam um garoto, mas com mais frequência com o objetivo de dar à menina um traço de força e independência. Por algum motivo esses nomes parecem ir parar em meninas destinadas a se tornar atrizes e modelos sexy (ou talvez os nomes sejam escolhidos por elas), como *Drew Barrymore*, *Blair Brown*, *Glenn Close*, *Jamie Lee Curtis*, *Cameron Diaz*, *Jerry Hall*, *Daryl Hannah*, *Mel Harris*, *James King* e *Sean Young* (todos esses prenomes são raros entre mulheres da idade delas).⁵⁰ O feminismo seria uma explicação óbvia, não fosse o fato de que o processo vem acontecendo há pelo menos cem anos. No início do século xx, *Beverly*, *Dana*, *Evelyn*, *Gail*, *Leslie*, *Meredith*, *Robin* e *Shirley* eram todos nomes mais comuns para homens. E esse tempo todo os nomes andróginos se mantiveram numa via de mão única.⁵¹ Uma vez que um nome de menino é dado a muitas meninas, ele fica arruinado como nome de menino, supostamente porque os pais são mais cautelosos e tentam não dar traços femininos aos filhos, como fazem às vezes com traços masculinos para as filhas. Como disse Johnny Cash, “A vida não é mole para um garoto chamado ‘Sue’”.

A idade é outro combustível para as tendências. Muitos nomes e sons acabam ficando encarquilhados e enferrujados junto com seus donos, e são aposentados porque os pais não querem pensar nos filhos como velhinhas ou senhores de barba grisalha. Esse foi o destino, por exemplo, de *Ethel*, *Dorothy* e *Mildred*, e de muitos nomes que terminam com o som *s* como *Gladys*, *Florence*, *Lois*, *Doris*, *Frances* e

Agnes. Mas, quando os donos dos nomes morrem ou deixam de aparecer, eles podem perder suas conotações geriátricas e ser reciclados, desde que se harmonizem com a fonestesia da nova era. *Elizabeth*, *Christina* e *Joseph* passaram por esse renascimento, por exemplo, e, se você está entre os Max, Rose, Sam, Sophie, Jake e Sadie, ou você está num asilo ou numa escolinha.⁵²

O que isso tem a ver com a aceitação de palavras novas? Como já mencionei, os nomes diferem sob certos aspectos dos outros tipos de palavra. Em se tratando de crianças, todas ganham um nome, o universo de nomes é limitado e o nome costuma pegar, ao passo que, em se tratando de conceitos, muitos permanecem sem nome, os que ganham nomes normalmente ganham novas combinações sonoras e a maioria das palavras do ano só tem quinze minutos de fama. Mesmo assim, a dinâmica interna que impulsiona o ciclo de modas para os nomes se aplica em parte à cunhagem e à aceitação de outros tipos de palavras.

Já vimos a moda nos nomes de empresas e produtos, de *Buick* a *Mustang*, passando por *Elantra*. E a gíria adolescente, universitária e modernete pode ser datada com a mesma precisão que os nomes (*the cat's pajamas* [o pijama do gato / o bom], *hep* [moderno], *groovy* [legal], *far out* [de vanguarda], *way cool* [muito legal], *phat* [irado], *da bomb* [o máximo]). Outro ciclo de moda afeta os termos para superlativos. Os falantes sempre querem impressionar seus ouvintes sobre como tal coisa ou experiência foi ótima, e assim a descrevem com um superlativo; só que isso reduz o valor do superlativo, então os falantes seguintes buscam um novo superlativo cooptando alguma outra palavra para uma experiência marcante, e assim por diante, num espiral de inflação semântica. Muito tempo atrás nossos ancestrais lingüísticos diluíram o sentido original de *terrific* [ótimo] (causar terror), *fantastic* (digno de fantasia), *tremendous* (que faz a pessoa tremer), *wonderful* [maravilhoso] (inspirador de deslumbramento), e *fabulous* (celebrado por fábulas). Os falantes das últimas décadas fizeram a mesma coisa amenizando *awesome* [impressionante], *excellent*, *outstanding* [fora de série] e, na Grã-Bretanha, *brilliant*.

Outro exemplo. Os termos para os conceitos em esferas da vida dotadas de grande carga emocional, como sexo, excrementos, envelhecimento e doenças, tendem a cair dentro do que chamo de moedor de carne do eufemismo. Eles ficam marcados por sua ligação com um conceito de fragilidade, fazendo as pessoas buscarem um termo não-contaminado, que por sua vez acaba ficando manchado. *Toilet* [toalete / vaso sanitário], por exemplo, originalmente um termo para o cuidado corporal (como em *kit de toalete* ou *eau de toilette*), passou a ser aplicado ao disposi-

tivo e ao aposento em que fazemos nossas excreções. Foi substituído por *bathroom* [banheiro], levando a absurdos como *The dog went to the bathroom on the rug* [O cachorro foi ao banheiro / fez xixi no tapete] e *In Elbonia, people go to the bathroom on the street* [Em Elbonia, as pessoas vão ao banheiro na rua]. Quando *bathroom* ficou contaminado (como em *bathroom humor* [humor escatológico]), foi substituído em ondas sucessivas por *lavatory*, *WC*, *gent's*, *restroom*, *powder room* e *comfort station*. Um moedor semelhante recicla os termos para deficientes (*lame* [coxo], *crippled* [aleijado], *handicapped* [deficiente], *disabled* [portador de deficiência], *challenged* [pessoa com dificuldades]), os nomes para profissões menos favorecidas (*garbage collection* [coleta de lixo], *sanitation* [saneamento], *environmental services* [serviços ambientais]), e para atividades acadêmicas (*gym* [ginástica], *physical education* [educação física], *human biodynamics* [biodinâmica humana]) e nomes para minorias oprimidas (*colored*, *Negro*, *Afro-American*, *black*, *African American*).⁵³

A ciência não está imune a essas ondas da moda. A expectativa original era de que os cientistas batizassem suas descobertas com jargões do grego ou do latim como *ligand* [ligante], *apoptosis* [apoptose] e *heteroskedasticity* [heterocedasticidade]. Isso deu espaço a uma tolerância para a verbosidade do inglês (*frequency-dependent selection* [seleção que depende da frequência], *secondary messenger* [mensageiro secundário], e para a indulgência a alusões extravagantes (como *quark*, *Big Bang* e *Sonic Hedgehog*, um gene batizado com o nome de um personagem de videogame), e agora a truncamentos moderninhos como *brane theory* na física, abreviando *membrane*.

O surgimento e os ciclos da moda não são a única dinâmica interna que decide o destino das palavras. Mesmo que os gostos permanecessem estáveis, o sucesso de uma palavra nova dependeria da epidemiologia léxica — o modo como um neologismo se dissemina de seu cunhador para um novo falante, que então infecta outros, e assim por diante. No final, ou o neologismo morre ou se torna endêmico, dependendo de com quantas pessoas um conhecedor da palavra conversa por dia, e da disposição com que elas o percebem ou se lembram dele. Assim como com as epidemias de verdade, é difícil prever o que vai acontecer. Dependendo de pequenas diferenças em quão contagiosa é a palavra, e das conexões, da credibilidade e do carisma dos primeiros a adotarem, ela pode ou não chegar ao ponto crucial que a levaria a se enraizar na comunidade e se perpetuar através das gerações.⁵⁴ Essa é uma maneira de entender os componentes de frequência e diversidade nos fatores da fórmula FUDGE que Metcalfe sugere que sejam os segredos para o sucesso de uma palavra.

Portanto, uma breve olhada na disseminação de palavras e nomes subverte a idéia tradicional sobre de onde vem a cultura e como ela muda. No século xx, a cultura passou a ser encarada como um superorganismo que busca objetivos, encontra sentidos, responde a estímulos e pode ser vítima de manipulação ou sofrer uma intervenção positiva. Mas a sorte dos nomes, uma prática cultural por excelência, não se encaixa nesse modelo. Os nomes mudam com os tempos, mas não refletem outras tendências sociais, não são ditados por personagens exemplares, e a única influência que vem da Madison Avenue é a estranha cadeia de acontecimentos que fez de *Madison* o terceiro nome mais popular para meninas. Para entender o fenômeno temos que nos voltar para as características da natureza humana envolvidas na decisão de dar um nome — a psicologia do status, dos pais e da língua —, junto com os produtos de decisões dos batizadores anteriores e a epidemiologia das idéias, uma área que mal existe.⁵⁵

Em seu livro *Micromotives and macrobehavior* [Micromotivos e macrocomportamento], de 1978, Thomas Schelling chamou a atenção para muitos fenômenos sociais que são imprevistos e muitas vezes indesejáveis, mas que aparecem quando as pessoas fazem escolhas individuais que afetam as escolhas dos outros. Um exemplo é como uma cidade pode ficar segregada, não por causa de uma política de apartheid e não porque todo mundo só queira morar com pessoas de sua própria raça, mas porque ninguém quer ficar em minoria muito pequena dentro de seu bairro. À medida que cada família se muda para evitar esse tipo de marginalidade, elas passam a fazer parte da vizinhança de outras famílias, o que afetará as decisões delas, e assim por diante. No final, podem surgir bairros só de negros ou só de brancos, sem que eles tenham sido planejados nem desejados. Outro exemplo é o modo como uma faixa de trânsito pode ficar congestionada quando cada motorista reduz a velocidade por alguns segundos para espiar o local de um acidente — uma troca que nenhum deles teria aceitado se tivesse tido a chance de combinar seu comportamento com antecedência. Schelling observa como esses padrões surgem sempre que decisões isoladas são interdependentes:

Se seu problema é que há trânsito demais, você faz parte do problema. Se você se junta à multidão porque gosta de multidões, faz a multidão crescer. Se tira seu filho da escola por causa dos outros alunos da escola, tira um aluno da escola *deles*. Se levanta a voz para se fazer ouvir, colabora para o barulho que as outras pessoas estão tentando superar elevando a voz delas. Quando você corta o cabelo

bem curto você muda, mesmo que só ligeiramente, a impressão das pessoas sobre o comprimento de cabelo que as pessoas estão usando.⁵⁶

No seu recente best-seller *O ponto de desequilíbrio*, o jornalista Malcolm Gladwell aplica a idéia de Schelling a tendências sociais recentes como as mudanças nas taxas de analfabetismo, criminalidade, suicídio e tabagismo na adolescência. Em todos os casos, costuma-se atribuir a tendência a forças sociais externas como a propaganda, programas governamentais ou personalidades que servem de exemplo. E em todos os casos o que realmente moveu a tendência foi uma dinâmica interna de escolhas e influências individuais e a reação a elas. O nome dos bebês, e das coisas em geral, é mais um exemplo de um fenômeno social em grande escala — a composição de uma língua — que surge de forma imprevisível a partir de várias escolhas isoladas que se influenciam umas às outras.

Um nome pode parecer uma coisa simples — a ligação entre som e sentido que é compartilhada por uma comunidade. Mas, quanto mais nos concentramos no funcionamento dos nomes, mais cresce a esfera de experiência humana que se descortina diante de nós. Em livros anteriores já escrevi sobre como os nomes são representados na cabeça de uma pessoa. Discorri, deslumbrado, sobre quantas palavras cada pessoa conhece, como as crianças as aprendem rápido, como elas são compostas elegantemente parte por parte, e como é fácil para o cérebro reconhecer-las. Nos capítulos anteriores deste livro vimos a precisão e o caráter abstrato da estrutura conceitual que capta o sentido de uma palavra. Agora vemos como os nomes nos enredam no mundo que fica *fora* de nossa cabeça. Um nome recebe seu significado de um nomeador, que escolhe um som para indicar um indivíduo ou uma categoria, e que o passa adiante para uma cadeia de falantes que pretendem usá-lo da mesma maneira. Cada um desses passos nos remete a uma ironia. O ato de indicar e a intenção de replicar nos ligam à realidade, não apenas a nossas idéias sobre a realidade, embora talvez se ache difícil acreditar que exista algum jeito de distinguir as duas coisas. E a escolha de um som nos conecta à sociedade de um modo que engloba a grande contradição da vida social humana: entre o desejo de se encaixar e o desejo de ser original.

7. As sete palavras que não podem ser ditas na televisão

A liberdade de expressão é a base da democracia, porque sem ela os cidadãos não podem trocar opiniões sobre as bobagens ou injustiças que observam nem questionar coletivamente a autoridade que as sustenta. Não é coincidência que a liberdade de expressão esteja consagrada na primeira das dez emendas da Constituição norte-americana, que compõem a Declaração de Direitos, e que tenha recebido lugar de honra em outras declarações de liberdades básicas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Européia de Direitos Humanos.

Igualmente claro é o fato de que é impossível garantir a liberdade de expressão em todas as circunstâncias. A Suprema Corte dos Estados Unidos reconhece cinco tipos de expressão não sujeitos à proteção, e quatro das exceções são compatíveis com os motivos para consagrar a liberdade de expressão como uma liberdade fundamental. A fraude e a difamação não são protegidas, porque subvertem a essência da expressão que faz dela merecedora de proteção, isto é, buscar e compartilhar a verdade. Tampouco são protegidas a incitação a comportamento ilegal iminente e “palavras de briga”, porque elas têm mais a intenção de provocar um comportamento por reflexo de reação (como quando alguém grita “Fogo!” num cinema lotado) que de trocar idéias.

A quinta categoria de expressão não sujeita a proteção, no entanto — a obscenidade —, parece desafiar qualquer justificativa. Embora algumas palavras e

imagens despidoradas sejam protegidas, outras cruzam uma fronteira vaga e polêmica e entram na categoria de “obscenidade”, e o governo pode proibi-las. E, na grande mídia, o Estado tem poderes ainda maiores, e pode proibir palavras sexuais e escatológicas que considere mera “indecência”. Mas por que uma democracia permite o uso da força do governo para barrar a enunciação de palavras para duas atividades — sexo e excreção — que não fazem mal a ninguém e são parte inescapável da condição humana?

Na prática, assim como em tese, a perseguição ao discurso obsceno é um grande quebra-cabeça. Ao longo de toda a história pessoas foram torturadas e mortas por criticar seus líderes, e esse é o destino de livre-pensadores em muitas partes do mundo hoje em dia. Mas nas democracias liberais a batalha pela liberdade de expressão foi vencida, em grande parte. Toda noite milhões de pessoas vêem entrevistadores ridicularizando a inteligência e a honestidade dos líderes de sua nação. É claro que a vigilância permanente é o preço da liberdade, e os defensores das liberdades civis estão preocupados, com razão, com restrições em potencial à expressão como as da lei de direitos autorais, dos códigos de expressão universitários e do Ato Patriota dos Estados Unidos. No entanto, no último século, as batalhas jurídicas mais famosas pela liberdade de expressão surgiram não onde seria de esperar de acordo com a história — no empenho para falar abertamente ao poder —, mas no uso de certas palavras para cópula, genitália, orifícios e eflúvios do corpo. Aqui estão alguns casos que se destacam:

- Em 1921, um trecho de *Ulisses*, de James Joyce, publicado por uma revista foi declarado obsceno por um tribunal norte-americano, e o livro foi proibido nos Estados Unidos até 1993.
- O livro *O amante de lady Chatterley*, de D. H. Lawrence, escrito em 1928, só foi publicado no Reino Unido em 1960, e a Penguin Books foi processada (sem sucesso) sob o Ato de Publicações Obscenas de 1959.
- *Lady Chatterley* também foi proibido nos Estados Unidos, junto com *Trópico de Câncer*, de Henry Miller, e *Fanny Hill*, de John Cleland. Numa série de decisões judiciais que reflete a mudança da moral sexual nos anos 1960, as proibições foram derrubadas, culminando num veredicto da Suprema Corte em 1973.
- Entre 1961 e 1964, o comediante Lenny Bruce foi detido várias vezes por obscenidade e proibido de se apresentar em muitas cidades. Bruce morreu em 1966, quando recorria de uma pena de quatro meses de prisão imposta por um tribunal

de Nova York, e acabou sendo perdoado pelo governador George Pataki 37 anos depois de sua morte.

- A Pacifica Radio Network foi multada em 1973 pela Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos (Federal Communications Commission — FCC) por transmitir o monólogo “Sete palavras que nunca podem ser ditas na televisão”, de George Carlin. A Suprema Corte ratificou a decisão, determinando que a FCC podia proibir termos “indecentes” em horários em que houvesse a possibilidade de crianças receberem a transmissão.
- A FCC multou várias vezes o famoso programa de rádio de Howard Stern, fazendo com que Stern abandonasse o rádio comum em 2006 em troca da liberdade da rádio via satélite. Muitos especialistas em mídia previram que aquele seria o marco para o aumento da popularidade do novo meio.

Também foram alvo de punições Kenneth Tynan, John Lennon, Bono, 2 Live Crew, Bernard Malamud, Eldridge Cleaver, Kurt Vonnegut, Eric Idle e os produtores de *Hair* e *M*A*S*H*.¹

A perseguição aos obscenos tem um longo passado. O terceiro mandamento diz: “Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão” e o Levítico 24:16 dispõe as conseqüências: “Aquele que blasfemar o nome do Senhor será morto”. É bem verdade que o último século ampliou as arenas em que as pessoas podem ser indecentes. Já em 1934, Cole Porter pôde escrever a letra de música “Good authors, too, who once knew better words/ Now only use four-letter words/ Writing prose. Anything goes” [Também os bons autores, que antes sabiam palavras melhores/ hoje só usam palavras de quatro letras/ Ao escrever prosa. Qualquer coisa passa]. A maioria das celebridades boca suja prevaleceu (mesmo que só postumamente), e muitos artistas recentes, como Richard Pryor, Eve Ensler e o elenco de *South Park*, falam palavrões impunemente. Mas ainda não dá para dizer que qualquer coisa passa. Em 2006 George W. Bush transformou em lei o Ato de Defesa da Decência nas Transmissões de Mídia, que aumentou dez vezes as multas para o palavrado indecente e ameaçou os reincidentes com a perda de sua concessão.

Os tabus da língua, portanto, estão envolvidos numa enorme variedade de questões humanas, dos crimes capitais da Bíblia ao futuro da mídia eletrônica. Determinam a fronteira da liberdade de expressão nas democracias liberais, não apenas no controle da mídia pelo governo, mas também em debates sobre agres-

sões verbais, incitação à violência e assédio sexual. E evidentemente fazem parte do juízo diário que fazemos sobre o caráter e as intenções das pessoas.

Sejam elas chamadas de xingamentos, palavrões, baixo calão, profanidade, obscenidade, indecência, vulgaridade, blasfêmia, baixaria, pragas ou epítetos; como palavras sujas, de quatro letras ou tabus; ou como termos ruins, rudes, grosseiros, vis, salgados, baixos, chulos, indecorosos ou de mau gosto, essas expressões suscitam muitos enigmas para quem estiver interessado na língua como janela para a natureza humana. O medo e o desprezo não são deflagrados pelos conceitos em si, porque os órgãos e as atividades que eles nomeiam possuem centenas de sinônimos polidos. Nem pelo som das palavras, já que várias delas possuem homônimos respeitáveis em nomes de animais, ações e até de pessoas. O impúblicável pode passar a públicável com um hífen ou um asterisco, e o impronunciável a pronunciável com uma mudancinha numa vogal ou consoante. É alguma coisa na *junção* de determinados sentidos com sons que tem um forte efeito sobre as emoções das pessoas.

Shakespeare escreveu: “Mas palavras são palavras. Nunca soube / De coração ferido atingido pelo ouvido”. Só que a maioria das pessoas não encara as coisas dessa maneira. A FCC e os censores das redes não são puritanos inveterados; estão reagindo ao imenso público que faz a central telefônica de uma estação acender como luzinhas de árvore de Natal quando um ator ou um convidado deixa escapar uma obscenidade. Para esses guardiães da decência, obscenidades são obviamente nocivas, especialmente para os jovens. Esse argumento é defendido apesar do fato de todo mundo conhecer as palavras, incluindo a maioria das crianças, e de ninguém nunca ter explicado como o simples fato de ouvir uma palavra pode corromper a moral da pessoa.

Para os libertinos, o que é óbvio é que os tabus da língua são absurdos. Um moralista de verdade, dizem eles, devia saber que a violência e a desigualdade é que são obscenas, não o sexo e a excreção. E a supressão do discurso direto sobre o sexo só leva à gravidez na adolescência, a doenças sexualmente transmissíveis e à transferência da energia sexual saudável para o comportamento destrutivo. Esse ar de progressismo ajudou a fazer de Lenny Bruce um mártir entre artistas e intelectuais. “Uma consciência moral que não obedece a ninguém”, escreveu o crítico Ralph J. Gleason; “São Lenny, devo chamá-lo; morreu por nossos pecados”, escreveu o artista performático Eric Bogosian.²

No entanto, desde os anos 1970, parte daquele mesmo público progressista

que mais admirava Bruce acabou impondo seus próprios tabus lingüísticos. Durante o julgamento de O. J. Simpson, o promotor Christopher Darden referiu-se à *palavra que começa com n* como “a palavra mais suja, nojenta e desprezível da língua inglesa, que não tem lugar num tribunal”. Mas ela várias vezes conseguiu entrar no tribunal, a mais famosa delas no julgamento de Simpson, para provar que um policial era racista, e em outros julgamentos para determinar se uma pessoa pode ou não ser demitida por usá-la, ou absolvida por atacar alguém que a tenha usado.³ E, no “neovitorianismo”, alusões ocasionais ao sexo, mesmo sem nenhum preconceito sexual identificável, podem ser tratadas como forma de assédio sexual, como nas declarações de Clarence Thomas sobre estrelas de filme pornô e os pêlos pubianos.⁴ Assim, mesmo gente que abomina os puritanos de plantão pode ficar profundamente ofendida quando ouve palavras que façam parte de sua própria lista de tabus.

Outro quebra-cabeça sobre os palavrões é a variedade dos temas que são alvo de tabu.⁵ As sete palavras que jamais podem ser ditas na televisão se referem à sexualidade e à excreção: são nomes para fezes, urina, relação sexual, vagina, seios, pessoa que pratica felação e uma pessoa que concretiza o desejo edipiano. Mas o crime capital dos Dez Mandamentos vem de um assunto diferente, a teologia, e os tabuísmos em muitas línguas se referem a perdição, divindades, messias e seus resíduos, e a partes do corpo. Outro campo semântico que dá origem a tabuísmos nos idiomas do mundo é o da morte e das doenças, e outro é o das classes de pessoas desfavorecidas como infiéis, inimigos e grupos étnicos subalternos. Mas o que poderiam ter esses conceitos — de mamas a messias, passando por males e minorias — em comum?

Um enigma final sobre o palavrão é a louca variedade de circunstâncias em que os falamos. Existe o palavrão catártico, como quando damos uma martelada no dedão ou derrubamos um copo de cerveja. Há a imprecação, como quando sugerimos um rótulo ou damos conselhos a uma pessoa que nos deu uma fechada no trânsito. Existem os termos vulgares para coisas e atividades cotidianas, como quando pediram a Bess Truman para fazer com que o presidente dissesse *fertilizer* [fertilizante] em vez de *manure* [esterco] e ela respondeu: “Você não imagina como demorou para eu conseguir com que ele dissesse *manure*”. Há figuras de linguagem de colocam palavras obscenas em outro emprego, como o apelido curralesco para a falta de sinceridade, o acrônimo militar *snafu*, e o termo ginecológico-flageATIVO para a dominância uxórica. E há também os expletivos adjetivos que salpi-

cam o discurso e dividem as palavras de soldados, adolescentes, australianos e quem mais queira aparentar uma fala descontraída.

Este capítulo é sobre o enigma do palavrão — o estranho choque e atração causados por palavras como *fuck* [foder], *screw* [foder] e *come* [gozar]; *shit* [merda], *piss* [mijo/empatecer] e *fart* [peido]; *cunt* [buceta], *pussy* [xana], *tits* [tetos], *prick* [pica], *cock* [caralho/cacete], *dick* [pau] e *asshole* [cuzão]; *bitch* [puta], *slut* [vadia] e *whore* [piranha]; *bastard* [filho-da-puta], *wanker* [punheteiro] e *motherfucker* [fode-dor de mãe/filho-da-puta]; *hell* [inferno], *damn* [maldito] e *Jesus Christ* [Jesus Cristo/Deus do céu]; *faggot* [bicha], *queer* [veado] e *dyke* [sapatão]; e *spick* [cucaracho], *dago* [carcamano], *kike* [judeuzinho], *wog* [escurinho], *mick* [pejorativo para irlandês], *gook* [pejorativo para vietnamita], *kaffir* [pejorativo para sul-africano] e *nigger* [pejorativo para negro].* Exploraremos as raízes biológicas dos palavrões, as áreas de experiência que dão origem a tabuísmos e as ocasiões em que as pessoas os empregam. Por fim, perguntarei por que temos a sensação de que essas palavras são não só desagradáveis, mas tabus — por que o simples fato de ouvi-las ou lê-las já parece ser nocivo —, para depois propor reflexões sobre o que devemos fazer sobre os palavrões.

BOCAS SUJAS

Assim como o resto da linguagem, é possível dizer que os palavrões são universais, embora com especificações.⁶ É claro que as palavras e os conceitos considerados tabus podem variar um pouco de acordo com a época e o lugar. Ao longo da história de um idioma, muitas vezes observamos palavras que ficam sujas e sujas que ficam limpas.⁷ A maioria dos falantes do inglês de hoje ficaria surpresa em ler num livro de medicina que “in women the neck of the bladder is short, and is made fast to the cunt” [nas mulheres o gargalo da bexiga é curto, e segue logo para a buceta], mas o *Oxford English dictionary* cita esse trecho de uma fonte do século xv. Quando documentava esse tipo de mudança, o historiador Geoffrey Hughes observou: “Os tempos em que o dente-de-leão podia ser chamado de pis-

* As traduções dos palavrões entre colchetes, neste capítulo, tentarão acima de tudo captar a expressividade da palavra e sua carga emocional, não o sentido literal. Quando o sentido literal for imprescindível, ele virá dentro do colchete separado por barra. (N. T.)

sabed, a garça podia ser chamada de *shitecrow* e o francelho de *windfucker* já se foram, junto com a exuberante propaganda fálica do *codpiece* [alçapão/peça de roupa para cobrir a braguilha]”.⁸ O destino mutante dos tabuísmos pode afetar a recepção de uma obra literária. *As aventuras de Huckleberry Finn*, por exemplo, já foi alvo de diversas proibições em escolas americanas porque *nigger*, embora nunca tenha sido um termo respeitoso, é bem mais incendiário hoje do que era na época e no lugar em que Mark Twain escreveu.

As palavras também podem perder o caráter de tabu com o tempo. Quando Eliza Doolittle soltou um “Not bloody likely” [Nem ferrando] num chá de classe alta em *Pigmalião*, scandalizou não só suas acompanhantes da ficção, mas também o público que assistiu à peça quando ela estreou, em 1914. Mas, na época em que ela foi adaptada na forma do musical *My fair lady*, em 1956, *bloody* já tinha ficado tão normal que os roteiristas temeram que o público não captasse o humor, e acrescentaram a cena em que Eliza é levada às corridas de Ascot e grita para um cavalo: “Move your bloomin’ arse!” [Vê se mexe esse bundão]. Muitos pais ficam horrorizados hoje em dia quando seus filhos chegam da escola usando inocentemente os verbos *suck*, *bite* e *blow*, sem saber de sua origem como palavras para a felação. Mas esses pais também não devem reparar no seu próprio uso dos hoje inócuos *sucker* [bobo] (de *cocksucker* [chupador de pau]), *jerk* [pentelho] (de *jerk off* [bater punheta]) e *scumbag* [asqueroso] (um preservativo). Comediantes progressistas já tentaram ajudar no processo repetindo obscenidades até as pessoas perderem a sensibilidade a elas (processo que os psicolingüistas chamam de saciação semântica) ou se transformando brevemente em professores de lingüística e chamando a atenção para o princípio da arbitrariedade do signo. Aqui está um trecho de um dos esquetes mais conhecidos de Lenny Bruce:

Tooooooooo is a preposition. To is a preposition. Commmmmmme is a verb. To is a preposition. Come is a verb. To is a preposition. Come is a verb, the verb intransitive. To come. To come [...]. It’s been like a big drum solo. Tocome to come, come too come too, to come to come uh uh uh uh um um um um uh uh uh uh uh uh — TO COME! TO COME! TO COME! TO COME! Did you come? Did you come? Good. Did you come good? Did you come good? Did you come? Good. To. Come. To. Come. To. Come — Didyoucomegood? Didyoucomegooddidyoucomegood?”

[‘Tooooooooo é uma preposição. To é uma preposição. Commmmmmme é um verbo. To é uma preposição. Come é um verbo. To é uma preposição. Come é um verbo, o

verbo intransitivo. Gozar. Gozar [...]. É como um grande solo de bateria. Gozar gozar, goza também goza também, gozar gozar uh uh uh uh um um um um uh uh uh uh uh — GOZAR! GOZAR! GOZAR! GOZAR! Gozou? Gozou? Bom. Gozou gostoso? Gozou gostoso? Gozou? Bom. Go-zar. Go-zar. Gozar — gozougostoso? Gozougostosogozougostoso?]

E o trecho a seguir é do monólogo de Carlin sobre as “Sete Palavras”:

Shit [merda], Piss [mijo/deixar puto], Fuck [foder], Cunt [buceta], Cocksucker [chupador de pau], Motherfucker [fodedor de mãe/filho-da-puta] e Tits [tetas], uau. Tits nem devia estar na lista, sabe? É uma palavra que soa tão simpática. Parece um apelido. “Ei, Tits, vem aqui. Tits, este é o Toots [amorzinho], Toots, Tits, Tits, Toots.” Parece um lanchinho, não parece? Sim, eu sei, é um lanchinho, tudo bem. Mas estou dizendo um lanchinho sexista, quero dizer Novas Tits Nabisco. As novas Tits Sabor Queijo, e Tits Sabor Milho e Tits Sabor Pizza, Tits Sabor Gergelim Tits Sabor Cebola, Tater Tits, isso aí.

Tits hoje é aceitável o suficiente a ponto de ficar de fora do Ato das Ondas Limpas e para ser publicável na “Dama Cinzenta”, o *New York Times*. Mas muitas palavras continuam sendo tabus por séculos e séculos, e os motivos para certas palavras ficarem mais limpas ou mais sujas são tão sujeitos a caprichos quanto a ascensão e queda de *Steve*.¹⁰

Epítetos para mulheres e minorias já foram alvo de campanhas parecidas de dessensibilização. Com frequência elas tentam se “reapossar” das palavras usando-as de um jeito bem visível entre si. Assim, temos o NWA (Niggaz With Attitude, um grupo de hip-hop); Queer Nation, queer studies, e *Queer eye for the straight guy*; Dykes on Bikes (um grupo de ciclistas para lésbicas) e <www.classicdykes.com>; e as Phunky Bitches, uma “comunidade em tempo real para mulheres (e homens) que gostam de música ao vivo, viagens e uma série de outros interesses”. Nunca soube de nenhuma reunião de sinagoga em que os participantes se cumprimentem dizendo “E aí, kike!”, mas nos anos 1970 o escritor Kinky Friedman comandou uma banda de música country chamada Texas Jewboys, e há uma revista moderna para jovens leitores judeus chamada *Heeb*. Ao mesmo tempo, esses termos não foram exatamente neutralizados, mas são ostentados num sinal de resistência e solidariedade, precisamente pelo fato de ainda *serem*

ofensivos na comunidade lingüística em geral. Maldito seja o estranho que não entender isso direito, como o detetive de Hong Kong interpretado por Jackie Chan em *A hora do rush*, que inocentemente imita o parceiro afro-americano e cumprimenta os fregueses negros num bar de Los Angeles dizendo “Wassup, my nigger [E aí, negada]”, dando início a um pequeno quebra-quebra.

A força das palavras específicas pode variar ainda mais de uma língua para outra.¹¹ No francês de Québec, *merde* é bem mais leve que seu equivalente em inglês, um pouco mais parecido com *crap* [bosta], e a maioria dos falantes no máximo tem uma leve reminiscência de que *con* (idiota) normalmente significava *cunt* [boceta]. Mas entre as piores coisas para se dizer para alguém estão *Tabernac!* (tabernáculo), *Calisse!* (cálice) e *Sacrement!* (sacramento). Em 2006, a Igreja Católica tentou se reapossar dessas palavras estampando-as em outdoors junto com suas definições religiosas. (Um colunista suspirou: “Nada mais é sagrado?”.) A profanidade religiosa é comum em outras regiões católicas, como era na Inglaterra antes da Reforma, quando os termos sexuais e escatológicos começaram a predominar.¹²

Mas, apesar da variação segundo o tempo e o lugar, dá para dizer que a maioria das línguas do mundo, provavelmente todas, possui palavras com forte carga emocional que não devem ser usadas em conversas polidas. Talvez o exemplo mais extremo seja o djirbal, uma língua aborígene da Austrália, em que *todas* as palavras são tabuísmos quando faladas na presença de sogras e determinados primos. Os falantes têm de usar um vocabulário inteiramente diferente (embora com a mesma gramática) quando aqueles parentes estão por perto. Na maior parte das outras línguas, os tabuísmos saem da mesma listinha de temas de onde o inglês e o francês obtêm seus palavrões: sexo, excreção, religião, morte, doenças e grupos desfavorecidos.¹³

Alegações de que alguma língua específica seja totalmente desprovida de profanidade devem ser encaradas com cuidado. É verdade que em muitos lugares, se você pedir aos falantes que façam uma lista de suas obscenidades, eles vacilam. Mas palavrões e hipocrisia andam de mãos dadas, ao ponto de alguns questionários sobre a personalidade incluírem itens como “Às vezes falo palavrão” como teste para mentiras. Em *Expletive deleted: A good look at bad language* [Expletivo eliminado: Uma boa olhada na linguagem obscena], a lingüista Ruth Wajnryb afirma:

Um de meus informantes, um inglês casado com uma japonesa, fez à mulher as perguntas que eu estava usando para obter dados sobre o idioma japonês. Ela disse a ele

que não tinha como ajudar porque não sabia nenhum palavrão em japonês. Disse isso, veja bem, com o maior ar de inocência, para um marido que sabia muito bem, e ela sabia muito bem que ele sabia, em primeira mão, das habilidades dela nesse departamento.¹⁴

Um estudo publicado num periódico chamado *Maledicta: The International Journal of Verbal Aggression* [Maledicta: A Revista Internacional da Agressão Verbal] traz uma extensa lista de insultos sexuais e termos vulgares do japonês, e outras pesquisas interculturais publicadas na revista também têm algo de parecido.¹³

Os tabuísmos fazem parte de um fenômeno mais amplo conhecido como a magia das palavras.¹⁶ Embora um dos fundamentos da lingüística seja a arbitrariedade da associação entre som e significado, a maioria dos seres humanos tem uma intuição diferente. Tratam o nome de uma entidade como parte de sua essência, de forma que o simples ato de enunciar um nome é encarado como uma forma de afetar seu referente. Encantamentos, feitiços, orações e pragas são maneiras de as pessoas tentarem afetar o mundo com as palavras, e tabuísmos e eufemismos são maneiras de as pessoas tentarem *não* afetá-lo. Até materialistas de carteirinha se vêem batendo na madeira ou inserindo um *Deus nos livre* depois de mencionar algum acontecimento muito temido, talvez pela mesma razão para que Niels Bohr tenha pendurado uma ferradura na porta de seu escritório: “Ouvi dizer que funciona mesmo quando não se acredita”.

O CÉREBRO QUE XINGA

A onipresença e a força dos palavrões sugerem que os tabuísmos se sustentem em áreas profundas e antigas do cérebro emocional. Vimos no capítulo 1 que as palavras não têm só denotação, mas também conotação: uma coloração emocional distinta daquilo a que a palavra se refere literalmente, como em *principled* [de princípios] contra *stubborn* [teimoso] e *slender* [esguio] contra *scrawny* [esquelético]. A diferença remete a como os tabuísmos diferem de seus sinônimos, como *shit* [merda] e *feces* [fezes], *cunt* [boceta] e *vagina*, ou *fucking* [foder] e *making love* [fazer amor]. Muito tempo atrás os psicolingüistas identificaram as três principais formas de variação da conotação das palavras: bom e mau, fraco e forte e ativo e passivo.¹⁷ *Hero* [herói], por exemplo, é bom, forte e ativo; *coward* [covarde] é mau,

fraco e passivo; e *traitor* [traidor] é mau, fraco e ativo. Os tabuísmos se aglomeram nas áreas do muito mau e do muito forte, embora certamente haja outras dimensões para as conotações.

Estarão as conotações e as denotações armazenadas em partes diferentes do cérebro? Não é implausível. O cérebro dos mamíferos contém, entre outras coisas, o sistema límbico, uma rede muito antiga que regula a motivação e a emoção, e o neocórtex, a superfície enrugada do cérebro, que influiu no decorrer da evolução humana e que abriga a percepção, o conhecimento, a razão e o planejamento. Os dois sistemas estão interligados e trabalham juntos, mas não é absurdo imaginar que as denotações das palavras estejam concentradas no neocórtex, em especial no hemisfério esquerdo, e suas conotações estejam espalhadas ao longo das conexões entre o neocórtex e o sistema límbico, em especial no hemisfério direito.¹⁸

Um suspeito provável dentro do sistema límbico é a amígdala, um órgão amendoado enterrado na parte dianteira do lobo temporal do cérebro (uma de cada lado), que ajuda a investir as lembranças de emoção.¹⁹ Um macaco cujas amígdalas tenham sido removidas consegue aprender a reconhecer uma nova forma, como um triângulo listrado, mas tem dificuldade para aprender que a forma anuncia um fato desagradável como um choque elétrico. Nos seres humanos a amígdala “acende” — mostra maior atividade metabólica em imagens cerebrais — quando a pessoa vê um rosto furioso ou uma palavra desagradável, especialmente um tabuísmo.²⁰ Muito antes de os psicólogos serem capazes de fazer imagens do cérebro em funcionamento, já conseguiam medir o choque emocional causado por uma palavra forte ligando um eletrodo no dedo de uma pessoa e medindo a mudança na condutividade da pele causada pela súbita onda de suor. A resposta da pele acompanha a atividade da amígdala, e, assim como a atividade registrada na própria amígdala, pode ser deflagrada por tabuísmos.²¹ O sabor emocional das palavras parece ser definido durante a infância: é comum que pessoas bilíngües não achem seu segundo idioma tão picante quanto o primeiro, e sua pele reage mais a tabuísmos e broncas ditos em sua primeira língua, se comparado aos equivalentes na segunda.²²

O estremecimento involuntário quando se ouve ou se lê uma palavra tabu vem de uma característica básica do sistema da língua: a compreensão do significado de uma palavra é automática. Além de não termos tampa nos ouvidos para isolar sons indesejados, uma vez que uma palavra é vista ou ouvida somos incapazes de tratá-la como um rabisco ou um barulho qualquer, mas a procuramos por reflexo na memória e reagimos a seu significado, incluindo sua conotação.

A demonstração clássica é o efeito Stroop, presente em todo livro de introdução à psicologia e tema de mais de quatrocentos trabalhos científicos. Pede-se às pessoas que olhem para uma lista de seqüências de letras e digam em voz alta a cor da tinta em que cada uma está impressa. Tente com a lista a seguir, dizendo “preto”, “branco” ou “cinza” para cada item, da esquerda para a direita.

palavra **palavra** palavra **palavra** **palavra** palavra

Deve ser bem fácil. Agora é ainda mais fácil:

cinza branco **preto** branco **palavra** **cinza**

Mas esse é muitíssimo mais difícil:

branco **preto** cinza **preto** cinza **branco**

A explicação é que, entre adultos alfabetizados, ler uma palavra é uma habilidade tão dominada que se torna obrigatória: não dá para “desligar” o processo, mesmo quando se está tentando ignorar as palavras para poder prestar atenção à tinta. É por isso que somos ajudados quando os autores do experimento colocam a tinta numa palavra que também designa sua cor, e atrapalhados quando eles a colocam no nome de uma cor diferente. Coisa parecida acontece com palavras *faladas*. Quando as pessoas têm de designar as cores de quadros como estes:



a tarefa fica muito mais difícil quando uma voz, num fone de ouvido, recita uma seqüência de palavras para cores que distraem a atenção, como “preto, branco, cinza, branco, cinza, preto”.²³

Os tabuísmos são especialmente eficazes em atrair a atenção do leitor. Você pode sentir o efeito por si só, num teste Stroop. Tente dizer o nome da cor da tinta de cada uma dessas palavras:

boceta merda **foder** **tetas** mijó **cuzão**

O psicólogo Don MacKay fez o experimento, e observou que as pessoas realmente ficam mais lentas devido a um desconcerto involuntário assim que seus olhos batem em cada palavra.²⁴ O resultado é que um falante ou escritor pode usar um tabuísmo para evocar uma resposta emocional no público bem contra a vontade dele.

Algumas empresas exploraram esse efeito dando a seus produtos nomes semelhantes a tabuísmos para chamar a atenção das pessoas, como a rede de restaurantes chamada Fuddruckers, a marca de roupas FCUK (French Connection UK) e o filme chamado *Meet the Fockers* [*Entrando numa fria maior ainda*]. As reações involuntárias a tabuísmos podem até moldar uma língua no decorrer de sua história, por causa de uma versão lingüística da Lei de Gresham: palavras ruins tiram palavras boas de circulação. As pessoas muitas vezes evitam usar termos inocentes por temer que sejam confundidos com obscenidades. *Coney*, um antigo nome para “coelho” que rima com *honey*, caiu em desuso no fim do século XIX, provavelmente por soar parecido demais com *cunt* [boceta].²⁵ A mesma coisa está acontecendo com o sentido polido de palavras como *cock* [galo/pau], *prick* [perfurar/pica], *pussy* [gato/xana], *booty* [saque/bunda] e *ass* [asno/cu] (pelo menos nos Estados Unidos; na Grã-Bretanha a palavra vulgar ainda é *arse*). Gente chamada *Koch*, *Fuchs* e *Lipschitz* freqüentemente troca de sobrenome, como fez a família de Louisa May Alcott, que era Alcox. Em 1999, um assessor do prefeito de Washington, D. C., pediu demissão depois de descrever seu orçamento como *niggardly* numa reunião de trabalho. Um funcionário ficou ofendido, embora *niggard* seja uma palavra do inglês médio que significa “mísero” e não tenha nada a ver com o epíteto baseado no espanhol *negro*, que entrou no inglês séculos mais tarde.²⁶ Por mais injusto que isso seja, tanto para o assessor quanto para a palavra, *niggardly* está fadada ao ocaso. Assim como os sentidos originais de *queer* [excêntrico/veado] e *gay* [alegre/homossexual].

Falar palavrão em voz alta, assim como ouvir palavrões ditos por outras pessoas, vem das partes mais profundas e antigas do cérebro. A afasia, a perda da linguagem articulada, costuma ser causada por lesões no córtex e na matéria branca subjacente ao longo da fenda horizontal (a fissura silviana) no hemisfério esquerdo do cérebro.²⁷ Praticamente desde que começaram a estudar a afasia, os neurologistas perceberam que os pacientes podem manter a habilidade de falar palavrões.²⁸ Um estudo de caso sobre um afásico britânico registrou que ele dizia repetidamente “Bloody hell” [inferno maldito], “Fuck off” [foda-se], “Fucking fucking hell cor blimey” [puta puta merda o que é isso] e “Oh you bugger” [seu per-

vertido]. O neurologista Norman Geschwind estudou um paciente norte-americano que tinha tido todo o hemisfério esquerdo removido devido a um câncer de cérebro. O paciente não conseguia descrever imagens, nem produzir e entender frases, nem repetir palavras polissílabas, mas no curso de uma entrevista de cinco minutos ele disse “Goddammit” [Porra] sete vezes e “God!” [Deus!] e “Shit” [merda] a torto e a direito.²⁹

A sobrevivência dos palavrões na afasia sugere que os epítetos tabus estejam armazenados na forma de fórmulas pré-fabricadas no hemisfério direito.³⁰ Essas fórmulas estão no extremo oposto de um contínuo que tem na outra extremidade o discurso calculado, em que combinações de palavras expressam combinações de idéias, seguindo regras gramaticais. Isso não quer dizer que o hemisfério direito possua um módulo profano, mas que seus recursos lingüísticos estão confinados a fórmulas decoradas, em vez de a combinações governadas por regras. A palavra é a quintessência da unidade memorizada, e em muita gente o hemisfério direito guarda um vocabulário respeitável de palavras, pelo menos no que diz respeito à compreensão. O hemisfério direito também pode armazenar, às vezes, equivalentes idiossincráticos a formas governadas por regras, como os verbos irregulares.³¹ Com frequência ele cuida de fórmulas decoradas mais longas, como letras de música, orações, pontuadores de conversa como *um, boy* [nossa] e *well yes* [é verdade], e iniciadores de frases como *I think* [Acho que] e *You can't* [Você não pode].

Há outra razão para a possibilidade de o hemisfério direito ter a ver com os palavrões: ele está mais envolvido com a emoção, em especial emoções negativas.³² Talvez, no entanto, não seja o córtex cerebral do hemisfério direito que deflagra os epítetos, mas uma estrutura cerebral mais antiga em termos evolutivos, os gânglios da base.³³ Os gânglios da base são um conjunto de aglomerados de neurônios que ficam numa região profunda da parte frontal do cérebro. Seus circuitos recebem informação de várias outras partes do cérebro, incluindo a amígdala e outras áreas do sistema límbico, e voltam para o córtex, principalmente os lobos frontais. Uma de suas funções é empacotar seqüências de movimentos, ou seqüências de raciocínios, em blocos que estejam disponíveis para novas combinações quando se está aprendendo alguma coisa. Outra é inibir a execução das ações empacotadas nesses blocos.³⁴ Os componentes dos gânglios da base se inibem uns aos outros, por isso lesões em áreas diferentes podem ter efeitos opostos. A degeneração de uma parte dos gânglios da base pode causar o mal de Parkinson, marcado por tremores, rigidez muscular e dificuldade para dar início a movimentos.

A degeneração de outra parte pode causar a doença de Huntington, resultando em coréia ou movimentos incontrolláveis.

Os gânglios da base, com seu papel de empacotadores e inibidores de comportamentos, já foram implicados no ato de xingar e praguejar por duas linhas de evidências. Uma é um estudo de caso de um homem que havia sofrido um derrame nos gânglios da base do lado direito, o que o deixou com uma síndrome que é o exato oposto da afasia clássica.³⁵ Ele era capaz de conversar fluentemente, em frases gramaticais, mas não conseguia cantar músicas conhecidas, recitar orações e bênçãos há muito decoradas nem falar palavrões — nem mesmo quando se dava a ele o começo do palavrão e ele só tinha que completá-lo.

Os gânglios da base têm um papel bem mais famoso nos palavrões, graças a uma síndrome que era desconhecida para a maioria das pessoas até a década de 1980, quando de repente começou a ser mostrada por dezenas de roteiros de TV: A síndrome de Gilles de La Tourette, abreviada como síndrome de Tourette ou apenas Tourette.³⁶ A síndrome de Tourette é um problema neurológico ainda pouco compreendido e ligado a anormalidades, em parte hereditárias, nos gânglios da base. Como bem sabem os fãs da TV, seu sintoma mais pitoresco é um tique vocal que consiste em gritar obscenidades, tabuísmos étnicos e outros tipos de agressão verbal.³⁷ Esse sintoma é denominado *coprolalia* (discurso de fezes), de uma raiz grega também presente em *coprófilo* (que vive nas fezes) e *coprólito* (fezes de dinossauro fossilizado). Na verdade, a coprolalia só acontece com uma minoria das vítimas da síndrome de Tourette; os tiques mais comuns são piscadas, espasmos, pigarros e repetição de palavras ou sílabas.

A coprolalia exhibe toda a variedade de tabuísmos, e usa significados parecidos em línguas diferentes, o que sugere que os palavrões, na verdade, são um fenômeno neurobiológico coerente. Uma recente revisão na literatura cataloga as seguintes palavras ditas por pacientes americanos da síndrome de Tourette, das mais frequentes para as menos frequentes:³⁸

fuck, shit, cunt, motherfucker, prick, dick, cocksucker, nigger, cockey, bitch, pregnant-mother, bastard, tits, whore, doody, penis, queer, pussy, coitus, cock, ass, bowel movement, fangu (foder em italiano), homosexual, screw, fag, faggot, schmuck, blow me, wop

[foder, merda, boceta, filho-da-puta, caralho/idiota, pica/imbecil, boiola, macaco, metido, puta, mãe grávida, filho-da-puta, tetas, vadia, cocô, pênis, veadinho, xana,

coito, caralho, cu, defecar, fangu (foder em italiano), homossexual, ferrar, bicha, boiola, babaca, chupa, carcamano]

Os pacientes também podem produzir expressões mais compridas como *Goddammit* [Maldito], *You fucking idiot* [Idiota da porra], *Shit on you* [Vai cagar] e *Fuck your fucking fucking cunt* [Enfia nessa sua boceta do caralho]. Uma lista de pacientes falantes do espanhol inclui *puta*, *mierda*, *cono* [boceta], *joder* [foder], *mari-cón* [bichona], *cojones* [colhões], *hijo de puta* [filho-da-puta] e *hostia* [hóstia]. Uma lista de falantes do japonês inclui *sukebe* (lascivo), *chin chin* (caralho), *bakataru* (idiota), *dobusu* (feio), *kusobaba* (velha nojenta), *chikusho* (filho-da-puta) e um espaço vazio na lista discretamente identificado como “órgãos sexuais femininos”. Há até o registro de um paciente surdo da síndrome de Tourette que dizia “fuck” [foder] e “shit” [merda] na Língua Americana de Sinais.

Os surtos dos pacientes da síndrome de Tourette não são literalmente involuntários, mas são uma resposta a uma necessidade esmagadora, como uma coceira insuportável ou a vontade cada vez maior de piscar ou bocejar. Esse cabode-guerra entre um impulso indesejado e as forças do autocontrole faz lembrar um dos sintomas do transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) chamado tentação para o terrível — o medo obsessivo de fazer algo horrendo como gritar “Fogo!” num cinema lotado ou empurrar alguém da plataforma do metrô. Como na síndrome de Tourette, que costuma acompanhar, o TOC parece envolver um desequilíbrio entre o pedal do freio e os circuitos de aceleração nos gânglios da base. O transtorno sugere que um dos papéis dos gânglios da base seja classificar determinados pensamentos e desejos como impensáveis — tabus — para mantê-los sob controle. Ao classificar, isolar e inibir esses pensamentos, os gânglios da base solucionam o paradoxo de que é preciso pensar no impensável para saber que você não devia estar pensando nele — o motivo para as pessoas terem dificuldade para seguir a instrução “Não pense num urso-polar”.³⁹ Em condições normais os gânglios da base escondem nossos pensamentos e ações ruins com um sinal de Não Entre, mas, quando sua ação está debilitada, os cofres e esconderijos podem se dismantelar, e os pensamentos que classificamos como impensáveis ou indizíveis podem se impor.

Em pessoas sem lesões, os ditos sistemas executores do cérebro (que compreendem o córtex pré-frontal e outra parte do sistema límbico, o córtex cingulado anterior) monitoram o comportamento originário do resto do cérebro e

interferem nele. Essa pode ser a origem das obscenidades truncadas que usamos quando estamos junto de pessoas educadas e que funcionam como as piores imprecações de padres e tias solteironas quando eles dão uma topada. Cada uma das obscenidades padrão oferece opções de alternativas “censuradas”:⁴⁰

Para *God* [Deus]: egad, gad, gadzooks, golly, good grief, goodness gracious, gosh, Great Caesar’s ghost, Great Scott

Para *Jesus*: gee, gee whiz, gee willikers, geez, jeepers creepers, Jiminy Cricket, Judas Priest, Jumpin’ Jehoshaphat

Para *Christ*: crikes, crikey, criminy, cripes, crumb

Para *damn* [maldito / danação]: dang, darn, dash, dear, drat, tarnation (de *eternal damnation*)

Para *goddam* [maldito]: consarn, dadburn, dadgum, doggone, goldarn

Para *fuck* e *fucking* [foder / da porra]: fiddlesticks, fiddledeedee, foo, fudge, fug, fuzz; effing, flaming, flipping, freaking, frigging

Para *bugger* [depravado]: bother, boy, brother

Para *bloody* [maldito, desgraçado]: blanking, blasted, blazing, bleeding, bleeping, blessed, blighter, blinding, blinking, blooming, blow

Em *Pigmalião*, Henry Higgins é advertido por sua governanta a não falar palavras diante de Eliza:

MRS. PEARCE: [...] there is a certain word I must ask you not to use. The girl has just used it herself because the bath was too hot. It begins with the same letter as *bath*. She knows no better: she learnt it at her mother’s knee. But she must not hear it from your lips.

HIGGINS: I cannot charge myself with having ever uttered it, Mrs. Pearce. Except perhaps in a moment of extreme and justifiable excitement.

MRS. PEARCE: Only this morning, sir, you applied it to your boots, to the butter, and to the brown beard.

HIGGINS: Oh, that! Mere alliteration, Mrs. Pearce, natural to a poet.

[SRA. PEARCE: [...] há uma palavra que devo lhe pedir que não use. A menina acabou de usá-la porque a água do banho estava quente demais. Começa com a mesma letra que *banho*. Ela não tem outra alternativa, aprendeu com a mãe. Mas não pode ouvi-la da boca do senhor.

HIGGINS: Não creio que já a tenha pronunciado alguma vez, senhora Pearce. Exceto talvez num momento extremo e justificável de emoção.

SRA. PEARCE: Só hoje de manhã o senhor a aplicou a suas botas, à manteiga e à barba castanha.

HIGGINS: Ah, aquela! Simples aliteração, senhora Pearce, natural a um poeta.]

Os recursos que são naturais para um poeta são a fonte da maioria dos eufemismos para os tabuísmos. A aliteração e a assonância se destacam nas profanações disfarçadas da lista que acabamos de ver. A rima nos dá *ruddy* [vermelho] para *bloody* [maldito/ sanguinolento], *son of a gun* [filho de uma arma] para *son of a bitch* [filhoda- puta] e as dezenas de substituições para palavras tabus na gíria cockney, como *raspberry* [framboesa] para *fart* [peido] (de *raspberry tart* [torta de framboesa]) e *Friar* [frei] para *fuck* [foder] (de *Friar Tuck* [Frei Tuck, das histórias de Robin Hood]). Também levou à estereotipada imprecação francesa *Sacre bleu!* de *Sacre Dieu*.

Os recursos poéticos, em geral, repetem uma das estruturas mentais que organizam as palavras em nossa cabeça, como som inicial, rima e terminação.⁴¹ Os fonologistas também já identificaram estruturas mais abstratas que essas. As sílabas que compõem uma palavra estão ligadas a um esqueleto que define o metro rítmico da palavra e sua decomposição em morfemas.⁴² Quando partes de um esqueleto lingüístico são repetidas na poesia ou na retórica, temos o recurso denominado paralelismo estrutural (como no Salmo 23 em inglês, “He maketh me lie down in green pastures/ He leadeth me beside the still waters” [Ele me faz repousar nos pastos verdejantes/ Leva-me para junto das águas de descanso]). No mundo dos palavrões, observamos o paralelismo estrutural em diversos eufemismos para *bullshit* [cascata/ bosta de touro] que só têm em comum com ele sua estrutura métrica e morfológica. Muitos termos para a falta de sinceridade, lengalenga e baboseiras são compostos formados de duas palavras enfáticas, sejam monossílabas ou troqueus, com o acento tônico na primeira:

applesauce, balderdash, blatherskite, claptrap, codswallop, flapdoodle, hogwash, horsefeathers, humbug, moonshine, poppycock, tommyrot

[tolice/ purê de maçã, lengalenga, besteira, bobagem pretenciosa/ armadilha para aplausos, nonsense/ gororoba de bacalhau, blablablá/ rabiscos para lá e para cá, asneira/ lavagem para porcos, bobagem/ pluma de cavalo, trapaça/ mosquito de zune, futilidade/ brilho do mar, conversa fiada/ exibir a papoula, baboseira/ pão estragado]

Outro terreno fértil para termos agressivos é o simbolismo fonético. As imprecações tendem a usar sons percebidos como rápidos e rudes.⁴³ Elas tendem a ser monossílabas ou troqueus, e contêm vogais curtas e consoantes oclusivas, especialmente *k* e *g*:

fuck, cock, prick, dick, dyke, suck, schmuck, dork, punk, spick, mick, chink, kike,
gook, wog, frog, fag
pecker, honky, cracker, nigger, bugger, faggot, dago, paki

[foder, caralho, pau, pica, sapata, chupar, babaca, bundão, punk, cucaracha, irlandês,
china, judeuzinho, vietnamita, escurinho, francês metido, bicha
pica, branquelo, gostosa, macaco, pervertido, bichinha, carcamano, paquistanês]

(Nos anos 1970, um amigo meu viu um adesivo num carro que dizia NO NUKES [não à bomba nuclear], na época um termo pouco conhecido, e achou que era um slogan racista!) Hughes afirma:

Embora se possa objetar, com razão, que a maioria dos palavrões não é nem um pouco original [...] é possível observar certa afinidade com a poesia. Em ambos os campos os termos usados têm forte carga emocional e são bastante metafóricos; efeitos extremados e marcados são criados pela aliteração ou pelo atrito entre diversos registros do arcabouço léxico, e o ritmo é muito importante.⁴⁴

A SEMÂNTICA DO PALAVRÃO: PENSAMENTOS SOBRE DEUSES, DOENÇAS, NOJEIRAS E SEXO

Agora que já fizemos um passeio pelas bases lingüísticas, psicológicas e neurológicas dos palavrões, será que somos capazes de identificar um traço comum em seu sentido e seu uso? O mais óbvio é a emoção negativa e intensa. Graças ao caráter automático da percepção do discurso, o tabuísmo seqüestra nossa atenção e nos obriga a pensar em suas conotações desagradáveis. Isso nos deixa, a todos nós, vulneráveis a um ataque mental sempre que estamos no raio de alcance auditivo de qualquer outro falante, como se estivéssemos amarrados a uma cadeira e sujeitos a levar um soco ou um choque a qualquer momento. Para entender os

palavrões, portanto, temos de analisar que tipo de pensamento desagradava às pessoas, e por que uma pessoa queria infligir esses pensamentos a outra.

A raiz histórica dos palavrões no inglês e em muitas outras línguas está, por mais estranho que pareça, na religião.⁴⁵ Vemos isso no terceiro mandamento, na popularidade de *hell* [inferno], *damn* [maldição], *God* [Deus] e *Jesus Christ*, e em muitos termos para a própria linguagem dos tabus: *profanidade* (aquilo que não é sagrado), *blasfêmia* (literalmente “fala do diabo”, mas na prática desrespeito a uma divindade) e *swearing* [xingar], *cursing* [praguejar] e *oaths* [maldições/juramentos], que surgiram originalmente com a invocação de uma divindade ou de um de seus símbolos, como o tabernáculo, o cálice e a hóstia estranhamente presentes na maledicência católica.

Nos países de língua inglesa, hoje em dia, as imprecações religiosas mal causam impacto. O vento já levou o tempo em que as pessoas ficavam melindradas quando um personagem de um filme dizia: “Frankly, my dear, I don’t give a damn” [Para ser sincero, querida, estou pouco me danando]. Se algum personagem atual ficar ofendido com esses termos, será só para mostrá-lo como um puritano antiquado. A amenização dos tabuísmos religiosos é consequência óbvia da laicização da cultura Ocidental. Como afirmou G. K. Chesterton, “A blasfêmia em si não pode durar mais que a religião; se alguém duvidar, que tente blasfemar Odin”. Para entender os vulgarismos religiosos, portanto, temos de nos colocar na pele dos nossos ancestrais lingüísticos, para quem Deus e o inferno eram presenças reais.

Juramentos e pragas, no sentido de garantia de promessas, nos levam ao mundo doutor-fantastiqueano das táticas paradoxais, em que se prejudicar voluntariamente pode funcionar a favor da pessoa.⁴⁶ Imagine, por exemplo, que você tem de fazer uma promessa. Talvez queira pedir dinheiro emprestado, e aí tem de prometer devolvê-lo. Talvez você queira que alguém gere e sustente seu filho e que ignore todos os outros, e aí tem de prometer ser fiel. Talvez você queira fazer negócio com alguém, e aí tem de prometer entregar bens ou serviços no futuro em troca de algo que está recebendo hoje. Por que o alvo da promessa deveria acreditar em você, sabendo que você sairia ganhando se não a cumprisse? A resposta é que você pode se submeter a uma contingência que lhe imporia uma penalidade se você desonrasse a promessa, de preferência uma pena tão certa e severa que fizesse com que você sempre preferisse cumprir a palavra. Dessa maneira, seu parceiro não precisa confiar só na sua palavra; pode confiar no seu interesse próprio.

Hoje em dia garantimos o cumprimento de nossas promessas com contratos que nos tornam alvo de punição se dermos para trás. Hipotecamos a casa,

dando ao banco permissão de retomá-la se não pagarmos o empréstimo. Submetemo-nos às leis do casamento, dando a nossos companheiros o direito à pensão e à divisão dos bens se os abandonarmos ou maltratarmos. Pagamos caução, que perdemos se não cumprirmos nossas obrigações. Mas, antes de existir tal aparato legal e comercial para garantir nossos contratos, éramos os responsáveis por nossa própria punição. As crianças ainda selam suas promessas dizendo “I hope to die if I tell a lie” [Que eu morra se mentir]. Os adultos faziam a mesma coisa, invocando a ira divina, como em *May God strike me dead if I'm lying* [Que um raio caia na minha cabeça se eu estiver mentindo] e variações como *God is my witness* [Deus é testemunha], *Blow me down!* [Me derrube!], *Shiver me timbers!* [Me despedace!] e *God blind me!* [Que Deus me cegue!] — a fonte do britânico *blimey*.⁴⁷

É claro que esse tipo de promessa tinha muito mais credibilidade numa época em que as pessoas achavam que Deus ouvia suas súplicas e tinha o poder de concretizá-las. Ao mesmo tempo, toda vez que alguém renega uma promessa e não é punido pelo chefe lá de cima, isso lança dúvidas sobre a existência e o poder dele, ou pelo menos sobre se ele está mesmo prestando atenção. Os representantes terrenos de Deus se apressam então a preservar a crença de que ele ouve, sim, e toma providências em questões importantes, e não gostam nada quando as pessoas enfraquecem a marca invocando Deus como a força que move coisinhas pequenas. Daí a proibição de dizer o nome do Senhor em vão.

Para não ter de convocar Deus literalmente como fiador, dá para consagrar as promessas de um jeito mais diplomático, colocando indiretamente Deus na história. (Como veremos no próximo capítulo, às vezes as ameaças mais eficazes são as veladas.) Dá para ligar a credibilidade da pessoa a pertences divinos que supostamente interessam a Deus, como seu nome, seus símbolos, seus escritos e as partes de seu corpo. Daí vem o fenômeno de “jurar por” e “jurar sobre”. Até hoje, as testemunhas nos tribunais norte-americanos têm de jurar sobre a Bíblia, como se um ato de perjúrio que passasse incólume pelo sistema judicial fosse ser punido por um Deus que a tudo ouve e que se ofende fácil. Antigamente, os ingleses juravam por reminiscências horríveis da crucificação: o sangue de Deus (*'sblood*), suas unhas, suas feridas (daí *zounds* [algo como uau]), seus pregos (*gadzooks* [algo como caramba]) e seu corpo (*odsbodikins* [algo como pelas barbas do profeta]).⁴⁸ Também juravam sobre a cruz, de onde veio o “Cross my heart” [Faça uma cruz no meu coração] dos juramentos infantis. Talvez o mais criativo tenha sido Oliver Cromwell, que escreveu para a Igreja da Escócia: “I beseech you, in the bowels of

Christ, think it possible you may be mistaken” [Eu lhes rogo, pelos intestinos de Cristo, que pensem na possibilidade de estarem enganados].

Mesmo que esses juramentos não sejam encarados como algo que literalmente tenha o poder de impor punições divinas pelo não-cumprimento, eles indicam uma distinção entre as garantias cotidianas para favores pequenos e promessas solenes sobre questões mais graves. A santidade de uma relíquia religiosa é um construto social que só existe se for tratado com temor e reverência por todos dentro da comunidade. Isso exige um controle mental coletivo para que ninguém olhe para uma coisa sagrada como se ela não tivesse importância, nem pense nela ou fale sobre ela à toa. Colocar o sagrado na discussão quando se faz uma promessa é obrigar os ouvintes a pensar em uma coisa sobre a qual eles não pensam despreocupadamente e, portanto, é um jeito de mostrar que se está falando sério. Pela mesma moeda, se as pessoas juram por uma entidade sagrada a torto e a direito, o caráter sagrado fica ameaçado pela inflação semântica, e as autoridades que baseiam seu poder nesse caráter tomarão providências para evitar que isso aconteça. As leis contra esse “juramento” podem até ganhar apoio popular, já que as pessoas querem manter o pó da língua seco para quando *elas* quiserem usar um juramento, sem deixar que os outros o gastem por excesso de uso.

Embora a invocação de sangue e entranhas para selar uma promessa possa parecer arcaica, a psicologia que a explica ainda está entre nós. Até pais sem nem um pingão de superstição não diriam “Juro pela vida do meu filho” à toa. A própria *idéia* de matar o filho por uma vantagem distante é mais que desagradável; deveria ser impensável para um pai ou uma mãe de verdade, e cada neurônio do cérebro da pessoa deveria ser programado contra ela. Pensar voluntariamente nisso não é coisa pouca, e serve como uma espécie de auto-ameaça que reforça a credibilidade de uma promessa. O fato de ser literalmente inconcebível trair alguém íntimo ou um aliado é a base da psicologia dos tabus em geral, e é essa visão de mundo que sustenta o juramento sobre coisas sagradas, seja uma punição religiosa ou a vida de um filho.⁴⁹ E, graças à natureza automática do processamento da fala, as mesmas palavras sagradas que consagram promessas — o sentido de “garantia da promessa” de *swearing* [jurar/falar palavrão] — podem ser usadas para chamar a atenção, para chocar ou para infligir dor física num ouvinte — o sentido de “palavrão” de *swearing*.

A religião também está presente no outro verbo ambíguo para os tabuísmos, *cursing* [amaldiçoar]. Como veremos, praticamente qualquer desgraça ou insulto podem ser desejados a alguém numa praga, mas o cristianismo deu aos execradores

um pensamento especialmente desagradável a ser imposto a seus alvos: a possibilidade de passar a eternidade no inferno. Hoje, *Go to hell!* [Vai pro inferno!] e *Damn you!* [Vá se danar] estão entre os nossos epítetos mais leves, mas eles seriam bem mais carregados numa era em que as pessoas realmente teriam ser condenadas a viver para sempre entre chamas, com uma sede desesperadora, demônios terríveis e gritos e gemidos arrepiantes. Talvez o mais perto que possamos chegar de reproduzir o impacto original das pragas de danação seja imaginar alguém nos olhando no olho e dizendo: “Tomara que você seja condenado por sonegação de impostos e condenado a vinte anos de prisão. Tomara que sua cela seja abafada e úmida e cheia de baratas, e que feda a urina e excrementos. Tomara que você tenha três companheiros de cela bem depravados que te espanquem e te violentem toda noite”. E assim por diante. Considerando como as pragas *poderiam* ser brutais, e como deviam ser brutais quando a maioria das pessoas acreditava no inferno, devíamos ficar felizes de a maior parte dos esquentadinhos de hoje em dia se ater a um pequeno léxico de imprecações escatológicas e sexuais gastas, que há muito tempo perderam a força de suas imagens.

Outro campo semântico que perdeu seu veneno foi o da doença e da pestilência, como em *A plague on both your houses!* [Uma peste na casa de vocês dois!] (de *Romeu e Julieta*), *A pox on you!* [Que você pegue uma doença!] e o polonês-ídiche *Cholerya!* (cólera). Numa era em que temos saneamento básico e antibióticos, é difícil captar o poder dessas alusões. Ajuda visualizar a cena do “Tragam seus mortos” em *Monty Python em busca do cálice sagrado*, ou consultar um livro de medicina sobre as pústulas, as hemorragias, as úlceras oculares, a diarreia e outros sintomas horrendos dessas doenças. O equivalente de hoje em dia poderia ser “Tomara que você fique preso num incêndio e tenha queimaduras de terceiro grau no corpo inteiro. Tomara que você tenha um derrame e passe o resto da vida babando, todo retorcido, numa cadeira de rodas. Tomara que você tenha câncer nos ossos e defina na frente dos seus entes queridos”. Mais uma vez, os críticos culturais que acham que praguejar é um sinal da falta de refinamento de nossa cultura deviam levar em conta como nossas pragas são amenas pelos padrões históricos. É revelador que haja certo tabu em torno do nome de nosso mal mais temido, o *câncer*. Ele criou eufemismos como *the big C* [a doença que começa com C], *malignancy* [malignidade], *neoplasm* [neoplasia], *mitotic figure* [silhueta mitótica] e uma que ainda aparece em muitos obituários, *a long illness* [uma longa enfermidade].

Embora não praguejemos mais com base em doenças, praguejamos sim com base em líquidos corporais e nos orifícios e atos de excreção. *Shit* [merda], *piss* [mijo/deixar puto] e *asshole* [cuzão] ainda são indizíveis na TV aberta e impublicáveis na maioria dos jornais. O *New York Times*, por exemplo, identifica atualmente um best-seller do filósofo Harry Frankfurt como “*On bull —*”. *Fart* [peido/peidar] é quase tão inaceitável quanto: o *Times* o publica se dentro do epíteto para velhos *old fart*, mas não como o termo vernacular para flatulência. *Ass* (ou *arse*) [cu], *bum* [bunda], *snot* [meleca de nariz] e *turd* [cocô] também estão no limite da respeitabilidade.

Bloody [maldito/sanguinolento] é outra palavra que remete a um fluido corporal. Assim como em muitos tabuísmos, ninguém sabe bem de onde ele veio, porque as pessoas tendem a não colocar profanidades no papel. Isso não impediu que as pessoas inventassem várias etimologias folclóricas, como vimos no capítulo 6 com “*Fornication Under the Consent of the King*” [fornicação com o consentimento do rei] e “*Ship High in Transit*” [mantenha elevado quando em trânsito]. Hughes observa: “Tenho certeza de que não sou o primeiro logófilo a ser informado (em várias ocasiões, e com um ar de certeza absoluta) de que a origem de *bloody* está na jaculatória religiosa *By our lady!* [Por Nossa Senhora!]”.⁵⁰ Nem ferando, dizem os historiadores. E *God’s blood* [sangue de Deus] também não é a fonte. *Bloody* é provavelmente mais uma palavra que virou tabu por se referir a uma substância corporal melequenta, talvez o sangue que vaza de uma ferida, talvez o sangue menstrual. A menstruação é alvo de vários tabus judaico-cristãos. Um judeu ortodoxo, por exemplo, pode se recusar a apertar a mão de uma mulher para não correr o risco de ela estar “impura”.

Algumas pessoas não entendem por que *cunt* [boceta] virou tabu. Não é só uma palavra impublicável para vagina, mas é também o epíteto mais ofensivo para uma mulher nos Estados Unidos, e um termo não muito polido para um homem na Grã-Bretanha e na Comunidade Britânica. Era de se imaginar que, num mundo dominado pelos homens, a vagina fosse reverenciada, não rejeitada. Afinal de contas, já se disse que, assim que sai dela, o garoto passa o resto da vida tentando voltar. O enigma fica menos misterioso se se pensar nas conotações numa era anterior aos absorventes internos, ao papel higiênico, aos banhos regulares e aos remédios contra fungos.

Em geral, a aceitabilidade dos tabuísmos tem uma ligação apenas esparsa com a aceitabilidade de seu referente, mas no caso dos tabuísmos para fluidos cor-

porais a correlação é bem constante. *Shit* [merda] é menos aceitável que *piss* [mijo], que por sua vez é menos aceitável que *fart* [peido], que é menos aceitável que *snot* [caca de nariz], que é menos aceitável que *spit* [cuspe] (que nem é tabu). É a mesma ordem da aceitabilidade de eliminar essas substâncias em público.⁵¹

Os lingüistas Keith Allan e Kate Burridge tentaram ampliar essa observação submetendo funcionários e alunos de suas universidades australianas a um Questionário de Nojentice.⁵² Empatados em primeiro lugar ficaram as fezes e o vômito. O sangue menstrual (para os homens) veio em seguida, seguido da urina e do sêmen. Depois, em ordem decrescente de nojentice, houve um empate triplo entre flatulência, pus e catarro, seguido por sangue menstrual (para as mulheres), arroto, pele descascando, suor, fragmentos de unha, hálito, sangue de ferida, cabelo emaranhado, leite materno e lágrimas. A correlação com a vulgaridade está longe de ser perfeita: embora o vômito e o pus sejam definitivamente repulsivos, não têm termos que sejam tabus em inglês. Mesmo assim, as palavras chulas para eflúvios do corpo se acumulam no alto da escala, incluindo os tabuísmos para sêmen como *cum*, *gizzum*, *jizz* e *cream*.

As palavras para líquidos corporais são tabus em muitas culturas, assim como os próprios fluidos. Os biólogos Valerie Curtis e Adam Biran resumem os resultados de questionários aplicados na Europa, na Índia e na África: “As secreções corporais são os elementos mais destacados, em geral, como deflagradores da sensação de nojo. As fezes aparecem em todas as listas, enquanto vômito, suor, cuspe, sangue, pus e fluidos sexuais aparecem com frequência”.⁵³ Os eflúvios têm uma carga emocional que faz com que eles tenham papel predominante no vodu, na bruxaria e em outros tipos de simpatia e magia.⁵⁴ Em muitas culturas se acredita que é possível prejudicar uma pessoa mutilando ou enfeitiçando fezes, saliva, sangue, unhas e cabelo dela, e que a pessoa pode ser protegida do perigo se essas substâncias forem amaldiçoadas, enterradas, jogadas na água ou descartadas de forma bem evidente. A potência dessas substâncias na cabeça das pessoas também faz com que elas sejam usadas em remédios e feitiços, muitas vezes em doses homeopáticas ou purificadas. A sensação do nojo e a psicologia das simpatias são coisas interligadas. Os psicólogos Paul Rozin e April Fallon já mostraram que os ocidentais modernos respeitam as leis do vodu em suas reações de nojo, como se afastar de um objeto só por ele se parecer com uma substância nojenta ou se tiver tido contato com alguma no passado.⁵⁵ A magia das palavras simplesmente coloca mais um elo nessa cadeia de associações, e dá também às *palavras* para os eflúvios o poder de causar repulsa.

A repulsa aos eflúvios também pode ser controlada, é claro, como acontece no sexo, na medicina, na enfermagem e nos cuidados com animais e bebês. Como veremos, essa dessensibilização conta com a colaboração ocasional de eufemismos que amenizam a repugnância.

A enorme importância que as pessoas costumam dar aos fluidos corporais — tanto às palavras quanto às substâncias — já intrigou muitos observadores. Nas palavras do acadêmico da religião A. K. Reinhart, “pus, vômito, urina, menstruação, líquidos sexuais e outros (são) todas substâncias e atos que, por algum motivo, muitas culturas tendem a encarar como repugnantes e, apesar de sua presença constante na vida humana, como anormais”.⁵⁶ Curtis e Biran identificam o motivo.⁵⁷ Não pode ser coincidência, observam eles, que as substâncias nojentas sejam ao mesmo tempo os mais perigosos vetores de doenças. As fezes são uma rota de transmissão de vírus, bactérias e protozoários que causam pelo menos vinte doenças intestinais, como ascaríase, hepatite A e E, pólio, amebíase, teníase, cólera e tétano. O sangue, o vômito, o catarro, o pus e os fluidos sexuais também são veículos atraentes para que os patógenos passem de um corpo para o outro. Nos países modernos, a descarga do vaso sanitário e a coleta de lixo nos separam rapidamente de nossos eflúvios, mas no resto do mundo eles transmitem milhões de casos de doença todos os anos. Até os cidadãos de países industrializados podem ficar facilmente sob a ameaça de cólera e febre tifóide quando há guerras ou desastres naturais, como a inundação de Nova Orleans depois do furacão Katrina, em 2005.

O componente mais forte da reação de nojo é o desejo de não comer a substância em questão, nem encostar nela.⁵⁸ Mas também é nojento *pensar* nos fluidos corporais, assim como sobre as partes do corpo e as ações que os excretam, e, devido à involuntariedade da percepção da fala, é desagradável ouvir as palavras que as descrevem. Os eflúvios que provocam as reações mais intensas de nojo são os viscosos, mas a urina também é razoavelmente nojenta, e a palavra *piss* [mijo/deixar puto] é um tabu leve. A urina não costuma ser infecciosa, mas é, claro, uma excreção que retira metabólitos e toxinas que o corpo não quer e, portanto, não deve ser lá muito bonita. Os vermes são uma grande classe dos vetores de doença, e são amplamente classificados como nojentos.⁵⁹ Não é de surpreender que eles emprestem seus nomes em inglês a imprecisões verbais como *rat* [rato], *louse* [piolho], *worm* [verme], *cockroach* [barata], *insect* [inseto] e *slug* [lesma], embora as palavras não cheguem ao patamar de tabu. É um mistério a razão exata

de determinadas palavras para coisas desagradáveis serem tabus em certa cultura ou era e outras não. Talvez os tabuísmos tenham de ser adquiridos em situações emocionais da infância. Ou talvez eles se autopерpetuem, e permaneçam tabus enquanto as pessoas as tratarem como tabus.

A outra grande fonte para os tabuísmos é a sexualidade. Desde os anos 1960, muitos pensadores progressistas acham que esse tipo de tabu é absolutamente ridículo. O sexo é uma fonte de prazer mútuo, argumentam eles, e deve ser libertado do estigma e da vergonha. A pudicícia em torno dos termos sexuais só pode ser uma superstição, um anacronismo, talvez resultado de despeito, como na definição de *puritanismo* de H. L. Mencken, que diz que ele é “o pavor de que alguém, em algum lugar, possa estar feliz”. Lenny Bruce encerrava seu esquete “Did you come?” [Gozou?] dizendo: “Se alguém nesta sala acha que o verbo intransitivo *to come* [gozar] é obsceno, vil e vulgar — se dói nos seus ouvidos e você me acha o homem mais grosso do mundo por dizê-lo —, então provavelmente *você* não goza”.

Nossa imprecação sexual mais comum também intrigava Bruce:

What’s the worst thing you can say to anybody? “Fuck you, Mister.” It’s really weird, because if I really wanted to hurt you I should say “Unfuck you, Mister”. Because “Fuck you” is really *nice*! “Hello, Ma, it’s me. Yeah, I just got back. Aw, fuck you, Ma! Sure, I mean it. Is pop there? Aw, fuck you, Pop!”⁶⁰

[Qual é a pior coisa que se pode dizer a alguém? “Vai se foder.” É mesmo esquisito, porque, se eu quisesse mesmo ofender, devia dizer “Vai se desfoder”. Porque “Vai se foder” é uma coisa *boa*! “Oi, mãe, sou eu. É, acabei de chegar. Ai, vai se foder, mãe! Claro que é verdade. E o pai, está aí? Ai, vai se foder, pai!”]

Parte da confusão vem da estranha sintaxe de *Fuck you*, que, como veremos, não significa na verdade “Vá fazer sexo”. Mas também vem de uma miopia moderna (especialmente entre rapazes) para quanto a sexualidade pode ser incendiária ao longo de toda a experiência humana.

Imagine que dois adultos acabaram de manter uma relação sexual consentida. Todo mundo se divertiu? Não necessariamente. Um dos parceiros pode encarar o ato como o princípio de uma relação de vida inteira, e o outro como um caso

de uma noite só. Um pode estar infectando o outro com uma doença. Um bebê pode ter sido concebido, sem que seu bem-estar tenha sido planejado no ardor da paixão. Se os dois forem parentes, o bebê pode herdar duas cópias de algum gene recessivo prejudicial e ficar suscetível a um defeito genético. Pode haver rivais românticos nos bastidores, que ficariam enfurecidos se descobrissem, ou um marido chifrudo que corre o risco de criar o filho de outro homem, ou uma mulher traída que corre o risco de perder o sustento dos filhos. Pode ser que os pais tenham planos de casamento para um dos participantes, envolvendo grandes somas de dinheiro ou uma aliança importante com outro clã. E em outras ocasiões pode ser que um dos dois participantes não seja adulto, ou que não tenha consentido.

Há muita coisa em jogo no sexo, como exploração, doença, ilegitimidade, incesto, ciúme, violência conjugal, traição, abandono, hostilidades, violência infantil e estupro. Esses perigos existem há muito tempo e deixaram sua marca em nossos costumes e em nossas emoções. Pensar sobre sexo costuma ser pesado, não é uma coisa fácil. As *palavras* para o sexo podem ser ainda mais delicadas, porque, além de evocar os pensamentos carregados, implicam o compartilhamento desses pensamentos entre duas pessoas. Além dos mais, os pensamentos são devidamente registrados, isto é, cada um dos lados sabe que o outro sabe que ele ou ela vem pensando sobre o sexo que está sendo discutido. Como veremos no próximo capítulo, com isso o diálogo fica envolvido em uma camada extra de intriga.

A psicologia evolutiva já descreveu os conflitos de interesse que são inerentes à sexualidade humana, e alguns desses conflitos se desenrolam na arena lingüística.⁶¹ Falar abertamente sobre sexo transmite a idéia de que o sexo é uma coisa casual, como jogar tênis ou colecionar selos, e os parceiros podem ter essa sensação. Mas talvez quem sinta mais as implicações a longo prazo seja um círculo mais amplo de interessados. Pais e outros familiares mais velhos podem ficar preocupados com o futuro dos planos que fizeram para a linhagem da família, e a comunidade pode ficar prestando atenção nos filhos ilegítimos que surgirem em seu seio, e na dissimulação e concorrência, às vezes violenta, que podem acompanhar a liberdade sexual. O ideal do sexo como uma comunhão sagrada entre um casal monógamo pode ser antiquado e até pouco realista, mas certamente é conveniente para quem comanda a família e a sociedade. Não é surpresa encontrar tensões com guardiães da comunidade pelo fato de pessoas falarem casualmente sobre sexo (acompanhadas da hipocrisia entre os guardiães, em se tratando de seu próprio sexo casual).

Ainda mais aguçado que os conflitos sexuais entre jovens e mais velhos e entre indivíduos e a sociedade é o conflito entre homens e mulheres. Somos mamíferos, herdamos a assimetria que marca a classe: em todo ato reprodutivo, as fêmeas ficam comprometidas com longos períodos de gestação e lactação, enquanto os machos só precisam de uns poucos minutos de cópula. O macho pode ter uma prole maior se cruzar com várias fêmeas, enquanto a fêmea não vai ter uma prole maior se cruzar com vários machos — embora seus filhotes tenham um melhor desenvolvimento se ela escolher um parceiro disposto a investir neles ou que possa dotá-los de bons genes. Não surpreende que em todas as culturas os homens corram mais atrás de sexo, estejam mais dispostos a fazer sexo sem compromisso e sejam mais propensos a seduzir, enganar ou coagir para conseguir sexo.⁶² Sem levar em conta outras circunstâncias, o sexo sem compromisso favorece os homens, tanto genética quanto emocionalmente. Era de esperar que a *fala* descompromissada sobre sexo mostrasse a mesma assimetria, e é o que acontece. Os homens falam mais palavrão, na média, e muitos tabuísmos sexuais dão a sensação de ser especialmente degradantes para as mulheres — daí a antiga proibição de falar palavrão “quando há senhoras no recinto”.⁶³

A diferença na tolerância masculina e feminina para a linguagem sexual pode remeter ao estereótipo da imagem de uma mulher da época vitoriana, que ao ouvir uma expressão chula leva o punho à testa e desmaia no divã. Mas uma consequência inesperada da segunda onda de feminismo na década de 1970 foi o recrudescimento da sensação de ofensa com os palavrões, a face lingüística da campanha contra a pornografia. Groucho Marx ia levar um susto se soubesse que as universidades e empresas de hoje em dia implementaram sua plataforma de governo para a Freedônia em *O diabo a quatro*: Ninguém pode fumar nem contar piada suja. Muitas diretrizes sobre abuso sexual incluem “contar piadas sobre sexo” em suas definições, e em 1993 o jornalista veterano David Nyhan, do *Boston Globe*, foi obrigado a pedir desculpas e doar 1250 dólares a uma organização de defesa dos direitos das mulheres porque uma funcionária o ouviu usando a palavra *pussy-whipped* [sob o chicote da xana/pejorativo para marido submisso] com um colega de redação que tinha recusado seu convite para jogar basquete depois do trabalho.⁶⁴ A escritora feminista Andrea Dworkin, famosa pelo ativismo contra a pornografia e pela sugestão de que toda relação sexual é estupro, foi explícita ao ligar a linguagem sexual rude à opressão das mulheres:

Foder exige que o homem aja em alguém que tem menos poder, e essa estipulação de valor é tão profunda, tão implícita no ato, que quem é fodido fica estigmatizado [...]. No sistema masculino, sexo é pênis, pênis é poder sexual, seu uso na foda é masculinidade.⁶⁵

Embora dê vontade de classificar a nova investida contra o palavreado sexual chulo como uma volta ridícula aos tempos da delicadeza vitoriana, ainda é verdade que o clima de licenciosidade pode ser menos propício para os interesses das mulheres. Na década entre a revolução sexual do princípio dos anos 1960 e a revolução feminista do princípio dos anos 1970, várias obras da cultura popular comemoraram a derrubada do puritanismo com retratos simpáticos de homens libidinosos (entre os exemplos estão trabalhos de Joe Orton, Tom Lehrer, Woody Allen, além dos Rolling Stones, dos filmes da série James Bond e da série de TV *Rowan and Martin's Laugh-In*). Revisitar essas obras pode até doer nos olhos e nos ouvidos. Sua exuberante malícia, na época considerada sofisticada e picante, soa misógina hoje em dia, com as mulheres vistas como objetos sexuais e uma complacência divertida com o estupro, o assédio e a violência doméstica. (Uma música do musical *Hair* começava assim: “Sodomy, fellatio, cunnilingus, pederasty. Father, why do these words sound so nasty?” [Sodomia, felação, cunnilingus, pederastia. Pai, por que essas palavras soam tão sujas?]) — mostrando uma indulgência com a pedofilia que seria inimaginável hoje.) A breve glorificação da depravação na cultura de classe média, sustentada em um extremo pela posição desafiadora dos jovens em relação aos mais velhos e dos indivíduos em relação à sociedade, e no outro pela posição desafiadora das mulheres em relação aos homens, desnuda alguns dos conflitos de interesse que marcam a linguagem sexual.

Embora as pessoas estejam mais dispostas a ver sexo, falar sobre sexo e fazer sexo hoje que no passado, o tema não está livre de tabu. A maioria das pessoas não copula em público, não faz troca de parceiros depois de um jantar, não mantém relações sexuais com irmãos e filhos nem troca abertamente favores por sexo. Mesmo depois da revolução sexual, ainda falta muito para que “exploremos nossa sexualidade” em toda a sua plenitude, e isso significa que as pessoas ainda instalam barreiras na mente para bloquear a passagem de determinados pensamentos. A linguagem do sexo pode esbarrar nesses bloqueios.

Agora que já passamos pelo conteúdo dos tabuísmos (sua semântica), podemos seguir para os modos como ele é usado (sua pragmática). Lembre-se de que o denominador comum do conteúdo do palavrão é uma carga emocional que as pessoas preferiam que não ficasse passando por sua cabeça a troco de nada — a sensação de temor (para Deus e seus paramentos), medo (para o inferno e doenças), nojo (para os eflúvios corporais), ódio (para traidores, hereges e minorias) ou depravação (para a sexualidade). Como a percepção da fala é automática, enunciar um tabuísmo força a cabeça do ouvinte a ir para uma direção que ela normalmente evita. Isso nos ajuda a nos concentrar na questão de como a profanidade é usada. Por que os falantes tentam impor sua vontade à mente dos ouvintes? Não há uma resposta única, porque as pessoas falam palavrão de pelo menos cinco maneiras diferentes: descritiva (*Let's fuck* [vamos trepar]), idiomática (*It's fucked up* [Está fodido]), agressiva (*Fuck you, mother-fucker!* [Vá se foder, filho-da-puta!]), empática (*This is fucking amazing* [Que puta legal]) e catártica (*Fuck!!!* [Putaquepariu!!!]). Analisemos uma de cada vez.

Muitos dos enigmas que cercam os palavrões chegam a uma mesma pergunta: o que um tabuísmo tem que o diferencia de um sinônimo educado para a mesma coisa? Ao que as pessoas estão reagindo tanto, por exemplo, quando preferem *feces* [fezes] a *shit* [merda], *penis* a *prick* [pica], *vagina* a *cunt* [boceta], *have sex* [fazer sexo] a *fuck* [foder]?

A grande diferença é que o tabuísmo é disfemístico — remete aos aspectos mais desagradáveis do referente, em vez de simplesmente indicá-lo. As pessoas não gostam de pensar em fezes, do mesmo jeito que não gostam de vê-las, cheirá-las ou pôr a mão nelas. Mas somos seres reais, para quem as fezes fazem parte da vida, e há ocasiões em que não temos escolha senão pensar no que fazer com elas. A solução é dividir o trabalho lingüístico entre eufemismos, que se referem a uma entidade sem evocar emoções indesejáveis, e disfemismos, entre eles os tabuísmos, para as ocasiões retóricas em que queremos ressaltar mesmo quão nojenta é a entidade.

Os eufemismos e disfemismos para conceitos tabus se materializam e mudam muito rápido. Allan e Burridge estimam que o inglês tenha acumulado mais de oitocentas expressões para a cópula, mil para o pênis, 1200 para a vagina e 2 mil para uma mulher libertina (o que faz a pessoa se perguntar para que tanta onda com a história do número de palavras esquimós para a neve).⁶⁶ No inglês con-

temporâneo observamos várias dezenas de termos especializados para fezes, imagina-se que porque elas sejam ao mesmo tempo tão repugnantes e tão inevitáveis:

tabu: *shit* [merda]

levemente disfemísticos: *crap* [bosta], *turd* [tora]

levemente eufemísticos: *waste* [dejetos], *fecal matter* [material fecal], *filth* [sujeira], *muck* [lama]

formais: *feces* [fezes], *excremento* [excremento], *excreta* [excreção], *defecation* [defecação], *ordure* [dejeção]

para crianças: *poop*, *poo*, *poo-poo*, *doo-doo*, *doody*, *ka-ka* [pupu, cocô, caca], *job*, *business* [serviço], *Number 2* [número 2], *BM* [abreviação de *bowel movement*, funcionamento do intestino]

em fraldas: *soil* [lama], *dirt* [sujeira], *load* [carga]

médicos: *stool* [fezes], *bowel movement* [funcionamento do intestino]

animais, grandes unidades: *pats*, *chips* [pedaços], *pies* [bolos]

animais, pequenas unidades: *droppings* [titica]

animais, científicos: *scat* [escato], *coprolites* [coprólito], *dung* [esterco]

animais, agrícolas: *manure* [estrume], *guano* [guano]

humanos, agrícolas: *night soil* [solo noturno], *humanure* [adubo humano], *biosolids* [biossólidos]

A maioria dos termos polidos é específica para um contexto em que as fezes têm de ser discutidas e para as ações adequadas para aquele contexto (espalhá-las como fertilizante, analisá-las com fins médicos ou científicos, e assim por diante). O uso do eufemismo, portanto, não deixa dúvida do motivo que fez o assunto entrar na conversa.

Em se tratando dos referentes para os tabuísmos, a língua inglesa exagera na especialização e não oferece termos neutros para uma conversa casual. Até as pessoas que só falam palavrão em momentos de emoção extrema e justificada soariam antiquadas se numa conversa com um amigo usassem *feces* [fezes], *flatulence* [flatulência] ou *anus* [ânus] em vez dos tabuísmos. E as palavras *penis* e *vagina* nos obrigam a falar em latim, enquanto as outras partes do corpo possuem raízes anglo-saxãs concisas, em linha com o restante do vocabulário casual do inglês. Como disse C. S. Lewis, “Quando se começa a tratar dele (sexo) explicitamente, logo se é obrigado a escolher entre a linguagem do berçário, a linguagem da sarjeta ou a da aula de anatomia”.⁶⁷

Há momentos, é claro, em que queremos que nossos ouvintes pensem nos aspectos desagradáveis de alguma coisa, e é aí que recorremos à linguagem chula. Às vezes para dar mais vida à narrativa, às vezes de raiva, usamos os tabuísmos para transmitir a idéia de quão repulsiva alguma coisa é:

So the plumber wanted to talk to me while he was working under the sink, and I had to look at the crack in his ass the whole time. [Aí o encanador queria falar comigo enquanto trabalhava debaixo da pia, e tive de ficar o tempo todo olhando para o rego dele.]

His motto in life is: If it moves, fuck it; if it doesn't, stab it. [O lema de vida dele é: Se a coisa se mexer, foda-a; se não se mexer, esfaqueie-a.]

Will you pick up your dog's shit, and stop him from pissing on my roses! [Quer fazer o favor de catar a merda do seu cachorro e fazer ele parar de mijar nas minhas rosas!] Then John showed me the album, and I'm supposed to say, "Oh, that's nice", as if his dick weren't hanging out there. (Ringo Starr, descrevendo sua reação quando viu a capa do disco *Two virgins*, em que Lennon e Yoko Ono aparecem nus.) [E aí John me mostrou o disco, e era para eu dizer "Ah, que legal", como se o pau dele não estivesse lá dependurado.]

Tente substituir os tabuísmos nessas frases por seus sinônimos educados (*buttocks* [nádegas], *having sex* [fazer sexo] e assim por diante). Fica faltando alguma coisa, porque a força emocional da reação do falante deixa de ser transmitida. E, como os tabuísmos evocam detalhes carnaais na cabeça dos ouvintes e leitores, eles costumam ser usados na pornografia e na receita de excitação de muitos adultos que, no sexo consentido, pedem para o parceiro "falar sacanagem".

Não é preciso nem dizer que nem todo mundo reserva os tabuísmos para os efeitos retóricos especiais. As expressões "to swear like a sailor" [falar palavrão como um marinheiro], "to cuss like a stevedore" [ter a boca suja de um estivador] e "locker-room language" [linguagem de vestiário] indicam o fato de que os palavrões são a linguagem escolhida em muitos círculos dominados por homens da classe trabalhadora. Um dos motivos é que o palavrão, que obriga o ouvinte a pensar em coisas desagradáveis, é levemente agressivo, portanto combina com outros apetrechos que os homens exibem em ambientes turbulentos para mostrar que são capazes de infligir e de suportar a dor (coturnos, tachas de metal, músculos à mostra, e assim por diante). O outro motivo é que a disposição evidente de romper tabus transmite uma atmosfera de informalidade, de liberdade de não ter de se

preocupar com o que diz. É claro que nas décadas mais recentes o palavrão se expandiu para as mulheres e para a classe média. (Quando eu era adolescente, no auge do conflito de gerações, o pai de uma amiga minha dizia para ela: “Nancy, sua boca parece uma privada”.) A moda fez parte de uma tendência mais ampla no século xx na direção da informalidade, da igualdade e da disseminação do estilo machão de ser e do estilo “maneiro”.

A capacidade que os tabuísmos têm de evocar uma reação emocional é útil não só quando os falantes querem transmitir seu próprio desagrado a um ouvinte, mas também quando querem fazer com que aquele desagrado apareça do nada no ouvinte. Para isso temos de usar os palavrões em insultos, execrações e outras formas de agressão verbal.

Há momentos na vida de todo mundo em que se sente a necessidade de intimidar ou punir outra pessoa, ou degradar a reputação dela. É provável que o ato de forjar os xingamentos tenha exercitado mais o instinto lingüístico das pessoas que todos os outros atos do discurso juntos, e em muitas culturas ele foi alçado à categoria de grande arte, às vezes chamada de *flyting*. Existem, por exemplo, insultos shakesperianos:

PRÍNCIPE HENRIQUE: [...] este poltrão sangüíneo, este entorta-camas, este descadeira-cavalos, este montão de carne...

FALSTAFF: Sai daí, faminto, pele de duende, língua defumada de vaca, vergalho de boi, bacalhau seco! Oh! quisera ter fôlego para dizer tudo com que te pareces, bainha, vara de alfaiate, caixa de guardar arco, espadim imprestável...*

E pragas em ídiche:

Ela devia ter pedras em vez de filhos.

Que caíam todos os seus dentes, menos um, para que você possa ter uma dor de dente.

Ele devia entregar tudo de vez para os médicos.

* Tradução de Carlos A. Nunes. (N. T.)

E a tradição dos negros norte-americanos de fazer competições de insultos, também chamadas de *the dozens*:

Você é tão feio que, quando nasceu, o médico olhou para sua cara, olhou para sua bunda e disse: “São gêmeos”.

Sua mãe parece uma bola de boliche — pegam ela, enfiam-lhe os dedos, jogam na sarjeta e ela ainda volta pedindo mais.

Sua mãe é tão burra que acha que *Moby Dick* é uma doença venérea.

Quando se cria um xingamento, a disponibilidade de palavras que deflagram pensamentos desagradáveis no ouvinte ou no espectador é uma arma fácil demais de usar para ser ignorada, e assim os tabuísmos têm grande participação nas imprecações. As pessoas podem ser comparadas a emanções corporais e aos órgãos e acessórios associados a elas (*piece of shit* [(seu) merda], *asshole* [cuzão], *cunt*, *twat* [bocetudo], *prick* [pica/imbecil], *schmuck* [babaca], *putz* [pênis/idiota], *old fart* [peido/velho chato], *shithead* [cabeça de merda/bundão], *dickhead* [cabeça de pau/bundão], *asswipe* [papel higiênico/idiota], *scumbag* [saco de lixo/asqueroso], *douchebag* [ducha vaginal/imbecil]). Podem ser aconselhadas a realizar atividades degradantes (*Kiss my ass* [Vai tomar no cu], *Eat shit* [Vai à merda], *Fuck yourself* [Vai se foder], *Shove it up your ass* [Enfia no cu] e — meu favorito — *Kiss the cunt of a cow* [Vai lambe boceta de vaca], de 1585).⁶⁸ Também podem ser ameaçadas de violência acompanhada de degradação, como em *Vou enfiar um pernil de porco pela sua boceta até você bater os dentes* (do Japão) e *Vou arrancar sua cabeça e enfiar merda pela sua garganta*, que ouvi num ponto de ônibus de Boston. Pesquisas sobre xingamentos em outras línguas revelam temáticas semelhantes.⁶⁹ E há também o xingamento mais obsceno do inglês, *Fuck you* [Vai se foder], mas para entendê-lo precisamos olhar mais de perto os tabuísmos para o sexo.

Os verbos para o sexo possuem um padrão curioso. O antropólogo Ashley Montagu chamou o verbo *fuck* [foder] de “um verbo transitivo para a mais transitiva das ações humanas”, e daí nasceu a história.⁷⁰ Pense nos verbos transitivos para o sexo — os que se encaixam no espaço *John verbou Mary*:

fuck, screw, hump, ball, dick, bonk, bang, shag, pork, shtup

[foder, comer, traçar, bombar, enfiar, martelar, meter o cacete, passar o pau, matar o porco, moer]

Não são muito agradáveis, não? Os verbos são engraçados ou desrespeitosos na melhor das hipóteses, e ofensivos na pior. Quais são então os verbos que usamos quando em companhia educada, para nos referir ao ato?

have sex, make love, sleep together, go to bed, have relations, have intercourse, be intimate, mate, copulate

[fazer sexo, fazer amor, dormir, ir para a cama, ter relações, manter relações sexuais, ter relações íntimas, transar, copular]

São verbos *intransitivos* em inglês, todos eles. A palavra para o parceiro sexual é sempre introduzida por uma preposição: *have sex with* [fazer sexo com], *make love to* [fazer amor com], e assim por diante. * Na verdade, a maioria nem é verbo, mas expressões que unem um substantivo ou um adjetivo a um “verbo indefinido” como *have* [ter], *be* [ser] ou *make* [fazer]. (Em *Crazy English*, Richard Lederer pergunta: “*To sleep with someone*. So who’s sleeping? *A one-night stand*. Who’s standing?” [“*Dormir com alguém*. Então quem é que está dormindo? *Uma ficada de uma noite só*. Quem é que está ficando?].) No último trecho vimos muitos casos em que o senso de decoro determina a escolha da palavra. Mas por que determinaria também algo tão impenetrável quanto uma construção gramatical?

Aqui está mais uma recompensa da análise das construções verbais do capítulo 2. Lembre-se de que toda construção tira seu verbo de um conjunto de micro-classes, cada uma com um sentido conceitualmente compatível com a construção, mesmo que apenas em termos metafóricos. Usando esse princípio, será que não conseguimos descobrir alguma coisa sobre a sexualidade humana a partir da sintaxe dos verbos para o sexo — os “verbos copulativos”, sob certo aspecto bem diferentes da sintaxe do verbo na gramática tradicional?

As expressões educadas possuem vários traços reveladores. Como não têm uma raiz verbal evidente, não especificam a ação com um tipo específico de movi-

* Na gramática do português, verbos que exigem a preposição “com”, como os citados pelo autor, são considerados transitivos indiretos, não intransitivos. (N. T.)

mento, de categoria ou de efeito. Como não têm objeto direto, não especificam a entidade que sofre o ato ou que é modificada. Além disso, elas são semanticamente simétricas: Se John fez sexo com Mary, isso implica que Mary fez sexo com John, e vice-versa. E todas elas se alternam com outra construção intransitiva em que o parceiro não é mencionado no objeto preposicionado, mas faz parte de um sujeito composto: *John and Mary had sex* [John e Mary fizeram sexo], *John and Mary made love* [John and Mary fizeram amor], *John and Mary were intimate* [John and Mary tiveram contato íntimo], e assim por diante. A semântica dos verbos não-sexuais que se comportam dessa forma implica uma ação voluntária conjunta, como *dance* [dançar], *talk* [conversar], *trade* [negociar] e *work* [trabalhar]: *John danced with Mary* [John dançou com Mary], *John and Mary danced* [John e Mary dançaram], e assim por diante. Portanto, no modelo mental pressuposto pelos verbos educados para o sexo, o sexo é uma atividade, sem muita especificação, realizada por duas pessoas em conjunto.

Compare com os verbos mais rudes e transitivos para o sexo. Lembre-se, do que foi dito no capítulo 2, de que os verbos transitivos descrevem um agente que realiza deliberadamente uma ação que influencia ou afeta uma entidade — ou ambos. Embora *fuck* [foder] não se encaixe com perfeição em nenhuma das cinco classes de verbos transitivos que conhecemos no capítulo 3, ele tem afinidades com a micro-classe de verbos de movimento-contato-efeito.⁷¹ Ele é aceito nas construções conativas, de posse e médias, mas não na construção locativa de contato ou anticausativa. (Um certo senso de decência, ou o que sobrou dele, me compele a colocar os exemplos numa nota.)⁷¹ Isso é coerente com a etimologia de uma palavra do nórdico antigo para bater, atingir ou empurrar, e com o fato de que entre seus sinônimos transitivos estão *bang* [dar pancadas] e *bonk* [golpear]. (*Shtup*, de origem iídiche, vem de uma metáfora diferente: o verbo em iídiche quer dizer “encher”.)

Num trabalho bastante conhecido, o lingüista Quang Fuc Dong observa que *fuck* [foder/ comer] ocorre com muito mais frequência com um sujeito masculino que com um feminino, e que há falantes que só usam o verbo com sujeito masculino.⁷³ Para ser mais preciso, a exigência semântica é que o sujeito seja o agente. Nas relações sexuais entre dois homens, ele observa, *Boris fucked Lionel* [Boris fodeu/ comeu Lionel] é gramatical se Boris é o ativo, e em relações entre duas mulheres *Cynthia fucked Gwendolyn* [Cynthia fodeu/ comeu Gwendolyn] é gramatical se Cynthia tiver usado um vibrador. O objeto do verbo, por outro lado, não precisa ser feminino, nem humano, nem mesmo um ser vivo. Num trecho marcante de *Com-*

plexo de Portnoy, de Philip Roth, o narrador confessa um episódio que aconteceu quando ele era adolescente e achou um pedaço de fígado cru na geladeira: “Agora você já sabe a pior coisa que já fiz na vida. Fodi o jantar da minha família”.

Se os verbos transitivos para o sexo implicam que o objeto direto é o afetado, exatamente como ele tem de ser afetado? É possível encontrar a resposta numa análise lakoffiana do modo como os verbos para o sexo participam de metáforas conceituais. Muitos dos verbos transitivos para o sexo podem ser usados metaforicamente para se referir à exploração, como na piada que se contava sobre por que o governo de Québec estava pensando em trocar o símbolo da província de uma flor-de-lis para uma camisinha: Ela evita a concepção, permite a inflação, protege um bando de *pricks* [escrotos] e te dá uma falsa sensação de segurança quando você está ferrado. Entre as metáforas da mesma família estão *I was screwed* [Me ferraram], *They fucked me over* [Eles foderam comigo], *We got shafted* [Fomos sacaneados], *I was reamed* [Levei uma comida de rabo] e *Stop dicking me around* [Para de me enrolar].

O outro tema metafórico dos verbos transitivos para o sexo é uma situação péssima, como em *fucked up* [fodido], *screwed up* [ferrado], *buggered up* [estrepado], e os britânicos *bollixed* [destruído] e *cockup* [cagada]. Entre as gírias militares da Segunda Guerra Mundial estavam as siglas *snafu* (Situation normal, all fucked up [Situação normal, tudo fodido]), *tarfu* (Things are really fucked up [As coisas estão fodidas mesmo]) e *fubar* (Fucked up beyond all recognition [Mais fodido que se possa imaginar]). Os termos foram absorvidos pelo linguajar dos engenheiros, e hoje, quando programadores de computação criam um arquivo temporário ou ensinam um novato a nomeá-lo, usam o nome *foo.bar* — um toque de humor nerd. As metáforas subjacentes aos verbos transitivos para o sexo são FAZER SEXO É EXPLORAR ALGUÉM e FAZER SEXO É FAZER MAL A ALGUÉM.

Essas metáforas conceituais são observadas em muitas outras línguas. No português do Brasil, um dos equivalentes chulos de *fuck* é *comer*, com o homem (ou parceiro homossexual ativo) como sujeito. Isso seria um mistério se o verbo fosse uma metáfora baseada na mecânica da cópula, porque o corpo da mulher é que come, em termos metafóricos, o do homem. Mas ele se encaixa na idéia de sexo como algo em que a mulher é explorada e degustada pelo homem.

Assim, a sintaxe dos verbos revela dois modelos bem diferentes de sexualidade. O primeiro remete aos currículos das aulas de educação sexual, aos manuais conjugais e outras visões socialmente sancionadas: o sexo é uma atividade conjunta — sem que se especifiquem os detalhes — realizada mutuamente por dois

parceiros iguais. A segunda é uma visão mais negativa, algo entre a sociobiologia dos mamíferos e um feminismo à la Dworkin: o sexo é um ato de força, instigado por um macho ativo e infligido a uma fêmea passiva, explorando-a ou prejudicando-a. Os dois modelos captam a sexualidade humana em toda a sua variedade de manifestações, e, se a língua for nosso guia, o primeiro modelo é aprovado para uso no discurso público, enquanto o segundo é tabu, embora amplamente reconhecido no âmbito privado.

Como já mencionei, a linha que separa os termos que são meramente disfe-místicos daqueles que passam para o outro lado e viram tabus é um mistério. Para muita gente, *excrement* [excremento] tem uma conotação bem mais desagradável que *shit* [merda], porque *excrement* é reservado para descrições de imundície, enquanto *shit* é usado em uma variedade mais ampla de expressões e contextos casuais. Mesmo assim, *shit* é menos aceitável que *excrement*. Do mesmo jeito, o comportamento rotulado por *fuck* [foder] não chega nem perto de ser tão ofensivo quanto o comportamento rotulado por *rape* [estuprar], só que *rape* não é tabuísmo. As pessoas tratam uma palavra desagradável como tabu à medida que todas as outras pessoas a tratem como tabu, portanto pode ser que o status das palavras esteja à mercê da mesma epidemiologia de altos e baixos que determina o destino das palavras e dos nomes em geral.

O que isso significa é que os tabuísmos, embora remetam aos aspectos mais repugnantes de seus referentes, não obtêm sua força só dessas conotações. O próprio status de tabuísmo dá à palavra um vigor emocional, independentemente do referente. É isso que dá origem a inúmeras expressões que incorporam os tabuísmos. Algumas delas, como *bullshit* [merda de touro / cascata], *They fucked me over* [Eles foderam comigo], *He pissed on my proposal* [Ele mijou na / massacrou minha proposta], e *She pissed away her inheritance* [Ela jogou / mijou a herança fora], são claramente metafóricas, e projetam um dos aspectos desagradáveis de seu veículo num aspecto do tópico em questão. Mas um número bem maior não exibe nenhuma analogia discernível em relação ao tema, e incorpora o tabuísmo unicamente pela capacidade de atrair a atenção do ouvinte.

Com *shit* [merda]:

He went through a lot of shit. Tough shit! We're up shit's creek. We're shit out of

luck. A shitload of money. Shit oh dear! (Nova Zelândia). Shit, eh? (Nova Zelândia). Let's shoot the shit. Let's smoke some shit. Put your shit over there. A lot of fancy shit. He doesn't know shit. He can't write for shit. Get your shit together. Are you shitting me? He thinks he's hot shit. No shit! All that shit. A shit-eating grin. Shitfaced (bêbado). Apeshit. Diddly-shit. Sure as shit.

[Ele passou por muita merda. Puta merda! Estamos na merda até o pescoço. Estamos sem porra de sorte nenhuma. Um puta dinheirão. Que merda! Que merda, hein? Vamos falar das merdas. Vamos fumar um pouco dessa merda. Ponha sua merda para lá. Um monte de merda chique. Ele não sabe merda nenhuma. Ele não sabe escrever merda nenhuma. Recolha a porra das suas coisas. Você está de sacanagem? Ele acha que vale alguma merda. Nem fodendo! Toda aquela merda. Sorrisinho de quem comeu merda. Mamado. Endoidecer. Titica. Certeza da porra.]

Com *piss* [mijo/irritar]:

It's piss-poor. Piss off! I'm pissed at him. He's pissed off. He's pissed (bêbado). Full of piss and vinegar. They took the piss out of him (britânico).

[É vagabundo. Some daqui! Estou puto com ele. Ele está puto. Ele está mamado. A toda. Eles baixaram a bola dele.]

Com *ass* [cu/bunda]:

My ass! Get your ass in gear. Ass-backwards. Dumb-ass. Your ass is grass. Kiss your ass goodbye. Get your ass over here. That's one big-ass car! Ass-out. You bet your ass! A pain in the ass.

[Nem fodendo! Tira essa bunda da cadeira. Ao contrário. Burro. Você está frito. Pode ir se despedindo. Traga essa sua bunda aqui. Que puta carro grande! Falido. Pode apostar! Um pé no saco.]

Com *tits* [tetas]:

Don't get your tits in a tangle (Nova Zelândia). My supervisor has been getting on my tits (britânico).

[Não vá dar nó nas tetas. Estou por aqui com meu chefe.]

Com *fuck* [foder]:

Fuckin-A! Aw, fuck it! Sweet fuck-all. He's a dumb fuck. Stop fucking around. He's

such a fuckwit (Nova Zelândia). This place is a real clusterfuck (uma “situação desorganizada”, militar). Fuck a duck! That’s a real mindfucker. Fuck this shit.

[Putaque o pariu! Que se foda! Porra nenhuma. Imbecil da porra. Pára de me sacanear. Ele é uma anta. Esse lugar está uma zona. Puta merda! É um filho-da-puta manipulador. Que se foda.]

Há mais de 250 entradas desse tipo num dicionário especializado compilado pelo lexicógrafo Jesse Sheidlower e intitulado *The f-word*.⁷⁴ Como vimos no capítulo 5, as metáforas e as expressões podem se cristalizar em fórmulas que as pessoas deixam de analisar. Isso parece ter acontecido, pelo menos em parte, com as expressões vulgares, e junto com expletivos como *fucking amazing* [puta legal], são o jeito menos ofensivo de usar tabuísmos.

O poder de ofensa dos tabuísmos pode transformá-los em sinônimos estranhos: eles se substituem uns aos outros em expressões mesmo quando não têm nenhuma afinidade quanto à sintaxe ou ao significado. Muitas profanidades incrivelmente agramaticais devem ter tido origem em profanidades *religiosas* mais inteligíveis durante a transição dos palavrões religiosos para sexuais e escatológicos nos países de língua inglesa.

Who (in) the hell are you? [Quem (no) inferno é você?/Quem diabos é você?] → Who the fuck are you? [Quem foda é você?/Quem é você, porra?](Também: Where the fuck are you going? [Aonde você pensa que vai, porra?], What the fuck are you doing? [O que você pensa que está fazendo, porra?], Get the fuck out of here [Dá o fora daqui, porra] etc.)

I don’t give a damn [Estou me danando] → I don’t give a fuck [Estou pouco me fodendo]; I don’t give a shit [Estou cagando]; I don’t give a sod [Estou pouco me lixando].

Holy Mary! [Ave Maria!] → Holy shit! [Putamerda!] Holy fuck! [Putaque o pariu!]

For God’s sake [Pelo amor de Deus] → For fuck’s sake [Pelo amor da foda]; For shit’s sake [Pelo amor da merda].

Em se tratando do parentesco entre os tabuísmos, portanto, a conotação é uma ligação mais forte que o significado ou a sintaxe. Isso ajuda a explicar os dois grandes mistérios da sintaxe na profanidade em língua inglesa: o que a palavra *fuck* está fazendo em *Close the fucking door* [Feche a porra da porta], e o que ela está fazendo em *Fuck you!* [Vai se foder!]

Os mistérios foram explorados pela primeira vez naquela que deve ser a mais estranha coletânea de artigos da história da academia, o livro *Studies out in left field: Defamatory essays presented to James D. McCawley on the occasion of his 33rd or 34th birthday* [Estudos desprezados: Ensaio difamatórios presenteados a James D. McCawley na ocasião de seu 33º ou 34º aniversário].⁷⁵ O lingüista Jim McCawley, já morto, foi um dos fundadores, junto com George Lakoff e Haj Ross, da escola lingüística chamada Semântica Gerativa. Entre suas contribuições estão um guia para a hermética área, chamado *Thirty million theories of grammar* [Trinta milhões de teorias de gramática], um livro introdutório chamado *Everything that linguists have always wanted to know about logic (but were ashamed to ask)* [Tudo que os lingüistas sempre quiseram saber sobre lógica (mas tinham vergonha de perguntar)] e *The eater's guide to Chinese characters* [Guia de caracteres chineses para clientes de restaurante], um manual de instruções que permite ao leitor fazer pedidos pelo lado chinês do cardápio e conseguir aqueles pratos deliciosos que os clientes chineses estão sempre comendo. Entre os muitos aspectos pouco convencionais dessa coletânea de 1971 está o fato de que várias das contribuições são de autoria do próprio McCawley, sob os pseudônimos Quang Fuc Dong e Yuck Foo, ambos do “Instituto de Tecnologia de Hanói do Sul” (entendeu?). Apesar do humor às vezes juvenil e dos exemplos de mau gosto, os trabalhos são análises sofisticadas da gramática de expressões tabus do inglês, e ainda são citados em estudos acadêmicos atuais (às vezes como “Quang (1971)” ou “Dong, Q. F.”).

Expletivos como *bloody* e *fucking* são provavelmente os tabuísmos mais usados nas conversas casuais, apesar de sua semântica e sua sintaxe não fazerem sentido. Um dicionário de gírias britânicas que já tem mais de um século traz a seguinte definição para *bloody*: “Com mais frequência [...] conforme ele aparece numa reiteração exaustiva a cada duas ou três sílabas na boca da gente bruta e dos tipos mais baixos de Londres; nenhum significado específico, muito menos tendo a ver com sangue, pode ser associado a seu uso”.⁷⁶ Observações semelhantes já foram feitas sobre o dialeto chamado de Fuck Patois, como a história do soldado que disse: “I come home to my fucking house after three fucking years in the fucking war, and what do I fucking-well find? My wife in bed, engaging in illicit sexual relations with a male!” [numa adaptação: “Chego na porra da minha casa depois de ficar três anos da porra na porra da guerra, e que porra eu encontro? Minha mulher na cama, coberta do líquido ejaculatório de outro homem!”].

A gramática do *fucking* no papel de expletivo virou notícia em 2003, quando

a NBC transmitiu a cerimônia de entrega do Globo de Ouro e Bono disse: “This is really, really, fucking brilliant” [Isso é muito, muito, puta maravilhoso] no ar. A FCC preferiu de início não punir a rede, porque as diretrizes do órgão definem “indecência” como “material que descreve ou retrata órgãos ou atividades sexuais ou de excreção”, e Bono tinha usado a palavra como “um adjetivo ou expletivo para dar ênfase a uma exclamação”. Os conservadores culturais ficaram indignados, e o deputado californiano Doug Ose tentou acabar com a brecha com a mais imunda proposta de lei já apreciada pelo Congresso, o Ato das Ondas Limpas:

UMA LEI

Para emendar o item 1464 do capítulo 18, o Código dos Estados Unidos, para punir determinadas transmissões profanas, e com outros fins.

Que seja determinado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, reunidos no Congresso, que o item 1464 do capítulo 18, do Código dos Estados Unidos, seja emendado

- (1) com a inserção de “(a)” antes de “Quem quer”; e
- (2) com o acréscimo ao final do seguinte trecho: (b) Para uso nesse item, o termo “profano”, usado com respeito à língua, inclui as palavras “shit” [merda], “piss” [mijo / deixar puto], “cunt” [boceta], “asshole” [cuzão] e as expressões “cock sucker” [chupador de pau / filho-da-puta], “mother fucker” [fodedor de mãe / filho-da-puta] e “ass hole” [cuzão], o uso composto (incluindo compostos com hífen) dessas palavras e expressões com cada uma ou com outras palavras ou expressões, e outras formas gramaticais dessas palavras e expressões (incluindo as formas de verbo, adjetivo, gerúndio, particípio e infinitivo).

Infelizmente para o deputado Ose a lei não acabaria com a brecha, pois não especifica direito a sintaxe do expletivo de Bono (sem mencionar o erro na grafia de *cock-sucker*, *motherfucker* e *asshole*, ou o equívoco de identificá-las como “expressões”).

O Ato das Ondas Limpas toma *fucking* por um adjetivo participial. Mas isso não está correto. Como observa Quang, com um adjetivo verdadeiro como *lazy* [preguiçoso], é possível alternar entre *Drown the lazy cat* [Afogue o gato preguiçoso] e *Drown the cat which is lazy* [Afogue o gato que é preguiçoso].⁷⁷ Mas *Drown*

the fucking cat [Afogue a porra do gato] certamente não é intercambiável com *Drown the cat which is fucking* [Afogue o gato que é porra/ está fodendo]. (Do mesmo jeito, *Drown the bloody cat* não significa a mesma coisa que *Drown the cat which is bloody*.) Assim como não dá para dizer *The cat seemed fucking*, *How fucking was the cat?* ou *the very fucking cat*, três outros testes de adjetividade.

Houve quem tirasse sarro do Ato das Ondas Limpas por outra mostra de ignorância gramatical. Se o *fucking* de *fucking brilliant* tivesse que ser alguma coisa, seria um advérbio, porque modifica um adjetivo, e só os advérbios fazem isso, como em *truly bad* [verdadeiramente ruim], *very nice* [muito legal] e *really big* [realmente grande]. Só que “advérbio” foi exatamente a categoria gramatical que Ose esqueceu de incluir na lista! No fim das contas, porém, os expletivos tabus também não são advérbios genuínos. Outro “estudo desprezado” afirma que, embora se possa dizer *That’s too fucking bad* e *That’s no bloody good*, não dá para dizer *That’s too very bad* ou *That’s no really good*.⁷⁹ Além disso, como ressaltou o lingüista Geoffrey Nunberg, embora dê para imaginar o diálogo *How brilliant was it? Very* [Não foi legal? Muito], nunca se ouviria o diálogo *How brilliant was it? Fucking*.⁸⁰

E o traço mais anárquico de todos é que o expletivo pode aparecer no meio de uma palavra ou de um substantivo composto, como em *in-fucking-credible* [puta incrível], *hot fucking dog* [cachorro-quente da porra], *Rip van Fucking Winkel*, *cappu-fucking-ccino*, e *Christ al-fucking-mighty* [Cristo Todo-Poderoso da porra] — o único caso conhecido em inglês do processo morfológico denominado infixação. *Bloody* também pode ser infixado, como em *abso-bloody-lutely* e *fan-bloody-tastic*. Em seu *Retrato do artista quando jovem cão*, Dylan Thomas escreve: “You can always tell a cuckoo from Brigde End [...] it goes cuck-BLOODY-oo, cuck-BLOODY-oo, cuck-BLOODY-oo” [É fácil distinguir um cuco de Bridge End [...] ele faz cu-maldito-co, cu-madito-co, cu-maldito-co].

A semântica dos expletivos é tão estranha quanto sua sintaxe. *Bloody* e *fucking* normalmente expressam desaprovação, mas a desaprovação não é necessariamente dirigida ao substantivo modificado:

ENTREVISTADOR: Why is British food so bad? [Por que a comida britânica é tão ruim?]

JOHN CLEESE: Because we had a bloody empire to run, you see? [Porque tínhamos um maldito império para administrar, não dá para ver?]⁸¹

Cleese não estava diminuindo o império em que o sol nunca se põe; estava manifestando uma exasperação gozadora com a pergunta do entrevistador. No mesmo espírito, se dizemos “They stole my fucking laptop!” [Roubaram a porra do meu laptop!], o laptop não tem de ser execrável; pode ter sido um PowerBook fininho de titânio com tela de dezessete polegadas e processador de 1,67 gigahertz.⁸² Os expletivos indicam que alguma coisa é lamentável em toda a situação, não a entidade nomeada pelo substantivo, embora as propriedades daquela entidade possam ter alguma coisa a ver com a situação que é lamentável. Tão importante quanto isso é o fato de que a situação tem de ser lamentável do ponto de vista do falante, não de nenhum dos personagens mencionados na frase ou no discurso. Se alguém lhe diz *John says his landlord is a fucking scoutmaster* [John diz que o dono do imóvel que ele aluga é um chefe escoteiro da porra], você atribui o desrespeito pelos chefes de escotismo ao falante, não a John, apesar do fato de o *fucking* estar dentro da oração que mostra o que John disse.⁸³

Parte da solução para esse quebra-cabeça lingüístico é o fato de expletivos como *bloody* e *fucking* terem surgido do processo pelo qual um tabuísmo substitui o outro apesar de os dois não terem nada em comum (o processo que permitiu que *Where in hell* [Onde no inferno] desse em *Where the fuck*, e *Holy Mary* [Santa Maria] inspirasse *Holy shit*). Com os expletivos em *fucking scoutmaster* e *bloody empire*, a fonte histórica é *damned* ou *God-damned* [maldito], que persiste hoje em expletivos como *Damn Yankees* [Malditos yankees], *They stole my goddam laptop* [Roubaram meu maldito laptop] e também *abso-goddam-lutely* [abso-maldita-lutamente]. (*Damned* se transformou em *damn* quando o fraco *-ed* acabou engolido na pronúncia e ignorado na percepção, como em *ice cream* [sorvete], *mincemeat* [carne moída] e *box set* [caixa], que antes eram *iced cream* [creme gelado], *minced meat* [carne moída] e *boxed set* [conjunto encaixotado].) Se alguma coisa foi amaldiçoada, ela é condenável, lamentável e não serve mais para o uso terreno. Dá para imaginar essa conotação atraindo palavras com tons emocionais parecidos, como *fucking*, *bloody*, *dirty* [sujo], *lousy* [vagabundo] e *stupid* [burro]. Elas devem ter assumido seu lugar ao lado de *damned* quando os expletivos religiosos começaram a perder sua força na história do inglês.

A outra parte da solução é que as palavras carregadas de efeito às vezes escapam dos mecanismos gramaticais de costume que computam quem fez o que a quem na disposição sintática mais convencional. Lingüistas como Christopher Potts defendem que, além de permitir que os falantes façam uma afirmação numa

frase — o que está “em questão” —, a gramática do inglês também oferece meios para que eles editorializem a afirmação e façam comentários a respeito dela.⁸⁴ Esses dispositivos, às vezes chamados de implicaturas convencionadas, permitem ao falante transmitir sua atitude em relação àquilo que está sendo falado, como sua opinião sobre o desfecho ou seu grau de respeito por um dos participantes. Um dispositivo desse tipo permite que uma palavra carregada de atitude liberte os atores do drama que está sendo descrito e grave para a visão de mundo do falante. Por exemplo, se eu digo *Sue believes that that jerk Dave got promoted* [Sue acha que aquele imbecil do Dave foi promovido], é bem possível que Sue tenha uma ótima opinião sobre Dave, mas estou deixando implícito que eu não tenho. É exatamente esse esquema de interpretação que governa os tabuísmos expletivos como *fucking* e *bloody*.

O caráter intercambiável dos tabuísmos também explica o mistério do *Fuck you* [Vai foder / Vai se foder]. A piada de Woody Allen, que disse a um motorista que crescesse e se multiplicasse, mas não com essas palavras, pressupõe que *Fuck you* é um imperativo em segunda pessoa, como *Get fucked* [seja fodido] ou *Fuck yourself* [Vai se foder]. Lenny Bruce teve a mesma suposição, assim como Bill Bryson no delicioso livro *The mother tongue: English and how it got that way* [A língua mãe: O inglês e como ele ficou assim]:

O inglês tem um jeito incomum de incluir o impossível e o prazeroso. É uma idiosincrasia estranha e pouco notada de nossa língua o fato de que, quando queremos expressar fúria, pedimos ao objeto de nossa raiva que realize uma impossibilidade anatômica, ou, mais estranho ainda, que pratique exatamente a atividade que deve lhe dar mais prazer do que praticamente qualquer outra coisa. Pode existir, pensando bem, um sentimento mais improvável do que “Vai ser fodido”? Desse jeito, devíamos praguejar “Vai ganhar um dinheirão” ou “Tenha um bom dia”.⁸⁵

Mas Quang detona com a teoria dele.⁸⁶ Para começar, num imperativo de segunda pessoa o pronome tem de ser *yourself*, não *you* — o nome da música de sucesso de Madonna era “Express yourself” [Expresse-se], não “Express you”. E, além disso, imperativos genuínos como *Close the door* [Feche a porta] podem ser embutidos em várias outras construções:

I said to close the door. [Eu disse para fechar a porta.]

Don't close the door. [Não feche a porta.]

Go close the door. [Vai fechar a porta.]

Close the door or I'll take away your cookies. [Feche a porta senão vou levar suas bolachas embora.]

Close the door and turn off the light. [Feche a porta e apague a luz.]

Close the door when you leave tonight. [Feche a porta quando você sair hoje à noite.]

Mas *Fuck you* não pode:*

*I said to fuck you. [Eu disse para ir se foder.]

*Don't fuck you. [Não vai se foder.]

*Go fuck you. [Vá se foder.]

*Fuck you or I'll take away your cookies. [Vai se foder senão vou levar suas bolachas embora.]

*Fuck you and turn off the lights. [Vai se foder e apague a luz.]

*Fuck you when you leave tonight. [Vai se foder quando sair hoje à noite.]

A diferença também pode ser observada com objetos na terceira pessoa, como em *Fuck communism!* [Que se foda o comunismo!]. Embora dê para combinar dois imperativos com o mesmo objeto, como em *Clean and press these pants* [Lave e passe essa calça], não dá para combinar a imprecação com um imperativo genuíno, como em **Describe and fuck communism* [Descreveva e foda o comunismo].

Quang não analisa uma outra etimologia folclórica de *Fuck you*, a de que se trata de uma abreviação de *I fuck you* [Eu te fodo] (como na história do capítulo 1 sobre o cliente impaciente e a atendente da companhia aérea). Ela certamente é compatível com a metáfora conceitual segundo a qual o sexo é um tipo de exploração ou malefício, mas não faz sentido em termos gramaticais. O tempo verbal está errado, a ausência do sujeito é inexplicável e não existem construções paralelas. E não há nenhuma evidência histórica de que *I fuck you* tenha sido um xingamento comum algum dia em inglês.

A explicação mais simples é que o *fuck* em *Fuck you* é como o *fuck* de *Where the fuck* [Onde, porra,] e a *fuck*ing *scoutmaster* [a porra de um chefe escoteiro]: um subs-

* Nem sempre se reproduz, nas traduções, a agramaticalidade do inglês, indicada pelo asterisco inicial. Em nenhuma das alternativas de tradução o termo “fuck” ou “fucking” cumpre exatamente o mesmo papel gramatical que no inglês. (N. T.)

tituto para um epíteto religioso mais antigo com carga emocional parecida. Nesse caso, a fonte mais óbvia é *Damn you* [vai se danar] (talvez abreviado de *God damn you* e *May God damn you* [Que Deus te dane]). A semântica original teria sido algum tipo de imperativo em terceira pessoa com o sentido de “que isso aconteça”, que é comum em bênçãos (“Que você continue sempre jovem”) e em pragas (como em “Que você viva como um lustre de velas: de dia pendurado, de noite em chamas”). Mas a praga dissolveu-se num pronunciamento holístico de desaprovação. Como observa Quang, *Fuck you* [Vai se foder] se parece não só com *Damn you* [Vai se danar] como também com outras construções que não expressam nada além de uma atitude contundente do falante com relação ao objeto: *To hell with you!* [Vai para o inferno!], *Shit on you!* [Estou cagando para você!], *Bless you!* [Saúde!], *Hooray for you!* [Ai para você!] e o sarcástico *Bully for you!* [Se deu bem!].

O restante do emprego dos tabuísmos é catártico — a explosão de um *damn* [maldito], *hell* [inferno], *shit* [merda], *fuck* [porra] ou *bugger* [filho-da-puta] em momentos de dor, frustração ou arrependimento. Se perguntarmos às pessoas por que elas falam essas coisas, elas dirão que “alivia a tensão” ou que as ajuda a *let off steam* [liberar o vapor / desabafar]. É a metáfora hidráulica para a emoção, também observada em *venting one's feelings* [desabafar os sentimentos], *finding an outlet* [achar uma válvula de escape], *bottling up rage* [engarrafar o ódio] e *exploding with anger* [explodir de raiva]. Embora sem dúvida capte a sensação de manifestar frustração, a metáfora hidráulica não *explica* a sensação. Os neurocientistas não encontraram vasos no cérebro que carreguem ódio em forma líquida, mas redes de neurônios que disparam formando padrões complexos. Assim como não existe uma lei da termodinâmica que explique por que a articulação de um *Oh, fuck* dissipa mais energia que um *Oh, my* ou um *Fiddle-dee-dee* [algo como *vai para aquele lugar* ou *ficar pê da vida*].

O cérebro possui outros mecanismos, contudo, que podem ter participação nos palavrões catárticos. Um deles é uma reação eletrofisiológica que aparece quando as pessoas percebem que acabaram de cometer um erro.⁸⁷ Ela parte do córtex cingulado anterior, uma parte do sistema límbico envolvida no monitoramento de conflitos cognitivos. Em público, os neurocientistas chamam essa reação de Negatividade Ligada ao Erro; entre eles, chamam-na de *Oh-Shit Wave* [Onda do Fodeu].

Relevantes são também os circuitos límbicos dos mamíferos subjacentes à experiência da raiva. Um deles, chamado de circuito da raiva, vai de uma parte de amígdala até o hipotálamo (o pequenino aglomerado cerebral que regula a motivação) e de lá para a matéria cinzenta do mesencéfalo.⁸⁸ O circuito do ódio originalmente abrigava o reflexo para que um animal repentinamente ferido ou confinado explodisse numa luta furiosa para assustar e ferir o predador e para fugir, luta freqüentemente acompanhada de um grito lancinante. Basta sentar em cima do gato ou pisar no rabo do cachorro sem querer para se descobrir um novo som no repertório de seu bicho de estimação, às vezes seguido de arranhões ou marcas de dentes novinhas em folha na perna. A reação já foi estudada por uma longa linhagem de pesquisas na psicologia experimental, com base numa idéia denominada hipótese da frustração-agressão.⁸⁹ Quando dois ratos são colocados num ambiente fechado e submetidos a um choque elétrico, por exemplo, eles começam a brigar. Um rato também ataca o outro rato se uma recompensa como a comida for repentinamente retirada, presume-se que numa adaptação para evitar o furto de alimento, espaço ou outros recursos por outro animal. Os circuitos cerebrais subjacentes a essa reação foram conservados na evolução humana. Quando esse sistema é artificialmente estimulado em pacientes neurológicos durante cirurgias cerebrais, eles sentem uma raiva repentina e intensa.⁹⁰

Portanto, aí vai a hipótese do palavrão catártico. Uma dor ou frustração repentina deflagra o circuito da raiva, que ativa partes do cérebro límbico que estão ligadas à emoção negativa. Entre elas estão representações de conceitos que têm forte carga emocional e as palavras conectadas a eles, em especial as versões do hemisfério direito, que está mais envolvido com as emoções desagradáveis. O impulso de violência defensiva também pode desativar o esquema de segurança contra atos agressivos que normalmente é mantido em ação pelos gânglios da base, já que a cautela não será uma atitude de grande valor se aqueles forem os últimos cinco segundos da vida. Nos seres humanos, uma dessas reações inibidas pode ser dizer tabuísmos. Lembre-se de que a reação de raiva nos animais também inclui a emissão de um som que assusta. Talvez a combinação entre disparar conceitos e palavras negativas, a liberação da inibição a atitudes anti-sociais e a necessidade de soltar um som agudo e repentino em nós culmine numa obscenidade, em vez do ganido tradicional dos mamíferos. (É claro que, quando as pessoas sentem uma dor forte, elas mostram que nossa espécie também preservou a capaci-

dade de urrar.) O palavrão catártico viria, portanto, do entrecruzamento do circuito da raiva de mamífero e dos conceitos e costumes vocais humanos.

O problema da teoria do entrecruzamento de circuitos é que os expletivos da raiva são *convencionados*. Assim como outras palavras e fórmulas, eles dependem da associação memorizada entre som e significado, que seja compartilhada por toda uma comunidade lingüística. Quando batemos a cabeça, não gritamos *Cunt!* [Boceta!] ou *Whore!* [Piranha!] ou *Prick!* [Imbecil! / cacete], embora essas palavras sejam tão tabus quanto *shit* [merda], *fuck* [foder / porra] e *damn* [maldição] (e sejam também a tradução do grito resultante de uma topada, em outras línguas). Além disso, o expletivo fica ancorado à causa do infortúnio. As pessoas gritam *Asshole!* [Cuzão!] quando sofrem uma afronta por parte de um agente humano, mas não quando pegam uma panela quente demais ou prendem o dedo numa ratoeira. Portanto, os palavrões catárticos são específicos para cada ocasião e específicos da língua. Como disse a senhora Pearce sobre o fato de Eliza ter usado a palavra que começa com *b*, nós os aprendemos da boca da nossa mãe, ou talvez com mais frequência da do nosso pai. Quando eu tinha quatro anos de idade e estava no banco da frente do carro ao lado do meu pai, a porta do carro abriu quando fizemos uma curva e eu disse “Oh, shit!” [Put a merda!], todo orgulhoso de saber o que um adulto diria naquelas circunstâncias. Levei logo uma bronca, numa demonstração da hipocrisia que é um dos pré-requisitos do ato de educar um filho.

Para que ter o trabalho de aprender palavras específicas para poder dizer o palavrão catártico, em vez de simplesmente deixar nossa raiva pegar um tabuísmo surrado qualquer? O palavrão catártico faz parte de um fenômeno lingüístico mais amplo chamado ejaculações ou gritos de reação.⁹¹ Considere a seguinte lista:

aha, ah, aw, bah, bleh, boy, brrr, eek, eeuw, eh, goody, ha, hey, hmm, hmph, huh, mmm, my, oh, ohgod, omigod, ooh, oops, ouch, ow, oy, phew, pooh, shh, shoo, ugh, uh, uh-oh, um, whee, whoa, whoops, wow, yay, yes!, yikes, yipe, yuck

À primeira vista elas nem parecem palavras de verdade, mas transliterações dos sons que escapam dos nossos lábios quando estamos tomados por um sentimento intenso. Não podem ser usadas numa frase gramatical (**I like goody* [Gosto de gotôso], **I hate ouch* [Odeio ai]), e muitas delas violam o padrão sonoro do inglês (como *eeuw*, *hmph* e *shh*). E elas tampouco são proferidas no momento certo quando um falante assume o “microfone” numa conversa.

Mas são palavras de verdade, com sons e significados convencionados. Os sons são padronizados, não simplesmente emitidos quando surge a sensação, a ponto de muitas pessoas articularem a grafia que os cartunistas usam para descrever em onomatopéia as exclamações das pessoas, como “Gulp!”, “Tisk, tisk!” e “Phew!”. E um dos sinais que mais entregam que um falante é estrangeiro é o uso incorreto das exclamações, como quando um norte-americano interrompe seu francês fluente com o inconfundível anglofonismo *um* ou *ouch*. Diz uma piada que uma mulher judia que tentava se passar por uma típica anglo-saxã num clube chique entrou numa piscina de água congelante. Ela gritou “Oy vey!... Seja lá o que isso quer dizer”.

O significado de *oy vey* [algo como “ai, caramba”, do iídiche] e de outras interjeições de reação é tão convencionado quanto o das outras palavras da língua. O que você diz quando vê um bebezinho fofo? Quando está com frio? Quando encontra um bicho na sua maçã? Quando deixa cair o guardanapo? Quando descobre a janela aberta que estava deixando uma corrente de ar entrar? Quando se esquentar com uma colher de sopa morninha? Todo falante do inglês sabe que palavra escolher na lista.

O sociólogo Erving Goffman era crítico teatral, e analisava a montagem e o diálogo que usamos para controlar as impressões da audiência real e da imaginária.⁹² Um dos objetivos dessa atuação, sugeriu ele, é mostrar aos espectadores que somos seres humanos racionais e competentes, com objetivos transparentes e reações inteligíveis à situação do momento. Isso costuma exigir que não falemos sozinhos em público, mas abrimos uma exceção quando uma reviravolta inesperada coloca nossa racionalidade ou eficiência em xeque. Meu exemplo favorito é quando damos meia-volta num corredor e sentimos a necessidade de resmungar, para ninguém especificamente, que esquecemos uma coisa no escritório, como para mostrar às pessoas que não somos malucos para ficar dando voltas a esmo por aí.

Goffman defende que há um bom motivo para emitirmos essas exclamações de reação: para mostrar para o público em geral nossa competência e que compreendemos a situação.⁹³ Uma pessoa que derruba um copo pode ser desastrada, mas se ela disser *whoops* pelo menos sabemos que a ação não foi intencional e que ela lamenta o ocorrido. Compreendemos melhor uma pessoa que diz *yuck* quando derruba o molho da pizza na camisa ou quando pisa no cocô de cachorro que alguém que não pareça se importar com esses incidentes. E o mesmo acontece com o palavrão catártico. Diante de uma repentina ameaça a nossas metas ou ao

nosso bem-estar, informamos ao mundo que o revés nos afeta, e afeta num nível emocional que convoca nossos piores pensamentos e que está no limite do controle voluntário. Assim como outras exclamações de reação, as explosões de tabuísmos são calibradas pela gravidade do imprevisto, *shoot* indicando um desagrado leve e *fuck* um mais grave. E, dependendo da escolha da palavra e do tom em que ela é dita, a explosão pode pedir ajuda, intimidar um adversário ou advertir um agente descuidado do perigo que ele está inadvertidamente causando. Goffman resume sua teoria: “As exclamações de reação, portanto, não marcam um jorro de emoção para fora, mas um jorro de relevância para dentro”.⁹⁴

A teoria do circuito da raiva, que encara o palavrão catártico como um subproduto, e a teoria da exclamação de reação, que o encara como uma adaptação, não são excludentes entre si. Muitas exclamações de reação devem ter surgido como traduções convencionadas de sons vocalizados, como *brr* para a tremedeira ou *yuck* [eca] para expelir alguma coisa do fundo da boca. Essa ritualização também pode ter moldado o palavrão catártico. Os epítetos podem ter se originado como explosões de tabuísmos — parecidas com as da síndrome de Tourette — liberadas pelo circuito da raiva, que depois podem ter sido convencionadas e transformadas em exclamações padronizadas de reação para aquele tipo de transgressão ou infortúnio. Alguns neurocientistas da cognição ressuscitaram a sugestão de Darwin de que as explosões verbalizadas são o elo evolutivo perdido entre os sons primatas e as línguas humanas.⁹⁵ Se for assim, os palavrões terão tido um papel mais importante na história da humanidade que a maioria das pessoas gostaria de admitir.

PALAVRÕES, PRÓS E CONTRAS

O que devemos fazer então a respeito das profanidades? Será que a ciência dos palavrões lança alguma luz nas polêmicas sobre radialistas, ondas limpas e a decência nas transmissões de mídia? No que se refere às políticas sobre a questão, minhas observações serão escassas e banais. A mim me parece que a liberdade de expressão é a base da democracia, e que não faz parte das funções legítimas do governo punir pessoas pelo uso de determinadas palavras, ou permitir que outras pessoas as usem. Por outro lado, os meios de comunicação privados têm a prerrogativa de determinar seu próprio estilo, de acordo com os padrões de gosto e a demanda do mercado, e esse estilo pode excluir palavras que o público não goste de ouvir. Em

outras palavras, se um apresentador diz *fucking brilliant* [puta maravilhoso], não é problema do governo, mas se alguém preferir não explicar para os filhos pequenos o que é sexo oral, deveria haver canais de TV que não o obrigassem a fazê-lo. Em vez de analisar questões políticas de modo mais profundo, espero dizer algumas palavras sobre como a psicolinguística dos tabuísmos pode contribuir para que façamos juízos informados sobre quando rechaçar, tolerar e até aceitar as profanidades de braços abertos.

Já se disse que a língua é uma arma, e que as pessoas devem prestar atenção para ver para onde estão mirando e quando estão atirando. O denominador comum dos tabuísmos é a ação de impor um pensamento desagradável a alguém, e vale a pena refletir sobre quantas vezes o público vai querer ser lembrado de excrementos, da urina ou da exploração sexual. Mesmo em sua forma mais leve, com a única intenção de manter a atenção do ouvinte, o uso despreocupado dos palavrões pode dar a sensação de uma série de socos no estômago. Eles incomodam o ouvinte, e são uma confissão por parte do orador de que ele não consegue pensar em nenhum outro jeito de tornar suas palavras dignas de atenção. Para quem escreve, a coisa é ainda mais desqualificante, porque escritores podem se dar ao luxo de escolher as palavras com calma, em meio ao caleidoscópio de meio milhão de palavras que é o léxico do inglês. Um jornalista que escreva sobre a crueldade de um guarda da Stasi, da Alemanha Oriental, e que não consiga pensar em nenhum outro qualificativo além de *fucker* [fodedor] precisa é de um bom dicionário.⁹⁶

Também é de se pensar se o tabuísmo é sempre uma coisa ruim. Por que ficamos ofendidos — por que *devíamos* ficar ofendidos — quando um estrangeiro se refere a um afro-americano como *nigger*, ou a uma mulher como uma *cunt* [boce-tuda], ou a um judeu como *a fucking Jew* [um judeu da porra]? Os termos não têm nenhum significado concreto, portanto a ofensa não pode vir do fato de se estar perpetuando um estereótipo ou endossando a opressão. Nem é uma reação à consciência de que o falante possui uma atitude abominável. Hoje em dia alguém que demonstrasse a mesma atitude só de dizer “Odeio afro-americanos, mulheres e judeus” estaria estigmatizando a si mesmo bem mais que aos seus alvos, e rapidamente seria rotulado como um desequilibrado digno de desprezo. Desconfio que nossa sensação de ofensa venha da natureza do reconhecimento da fala e do que significa entender a conotação de uma palavra. Se você é um falante do inglês, não consegue ouvir as palavras *nigger*, *cunt* ou *fucking Jew* sem se lembrar do que

elas significam para uma comunidade implícita de falantes, incluindo as emoções que estão ligadas a elas. Ouvir *nigger* é ter na cabeça, mesmo que por pouco tempo, a idéia de que haja algo de desprezível nos afro-americanos e, portanto, ser cúmplice de uma comunidade que padronizou aquele juízo colocando-o numa palavra. A mesma coisa acontece com outras imprecações tabus: só o fato de ouvir a palavra dá a sensação de que a moral está sendo corroída, portanto consideramos que elas não são só desagradáveis de ouvir. Não queremos nem pensar nela — isso é o tabu. Nada disso significa que as palavras devam ser proibidas, apenas que seus efeitos nos ouvintes devem ser compreendidos e previstos.

Vale a pena refletir também sobre os motivos de as gerações anteriores de falantes nos terem legado uma língua que trata determinados temas com circunspeção e comedimento. Lembre-se de que os libertinos lexicais dos anos 1960 achavam que os tabus da linguagem sexual não faziam sentido, e eram até prejudiciais. Argumentavam que tirar o estigma sobre a sexualidade eliminaria a vergonha e a ignorância e assim reduziria os casos de doença venérea, de bebês ilegítimos e os outros perigos do sexo. Mas nesse ponto são Lenny estava enganado. A linguagem sexual se tornou bem mais comum desde o início dos anos 1960, mas a mesma coisa aconteceu com filhos ilegítimos, doenças sexualmente transmissíveis, estupros e as conseqüências da competição sexual, como a anorexia entre as garotas e a cultura da canastrice entre os garotos. Embora não haja como determinar causa e efeito, as mudanças aconteceram lado a lado com a redução do medo e do horror que acompanhavam os pensamentos sobre o sexo e que carregaram a linguagem sexual de tabus.

Esses são alguns dos motivos para se pensar duas vezes antes de dar carta branca aos palavrões. Mas há uma outra razão. Se o uso excessivo dos tabuísmos, seja de caso pensado ou por desleixo, adormecer a carga emocional que eles têm, ficaremos desprovidos de um instrumento lingüístico de que às vezes precisamos desesperadamente. E isso me leva aos argumentos pró-palavrões.

Para começo de conversa, as pessoas falam palavrões; é um fato da vida. A responsabilidade dos escritores é criar uma “imagem precisa e vívida da natureza humana”, e isso inclui retratar a linguagem de um personagem de forma realista quando a arte assim pede. Quando Norman Mailer escreveu seu romance *Os nus e os mortos*, em 1948, fiel aos fatos da Segunda Guerra Mundial, ele sabia que seria uma traição para sua descrição dos soldados se eles não usassem palavrões. Sua concessão à sensibilidade da época foi fazer com que eles usassem o pseudo-epi-

teto *fug*. (Quando Dorothy Parker o conheceu, disse: “Então é você o homem que não sabe escrever *fuck*”). Infelizmente, esse tipo de pudicícia não é coisa do passado. Há emissoras públicas de televisão atuais que têm medo de transmitir o documentário de Martin Scorsese sobre a história do blues e o documentário de Ken Burns sobre a Segunda Guerra Mundial por causa da linguagem apimentada nas entrevistas com músicos e soldados. A proibição contra os palavrões na mídia transforma artistas e historiadores em mentirosos, e subverte a responsabilidade dos adultos de aprender como é a vida em mundos distantes dos seus próprios.

Mesmo quando os personagens não são soldados, os escritores precisam deixá-los falar palavrões de vez em quando para transmitir de forma convincente as paixões humanas. Na adaptação para o cinema do livro *Inimigos: Uma história de amor*, de Isaac Bashevis Singer, uma camponesinha polonesa esconde um judeu num depósito de palha durante a ocupação nazista e, quando a guerra acaba, se casa com ele. Quando reclama por ele estar tendo um caso, ele perde o controle e lhe dá um tapa no rosto. Segurando as lágrimas de ódio, ela o encara e diz, devagar: “I saved your life. I took the last bite of food out of my mouth and gave it to you in the hayloft. I carried out your shit!” [Salvei sua vida. Tirei o último pedaço de comida da minha boca e levei para você no palheiro. Cuidei da sua *bosta*!]. Nenhuma outra palavra poderia transmitir a profundidade da fúria dela com a atitude dele.

Para os amantes da língua, a arte do palavrão não fica confinada às obras de escritores famosos. Cada expressão deve ter sido inventada por algum falante criativo perdido em algum lugar do passado, e muitas das expressões profanas merecem nossa admiração. É preciso parar para aplaudir a genialidade poética que nos deu o termo usado pelos soldados para o creme de carne desfiada com torrada, *shit on a shingle* [merda na telha], e o conselho de homem para homem pela discrição em assuntos sexuais, *Keep your pecker in your pocket* [Deixe a pica dentro do bolso]. Temos que tirar o chapéu para os cunhadores de palavras que criaram os indispensáveis *pissing contest* [competição de mijo/discussão inútil], *crock of shit* [caçarola de merda/bobagem], *pussy-whipped* [chicoteado pela xana/marido submisso] e *horse's ass* [cu de cavalo/cuzão], sem falar daquela ótima descrição para os sem-noção, *He doesn't know shit from Shinola* [Ele não sabe merda de merda nenhuma]. Entre as pessoas sujeitas a registros históricos, o presidente norte-americano Lyndon Johnson tinha um jeito peculiar de falar quando se tratava de definir em poucas palavras gente em quem ele não confiava, como um assessor de Kennedy

(“He wouldn’t know how to pour piss out of a boot if the instructions were printed on the heel” [Ele seria incapaz de tirar mijó de uma bota se as instruções estivessem impressas na sola]), Gerald Ford (“He can’t fart and chew gum at the same time [Ele é incapaz de peidar e mascar chiclete ao mesmo tempo]) e J. Edgar Hoover (“I’d rather have him inside the tent pissing out than outside pissing in” [Prefero tê-lo dentro da barraca mijando para fora que fora mijando para dentro]).

Os palavrões também podem ser usados com eficácia na poesia, como no poema “This be the verse”, de Philip Larkin, escrito em 1974, sobre como “o homem passa as desgraças para o homem”.

*They fuck you up, your mum and dad.
They may not mean to, but they do.
They fill you with the faults they had
And add some extra, just for fun.*⁹⁷

*[Eles te fodem, tua mãe e teu pai.
Podem não querer, mas fodem.
Te entopem dos fracassos que tiveram
E põem mais alguns, só de graça.]*

E podem ser usados em argumentações científicas, como na tese de Judith Rich Harris rejeitando a idéia de que os pais moldam o caráter dos filhos:

Poor old Mum and Dad: publicly accused by their son, the poet, and never given a chance to reply to his charges. They shall have one now, if I may take the liberty of speaking for them:

*How sharper than a serpent’s tooth
To hear your child make such a fuss.
It isn’t fair — it’s not the truth —
He’s fucked up, yes, but not by us.*⁹⁸

[Coitados da mãe e do pai: publicamente acusados pelo filho, o poeta, sem nunca ter a chance de responder. Terão uma agora, se posso tomar a liberdade de falar por eles:

*Mais afiado que o dente da serpente
É ouvir seu filho fazer tanto drama.
Não é justo — não é verdade —
Ele é fodido, sim, mas não por nós.]*

Podem até ser usados num protesto contra as proibições das profanidades pelo governo, como em “The FCC song”, de Eric Idle, do Monty Python:

*Fuck you very much, the FCC.
Fuck you very much for fining me.
Five thousand bucks a fuck,
So I’m really out of luck.
That’s more than Heidi Fleiss was charging me.*

*[Muito foda-se, FCC.
Muito foda-se por me multar.
Cinco mil pilas por foda,
Estou mesmo sem sorte.
É mais do que Heidi Fleiss estava cobrando.]*

Que também vem a ser a ilustração mais clara que eu conheço para a distinção lógica entre “mencionar” e “usar” palavras.

Quando usado com critério, o palavrão pode ser engraçadíssimo, pungente e incrivelmente eficiente nas descrições. Mais que qualquer outra forma de linguagem, ele convoca nossas faculdades expressivas à máxima plenitude: o poder combinatório da sintaxe; o poder de evocação da metáfora; o prazer da aliteração, da metrificação e da rima; e a carga emocional de nossas atitudes, tanto as concebíveis como as inconcebíveis. Coloca em ação o cérebro todo: esquerdo e direito, superior e inferior, antigo e moderno. Shakespeare, ele mesmo nada avesso às imprecações terrenas, fez Calibã falar por toda a humanidade: “Você me ensinou a língua, e meu lucro é que sei xingar”.

8. Os jogos que as pessoas fazem

Os desencontros e as trocas de identidade são um recurso dramático tão revelador da debilidade humana que Shakespeare o usou em nada menos que oito de suas comédias.¹ Engano e auto-engano, ilusão e realidade e a apresentação de cada pessoa na vida cotidiana são apenas alguns dos tópicos psicológicos que são iluminados quando vemos personagens reagirem a pessoas que não eram quem pareciam ser. Nossas palavras compõem nossa identidade social tanto quanto nossa aparência e nosso comportamento, portanto uma trama de equívoco de identidade desnuda algumas das maneiras com as quais tentamos encobrir nossas intenções na língua.

Na comédia *Tootsie*, de 1982, Michael Dorsey (representado por Dustin Hoffman) é um ator desempregado que se disfarça de atriz de meia-idade, Dorothy Michaels, e acaba ganhando um papel importante numa novela. Numa trama digna de *Noite de reis*, Dorothy faz amizade com uma jovem e atraente atriz, Julie Nichols (interpretada por Jessica Lange), e o disfarçado Michael se apaixona por ela. Numa sessão de bate-papo típico entre mulheres, a altas horas, Julie solidariza-se com Dorothy, falando de como é difícil ser solteira nos tempos modernos:

Sabe o que eu queria? Que um cara fosse honesto o suficiente para falar direto para mim, na cara: “Olha, sabe, também estou confuso com isso tudo. Eu podia te encher

de papo furado, fazer um grande teatro. Mas a verdade pura e simples é esta: acho você muito interessante. E gostaria muito de fazer amor com você”. Simples assim. Não seria um alívio?

Mais tarde, no filme, um capricho do destino coloca Julie lado a lado de Michael, irreconhecível, num coquetel em Nova York. Michael se aproxima dela no balcão do bar:

Oi. Mike Dorsey. Bela vista, hein? Sabe, eu podia te encher de papo furado. E podia-mos ficar fazendo um grande teatro. Mas a verdade pura e simples é que eu te acho muito interessante. E queria muito fazer amor com você. Si...

E, antes que ele possa dizer “Simples assim”, ela joga uma taça de vinho na cara dele e vai embora.

Quando as pessoas falam, enchem as outras de papo furado, fazem grandes teatros, tiram o corpo fora, vacilam e adotam várias formas de ambigüidades e insinuações. Todos nós fazemos isso, e nossa expectativa é que os outros também façam, mas ao mesmo tempo declaramos desejar afirmações diretas, que as pessoas digam logo o que querem, simples assim. Esse tipo de hipocrisia é universal à humanidade. Nem nas sociedades mais rudes as pessoas saem vomitando o que querem dizer, mas acobertam suas intenções sob várias formas de polidez, evasão e eufemismo.²

No primeiro capítulo dei alguns exemplos do discurso das indiretas — trechos de diálogo em que um falante diz uma coisa que não é literalmente o que ele quer dizer, sabendo que o ouvinte vai interpretá-la do modo como ele pretende. Ao mesmo tempo, o ouvinte sabe que o falante queria que a coisa fosse interpretada daquela maneira, o falante sabe que o ouvinte sabe que o falante pretendia que o ouvinte a interpretasse daquela maneira, e assim por diante.

Os convites sexuais são um exemplo clássico. “Would you like to come up and see my etchings?” [Você não quer dar uma subidinha para ver os meus desenhos?] é uma frase que vem sendo reconhecida como de duplo sentido há tanto tempo que em 1939 James Thurber desenhou uma charge que mostrava um homem com ar de infeliz, no saguão de um prédio, dizendo à namorada: “Espere aqui que vou trazer os desenhos”.³ O conceito de ameaça velada também conta com um estereótipo: o sabichão da Máfia oferecendo proteção com a frase, em

tom suave: “Bela loja a sua. Seria uma pena se acontecesse alguma coisa a ela”. A propina velada é outro recurso dramático reconhecível, como quando o seqüestrador do filme *Fargo* mostra sua carteira de motorista junto com nota de cinquenta dólares e sugere: “Talvez então o melhor a fazer seja resolver isso aqui em Brainerd”. Qualquer pessoa que já tenha ido a um jantar beneficente conhece os apelos eufemísticos como “Contamos com vocês para assumir um papel de liderança” ou “Esperamos que vocês ajudem a moldar o futuro do Huxley College”. E pedidos educados são feitos de inúmeras formas, cheias de dedos: “Será que você poderia me passar o guacamole?”, “Seria ótimo se você pudesse me passar o guacamole”, e assim por diante, qualquer coisa para evitar a forma direta “Me dá o guacamole”.

Este capítulo é sobre o discurso das indiretas — por que não chegamos e dizemos o que queremos dizer. O jeito indireto de falar figura em várias arenas em que as palavras que escolhemos podem fazer diferença, entre elas a retórica, a persuasão, a negociação, a diplomacia, a intimidade, a sedução e a extorsão, o suborno e o assédio sexual. Mas também suscitam perguntas sobre nossa natureza como seres sociais. Assim como acontece com tantos aspectos da mente, um risco que corremos é a tentação de explicar um quebra-cabeça apelando a intuições que parecem absolutamente naturais, mas que carecem de explicação elas próprias. A teoria de que xingamos para extravasar é um exemplo dessa falácia, e a teoria de que usamos palavras com duplo sentido para fugir de situações embaraçosas, para evitar o constrangimento, para manter as aparências ou para reduzir a tensão social é outra. Essas explicações são verdadeiras, mas não são satisfatórias em termos científicos. Precisamos saber que aparências são essas, e por que temos emoções como a vergonha e a tensão para negociar. Numa situação ideal, esses enigmas serão explicados pelos problemas inerentes enfrentados pelos atores sociais que trocam a informação. Não temos garantia nenhuma, é claro, de que o jeito indireto de falar tenha uma explicação oculta. Mas, como veremos, seus detalhes são tão afinados com as particularidades do falante, do ouvinte e da situação que dá para ter quase certeza de que eles personificam uma lógica oculta, em vez de ser um ritual arbitrário.

Começaremos com uma teoria famosa da filosofia da linguagem que tenta fundamentar o discurso indireto na pura racionalidade — a exigência da comunicação eficiente entre dois atores que cooperam entre si. Essa teoria meio spockiana será reforçada com uma dose de psicologia social, que me faz lembrar que as pessoas não ficam trocando dados como modems, mas tentam salvar as aparên-

cias, tanto as do falante quanto as do ouvinte. Até essa teoria no fundo se revela simples demais, porque supõe que as pessoas sempre cooperam umas com as outras numa conversa. A reflexão sobre o fato de que uma dupla de falantes pode ter objetivos *conflitantes*, além dos coincidentes, nos levará à difícil lógica da negabilidade plausível, tanto em contextos jurídicos, onde as palavras das pessoas podem ser usadas contra elas, quanto no cotidiano, onde as punições são mais sociais que judiciais. Isso exigirá nada mais, nada menos que uma teoria sobre os tipos distintos de relacionamento que compõem a vida social humana, uma análise das mirabolantes maquinações segundo as quais A talvez saiba que B sabe que A sabe que A sabe que x , e ao paradoxo da ignorância racional, pela qual preferimos não saber uma coisa que seja relevante a nossos próprios interesses.

TÊTE-À-TÊTE

Imagine que um crítico dissesse o seguinte sobre uma apresentação musical: “A senhorita Winterbottom produziu uma sequência de sons que correspondeu mais ou menos à partitura de ‘Candle in the wind’”. Você provavelmente interpretaria a declaração como um comentário depreciativo ao desempenho dela cantando. Por quê? Porque o crítico preferiu uma locução verborrágica em vez do termo conciso *cantou*, e supomos que ele deve ter feito isso por algum motivo, isto é, declarar que a performance dela ficou aquém dos padrões aos quais a palavra *cantar* costuma se aplicar.

Esse é um exemplo do modo como lemos nas entrelinhas ao compreender a língua, um campo de nossa inteligência introduzido pelo filósofo Paul Grice em uma das obras mais importantes da história da lingüística, “Lógica e conversação”.⁴ Grice começou o trabalho com o fato sabido de que termos lógicos como *e*, *não* e *ou* têm na linguagem cotidiana significados diferentes dos significados que têm pela lógica formal. Nas conversas comuns, *Ele sentou E me contou que era republicano* implica que ele executou as ações naquela ordem, e não simplesmente que ele fez as duas coisas (o significado lógico de *e*). *A bolsa OU a vida* implica que você pode ficar com a bolsa ou com a vida, mas não os dois, enquanto o *ou*, em termos estritos, é compatível com a veracidade das duas afirmações. E *Um cavalo é um cavalo* é logicamente circular e, portanto, não devia ter significado nenhum, no entanto as pessoas usam esse tipo de tautologia com um

objetivo definido, como observar que a maioria dos cavalos possui características cavалares estereotípicas.

Grice não tinha a intenção de acusar os falantes comuns de ser desleixados ou ilógicos. Pelo contrário, ele propôs que o uso da língua na conversação possui uma racionalidade específica, enraizada na necessidade de os parceiros da conversação cooperarem entre si para transmitir sua mensagem. Os falantes aderem tacitamente a um “princípio de cooperação”, disse ele: eles ajustam suas afirmações para o objetivo e a direção momentâneos da conversa. A operação exige que eles monitorem o conhecimento e as expectativas do interlocutor e prevejam a reação dele a suas palavras. Grice resumiu o Princípio da Cooperação em quatro “máximas” conversacionais, que são os mandamentos que as pessoas seguem tacitamente (ou deviam seguir) para fazer a conversa fluir com eficiência:

Quantidade:

- Não diga nada menos do que a conversa exige.
- Não diga nada a mais do que a conversa exige.

Qualidade:

- Não diga o que você acha ser falso.
- Não diga coisas para as quais não tem provas.

Modo:

- Não seja obscuro.
- Não seja ambíguo.
- Seja breve.
- Seja organizado.

Relevância:

- Seja relevante.

À primeira vista as máximas podem parecer ridículas. Se as pessoas só pudessem dizer coisas para as quais tivessem provas, tivessem que evitar ser verborrágicas e obscuras, fossem obrigadas a se ater ao tema e a expor as idéias de forma organizada, um silêncio mortal recairia sobre a academia, o governo e os bares do país. Mas as máximas não são tão absurdas assim, por dois motivos.

Não há dúvida de que as pessoas podem ser caladonas, prolixas, mentirosas, indiferentes, obscuras, ambíguas, verborrágicas, incoerentes e fugir do tema. Mas, analisando com mais atenção, elas são desse jeito bem menos do que *pode-*

riam ser, dadas as possibilidades. Se pergunto a um amigo como faço para comprar um ingresso de cinema na internet, ele não vai começar a resposta com aulas de digitação, nem vai dizer simplesmente “Vá a um site que venda ingressos de cinema”. Ele não vai me indicar um site pornô, nem vai inventar o endereço <www.buymovieticketsonline.com> só porque ele soa plausível. Não vai soterar a resposta debaixo de meia hora de discurso sobre como a internet está mudando nossa vida, nem me dar dicas de como cozinhar bacalhau. Nenhuma dessas atitudes pode ser ignorada. Sistemas de computador e de atendimento telefônico automatizado podem ser obtusos a ponto de dar ódio, e o juridiquês, que se dirige a um leitor do lado adversário em vez de um que coopere, é um cata-tau de prolixidade. Como os ouvintes humanos podem contar com pelo menos *algum* grau de adesão às máximas, eles conseguem ler nas entrelinhas, descartar ambi-güidades casuais e preencher os vazios quando ouvem ou lêem. Numa piada que foi escolhida a mais engraçada do mundo num experimento multinacional feito pela internet em 2002, dois caçadores estão no meio da floresta quando um deles desmaia e pára de respirar. O outro liga para o número de emergência pelo celular e grita: “Meu amigo morreu! O que faço?”. O atendente diz: “Calma; posso ajudar. Primeiro, vamos ter certeza de que ele morreu mesmo”. Há um silêncio, depois um tiro, e o caçador diz: “Pronto, e agora?”.⁵ Dois milhões de pessoas deram risada porque o caçador não aplicou as máximas de Grice ao interpretar o termo ambíguo “vamos ter certeza”.

Mas o meio mais interessante de as máximas se aplicarem às nossas conversa é quando elas são observadas num ato de violação. Os falantes muitas vezes driblam as máximas, contando que os ouvintes interpretem sua intenção de modo a torná-la coerente com o Princípio da Cooperação. É por isso que interpretamos a crítica sobre uma cantora que “produziu uma sequência de notas” como uma reprimenda. O autor violou intencionalmente a máxima do Modo (não foi sucinto); os leitores supõem que ele estava fornecendo o tipo de informação que eles buscam numa crítica; os leitores concluem que o crítico estava insinuando que o desempenho ficou aquém dos padrões. Grice chamou essa linha de raciocínio de implicatura conversacional. Ela não é necessária, se formos pela lógica; o crítico podia ter cancelado a inferência, sem se contradizer, se continuasse dizendo “e foram os sons mais gloriosos que este crítico ouviu em anos”. No entanto, na ausência desse tipo de pré-requisito, o falante conta com o ouvinte para captar sua intenção.

As implicaturas conversacionais comandam a compreensão de vários tipos de discurso não-literar. No filme *Shakespeare apaixonado*, Will conta entusiasmado a trama de sua nova peça:

Por ter matado Tebaldo, parente de Julieta, aquele que tinha matado Mercúcio, amigo de Romeu, Romeu é expulso. Mas o frei que os casara dá a Julieta uma poção para beber. É uma poção secreta. Faz com que ela pareça estar morta. Ela é colocada na tumba dos Capuleto. Ela acordará para a vida e para o amor quando Romeu voltar para seu lado. Por desgraça do destino, a mensagem que contaria o plano do frei a Romeu se perde. Ele ouve dizer que Julieta morreu. E então procura o boticário. E compra um veneno mortal. Ele entra na tumba para dizer adeus a Julieta, que jaz ali, fria como morta. Ele toma o veneno. Morre ao lado dela. E aí ela acorda e o vê morto. E então Julieta pega a adaga dele e se mata.

Um dos produtores diz: “Bom, o público vai rolar de rir”. Ele violou a máxima da Qualidade, dizendo uma coisa que evidentemente não é verdade. Mas, graças à implicatura, seu público interpreta que ele quer dizer que a peça é deprimente demais. É a lógica que sustenta a ironia e o sarcasmo, incluindo exageros e minimizações.

A violação das outras máximas explica outros recursos da retórica (alguns deles foram discutidos no capítulo 3). Quando o autor de uma carta de recomendação diz que um aluno tem um lindo cabelo, está implicando, através da violação da máxima da Relevância, que se trata de um estudante medíocre — a lógica do elogio ambíguo. E, quando a camiseta de um estudante diz “Passei quatro anos na Universidade Harvard. Foi o. k.”, a violação da máxima da Quantidade nos mostra que ele acha que as pessoas dão valor demais para a universidade, que ele é um cara descolado que não se prende demais às coisas, ou ambos.

Grice chegou à conversa a partir do mundo frio da lógica, e disse pouca coisa sobre *por que* as pessoas se dão ao trabalho de insinuar o que querem dizer, em vez de simplesmente dizer e pronto. Descobrimos a resposta quando lembramos que as pessoas não estão apenas baixando informação na cabeça uns dos outros, mas são animais sociais preocupados com a impressão que deixam nos outros. A implicatura envolve dois significados: o conteúdo literal (às vezes chamado de significado da frase) e a mensagem pretendida (às vezes chamada de significado do falante). O sentido literal da frase precisa ter algum papel, senão o falante não ia se

dar ao trabalho de usá-lo. Nas implicaturas que acabamos de ver, as mensagens pretendidas eram negativas, mas o conteúdo literal era positivo ou neutro. Talvez os falantes estejam tentando se dar bem — querem atacar uma coisa de que não gostam sem passar a impressão de ser reclamações ou descontentes. A psicóloga Ellen Winner e seus colegas mostraram que as pessoas têm uma impressão melhor de falantes que manifestam uma crítica com o sarcasmo (“Belo jogo você acabou de jogar!”) em vez de na linguagem direta (“Porcaria de jogo você acabou de jogar!”). Os falantes sarcásticos, comparados com os diretos, são vistos como menos agressivos, menos críticos e mais controlados.⁶ O que talvez não seja muito reconfortante para o alvo do sarcasmo, já que a crítica é mais prejudicial quando vem de um crítico ponderado que quando vem de um crítico mal-humorado.

MUITOS DEDOS: A LÓGICA DA DELICADEZA

Em nenhuma outra ocasião a mensagem dúbia transmitida pela implicatura é mais usada que no tipo mais comum de indireta, a polidez. O uso da polidez ou da delicadeza na língua não é uma questão de etiqueta social, como não pôr os cotovelos sobre a mesa, e sim de os falantes fazerem inúmeros ajustes para evitar as igualmente inúmeras maneiras de seus ouvintes ficarem ofendidos. As pessoas são muitíssimo sensíveis, e os falantes fazem de tudo para não pisar nos calos delas. No magistral livro *Politeness: Some universals in language use* [Polidez: Algumas universais no uso da língua], os antropólogos Penelope Brown e Stephen Levinson (o mesmo Levinson com quem cruzamos nos capítulos 3 e 4) ampliaram a teoria de Grice e mostraram como as pessoas do mundo inteiro usam a delicadeza como lubrificante de suas interações sociais.⁷

A Teoria da Polidez começa com a observação feita por Erving Goffman de que, quando as pessoas interagem, estão permanentemente preocupadas em sustentar um bem vital mas nebuloso chamado face, ou aparências (da expressão “manter as aparências”).⁸ Goffman definiu essa face como um valor social positivo que a pessoa reivindica para si mesma. Brown e Levinson fazem a divisão em aparências positivas, o desejo de aprovação (em termos específicos, que outras pessoas queiram para você o que você deseja para si mesmo), e aparências negativas, o desejo de autonomia. A terminologia, embora confusa, indica uma dualidade fundamental na vida social, que já foi descoberta sob muitos disfarces e possui vários

nomes: solidariedade e status, conexão e autonomia, comunhão e ação, intimidade e poder, divisão comunitária e hierarquia.⁹ Mais tarde veremos como essas necessidades provêm de duas das três grandes relações sociais da vida humana.

Brown e Levinson argumentam que o Princípio da Cooperação de Grice também se aplica à manutenção das aparências, além de à comunicação de dados. Parceiros de conversa trabalham juntos, cada um tentando manter as próprias aparências e as de seu equivalente. O desafio é que a maior parte dos tipos de discurso representa no mínimo algum tipo de ameaça à face do ouvinte. O simples ato de dar início a uma conversa impõe uma demanda pelo tempo e pela atenção do ouvinte. Esse imperativo questiona o status e a autonomia do ouvinte, como se o falante se sentisse no direito de ficar dando ordens a ele. Fazer um pedido coloca o ouvinte numa posição em que ele pode ter de dizer não, o que lhe renderia a reputação de mesquinho e egoísta. Dizer algo a alguém implica que o ouvinte era ignorante em relação ao fato. E vêm então críticas, vanglórias, interrupções, explosões, os atos de contar más notícias e abordar temas polêmicos — tudo isso pode prejudicar diretamente as aparências do ouvinte. Não é de surpreender que a primeira coisa que saia dos nossos lábios quando falamos com um estranho seja um pedido de perdão: *Excuse me*.

Mas, apesar das muitas maneiras em que o falante pode pisar em calos, ele não tem como ficar o tempo todo medindo as palavras. As pessoas precisam levar a vida, e junto têm de fazer pedidos e reclamações, assim como dar notícias. A solução é contrabalançar com a delicadeza: o falante adoça suas afirmações com expressões educadas que reafirmam sua preocupação com o ouvinte ou que reconhecem a autonomia do ouvinte. Brown e Levinson chamam o estratagema de polidez positiva e negativa, mas solidariedade e deferência são termos mais adequados.

A essência da polidez-como-solidariedade é simular um grau de proximidade fingindo querer o que o ouvinte deseja para si mesmo. Dois lexicógrafos sagazes fizeram comentários sobre esse estratagema quando definiram a palavra *politeness* [polidez] em seus dicionários. Samuel Johnson a explicou como “benevolência fictícia”; Ambrose Bierce a chamou de “a mais aceitável das hipocrisias”. Dois exemplos conhecidos desse tipo de cortesia são o desejo impotente de boa sorte (*Be well* [Fique bem], *Have a nice day* [Tenha um bom dia]) e as perguntas fingidas sobre o bem-estar das pessoas (*How are you?*, *How is it going?* [Como vai?]). Há também os elogios falsos (*Nice sweater* [Belo suéter]), presunções sobre as necessidades do

ouvinte (*You must be hungry* [Você deve estar com fome]), os conselhos inúteis (*Take care* [Cuide-se]) e a abordagem de temas em que a concordância é inevitável, o que fez Charles Dudley Warner reclamar de que todo mundo fala sobre o tempo, mas ninguém faz nada a respeito.¹⁰

Um pouco além da benevolência fictícia está a solidariedade fictícia.¹¹ Os falantes podem se dirigir aos ouvintes com falsos apelidos carinhosos como *my friend* [amigo], *mate* [camarada], *buddy* [colega], *pal* [chapa], *honey* [benzinho], *dear* [querido], *luv* [mô], *brother* [irmão], *guys* [pessoal] e *fellas* [gente]. Podem usar gírias ligadas a um grupo a que supostamente pertencem, como em *Lend me two bucks* ou *two quid* [Me empresta dois mangos ou dois paus]. Podem incluir o ouvinte em seus planos, como em *Let's have another beer* [Vamos tomar mais uma cerveja]. Podem associar vários recursos, como pedir a concordância do ouvinte (*you know?* [sabe?]), restringir as opiniões dele (*like, sort of* [tipo assim]), reconhecer a familiaridade do ouvinte com a situação (*you know* [você sabe]) e confirmar a atenção e a aprovação do ouvinte proferindo afirmações como se elas fossem perguntas. Essas são, aliás, as marcas registradas do dialeto que costuma ser atribuído a adolescentes e aos californianos (em especial as chamadas Valley Girls, as meninas de classe média alta da região do San Fernando Valley), mas que se espalhou rapidamente para outras regiões demográficas. Em 1993 o jornalista James Gorman escreveu:

Antes eu falava com voz normal. Conseguia afirmar, pedir, perguntar. Aí comecei a dar aulas. Numa universidade? E meus alunos faziam essa entonação ascendente? Ficava especialmente evidente nos recados de secretária eletrônica. “Alô? Professor Gorman? Aqui é o Albert? Da aula de redação criativa?”

Não imaginava que a mudança no “contorno da entonação” de uma frase, nas palavras que os lingüistas usam, fosse tão contagiosa quanto um resfriado. Mas logo percebi uma transformação Jekyll-e-Hyde na minha própria fala. Escutei-a pela primeira vez quando estava deixando um recado. “Aqui é Jim Gorman? Estou escrevendo uma matéria sobre o klingon? A língua? Do ‘Jornada nas estrelas’?” Percebi então que eu estava falando com entonação ascendente, sem querer, sem notar. Fiquei, tipo, espantado?¹²

Embora a fala com entonação crescente tenha provavelmente surgido como um reflexo de polidez (dentro da tendência do século xx para o igualitarismo e a

proximidade social), ela está se tornando um traço neutro do inglês padrão americano, como já foi durante séculos em alguns dialetos irlandeses, ingleses e sul-americanos. A disseminação da entonação ascendente é um caso raro em que conseguimos tomar parte de uma mudança histórica na língua, observando uma construção passar de algo com uma justificativa transparente para uma mera convenção.

A história da polidez vai ficando cada vez mais interessante, e nos leva de volta às indiretas, quando passamos para os gestos de deferência verbal (o que Brown e Levinson chamam de polidez negativa). Ordens e pedidos estão entre os atos da fala mais ameaçadores para as aparências das pessoas, porque desafiam a autonomia do ouvinte, ao pressupor a disposição dele em obedecer. O falante está dando ordens ao ouvinte, ou no mínimo o influenciando, coisa que não se faz com um estranho ou um superior, e que se pensa duas vezes em fazer mesmo com alguém mais íntimo. Assim, os pedidos costumam ser acompanhados de várias formas de auto-rebaixamento:

Perguntar em vez de mandar: Will you lend me your car? [Você me empresta o seu carro?].

Expressar pessimismo: I don't suppose you might close the window [Acho que você não gostaria de fechar a janela].

Restringir o pedido: Close the door, if you can [Feche a porta, se puder].

Minimizar a imposição: I just want to borrow a little bit of paper [Só quero um pouquinho de papel emprestado].

Hesitar: Can I, uh, borrow your bicycle? [Posso, hã, pegar sua bicicleta emprestada?].

Reconhecer a infração: I'm sure you're busy, but... [Sei que você está ocupado, mas...].

Indicar relutância: I normally wouldn't ask, but... [Normalmente eu não pediria isso, mas...].

Pedir desculpas: I'm sorry to bother you, but... [Desculpe incomodar, mas...].

Usar formas impessoais: Smoking is not permitted [Não é permitido fumar].

Reconhecer a dívida: I'd be eternally grateful if you would... [Ficaria eternamente grato se você...].

O nível de polidez é ajustado dependendo do nível de ameaça às aparências do ouvinte. O nível de ameaça, por sua vez, depende do tamanho da imposição, da distância social do ouvinte (a falta de intimidade ou solidariedade) e da diferença de poder entre falante e ouvinte. As pessoas puxam mais o saco quando estão

pedindo um favor maior, quando o ouvinte é um estranho e quando o ouvinte tem mais status ou poder que elas. Um pedido cheio de firulas como “Desculpe muitíssimo incomodá-lo, e não pediria se não estivesse desesperado, mas ficaria eternamente grato se você talvez achar que pode...” soaria exagerado se fosse usado para perguntar a um estranho uma coisa simples como que horas são, ou se fosse usado para pedir um favor maior (como o uso do computador) para um parceiro ou assistente.

As duas dimensões sociais envolvidas nas ameaças às aparências, a solidariedade e o poder, estão mais presentes que nunca nas formas de tratamento, quando o falante já captou a atenção do ouvinte e agora precisa tomar cuidado com o que faz com ela. Muitas línguas possuem duas formas de pronome na segunda pessoa, como o francês, com *tu* e *vous*, o espanhol, com *tu* e *usted*, e o alemão, com *du* e *Sie*. O inglês tinha essa distinção com o *thou* e o *ye* (hoje *you*), mas *thou* fica hoje em dia restrito a orações e outros estilos de discurso antiquados. A distinção entre os pronomes T e V, como os denominam os lingüistas, sustenta-se tanto na solidariedade como no poder — o T é o familiar (usado para falar com pessoas íntimas e subordinados) e o V é respeitoso (usado para falar com estranhos ou superiores).¹³ Pessoas íntimas normalmente usam o T para falar umas com as outras, enquanto estranhos se tratam por V. Subordinados se dirigem a superiores com o V; superiores se dirigem a subordinados com o T. Os detalhes variam conforme a língua, o par (crianças e pais, garçons e clientes, professores e alunos) e o período histórico.* Os pronomes V costumam ser barrados em contextos igualitaristas, como o período que se seguiu à Revolução Francesa, as reuniões de partidos socialistas e comunidades religiosas como os quakers, que preservaram os arcaicos *thou* e *thee*. O psicolingüista Roger Brown e o intelectual inglês Albert Gilman mostraram que a maioria das línguas ocidentais abriga uma tendência inexorável. O poder vem perdendo terreno para a solidariedade, de forma que estranhos de todas as classes são tratados por V (como um cliente falando com um balconista), e pessoas íntimas de todas as classes são tratadas por T (como um adulto falando com o pai ou a mãe). Com essas convenções como pano de fundo, as pessoas podem usar deliberadamente os pronomes como uma arma para desafiar as aparências do outro. Dirigir-se a alguém com o pronome T (em francês, *tutoyer*), se a pessoa esperaria

* No português do Brasil, o pronome V (você) perdeu o caráter de formalidade, portanto a distinção já não se aplica. (N. T.)

um V, transmite desrespeito; dirigir-se a alguém com o V (*vouvoyer*), se a pessoa esperaria um T, pode transmitir frieza. Em *Noite de Reis*, sir Toby Belch tenta convencer Andrew Aguecheek a questionar Viola, que está disfarçada: “Taunt him with the license of ink, if thou thou’st him some thrice, it shall not be amiss” [Provoca-o com a licença da tinta; se o chamares umas três vezes de tu, não passará despercebido].

O respeitoso pronome pessoal V muitas vezes evolui a partir de um pronome genérico da segunda pessoa no plural, e às vezes continua fazendo dupla jornada na língua. Isto é, os falantes usam a forma V quando se dirigem a mais de um ouvinte, independentemente da questão do poder ou da solidariedade. A fonte histórica dessas fusões é que um idioma que não tenha um pronome respeitoso tende a cooptar um pronome do plural para esse fim, porque seus falantes sempre ficam tentados a usar o plural quando se dirigem a um superior ou a um estranho.¹⁴ Um dos motivos é se curvar ao poder do ouvinte: em vez de chamar a atenção para o fato de que o ouvinte é o único alvo da comunicação do falante, a pessoa fala como se o ouvinte tivesse um enorme séquito atrás de si. O outro motivo é que o pronome do plural parece dar ao ouvinte a opção de ignorar quem fala, como se quem fala estivesse se dirigindo a um aglomerado difuso de pessoas em vez de só ao ouvinte. Em muitas sociedades a trepidação sobre o uso do pronome da segunda pessoa do singular se estende a um tabu contra o simples fato de se dirigir às pessoas pelo nome delas; fala-se com as pessoas somente com títulos honorários ou eufemismos.¹⁵ Em nossa própria sociedade, certos semideuses não toleram ser tratados pela ralé como uma pessoa só, como meros indivíduos; o requerente tem de se dirigir a uma das qualidades do ouvinte, usando um termo como *Your Highness*, *Your Worship*, *Your Eminence*, *Your Excellency*, *Your Honor* ou *Your Grace* [Vossa Alteza, Vossa Reverendíssima, Vossa Eminência, Vossa Excelência, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência]. Mesmo entre as pessoas comuns, destacar o ouvinte com o singular *you* [você] pode ser mostra de patente desrespeito, como quando toda a cortesia já se esgotou e a pessoa grita para uma criança: *You get that dog out of here right now* [Você, tire já esse cachorro daqui]. E qual é o maior exemplo de um jeito rude de chamar alguém? *Hey, you!* [Ei, você aí!].

Embora os falantes do inglês tenham perdido a distinção entre *thou* e *you*, a medida de se referir às pessoas na presença delas se reproduz em outras formas de tratamento. Ainda existe a etiqueta no uso de *professor Pinker* em vez de *Steve*, o primeiro normalmente empregado por alunos da graduação em grandes salas de

aula e por estranhos que escrevem pedindo um favor, e o segundo por alunos que trabalham no meu laboratório e pós-graduandos e colegas do meu departamento. Para o tratamento respeitoso de adultos sem denominações específicas, há disponíveis os títulos-padrão *mr.*, *mrs.*, *miss* e *ms.* [senhor, senhora, senhorita], embora as pessoas não os usem com crianças, subordinados ou pessoas íntimas — daí a expressão *to be on a first-name basis* [já se tratar pelo primeiro nome]. No livro *The complete upmanship*, Stephen Potter mostra como duas dimensões de polidez definem um arco de formalidade no modo como o presidente de uma empresa britânica trata seus subordinados:¹⁶

O chefe trata:

O co-diretor Michael Yates como	MIKE
O diretor-assistente Michael Yates como	MICHAEL
O gerente de seccional Michael Yates como	MR. YATES [SR. YATES]
O assistente de seccional Michael Yates como	YATES
O indispensável secretário Michael Yates como	MR. YATES [SR. YATES]
O trainee Michael Yates como	MICHAEL
O segurança noturno Michael Yates como	MIKE

Assim como com os pronomes T e V, os termos de tratamento podem mudar com o tempo. Os pós-graduandos chamavam antigamente os professores de *professor*, e meus avós chamavam até os amigos mais íntimos de *mr. and mrs.* [senhor e senhora] *Fulano de Tal*. Uma reclamação comum feita por pacientes idosos em muitos hospitais é que eles se sentem desrespeitados quando médicos mais jovens os chamam pelo primeiro nome. O estranho é que, apesar de hoje em dia ser menos provável que as pessoas sejam chamadas por títulos imponentes na vida real, aumentou a chance de elas receberem títulos oficiais. Nas universidades, atualmente, praticamente todo administrador é um *dean* [reitor], e nas grandes empresas todo executivo é vice-presidente. A inflação de títulos é ainda mais sentida nos níveis mais altos, onde os potentados têm de designar para si mesmos títulos cada vez mais imponentes. Hailé Selassié, o imperador da Etiópia entre 1934 e 1974, se contentava com “Rei dos Reis, Eleito de Deus, Leão Conquistador de Judá”. O rei Juan Carlos da Espanha possui 38 títulos, entre eles “duque de Atenas” e “Grão-Mestre Soberano da Ordem da Frota Dourada”. Insuperável, Kim Jong Il, líder da Coréia do Norte, ostenta os títulos de “Guar-

dião de Nosso Planeta”, “Estrela-Guia do Século XXI” e mil outras denominações criadas por ele mesmo.¹⁷

A polidez, no sentido da lingüística, parece ser uma universal humana. Formas de tratamento que destacam o poder e o distanciamento foram documentadas em mais de 25 idiomas analisados pelos lingüistas. Brown e Levinson documentaram meticulosamente uma grande variedade de formas polidas em duas línguas que são bastante remotas, em termos geográficos e culturais, da Europa: o tzeltal, a língua maia falada no México e discutida no capítulo 3, e o tâmil, uma língua não-indo-européia falada no sul da Índia e no Sri Lanka. Eles encontraram equivalentes para cada uma das formas de deferência e solidariedade que haviam documentado no inglês, com diferenças apenas nos detalhes. Pedidos pessimistas, por exemplo, com direito a negação, subjuntivo e acréscimo, podem ser ouvidos em tâmil (“Aqui você não teria trazido dinheiro, teria?”) e em tzeltal (“Você talvez não venderia sua galinha, ouvi dizer”). O pedido de motivos para não fazer alguma coisa, como no inglês *Why don't we go to the seashore?* [Por que não vamos para a praia?], possui equivalentes no tzeltal “Por que você não empresta a todos nós seu gravador?” e no tâmil “Por que não deveríamos ir a Kangayam?”. Brown e Levinson reforçam o compêndio de estratégias de polidez com exemplos tirados de vários outros idiomas.¹⁸

Não é preciso nem dizer que as culturas também variam quanto à expectativa do uso da delicadeza. É por isso que a gafe verbal que ameaça causar um incidente internacional é figurinha carimbada nos livros sobre viagens. As culturas diferem não só nas palavras para as estratégias de polidez, mas também na sensibilidade para definir quando cada estratégia deve ser usada. Diferem quanto à agilidade das pessoas em perceber os atos cotidianos como ameaça às aparências e, portanto, merecedores de uma polidez amenizante. Diferem quanto à obsessão dos cidadãos mais com o poder ou com a distância e, portanto, se eles se sentem mais no direito de receber deferência ou solidariedade. E diferem na definição de quem merece qual tipo de cortesia, por parte de que tipo de falante (mulheres, crianças, professores, garçons, estranhos e assim por diante). As diferenças nesses ajustes são capazes de fazer uma cultura parecer distante e suspeita para estranhos, ou metida demais, ou amistosa e calorosa, ou rígida e formal. No livro *Dave Barry does Japan*, o humorista tenta capturar a diferença entre uma cultura que exige grande dose de cortesia e deferência e uma cultura que exige uma polidez módica e solidária:

A típica reunião de trabalho japonesa:

Primeiro executivo: Olá, senhor.

Segundo executivo: Olá, senhor.

Primeiro executivo: Desculpe.

Segundo executivo: Minhas mais sinceras desculpas.

Primeiro executivo: Não tenho como me desculpar.

Segundo executivo: Sou o cocô do cavalo do bandido.

Primeiro executivo: Sou caca de nariz.

Segundo executivo: Eu devia ser condenado à morte.

A típica reunião de trabalho americana:

Primeiro executivo: Bob!

Segundo executivo: Ed!

Primeiro executivo: Como vão os bacos?

Segundo executivo: Um mais alto que o outro!

Primeiro executivo: Rá!

Segundo executivo: Ei, sobre aqueles R-243-J, o máximo que podemos fazer para você é 3,80 dólares a unidade.

Primeiro executivo: Cascata, Bob.

Segundo executivo: Rá!

Algumas culturas são famosas por exigir pouquíssima polidez deferencial. Uma delas é a de Israel, cujos cidadãos nativos são chamados de sabras, a palavra em hebraico para um cacto comestível que tem fama de ser espinhento do lado de fora e doce por dentro. Uma outra é identificada na piada em que quatro pessoas estão andando na rua: um saudita, um russo, um norte-coreano e um nova-iorquino. Um repórter corre até eles e diz: “Com licença, posso pegar a opinião de vocês sobre a falta de carne?”. O saudita diz: “Falta? O que é falta?”. O russo diz: “Carne? O que é carne?”. O norte-coreano diz: “Opinião? O que é opinião?”. O nova-iorquino diz: “Com licença? O que é com licença?”.¹⁹

Por que as culturas têm graus e tipos de polidez diferentes? Sociedades hierárquicas são mais obcecadas com a afirmação do poder que sociedades igualitárias, e têm uma expectativa maior de cortesia deferencial. As elites, cujo status se sustenta em convenções sociais e que rejeitam imposições, tendem a manter uma distância social maior a sua volta, e tanto usam como esperam mais polidez. As

massas, que não têm poder e são mais interdependentes, usam menos medidas em geral, e as que usam tendem a ser mais solidárias que deferenciais. Outros aspectos ligados à história, classe, ideologia e ecologia também podem influenciar essa sintonia. O psicólogo social Richard Nisbett já observou que sociedades que têm uma “cultura da honra”, em que qualquer afronta tem de ser sufocada rápido e às vezes com violência, freqüentemente possuem uma polidez extrema, porque um insulto inadvertido pode resultar num duelo ou num confronto.²⁰ O sul dos Estados Unidos foi historicamente uma cultura de honra, e Nisbett, que nasceu no Texas, lembra que sua primeira impressão ao chegar a Yale como calouro foi de que todo mundo parecia ser bem mal-educado.

Agora que já exploramos a mentalidade da polidez, voltemos ao nosso tema, o discurso das indiretas. Debaixo de todas as camadas de honrarias, pedidos de desculpas e minimizações que compõem a polidez deferencial tem de haver um pedido em algum lugar, e também ele tem de ser transmitido com delicadeza. Muitas vezes o pedido não é afirmado de forma nua, mas transmitido indiretamente com a ajuda de uma implicatura. O resultado é o imperativo indireto, como *Can you pass the salt?* [Pode me passar o sal?] ou *If you could pass the salt, that would be terrific* [Se você me passasse o sal, seria ótimo]. Em termos literais, o primeiro exemplo viola a máxima da Relevância, porque a resposta para a pergunta já é conhecida. A segunda viola a máxima da Qualidade, porque a consequência do condicional está exagerada. Assim, o ouvinte os interpreta como pedidos (uma conclusão razoável se ele estiver na ponta da mesa, perto do saleiro, e o falante estiver na outra ponta, longe do saleiro), embora percebendo, pela escolha das palavras, que o falante tenta não passar a impressão de o estar tratando como um empregado.

O sentido literal das palavras escolhidas para fazer um pedido educado não pode ser qualquer falácia lógica. Normalmente ele apresenta um dos pré-requisitos para se fazer um pedido sensato, coisa que os lingüistas chamam de condições de felicidade. Não faz o menor sentido pedir que alguém passe o sal se você já está com o sal, se você não gosta de sal, se você não quer que o ouvinte passe o sal, se o ouvinte é incapaz de passar o sal, se o ouvinte não está disposto a passar o sal, ou se você tem certeza de que o ouvinte não vai passar o sal. Cada um desses pré-requisitos pode ser afirmado, inquirido ou questionado num pedido circular para pedir o sal.²¹

There isn't any salt down here. [Não tem sal em nenhum lugar aqui.]

I could use some salt. [Um pouco de sal seria bom.]

I'd appreciate it if you could pass the salt. [Eu agradeceria se você pudesse me passar o sal.]

Can you pass the salt? [Você pode me passar o sal?]

Could you possibly pass the salt? [Será que você poderia me passar o sal?]

Would you pass the salt? [Você me passaria o sal?]

Is there any salt down there? [Tem algum sal por aí?]

I was wondering if you might pass the salt. [Estava imaginando se você poderia me passar o sal.]

A explicação subjacente é que o ouvinte não recebe uma ordem nem um pedido, mas uma pergunta ou uma orientação sobre uma das condições necessárias para que passe o sal. Se o ouvinte não quisesse atender o pedido ou a ordem, poderia exercer sua prerrogativa de não fazê-lo, sem precisar proferir uma recusa que ameace as aparências. Por exemplo, se o pedido indireto fosse feito na forma de um comentário sobre a situação, o ouvinte só precisaria ignorá-lo, já que um comentário não exige resposta. Se fosse enquadrado como uma pergunta sobre um dos pré-requisitos para passar o sal, o ouvinte poderia, em tese, negar que eles fossem aplicáveis. Em todos os casos, o ouvinte não se comprometeria.

Só que ninguém acha de verdade que quem quer o sal e quem passa o sal vão pensar em todas essas deduções enquanto negociam a questão do saleiro. A esta altura da história da língua, as implicaturas já se fossilizaram na forma de convenções.²² Fórmulas como *Can you pass the salt?* [Você pode me passar o sal?] perderam a transparência, como expressões e metáforas mortas, e são usadas como pedidos diretos. Isso é observável na forma como os imperativos indiretos usam aberturas tradicionais como *Can you* [Você pode] em vez de outras palavras com o mesmo sentido, como *Are you capable of passing the salt?* [Você é capaz de me passar o sal?]. E muitas vezes ignoramos o sentido literal de um pedido indireto, até que alguém chama nossa atenção para ele, como quando um adolescente mal-humorado ouve a pergunta sobre se pode passar o sal e simplesmente balança a cabeça e não faz nada. Numa piada contada por um determinado grupo étnico, um casal de velhinhos está na cama e a mulher diz: “Irving, está frio lá fora”. Irving levanta, fecha a janela e diz para ela: “E agora, *esquentou* lá fora?”.

De qualquer maneira, as palavras usadas nos pedidos indiretos preservam

uma linha de raciocínio que deve ter estado presente na cabeça de falantes do passado. Afinal de contas, não pedimos o sal com uma referência antiga para a coisa, como “O sal foi retirado pela primeira vez da água do mar pelos fenícios” ou “O sal é um composto iônico de sódio e cloro”. Além disso, o conteúdo literal dos pedidos indiretos é parecido em muitos idiomas, idiomas demais para ser só coincidência. Os pedidos indiretos fossilizaram uma linha de raciocínio: a lógica da negabilidade plausível, de dar ao ouvinte um “escape”. De fato, ainda é preciso ter em mente alguns dos aspectos do sentido literal. O psicólogo Herbert Clark observa que, quando faz um pedido em forma de pergunta, o falante precisa destacar um obstáculo que seja minimamente plausível na resposta. Dá para perguntar que horas são dizendo “Você sabe que horas são?”, mas não dá para perguntar o sobrenome de alguém dizendo “Você sabe seu sobrenome?”. Todos nós sabemos nosso sobrenome, portanto, mesmo no mundo do faz-de-conta da educação, um ouvinte relutante nunca poderia usar a ignorância como escape.

Como um pedido indireto já consagrado é reconhecido como um pedido por qualquer falante competente do inglês, na prática ele já é “oficial”. Um falante que diga *Can you pass the salt?* [Você pode me passar o sal?] em circunstâncias normais, na hora do jantar, não tem como negar que fez um pedido. Mas, de acordo com Brown e Levinson, se um ato de fala indireta é inovador, em vez de um dos fossilizados, seu efeito sobre o ouvinte é diferente. O pedido deixa de ser “oficial”. Quando um falante pensa num novo pedido indireto, como *The chowder is pretty bland* [A sopa está meio insossa] ou *They never seem to have enough salt shakers at this restaurant* [Parece que nunca tem saleiros suficientes neste restaurante], o ouvinte pode ignorar o comentário sem recusar publicamente — e indubitavelmente — o pedido. Por esse motivo, Brown e Levinson argumentam que atos de fala indireta cunhados especialmente para a ocasião — dicas, minimizações, generalizações despretensiosas e perguntas retóricas — são as formas mais polidas que existem. Um falante pode dizer “Está escuro demais para ler” como forma de pedir ao ouvinte que acenda a luz, ou “A grama está precisando de um corte” em vez de “Corte a grama”, ou “Parece que alguém bebeu um pouco demais”, em vez de “Você está bêbado”. Como o discurso educado indireto pode usar qualquer indicação que não seja necessariamente marcada como pedido por seu conteúdo literal, mas que tenha o potencial de levar um ouvinte inteligente ao sentido pretendido, não há limite para o número de formas que ele pode assumir.

E agora podemos voltar ao problema que abriu este capítulo, o discurso das indiretas. A Teoria da Polidez lançou luz sobre uma das variedades, o pedido extra-oficial. O ouvinte recebe implicitamente a oportunidade de ignorar o pedido sem ter de emitir uma recusa pública, o que também significa que, se ele *atender* ao pedido, não estará acatando ordens. E, de acordo com Brown e Levinson, isso preserva as aparências para o falante e para o ouvinte, em especial o ouvinte, com seu desejo de autonomia.

Então isso explica o quebra-cabeça? Ainda não. Primeiro temos que avaliar se as provas são boas. A Teoria da Polidez já foi testada em muitos experimentos em que psicólogos perguntam às pessoas o que elas diriam em determinadas circunstâncias, ou pedem que elas dêem notas para o grau de polidez em coisas que outras pessoas digam.²³ Muitas partes da teoria foram confirmadas. Como era de esperar, o uso das estratégias propostas de polidez realmente faz um pedido soar mais educado. Os pedidos indiretos soam mesmo mais educados que os diretos. E o grau de imposição fazem diferença, assim como o poder do falante em relação ao ouvinte.

Mas uma das hipóteses não se dá tão bem. Brown e Levinson afirmaram que a ameaça às aparências tinha só uma escala, o resultado da soma entre disparidade de poder, distância social e grau de imposição. Defenderam que os três tipos de polidez também estavam organizados ao longo de uma escala. A solidariedade expressa um pouquinho de polidez, e é adequada a ameaças menores às aparências. A deferência expressa mais, e é adequada para ameaças maiores. E os atos de indireta extra-oficiais (os cunhados para cada ocasião) expressam o máximo de polidez, e são adequados às maiores ameaças.

Mas em todos os casos Brown e Levinson podem ter embaralhado dimensões qualitativamente diferentes na mesma escala. Em vez de ter dentro da cabeça um único medidor de ameaça às aparências, e um único medidor de polidez, as pessoas tendem a destinar certos *tipos* de polidez a certos *tipos* de ameaça. Por exemplo, para criticar um amigo (o que ameaça a solidariedade), as pessoas tendem a enfatizar a polidez solidária (“Hey, buddy, let’s go over this paper and see if we can find ways to bring it up to your high standards” [Ei, colega, vamos repassar este trabalho e ver o que podemos fazer para deixá-lo à sua altura]). Mas, para pedir um grande favor (o que ameaça o poder), as pessoas tendem a enfatizar a polidez defe-

rencial, como no submisso pedido para usar emprestado o computador de alguém (“I’m terribly sorry to trouble you...” [Desculpe muitíssimo incomodá-lo...]) que vimos na página 435.²⁴

Além disso, as indiretas extra-oficiais — a obsessão deste capítulo — não se encaixaram nada na escala. A Teoria da Polidez as classificou como as mais educadas de todas, mas as pessoas disseram que elas eram bem *menos* educadas que a polidez deferencial.²⁵ Na verdade, em alguns casos elas podem ser bem rudes, como em *Didn’t I tell you yesterday to pick up your room?* [Eu não te disse ontem para arrumar o seu quarto?] ou *Shouldn’t you tell me who is coming to the party?* [Você não devia me contar quem vem à festa?]. Um dos motivos é que, se a competência e a disposição do ouvinte forem questionadas de forma aberta demais, fica sugerido que ele é incapaz ou que não está colaborando. Outro é que um pedido indireto pode fazer o falante soar falso e manipulador, e força o ouvinte a fazer várias maquinações mentais a fim de descobrir o que o falante está querendo dizer. Esse era o ponto principal da reclamação de Julie na cena da conversa entre amigas no filme *Tootsie*.

O fato de no fim das contas os atos de discurso indireto não serem tão preocupados assim com o ouvinte apresenta um outro problema. Os exemplos com que iniciei o capítulo — ameaças veladas, subornos indiretos, investidas sexuais — estão bem longe de ser exemplos de pessoas sendo *educadas*! Tenho certeza de que o lojista que ouve uma advertência do gângster local sobre os muitos acidentes que podem recair sobre seu estabelecimento não acha que ela seja uma cortesia. E o guarda com seu talão de multas, ou a mulher na porta do elevador, que percebe a proposta indecente na pergunta inocente, têm todo direito de achar que o proponente está pensando é nos interesses dele próprio (embora, como veremos, também possa haver cumplicidade nesse tipo de caso).

Um último problema da Teoria da Polidez é o dilema inerente ao modo como ela trata os pedidos extra-oficiais. Se a implicatura for uma caça ao tesouro complicada demais, o falante terá perdido uma oportunidade. Talvez o ouvinte fosse atender ao pedido de bom grado, se ao menos soubesse que era um pedido! (Lembre-se de George em *Seinfeld*, que percebeu tarde demais que *café* não significava café.) Por outro lado, se a implicatura for tão fácil que o ouvinte não tenha como não a perceber, ela será óbvia para qualquer outra pessoa inteligente também, portanto talvez ela não tenha que ser percebida como “extra-oficial”. Quem poderia alegar ter sido iludido pela história dos desenhos, ou com a história de resolver a multa ali em Brainerd?

A Teoria da Polidez é um bom começo, mas não basta. Como muitas teorias “pelo bem do grupo” nas ciências sociais, ela pressupõe que o falante e o ouvinte estão trabalhando em perfeita harmonia, um tentando preservar as aparências do outro.²⁶ (O próprio Grice pode ser acusado disso quando tentou deduzir as leis da conversação a partir de um “Princípio da Cooperação”.)²⁷ Temos de entender o que acontece quando os interesses do falante e do ouvinte estão parcialmente em conflito, como acontece tantas vezes na vida real. E precisamos distinguir os *tipos* de relações que as pessoas mantêm, e como cada uma é negociada e sustentada, em vez de colocar todas as formas de ameaça às aparências numa única escala, e fazer a mesma coisa com todas as formas de preservar as aparências. Por fim, precisamos de uma análise mais profunda do enigmático bem chamado “aparências”, e como ele depende da tal “oficialidade” e “extra-oficialidade”, tão difíceis de captar.

EMBARALHE AS COISAS: IMPRECISÃO, NEGAÇÃO E OUTRAS ESTRATÉGIAS DE CONFLITO

A fim de captar um pouco de conceitos nebulosos como “proporcionar um escape”, “negabilidade plausível” e “oficialidade”, comecemos com um cenário em que os significados deles sejam simples e claros. Considere um falante perfeitamente griceano que diga exatamente o que quer dizer sempre que abre a boca. O Homem Máxima é parado por passar num sinal vermelho e está pensando se suborna ou não o guarda. Como ele obedece mais às máximas da conversa que às leis de trânsito ou às leis do suborno, o único jeito de ele subornar o guarda é dizendo: “Se você me deixar ir embora e não me multar, eu lhe pago cinquenta dólares”.

Infelizmente, ele não sabe se o guarda é desonesto e vai aceitar a propina ou se é honesto e vai prendê-lo por tentativa de suborno. Qualquer cenário desse tipo, em que o melhor curso de ação depende das escolhas de outro ator, faz parte do território da teoria dos jogos. Na teoria dos jogos, o problema em que um ator não sabe quais são os valores do outro já foi explorado por Thomas Schelling, que o chama de Problema de Identificação.²⁸ As recompensas podem ser resumidas como na tabela a seguir, onde as fileiras representam as escolhas do motorista, as colunas representam os tipos de guarda possíveis e o conteúdo das células representa o que vai acontecer com o motorista:

	Guarda desonesto	Guarda honesto
Não suborna	Multa	Multa
Suborna	Sem multa	Prisão por suborno

A atratividade de cada escolha (fileira) é determinada pela soma da recompensa das duas células daquela fileira, considerando o peso de suas probabilidades. Analisemos cada uma. Se o motorista não tentar subornar o guarda (primeira fileira), não faz diferença quão honesto é o guarda; de qualquer jeito, o motorista é multado. Quem não arrisca não petisca. Mas, se ele oferecer o suborno (segunda fileira), há muito mais coisa em jogo. Se o Homem Máxima é sortudo e está diante de um guarda desonesto, o guarda vai aceitar o suborno e deixá-lo ir embora sem multa. Mas, se ele é azarado e está diante de um guarda honesto, será algemado e preso por suborno. A escolha racional entre subornar e não subornar vai depender da dimensão da multa, da proporção de bons e maus guardas nas estradas e das punições para o suborno, mas nenhuma das opções é atraente. O Homem Máxima se vê entre a cruz e a espada.

Mas pense agora em um outro motorista, o Homem Implicatura, que sabe como insinuar um suborno ambíguo, como em “Talvez o melhor seja resolver as coisas aqui mesmo”. Imagine que ele sabe que o guarda entende a implicatura e a reconhece como sugestão de suborno, e também sabe que o policial sabe que ele não poderia acusá-lo judicialmente de suborno porque o palavreado ambíguo impediria a promotoria de comprovar sua culpa. O Homem Implicatura tem agora uma terceira opção:

	Guarda desonesto	Guarda honesto
Não suborna	Multa	Multa
Suborna	Sem multa	Prisão por suborno
Suborna com implicatura	Sem multa	Multa

As recompensas na terceira fileira combinam a grande vantagem de subornar um guarda desonesto com a pena relativamente pequena de não conseguir subornar um guarda honesto. É uma escolha fácil. Acabamos de explicar a evolução do Homem Implicatura.

Isto é, quase. Também temos de levar em conta o ponto de vista de um guarda honesto e o sistema judicial a que ele serve. Por que um guarda honesto

não prende quem faz uma oferta de suborno velada? É óbvio para ele, pode ser óbvio para o júri, portanto ele tem a chance de colocar um cara do mal atrás das grades. Para explicar por que o guarda não prende as pessoas que insinuam um suborno, o que tornaria a implicatura tão perigosa quanto um suborno descarado, temos de pressupor duas coisas, ambas razoáveis. Uma é que, se todos os motoristas desonestos dão declarações que podem (corretamente) ser interpretadas como subornos implícitos, há alguns motoristas honestos que dão declarações assim também, só que como observações inocentes. Assim, qualquer prisão pode ser uma prisão injusta. A segunda pressuposição é que uma prisão malsucedida é prejudicial, pois sujeita o guarda à acusação de prisão indevida e o departamento de polícia a punições. A matriz da decisão do *guarda* seria assim:

	Motorista desonesto	Motorista honesto
Não prende	Multa	Multa
Prende	Condenação	Prisão injusta

(É claro que do ponto de vista dele uma multa de trânsito é algo positivo, não negativo.) O apelo de prender o motorista vai depender dos valores do resultado nas quatro células, e de suas probabilidades. E essas probabilidades vão depender da proporção de motoristas honestos e desonestos que dão a declaração ambígua, isto é, da relação do número de acontecimentos nas colunas da esquerda e da direita. Se a declaração parecer mais uma afirmação inócua que muitos motoristas poderiam fazer (ou, pelo menos, o bastante para que um júri fosse incapaz de condenar o falante por aquelas palavras), a chance de condenação cai, o risco de prisão aumenta e o apelo da fileira “Prende” ficaria menor. E é aí que o Homem Implicatura consegue influenciar o guarda. Ele pode formular a declaração de modo que um guarda desonesto a detecte como insinuação de propina, mas que um guarda honesto não tenha como ter certeza (ou pelo menos não possa arriscar). (Observe, aliás, que, contrariando a maioria dos linguistas, essa análise mostra que o discurso das indiretas não é um exemplo de pura cooperação. O Homem Implicatura está manipulando as opções do guarda honesto para se beneficiar, e para prejudicar o guarda. É uma manobra compatível com a teoria dos biólogos Richard Dawkins e John Krebs, de que a comunicação no reino animal pode muitas vezes ser uma forma de manipulação, não apenas uma troca de informações.)²⁹

Na vida real, os subornos velados são um problema para a polícia e o sistema

judicial. Na maioria dos casos, os tribunais norte-americanos seguem o bom senso e tratam um suborno velado como um suborno descarado. Se um réu dissesse: “Eu não tentei suborná-lo; só estava perguntando (por pura curiosidade) se havia algum jeito de pagar a multa ali mesmo”, a declaração não passaria no chamado teste do risinho de descrença. Portanto, na vida real os subornos têm de ser velados de forma mais discreta, com o risco de passar despercebidos pelo guarda subornável. Mas existem outras circunstâncias na vida real em que até um suborno velado pode ser eficaz. São os casos em que a liberdade de expressão está em pauta. O suborno, por definição, tem de ser tratado como uma exceção ao direito de liberdade de expressão, portanto os tribunais têm consciência de que é preciso defini-lo com precisão quando há envolvimento do processo político, como quando se fala com um representante político. Nesse caso, a distinção entre a fala direta e a indireta pode ser decisiva.³⁰

Essa aula de lingüística veio tarde demais para uma lobista da Organização Nacional para Mulheres dos Estados Unidos chamada Wanda Brandstetter, que em 1980 foi condenada por suborno quando tentava convencer um deputado de Illinois a votar a favor da ratificação da Emenda dos Direitos Iguais (Equal Rights Amendment — ERA). Brandstetter tinha entregado a ele um cartão de visitas em que escrevera: “Senhor Swanstrom, a oferta para ajuda em sua eleição mais mil dólares para sua campanha em troca do voto pró-ERA”. O promotor considerou o cartão “um contrato de suborno”, e o júri concordou. O veredicto pode soar inacreditável para a maioria dos norte-americanos, que já conhecem bem a influência do dinheiro no processo político. O que todos aqueles lobistas vestidos de ternos Gucci estão fazendo nos corredores do Congresso, senão subornando parlamentares? A resposta é que eles fazem isso com implicaturas. Se Brandstetter tivesse dito: “Como o senhor sabe, deputado Swanstrom, a Organização Nacional para Mulheres tem uma tradição de contribuir para campanhas políticas. E tende a contribuir mais para candidatos com um histórico de votação compatível com nossos objetivos. Hoje, um dos nossos objetivos é a ratificação do ERA”, ela não teria tido que pagar quinhentos dólares, prestar 150 horas de trabalho comunitário nem passar um ano em condicional.³¹

O uso estratégico da imprecisão também tem uma longa história na diplomacia. De acordo com uma piada de outros tempos, aqui está a diferença entre uma dama e um diplomata:

Quando uma dama diz “não”, ela quer dizer “talvez”.

Quando ela diz “talvez”, quer dizer “sim”.

Se ela diz “sim”, não é uma dama.

Quando um diplomata diz “sim”, ele quer dizer “talvez”.

Quando ele diz “talvez”, quer dizer “não”.

Se ele diz “não”, não é um diplomata.

O que gerou uma revisão feminista:

Quando uma mulher diz “sim”, ela quer dizer “sim”.

Quando uma mulher diz “talvez”, quer dizer “talvez”.

Quando uma mulher diz “não”, quer dizer “não”.

Se o homem insiste, ele é um estuprador.

A revisão pode ser uma boa política para as relações entre os sexos, mas, em se tratando de diplomacia, o original vale. Num artigo intitulado “A linguagem da diplomacia”, Michael Langan, ex-funcionário do Tesouro norte-americano, conta:

Em determinado ponto de minha carreira no governo federal, escrevi uma explicação sobre uma questão complicada, explicação que considere estar bem clara e convincente. A autoridade do governo a quem eu me reportava a leu com cuidado, ruminando e ajustando os óculos. Então olhou para mim e disse: “Não está nada bom. Consigo entender tudo. Leve de volta e dê uma embaralhada. Quero que a declaração possa ser interpretada de duas ou três maneiras”. A ambigüidade resultante permitiu que houvesse concessões entre interesses governamentais concorrentes entre si.³²

Logo depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou sua famosa Resolução 242, que, entre outras coisas, pedia “a retirada das forças armadas israelenses de territórios ocupados no conflito recente”. A expressão “territórios ocupados no conflito recente”, uma oração nominal sem um quantificador claro, é ambígua entre “alguns dos territórios” e “todos os territórios”. A resolução foi palatável para Israel e seus aliados na primeira interpretação, e para os países árabes envolvidos e seus aliados pela segunda. Uma versão que não fosse ambígua teria sido rejeitada ou por um lado ou pelo outro.

Mas, como sugere a resposta feminista à piada sobre a dama e o diplomata, a

imprecisão criativa também pode ser perigosa. Há quarenta anos autoridades discutem a semântica da Resolução 242 como se fossem pós-graduandos num seminário de lingüística (mais uma ilustração do tanto que há em jogo com a “mera semântica”).³³ Sem contar que a disputa mais ampla entre Israel e os países árabes continua sem solução, para dizer o menos. A imprecisão estratégica também pode sair pela culatra em acordos comerciais. Em um caso famoso, a Johnson & Johnson investiu 10 milhões de dólares na Amgen numa fase inicial de sua história, e obteve o direito sobre um composto para “usos secundários”. O significado de “secundários” foi deixado ambíguo, e a ambigüidade pode ter ajudado as empresas a “chegar ao sim”, como os negociadores gostam de dizer. Mas, desde então, as duas companhias já gastaram 350 milhões de dólares em custas legais para solucionar a ambigüidade, e uma odeia a outra com todas as suas forças.³⁴

Então a imprecisão criativa é uma tática espertinha? Se ela só adia o dia da definição, por que os negociadores não fecham logo um acordo claro ou admitem divergências irreconciliáveis e abandonam a mesa? No caso da diplomacia internacional, um dos motivos é que os termos de um acordo têm de ser palatáveis não só para os líderes, mas para seus cidadãos. Líderes razoáveis podem chegar a um entendimento entre eles enquanto cada um explora a ambigüidade do acordo para vender-lhe ao seu eleitorado mais belicoso. Outro motivo é que só o fato de haver um acordo, mesmo que ele seja difícil de implementar, pode ligar dois inimigos com um propósito em comum, talvez amenizando o ódio entre eles pelo puro simbolismo. Por fim, os diplomatas podem apostar que os tempos vão mudar e que circunstâncias possam unir os dois lados, e então eles poderão solucionar a ambigüidade de forma amistosa. Segundo uma velha história, um homem condenado à força por ofender o sultão sugeriu um acordo para o tribunal: Se eles lhe dessem um ano, ele ensinaria o cavalo do sultão a cantar, e ganharia a liberdade; se fracassasse, iria para a força sem reclamar. Quando ele voltou à cela, um outro prisioneiro disse: “Você ficou maluco?”. O homem respondeu: “Pensei: ao longo de um ano, muita coisa pode acontecer. Talvez o sultão morra, e o novo sultão me perdoe. Talvez eu morra; nesse caso não terei perdido nada. Talvez o cavalo morra; aí vou estar livre. E vai saber. Talvez eu ensine o cavalo a cantar!”.

Esses exemplos de imprecisão criativa vêm de arenas em que as palavras de uma pessoa são oficiais e o que está em jogo está bem claro: multas, prisão por suborno, guerra e paz. E quanto ao dia-a-dia, em que ofertas e pedidos podem ser feitos sem o temor de punições legais? Afinal de contas, ninguém acha que a Inqui-

sição vá aparecer. No toma-lá-dá-cá das conversas comuns, deveríamos ser livres para falar o que pensamos, sem nos preocupar com a possibilidade de o ouvinte interpretar nossas palavras de um jeito que nos coloque na prisão. Mas o que acontece não é isso. Em se tratando de subornos, ameaças e ofertas do cotidiano, nossas próprias emoções fazem com que prestemos a mesma atenção nas palavras que se estivessemos correndo algum risco legal, e todos nós viramos o Homem Implicatura.

“Subornos cotidianos”? Em que situação um cidadão que segue as leis ficaria tentado a oferecer um suborno? Que tal isso: Você quer ir ao restaurante mais falado da cidade. Não tem reserva. Por que não oferecer cinquenta dólares ao maître para ele conseguir um lugar na hora para você? Essa foi a pauta dada para o jornalista Bruce Feiler, pela revista *Gourmet*, em 2000.³⁵ Os resultados foram reveladores.

O primeiro resultado é previsível para boa parte das pessoas que se imaginarem na pele de Feiler: a tarefa é assustadora. Embora, que eu saiba, ninguém nunca tenha sido preso por subornar um maître, Feiler se sentiu como o seqüestrador do filme *Fargo*:

Estou nervoso, nervoso mesmo. Enquanto o táxi segue para o sul, pelos bairros mais descolados de Manhattan — Flatiron, o Village, SoHo —, fico imaginando as possíveis respostas de um maître ofendido.

“Que tipo de estabelecimento você acha que é este?”

“Como ousa me insultar assim?”

“Você acha que vai conseguir entrar com isso?”

O segundo resultado é que, quando Feiler arranhou coragem para subornar o maître, ele inventou uma indireta. Apareceu no Balthazar, um restaurante famoso em Manhattan, e, suando, com o coração disparado, olhou o maître nos olhos, entregou uma nota de vinte dólares dobrada e resmungou: “Espero que você consiga nos encaixar”. Dois minutos depois eles estavam sentados, para o espanto da namorada dele. Nas tarefas subseqüentes, ele insinuou o suborno com indiretas semelhantes:

Fiquei pensando se talvez vocês tiveram algum cancelamento.

Tem algum jeito de você fazer a gente esperar menos?

Estávamos pensando se você teria uma mesa para dois.

Esta é uma noite muito importante para mim.

A matriz da recompensa é idêntica, em estrutura, àquela para o suborno do guarda:

	Maître desonesto	Maître honesto
Não suborna	Longa espera	Longa espera
Suborna	Senta imediatamente	Humilhação pública
Insinua suborno	Senta imediatamente	Longa espera

A terceira lição — tão intrigante para habitués de restaurante como para a psicolingüística — é que o esquema *funcionou todas as vezes*. Feiler foi acomodado invariavelmente entre dois e quatro minutos. Num desafio lançado por seu editor, ele tentou então entrar no Alain Ducasse, um novo restaurante francês onde uma refeição custava 375 dólares, as reservas eram feitas com seis meses de antecedência e “se você pedir chá de verbena, eles trazem a *planta* à sua mesa e um garçom de luvas brancas corta as folhas com um tesoura de prata”. Feiler chegou, perguntou ao maître se havia algum cancelamento e mostrou-lhe uma nota de cem dólares. O maître reagiu com um olhar de “total e absoluto horror”. Ele disse: “Não, não, monsieur. O senhor não entende! Só temos dezesseis mesas. Não tem jeito!”. Feiler deixou um cartão de visitas mesmo assim, cobrindo discretamente o dinheiro. Dois dias depois seu telefone tocou e lhe ofereceram uma mesa para quatro. Graças a uma nota de cem e uma implicatura griceana, Feiler tinha furado uma fila de 2700 pessoas.

Quando um maître diz “não”, ele quer dizer “talvez”. Como Julie em *Tootsie* — como todos nós —, os restaurantes foram sistematicamente hipócritas. Quando Feiler telefonou para os estabelecimentos e perguntou sobre sua política oficial a respeito de aceitar dinheiro por uma mesa, as respostas variaram de “É repugnante” a “O maître será demitido se for pego fazendo isso”. No entanto, em todos eles, foi possível molhar a mão do maître. A lógica da negabilidade plausível está dentro da resposta. O formato indireto do discurso solucionou o Problema de Identificação, da teoria dos jogos, permitindo a Feiler oferecer o suborno sem correr o risco de sofrer uma punição social. Mas deve ter feito alguma outra coisa, já que *todos* os restaurantes foram subornáveis. De alguma maneira, a natureza insi-

nuada do suborno permitiu a *ambos* os lados fingir que poderiam negar ter dado ou recebido o suborno, como se eles achassem que pudesse haver um gravador escondido em algum lugar, e que houvesse a possibilidade de eles serem processados num tribunal especializado na etiqueta de restaurantes chiques.

A trama fica mais complicada. Por que a perspectiva de ouvir uma recusa para uma oferta de suborno — ou alguma outra oferta, como uma investida sexual ou um pedido de doação — é tão aterradora? E, se a transação ocorrer, por que mantê-la “extra-oficial” (que oficialidade?) torna as coisas mais fáceis para os dois lados? Para responder a essas perguntas precisamos deixar a lingüística e a teoria dos jogos e partir para a psicologia social evolutiva, onde buscaremos as raízes da vergonha e do tabu.

DIVIDIR, HIERARQUIZAR, NEGOCIAR: PENSAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES

O que há de tão assustador em subornar um *maître*? O pior que pode acontecer é ele dizer não. Parece aético, sob certo sentido, mas por quê? Pagamos pela agilização dos serviços nas entregas expressas, nas viagens de primeira classe e em outras transações comerciais, e damos gorjeta a todo tipo de funcionário, como motoristas de táxi e guias de turismo, por um serviço de qualidade, depois de ele ter acontecido. Mas por algum motivo achamos que o *maître* exige outro *tipo* de relacionamento conosco, uma relação que exclua trocas que em outros lugares são aceitáveis. Tentar transgredir essa fronteira dá a sensação de algo embaraçoso, até imoral.

O antropólogo Alan Fiske desenvolveu uma teoria abrangente da socialidade humana que define os principais tipos de relações que mantemos uns com os outros, e os pensamentos, as emoções e as práticas sociais que as sustentam.³⁶ Assim como na Teoria da Polidez de Brown e Levinson, um dos tipos de relacionamento é centrado na solidariedade e o outro no poder. Mas Fiske alega que os dois possuem lógicas bem diferentes, em vez de ser os dois lados da mesma moeda, as “aparências”. E Fiske acrescenta um terceiro tipo de relação, centrado nas trocas sociais. Os três tipos de relacionamento têm suas raízes em nossa história evolutiva, e cada um se aplica instintivamente a determinados tipos de diádes humanas. Mas, com o uso de determinados canais de comunicação, entre eles a língua, podemos forçar o espírito de um tipo de relacionamento sobre outras diádes. Essas negociações

movem muitas das práticas culturais documentadas pela antropologia, e, como veremos, parecem motivar a “hipocrisia aceitável” do discurso das indiretas.

O primeiro tipo de relacionamento denomina-se Divisão Comunitária, comunitarismo, para abreviar. A lógica subjacente é “O que é meu é seu; o que é seu é meu”. Esse é o relacionamento classificado como “distância social” na Teoria da Polidez, e é o que é protegido pela emoção chamada de “aparência positiva”, o desejo de que outras pessoas queiram para você o que você mesmo deseja para si. O comunitarismo aparece naturalmente entre parentes de sangue, por motivos que são óbvios para um biólogo evolucionista. Em nossa história evolutiva, qualquer gene que predispusse a pessoa a ser simpática com um parente teria tido a chance de ajudar uma cópia de *si mesmo* dentro daquele parente (já que parentes têm os mesmos genes), e ele e suas cópias teriam sido favorecidos pela seleção natural, cristalizando-se no genoma.³⁷ Mas a herança genética comum não é a única coisa que promove essa ligação. Um casal monogâmico tem seu destino genético fundido num único pacote, os filhos, portanto o que é bom para um é bom para o outro (pelo menos se eles minimizarem as relações concorrentes de seus parentes de sangue). Além disso, o fato de ter os mesmos gostos ou os mesmos inimigos pode unir amigos num condensado de interesses comuns. Se dois companheiros de quarto tiverem gostos musicais semelhantes, um vai beneficiar o outro cada vez que trouxer de casa um CD, portanto cada um valorizaria o bem-estar do outro, num análogo social ao relacionamento que os ecologistas chamam de mutualismo, e os economistas, de externalidades positivas.³⁸

Muitos leitores têm a falsa impressão de que os argumentos evolutivos significam que os organismos realmente calculem as relações genéticas entre si e calibrem seu comportamento de acordo com elas, uma idéia ridícula. Nem a maior parte dos sociobiólogos leva muito em conta quanto os interesses comuns em termos de genes ou recursos se traduzem em comportamentos altruístas, nem trata os organismos como se eles fossem zumbis programados para executar as ordens dos seus genes. Na verdade, o comunitarismo é concretizado na mente na forma de *emoção* e de um *conjunto de idéias*. A emoção é o sentimento reconfortante que nos invade quando convivemos com nossos amigos e parentes. As idéias consistem em metáforas conceituais. Uma é que SOLIDARIEDADE É PROXIMIDADE FÍSICA, a fonte de muitas expressões para a solidariedade, incluindo o próprio termo técnico *social distance* [distância social]. Outra é que SOLIDARIEDADE É ESTAR CONECTADO, que já encontramos no princípio do capítulo 5 na Declaração de Indepen-

dência (*bonding* [ligação], *ties* [laços/relações] e assim por diante). E uma metáfora especialmente potente é SOLIDARIEDADE É SER FEITO DA MESMA CARNE. Essas intuições estão envolvidas nos atos primordiais que nos ligam àqueles que amamos: a mãe acariciando o bebê, o abraço de dois namorados, o aperto de mão e o abraço entre amigos, a troca de fluidos corpóreos na amamentação e no sexo, o compartilhamento de alimentos dentro de uma família e entre amigos íntimos.

A Divisão Comunitária nunca é perfeita, nem entre amigos e parentes bem próximos, e é ainda mais difícil de manter entre conhecidos casuais e agregados distantes. O motivo é que, sempre que há uma situação em que cada um deve pegar o que quer, sem impedimentos ou contabilizações, as pessoas com relações genéticas ou mutualistas mais distantes ficam tentadas a pegar mais que sua parte justa. O comunitarismo é vulnerável à ganância. É uma tragédia para o grupo, e em especial para seus líderes, já que a mentalidade um-por-todos-e-todos-por-um proporcionaria uma comunidade mais poderosa e próspera — se pudesse ser instintiva. Assim, as pessoas criaram técnicas engenhosas de controle mental para implantar e nutrir pensamentos comunitários nos outros.

Uma das técnicas é o uso de metáforas de parentesco, que permeiam cultos, religiões, clubes, partidos políticos e movimentos sociais: *brethren* [irmãos e irmãs], *brotherhood* [irmandade], *fraternity* [fraternidade], *sisterhood* [irmandade de mulheres], *sorority* [irmandade de mulheres], *the fatherland* [a pátria], *the mother country* [a pátria-mãe], *the family of man* [a família humana].³⁹ Lembre-se de que uma das ferramentas da polidez solidária é o uso de termos afetuosos, como em *Brother, can you spare a dime?* [Irmão, você tem uma moedinha?]. Agora vemos que a polidez solidária não é tanto um esforço de cooperação para preservar as aparências, mas uma trama para deflagrar sentimentos comunitários em estranhos ou para reforçá-los em amigos e aliados.

A outra técnica é reafirmar a intuição biológica/familiar de que as pessoas são feitas da mesma carne e, portanto, fazem parte de um grande superorganismo. Refeições comunitárias são um dos rituais de aproximação mais comuns no mundo todo, como se as pessoas acreditassem que você é o que você come; portanto, se vocês comerem a mesma coisa, serão uma coisa só. Um corolário para isso é que os tabus alimentares protegem as fronteiras do grupo, impedindo que seus membros compartilhem comida com grupos vizinhos. Muitas tribos e coalizões (como a Máfia) furam os dedos e misturam os sangues, daí a expressão *blood brothers* [irmãos de sangue]. As pessoas também desfiguram os corpos — com cica-

trizes, tatuagens, piercings, esticando a pele, preenchendo o tecido, arrumando o cabelo, com a circuncisão e outras formas de mutilação genital — como se para transformar o grupo numa espécie separada, distinta em termos biológicos dos outros grupos humanos.

As pessoas também fazem movimentos sincronizados quando em grupo, como dançar, fazer referências, ficar de pé, sentar, marchar, fazer exercícios. A impressão de quem vê de fora é de um único corpo comunitário, em vez de vários individuais, devido a uma lei da percepção chamada “destino comum”: coisas que se movimentam juntas são vistas como coisas ligadas. A impressão de quem está do lado de dentro é ainda mais insidiosa. Normalmente, as pessoas percebem os limites do seu próprio corpo observando o que se mexe quando elas fazem uma parte do corpo delas se mexer. É por isso que as pessoas sentem que ferramentas, bicicletas e carros são extensões do corpo, ou por que um psicólogo pode enganar pessoas, usando espelhos ou imagens de vídeo, fazendo-as acreditar que estão controlando voluntariamente a mão de outra pessoa, ou até uma mão fantasma, se elas tiverem tido a mão amputada anos antes.⁴⁰ Basta combinar essa característica de nossa psicologia sensorio-motora com um movimento rítmico grupal para a pessoa se sentir literalmente parte de um único corpo comunitário. Os limites pessoais também podem sofrer erosões quando as pessoas passam por experiências emocionais intensas juntas, como fome, terror ou dor, ou quando o estado de consciência é alterado por drogas. Esses truques baratos são comuns em ritos de iniciação no mundo inteiro.

A noção de comunhão via etnobiologia também pode ser reforçada por mitos e ideologias. As pessoas ouvem que descendem de um patriarca ou de um casal primordial, ou que estão ligadas a uma terra natal, ou que surgiram no mesmo ato de criação, ou que têm parentesco com o mesmo animal simbólico. Há uma regra geral na antropologia: sempre que uma sociedade (incluindo a nossa) possui um costume cultural que pareça bizarro, seus membros devem estar manipulando a biologia intuitiva para aumentar o sentimento de comunitarismo.

É marcante a ausência do mecanismo que os teóricos sociais e políticos tratam como fundamento de uma sociedade: o contrato social. Amigos, famílias, casais e clãs não se reúnem para articular verbalmente os direitos e responsabilidades que os unem. Se é que eles usam a linguagem, é para afirmar sua solidariedade em uníssono ou em jogral, como em “Amo você”, “Prometo fidelidade” e “Creio com toda a minha fé”. O que eles não gostam de fazer é negociar os termos do

comunitarismo.⁴¹ O próprio fato de delinear pré-requisitos e obrigações na forma de palavras já mina o caráter de fusão emocional (e na cabeça deles física) que lhes permite compartilhar as coisas por instinto, sem se preocupar com quem pega o que ou quem fica com o quê. É claro que, quando as pessoas entram em conflitos, recorrem com frequência à negociação verbal, desde a terapia de casais até os tribunais. Mas esse não é o cerne da relação comunal, e muitas vezes ela é desconfortável e estranha. Uma proposta de política antiestupro no Antioch College em 1996 foi ridicularizada por pedir aos alunos que namoravam que obtivessem consentimento verbal explícito para cada avanço no contato físico. A letra de uma música de *My fair lady* (que usei no capítulo 2 para ilustrar a construção dativa) também pode ser usada para ilustrar o meio em que preferimos consolidar nossos relacionamentos íntimos: *Sing me no song, read me no rhyme, don't waste my time; show me!* [Não me cante uma música, não me leia versinhos, não me faça perder tempo; me mostre!].

Além de não gostarem de falar sobre suas relações mais íntimas, as pessoas não gostam de pensar nelas. Alguém que fique falando o tempo todo sobre os termos de seu casamento, do seu papel de pai ou mãe, de suas amizades ou de sua lealdade para com o grupo é freqüentemente tido como grosso, como um mau pai, como um amigo em quem não se pode confiar, como um traidor, um infiel ou uma pessoa que simplesmente não entende as coisas. Encontramos mais uma vez as pegadas da psicologia do tabu.⁴² Um exemplo claro é o Paradoxo do Contrato Pré-Nupcial. Sob certa concepção de racionalidade, todo casal deveria assinar um contrato pré-nupcial estabelecendo os termos da divisão de propriedade caso o casamento termine em divórcio, como acontece com metade das uniões. No entanto, muitos casais resistem à sugestão, e não estão sendo totalmente irracionais. O próprio ato de negociar um contrato pré-nupcial aumenta as chances de ele ser necessário, porque o casal é obrigado a pensar em coisas em que não devia estar pensando se o casamento for se basear nas emoções comuais corretas.

O segundo tipo de relacionamento denomina-se Ranking por Autoridade, também conhecido como poder, status, autonomia e dominação. A lógica da Autoridade é “não mexam comigo”. Suas raízes biológicas estão nas hierarquias de dominação que estão disseminadas no reino animal. Um organismo reivindica o direito a um recurso concorrido com base em seu tamanho, sua força, sua idade

ou seus aliados, e outro animal cede o recurso a ele quando o resultado de uma luta pode ser previsto, e nenhum dos dois lados tem interesse em se sujar de sangue numa batalha cujo desfecho seria uma conclusão já conhecida.⁴³ Assim, eles se organizam numa hierarquia linear.

O Ranking por Autoridade, assim como a Divisão Comunitária, não é expressado nos seres humanos primordialmente por palavras, mas pela cooptação de faculdades perceptivas criadas sob medida para um outro domínio da vida. No caso do comunitarismo era a biologia intuitiva; no caso da autoridade é a física intuitiva, isto é, as categorias kantianas de espaço, tempo, substância e força exploradas no capítulo 4. A organização das pessoas num ranking hierárquico por dominação costuma ser simbolizada como uma ordenação no tempo, no espaço, por tamanho ou por força. Indivíduos dominantes (chefes, presidentes, padres, xamãs, generais) marcham à frente de seus subordinados, entram e saem primeiro, ficam em posições mais altas (muitas vezes em plataformas ou sacadas), parecem maiores (com a ajuda de chapéus, capacetes e outros adereços de cabeça), *são* maiores (os líderes, incluindo os presidentes norte-americanos, tendem a ser mais altos que os outros candidatos), são retratados como maiores (em imagens e estátuas grandes) e têm gabinetes, palácios e monumentos maiores. Centenas de metáforas expressam essa equivalência, como *first among equals* [primeiro entre iguais, usado para primeiros-ministros ou bispos] (tempo), *strongman* [homem-forte] (força), *big shot* [figurão] (tamanho) e *top dog* [chefe / cachorro de cima] (posição no espaço).

Embora os sinais visíveis da capacidade de prevalecer numa luta sejam a propaganda mais saliente de autoridade, eles não são necessariamente as qualificações que conquistaram aquela autoridade. A dominação, nos seres humanos, está associada ao status: a posse de valores como talento, beleza, inteligência, habilidade e sabedoria. E, no fim das contas, a dominação e o status são construtos sociais que dependem crucialmente da percepção dos outros e da da própria pessoa. A quantidade de autoridade da pessoa vai depender do quanto de autoridade ela está disposta a reivindicar, e do quanto de autoridade as outras estejam dispostas a ceder a ela. É essa, acredito eu, a verdadeira natureza do conceito de “face” ou “aparências” que era brandido por Brown e Levinson sem uma teoria satisfatória para sustentá-lo (embora tenha sido questionado de vez em quando por Goffman). A “aparência negativa” deles, o desejo de não ser frustrado, é uma reivindicação de dominação; a “aparência positiva”, que eles definiram às vezes como um desejo de aprovação ou estima, é uma reivindicação de status. (Em outros

momentos eles o definem como um desejo por solidariedade, mas desconfio que essa seja uma emoção diferente, mais ligada ao comunitarismo.)

Se consideradas em termos de autoridade, as “aparências” não são só um banho de auto-estima, mas uma espécie de moeda social realmente dotada de valor. Em muitas arenas da vida, o que conseguimos depende do que nos sentimos no direito de exigir. Quando um comprador e um vendedor negociam, sempre há uma faixa de preços em que os dois prefeririam consumir a transação, em vez de desistir. Por exemplo, um carro que custa à concessionária 20 mil dólares pode valer até 30 mil dólares para um cliente, e qualquer preço dentro daquela faixa oferece mais vantagens aos dois que a dissolução do negócio. A definição do preço dentro daquela faixa depende da determinação de cada parte. O vendedor concordará com um preço menor se o comprador o convencer de que não vai ceder mais; o comprador vai concordar com um preço maior se estiver convencido de que o vendedor não vai ceder mais que aquilo.⁴⁴ O mesmo acontece quando duas pessoas disputam um lugar num táxi ou uma vaga de estacionamento: vence quem parecer mais disposto a se defender, seja física ou verbalmente. Nos dois casos, as aparências fazem diferença. Cada reclamante recua até o tanto que achar que o outro vai avançar, e mantém a posição o tanto que achar que o outro vai recuar. É claro que um pode testar a determinação do outro com provocações, mas os custos para os dois lados — dissolução do negócio, ir às vias de fato — podem ser altos. A autoconfiança e a petulância, se apoiadas pela deferência e pela estima de terceiros, podem ser armas decisivas. Esse respeito pode ser conquistado quando se possuem recursos considerados valiosos pelos outros ou com vitórias em batalhas anteriores. Ser privado dessas armas numa derrota pública ou num desrespeito testemunhado por todos — “perder as aparências” — é doloroso.

As pessoas protegem naturalmente suas aparências, e aquelas que não querem questioná-las — como companheiros de mesa que gostariam que o sal fosse passado mas que não querem fazer uma cena — usam técnicas de polidez deferencial, incluindo o discurso com indiretas. As implicaturas podem ser usadas para proteger as próprias aparências, assim como para fazer deferência às do outro, e às vezes a mensagem é insinuada silenciosamente. No filme *Maré vermelha*, um capitão autoritário da Marinha comanda um submarino (Gene Hackman) junto com um tenente inteligente (Denzel Washington); o relacionamento entre os dois é respeitoso, mas frio. No decorrer da trama, eles recebem uma comunicação obscura ordenando o lançamento de mísseis nucleares, o que certamente daria início

à Terceira Guerra Mundial. O tenente desafia o comandante, e, depois de muita gritaria, briga e destruição, consegue evitar o lançamento — o que vem bem a calhar, já que a ordem era um equívoco. No desenlace da história, depois de Denzel Washington ter sido inocentado da acusação de motim, Hackman vai até ele e diz: “Você estava certo e eu estava errado”. Washington ergue as sobrancelhas. “Sobre os cavalos — os lipizanos. Eles *são mesmo* da Espanha, não de Portugal”, continua. A lingüista Deborah Tannen, num artigo sobre as explicações para o fato de os homens jamais pedirem desculpas, relata a cena e escreve, indignada: “Por que ele não podia simplesmente dizer ‘Cometi um erro. Você estava certo. Eu estava errado em começar aquela guerra nuclear?’”. Até uma observadora tão sagaz quanto Tannen parece não ter percebido naquele momento que ele pediu, *sim*, desculpas, mas numa mensagem ultra-sônica que talvez só os homens consigam escutar, e cuja formulação literal permitiu a ele não ter de abrir mão de sua dominância. Tudo isso sustentaria a teoria mais ampla de Tannen (que ficou famosa no livro dela, *Você simplesmente não me entende*), de que os homens e mulheres muitas vezes se comunicam de um jeito diferente, não em termos de palavras e de sintaxe, mas de implicaturas.

A implicatura pode ser usada para questionar a autoridade, além de para mantê-la, e quando ela faz isso chamamos o discurso de “humor”. Em 2001, Dick Cheney foi hospitalizado com arritmia cardíaca, e um comediante disse que a situação era grave, porque aí George W. Bush estava a um *heartbeat* [batimento cardíaco/passo] da presidência. A afirmação viola a Máxima da Qualidade, porque o comediante usou o clichê sobre vice-presidentes e a presidência ao contrário. Mas o público conseguiu captar que o que ele estava dizendo é que o cargo era demais para Bush e que quem mandava mesmo era Cheney. Quase toda piada tem uma vítima, alguém de quem se ri.

A vítima é retratada como alguém incapaz, tolo ou indigno e, portanto, perde a autoridade aos olhos de quem observa. Como disse George Santayana, “Derrubar uma coisa, em especial se ela está empenhada num ângulo arrogante, é um deleite profundo do sangue”. Ao esconder o insulto numa implicatura, o autor do questionamento da autoridade a torna ainda mais convincente, porque qualquer ouvinte que seja capaz de reconstituir a implicatura — que “capte a piada” — percebe que sempre soube da debilidade da vítima da piada, e que as outras pessoas que riem com ele também sempre souberam.

Boa parte do humor, entretanto, consiste em brincadeiras amistosas e de

autodepreciações, quando a vítima da piada é o falante ou um amigo dele, em vez de uma autoridade que está precisando ser um pouco rebaixada. Leia abaixo alguns trechos de diálogos reais entre estudantes universitários, gravados sub-repticiosamente pelo psicólogo Robert Provine:⁴⁵

Is that considered clothing or shelter? [Isso é roupa ou uma barraca?]

I'd pay a hundred dollars to wade through her shit (expressão carinhosa). [Eu pagaria cem dólares para vasculhar toda a tralha dela.]

Do you date within your species? [Você namora gente da sua espécie?]

I try do lead a normal life! [Tento levar uma vida normal!]

O humor é de convivência, nada agressivo, mas seu componente principal é a redução na dignidade. Acho que ele está sendo usado como sinal de que a base de um relacionamento é o comunitarismo, e não a autoridade. Sempre que as pessoas interagem, as sementes de uma relação de autoridade estão presentes, porque, como observou Samuel Johnson, “dois homens não podem ficar meia hora juntos sem que um adquira uma evidente superioridade sobre o outro”. De início se pode achar que o lado superior sempre goste da chance de dominar, mas nem sempre isso é verdade: incômoda fica a cabeça que carrega uma coroa. A dominância é útil enquanto a pessoa a tem, mas pode desaparecer com a idade e as circunstâncias. Os amigos estão lá na saúde e na doença, e todos nós precisamos deles. Uma das maneiras de indicar a alguém que a base de um relacionamento é a amizade, e não a dominação, é chamar a atenção para uma característica pouco lisonjeira de si mesmo ou da outra pessoa, descartando a possibilidade de que um dos dois vá dar ordens ao outro.⁴⁶

O terceiro tipo de relacionamento chama-se Igualdade Paritária, ou Troca, embora os termos mais conhecidos sejam reciprocidade e justiça. Sua lógica é “Se você coçar minhas costas, eu coço as suas”, e sua base evolutiva é o altruísmo recíproco.⁴⁷ Num relacionamento igualitário, as pessoas dividem os recursos em proporções iguais, fazem revezamento ou permutas de bens e serviços por bens e serviços equivalentes, ou ainda trocam favores na mesma moeda. Quando é usada para dividir um recurso entre pessoas que não podem compartilhá-lo de forma comunitária, e que é reivindicado por cada uma, a troca evita uma competição de

autoridade e os custos que um conflito violento traria para todos. Também permite às pessoas obter lucros no comércio, em que duas partes que tenham mais do que podem usufruir de determinado bem podem negociar seus superávits entre si, para benefício de ambas.

Fiske sugere que a implementação psicológica da troca seja uma operação concreta: um algoritmo comportamental que garante que os atores tenham empenhos iguais e recebam benefícios iguais. Eles tiram cara ou coroa, palitinhos, fazem sorteios com versinhos como *uni duni tê*, alinham as coisas em fileiras ou as pesam em balanças. Mas a igualdade é um âmbito em que a linguagem literal cabe bem. “Se você fizer isso, farei aquilo” é um modo conveniente de negociar bens e serviços intangíveis, ou tangíveis mas que sejam dados e tomados em momentos diferentes. A língua também é o canal pelo qual espalhamos informações sobre a confiabilidade de uma pessoa, o fenômeno chamado *fofoca*. Pode não ser coincidência o fato de usarmos “face” como uma metáfora para reputação em questões que envolvem autoridade (possivelmente remetendo ao olhar fixo de dominância nos primatas), mas usamos “good name” [bom nome] como metáfora para a reputação em questões que envolvam a justiça.

A taxonomia de Fiske também inclui um quarto tipo de relacionamento, que ele chama de Fixação de Preços de Mercado. Ele engloba todo o aparato das economias modernas de mercado: moeda, preços, salários, benefícios, alugueis, juros, crédito, opções, derivativos, e por aí vai. O meio de comunicação são numerais simbólicos, operações matemáticas, contabilidades e transferências digitais e a linguagem dos contratos formais. Diferentemente dos outros três tipos de vínculo, a Fixação de Preços de Mercado não é nada universal. Uma cultura que não tenha língua escrita e cujo sistema numérico pare no “3” não é capaz de lidar nem mesmo com os rudimentos da Fixação de Preços de Mercado. E a lógica do mercado também é pouco natural em termos cognitivos. As pessoas do mundo inteiro acham que cada objeto possui um preço justo intrínseco (em vez de valer o que as pessoas estejam dispostas a pagar por ele naquele momento), que os intermediários são como parasitas (apesar do serviço que eles prestam ao recolher bens de lugares distantes e torná-los disponíveis para os compradores) e que cobrar juros é imoral (apesar do fato de o dinheiro valer mais num momento que em outro).⁴⁸ Essas falácias são naturais numa visão de mundo do mercado, em que as distribuições só são justas quando quantidades equivalentes de material trocam de mãos. O modelo mental das trocas cara a cara, olho por olho, não é equipado o suficiente

para lidar com o aparato obscuro de uma economia de mercado, que torna bens e serviços intercambiáveis entre muita gente, a distâncias temporais e espaciais enormes.

Do meu ponto de vista, isso tira a Fixação de Preços de Mercado do âmbito da natureza humana, e ao que parece não desenvolvemos naturalmente pensamentos ou emoções sob medida para ela. Sob esse aspecto, a Fixação de Preço de Mercado pode ser fundida com outros exemplos de organização social formal que foram celebrados ao longo dos séculos como boas maneiras de organizar milhões de pessoas numa sociedade tecnológica, mas que não ocorrem de modo espontâneo em mentes independentes. Um exemplo paralelo pode ser encontrado nas instituições políticas de uma democracia, em que o poder é entregue não a um homem forte (Autoridade), mas a representantes que são selecionados por um procedimento eleitoral formal e cujas prerrogativas são delimitadas por um sistema complexo de verificações e balanços. Outro ainda é uma grande instituição como uma corporação, uma universidade ou uma organização beneficente. As pessoas que trabalham nelas não têm liberdade para contratar amigos e parentes (Comunitarismo) ou para sair distribuindo favores (Troca), embora essas sejam tentações universais dos seres humanos. O comportamento dos funcionários é, em vez disso, limitado por regulamentos e deveres fiduciários.

Embora o Comunitarismo, a Autoridade e a Troca sejam modos universais pelos quais as pessoas concebem seus relacionamentos, as pessoas diferem quanto a que tipo de relacionamento deve ser aplicado a cada recurso em que tipo de idade e em cada contexto. Nas culturas ocidentais, compramos, vendemos e negociamos nossas terras (Troca), mas não compramos, vendemos nem negociamos mulheres para casar; em outras culturas, é o contrário. O chefe de uma grande empresa pode controlar o salário e o escritório de um funcionário (Autoridade), mas não pode usufruir os bens dele e nem da mulher dele, apesar de esses *droits de seigneur* serem garantidos a muitos reis e déspotas de outros lugares e épocas. Um convidado de um jantar norte-americano (Comunitarismo) não deve tirar a carteira do bolso ao fim da noite para pagar os anfitriões pela comida, nem deve retribuir fazendo um convite ostensivo demais para um jantar já na noite seguinte. Mas em muitas culturas esse tipo de reciprocidade acontece aberta-

mente, meio como o modo como nossa cultura calcula no âmbito privado a troca anual de cartões de Natal.

Quando uma pessoa de uma cultura particular faz um juízo errôneo do tipo de relacionamento que se aplica a determinada situação, as emoções podem se acirrar. Estamos, afinal de contas, lidando com o meio aprovado pela cultura de distribuir recursos e poder. Servir-se de uma guloseima pode ser uma prerrogativa no contexto de um tipo de relacionamento e um furto no outro. Dar ordens a alguém pode ser uma exigência de seu trabalho em um cenário, mas um caso de extorsão em outro.

Às vezes o desencontro é esporádico, resultado de um mal-entendido, do teste de um relacionamento novo ou uma emergência isolada. Quando ele acontece, surgem a emoção que chamamos de “constrangimento”, e as “gafes” e “lapsos”. A pessoa constrangida fica em evidência; presta atenção a todos os detalhes da situação (principalmente as reações das outras pessoas ao seu comportamento) e fica paralisada, sem palavras e sem saber o que fazer, até pensar numa estratégia que conserte a situação. Quase todo desencontro de relacionamento deflagra uma sensação de constrangimento. É quase unanimidade que bons amigos (Comunitarismo) não devem realizar transações financeiras de grande porte entre si (Troca), como vender um carro ou uma casa, pois isso pode pôr em risco a amizade. Pode haver momentos delicados quando um supervisor (Autoridade) faz amizade com um funcionário ou um aluno (Comunitarismo), uma transição que é sinalizada pela mudança na forma de tratamento ou nos pronomes de V para T. Quando a relação de Autoridade ameaça se transformar em sexual, o resultado pode ser não apenas o constrangimento, mas um processo por assédio sexual. A sexualidade, por sua vez, é um tipo especial de relacionamento comunitário, que pode entrar em choque com outros tipos de comunitarismo como a amizade, criando um outro deflagrador de tensão social. A indústria do entretenimento explora essa sensação de constrangimento como recurso dramático em comédias de tom sexual como as séries *Seinfeld* e *Friends*.

Se o desencontro não é ocasional, mas deliberado e prolongado, a emoção pode passar de constrangimento a condenação moral. A mãe que vende o bebê, o professor que exige sexo de um aluno, um amigo que usa outro amigo para lucrar e conseguir vantagens são alvo de profundo desprezo. Assim como com o paradoxo do contrato pré-nupcial, a psicologia do tabu se apresenta: mesmo *pensar* em cruzar a fronteira entre um relacionamento e outro pode ser incriminador. O psi-

cólogo Philip Tetlock, colaborador eventual de Fiske, já mostrou que as pessoas ficam indignadas só de ser questionadas sobre aplicar uma mentalidade de troca ou de mercado a relacionamentos comunitários ou de autoridade. Ficam ofendidas, por exemplo, se lhes perguntam sua opinião sobre se deve haver um mercado para o direito de adoção, se as pessoas deviam ter o direito de vender o voto ou seus próprios órgãos e se as pessoas deviam poder pagar para ser dispensadas do serviço militar ou da participação em júris populares.⁴⁹

Protegidos pela distância confortável da ficção, ficamos fascinados por personagens obrigados a pensar o impensável sobre seus relacionamentos íntimos, como em *A escolha de Sofia* e *Proposta indecente*. E, protegidos pela distância ainda mais confortável do humor, damos risada dessas situações. Numa charge da revista *New Yorker*, um senhor sentado numa poltrona diz a um rapaz: “Filho, você já está crescendo. Você me deve 214 mil dólares”. E em outra piada antiga sobre os sexos, que se encaixa bem demais para ser omitida, um homem pergunta a uma mulher: “Você dormiria comigo por 1 milhão de dólares?”. Ela responde: “Humm... Acho que sim”. Ele pergunta: “Você dormiria comigo por cem dólares?”. Ela responde: “Que tipo de mulher você acha que eu sou?”. Ele diz: “Isso nós já decidimos; agora só estamos negociando o preço”.

E agora podemos voltar para os atos de indiretas extra-oficiais do cotidiano. Pense no nosso repórter gastronômico, suando e tremendo ao oferecer a propina ao maître. Se ele estivesse diante de um maître honesto, estaria criando um desencontro entre a Autoridade (o relacionamento comum de um maître para com os clientes) e a Troca (os termos que Feiler estava tentando oferecer). Não é à toa que Feiler se sentiu desconfortável, se não imoral; sua tremedeira saiu direto da teoria dos Modelos Relacionais. Feiler foi salvo por uma implicatura. O conteúdo literal (“Fiquei imaginando se você não teria um cancelamento”) era coerente com o relacionamento de Autoridade, mas o conteúdo implicado (“Vou te dar cem dólares em troca de uma mesa”) transmitiu a troca desejada. Um maître honesto não tinha como ficar ofendido, e um desonesto podia aceitar o suborno. (Também se percebe que o maître achou que estava sustentando sua autoridade, mas o motivo de uma desculpa esfarrapada como essa funcionar é outro quebra-cabeça, o último a ser tratado no capítulo.)

A lógica da sedução é em grande parte a mesma, com uma pequena diferença. A matriz da teoria dos jogos é familiar:

	Parceiro disposto	Parceiro não-disposto
Não dizer nada	Aperto de mão	Aperto de mão
“Gostaria muito de fazer amor com você”	Sexo	Taça de vinho na cara
“Você não quer dar uma subidinha para ver meus desenhos?”	Sexo	Aperto de mão

Mas o quadrinho do vinho jogado na cara merece um comentário. Na cena do filme *Tootsie*, por que o resultado da transgressão de Michael teve de resultar não só em constrangimento — a pena normal para um desencontro de relacionamentos —, mas em ofensa? Embora um relacionamento romântico de compromisso seja comunitário, um relacionamento sexual incipiente possui em si um elemento de troca, devido à maior demanda de sexo casual da parte dos homens que das mulheres.⁵⁰ Uma mulher que desperte desejo tem a expectativa de receber atenção e generosidade especial por parte de um candidato a parceiro, e pode ter padrões elevados para a desejabilidade mínima dele, em especial o status. Julie era uma linda atriz; Michael era um zé-ninguém que nem ao menos foi delicado com ela. A investida dele não era só um desencontro de relacionamento, mas também ameaçava as aparências dela — a posição de barganha à qual ela se sente no direito dentro do mercado sexual —, e ela sentiu a necessidade de defendê-las.

Pedir uma grande doação a um benfeitor tem muito em comum com a investida sexual. É obrigatória uma refeição suntuosa, que estabelece um clima de convívio amistoso. Durante o processo é mantida uma aura de amizade, que é apreciada pelo alvo da sedução. Às vezes há entretenimento (que vem a ser eu, e outros professores apresentáveis). Ao longo de quase toda a noite, a questão em pauta nunca é mencionada, apesar de estar bem presente na cabeça das pessoas. O sedutor tem de ter cuidado para não deixar a noite passar sem atacar, mas não pode agir cedo demais, antes de o clima estar perfeito. Uma diferença é que na hora da verdade o representante da universidade não pode se engraçar com o doador e com a maior cara-de-pau passar a mão no talão de cheques dele. Mas “o pedido”, como eles dizem no comércio, tem de ser feito com delicadeza, chamando o doador de “líder” e de “amigo”, e ressaltando o caráter altruísta do “oferecimento”.⁵¹ Uma

análise cínica da transação — que a universidade está vendendo ao doador o direito de batizar prédios, prestígio e um simulacro de amizade com gente interessante — é tabu. A troca é apenas insinuada, preservando a aura de comunitarismo; os termos reais são tratados na base do “minha secretária vai ligar para a sua”. E, assim como na corte sexual, os lados às vezes viram mesmo bons amigos.

As ameaças, por sua vez, tendem a ser veladas na forma de implicaturas por dois motivos. Um é conhecido: um extorsionário estaria se expondo e correria o risco de sofrer punições legais, como quem suborna. Mas ele também enfrenta o risco de que o alvo pague para ver e o desafie a cumprir a ameaça. Para manter a reputação da qual seu sustento depende, o extorsionário teria de levar a ameaça a cabo, o que poderia ser arriscado e caro, além de perder o sentido se não cumprir o propósito de coagir o alvo. Uma ameaça implicada resolve os dois problemas. Se a ameaça for extra-oficial, é mais difícil condenar o autor da extorsão, e se ele for desafiado pode preferir não concretizar a ameaça, sem precisar voltar atrás na sua palavra e minar sua credibilidade. A língua inglesa dá a ele uma opção especialmente útil: a ambigüidade inerente do tempo futuro, entre futuro e intenção (explorada no capítulo 4). Sempre dá para alegar que a frase “If you don’t contract with our trucking company, your union will go on strike” [Se você não contratar nossa empresa de transporte, seus funcionários vão entrar em greve] é uma previsão, e não uma atitude pretendida. Outro exemplo criativo vem de *O poderoso chefão — Parte II*. Frank Pentangeli está prestes a depor numa audiência do Congresso contra Michael Corleone, e é isolado pelo FBI para impedir que seja ameaçado. Michael aparece na galeria acompanhado do irmão de Pentangeli, que tinha acabado chegar da Sicília, bem no campo de visão de Pentangeli, prestes a começar a depor. (Tom Hagen explica: “Ele veio, por conta própria, ajudar o irmão que está com problemas”.) Frankie volta rapidinho atrás no depoimento.

A tática de Corleone de velar uma ameaça pela simples visão do irmão é uma das muitas formas pelas quais as pessoas solucionam o problema de dar um recado em situações em que o uso de palavras não seria só desconfortável, mas perigoso. Em sua autobiografia, Roger Brown explica a matriz da recompensa com que muitos gays se deparavam no início dos anos 1950, quando ele estava na universidade, e como eles solucionavam o Problema de Identificação nos vestiários em que circulavam:

Você tem de levar um livro e, sentado na privada, de porta fechada, ler com a máxima concentração que é possível numa cabine de banheiro. Quando seu alvo chega e entra na cabine vizinha, você larga o texto e se concentra no pé e no tornozelo no seu campo de visão. Até determinada quantidade de movimento dos pés, não é nada mais que reflexo neurológico. Você tem que estar atento é para um PADRÃO. Existem vários tipos de padrões passíveis de interpretação, mas o mais fácil de captar é quando o pé vai avançando sempre na sua direção; primeiro o dedão, depois o calcanhar, sempre em movimentos bem pequenos, nunca suficientes para justificar uma reclamação, nem mesmo para ser vistos por ninguém, exceto o dedicado decifrador. O pior cenário é uma voz cavernosa dizendo: “E aí, meu, qual é?”. [...]

De volta aos boxes do banheiro, o pé da pessoa tem de se mexer do mesmo jeito que o do cara ao lado, indo devagarinho na direção dele. No final, vem um Rubicão inescapável. Ou um ou o outro tem de arriscar... o CONTATO. Na verdade, não é um risco muito grande; se não houver uma pressão claramente amistosa e voluntária, qualquer outra coisa pode passar em branco com um mero pedido de desculpas. No entanto, quando a pressão é testada e retribuída, a cena fica eletrizante, cheia de potencial erótico.⁵²

A engenhosidade desses subterfúgios mostra que as implicaturas recrutam toda a inteligência social e não se restringem apenas à interpretação da língua.

PASSAR NO TESTE DO RISO: A LÓGICA DA NEGAÇÃO NÃO TÃO PLAUSÍVEL

Um problema continua sem solução: a relevância psicológica de uma sondagem ser “oficial” ou “extra-oficial” nas conversas do dia-a-dia. O enigma aparece nos casos em que duas coisas acontecem. Em primeiro lugar, o Problema da Identificação foi solucionado e cada lado sabe das intenções do outro. Em segundo, a implicatura é tão óbvia que não deixa nenhuma dúvida no ouvinte sobre sua intenção. Os desenhos do apartamento, o cancelamento no restaurante, a liderança, a possibilidade de acidentes são ardis transparentes, portanto qualquer “negabilidade plausível” na verdade não é plausível: ela não passaria no teste do risinho. Num tribunal, o padrão de comprovar a culpa irrefutável do réu, em especial nos casos em que a liberdade de expressão está implicada, explica por que a menor centelha de possibilidade de negação já é suficiente para livrar a cara de alguém. Mas

por que agir como advogados de defesa no cotidiano? Por que teria sido pior para o maître que aceitou o suborno se o cliente tivesse declarado a barganha com todas as letras? Por que um doador ficaria incomodado por um pedido direto, colocado como uma troca olho por olho, se lá no fundo ele deve ter consciência de que é exatamente disso que se trata? E por que uma investida sexual frustrada é mais constrangedora quando é apresentada como uma proposta nua e crua, em vez de ter sido transmitida por uma indireta inconfundível ou pela linguagem corporal?

Assim como acontece em muitas interações humanas, a dinâmica da solução é sutil e delicada demais para ser reproduzida em laboratório. Nesses casos, nossa melhor metodologia talvez seja o tipo de experimento mental chamado de “comédia de costumes”, em que personagens plausíveis reproduzem os papéis do convívio social implícito diante de nossos olhos. Harry, que tinha conhecido Sally fazia poucas horas, erra na dose do uso das indiretas numa afirmação sobre a aparência dela, e Sally o acusa de estar dando em cima dela.

HARRY: O quê? Um homem não pode dizer que uma mulher é bonita sem estar dando em cima dela? Tá bom, tá bom. Digamos, numa hipótese, que tenha sido uma cantada. O que você quer que eu faça? Retiro o que disse, pode ser? Retiro o que disse.

SALLY: Você não pode retirar o que disse.

HARRY: Por que não?

SALLY: Porque já saiu.

HARRY: Putz. O que temos de fazer então? Chamar a polícia? Já saiu!

O que exatamente é esse conceito de uma proposta já “ter saído”, de tal forma que não dá para “retirar” o que se disse? Como disse Harry, não é bem o caso de chamar a polícia.

Embora diversas características da implicatura possam recrutar processos genéricos de inferência racional, no final das contas estamos diante de alguma coisa, na cabeça das pessoas, que é específica da própria língua. Expressar um sentimento numa frase — deslavadamente, oficialmente, com todas as letras — faz diferença. Há coisas que quando ditas não podem ser desditas.

Nos casos que examinamos, um lado ou os dois querem preservar o tipo de relacionamento coerente com o sentido literal das palavras da frase (o homem e a mulher são amigos ou colegas, o maître é uma figura de autoridade, o doador e o reitor são chapas) enquanto negociam a questão em pauta (a investida sexual, o

suborno, a doação), que pressupõe um outro tipo de relacionamento e que está insinuado nas entrelinhas. Por que as pessoas acham que o uso das indiretas lhes permite esse tipo de hipocrisia, e a fala direta não? Não sei a resposta, mas seguem algumas idéias.

*O aceno de reverência.*⁵³ Quando formula uma proposta como uma indireta, o falante sinaliza ao ouvinte que está se empenhando para preservar a dignidade, os sentimentos ou as aparências do ouvinte. A simples percepção de que o falante se deu a esse trabalho faz o ouvinte apreciar a consideração dele, e o clima em geral fica mais ameno. Uma proposta descarada, por sua própria eficiência, sinaliza que o falante não se esforçou em apaziguar os sentimentos do ouvinte.

Não fale; mostre. O relacionamento de comunitarismo não é negociado com a linguagem, mas é consagrado por sinais físicos de comunhão, como rituais, banquetes e contatos corporais. O próprio ato de tentar articular um relacionamento em palavras já é sinal de que ele não pode ser de comunhão, porque os relacionamentos comunitários são sentidos na carne, não decididos racionalmente. O mesmo acontece com as relações de autoridade, que são sinais não-verbais de tamanho, força e prioridade.

O público virtual. O falante e o ouvinte podem não ter nenhuma dúvida sobre a intenção de uma indireta porque conhecem o contexto e testemunham os gestos e o comportamento um do outro. Mas alguém que escute a conversa, ou um terceiro que fique sabendo do fato à distância, não tem essa informação, e só pode se basear nas palavras. É claro que quem ouve também é capaz de entender as implicaturas, mas seu nível de certeza é bem menor que os do falante e do ouvinte, e a negação pode ser plausível para eles, mesmo que não seja para os participantes. Compare com os efeitos de uma proposta direta. Além de ela ser mais transparente para uma testemunha auditiva, pode ser transmitida com mais precisão numa cadeia de fofoca. Isso acontece porque a língua é um meio digital, e mensagens digitais podem ser transmitidas sem que haja perdas. É claro que a língua, até quando é mais precisa, caracteriza-se por ser vaga, e a memória das pessoas para as palavras exatas de uma frase está longe de ser perfeita. Mesmo assim, o conteúdo de uma frase é mais fácil de reproduzir que a informação análoga que esteja no tom de voz do falante ou na distância que as duas pessoas mantêm entre si. De acordo com essa linha de pensamento, sempre atuamos para um público imaginário (como Goffman insistiu com tanta frequência), mesmo que seja só para gerenciar a informação que possa vazar para um espião, ou a fofoca.

Preservar a magia. O relacionamento público compartilhado pelo falante e pelo ouvinte é uma ilusão agradável, como assistir a uma peça, ir ao planetário ou apreciar um vaso de flores de seda. O maître reina no seu reino de opulência. A mulher pode aproveitar a atenção e a gentileza de um homem que está interessado no que ela pensa. O doador pode apreciar o simpático convívio social no jantar com pessoas de prestígio. A ilusão sobrevive à mensagem implícita de uma indireta, mas seria destruída por uma afirmação direta, assim como um ator que quando erra a fala quebra o encanto de uma peça, ou a etiqueta *MADE IN TAIWAN* que estraga a ilusão da rosa de seda. Uma vez que o encanto seja quebrado, os participantes só poderão aproveitar o faz-de-conta se forem mentirosos e tolos. Nessa teoria, o eu se divide para proporcionar a auto-ilusão, e a possibilidade de negação é plausível para uma parte do eu, mesmo que não conte com a crença da outra parte.

A certeza como foco. A prática judicial de só condenar uma pessoa se as provas determinarem a culpa irrefutável pode ter um equivalente no cotidiano. Os tipos de relacionamento são modos de interação isolados e bem diferentes entre si, e não é coisa pouca passar de uma díade para outra. É preciso que as duas pessoas reconheçam ao mesmo tempo a política sobre quando trocar de díade. O limiar não é abertamente negociável, assim como o relacionamento em si não é negociável, e portanto ele tem de evoluir, como um pacto não-declarado. Quão perto um homem pode se sentar de uma mulher, quanto ele pode elogiá-la, que tipo de pretexto esfarrapado ele pode dar para convidá-la a ir até o seu apartamento para que ela conclua que ele tem pretensões sexuais? A cautela natural dela pode pescar as pistas de forma análoga, mas o relacionamento com ele tem de ser definível. Pode ser que ela tolere uma quantidade considerável de insinuações antes de interromper a investida, porque há custos na troca de relacionamento, e é difícil saber onde estabelecer o limite. Uma proposta deslavada certamente cai do outro lado, e a diferença entre ela e o contínuo de indiretas talvez seja o único local claro para traçar esse limite. A plausibilidade da negação pode ser bem pequena — 1%, um décimo de 1% —, mas desde que não seja zero (como seria numa proposta deslavada) ela talvez não tenha que tirar satisfações.

O exemplo seguinte faz parte do Jogo da Coordenação, outro cenário explorado por Schelling.⁵⁴ Um casal se separa numa loja de departamentos, e cada um precisa adivinhar onde pode encontrar o outro. Ou dois pára-quedistas são lançados num território estrangeiro, equipados apenas com mapas, e têm de se encontrar sem se comunicar. Cada um precisa prever onde o outro vai estar prevendo

que ele vai prever que o outro vai prever que ele estará, ad infinitum. Num Jogo de Coordenação qualquer ponto que se destaque para os dois jogadores pode se revelar como solução, mesmo que nada o torne intrinsecamente mais adequado para a missão, exceto pelo fato de se destacar. Os pára-quedistas podem se encontrar na única árvore do deserto, ou no morro mais alto do território, ou na intersecção entre dois rios, mesmo que o ponto de foco esteja a um longo tempo de caminhada do local em que cada um caiu, simplesmente porque é o único lugar que pode ser destacado num panorama sem pontos marcantes. Schelling observa que é por isso que dois negociadores freqüentemente dividem a diferença entre suas propostas iniciais, ou fecham acordo num número redondo: “O vendedor que estabelece seu preço mínimo irredutível para o automóvel como 2407,63 dólares está claramente pedindo um desconto de 7,63 dólares”.⁵⁵ Da mesma maneira, “se alguém estava pedindo 60% e recua para 50%, pode marcar posição; se recuar para 49%, o outro vai acreditar que ele vai continuar baixando”.⁵⁶

Conhecimento mútuo. Digamos que uma mulher tenha acabado de recusar o convite de um homem para dar uma olhada nos desenhos dele. Ela sabe — ou pelo menos tem quase certeza — que recusou um convite sexual. E ele sabe que ela recusou o convite. Mas ele sabe que ela sabe que ele sabe? E ela sabe que ele sabe que ela sabe? Uma pequena incerteza dentro da cabeça de alguém pode se traduzir numa incerteza muito maior quando outra pessoa está tentando interpretá-la. Afinal de contas, a mulher pode basear a convicção dela de que ele fez uma investida sexual em sua astúcia social, no seu amplo conhecimento do sexo oposto e no devido cuidado com o comportamento daquele homem, por causa das fofocas das mulheres que já saíram com ele antes. Mas *ele* só tem o que uma pessoa comum imaginaria nas circunstâncias que ele criou. Do mesmo modo, se ele é esperto o bastante para saber que o *não* dela significa “não”, ela não tem como ter certeza de que ele não seja um ingênuo torcendo para que ela não tenha entendido o recado. A negação da pretensão sexual pode não ser plausível, mas a negação de que o *outro envolvido* soubesse da pretensão sexual pode. Compare essa situação com o que acontece quando o homem faz uma proposta direta e a mulher a rejeita. Não há a incerteza num segundo nível. Cada lado sabe que ela o rejeitou, e além disso os dois sabem que o outro sabe.

Essa é a situação que os acadêmicos denominam conhecimento mútuo, conhecimento conjunto, conhecimento comum e denominador comum.⁵⁷ A começar por Grice, muitos teóricos supuseram que o conhecimento mútuo das

regras de uma língua, das crenças que formam o contexto de uma cultura e da racionalidade humana é necessário para que haja uma comunicação bem-sucedida, especialmente via implicatura. Mas o conhecimento mútuo também pode ter mais uma participação na língua. É possível que o conhecimento mútuo de um pedido ou de uma proposta específica seja um pré-requisito para que duas pessoas sejam obrigadas a mudar o tipo de relacionamento que mantêm, e o mero conhecimento individual (duas pessoas que saibam a mesma coisa, mas que não saibam que a outra sabe) não seja. Se você sabe que lhe fiz um convite sexual e fui rejeitado, e eu sei que fiz um convite sexual e fui rejeitado, podemos fingir que nada aconteceu e continuar a ser (ou pelo menos fingir ser) amigos. Mas eu sei que você sabe, e você sabe que eu sei que você sabe, e assim por diante, portanto não há como sustentar a farsa.

A capacidade que a linguagem tem de transformar o conhecimento individual em conhecimento mútuo é a base para várias fábulas e charadas. A história mais famosa é a das roupas novas do rei. Todos os espectadores sabiam que o rei estava nu, mas ninguém tinha como ter certeza de que os outros sabiam, portanto todos foram intimidados a ficar em silêncio. E bastou um menino dizer “O rei está nu!” para a multidão poder soltar as gargalhadas. O ponto crucial é que o menino não estava dizendo absolutamente nada que as pessoas já não soubessem. Mas as palavras dele ainda assim transmitiram uma informação — a informação de que todas as *outras* pessoas agora sabiam aquilo que cada uma delas já sabia.

Um exemplo mais surpreendente já surgiu na forma de vários isomorfos, e pode ser chamado de o Problema do Rosto Sujo de Molho.⁵⁸ Vinte especialistas em lógica estão num piquenique e são servidos de costelinhas com molho. Três dos lógicos ficam com o rosto sujo de molho, mas não há espelhos por ali, por isso eles não sabem, assim como os outros não sabem se seus próprios rostos estão limpos ou não. É claro que cada lógico é capaz de ver que há outros lógicos com o rosto todo sujo, mas ninguém quer dizer isso e deixar os outros constrangidos, e ninguém quer parecer bobo de limpar seu próprio rosto se ele já estiver limpo. O chef volta com um prato com melancias, observa a cena e anuncia: “Pelo menos um de vocês está com o rosto sujo de molho. Vou tocar o sino para dar a vocês a chance de se limpar. Depois vou tocar o sino de novo, depois de novo, e assim por diante. Quando o rosto de todo mundo estiver limpo vou servir a melancia”. Ele toca o sino e ninguém se mexe. Ele toca o sino pela segunda vez, e ninguém se mexe. Toca pela terceira vez, e então os três lógicos com o rosto sujo se limpam. A melancia é servida.

Antes do anúncio do chef, todo mundo sabia que pelo menos uma pessoa estava com o rosto sujo, portanto o chef não estava contando nenhuma novidade para ninguém. Mas o fato de ele ter pronunciado aquelas palavras na presença de todos os convivas fez com que o conhecimento deles mudasse. Todos foram informados de que *tudo mundo* sabia o que eles sabiam. E essa era a informação que eles podiam utilizar. Veja como.

Imagine uma versão mais simples da história, em que um só um especialista em lógica está com o rosto sujo. Quando o chef diz que pelo menos um conviva está com o rosto sujo, a pessoa olha em volta, vê que o rosto de todos os outros está limpo e conclui que ela é que deve estar suja. Quando o sino toca, ela limpa o rosto. Fácil. Agora imagine que há dois porcalhões. Quando o chef faz o anúncio, o primeiro lógico vê que o rosto de outro lógico está sujo, mas não faz idéia de como está seu próprio rosto, portanto não faz nada. O segundo lógico pensa a mesma coisa. Mas, depois que o sino toca e ninguém faz nada, o primeiro lógico percebe que seu rosto deve estar sujo, porque, se o segundo lógico fosse o único de rosto sujo, ele teria limpado o rosto, como vimos no cenário com um só rosto sujo. O fato de ele não ter se limpado significa que ele deve ter visto algum outro rosto sujo, e, como todos os outros rostos visíveis para a primeira pessoa estão limpos, ela limpa o rosto. E o segundo lógico faz a mesma coisa, porque acabou de fazer a mesma dedução. A mesma lógica se aplica ao terceiro toque do sino quando há três porcalhões: cada um deduz, da falta de atividade depois de duas rodadas, junto com o fato de estar vendo dois rostos sujos, que ele próprio deve estar sujo. A lógica pode ser estendida a qualquer número de porcalhões, que vão se limpar depois no número correspondente de rodadas (dez porcalhões se limpariam no décimo toque de sino, onze porcalhões no 11º toque de sino e assim por diante).

Embora o jeito mais fácil de explicar o conhecimento mútuo seja dizendo que A sabe x , e B sabe x , e A sabe que B sabe x , e B sabe que A sabe x , ad infinitum, é claro que a cabeça é finita e não consegue pensar num número infinito de afirmações. E, tirando o problema do rosto sujo de molho, as pessoas em geral não *precisam* quebrar a cabeça até ficar com tontura, com camadas e mais camadas de afirmações do tipo “A-sabe-B-sabe”. Como em outros casos da lingüística em que se diz que uma pessoa “sabe” um número infinito de expressões (palavras, frases, afirmações), o conhecimento do conhecimento mútuo é *implícito*. A pessoa só precisa ter na cabeça uma fórmula que seja recursiva, ou seja, que contenha um exemplo em si mesma. O que as pessoas compartilhariam seria a seguinte afirma-

ção, que podemos chamar de y: “Todo mundo sabe x, e todo mundo sabe y”.⁵⁹ Se necessário, as pessoas podem ir “descascando” quantas forem as camadas de afirmações exigidas para determinado problema, desde que consigam guardá-las na memória. Mas elas já percebem que *têm* o conhecimento mútuo só de notar a natureza recorrente daquela informação em sua cabeça. E, o que é ainda mais fácil, podem inferir quão comum é seu conhecimento se prestarem atenção nas circunstâncias públicas em que elas e outras pessoas o adquiriram, como o toque de um sino ou o grito de um garoto.

O conhecimento mútuo explica boa parte da preservação e da perda das aparências que observamos no dia-a-dia, porque as “aparências” são um fenômeno inerente de conhecimento mútuo. Você é estimulado a pressionar por uma posição de barganha mais favorável porque sabe que os outros sabem que você sabe que os outros sabem que você é querido e poderoso o bastante para defender sua opinião. As manifestações de desrespeito são prejudiciais quando acontecem em público porque podem cortar esse ciclo pela raiz. Toda pessoa madura sabe que os outros, até seus melhores amigos, podem fazer fofocas sobre ela pelas costas. De vez em quando até ouvimos uma frase pouco lisonjeira sobre nós mesmos numa conversa telefônica, ou espiamos sem querer o e-mail de alguém. No entanto, desde que ninguém saiba que você sabe, a farpa não causa grandes incidentes. Se, pelo contrário, uma afirmação pouco gentil chega a você por intermédio de um terceiro, ou se você a ouve quando se aproximava de um grupo e todo mundo percebe que você estava escutando, ou se ela é acidentalmente espalhada por e-mail por alguém que não sabe a diferença entre “Responder” e “Responder a todos”, a ofensa é mais grave e o desejo de confrontar o autor é maior. A diferença é que, nessa situação, todo mundo sabe que você sabe que eles sabem, e assim por diante, o que ameaça suas aparências se você aceitar a injúria sem pedir satisfações.

A habilidade chamada “tato” consiste em evitar que o conhecimento individual sobre assuntos delicados se torne conhecimento mútuo. Num jantar, todo mundo pode saber que um dos convidados é obeso, ou que outro tem problemas de fala. Mas mencionar o fato em voz alta, criando um conhecimento mútuo, seria embaraçoso demais. Ou pegue um exemplo mais sutil pelo qual já passei na vida real e que explorei como um experimento. Um aluno reclama para mim da nota dada a ele pelo pós-graduando que é meu assistente. Leio o trabalho e concordo que a nota é rigorosa demais. Digo ao aluno que vou falar com o assistente para que ele mude a nota, e digo ao assistente que conversei com o aluno sobre a

mudança de nota. Mas tomo o cuidado de não falar sobre a questão com um na presença do outro, e de não enviar cópia do e-mail endereçado a um para o outro, porque percebo que, se fizer isso, estarei minando a autoridade do assistente. As mensagens individualizadas evitam que haja o conhecimento mútuo. O assistente pode saber que seu julgamento foi derrubado, e o aluno também pode saber. Mas o aluno não sabe que o assistente sabe que ele sabe; ele pode pensar que o assistente acha que ele simplesmente me venceu pelo cansaço. E o assistente não sabe que o aluno sabe que *ele* sabe; ele pode pensar que o aluno acha que eu pedi a mudança da nota só para aumentar a popularidade do curso. Uma mensagem conjunta teria se transformado em conhecimento mútuo, e o conhecimento mútuo elimina essas possibilidades de preservar as aparências.

Embora eu acredite que o conhecimento mútuo é a explicação mais profunda para justificar por que as pessoas entram no jogo das indiretas, mesmo quando estão lendo nas entrelinhas, as outras cinco explicações não são incompatíveis com ela. Talvez exista uma conspiração de motivos para que uma afirmação nua e crua seja tão mais prejudicial para um relacionamento do que uma velada. Além de a afirmação nua e crua não poder ser ignorada se for de conhecimento mútuo, ela se destaca demais para um público virtual. Isso destrói a ilusão do relacionamento, estragando o prazer que as pessoas tiram dele. A mesma coisa ocorre com os relacionamentos comunitários, que já são corroídos pelo mero fato de seus termos serem abertamente negociados. E talvez um falante zeloso tome medidas para evitar esse perigo, e assim insinue suas intenções no discurso das indiretas, ganhando pontos pela reverência às aparências do ouvinte. Por todos esses motivos temos a sensação de que a afirmação nua e crua “já saiu”, e que o falante não tem como “retirar o que disse”.

QUANDO SE PREFERE NÃO SABER: O PARADOXO DA IGNORÂNCIA RACIONAL

Os jogos que as pessoas fazem quando usam a língua são tudo menos frívolos. Eles vêm do fato de que a conversa é uma atividade essencialmente social. As pessoas fazem coisas usando palavras — oferecem, mandam, ameaçam, afirmam — e as coisas que fazem afetam necessariamente as relações que elas mantêm. Escolhemos nossas palavras com cuidado porque elas têm de realizar duas tarefas ao mesmo tempo: transmitir nossas intenções e manter ou renegociar nossos vínculos com os outros.

Seria o fato de evitarmos o discurso simples e direto um defeito de fabricação de nossa mente, ou teria ele uma explicação mais profunda — uma explicação que previsse que *todos* os comunicadores sociais usassem o discurso das indiretas? À primeira vista, pode parecer improvável que haja tal explicação. Afinal o motivo de *existir* a língua é transmitir informação, e, como conhecimento é poder, o razoável é que, quanto mais informação ela transmitir, melhor. Talvez se possa achar, por inocência, que é sempre melhor saber alguma coisa do que não saber, pelo mesmo motivo que é melhor ser rico do que ser pobre: se você for rico, sempre pode dar todo o seu dinheiro e virar pobre. E, se você sabe de alguma coisa, sempre pode decidir ignorá-la.

É um clichê da atualidade dizer que sofremos de uma overdose de informação, devido à onipresença da mídia eletrônica. E há cinquenta anos os cientistas da cognição falam das limitações do cérebro para processar informação. Houve quem argumentasse que as máximas de cooperação de Grice são uma forma de administrar o fluxo de informação numa conversa, elevando ao máximo a taxa de transmissão de conhecimento útil.⁶⁰

Mas o motivo definitivo para nosso discurso ser tão cheio de indiretas pode estar em um perigo diferente trazido pela informação — não de que possamos ficar sobrecarregados pelo tanto de informação que existe, mas de que sejamos envenenados pelo que ela diz. O paradoxo da ignorância irracional é que, mesmo que conseguíssemos abrigar toda informação que quiséssemos, e sempre fôssemos capazes de separar o joio do trigo, existem certas mensagens que uma mente racional pode não querer receber.⁶¹

Às vezes preferimos não saber certas coisas porque prevemos que elas teriam um efeito incontrolável sobre nossas emoções. Para defender sua “Lei da Ignorância Indispensável”, o psicólogo Gerd Gigerenzer relaciona alguns exemplos. Pessoas que ainda não viram um filme ou não leram um livro rejeitam uma resenha que entregue o final. Um fã de basquete que tenha gravado um jogo se esconde dos meios de comunicação para não ficar sabendo do resultado antes de assistir à partida. Muitos pais que esperam um filho optam por não descobrir o sexo do bebê, e, em países que sofrem de abortos seletivos de fetos do sexo feminino, divulgar esse tipo de informação pode ser crime. O considerável número de famílias que tem um filho que não é do pai oficial provavelmente seria mais feliz se nenhum deles fizesse um teste de DNA. E filhos de pessoas que sofrem da doença de Huntington costumam se recusar a fazer o exame que lhes diria se eles

carregam ou não o gene do mal. E a maioria de nós prefere não saber em que dia vai morrer.

Outro motivo para um sistema racional preferir ficar na ignorância é que, se ele tiver sido projetado para chegar a uma decisão neutra, sem influências externas, a mínima informação já pode comprometer o equilíbrio. Por isso os júris populares não podem ter acesso ao histórico criminal do réu, nem a informações que a polícia tenha obtido por meios ilegais. Cientistas testam drogas em estudos duplo-cego, em que eles mesmos não querem saber quem ficou com o remédio e quem ficou com o placebo. Originais são avaliados no mundo acadêmico anonimamente, com as identidades do autor e dos avaliadores ocultas. E licitações do governo são feitas com propostas seladas.⁶²

Mas o tipo de ignorância racional que explica melhor por que velamos nosso discurso vem dos dilemas doutor-fantastiqueanos nos quais nossa racionalidade se volta contra nós, e o desarmamento unilateral de conhecimento é a única solução (outro conjunto de paradoxos que foi explorado pela primeira vez por Schelling).⁶³ Para as pessoas é melhor se elas não puderem ser ameaçadas. Por isso crianças que aprontaram desviam os olhos do olhar dos pais, testemunhas podem ser mantidas incomunicáveis, e conheço um colega que salvou uma bela jaqueta e talvez a vida porque não conseguiu entender os ladrões que o ameaçavam com um forte sotaque. Estar de posse de um segredo deixa a pessoa vulnerável à extorsão por parte daqueles que o conhecem, e ao silenciamento forçado por parte daqueles que não querem que ele seja conhecido. Assim, é melhor para vítimas de seqüestro não ver o rosto do seqüestrador, mensageiros são mantidos na ignorância sobre a informações relevantes para sua própria segurança, e há o clichê dos filmes de espionagem, “Eu posso te contar, mas depois terei de te matar”. Num Jogo de Coordenação, a pessoa que tem menos informação é a que está na melhor posição: se duas amigas estão negociando onde ir jantar, aquela que sugere um restaurante conveniente para ela e logo depois fica incomunicável porque acabou a bateria do celular é quem vai andar menos.

Só o fato de ser alvo de determinadas perguntas já pode colocar a pessoa em desvantagem, já que uma resposta seria prejudicial, a outra seria uma mentira e a recusa em responder seria na prática uma confissão de que essas são as duas opções que ela tem. Testemunhas que usam seu direito de proteção contra a auto-incriminação, garantido pela Quinta Emenda da Constituição norte-americana, e se recusam a responder a uma pergunta muitas vezes acabam se incriminando no tri-

bunal da opinião pública. Quando um cargo de prestígio fica vago e começa a corrida por ele, os candidatos não podem nem admitir que o querem, porque se o posto for dado para outra pessoa eles ficariam humilhados; tampouco podem dizer que não o querem, porque aí poderiam ser tirados da disputa. Não podem nem dizer “Nada a declarar” — afinal, por que teriam alguma coisa a declarar se não tivessem nenhum interesse no cargo? Na recente busca por um reitor para Harvard, os jornais descobriram que os candidatos plausíveis misteriosamente (e de um jeito bem difícil de acreditar) ficaram incomunicáveis, até para seus secretários. E já vimos, é claro, muitos exemplos em que o conhecimento mútuo transforma informações negativas na prejudicial perda das aparências. Muitos escritores se recusam a ler resenhas desfavoráveis, para poder dizer honestamente que não têm réplica alguma a fazer. Há escritores que não lêem *nenhuma* resenha de seus livros, para que as pessoas não concluam o pior sobre as que eles evitaram.

O conhecimento, portanto, pode ser perigoso porque uma mente racional pode se sentir obrigada a usá-lo de forma racional, permitindo a falantes mal-intencionados ou indiscretos manipular nossas faculdades contra nós mesmos. Isso faz do poder de expressão da linguagem uma faca de dois gumes: ela nos permite que saibamos o que queremos saber, mas também faz com que saibamos o que não queremos saber. A língua não é só uma janela para a natureza humana, mas é também uma fistula: uma ferida aberta através da qual nossas entranhas são expostas a um mundo infeccioso. Não é de surpreender que nossa expectativa seja a de que as pessoas envolvam suas palavras em delicadezas, medidas e outras formas de discurso dúbio.

9. Fugindo da caverna

Assim como o paquiderme apalpado por deficientes visuais, a natureza humana pode ser explorada de várias maneiras. A antropologia cataloga as semelhanças e as diferenças entre os povos de todas as culturas. A biologia mapeia os sistemas do cérebro, ou a programação dos genes, ou os problemas de adaptação que têm de ser solucionados no nicho humano. A psicologia ilude as pessoas para que elas revelem suas fraquezas em laboratório, ou documenta as variações entre elas dentro da normalidade e quando ultrapassam a fronteira para a patologia. A literatura explora os temas que obcecaram eternamente as pessoas, nos mitos e histórias do mundo, ou até se se levarem em conta apenas as obras de Shakespeare.

Neste livro dei ao leitor a visão a partir da língua — o que podemos aprender sobre a natureza humana a partir dos significados das palavras e das construções gramaticais, e de como eles são usados. Como todos os pontos de vista, ele destaca algumas coisas e deixa outras à sombra. A língua é um meio público e digital, e como tal oculta aspectos de nossa experiência que sejam particulares e inexatos: nossas sensações, nossas emoções, nossas indiretas e intuições, e a coreografia dos nossos corpos. De qualquer jeito, somos animais sociáveis que gostam de ensinar, focar e dar ordens uns aos outros, e são raros os aspectos de nossa vida que não são afetados por nossas relações com os outros. No papel de canal pelo qual boa parte dessas informações passa, a língua está adaptada a cada característica de

nossa experiência que seja compartilhável, e grande parte da condição humana se encaixa nesse escopo.

Como será que aquele cientista marciano da história — nesse caso um linguísta marciano — caracterizaria nossa espécie, se conhecesse apenas a semântica e a pragmática da nossa língua? Neste capítulo, apresentarei a visão sobre a natureza humana do ponto de vista da palavra, uma visão que vem dos fenômenos trazidos pelos capítulos anteriores. Embora a maioria dos exemplos tenha sido tirada do inglês, ative-me aos fenômenos que tinham mais chance de ser significativos para as pessoas em geral, porque são observados em idiomas sem passado comum, pelo mundo todo. Pode ser que os fenômenos não sejam literalmente universais, já que as palavras e as construções de cada língua não dependem só da psicologia de seus falantes, mas também no histórico de manias, das conquistas e dos vizinhos de cada povo. E os fenômenos não são necessariamente reflexos diretos dos padrões genéticos de nosso cérebro; alguns podem ter surgido da interação entre cérebros e corpos nos sistemas ecológicos humanos ao longo da história da humanidade. Mesmo com todas essas ressalvas, a visão proporcionada pela língua revela uma espécie que possui formas peculiares de pensar, sentir e interagir.

A compreensão do mundo que os seres humanos constroem é bem diferente do fluxo de sensações que o mundo lhes apresenta. Eles empacotam sua experiência na forma de objetos e acontecimentos. Organizam esses objetos e acontecimentos na forma de afirmações, que tomam como caracterizações de mundos reais e possíveis. As caracterizações são fortemente esquemáticas: elas selecionam certos aspectos de uma situação e ignoram os outros, permitindo que a mesma situação seja interpretada de múltiplas maneiras. Dessa forma, as pessoas podem discordar sobre a natureza de determinada situação, mesmo que concordem sobre a maneira como a matéria se movimentou no espaço.

As caracterizações humanas da realidade são construídas a partir de um universo reconhecível de pensamentos. Esse universo começa com algumas unidades básicas, como acontecimentos, estados, coisas, substâncias, lugares e objetivos. Ele determina os modos básicos como essas unidades agem: fazer, ir, mudar, ser, ter. Um acontecimento é visto como algo que influencia outro, provocando-o, permitindo ou evitando que ele aconteça. Uma ação pode ser iniciada com um objetivo em mente, em especial o destino de um movimento (como em *loading hay* [carregar de feno]) ou o estado que resulta de uma mudança (como em *loading a wagon* [carregar a carroça]). Os objetos são diferenciados pelo fato de ser

humanos ou não-humanos, animados ou inanimados, sólidos ou aglomerados, e de como eles se posicionam nas três dimensões do espaço. Os acontecimentos são concebidos como algo que ocupa períodos de tempo, e se ordenam um em relação ao outro.

Cada uma dessas idéias possui uma anatomia que se destaca. Os seres humanos reconhecem os indivíduos como seres únicos, e também os classificam em categorias. Distinguem categorias estáveis que captam a essência do indivíduo a partir de propriedades transitórias e superficiais que por acaso ele possua. Têm teleobjetivas mentais que dão zoom na substância da qual a entidade é feita (plástico) ou grande-angulares que se afastam para enxergar suas fronteiras (um copo). A substância pode ser encarada como um meio contínuo (como *apple-sauce* [purê de maçã]) ou como um aglomerado de várias partes (como *pebbles* [seixos]).

Os seres humanos possuem um conceito primitivo de número, que só distingue um, dois e muitos, embora também sejam capazes de estimar quantidades maiores de forma aproximada. Utilizam esse modo pouco preciso de quantificação não apenas quando relacionam objetos (como no singular, no dual e no plural), mas também quando localizam as coisas no espaço (como em *at* [em], *near* [perto] e *far* [longe]), e quando localizam as coisas no tempo (como no presente, no passado recente e no passado distante).

Quando os seres humanos pensam em onde está determinada entidade, ou no que ela é, ou em como ela muda de estado ou de lugar, tendem a concebê-la de forma holística, como uma massa amorfa ou um ponto sem partes internas. É como se o objeto inteiro estivesse num ponto, ou se movesse como um todo, ou tivesse uma característica que o permeasse, ou que mudasse de um estado para outro em sua totalidade (como em *a wagon loaded with hay* [uma carroça carregada de feno], ou em *a garden swarming with bees* [um jardim infestado de abelhas]). Mas os seres humanos também são capazes de articular um objeto a partir de suas partes, e de registrar como elas se relacionam entre si (como em *the bottom of the wagon* [o fundo da carroça] ou *the edge of the garden* [a beira do jardim]). Quando o objeto é um corpo humano, outra entidade entra em cena: a pessoa, que é concebida tanto como alguém que *é* seus órgãos e membros quanto como alguém que *possui* seus órgãos e membros. Entre os bens das pessoas não estão só seus órgãos e membros e suas posses, mas também suas idéias (que elas podem enviar umas para as outras) e sua sorte.

Quando os seres humanos enxergam o mundo ou o visualizam numa imagem mental, situam objetos e acontecimentos num meio espacial contínuo. Mas essa não é a única forma de eles captarem o mundo físico. Em outro sistema mental, os seres humanos não enxergam o espaço com as coordenadas suaves reveladas por réguas, transferidores e níveis; o que fazem é impor um sistema de coordenadas a um objeto de referência e localizar a figura em relação ao referencial, usando relações espaciais qualitativas como *in* [em], *on* [sobre] e *above* [acima]. Os seres humanos podem alinhar o referencial com a terra, com seus corpos ou com um objeto proeminente, e são capazes de ir trocando mentalmente de referencial, o que lhes permite raciocinar sobre a localização da figura de várias maneiras diferentes. Os referenciais distinguem cima de baixo e frente de trás, mas não são confiáveis para distinguir esquerda de direita. Os seres humanos percebem rápido as relações topológicas entre uma figura e um objeto de referência, como se um está encostado no outro, ligado ao outro ou dentro do outro, e se a figura está em cima ou acima do objeto de referência, e se está perto ou longe dele. Um zoom mental permite que esses conceitos espaciais sejam aplicados em qualquer escala, desde a subatômica até a intergaláctica.

A mente humana derrete objetos e os transforma em modelos esquemáticos, que são compostos de um material genérico espalhado em determinado número de dimensões (zero, uma, duas ou três). A matéria alinhada a essas dimensões pode ser cortada por uma fronteira, pode ser desenrolada indefinidamente, ou pode ter um pedacinho de matéria adjacente acoplado (como em fitas, raios e tábuas). Essa geometria também pode ser aplicada à fronteira que separa um pedaço de matéria do espaço que o cerca (como em pontas, cascas e bordas), ou ao nada que sobra quando um tanto de matéria é tirado do todo. Os contornos, ângulos e comprimentos que compõem uma forma desaparecem quando as pessoas pensam em termos espaciais (e assim *across* [através] pode se aplicar a uma mão ou a um país), embora sejam trazidos de volta à consciência quando as pessoas colocam o objeto numa categoria rotulada por um substantivo. O pensamento espacial é feito sob medida para as demandas da manipulação das coisas, portanto não é definido só pela geometria, mas também pela física intuitiva sobre encaixar, sustentar, conter, cobrir e outros modos de usar os objetos.

Embora o meio em que nossa consciência trabalhe seja o fluxo temporal, não é assim que o tempo é tratado dentro da divisão do pensamento conectada

à língua. Nessa divisão, o tempo é tratado como uma dimensão do espaço, e os seres humanos pensam nos acontecimentos como um material disposto ao longo desse espaço. O tempo pode ser concebido como uma estrada por onde avançamos, ou como um desfile que passa diante de nós. Ele não é medido com um cronômetro ou um calendário, mas dividido em regiões independentes. Os seres humanos tendem a tricotomizar o tempo em: presente psicológico (um momento de consciência que dura cerca de três segundos), passado indefinido (às vezes dividido em passado recente e distante) e futuro indefinido (também divisível em futuro iminente e distante). Passado e futuro muitas vezes não são conceitos temporais puros, e sim são contaminados pela metafísica: o passado se funde com o real, o não-passado com o hipotético, o futuro com o desejável. Os acontecimentos que habitam a linha temporal mental são concebidos como extrusões de matéria temporal: como objetos, podem ser pontuados ou estendidos, podem ter limites definidos ou se esvanecer de forma indefinida, e podem ser compostos por um único fato ou por um aglomerado de repetições. O zoom mental pode aproximar a natureza microscópica da atividade (*crossing the street* [atravessando a rua]) ou se distanciar para englobar o acontecimento em sua totalidade (*crossed the street* [atravessou a rua]). E, assim como a fita métrica mental, o cronômetro mental é ajustado aos objetivos humanos. Ele avança em ritmos diferentes quando o ato é visto como algo voluntariamente provocado e quando ele é visto como algo que simplesmente aconteceu; é disparado quando os agentes exercem sua vontade e pára quando eles consumam seus objetivos.

Para os seres humanos, algumas coisas simplesmente acontecem, e outras são provocadas. A causalidade é avaliada não apenas pela correlação das coisas ao longo do tempo, ou pela ponderação sobre o que teria acontecido se as coisas tivessem sido diferentes, mas pela percepção de um impulso que é transferido de um agente potente, que tenha tendência para o movimento, para uma entidade mais fraca, que tenda a ficar parada. As variações nessa dinâmica de empurrar e resistir dão origem às intuições sobre ajudar, atrapalhar, impedir e permitir.

Normalmente se interpreta o primeiro elo de uma cadeia causal como uma ação iniciada por um agente, uma pessoa, nos casos típicos. Os seres humanos demarcam suas ações pelo seu comportamento, pela mudança que elas causam ou ambos. Os seres humanos se preocupam muito com o fato de a mudança ter sido provocada de forma intencional ou acidental, de modo direto ou com o intermé-

dio de um agente, e se ela é um meio ou um fim. Moralizam essas distinções, responsabilizando os agentes pelos fatos que eles provocam voluntária, intencional e diretamente.

Nenhum ser humano é uma ilha. Os seres humanos equipam sua mente com artifícios mentais, como nomes e outros tipos de palavras, que são produtos da mente de outros seres humanos. Algumas dessas criações são onipresentes em determinada sociedade de determinada época, e se tomadas coletivamente compõem o que chamamos de cultura, sendo que uma parte dela é sua língua. Embora uma criação mental como uma palavra possa ser onipresente entre as pessoas de uma sociedade, ela necessariamente se originou na cabeça de um inventor, e seu destino depende tanto de seu apelo em relação a outras mentes como das redes de influência que as conectam. Cada ser humano é ao mesmo tempo produtor e consumidor dessas criações, e a ocasião em que isso fica bem claro é quando se dá nome a uma criança, e os seres humanos são ambivalentes a respeito de seu papel nessa rede de influência, pois ficam divididos entre o desejo de se encaixar e o de se destacar.

Os seres humanos não só têm idéias como as encharcam de emoções. Temem divindades, suas partes e suas posses, e os reinos sobrenaturais controlados por elas. Têm pavor de doenças, da morte e dos infortúnios. Têm repugnância por secreções corporais. Têm um interesse obsessivo pela sexualidade, em todas as suas variedades. Abominam inimigos, traidores e povos subalternos. Por mais desagradáveis que esses pensamentos sejam, as pessoas os impõem aos outros, às vezes para intimidá-los ou denegri-los, às vezes para chamar a atenção deles, às vezes para mostrar que são capazes de suportar os pensamentos por vontade própria. No transcorrer do dia-a-dia, os seres humanos reagem emocionalmente aos seus altos e baixos, em especial às frustrações e aos reveses, e às vezes propagandeiam essas reações para as outras pessoas.

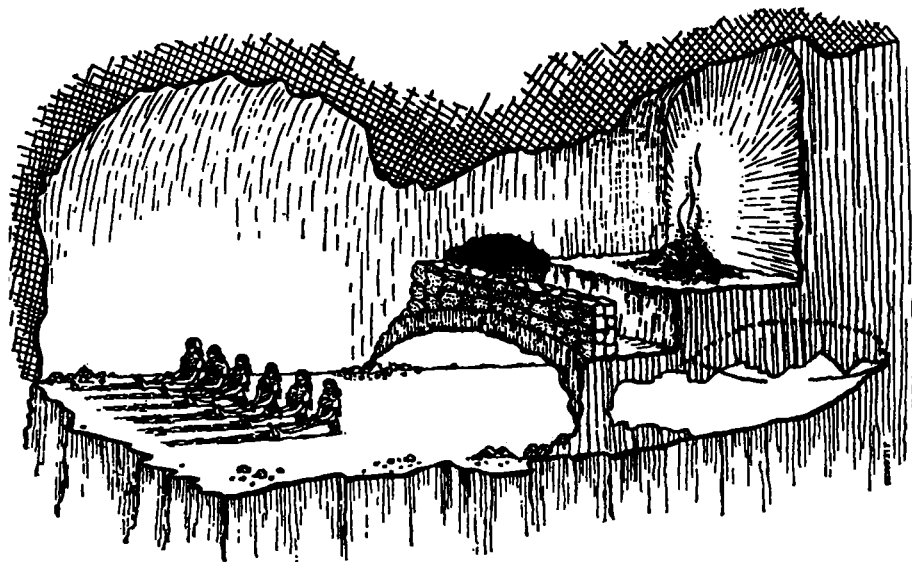
Os seres humanos são melindrosos no que diz respeito a suas relações. Mantêm “aparências” que lhes permitem reivindicar posições em negociações e conflitos. São sensíveis a sua hierarquia social, e também à solidariedade e empatia que têm para com outrem. Com alguns de seus iguais — normalmente parentes, amantes e amigos — os seres humanos compartilham recursos, fazem favores e cultivam sentimentos de empatia e intimidade, envoltos pela intuição de que todos são a mesma carne. Com outras pessoas, lutam pela dominação, ou para alardear seu status, o que lhes garante o direito de exercer poder ou influência.

Com outros, ainda, negociam bens e serviços em trocas na mesma moeda, ou dividem coisas e responsabilidades em porções iguais.

As pessoas investem seus relacionamentos de coloração moral. Ficam constrangidas quando rompem a lógica do relacionamento com uma ação inadvertida, e sentem desdém por quem faz isso de forma deliberada. Os relacionamentos humanos são ratificados pelo conhecimento mútuo, em que as pessoas sabem que as outras sabem que elas sabem que o relacionamento é de determinado tipo. Isso torna os seres humanos especialmente sensíveis ao reconhecimento público de um ato que viole a lógica do relacionamento, como uma ameaça, uma oferta, um pedido ou uma ofensa. Mesmo assim, os seres humanos se arriscam a fazer esse tipo de rompimento, às vezes para continuar vivendo, às vezes para renegociar um relacionamento. Em consequência disso, adotam a hipocrisia e o tabu, programados para preservar o conhecimento mútuo que mantém um relacionamento em patamares iguais, mesmo quando negociam coisas que não são coerentes com essa lógica.

Toda recapitulação da natureza humana está destinada a causar apreensão em pessoas cheias de esperança, porque fica parecendo que ela estabelece limites sobre as maneiras como se pensa, sente ou interage. “É só isso?”, fica-se tentado a perguntar. “Estamos condenados a escolher entre nossos pensamentos pensáveis, entre nossos sentimentos sentíveis, nossas jogadas possíveis no jogo da vida, em um pequeno cardápio de opções?”

Trata-se de uma preocupação que remete à famosa alegoria de Platão sobre os prisioneiros na caverna. Os cativos estão algemados numa gruta, com a cabeça e o corpo acorrentados de tal modo que só conseguem olhar para a parede do fundo. A caverna é uma espécie de cinema saído do desenho animado *Os Flintstones*, com uma fogueira atrás de um balcão no qual projetistas seguram fantoches e recortes, lançando sombras na parede. Esse filme é tudo que os prisioneiros conhecem do mundo. Aquilo que eles têm por objetos são meros simulacros, e, se algum dia conseguirem sair da caverna, a visão dos objetos à luz do dia cegará seus olhos adaptados à escuridão. Em uma das interpretações da alegoria, a caverna é nosso crânio, e nosso contato com o mundo consiste em meras sombras a que nosso cérebro nos permite ter acesso.¹



Nestas páginas tentei descrever os principais tipos de pensamentos, sentimentos e relações sociais envolvidos no significado e no uso da língua. São eles sombras nas paredes de uma caverna dentro da qual nossa mente está presa para sempre? Várias das discussões do livro suscitam essa preocupação, porque sugerem que o mecanismo da semântica conceitual nos deixa permanentemente vulneráveis a falácias do raciocínio e à corrupção de nossas instituições.

Uma limitação aparente em nossa racionalidade é o fato de que nossa capacidade de enquadrar um fato de diversas formas faz com que troquemos de ângulo no decorrer de uma ação, dependendo de como a ação é descrita (como garantir um lucro versus evitar uma perda). Outra é que nossos próprios conceitos, embora sejam úteis para a cooperação e para as ferramentas do dia-a-dia, sofrem pressão constante para lidar com os novos universos conceituais que a ciência e a sociedade criaram. As pessoas tendem a pensar numa entidade de modo holístico, e com isso confundem diferenças estatísticas entre grupos com a superioridade absoluta de um sobre o outro. Pensam nas posses como bens físicos que só podem estar em um lugar a cada momento, e assim fica mais difícil para elas regulamentar o novo mercado da mídia digital. Concebem o movimento como algo deflagrado pelo ímpeto de um antagonista em um agonista, o que faz com que elas entendam a física elementar de forma equivocada (achando, por exemplo, que

uma bola em pleno vôo está sendo puxada por uma força). Sua compreensão da evolução é muito tênue; até gente que afirma acreditar na teoria de Darwin acha que os organismos mudam de característica em resposta a uma necessidade (como se fossem agentes em busca de um objetivo) e que todos os membros de uma população evoluem juntos (como se a espécie tivesse uma essência que mudasse holisticamente).² As pessoas acham que os agentes humanos são causas sem causas para si próprios, e que provocam efeitos de modo tão imediato como bolas de bilhar, e o resultado é que uma melhor compreensão das causas dentro do cérebro e um exame mais atento da estrutura dos circuitos causais do mundo são capazes de deixar perplexos juízes e júrís.

Assim como os conceitos naturais do mundo físico, os conceitos naturais do mundo social podem provocar ilusões na cabeça de quem os abriga. Nossas diretrizes instintivas sobre como lidar com os outros (comunitarismo, dominação e reciprocidade) podem nos ter sido bastante úteis na vida cara-a-cara das cidades pequenas, mas também têm o potencial de nos tirar do caminho certo nas arenas formais de uma sociedade moderna. O nepotismo e o compadrio são perigos permanentes para as instituições. A usurpação de autoridade ameaça de forma constante a democracia. E a expectativa da reciprocidade na mesma moeda contamina a compreensão do papel dos intermediários numa economia complexa. O economista Thomas Sowell documentou que esses intermediários — varejistas e credores — foram alvo de desprezo ao longo de toda a história porque não criam as coisas, nem fazem permutas justas, mas lucram com a passagem de bens ou de dinheiro pelas suas mãos. Quando minorias étnicas se especializam em ramos intermediários, são vistas como uma raça de exploradores e acabam sendo alvo de perseguição e genocídio, apesar de seu papel indispensável na economia local.³ Em *World on fire* [Mundo em chamas], a especialista em direito Amy Chua argumenta que a exportação da democracia de livre mercado pode alimentar o ódio entre etnias e a instabilidade global, porque o livre mercado abre nichos de atuação intermediária em que prosperam determinadas minorias, inflamando a maioria nada compreensiva contra elas.⁴

Também podemos ser desviados do iluminado mundo da realidade pelas emoções que dominam nossa língua. A força automática de palavras plenas de carga emocional nos engana e nos faz achar que as palavras têm poderes mágicos, em vez de ser meras convenções arbitrárias. E os tabus sobre palavras e pensamentos que protegem nossos relacionamentos pessoais do conhecimento mútuo que

poderia quebrar seu encanto podem nos deixar incapacitados para tentar lidar com os problemas de escala inédita numa sociedade moderna. Descobertas científicas que parecem desafiar a autoridade ou ameaçar a solidariedade social, da astronomia de Copérnico à biologia evolutiva, foram silenciadas ao longo da história como se fossem gafes sociais, ou condenadas como se fossem traições pessoais.⁵ E problemas que imploram por soluções técnicas, como o sistema de seguridade social dos Estados Unidos, continuam sendo campos minados, que destruiriam qualquer político que ousasse neles tocar. Os adversários podem enquadrar qualquer tentativa de solução como “fixar um preço para o bem-estar de nossos idosos” (ou nossas crianças, ou nossos veteranos de guerra), ativando uma mentalidade tabu que tem lugar em nossos vínculos com parentes e amigos, mas não na determinação de políticas para uma nação de 300 milhões de pessoas.⁶

Embora a língua revele as paredes de nossa caverna, também mostra como sair dela, pelo menos até parte do caminho. Afinal de contas, as pessoas vislumbram o mundo iluminado da realidade. Mesmo com nossas fraquezas, conseguimos conquistar a liberdade de uma democracia liberal, a riqueza de uma economia tecnológica e as verdades da ciência moderna. Duvido que algum dia cheguemos a uma utopia cognitiva em que todos os problemas que sonharmos sejam solucionáveis, mas a mente humana tem sim meios para ir além das velhas reprises passadas e repassadas na parede da caverna. Na verdade, a língua proporciona a janela mais clara sobre como transcender nossas limitações cognitivas e emocionais.

O primeiro caminho de saída é a metáfora conceitual. Os seres humanos pegam seus conceitos de espaço, tempo, causalidade e substância, eliminam o peso do conteúdo físico para o qual eles foram criados e aplicam a estrutura residual a questões mais leves. As pessoas cooptam o conceito de um objeto em determinada localização e o usam para uma entidade em determinada circunstância (*going from Detroit to Chicago* → *going from bad to worse* [ir de Detroit para Chicago → ir de mal a pior]). Cooptam o conceito de um antagonista que exerce uma força e o usam para outros tipos de causação, como a pressão social ou conflitos internos (*force the drawer to close* → *force Anne to leave* [forçar a gaveta a fechar → forçar Anne a partir]). Juntas, essas abstrações fornecem meios de expressar uma variável com uma grandeza e uma causa e seu efeito — um mecanismo conceitual sufi-

ciente para enquadrar as leis básicas da ciência. E os seres humanos têm a sua disposição mais metáforas articuladas, que exploram para conjuntos mais complexos de pensamentos — viagens para o amor, guerras para discussões, cordões para filiações políticas. As metáforas não são só tropos literários, mas captam também equivalências profundas nas redes causais, e as pessoas as utilizam não apenas para falar, mas para raciocinar.

O segundo caminho para a saída é o poder combinatório da língua — o “uso infinito de meios finitos”, pelo qual as palavras são organizadas em expressões e frases cujos significados podem ser deduzidos a partir dos significados das palavras e da forma como elas são dispostas. O aparato combinatório da gramática é um reflexo do aparato combinatório do pensamento, cada expressão expressando uma idéia complexa. Como meus livros anteriores já celebraram a composicionalidade infinita da linguagem, não a esmiucei nos capítulos anteriores. Mas este é o momento de lembrar que o caráter combinatório da linguagem e do pensamento permite que tenhamos uma explosão de idéias, embora estejamos equipados de um estoque limitado de conceitos e relações. Assim como um cliente da Starbucks pode pedir um café de quase 100 mil formas diferentes (multiplicando os diversos tamanhos, as torrefações, os teores de cafeína, os sabores, os tipos de preparação e os tipos de leite), o dono de uma cabeça humana pode dar origem a uma variedade impressionante de pensamentos, multiplicando os modos de combinar objetos, acontecimentos, causas e objetivos.

Os fornecedores da área da lingüística já inventaram várias maneiras de exibir toda a fecundidade da língua e os pensamentos que ela expressa. Meu novo favorito é uma família de sites na internet em que as pessoas publicam coisas estranhas que ouviram em escritórios, no metrô e nas calçadas da vida. Esses pedacinhos de conversas reais, entre pessoas de verdade (ninguém seria capaz de inventá-las), são a melhor propaganda da exuberância combinatória da mente humana, com seu eterno poder de nos surpreender com pensamentos nunca antes pensados:⁷

MOTORISTA: Passengers, please do not use your valuables, or your child, to stop the train doors from closing! [Passageiros, por favor não usem seus pertences, nem seus filhos, para impedir o fechamento das portas do trem!]

GAROTA Nº 1: As Shakespeare once said, “Thou shalt not kill.” [Como já disse Shakespeare, “Não matarás”.]

COLEGA NO ESCRITÓRIO: I think from now on, I'm going to speak in the third person about myself, and I'll call myself "Angry Chinese clam." Angry Chinese clam is most displeased with your actions. [Acho que a partir de agora vou falar de mim mesmo na terceira pessoa, e vou me chamar de "Marisco Chinês Nervoso". O Marisco Chinês Nervoso está muito descontente com suas atitudes.]

HOMEM NO CELULAR: I tried to call you yesterday, but you weren't home. Where were you? What? Colonoscopy? Did he at least buy you flowers and talk dirty to you? Sorry, yeah, that was out of line. I'll cut the crap now. Oh, ha, ha, I just made an unintended pun. No... no, sorry... Hello? Hello? [Tentei te ligar ontem, mas você não estava em casa. Onde você estava? O quê? Colonoscopia? Ele pelo menos te comprou flores ou te falou sacanagem? É, desculpa, foi mal. Vou parar com essa merda. Ai, ha, ha, acabei de fazer um trocadilho sem querer. Não... não, desculpa... Alô? Alô?]

Quando se associam essas duas aptidões — metáfora e composicionalidade —, o mentalês é colocado para trabalhar, concebendo e expressando um vulcão incansável de idéias. As pessoas podem descobrir novas metáforas enquanto se empenham em entender alguma coisa, e podem combiná-las para formar metáforas e analogias ainda mais novas e complexas.

É evidente que esses recursos também podem alimentar um vulcão incansável de idéias *ruins*. Mas outros talentos mentais fornecem os meios de distinguir o bom do ruim. As pessoas não estão algemadas a uma única metáfora quando pensam nas coisas, mas são capazes de trocar de metáfora, procurando a maior compatibilidade possível entre as relações entre os conceitos na metáfora e as relações entre as coisas que estão tentando entender. E essa busca pode ser movida por uma intuição crucial. As pessoas sentem que suas palavras falam *sobre* as coisas do mundo, em vez de ser meras definições presas num círculo de termos de auto-referência (como vemos nas intuições sobre a semântica dos nomes). Do mesmo modo, as pessoas pensam nas afirmações como coisas que são *objetivamente* verdade ou mentira, e não só como coisas que *acreditam* ser verdade ou mentira (como vemos nas intuições sobre a semântica de verbos factivos como *learn* [ficar sabendo/ aprender] e *know* [saber]). A intuição de que as idéias podem ou não indicar coisas reais no mundo, e de que as crenças sobre o mundo podem ser verdadei-

ras ou meras crenças, faz com que as pessoas ponham à prova a fidelidade de suas analogias à estrutura causal do mundo, rejeitando as características irrelevantes e se focando nas explanatórias.

Não é nem preciso dizer que essa combinação de aptidões não dota ninguém de máquinas que saem por aí produzindo verdades. Cada cabeça é limitada em termos de experiência e engenhosidade, e nem mesmo uma comunidade de cabeças consegue acumular e filtrar suas invenções se suas relações sociais não forem ajustadas para esse fim. Discordâncias cotidianas podem ameaçar nossa noção de “aparências”, o que explica por que nossas interações educadas são centradas em temas sobre os quais todo mundo concorda, como a meteorologia, a inépcia das burocracias e a péssima qualidade da comida de avião ou de alojamento estudantil. Comunidades que têm como dever avaliar o conhecimento, como a ciência, os negócios, o governo e o jornalismo, precisam buscar desvios para escapar desse desejo de filtrar as coisas e chegar a um consenso educado. Numa conferência científica, quando um estudante aponta uma falha no experimento de um orador, não há como fazê-lo se calar porque o orador seja mais velho e mereça respeito, ou porque tenha trabalhado duro no experimento e a crítica vá deixá-lo magoado. No entanto, esse tipo de reação seria perfeitamente legítimo numa interação social cotidiana baseada na autoridade e no comunitarismo.

Na esfera das relações sociais, assim como na esfera das idéias puras, temos de libertar nossos modelos mentais dos domínios para os quais eles foram libertados e aplicá-los metaforicamente e em novas combinações à questão que temos em mãos. Sabemos que os instrumentos para isso estão disponíveis, porque as culturas diferem entre si sobre como designam cada tipo de relacionamento para bens e comunidades. Na ciência e em outras culturas movidas pelo conhecimento, a lógica do comunitarismo tem de ser aplicada ao conjunto de boas idéias, que são consideradas recursos a ser compartilhados. Trata-se de um rompimento com a lógica mais natural segundo a qual as idéias são encaradas como traços que refletem uma pessoa, ou necessidades inerentes que as pessoas têm de respeitar se quiserem manter seu relacionamento comunitário. A avaliação das idéias também precisa ser arrancada à força das nossas intuições de autoridade: chefes de departamento podem exigir escritórios e salários maiores, mas não podem exigir que seus colegas concordem com suas teorias. Essas regras de relacionamento radicalmente novas são a base dos debates abertos e da revisão por pares na ciência, e das

verificações, dos balanços e sistemas de contabilidade presentes em outras instituições formais.

Quando todas as peças se encaixam, as pessoas podem começar a tatear na direção da saída da caverna. Na educação fundamental, as crianças são ensinadas a ampliar sua noção de numeral para além de “um, dois, muitos” através da percepção de uma analogia entre o aumento na magnitude e a ordem de palavras para numerais na seqüência de contagem.⁸ Nos níveis superiores de educação, é possível desarmar as falácias da estatística ou da evolução estimulando as pessoas a pensar numa população como um conjunto de indivíduos, e não como uma figura holística.⁹ Ou elas podem desaprender suas equivocadas noções de economia pensando no dinheiro como algo que pode sofrer mudanças de valor conforme avança e recua numa linha temporal, e nos juros como o custo de fazê-lo avançar. Na ciência e na engenharia, as pessoas inventam analogias para compreender os tópicos (o pincel como bomba, o calor como um líquido, a herança como um código) e para transmiti-los aos outros (a seleção sexual é um ambiente com um aquecedor e um aparelho de ar condicionado). Interpretadas com cautela, essas analogias não são só enquadramentos interessantes; são também teorias reais, capazes de fazer previsões passíveis de prova e provocar novas descobertas. Na administração de instituições, a abertura e a responsabilidade são reforçadas quando as pessoas são lembradas de que as intuições sobre a verdade em que elas se baseiam em sua vida particular — a defesa que fazem contra serem enganados ou iludidos — também se aplicam à arena social mais ampla. Esse tipo de alerta combate nossa tendência natural para o tabu, para o consenso polido e para a submissão à autoridade.

É claro, porém, que nada disso é natural. Se depender dos nossos próprios recursos, temos a propensão de recair nas nossas concepções instintivas — o que ressalta o papel da educação numa democracia científica, e até sugere uma reafirmação do propósito que ela tem (um princípio surpreendentemente ausente nos níveis mais elevados de instrução hoje em dia). O objetivo da educação é compensar as falhas do nosso jeito instintivo de pensar o mundo físico e social. E a educação tem mais chance de ser bem-sucedida se, em vez de implantar afirmações abstratas em cabeças vazias, usar os modelos mentais que são nosso equipamento padrão, aplicando-o a novos temas em analogias seletivas e organizando-as em combinações inovadoras e mais sofisticadas.

A visão a partir da língua nos mostra a caverna em que vivemos, e também o

melhor caminho para sair dela. Com o uso da metáfora e da combinação, somos capazes de ter idéias novas e encontrar novas maneiras de administrar o que nos toca. Conseguimos fazer isso até em meio ao pisca-pisca mental de agonistas e antagonistas, de pontos, linhas e tábuas, de atividades e realizações, de deuses, sexo e fluidos corporais, e de solidariedade, deferência e senso de justiça que compõem aquilo de que é feito o pensamento.

Para os dados completos sobre as obras citadas abaixo, consulte as referências bibliográficas.

I. PALAVRAS E MUNDOS (pp. 13-39)

1. O termo *semântica conceitual* foi cunhado pelo lingüista Ray Jackendoff; ver Jackendoff, 1983; Jackendoff, 1990; Levin e Pinker, 1982; Pinker, 1989.
2. Lakoff, 2004; Lakoff, 2006; Nunberg, 2006. Ver S. Pinker, “Block that metaphor”, *The New Republic*, 9 de outubro de 2006.
3. Jackendoff, 1990.
4. Pullum, 2003b.
5. Possivelmente apócrifo, ou uma paráfrase de declarações de Josh Billings; ver Kim A. McDougal, “Many of Mark Twain’s famed humorous sayings are found to have been misattributed to him”, *Chronicle of Higher Education*, 4 de setembro de 1991, A8.
6. Kripke, 1972/1980.
7. Wierzbicka, 1987.
8. Maureen Dowd, “Mel’s tequila sunrise”, *The New York Times*, 2 de agosto de 2006.
9. “Popular baby names”, página na internet da Administração do Seguro Social dos Estados Unidos: <ssa.gov/cgi-bin/popularnames.cgi>.
10. Comunicação pessoal, 26 de julho de 2005.
11. Lieberman, 2000.
12. <www.templetons.com/brad/spamterm.html>.
13. Metcalf, 2002.

14. Harvey Silvergate, comunicação pessoal, 5 de junho de 2006.
15. Kennedy, 2002.
16. <www.snopes.com/travel/airline/obnox.htm>.
17. Grice, 1975.

2. TOCA DO COELHO ADENTRO (pp. 40-110)

1. C. S. Lewis, *As crônicas de Nárnia*; Madeleine L'Engle, *Uma dobra no tempo*; Philip Pullman, *A faca sutil*; Dr. Seuss, *Horton e o mundo dos Quem*.

2. Parte do material deste capítulo foi tirada de Pinker, 1989.

3. Pinker, 1997b, cap. 1.

4. Pinker, 1994b.

5. Pinker, 1984/1996; Pinker, 1994b, cap. 9.

6. Do registro feito pelo escritor Lloyd L. Brown do discurso de sua filha.

7. Pinker, 1979.

8. Goodman, 1983; Quine, 1969.

9. Chomsky, 1972a.

10. Gold, 1967; Nowak e Komarova, 2001; Pinker, 1979.

11. Para exemplos de abordagens diferentes, ver Bertolo, 2001; Goldberg, 2005; Pinker, 1984/1996; Tomasello, 2003; Yang, 2003.

12. Para resumos gerais sobre as construções verbais e a semântica lexical, ver Borer, 2005a.; Borer, 2005b; Croft, no prelo; Goldberg, 1995; Jackendoff, 1990; Levin, 1993; Levin e Pinker, 1992; Levin e Rappaport Hovav, 2005; Miller, 1991; Pinker, 1989; Pustejovsky, 1995; Van Valin, 2005; Wierzbicka, 1988b.

13. Atribuído ao embaixador norte-americano Joseph Hodges Choate (1832-1917), que disse a frase a um convidado que o confundiu com um porteiro num evento da embaixada; ver <www.barrypopik.com/article/570/call-me-a-taxi—youre-a-taxi>.

14. Ele continua a história: "E aí aqueles três garotos brancos chegaram para mim e disseram: Garoto, estamos avisando. Vamos fazer com você exatamente o que você fizer com esse frango. Aí eu baixei meu garfo e minha faca, peguei o frango e beijej".

15. Chomsky, 1972b; Fillmore, 1968.

16. Ver Schütze, 1996.

17. Berent, Pinker e Ghavami, no prelo; Berent, Pinker e Shimron, 1999; Berent, Pinker e Shimron, 2002; Gropen et al., 1991a; Gropen et al., 1991b; Gropen et al., 1989; Kim et al., 1994; Kim et al., 1991; Marcus et al., 1995; Pinker e Birdsong, 1979; Prasada e Pinker, 1993; Senghas, Kim e Pinker, 2004; Ullman, 1999. Ver também Bresnan, 2005, para construções dativas, e Wolff, 2003, para construções causativas.

18. Gropen et. al., 1991b.

19. Gropen et. al., 1991b.

20. Por exemplo, Baker, 1979, e Fodor e Crain, 1987.

21. Essas construções são ligeiras variantes da construção de locativo de recipiente; ver Pinker, 1989, pp. 124-130.

22. Bowerman, 1982b.
23. Gropen et al., 1991b; Pinker, 1989.
24. Berko, 1958.
25. Gropen et al., 1991a.
26. Bowerman, 1988; Brown e Hanlon, 1970; Marcus, 1993; Morgan, Bonamo e Travis, 1995; Morgan e Travis, 1989.
27. Francis e Kucera, 1982.
28. Chamado de “paradoxo de Baker” em Pinker, 1989, com base num trabalho do linguísta C. Lee Baker, 1979. Baker o atribuiu ao psicolinguísta Martin Braine, 1971.
29. Lederer, 1990.
30. Pinker, 1999.
31. Marcus et al., 1992; Ullman, 1999.
32. Baker, 1979; Golod, 1967; Osherson, Stob e Weinstein, 1985; Pinker, 1979; Valiant, 1994.
33. Whorf, 1956.
34. Levin, 1985. Ver também Levin, 1993; Rappaport e Levin, 1985; Rappaport e Levin, 1988.
35. Chomsky, 1965; Chomsky, 1981.
36. Anderson, 1971.
37. Jackendoff, 1978; Jackendoff, 1983; Jackendoff, 1987; Jackendoff, 1990. Observado pela primeira vez pelo linguísta Jeffrey Gruber, 1965.
38. Lakoff e Johnson, 1980.
39. Pinker, 1990.
40. Talmy, 1983. Ver também Jackendoff, 1990; Jackendoff, 1991; Landau e Jackendoff, 1993.
41. Gropen et al., 1991a.
42. Levin, 1993; Pinker, 1989.
43. Gropen et al., 1991b; Pinker, 1989.
44. Bowerman, 1998; Gropen et al., 1989; Mazurkewich e White, 1984.
45. Gropen et al., 1989.
46. Green, 1974; Oehrle, 1976.
47. Da linguísta Joan Bresnan.
48. Green, 1974; Oehrle, 1976.
49. Contra-exemplos são discutidos em Bresnan e Nikitina, 2003, e Pinker, 1989, pp. 82-84, 154-160.
50. Ver Rappaport Hovav e Levin, 2007, e uma análise semelhante em Pinker, 1989, pp. 82-84, para discussões sobre as sutilezas desse efeito.
51. De “Show me”, uma música de *My fair lady*.
52. Reddy, 1993.
53. Bresnan, 2005; Gropen et al., 1989; Pinker, 1989.
54. Comrie, 1976; Dowty, 1979-1991; Sasse, 2002; Tenny, 1992; Vendler, 1957.
55. Bresnan, 2005; Gropen et al., 1989; Pinker, 1989.
56. Da música “Big yellow taxi”, de Joni Mitchell.
57. Título de uma música de Arthur Hamilton cantada por Ella Fitzgerald e Joe Cocker, entre outros.
58. Da música “Highway 61 revisited”, de Bob Dylan.

59. Título de uma música de Ralph Blane e Hugh Martin, cantada por Judy Garland em *Agora seremos felizes*.

60. Da música de Paul Simon “Late in the evening”.

61. Da música “Convoy”, de Bill Fries e Chip Davis.

62. Jespersen, 1938/1982/ Randall, 1989.

63. Green, 1974.

64. Levin, 1993.

65. Bowerman, 1982a; Pinker, 1989.

66. Experimento não publicado com Jess Gropen e Thomas Roeper, descrito em Pinker, 1989, pp. 27, 296, 318.

67. Fodor, 1970.

68. Fodor, 1970.

69. Wolff, 2003.

70. Bertolt Brecht, *Poemas, 1913-1956*, edição e tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Editora Brasiliense.

71. Levin, 1985.

72. Haspelmath, 1993.

73. Pullum, 2003a.

74. Gropen et al., 1991a; Gropen et al., 1991b; Gropen et al., 1989; Wolff, 2003.

75. Gladwell, 2000.

76. Bresnan et al., no prelo.

77. “As Israel goes for withdrawal, its enemies go berserk”, 16 de julho de 2006.

78. Muitos desses exemplos foram observados e registrados por Ilavenil Subbiah.

79. Do discurso do diretor da CIA, George Tenet, em 11 de julho de 2003, admitindo a responsabilidade pelas notórias dezesseis palavras do discurso de Estado da União de George W. Bush.

80. Ver Pinker, 1989, cap. 5 e 6.

81. Ver Pinker, 1989, pp. 94-97, e Comrie, 1985a; Fareh e Hamdan, 2000; Foley e Van Valin, 1985; Fukui, Miyagawa e Tenny, 1985; Guerssel, 1986; Hirschbühler, 2003; Hirschbühler e Mchombo, 2006; Kim, 1999; Kordoni, 2003; Mateu, 2001; Nwachukwu, 1987.

82. Entre elas estão o ojibua e o cree, o nez percé, o tzotzil (maia), o huichol e yaqui (uto-as-teca), palauano (micronésio), chi-mwimi (bantu), khasi (uma língua austro-asiática falada na Índia), o lahu (uma língua lolo-birmanesa), o kokborok (uma língua sino-tibetana falada em Assam), o kham (tibetano ocidental), o nengone (uma língua austronésia falada na Nova Caledônia), o acooli e o longo (línguas nilotas faladas em Uganda). Ver Chung e Gordon, 1998; Comrie, 1985a; Dowty, 1979; Dryer, 1986; Foley e Van Valin, 1985; Guerrero Valenzuela, 2002; Haspelmath, 2005; Lefebvre, 1994; Levin, 2004.

83. Comrie, 1985a; Dizon, 2000; Haspelmath, 1993; Nedyalkov e Silnitsky, 1973; Shibatani, 1976; Wierzbicka, 1998.

84. Comrie, 1985a; Foley e Van Valin, 1985; Nwachukwu, 1987.

85. Dixon, 2000; Nedyalkov e Silnitsky, 1973.

86. Croft e The Manchester Cognitive Collective, 2001; Levin, 2004.

87. Haspelmath, 1993.

88. Dixon, 2000; Haspelmath, 1993; Levin, 2004; Levin e Rappaport Hovav, 1995.

89. Dixon, 2000; Gergely e Bever, 1986; McCawley, 1968; Nedyalkov e Silnitsky, 1973; Pinker, 1989; Shibatani, 1976.
90. Allan, 1977; Bybee, 1985; Carter, 1976; Carter, 1988; Denny, 1976; Pinker, 1989, cap. 5; Talmy, 1985.
91. Talmy, 1985.
92. Kemmerer, 2000a.
93. Breedin e Saffran, 1999; Druks e Masterson, 2003; Kemmerer, 2000b; Kemmerer, 2003; Kemmerer et al., 2007; Kemmerer e Wright, 2002; Marshall et al., 1996.
94. Etcoff, 2008; Gilbert, 2006; Myers e Diener, 1995.
95. Schacter, 2001.
96. Blakemore e Frith, 2005; Bok, 2006.
97. Lessig, 2001.
98. Halpern, 2000.
99. S. Pinker, "Gender: Science promises honest investigation", *Nature*, 442, 2006. Ver também S. Pinker, "Sex ed: The science of difference", *New Republic*, 14 de fevereiro de 2005.
100. A. Schaffer, "A president felled by an assassin and 1880's medical care", *The New York Times*, 25 de julho de 2006.

3. CINQUENTA MIL CONCEITOS INATOS (E OUTRAS TEORIAS RADICAIS SOBRE LINGUAGEM E PENSAMENTO) (pp. III-178)

1. Dennet, 1997.
2. Simonson e Tversky, 1992.
3. Pinker, 2002.
4. Fodor, 1981a; Fodor, 1998.
5. Fodor, 1968; Fodor, 1981b.
6. Citado na introdução do editor a Loewer e Rey, 1991, p. xi.
7. Bates, 1976; Cole, 1981; Nunberg, 1979; Sadock, 1984; Sperber e Wilson, 1986.
8. McClelland e Kawamoto, 1986.
9. Gentner e Goldin-Meadow, 2003; Gordon, 2004; Whorf, 1956.
10. Fodor, 1975.
11. Leibniz, 1768 / 1949, livro II, cap. I, p. 111.
12. Fodor, 1970.
13. Fodor et al., 1980.
14. Fodor, 1998.
15. Fodor, 1975.
16. Fodor, 1981a, p. 284.
17. Fodor, 2000. Ver Pinker, 2005, para uma resposta.
18. Fodor, 1998; Fodor, 2001.
19. Williams, 1966.
20. Piatelli-Palmarini, 1986; Piatelli-Palmarini, 1989.
21. Chomsky, 2000, pp. 65-66; ver também Chomsky, 1988, p. 32.

22. Goodman, 1983; Quine, 1960.
23. Markman, 1989.
24. Fodor sugeriu originalmente a realocação desse tipo de informação para “postulados de significado”, mas parece ter abandonado a idéia; ela não é mencionada em Fodor, 1981a, Fodor, 1998, nem em suas outras obras recentes.
25. Fodor, 1998, p. 137.
26. Pinker, 1999.
27. Fodor e Pylyshyn, 1988.
28. Ver Pinker, 1989, cap. 7.
29. Ver Pinker, 1989, cap. 7.
30. Gentner, 1975.
31. Obrigado a Katya Rice pelo exemplo. Ver Pinker, 1989, cap. 7, para muitos mais.
32. Fodor, 1981a, p. 286.
33. Fodor, 1981a, p. 287.
34. Fodor, 1981a, p. 288.
35. Fodor, 1981a, p. 288.
36. Levin, 1985; Levin, 1993. Ver Pinker, 1989, pp. 104-109.
37. Fillmore, 1967; Kemmerer, 2003.
38. Ver Bloom, 2003, para provas de que a distinção está disseminada no raciocínio humano.
39. Wierzbicka, 1988b.
40. Keyser e Roeper, 1984.
41. James, 1890/1950, cap. 9. A citação original usava a palavra alemã *Vorstellung*, um termo freqüente na psicologia da época; adaptei-a para “representação”.
42. Cole, 1981; Nunberg, 1979; Sadock, 1984; Sperber e Wilson, 1986.
43. Nunberg, 2006.
44. Bates, 1976; Bates e MacWhinney, 1982; McClelland e Kawamoto, 1986; Smith e Thelen, 1993.
45. Apresjan, 1973; Jackendoff, 1990; Lehrer, 1990; Nunberg, 1979; Ostler e Atkins, 1992; Pustejovsky, 1995; Wierzbicka, 1988b.
46. Do programa “Fortunes” da Berkeley Unix 4.2.
47. Do romance de Erich Maria Remarque, citado em Niall Ferguson, 2006, *The war of the world*. New York: Penguin.
48. Os exemplos são de Nunberg, 1979.
49. Nunberg, 1979.
50. Ver Pinker, pp. 107-9, 269-78, 372-73.
51. Ver Pinker, pp. 107-9, 269-78, 372-73.
52. Apresjan, 1973; Jackendoff, 1990; Klein e Murphy, 2001; Lehrer, 1990; Ostler e Atkins, 1992; Pustejovsky, 1995.
53. Baayen e Moscoso del Prado Martín, 2005.
54. Klein e Murphy, 2001.
55. Pykkänen, Llinás e Murphy, 2006.
56. Pustejovsky, 1995.
57. Apresjan, 1973; Jackendoff, 1990; Lehrer, 1990; Ostler e Atkins, 1992; Pustejovsky, 1995.
58. Ostler e Atkins, 1992.

59. Ostler e Atkins, 1992. Ostler e Atkins sugeriram uma microclasse ainda mais específica: *pulses*, sementes de vagens leguminosas. Desconfio que sejam meros agregados, já que uma compota de cerejas é *cherries*, não *cherry*.
60. Burchfield, 1995.
61. Allan e Burrridge, 1991.
62. Do filme *You can't cheat an honest man*.
63. McClelland e Kawamoto, 1986.
64. Singer, 1984.
65. Gentner e Goldin-Meadow, 2003; Gumperz e Levinson, 1996. H. Fountain, "Proof positive that people see colors with the tongue", *The New York Times*, 30 de março de 1999; G. Cook, "Debate opens anew on language and its effect on cognition", *Boston Globe*, 14 de fevereiro de 2002; "Language barriers: Can a concept exist without words to describe it?", *The Economist*, 19 de agosto de 2004.
66. *Newsweek*, 22 de julho de 1991.
67. Pullum, 1991.
68. Tversky e Kahneman, 1981.
69. Bloom, 1999; Pinker, 1994a.
70. Esse é o problema, creio eu, em Bickerton, 1990, e em Spelke, 2003.
71. Brown, 1958; Kay e Kempton, 1984.
72. Newell e Simon, 1972.
73. Baddeley, 1986.
74. Carey, 2008; Dehaene, 1997; Hauser, MacNeilage e Ware, 1996; Wynn, 1992.
75. Dehaene et al., 1999.
76. Varley et al., 2005.
77. Jackendoff, 1987.
78. Jackendoff, 1997b.
79. Slobin, 1996.
80. Gentner e Goldin-Meadow, 2003. Ver Gleitman e Papafragou, 2005, para uma resenha.
81. Newman et. al., 2003.
82. Kim Curtis, "Affair cited as husband's motive in Calif. murders", *Boston Globe*, 25 de fevereiro de 2004.
83. Whorf, 1956.
84. F. Nietzsche, 1901, *Vontade de poder*. L. Wittgenstein, 1922, *Tractatus Logico-Philosophicus*. M. Heidegger, 1971, "Construir, habitar, pensar", em *Poesia, linguagem, pensamento*. R. Barthes, 1972, "Escrever: Verbo intransitivo?" em *O rumor da língua*.
85. J. J. Hayes-Rivas, "One world scientific language?", *Science*, 304, 28 de maio de 2004, p. 1243.
86. Gordon, 2004, pp. 496-498.
87. Bowerman e Levinson, 2001, p. 13; Majid et al., 2004.
88. Xu e Carey, 1996; Xu, Carey e Welch, 1999.
89. Schaller, 1991.
90. Hauser, 2000.
91. Santos et al., 2002.
92. Gordon, 2004.
93. Butterworth, 1999; Dehaene, 1997; Devlin, 2000; Gelman e Gallistel, 1978; Wiese, 2003.

94. Casasanto, 2005. Ver também Gelman e Gallistel, 2004.
95. Everett, 2005.
96. Butterworth, 1999; Dehaene, 1997; Devlin, 2000; Gelman e Gallistel, 1978; Wiese, 2003.
97. Pica et al., 2004.
98. Gelman e Gallistel, 1978.
99. Levinson, 2003; Levinson, Kita e Haun, 2002; Pederson et al., 1998.
100. Embora se alegue que os falantes do tzeltal nunca estendem termos de direita e esquerda para outros objetos, Linda Abarbanell, que também estudou esses falantes, observa que isso acontece com alguns falantes e alguns dialetos (comunicação pessoal, 28 de março de 2006).
101. Estou aceitando a alegação, mas Abarbanell (ver nota anterior) é cética: “Pelo que posso dizer, eles usam principalmente um sistema baseado na paisagem, sendo que a paisagem varia dependendo do contexto. Um tenejapano (se é que eles usam xícaras) diria provavelmente a mesma coisa que um bostoniano: ‘Passa a colher perto da xícara — aquela logo ali’”.
102. Gumperz e Levinson, 1996, p. 27.
103. Pederson et al., 1998, p. 586.
104. Pinker, 1997b, cap. 5; Coballis e Beale, 1976; Hinton e Parsons, 1981; Marr, 1982; Pinker, 1984; Pinker, 1988; Rock, 1983; Talmy, 1983.
105. “Wrong again: Postage stamp of canyon flipped”, *Boston Globe*, 3 de fevereiro de 2000.
106. Corballis e Beale, 1976.
107. Rock, 1983.
108. Attneave, 1968.
109. Abarbanell, Li e Papafragou, 2005; Li, Abarbanell e Papafragou, 2005.
110. Abarbanell, Li e Papafragou, 2005; Gleitman et al., 2005; Li e Gleitman, 2002. Ver também Levinson, Kita e Haun, 2002, para uma defesa das conclusões originais.
111. Linda Abarbanell, comunicação pessoal, 28 de março de 2006.
112. Majid et al., 2004, procuraram possíveis influências ecológicas e culturais, com resultados ambíguos, mas testaram fatores globais como a área ecológica e o modo de subsistência, em vez de fatores diretamente relevantes aos referenciais como topografia local, mobilidade e índice de alfabetização.
113. Gleitman et al., 2005.
114. Pinker, 1984/1996; Pinker, 1989; Roy e Pentland, 2002; Siskind, 1995.
115. Carey, 2008; Soja, Carey e Spelke, 1991; Spelke, 1995.
116. Anderson, 1976; Anderson e Bower, 1973; Schacter, 1996.
117. Bransford e Franks, 1971. Ver também Anderson, 1976.
118. Adaptado de Harlow, 1998, p. 13.
119. Pinker e Jackendoff, 2005.
120. Klein e Murphy, 2002.
121. De “Limitations”.

4. CORTANDO OS ARES (pp. 179-270)

1. Hume, 1748/1999.
2. A primeira parte costuma ser atribuída ao físico John Archibald Wheeler, mas ele escreveu que a reproduziu da parede de um vestiário masculino; Wheeler, 1994, nº 1.

3. Pinker, 1997b, cap. 4.
4. Berkeley, 1713/1929.
5. Cave et al., 1994.
6. Tegmark, 2003.
7. Kant, 1781/1998, Kant, 1783/1950; Körner, 1955; Walsh, 1967.
8. James, 1907/2005, pp. 76-77.
9. Dos *Princípios*, citado em Körner, 1955, p. 33.
10. Körner, 1955; McCormick, 2005; Walsh, 1967.
11. Gardner, 1990; Randall, 2005.
12. Barbour, 2000; Goldstein, 2005; Hawking e Mlodinow, 2005.
13. Carlo Rovelli, “Rovelli’s two principles: Space does not exist; time does not exist”, <www.edge.org/q2004/page7.html#rovelli>. A analogia do alfabeto foi tirada de Brian Greene.
14. Kitcher, 1990.
15. Allison, 1973, pp. 135-6, citado por Kitcher, 1990, pp. 15-16.
16. Chomsky, 1972a; Hirschfeld e Gelman, 1994; Pinker, 1997b; Tooby e Cosmides, 1992.
17. Pinker, 2002.
18. Pinker, 1997b, cap. 4. Ver também Kosslyn, 1908; Kubovy, 1981; Pinker, 1984; Pinker, 1988; Pinker, 1990; Robertson, 2003; Shepard, 1978.
19. Ver Cave et al., 1994, para provas experimentais de que as imagens mentais sempre estão localizadas no espaço visual.
20. Isenberg, Nissen e Marchak, 1990; Kubovy, 1981; Robertson, 2003; Treisman e Gelade, 1980.
21. Tootell et al., 1982; Van Essen e Deyoe, 1995.
22. Bregman, 1990; Kubovy, 1981.
23. Gentner, 1981.
24. Wierzbicka, 1991.
25. Vise e Malseed, 2005.
26. Circulou amplamente na internet.
27. Wierzbicka, 1988c.
28. Chierchia, 1998; Jackendoff, 1991; Rijkhoff, 2002; Semenza, 2005; Wierzbicka, 1988a; Winter, 2002.
29. Jackendoff, 1991.
30. Chierchia, 1998; Jackendoff, 1991; Rijkhoff, 2002; Winter, 2002.
31. Chierchia, 1998; Jackendoff, 1991; Rijkhoff, 2002; Winter, 2002.
32. Lederer, 1990.
33. De *Pensamentos de um biólogo* (1939).
34. Soja, Carey e Spelke, 1991.
35. Bach, 1986; Jackendoff, 1991.
36. Barner e Snedeker, 2005.
37. Bloom, 1994; Bloom, 1996; Giralt e Bloom, 2000.
38. Bloom, 1996.
39. “How do I love thee? Let me count the ways” — Elizabeth Barrett Browning; “Ten Jews, eleven *opinions*” — um velho ditado judaico; “There must be fifty ways to leave your lover” — Paul

Simon; “How many *times* must a man look up, before he can see the sky?” — Bob Dylan; “Four be the *things* I’d been better without: love, curiosity, freckles, and doubt” — Dorothy Parker.

40. Cushing, 1994.
41. Goodale e Milner, 2004.
42. Kemmerer, no prelo; Kosslyn, 1987; Kosslyn, 1994; Postma e Laeng, 2006.
43. Kemmerer, no prelo; Landau e Jackendoff, 1993.
44. Biederman, 1995.
45. Sinha e Kuteva, 1995.
46. Landau e Jackendoff, 1993; Talmy, 2000b; Tyler e Evans, 2003.
47. Bowerman e Levinson, 2001; Levinson, Meira e The Language and Cognition Group, 2003; Levinson, 2003.
48. Brugman, 1988.
49. Levinson, Meira e The Language and Cognition Group, 2003.
50. Levinson, Meira e The Language and Cognition Group, 2003.
51. Talmy, 2000b.
52. Landau e Jackendoff, 1993; Talmy, 2000b.
53. Lloyd L. Brown, comunicação pessoal.
54. Jackendoff, 1991; Talmy, 2000b.
55. Landau e Jackendoff, 1993.
56. Sommers, 1963.
57. Casati, 2006; Pomerantz, 2003.
58. Biederman, 1995; Marr, 1982; Pinker, 1997b, cap. 4.
59. Tarr e Pinker, 1989.
60. Landau e Jackendoff, 1993.
61. Duncker, 1945; Glucksberg e Danks, 1968.
62. Rozin e Fallon, 1987.
63. Allan, 1977; Denny, 1976.
64. Talmy, 2000b.
65. Landau e Jackendoff, 1993.
66. Levinson, 2003.
67. Talmy, 2000b.
68. Francis e Kucera, 1982.
69. Eco, 1995; Pinker, 1999.
70. Pinker e Bloom, 1990.
71. *Boston Globe*, 8 de janeiro de 1991.
72. Levinson e Wilkins, 2006; Pederson et al., 1998; Talmy, 2000b.
73. Pinker e Bloom, 1990.
74. Carlson e Van der Zee, 2005; Coventry e Garrod, 2004. Ver também Feist e Gentner, 1998; Tyler e Evans, 2003.
75. Comrie, 1985b.
76. Brown, 1991; Malotki, 1983.
77. Bybee, Perkins e Pagliuca, 1994; Bybee, 1985; Comrie, 1985b.
78. Comrie, 1985b.

79. James, 1890/1950, p. 21.
80. Pöppel, 2003.
81. Comrie, 1985b.
82. Comrie, 1985b.
83. Ornstein, 1975.
84. Lakoff e Johnson, 1980; Lakoff e Johnson, 2000.
85. Haspelmath, 1997.
86. Borditsky, 2001.
87. Núñez e Sweetser, 2006.
88. Sasse, 2002.
89. Comrie, 1985b; Reichenbach, 1947.
90. Comrie, 1985b; Jackendoff, 1997a.
91. Comrie, 1985b.
92. Bybee, Perkins e Pagliuca, 1994.
93. Brown e Levinson, 1987b.
94. Bach, 1986; Comrie, 1976; Dowty, 1979/1991; Dowty, 1982; Jackendoff, 1990; Jackendoff, 1991; Jackendoff, 1997a; Pustejovsky, 1995; Sasse, 2002; Van Valin, 2005; Vendler, 1957.
95. Tenny, 1992.
96. Pinker, 1989.
97. Bach, 1986; Jackendoff, 1991.
98. Dowty, 1979/1991; Dowty, 1982; Jackendoff, 1991; Pinker, 1989; Sasse, 2002; Vendler, 1957.
99. Bach, 1986.
100. Lederer, 1990.
101. Sasse, 2002.
102. Comrie, 1976; Comrie, 1985b; Sasse, 2002.
103. O garçom diz a ele: "Que diabos aconteceu com você?". O pato responde: "Começou com uma verruga na minha bunda".
104. Russell Smith, "CBC's mixing of verb tenses gives me unwanted linguistic tension", *The Globe and Mail*, 16 de fevereiro de 2006.
105. Da "Transcrição do depoimento de William Jefferson Clinton, presidente dos Estados Unidos, diante do Grande Júri convocado pelo procurador independente Kenneth Starr, 17 de agosto de 1998" (divulgado em 21 de setembro de 1998). Gabinete da Procuradoria Independente, Washington, D. C. Eliminei pequenas disfluências do depoimento de Clinton.
106. Dowty, 1979/1991.
107. Katz, 1987.
108. Hume, 1740/1955.
109. Hume, 1740/1955.
110. Katz, 1987; Lewis, 1973; Spellman e Mandel, 1999.
111. Lewis, 1973.
112. Katz, 1987.
113. Lagnado e Sloman, 2004; Spellman, 1996; Spellman e Mandel, 1999.
114. Dowty, 1979/1991; Katz, 1987; Spellman, 1997; Spellman e Mandel, 1999; Walsh e Sloman, 2005; Wolff, 2002; Wolff e Song, 2003.

115. Dowty, 1979/1991; Hilton, 1995.
116. Dowty, 1979/1991.
117. Katz, 1987, p. 234; Lewis, 1973.
118. Spellman e Kincannon, 2001.
119. Experimento inédito de Barbara Spellman; ver também Mandel, 2003.
120. Gopnik et al., 2004; Pearl, 2000.
121. Dowe, 2000; Shultz, 1982; Talmy, 1988; Talmy, 2000a; Walsh e Sloman, 2005; White, 1995; Wolff, 2002; Wolff e Song, 2003.
122. Chapman e Chapman, 1982; Redelmeier e Tversky, 1996.
123. Goldvarg e Johnson-Laird, 2001; Wolff, 2002.
124. O exemplo é do psicólogo Philip Wolff, 2007.
125. Michotte, 1963.
126. Carey, 2008; Cohen et al., 1998; Hauser, 2006; Leslie, 1995.
127. Premack e Premack, 2003.
128. Hauser e Spaulding, 2006.
129. Talmy, 1988; Talmy, 2000a.
130. Wolff, 2003.
131. Wolff, 2003.
132. Dixon, 2000; Gergely e Bever, 1986; McCawley, 1968; Nedialkov e Silnitsky, 1973; Pinker, 1989; Shibatani, 1976.
133. Wolff, 2007.
134. Walsh e Sloman, 2005; White, 1995; Wolff, 2003; Wolff, 2007; Wolff e Song, 2003.
135. McCloskey, 1983; McCloskey, Caramazza e Green, 1980.
136. Citado em M. Kumar, "Quantum reality", *Prometheus*, 2 (1999), p. 20-21.
137. Russell, 1913.
138. Pinker, 1997b; Tooby e DeVore, 1987, cap. 5.
139. De <<http://home.howstuffworks.com/toilet.htm>>.
140. Dershowitz, 2005.
141. Foot, 1978; Thomson, 1985.
142. Hauser et al., 2007.
143. Greene, 2002.
144. Greene et al., 2001.
145. A. Harris, "Benihana chef's playful food toss blamed for diner's death", *New York Law Journal*, 23 de novembro de 2004, <www.law.com/jsp/article.jsp?id=1101136512535>. C. Kilgannon, "Jury to decide if flying sizzling shrimp led to man's death", *The New York Times*, 9 de fevereiro de 2006.
146. Katz, 1987.

5. A METÁFORA DA METÁFORA (pp. 271-319)

1. Observado por Ilavenil Subbiah.
2. Do radialista Mike McConnel; <www.calvin.edu/academic/engl/lang/mixmet.htm>.
3. De David Horowitz, "The loafing class", *Salon*, 8 de fevereiro de 1998.

4. De uma transmissão de futebol americano da NFL.
5. A sigla AWFUL foi cunhada por Roger Tobin; agradeço a David Birdsong por ter feito a observação.
6. Lakoff e Johnson, 1980.
7. “Metáfora gerativa” de Schön, 1993; “metáfora conceitual” de Lakoff e Johnson, 1980.
8. Os termos *veículo* e *teor* foram introduzidos pelo acadêmico literário I. A. Richards, 1936/1965.
9. Lakoff, 1993, p. 206.
10. Lakoff, 1987; Lakoff, 1993; Lakoff, 1996; Lakoff e Johnson, 1980; Lakoff e Johnson, 2000; Lakoff e Núñez, 2000.
11. Kolodner, 1997; Mayer, 1993.
12. Gould, 1980.
13. Pinker, 1997b, cap. 5.
14. Hauser e Spaulding, 2006; Hauser, 1997; Hauser, Pearson e Seelig, 2002.
15. Pinker, 1989, cap. 8. Ver também Jackendoff, 2002; Pinker, 1997b, cap. 5.
16. Pinker, 1997b, cap. 5.
17. Tversky e Kahneman, 1981.
18. Kahneman e Tversky, 1979.
19. Schön, 1993.
20. Boudin, 1986; ver também Winter, 2001.
21. Lawley e Tompkins, 2000.
22. Fairhurst e Sarr, 1996. Ver também Clancy, 1989.
23. Harris, 1993.
24. Lakoff e Johnson, 1980, p. 3.
25. Lakoff, 1987; Lakoff e Johnson, 2000.
26. Lakoff e Johnson, 2000.
27. Lakoff e Núñez, 2000.
28. Lakoff, 1996. Para uma alternativa, ver Pinker, 2002, cap. 16, baseado em Sowell, 1987.
29. Lakoff, 2004.
30. Lakoff, 2003.
31. M. Bai, “The framing wars”, *The New York Times Magazine*, 17 de julho de 2005.
32. Nagel, 1997; Searle, 1993b.
33. Dawkins, 1998.
34. Nagel, 1997; Searle, 1993b.
35. Keysar et al., 2000; ver também Bowdle e Gentner, 2005.
36. Jackendoff, 1983; Jackendoff, 1992, cap. 3; Jackendoff, 2002; Jackendoff e Aaron, 1991; Maratsos, 1988; Murphy, 1996.
37. Kemmerer, 2005.
38. Gruber, 1965; Jackendoff, 1978; Jackendoff, 1983; Jackendoff, 1990; Jackendoff, 2002.
39. Jackendoff, 1992, cap. 3.
40. Gentner et al., 2001.
41. Schön, 1993.

42. Gentner, 1983; Gentner et al., 2001; Gentner e Jeziorski, 1989. Ver também Holyoak e Thagard, 1996.
43. Gentner e Jeziorski, 1989.
44. Gentner e Jeziorski, 1989.
45. Dawkins, 1986, pp. 210-211.
46. Boyd, 1993.
47. Putnam, 1975.
48. Idéia semelhante foi proposta por Schelling, 1978.
49. Pinker, 1997b, cap. 2.
50. M. Bai, "The framing wars", *The New York Times Magazine*, 17 de julho de 2005; K. S. Baer, "Word games", *The Washington Monthly*, janeiro/fevereiro de 2005; J. Green, "It isn't the message, stupid", *The Atlantic Monthly*, maio de 2005; M. Cooper, "Thinking of jackasses: The grand delusions of the Democratic Party (resenha de *Don't think of an elephant*, de George Lakoff)", *The Atlantic Monthly*, março de 2005; W. Galston, "Chico marxism", *Democracy: A Journal of Ideas*, outono de 2006.
51. Glucksberg e Keysar, 1993.
52. Lakoff e Turner, 1989.
53. Jackendoff e Aaron, 1991.
54. Jackendoff e Aaron, 1991; Searle, 1993a.
55. Jackendoff e Aaron, 1991.
56. Gentner e Jeziorski, 1989; Gentner et al., 2001.
57. Meier e Robinson, 2004.
58. Borregine e Kaschak, no prelo.
59. Boroditsky, 2000; Boroditsky e Ramscar, 2002.
60. McGlone e Harding, 1998.
61. Bowerman, 1983.
62. Experimentos inéditos descritos em Pinker, 1989, p. 333.
63. Schank, 1982.
64. Proust, 1913/1982, p. 48.
65. "Anel" em vez de "chaves", no original.
66. Catrambone e Holyoak, 1989; Gentner, Ratterman e Forbus, 1993; Gick e Holyoak, 1980; Keane, 1987; Ross, 1984; Ross, 1987.
67. Newell e Simon, 1972.
68. Kotovsky, Hayes e Simon, 1985. Modifiquei o exemplo para deixá-lo mais claro.
69. Duncker, 1945.
70. Gick e Holyoak, 1980.
71. Keane, 1987. Ver também Catrambone e Holyoak, 1989; Gentner, Ratterman e Forbus, 1993; Ross, 1984; Ross, 1987.
72. Chi, Feltovich e Glaser, 1981.
73. Dunbar, 2001.
74. Blanchette e Dunbar, 2000.
75. Blanchette e Dunbar, 2001.
76. Pinker, 1999.
77. De *The mind-body problem*, de Rebecca Goldstein. Goldstein, 1983, pp. 103-4.

78. De *Amsterdam*, de Ian McEwan. McEwan, 1998, pp. 90-1 (pp. 89-90 da edição brasileira).
79. De *Lolita*, de Vladimir Nabokov. Nabokov, 1995, p. 11 (p. 22 na edição brasileira).
80. De *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. Flaubert, 1857/1993 (p. 206 da edição brasileira).

6. O QUE HÁ NUM NOME? (pp. 320-367)

1. Administração do Seguro Social dos Estados Unidos, 2006; Wattenberg, 2005.
2. Pinker e Rose, 1998.
3. <www.ncseweb.org/resources/articles/3541_project_steve_2_16_2003.asp>.
4. Scott, Matzke, Branch e 284 cientistas chamados “Steve”, 2004.
5. Administração do Seguro Social dos Estados Unidos, 2006; Wattenberg, 2005.
6. Exemplo tirado de Fodor, 1994; ver também Pinker, 1995.
7. Chierchia e McConnel-Ginet, 2000.
8. Kripke, 1972/1980; Marcus, 1961; Putnam, 1975.
9. Putnam identificou os gatos como robôs, não como daleks.
10. Putnam, 1975, p. 161.
11. Block, 1986; Fodor, 1994.
12. Fodor, 1994; Pinker, 1995.
13. Hull, 1989; Mayr, 1982.
14. Katz, 1987.
15. Ayer, 1936.
16. Kitcher, 1990, pp. 15-6, distingue três sentidos de *a priori* nas obras de Kant, e um deles é “universal e necessário”.
17. Kant, 1791/1998; Körner, 1955; Walsh, 1967.
18. McGinn, 1993, p. 64.
19. McGinn, 1993. Ver também Pinker, 1997b, pp. 558-565.
20. Atribuído a Mike Kellen pelo programa Unix, de citações.
21. <www.macmillandictionary.com/2005/index.htm>.
22. Pinker, 1999, pp. 80-82; Pinker e Birdsong, 1979; Pinker, 1994b, cap. 6. Ver também <www.trismegistos.com/IconicityInLanguage/>.
23. Brown, 1958.
24. Observado pela primeira vez por Emmon Bach. Ver Beeman, 2001.
25. Ross, sem data, citado em Beeman, 2001.
26. Metcalf, 2002; Wallraff, 2006.
27. O exemplo da insônia é de Donald Symons. Alguns dos outros são tirados de Wallraff, 2006.
28. Hall e amigos, 1984.
29. Adams e Lloyd, 1990.
30. Wallraff, 2006.
31. Metcalf, 2002.
32. Wallraff, 2006.
33. Pinker, 1989, cap. 5; Bloom, 1999; Carter, 1976; Di Sciullo e Williams, 1987; Dowty, 1979/1991; Markman, 1989.

34. Kaplan e Bernays, 1997.
35. Lieberman, 2000; Ornstein, 2004; Administração do Seguro Social dos Estados Unidos, 2006; Wattenberg, 2005.
36. Brown, 1985.
37. Lieberman, 2000.
38. Lieberman, 2000, p. xi.
39. Ornstein, 2004; Wattenberg, 2005.
40. Wattenberg, 2005.
41. Wattenberg, 2005.
42. Lieberman, 2000.
43. Tenner, 1989, descrito em Lieberman, 2000.
44. Lieberman, 2000.
45. Bell, 1992; Lieberman, 2000.
46. Bell, 1992; Veblen, 1899/1994.
47. Kaplan e Bernays, 1997.
48. Ornstein, 2004.
49. Lieberman, 2000.
50. Administração do Seguro Social dos Estados Unidos, 2006.
51. Barry e Harper, 1993; Lieberman, Dumais e Baumann, 2000; Wattenberg, 2005.
52. Lieberman, 2000; Ornstein, 2004; Wattenberg, 2005.
53. S. Pinker, "The game of the name", *The New York Times*, 3 de abril de 1994.
54. Gladwell, 2000.
55. Aunger, 2000; Blackmore, 1999; Dawkins, 1976/1989; Sperber, 1985.
56. Schelling, 1978, pp. 27-8.

7. AS SETE PALAVRAS QUE NÃO PODEM SER DITAS NA TELEVISÃO (pp. 368-424)

1. Allan e Burrridge, 1991; Dooling, 1996; Hughes, 1991/1998; Jay, 2000; Wajnryb, 2005.
2. Bruce, 1965/1991.
3. Kennedy, 2002.
4. Denfeld, 1995; Dooling, 1996; Patai, 1998; Saporta, 1994.
5. Allan e Burrridge, 1991; Jay, 2000; Wajnryb, 2005.
6. Allan e Burrridge, 1991; Jay, 2000; Wajnryb, 2005.
7. Hughes, 1991/1998.
8. Hughes, 1991/1998, p. 3.
9. Do CD que acompanha Collins e Skover, 2002.
10. Hughes, 1991/1998.
11. Allan e Burrridge, 1991; Jay, 2000; Wajnryb, 2005.
12. Hughes, 1991/1998.
13. Allan e Burrridge, 1991; Aman, 1987; Crystal, 1997; Jay, 2000; Wajnryb, 2005.
14. Wajnryb, 2005, p. 223.
15. Aman, 1987; Solt, 1987.

16. Allan e Burrridge, 1991; Rosenblum e Pinker, 1983.
17. Osgood, Suci e Tannenbaum, 1957.
18. Beeman, 2005.
19. LeDoux, 1996; Panksepp, 1998.
20. Isenberg et al., 1999; LaBar e Phelps, 1998; Lewis et al., no prelo.
21. Harris, Gleason e Aycicegi, 2006; Jay, 2000; Matthew, Richards e Eysenck, 1989.
22. Harris, Gleason e Aycicegi, 2006.
23. Roelofs, no prelo.
24. MacKay et al., 2004.
25. Allan e Burrridge, 1991; Hughes, 1991 / 1998.
26. S. Pinker, "Racist language, real and imagined", *The New York Times*, 2 de fevereiro de 1999.
27. Dronkers, Pinker e Damasio, 1999.
28. Jay, 2000; Van Lancker e Cummings, 1999.
29. Van Lancker e Cummings, 1999.
30. Jay, 2000; Van Lancker e Cummings, 1999; Van Lancker e Sidtis, 2006.
31. Dronkers, Pinker e Damasio, 1999; Pinker, 1997a; Pinker, 1999.
32. Etcoff, 1986.
33. Wise, Murray e Gerfen, 1996.
34. Ullman et al., 1997.
35. Speedie, Wertman e Heilman, 1993.
36. Singer, 2005.
37. Jay, 2000; Van Lancker e Cummings, 1999.
38. Van Lancker e Cummings, 1999.
39. Wegner, 1989.
40. Allan e Burrridge, 1991; Hughes, 1991 / 1998.
41. Kiparsky, 1973.
42. Pinker, 1994b; Pinker, 1999.
43. Allan e Burrridge, 1991; Crystal, 2003.
44. Hughes, 1991 / 1998, pp. 22-23.
45. Allan e Burrridge, 1991; Hughes, 1991 / 1998.
46. Frank, 1988; Pinker, 1997b, cap. 6; Schelling, 1960.
47. Hughes, 1991 / 1998.
48. Allan e Burrridge, 1991; Hughes, 1991 / 1998.
49. Pinker, 2002, cap. 15; Tetlock et al., 2000.
50. Hughes, 1991 / 1998, p. 12.
51. Hughes, 1991 / 1998.
52. Allan e Burrridge, 1991.
53. Curtis e Biran, 2001, p. 21.
54. Allan e Burrridge, 1991; Harris, 1989; Rozin e Fallon, 1987.
55. Rozin e Fallon, 1987.
56. Citado de Curtis e Biran, 2001.
57. Curtis e Biran, 2001. Ver também Rozin e Fallon, 1987, e Pinker, 1997b, cap. 6.
58. Rozin e Fallon, 1987.

59. Curtis e Biran, 2001; Rozin e Fallon, 1987.
60. Do filme biográfico *Lenny*.
61. Buss, 1994; Symons, 1979.
62. Buss, 1994; Symons, 1979.
63. Hay, 2000; Van Lancker e Cummings, 1999; Wajnryb, 2005.
64. Denfeld, 1995; Dooling, 1996; Patai, 1998.
65. Dworkin, 1979, p. 133; citado em Denfeld, 1995, p. 23.
66. Allan e Burridge, 1991.
67. Citado em Hughes, 1991/1998.
68. Hughes, 1991/1998, p. 122.
69. Allan e Burridge, 1991; Aman, 1987.
70. Citado em Wajnryb, 2005, p. 48.
71. Levin, 1985; Levin, 1993; Pinker, 1989.
72. Os exemplos seguintes me são quase aceitáveis (no que diz respeito a sua gramática, não a seu uso): *Clarence fucked at the goat for three minutes but was interrupted by Old MacDonald* [Clarence fodeu no bode por três minutos mas foi interrompido pelo velho MacDonald] (conativo); *He fucked her in the armpit/He fucked her armpit* [Ele a fodeu no sovaco/ Ele fodeu o sovaco dela] (alternância de posse); *Goats fuck easily* [Bodes são fáceis de foder] (meio). Os seguintes não são: *John fucked a dildo into the goat* [John fodeu um vibrador no bode] (locativo de contato; compare com *John fucked the goat with a dildo* [John fodeu o bode com um vibrador], que dá certo); *At three o'clock, the goat fucked* [Às três horas, o bode fodeu] (anticausativo).
73. Quang Fuc Dong, 1971/1992b.
74. Sheidlower, 1995.
75. Zwicky et al., 1971/1992.
76. J. S. Farmer e W. E. Henley, *Slang and its analogues*, 1890-1904, citado em Hughes, 1991/1998, p. 271.
77. Quang Fuc Dong, 1971/1992a.
78. Nunberg, 2004. Alguns adjetivos, como *former* [antigo/anterior] e *alleged* [suposto] também são reprovados nesses testes, mas diferem de *fucking* [foder] sob outros aspectos.
79. Shad, 1971/1992.
80. Nunberg, 2004.
81. A entrevista continua:
ENTREVISTADOR: Who's your favorite Charlie's Angel? [Qual é sua pantera preferida?]
CLEESE: Noam Chomsky.
82. Obrigado, Geoffrey Pullum, pelo exemplo do laptop.
83. Quang Fuc Dong, 1971/1992a; Potts, 2005.
84. Potts, 2005.
85. Bryson, 1991, p. 211.
86. Quang Fuc Dong, 1971/1992a.
87. Yeung, Botvinick e Cohen, 2004.
88. Panksepp, 1998.
89. Dollard et al., 1939; Panksepp, 1998.
90. Panksepp, 1998.

91. Goffman, 1978.
92. Goffman, 1959.
93. Goffman, 1978.
94. Goffman, 1978, p. 814.
95. Code, no prelo; Darwin, 1874; Wray, 1998.
96. De uma resenha de livro numa edição recente de uma respeitada revista de opinião.
97. Larkin, 2003.
98. Harris, 1998, p. 350.

8. OS JOGOS QUE AS PESSOAS FAZEM (pp. 425-80)

1. *Os dois cavalheiros de Verona, A megera domada, Noite de reis, Como gostais, O mercador de Veneza, Címbelino, Conto de inverno, Medida por medida*. Cohen, 2004.
2. Allan e Burrdige, 1991; Brown e Levinson, 1987b.
3. Ver <www.phrases.org.uk/bulletin_board/12/messages/1223.html>.
4. Grice, 1975. Ver também Brown e Levinson, 1987b; Green, 1996; Holtgraves, 2002; Potts, 2005; Smith, 1982; Sperber e Wilson, 1986.
5. <www.laughlab.co.uk/>.
6. Dews, Kaplan e Winner, 1995; Winner e Gardner, 1993.
7. Brown e Levinson, 1987b. Ver também Brown, 1987; Brown e Gilman, 1972; Fraser, 1990; Green, 1996; Holtgraves, 2002.
8. Goffman, 1967.
9. Fiske, 1992; Fiske, 2004; Haslam, 2004; Holtgraves, 2002.
10. Muitas vezes atribuído, equivocadamente, a Mark Twain.
11. Ver Isaacs e Clark, 1990.
12. J. Gorman, "Like, uptalk?", *The New York Times Magazine*, 1993; reproduzido em Hirschberg e Hirschberg, 1999.
13. Brown e Gilman, 1972.
14. Brown e Levinson, 1987b; Brown e Gilman, 1972.
15. Kaplan e Bernays, 1997.
16. Potter, 1950/1971, p. 190.
17. C. Murphy, "Feeling entitled?", *The Atlantic Monthly*, março de 2005.
18. Ver também Fraser, 2005, para uma avaliação cética.
19. J. Tierney, "The big city: You could look it up", *The New York Times*, 24 de setembro de 1995.
20. Nisbett e Cohen, 1996.
21. Clark, 1996; Clark e Schunk, 1980; Francik e Clark, 1985; Gibbs, 1986; Searle, 1975.
22. Brown e Levinson, 1987b; Grice, 1975; Potts, 2005.
23. Brown e Levinson, 1987a; Clark e Schunk, 1980; Fraser, 1990; Holtgraves, 2002.
24. Holtgraves, 2002.
25. Holtgraves, 2002.
26. Pinker, 2002.
27. Kasher, 1977; Sampson, 1982.

28. Schelling, 1960, pp. 139-142.
29. Dawkins e Krebs, 1978.
30. Alan Dershowitz, apresentação em um seminário sobre discurso indireto no Programa para a Dinâmica Evolutiva, Universidade Harvard, 16 de maio de 2006; Harvey Silverglate, comentários no mesmo seminário.
31. "Woman is found guilty of bribery to win a vote for rights proposal", *The New York Times*, 23 de agosto de 1980; "Woman convicted of vote bribe is ordered to do public service", *The New York Times*, 8 de novembro de 1980.
32. M. Langan, "The language of diplomacy", *Boston Globe*, 19 de abril de 2001.
33. Ver <http://en.wikipedia.org/wiki/UN_Security_Council_Resolution_242#Semantic_dispute>.
34. Max Bazerman, comunicação pessoal, 11 de abril de 2006.
35. B. Feiler, "Pocketful of dough", *Gourmet*, outubro de 2000.
36. Fiske, 1992; Fiske, 2004; Haslam, 2004. Para uma teoria semelhante projetada para explicar o desenvolvimento da personalidade de uma pessoa, ver *Não há dois iguais: Natureza humana e individualidade*, de Judith Harris.
37. Dawkins, 1976/1989.
38. Tooby e Cosmides, 1996.
39. Daly, Salmon e Wilson, 1997.
40. Ramachandran e Blakeslee, 1998; Wegner, 2002.
41. Fiske, 2004, p. 88.
42. Fiske e Tetlock, 1997; McGraw e Tetlock, 2005; Tetlock et al., 2000.
43. Dawkins, 1976/1989; Maynard Smith, 1988.
44. Schelling, 1960.
45. Porvine, 1996.
46. Pinker, 1997b, cap. 8.
47. Cosmides e Tooby, 1992.
48. Sowell, 1980.
49. Fiske e Tetlock, 1997; McGraw e Tetlock, 2005; Tetlock et al., 2000.
50. Buss, 1994; Symons, 1979.
51. Rosovsky, 1990.
52. Brown, 1996, p. 8.
53. Brown e Levinson, 1987b. Ver também Clark, 1996; Isaacs e Clark, 1990.
54. Schelling, 1960.
55. Schelling, 1960, p. 67.
56. Schelling, 1960, p. 71.
57. Clark e Brennan, 1991; Clark e Marshall, 1991; Lewis, 1969; Schelling, 1960; Schiffer, 1972; Smith, 1982; Stalnaker, 1978; Vanderschraaf e Sillari, 2005. A terminologia é confusa: alguns autores usam "conhecimento mútuo" para se referir ao conhecimento individual idêntico (que para mim devia ser chamado de "conhecimento compartilhado") e reservam "conhecimento em comum" para o caso em que as pessoas *sabem* que seu conhecimento é compartilhado (o que eu chamo de "conhecimento mútuo"). Outros usam os termos de forma intercambiável. Como o significado da palavra *mútuo* capta melhor o conceito central, comparado ao significado da palavra *comum*, e como

conhecimento em comum é também um termo do vernáculo para o conhecimento individual compartilhado, ficarei com *conhecimento mútuo*.

58. Vanderschraaf e Sillari, 2005.

59. Clark, 1996.

60. Sperber e Wilson, 1986.

61. Gigerenzer, 2004; Schelling, 1960. O termo “ignorância racional” vem do filósofo Sylvain Bromberger (Bromberger, 1992), embora em referência a um outro conceito.

62. Gigerenzer, 2004.

63. Schelling, 1960.

9. FUGINDO DA CAVERNA (pp. 481-95)

1. De *Great dialogues of Plato: Complete texts of the “Republic”, “Apology”, “Crito”, “Phaido”, “Ion”, and “Meno”*, vol. 1, ed. Warmington e Rouse (Nova York: Signet Classics, 1999), p. 316.

2. Shtulman, 2006.

3. Sowell, 1980; Sowell, 1996.

4. Chua, 2003.

5. Pinker, 2007.

6. Tetlock, 1999.

7. <www.overheardinnewyork.com>; <www.overheardintheoffice.com>.

8. Carey, 2008.

9. Cosmides e Tooby, 1996; Gigerenzer, 1991; Shtulman, 2006.

- ABARBANEL, L., LI, P., e PAPAFRAGOU, A. 2005. "Spatial language and reasoning in Tzeltal". Trabalho apresentado na reunião anual da Linguistics Society of America.
- ADAMS, D., e LLOYD, J. 1990. *The deeper meaning of Liff*. Nova York: Harmony Books.
- ALLAN, K. 1977. "Classifiers". *Language*, 53, 285-311.
- ALLAN, K., e BURRIDGE, K. 1991. *Euphemism and dysphemism: Language used as shield and weapon*. Nova York: Oxford University Press.
- ALLISON, H. E. 1973. *The Kant-Eberhard controversy: An English translation, together with supplementary materials*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- AMAN, R. 1987. *The best of Maledicta: The International Journal of Verbal Aggression*. Filadélfia: Running Press.
- ANDERSON, J. R. 1976. *Language, memory and thought*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- ANDERSON, J. R., e BOWER, G. H. 1973. *Human associative memory*. Nova York: Wiley.
- ANDERSON, S. R. 1971. "On the role of deep structure in semantic interpretation". *Foundations of Language*, 6, 197-219.
- APRESJAN, J. D. 1973. "Regular polysemy". *Linguistics*, 142, 5-32.
- ATTNEAVE, F. 1968. "Triangles of ambiguous figures". *American Journal of Psychology*, 81, 447-453.
- AUNGER, R. 2000. *Darwinizing culture: The status of memetics as a science*. Nova York: Oxford University Press.
- AYER, A. J. 1936. *Language, truth, and logic*. Nova York: Oxford University Press.
- BAAYEN, R. H., e F. M. P. 2005. "Semantic density and past-tense formation in three Germanic languages". *Language*, 81, 666-698.
- BACH, E. 1986. "The algebra of events". *Linguistics and Philosophy*, 9, 5-16.
- BADDELEY, A. D. 1986. *Working memory*. Nova York: Oxford University Press.
- BAKER, C. L. 1979. "Syntactic theory and the projection problem". *Linguistics Inquiry*, 10, 533-81.

- BARBOUR, J. B. 2000. *The end of time: The next revolution in physics*. Nova York: Oxford University Press.
- BARNER, D., e SNEDEKER, J. 2005. "Quantity judgments and individuation: Evidence that mass nouns count". *Cognition*, 97, 41-66.
- BARRY, H., e HARPER, A., 1993. "Feminization of unisex names from 1960 to 1990". *Names*, 41, 228-38.
- BARTHES, R. 1972. "To write: An intransitive verb?". Em MACKSEY, R., e DONATO, E. (eds.), *The languages of criticism and the science of man: The structuralist controversy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- BATES, E. 1976. *Language and context: The acquisition of pragmatics*. Nova York: Academic Press.
- BATES, E., e MACWHINNEY, B. 1982. "Functionalist approaches to grammar". Em WANNER, E., e GLEITMAN, L. R. (eds.), *Language acquisition: The state of the art*. Nova York: Cambridge University Press.
- BEEMAN, J.-J. 2005. "Bilateral brain processes for comprehending natural language". *Trends in Cognitive Science*, 9, 512-18.
- BEEMAN, W. O. 2001. "The elusive butterfly". *Iconicity in Language*. <<http://www.trismegistos.com/IconicityInLanguage/>>.
- BELL, Q. 1992. *On human finery*. Londres: Allison & Busby.
- BERENT, I., PINKER, S., e GHAVAMI, G. No prelo. "The dislike of regular plurals in compounds: Phonological familiarity or morphological constraint?". *The Mental Lexicon*.
- BERENT, I., PINKER, S., e SHIMRON, J. 1999. "Default nominal inflection in Hebrew: Evidence for mental variables". *Cognition*, 72, 1-44.
- . 2002. "The nature of regularity and irregularity: Evidence from Hebrew nominal inflection". *Journal of Psycholinguistic Research*, 31, 459-502.
- BERKELEY, G., 1713/1929. "Three dialogues between Hylas and Philonous". Em CALKINS, M. W. (ed.), *Berkeley selections*. Nova York: Scribners.
- BERKO, J. 1958. "The child's learning of English morphology". *Word*, 14, 150-77.
- BERTOLO, S. (ed.). 2001. *Language acquisition and learnability*. Nova York: Cambridge University Press.
- BICKERTON, D. 1990. *Language and species*. Chicago: University of Chicago Press.
- BIEDERMAN, J. 1995. "Visual object recognition". Em KOSSLYN, S. M., e OSHERSON, D. N. (eds.), *An invitation to cognitive science*, vol. 2: *Visual cognition and action*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- BLACKMORE, S. J. 1999. *The meme machine*. Nova York: Oxford University Press.
- BLAKEMORE, S.-J., e FRITH, U. 2005. *The learning brain: Lessons for education*. Malden, Mass.: Blackwell.
- BLANCHETTE, I., e DUNBAR, K. 2000. "How analogies are generated: The roles of structural and superficial similarity". *Memory & Cognition*, 28, 108-24.
- . 2001. "Analogy use in naturalistic settings: The influence of audience, emotion, and goals". *Memory & Cognition*, 29, 730-35.
- BLOCK, N. 1986. "Advertisement for a semantics for psychology". Em FRENCH, P. A., UEHLING, T. E., e WETTSTEIN, H. K. (eds.), *Midwest studies in philosophy: Studies in the philosophy of mind* (vol. 10). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BLOOM, P. 1994. "Syntax-semantics mappings as an explanation for some transitions in language development". Em LEVY, Y. (ed.), *Other children, other languages: Theoretical issues in language development*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- . 1996. "Possible individuals in language and cognition". *Current Directions in Psychological Science*, 5, 90-94.
- . 1999. *How children learn the meanings of words*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- BLOOM, P. 2003. *Descartes' baby: How the science of child development explains what makes us human*. Nova York: Basic Books.
- BOK, D. C. 2006. *Our underachieving colleges: A candid look at how much students learn and why they should be learning more*. Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- BORER, H. 2005a. *Structuring sense*, vol. 1: *In name only*. Nova York: Oxford University Press.
- . 2005b. *Structuring sense*, vol. 2: *The normal course of events*. Nova York: Oxford University Press.
- BORODITSKY, L. 2000. "Metaphoric structuring: Understanding time through spatial metaphors". *Cognition*, 75, 1-28.
- BORODITSKY, L. 2001. "Does language shape thought? Mandarin and English speakers' conceptions of time". *Cognitive Psychology*, 43, 1-22.
- BORODITSKY, L., e RAMSCAR, M. 2002. "The roles of body and mind in abstract thought". *Psychological Science*, 13, 185-88.
- BORREGINE, K. L., e KASCHAK, M. P. No prelo. "The action-sentence compatibility effect: It's all in the timing". *Cognitive Science*.
- BOUDIN, M. 1986. "Antitrust doctrine and the sway of metaphor". *Georgetown Law Journal*, 75, 395-422.
- BOWDLE, B., e GENTNER, D. 2005. "The career of metaphor". *Psychological Review*, 112, 193-216.
- BOWERMAN, M. 1982a. "Evaluating competing linguistic models with language acquisition data: Implications of developmental errors with causative verbs". *Quaderni di Semantica*, 3, 5-66.
- . 1982b. "Reorganizational processes in lexical and syntactic development". Em WAN-
NER, E., e GLEITMAN, L. R. (eds.), *Language acquisition: The state of the art*. Nova York: Cam-
bridge University Press.
- . 1983. "Hidden meanings: The role of covert conceptual structures in children's develop-
ment of language". Em ROGERS, D. R., e SLOBODA, J. A. (eds.), *The acquisition of symbolic
skills*. Nova York: Plenum.
- . 1988. "The 'no negative evidence' problem: How do children avoid constructing an overly
general grammar?". Em HAWKINS, J. A. (ed.), *Explaining language universals*. Malden, Mass.:
Blackwell.
- BOWERMAN, M., e LEVINSON, S. C. 2001. "Introduction". Em BOWERMAN, M., e LEVINSON, S. C. (eds.),
Language acquisition and conceptual development. Nova York: Cambridge University Press.
- BOYD, R. 1993. "Metaphor and theory change: What is 'metaphor' a metaphor for?". Em ORTONY, A.
(ed.), *Metaphor and thought* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- BRAINE, M. D. S. 1971. "On two types of models of the internalization of grammars". Em SLOBIN, D.
I. (ed.), *The ontogenesis of grammar: A theoretical symposium*. Nova York: Academic Press.
- BRANSFORD, J. D., e FRANKS, J. J. 1971. "The abstraction of linguistic ideas". *Cognitive Psychology*, 2, 331-
50.
- BREEDIN, S. D., e SAFFRAN, E. M. 1999. "Sentence processing in the face of semantic loss: A case
study". *Journal of Experimental Psychology: General*, 128, 547-62.
- BREGMAN, A. S. 1990. *Auditory scene analysis: The perceptual organization of sound*. Cambridge, Mass.:
MIT Press.
- BRESNAN, J. 2005. "Is knowledge of syntax probabilistic? Experiments with the English dative alter-
nation". Em KEPSEK, S., e REIS, M. (eds.), *Linguistic evidence: Empirical, theoretical and compu-
tational perspectives*. Nova York: Mouton de Gruyter.
- BRESNAN, J., CUENI, A., NIKITINA, T., e BAAYEN, R. H. No prelo. "Predicting the dative alternation". Em

- BOURNE, G., KRAEMER, I., e ZWARTS, J. (eds.), *Cognitive foundations of interpretation*. Amsterdã: Academia Real Holandesa de Ciência.
- BRESNAN, J., e NIKITINA, T. 2003. "On the gradience of the dative alternation". Original inédito, Departamento de Linguística, Universidade Stanford.
- BROMBERGER, S. 1992. *On what we know we don't know: Explanation, theory, linguistics, and how questions shape them*. Chicago: University of Chicago Press.
- BROWN, D. E. 1991. *Human universals*. Nova York: McGraw-Hill.
- BROWN, P., e LEVINSON, S. C. 1987a. "Introduction to the reissue: A review of recent work". Em *Politeness: Some universals in language use*. Nova York: Cambridge University Press.
- . 1987b. *Politeness: Some universals in language use*. Nova York: Cambridge University Press.
- BROWN, R. 1958. *Words and things*. Nova York: Free Press.
- . 1985. *Social psychology* (2ª ed.). Nova York: Free Press.
- . 1987. *Theory of politeness: An exemplary case*. Trabalho apresentado na Society of Experimental Social Psychologists.
- . 1996. *Against my better judgment: An intimate memoir of an eminent gay psychologist*. Binghamton, N. Y.: Haworth Press.
- BROWN, R., e GILMAN, A. 1972. "The pronouns of power and solidarity". Em *Psycholinguistics: Selected papers by Roger Brown*. Nova York: Free Press.
- BROWN, R. e HANLON, C. 1970. "Derivational complexity and order of acquisition in child speech". Em HAYES, J. R. (ed.), *Cognition and the development of language*. Nova York: Wiley.
- BRUCE, L. 1965/1991. *How to talk dirty and influence people: An autobiography*. Nova York: Simon & Schuster.
- BRUGMAN, C. 1988. *The story of over: Polysemy, semantics, and the structure of the lexicon*. Nova York: Garland.
- BRYSON, B. 1990. *The mother tongue: English and how it got that way*. Nova York: Morrow.
- BURCHFIELD, R. 1995. *The English language*. Nova York: Oxford University Press.
- BUSS, D. M. 1994. *The evolution of desire*. Nova York: Basic Books.
- BUTTERWORTH, B. 1999. *The mathematical brain*. Londres: Macmillan.
- BYBEE, J. L. 1985. *Morphology: A study of the relation between meaning and form*. Filadélfia: John Benjamins.
- BYBEE, J. L., PERKINS, R., e PAGLIUCA, W. 1994. *The evolution of grammar: Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press.
- CAREY, S., 2008. *Origins of concepts*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CARLSON, L., e VAN DER ZEE, E. (eds.). 2005. *Functional features in language and space*. Nova York: Oxford University Press.
- CARTER, R. J. 1976. "Some constraints on possible words". *Semantikos*, 1, 27-66.
- . 1988. "Some linking regularities". Em LEVIN, B., e TENNY, C. (eds.), *On linking: Papers by Richard Carter* (trabalho nº 25 do Lexicon Project). Cambridge, Mass.: MIT Center for Cognitive Science.
- CASASANTO, D. 2005. "Crying 'Whorf'" (carta). *Science*, 307, 1721-722.
- CASATI, R. 2006. "The cognitive science of holes and cast shadows". *Trends in Cognitive Science*, 10, 54-5.
- CATRABONE, R., e HOLYOAK, K. J. 1989. "Overcoming contextual limitations on problem-solving

- transfer". *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 15, 1147-156.
- CAVE, K. R., PINKER, S., GIORGI, L., THOMAS, C., HELLER, L., WOLFE, J. M., e LIN, H. 1994. "The representation of location in visual images". *Cognitive Psychology*, 26, 1-32.
- CHAPMAN, L. J., e CHAPMAN, J. 1982. "Test results are what you think they are". Em KAHNEMAN, D., SLOVIC, P., e TVERSKY, A. (eds.), *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*. Nova York: Cambridge University Press.
- CHI, M. T. H., FELTOVICH, P., e GLASER, R. 1981. "Categorization and representation of physics problems by experts and novices". *Cognitive Science*, 5, 121-62.
- CHIERCHIA, G. 1998. *Plurality of mass nouns and the notion of "semantic parameter"*. Boston: Kluwer.
- CHIERCHIA, G., e MCCONNELL-GINET, S. 2000. *Meaning and grammar: An introduction to semantics* (2ª ed.). Cambridge, Mass.: MIT Press.
- CHOMSKY, N. 1965. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1972a. *Language and mind* (edição ampliada). Nova York: Harcourt Brace. [*Linguagem e mente*. Brasília: UnB].
- . 1972b. *Studies on semantics in generative grammar*. Haia: Mouton.
- . 1981. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Holanda: Foris.
- . 1988. *Language and problems of knowledge: The Managua lectures*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 2000. *New horizons in the study of language and mind*. Nova York: Cambridge University Press. [*Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: Unesp].
- CHUA, A. 2003. *World on fire: How exporting free market democracy breeds ethnic hatred and global instability*. Nova York: Doubleday.
- CHUNG, T. T. R., e GORDON, P. 1998. "The acquisition of Chinese dative constructions". Trabalho apresentado na Conferência sobre Desenvolvimento da Linguagem na Universidade de Boston, Boston.
- CLANCY, J. J. 1989. *The invisible powers: The language of business*. Lexington, Mass.: Lexington Books.
- CLARK, H. H. 1996. *Using language*. Nova York: Cambridge University Press.
- CLARK, H. H., e BRENNAN, S. E. 1991. "Grounding in communication". Em RESNICK, L. B., LEVINE, J. M., e TEASLEY, S. D. (eds.), *Perspectives on socially shared cognition*. Washington, D. C.: American Psychological Association.
- CLARK, H. H., e MARSHALL, C. R. 1991. "Definite reference and mutual knowledge". Em JOSHI, A. K., WEBBER, B. L., e SAG, I. A. (eds.), *Elements of discourse understanding*. Nova York: Cambridge University Press.
- CLARK, H. H., e SCHUNK, D. 1980. "Polite responses to polite requests". *Cognition*, 8, 111-43.
- CODE, C. No prelo. "First in, last out? The evolution of aphasic lexical speech automatisms to agrammatism and the evolution of human communication". *Interaction Studies*.
- COHEN, D. B. 2004. "Plays of genius: A psychological exploration of Shakespeare's ten great themes". Original inédito, Departamento de Psicologia, Universidade do Texas.
- COHEN, L. B., AMSEL, G., REDFORD, M. A., e CASASOLA, M. 1998. "The development of infant causal perception". Em SLATER, A. (ed.), *Perceptual development: Visual, auditory, and speech perception in infancy*. East Sussex, Reino Unido: Psychology Press.
- COLE, P. (ed.). 1981. *Radical pragmatics*. Nova York: Academic Press.

- COLLINS, R. K. L., e SKOVER, D. M. 2002. *The trials of Lenny Bruce: The fall and rise of an American icon*. Naperville, Ill.: Sourcebooks.
- COMRIE, B. 1976. *Aspect*. Nova York: Cambridge University Press.
- . 1985a. "Causative verb formation and other verb-deriving morphology". Em SHOPEN, T. (ed.), *Language typology and syntactic description III: Grammatical categories and the lexicon*. Nova York: Cambridge University Press.
- . 1985b. *Tense*. Nova York: Cambridge University Press.
- CORBALLIS, M. C., e BEALE, I. L. 1976. *The psychology of left and right*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- COSMIDES, L., e TOOBY, J. 1992. "Cognitive adaptations for social exchange". Em BARKOW, J. H., COSMIDES, L., e TOOBY, J. (eds.), *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*. Nova York: Oxford University Press.
- . 1996. "Are humans good intuitive statisticians after all? Rethinking some conclusions from the literature on judgment under uncertainty". *Cognition*, 58, 1-73.
- COVENTRY, K. R., e GARROD, S. C. 2004. *Saying, seeing, and acting: The psychological semantics of spatial prepositions*. Nova York: Psychology Press.
- CROFT, W. No prelo. *Verbs: Aspect and argument structure*. Nova York: Oxford University Press.
- CROFT, W., e THE MANCHESTER COGNITIVE COLLECTIVE. 2001. "Discriminating verb meanings: The case of transfer verbs". Trabalho apresentado na conferência Aquisição de Linguagem, na Grã-Bretanha.
- CRYSTAL, D. 1997. *The Cambridge encyclopedia of language* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- . 2003. *The Cambridge encyclopedia of the English language* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- CURTIS, V., e BIRAN, A. 2001. "Dirt, disgust, and disease: Is hygiene in our genes?". *Perspectives in Biology and Medicine*, 44, 17-31.
- CUSHING, S. 1994. *Fatal words: Communication clashes and aircraft crashes*. Chicago: University of Chicago Press.
- DALY, M., SALMON, C., e WILSON, M. 1997. "Kinship: The conceptual hole in psychological studies of social cognition and close relationships". Em SIMPSON, J., e KENRICK, D. (eds.), *Evolutionary social psychology*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- DARWIN, C. 1874. *The descent of man, and selection in relation to sex* (2ª ed.). Nova York: Hurst & Company. [A origem do homem e a seleção sexual. Belo Horizonte: Itatiaia].
- DAWKINS, R. 1976/1989. *The selfish gene* (nova edição). Nova York: Oxford University Press. [O gene egoísta (nova edição). São Paulo: Companhia das Letras].
- . 1986. *The blind watchmaker: Why the evidence of evolution reveals a universe without design*. Nova York: Norton. [O relojoeiro cego. São Paulo: Companhia das Letras].
- . 1998. *Unweaving the rainbow: Science, delusion, and the appetite for wonder*. Boston: Houghton Mifflin. [Desvendando o arco-íris. São Paulo: Companhia das Letras, 2000].
- DAWKINS, R., e KREBS, J. R. 1978. "Animal signals: Information or manipulation?". Em KREBS, J. R., e DAVIES, N. B. (eds.), *Behavioral ecology*. Malden, Mass.: Blackwell.
- DEHAENE, S. 1997. *The number sense: How the mind creates mathematics*. Nova York: Oxford University Press.

- DEHAENE, S., SPELKE, L., PINEL, P., STANESCU, R., e TSIVKIN, S. 1999. "Sources of mathematical thinking: Behavioral and brain-imaging evidence". *Science*, 284, 970-74.
- DENFELD, R. 1995. *The new Victorians: A young woman's challenge to the old feminist order*. Nova York: Warner Books.
- DENNETT, D. C. 1997. "Darwinian fundamentalism: An exchange". *New York Review of Books*, 44.
- DENNY, J. P. 1976. "What are noun classifiers good for?". *Papers from the Twelfth Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*.
- DESHOWITZ, A. 2005. "The marketplace of ideas: Know who you are listening to or reading: The Norman Finkelstein Top Ten Lists".
- DEVLIN, K. 2000. *The math gene: How mathematical thinking evolved and why numbers are like gossip*. Nova York: Basic Books. [O gene da matemática. Rio de Janeiro: Record].
- DEWS, S., KAPLAN, J., e WINNER, E. 1995. "Why not say it directly? The social functions of irony". *Discourse Processes*, 19, 347-67.
- DI SCIULLO, A. M., e WILLIAMS, E. 1987. *On the definition of word*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- DIXON, R. M. W. 2000. "A typology of causatives: Form, syntax, and meaning". Em DIXON, R. M. W., e AIHENVOLD, A. Y. (eds.), *Changing valency*. Nova York: Cambridge University Press.
- DOLLARD, J., MILLER, N. E., DOOB, L., W. MOWRER, O. H., e SEARS, R. R. 1939. *Frustration and aggression*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- DOOLING, R. 1996. *Blue streak: Swearing, free speech, and sexual harassment*. Nova York: Random House.
- DOWE, P. 2000. *Physical causation*. Nova York: Cambridge University Press.
- DOWTY, D. R. 1979. "Dative 'movement' and Thomason's extensions of Montague Grammar". Em DAVIS, S., e MITHUN, M. (eds.), *Linguistics, philosophy, and Montague Grammar*. Austin: University of Texas Press.
- . 1979/1991. *Word meaning and Montague Grammar: The semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ*. Boston: Kluwer.
- . 1982. "Tenses, time adverbs, and compositional semantic theory". *Linguistics and Philosophy*, 5, 23-55.
- DRONKERS, N., PINKER, S., e DAMASIO, A. R. 1999. "Language and the aphasias". Em KANDEL, E. R., SCHWARTZ, J. H., e JESSELL, T. M. (eds.), *Principles of neural science* (4ª ed.). Norwalk, Conn.: Appleton & Lange. [Princípios da neurociência. São Paulo: Manole].
- DRUKS, J., e MASTERSON, J., 2003. "The neural basis of verbs". *Journal of Neurolinguistics*, 16 (edição especial).
- DRYER, M. S. 1986. "Primary objects, secondary objects, and antidative". *Language*, 62, 808-845.
- DUNBAR, K. 2001. "The analogical paradox: Why analogy is so easy in naturalistic settings yet so difficult in the psychological laboratory". Em GENTNER, D., HOLYOAK, K. J., e KOKINOV, B. N. (eds.), *The analogical mind: Perspectives from cognitive science*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- DUNCKER, K. 1945. "On problem solving". *Psychological Monographs*, 58.
- DWORKIN, A. 1979. *Pornography: Men possessing women*. Nova York: Penguin.
- ECO, U. 1995. *The search for the perfect language*. Malden, Mass.: Blackwell. [A busca da língua perfeita. São Paulo: Edusc].
- ETCOFF, N. L. 1986. "The neuropsychology of emotional expression". Em GOLDSTEIN, G., e TARTER, R. E. (eds.), *Advances in clinical neuropsychology* (vol. 3). Nova York: Plenum.

- ETCOFF, N. L. 2008. *Liking, wanting, having, being: The science of happiness*. Nova York: Farrar, Straus & Giroux.
- EVERETT, D. 2005. "Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã: Another look at the design features of human language". *Current Anthropology*, 46, 621-46.
- FAIRHURST, G. T., e SARR, R. A. 1996. *The art of framing: Managing the language of leadership*. San Francisco: Jossey-Bass.
- FAREH, S., e HAMDAN, J. 2000. "Locative alternation in English and Jordanian spoken Arabic". *Papers and Studies in Contrastive Linguistics*, 36, 71-93.
- FEIST, M. I., e GENTNER, D. 1998. "On plates, bowls, and dishes: Factors in the use of English IN and ON". Trabalho apresentado na Vigésima Conferência Anual da Cognitive Science Society.
- FILLMORE, C. 1967. "The grammar of hitting and breaking". Em JACOBS, R., e ROSENBAUM, P. (eds.), *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Mass.: Ginn.
- . 1968. "The case for case". Em BACH, E., e HARMS, R. J. (eds.), *Universals in linguistic theory*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- FISKE, A. P. 1992. "The four elementary forms of sociality: Framework for a unified theory of social relations". *Psychological Review*, 99, 689-723.
- FISKE, A. P. 2004. "Four modes of constituting relationships: Consubstantial assimilation; space, magnitude, time, and force; concrete procedures; abstract symbolism". Em HASLAM, N. (ed.), *Relational models theory: A contemporary overview*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- FISKE, A. P., e TETLOCK, P. E. 1997. "Taboo trade-offs: Reactions to transactions that transgress the spheres of justice". *Political Psychology*, 18, 255-97.
- FLAUBERT, G. 1857/1998. *Madame Bovary: Life in a country town* (trad. G. Hopkins). Nova York: Oxford University Press. [*Madame Bovary*, tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria].
- FODOR, J. A., 1968. *Psychological explanation: An introduction to the philosophy of psychology*. Nova York: Random House.
- . 1970. "Three reasons for not deriving 'kill' from 'cause to die'". *Linguistics Inquiry*, 1, 429-438.
- . 1975. *The language of thought*. Nova York: Crowell.
- . 1981a. "The present status of the innateness controversy". Em FODOR, J. A. (ed.), *RePresentations*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1981b. *RePresentations: Philosophical essays on the foundations of cognitive science*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1987. *Psychosemantics: The problem of meaning in the philosophy of mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1994. *The elm and the expert: Mentalese and its semantics*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1998. *Concepts: Where cognitive science went wrong*. Nova York: Oxford University Press.
- . 2000. *The mind doesn't work that way: The scope and limits of computational psychology*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 2001. "Doing without what's within: Fiona Cowie's critique of nativism". *Mind*, 110, 99-148.
- , GARRETT, M. F., WALKER, E. C. T., e PARKES, S. 1980. "Against definitions". *Cognition*, 8, 263-367.

- FODOR, J. A., e PYLYSHYN, Z. 1988. "Connectionism and cognitive architecture: A critical analysis". *Cognition*, 28, 3-71.
- FODOR, J. D., e CRAIN, S. 1987. "Simplicity and generality of rules in language acquisition". Em MACWHINNEY, B. (ed.), *Mechanisms of language acquisition*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- FOLEY, W. A., e VAN VALIN, R. D. 1985. "Information packaging in the clause". Em SHOPEN, T. (ed.), *Language typology and syntactic description I: Clause structure*. Nova York: Cambridge University Press.
- FOOT, P. 1978. *Virtues and vices and other essays in moral philosophy*. Berkeley: University of California Press.
- FRANCIK, E. P., e CLARK, H. H. 1985. "How to make requests that overcome obstacles to compliance". *Journal of Memory and Language*, 24, 560-68.
- FRANCIS, N., e KUCERA, H. 1982. *Frequency analysis of English usage: Lexicon and grammar*. Boston: Houghton Mifflin.
- FRANK, R. H. 1988. *Passions within reason: The strategic role of the emotions*. Nova York: Norton.
- FRASER, B. 1990. "Perspectives on politeness". *Journal of Pragmatics*, 14, 219-36.
- . 2005. "Whither politeness". Em LAKOFF, R. T., e IDE, S. (eds.), *Broadening the horizon of linguistic politeness*. Filadélfia: John Benjamins.
- FUKUI, N., MIYAGAWA, S., e TENNY, C. 1985. *Verb classes in English and Japanese: A case study in the interaction of syntax, morphology, and semantics*. Trabalho n° 3 do Lexicon Project. Cambridge, Mass.: MIT Center for Cognitive Science.
- GARDNER, M. 1990. *The new ambidextrous universe*. Nova York: W. H. Freeman.
- GELMAN, R., e GALLISTEL, C. R. 1978. *The child's understanding of number*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 2004. "Language and the origin of numerical concepts". *Science*, 306, 441-443.
- GENTNER, D. 1975. "Evidence for the psychological reality of semantic components: The verbs of possession". Em NORMAN, D. A., e RUMELHART, D. E. (eds.), *Explorations in cognition*. San Francisco: W. H. Freeman.
- . 1981. "Some interesting differences between verbs and nouns". *Cognition and Brain Theory*, 4, 161-78.
- . 1983. "Structure-mapping: A theoretical framework for analogy". *Cognitive Science*, 7, 155-170.
- GENTNER, D., BOWDLE, B., WOLFF, P., e BORONAT, C. 2001. "Metaphor is like analogy". Em GENTNER, D., HOLYOAK, K. J., e KOKINOV, B. N. (eds.), *The analogical mind: Perspectives from cognitive science*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- GENTNER, D., e GOLDIN-MEADOW, S. (eds.). 2003. *Language in mind: Advances in the study of language and thought*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- GENTNER, D., e JEZIORSKI, M. 1989. "Historical shifts in the use of analogy in science". Em GHOLSON, B., SHADISH, W. R., BEIMEYER, R. A., e HOUTS, A. (eds.), *The psychology of science: Contributions to metascience*. Nova York: Cambridge University Press.
- GENTNER, D., RATTERMAN, M. J., e FORBUS, K. D. 1993. "The roles of similarity in transfer: Separating retrievability from inferential soundness". *Cognitive Psychology*, 25, 524-75.
- GERGELY, G., e BEVER, T. G. 1986. "Relatedness intuitions and mental representations of causative verbs". *Cognition*, 23, 211-77.

- GIBBS, R. 1986. "What makes some speech acts conventional?". *Journal of Memory and Language*, 25, 181-96.
- GICK, M., e HOLYOAK, K. J. 1980. "Analogical problem solving". *Cognitive Psychology*, 12, 306-55.
- GIGERENZER, G. 1991. "How to make cognitive illusions disappear: Beyond heuristics and biases". *European Review of Social Psychology*, 2, 83-115.
- . 2004. "Gigerenzer's law of indispensable ignorance". *Edge*. <<http://www.edge.org/q2004/page2.html#gigerenzer>>.
- GILBERT, D. 2006. *Stumbling on happiness*. Nova York: Knopf.
- GIRALT, N., e BLOOM, P. 2000. "How special are objects? Children's reasoning about objects, parts, and wholes". *Psychological Science*, 11, 497-501.
- GLADWELL, M. 2000. *The tipping point: How little things make big differences*. Boston: Little, Brown. [O ponto de desequilíbrio: Como pequenas coisas podem fazer uma grande diferença. Rio de Janeiro: Rocco].
- GLEITMAN, L. R., LI, P., PAPAFRAGOU, A., GALLISTEL, C. R., e ABARBANEL, L. 2005. "Spatial reasoning and cognition: Cross-linguistic studies". Apresentação de slides inédita, Departamento de Psicologia, Universidade da Pensilvânia.
- GLEITMAN, L. R., e PAPAFRAGOU, A. 2005. Language and thought. Em HOLYOAK, K., e MORRISON, B. (eds.), *Cambridge handbook of thinking and reasoning*. Nova York: Cambridge University Press.
- GLUCKSBERG, S., e DANKS, J. 1968. "Effects of discriminative labels and of nonsense labels upon availability of novel function". *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 7, 72-6.
- GOFFMAN, E. 1959. *The presentation of self in everyday life*. Nova York: Doubleday. [A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes].
- . 1967. "On face-work: An analysis of ritual elements in social interaction". Em *Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior*. Nova York: Random House.
- , 1978. "Response cries". *Language*, 54, 787-815.
- GOLD, E. M. 1967. "Language identification in the limit". *Information and Control*, 16, 447-74.
- GOLDBERG, A. 1995. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 2005. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. Nova York: Oxford University Press.
- GOLDSTEIN, R. 1983. *The mind-body problem: A novel*. Nova York: Random House.
- . 2005. *Incompleteness: The proof and paradox of Kurt Gödel*. Nova York: Norton.
- GOLDVARG, E., e JOHNSON-LAIRD, P. N. 2001. "Naive causality: A mental model theory of causal meaning and reasoning". *Cognitive Science*, 25, 565-610.
- GOODALE, M. A., e MILNER, A. D. 2004. *Sight unseen: An exploration of conscious and unconscious vision*. Nova York: Oxford University Press.
- GOODMAN, N. 1983. *Fact, fiction, and forecast*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- GOPNIK, A., GLYMOUR, C., SOBEL, D. M., SCHULZ, L. E., KUSHNIR, T., e DANKS, D. 2004. "A theory of causal learning in children: Causal maps and Bayes nets". *Psychological Review*, 11, 3-32.
- GORDON, P. 2004. "Numerical cognition without words: Evidence from Amazonia". *Science*, 306, 496-99.
- GOULD, S. J. 1980. "Natural selection and the human brain: Darwin vs. Wallace". Em *The panda's thumb*. Nova York: Norton. [O polegar do panda. São Paulo: Martins Fontes].

- GREEN, G. M. 1974. *Semantics and syntactic regularity*. Bloomington: Indiana University Press.
- . 1996. *Pragmatics and natural language understanding* (2ª ed.). Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- GREENE, J. D. 2002. "The terrible, horrible, no good, very bad truth about morality and what to do about it". Dissertação de doutorado inédita, Universidade de Princeton.
- GREENE, J. D., SOMMERVILLE, R. B., NYSTROM, L. E., DARLEY, J. M., e COHEN, J. D. 2001. "An fmri investigation of emotional engagement in moral judgment". *Science*, 293, 2105-108.
- GRICE, H. P. 1975. "Logic and conversation". Em COLE, P., e MORGAN, J. L. (eds.), *Syntax & semantics 3: Speech acts*. Nova York: Academic Press.
- GROPEN, J., PINKER, S., HOLLANDER, M., e GOLDBERG, R. 1991a. "Affectedness and direct objects: The role of lexical semantics in the acquisition of verb argument structure". *Cognition*, 41, 153-95.
- . 1991b. "Syntax and semantics in the acquisition of locative verbs". *Journal of Child Language*, 18, 115-51.
- , e WILSON, R. 1989. "The learnability and acquisition of the dative alternation in English". *Language*, 65, 203-57.
- GRUBER, J. 1965. "Studies in lexical relations". Dissertação de doutorado inédita, MIT. Republicada, em 1976, como *Lexical structures in syntax and semantics*. Amsterdã: North Holland.
- GUERRERO VALENZUELA, L. 2002. "Macroroles and double-object constructions in Yaqui". Original inédito, Departamento de Linguística, Universidade do Estado de Nova York em Buffalo.
- GUERSSEL, M. 1986. *On Berber verbs of change: A study of transitivity alternations* (Trabalho nº 9 do Lexicon Project). Cambridge, Mass.: MIT Center for Cognitive Science.
- GUMPERZ, J. J., e LEVINSON, S. C. (eds.). 1996. *Rethinking linguistic relativity*. Nova York: Cambridge University Press.
- HALL, R., e amigos. 1984. *Sniglets* (Snig'lit: Any word that doesn't appear in the dictionary, but should). Nova York: Collier.
- HALPERN, D. 2000. *Sex differences in cognitive abilities* (3ª ed.). Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- HARLOW, R. 1998. "Some languages are just not good enough". Em BAUER, L., e TRUDGILL, P. (eds.), *Language myths*. Nova York: Penguin.
- HARRIS, C. L., GLEASON, J. B., e AYCICEGI, A. 2006. "When is a first language more emotional? Psychophysiological evidence from bilingual speakers". Em PAVLENKO, A. (ed.), *Bilingual minds: Emotional experience, expression, and representation*. Clevedon, Reino Unido: Multilingual Matters.
- HARRIS, J. R. 1998. *The nurture assumption: Why children turn out the way they do*. Nova York: Free Press. [Diga-me com quem anda... Rio de Janeiro: Objetiva].
- . 2006. *No two alike: Human nature and human individuality*. Nova York: Norton. [Não há dois iguais: Natureza humana e individualidade. São Paulo: Globo].
- HARRIS, M. 1989. *Our kind: The evolution of human life and culture*. Nova York: Harper-Collins.
- HARRIS, R. A. 1993. *The linguistic wars*. Nova York: Oxford University Press.
- HASLAM, N. (ed.). 2004. *Relation models theory: A contemporary overview*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- HASPELMATH, M. 1993. "More on the typology of inchoative/causative verb alternation". Em COMRIE, B., e POLINSKI, M. (eds.), *Causatives and transitivity*. Filadélfia: John Benjamins.
- HASPELMATH, M. 1997. *From space to time: Temporal adverbials in the world's languages*. Newcastle, Reino Unido: Lincom Europa.
- . 2005. "Argument marking in ditransitive alignment types". *Linguistic Discovery*, 3, 1-21.

- HAUSER, M. D. 1997. "Artifactual kinds and functional design features: What a primate understands without language". *Cognition*, 64, 285-308.
- . 2000. *Wild minds: What animals really think*. Nova York: Henry Holt.
- . 2006. *Moral minds*. Nova York: Ecco.
- HAUSER, M. D., CUSHMAN, F., YOUNG, L., KLANG-XING, J., e MIKHAIL, J. 2007. "A dissociation between moral judgements and justifications". *Mind and Language*, 22, 1-21.
- HAUSER, M. D., MACNEILAGE, P., e WARE, M. 1996. "Numerical representations in primates: Perceptual or arithmetic?". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 93, 1514-517.
- HAUSER, M. D., PEARSON, H. E., e SEELIG, D. 2002. "Ontogeny of tool use in cotton-top tamarins (*Saguinus oedipus*): Recognition of functionally relevant features in the absence of experience". *Animal Behavior*, 64, 299-311.
- HAUSER, M. D., e SPAULDING, B. 2006. "Monkeys generate causal inferences about possible and impossible physical transformations". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 103, 7181-185.
- HAWKING, S. W., e MLODINOW, L. 2005. *A briefer history of time*. Londres: Bantam. [*Uma nova história do tempo*. Rio de Janeiro: Ediouro].
- HILTON, D. J. 1995. "Logic and language in causal explanation". Em SPERBER, D., PREMACK, D., e PREMACK, A. (eds.), *Causal cognition: A multidisciplinary debate*. Nova York: Oxford University Press.
- HINTON, G. E., e PARSONS, L. M. 1981. "Frames of reference and mental imagery". Em LONG, J., e BADDELEY, A. (eds.), *Attention and performance IX*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- HIRSCHBERG, S., e HIRSCHBERG, T. (eds.). 1999. *Reflections on language*. Nova York: Oxford University Press.
- HIRSCHBÜHLER, P. 2003. "Cross-linguistic variation patterns in the locative alternation". Trabalho apresentado no 13º Colóquio sobre Gramática Gerativa, Ciudad Real, Madri.
- HIRSCHBÜHLER, P., e MCHOMBO, S. 2006. "The location object construction in Romance and Bantu: Applicatives or not?". *The Bantu-Romance Connection*. <http://www.modern.lang.leeds.ac.uk/BantuRom/index.php?option=com_content&task=view&id=35&Itemid=40>.
- HIRSCHFELD, L. A., e GELMAN, S. A. 1994. "Toward a topography of mind: An introduction to domain specificity". In HIRSCHFELD, L. A., e GELMAN, S. A. (eds.), *Mapping the mind: Domain-specificity in cognition and culture*. Nova York: Cambridge University Press.
- HOLTGRAVES, T. M. 2002. *Language as a social action*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- HOLYOAK, K. J., e THAGARD, P. 1996. *Mental leaps: Analogy in creative thought*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- HUGHES, G. 1991/1998. *Swearing: A social history of foul language, oaths, and profanity in English*. Nova York: Penguin.
- HULL, D. L. 1989. *The metaphysics of evolution*. Albany: State University of New York Press.
- HUME, D. 1740/1955. "An abstract of a treatise of human nature". Em *An inquiry concerning human understanding: With a supplement, An abstract of a treatise of human nature*. Indianápolis: Bobbs-Merrill. [*Resumo de um tratado da natureza humana*. Porto Alegre: Paraula].
- HUME, D. 1748/1999. *An enquiry concerning human understanding*. Nova York: Oxford University Press. [*Investigações sobre o entendimento humano*. São Paulo: Unesp].
- ISAACS, E. A., e CLARK, H. H. 1990. "Ostensible invitations". *Language in Society*, 19, 493-509.
- ISENBERG, L., NISSEN, M. J., e MARCHAK, L. C. 1990. "Attentional processing and the independence of

- color and orientation". *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 16, 869-78.
- ISENBERG, N., SILBERSWEIG, D., ENGELIEN, A., EMMERICH, K., MALAVADE, K., BEATI, B., et al. 1999. "Linguistic threat activates the human amygdala". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 96, 10456-459.
- JACKENDOFF, R. 1978. "Grammar as evidence for conceptual structure". Em HALLE, M., BRESNAN, J., e MILLER, G. A. (eds.), *Linguistic theory and psychological reality*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1983. *Semantics and cognition*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1987. *Consciousness and the computational mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1990. *Semantic structures*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1991. "Parts and boundaries". *Cognition*, 41, 9-45.
- . 1992. *Language of the mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1997a. *The architecture of the language faculty*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1997b. "How language helps us think". Em *The architecture of the language faculty*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 2002. *Foundations of language: Brain, meaning, grammar, evolution*. Nova York: Oxford University Press.
- JACKENDOFF, R., e AARON, D. 1991. Resenha de "More than cool reason: A field guide to poetic metaphor", de Lakoff e Turner. *Language*, 67, 320-39.
- JAMES, W. 1890/1950. *The principles of psychology*. Nova York: Dover.
- . 1907/2005. *Pragmatism and the meaning of truth*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. [*Pragmatismo e outros textos* (inclui "Os princípios da psicologia"). São Paulo: Abril Cultural].
- JAY, T. 2000. *Why we curse: A neuro-psycho-social theory of speech*. Filadélfia: John Benjamins.
- JESPERSEN, O. 1938/1982. *Growth and structure of the English language*. Chicago: University of Chicago Press.
- KAHNEMAN, D. e TVERSKY, A. 1979. "Prospect theory: An analysis of decisions under risk". *Econometrica*, 47, 313-27.
- KANT, I. 1781/1998. *The critique of pure reason* (tradução de P. Guyer e A. W. Wood). Nova York: Cambridge University Press. [*Crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Ediouro].
- . 1783/1950. *Prolegomena to any future metaphysics*. Indianápolis: Bobbs-Merrill. [*Prolegômenos a toda metafísica futura*. São Paulo: Ícone].
- KAPLAN, J., e BERNAYS, A. 1997. *The language of names*. Nova York: Simon & Schuster.
- KASHER, A. 1977. "Foundations of philosophical pragmatics". Em BUTTS, R. E., e HINTIKKA, J. (eds.), *Basic problems of methodology and linguistics*. Dordrecht, Holanda: Reidel.
- KATZ, L. 1987. *Bad acts and guilty minds: Conundrums of criminal law*. Chicago: University of Chicago Press.
- KAY, P., e KEMPTON, W. 1984. "What is the Sapir-Whorf hypothesis?". *American Anthropologist*, 86, 65-79.
- KEANE, M. 1987. "On retrieving analogues when solving problems". *Quarterly Journal of Experimental Psychology: Human Experimental Psychology*, 39, 29-41.
- KEMMERER, D. 2000a. "Grammatical relevant and grammatical irrelevant features of word meaning can be independently impaired". *Aphasiology*, 14, 997-1020.

- KEMMERER, D. 2000b. "Selective impairment of knowledge underlying prenominal adjective order: Evidence for the autonomy of grammatical semantics". *Journal of Neurolinguistics*, 13, 57-82.
- . 2003. "Why can you hit someone on the arm but not break someone on the arm? A neuropsychological of the English body-part possessor ascension construction". *Journal of Neurolinguistics*, 16, 13-36.
- . 2005. "The spatial and temporal meanings of English prepositions can be independently impaired". *Neuropsychologia*, 43, 797-806.
- . No prelo. "The semantics of space: Integrating linguistic typology and cognitive neuroscience". *Neuropsychologia*.
- KEMMERER, D., WEBER-FOX, C., PRICE, K., ZDANCZYK, C., e WAY, H. 2007. "'Big brown dog' or 'brown big dog'? An electrophysiological study of semantic constraints on prenominal adjective order". *Brain and Language*, 100, 238-56.
- KEMMERER, D., e WRIGHT, S. K. 2002. "Selective impairment of knowledge underlying unprefixation: Further evidence for the autonomy of grammatical semantics". *Journal of Neurolinguistics*, 15, 403-32.
- KENNEDY, R. 2002. *Nigger: The strange career of a troublesome word*. Nova York: Pantheon.
- KEYSAR, B., SHEN, Y., GLUCKSBERG, S., e HORTON, W. S. 2000. "Conventional language: How metaphorical is it?". *Journal of Memory and Language*, 43, 576-93.
- KEYSER, S. J., e ROEPER, T. 1984. "On the middle and ergative constructions in English". *Linguistic Inquiry*, 15, 381-416.
- KIM, J. J., MARCUS, G. F., PINKER, S., HOLLANDER, M., e COPPOLA, M. 1994. "Sensitivity of children's inflection to morphological structure". *Journal of Child Language*, 21, 173-209.
- KIM, J. J., PINKER, S., PRINCE, A., e PRASADA, S. 1991. "Why no mere mortal has ever flown out to center field". *Cognitive Science*, 15, 173-218.
- KIM, M. 1999. "A cross-linguistic perspective on the acquisition of locative verbs". Dissertação de doutorado inédita, Universidade de Delaware, Newark.
- KIPARSKY, P. 1973. "The role of linguistics in a theory of poetry". *Daedalus*, 102, 231-44.
- KITCHER, P. 1990. *Kant's transcendental psychology*. Nova York: Oxford University Press.
- KLEIN, D. E., e MURPHY, G. 2002. "Paper has been my ruin: Conceptual relations of polysemous senses". *Journal of Memory and Language*, 47, 548-70.
- KLEIN, D. E., e MURPHY, G. L. 2001. "The representation of polysemous words". *Journal of Memory and Language*, 45, 259-82.
- KOLODNER, J. L. 1997. "Educational implications of analogy". *American Psychologist*, 52, 57-66.
- KORDONI, V. 2003. "Locative alternation in Modern Greek: At the syntax-semantics interface". Trabalho apresentado na Sexta Conferência Internacional de Linguística Grega, Rethymno, Grécia.
- KÖRNER, S. 1955. *Kant*. Londres: Penguin Books.
- KOSSLYN, S. M. 1980. *Image and mind*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- KOSSLYN, S. M. 1987. "Seeing and imagining in the cerebral hemispheres: A computational approach". *Psychological Review*, 94, 184-175.
- KOSSLYN, S. M. 1994. *Image and brain: The resolution of the imagery debate*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- KOTOVSKY, K., HAYES, J. R., e SIMON, H. A. 1985. "Why are some problems hard? Evidence from the Tower of Hanoi". *Cognitive Psychology*, 17, 248-94.

- KEMMERER, D. 2000b. "Selective impairment of knowledge underlying prenominal adjective order: Evidence for the autonomy of grammatical semantics". *Journal of Neurolinguistics*, 13, 57-82.
- . 2003. "Why can you hit someone on the arm but not break someone on the arm? A neuropsychological of the English body-part possessor ascension construction". *Journal of Neurolinguistics*, 16, 13-36.
- . 2005. "The spatial and temporal meanings of English prepositions can be independently impaired". *Neuropsychologia*, 43, 797-806.
- . No prelo. "The semantics of space: Integrating linguistic typology and cognitive neuroscience". *Neuropsychologia*.
- KEMMERER, D., WEBER-FOX, C., PRICE, K., ZDANCZYK, C., e WAY, H. 2007. "'Big brown dog' or 'brown big dog'? An electrophysiological study of semantic constraints on prenominal adjective order". *Brain and Language*, 100, 238-56.
- KEMMERER, D., e WRIGHT, S. K. 2002. "Selective impairment of knowledge underlying unprefixation: Further evidence for the autonomy of grammatical semantics". *Journal of Neurolinguistics*, 15, 403-32.
- KENNEDY, R. 2002. *Nigger: The strange career of a troublesome word*. Nova York: Pantheon.
- KEYSAR, B., SHEN, Y., GLUCKSBERG, S., e HORTON, W. S. 2000. "Conventional language: How metaphorical is it?". *Journal of Memory and Language*, 43, 576-93.
- KEYSER, S. J., e ROEPER, T. 1984. "On the middle and ergative constructions in English". *Linguistic Inquiry*, 15, 381-416.
- KIM, J. J., MARCUS, G. F., PINKER, S., HOLLANDER, M., e COPPOLA, M. 1994. "Sensitivity of children's inflection to morphological structure". *Journal of Child Language*, 21, 173-209.
- KIM, J. J., PINKER, S., PRINCE, A., e PRASADA, S. 1991. "Why no mere mortal has ever flown out to center field". *Cognitive Science*, 15, 173-218.
- KIM, M. 1999. "A cross-linguistic perspective on the acquisition of locative verbs". Dissertação de doutorado inédita, Universidade de Delaware, Newark.
- KIPARSKY, P. 1973. "The role of linguistics in a theory of poetry". *Daedalus*, 102, 231-44.
- KITCHER, P. 1990. *Kant's transcendental psychology*. Nova York: Oxford University Press.
- KLEIN, D. E., e MURPHY, G. 2002. "Paper has been my ruin: Conceptual relations of polysemous senses". *Journal of Memory and Language*, 47, 548-70.
- KLEIN, D. E., e MURPHY, G. L. 2001. "The representation of polysemous words". *Journal of Memory and Language*, 45, 259-82.
- KOLODNER, J. L. 1997. "Educational implications of analogy". *American Psychologist*, 52, 57-66.
- KORDONI, V. 2003. "Locative alternation in Modern Greek: At the syntax-semantics interface". Trabalho apresentado na Sexta Conferência Internacional de Linguística Grega, Rethymno, Grécia.
- KÖRNER, S. 1955. *Kant*. Londres: Penguin Books.
- KOSSLYN, S. M. 1980. *Image and mind*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- KOSSLYN, S. M. 1987. "Seeing and imagining in the cerebral hemispheres: A computational approach". *Psychological Review*, 94, 184-175.
- KOSSLYN, S. M. 1994. *Image and brain: The resolution of the imagery debate*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- KOTOVSKY, K., HAYES, J. R., e SIMON, H. A. 1985. "Why are some problems hard? Evidence from the Tower of Hanoi". *Cognitive Psychology*, 17, 248-94.

- KRIPKE, S. 1972/1980. *Naming and necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- KUBOVY, M. 1981. "Concurrent-pitch segregation and the theory of indispensable attributes". Em KUBOVY, M., e POMERANTZ, J. R. (eds.), *Perceptual organization*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- LABAR, K. S., e PHELPS, E. A. 1998. "Arousal-mediated memory consolidation: Role of the medial temporal lobe in humans". *Psychological Science*, 9, 490-93.
- LAGNADO, D. A., e SLOMAN, S. 2004. "The advantage of timely intervention". *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 30, 856-76.
- LAKOFF, G. 1987. *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 1993. "The contemporary theory of metaphor". Em ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- . 1996. *Moral politics: What conservatives know that liberals don't*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 2003. "Lakoff's First Law". *Edge*. <<http://www.edge.org/q2004#shpage4.html#lakoff>>.
- . 2004. *Don't think of an elephant! Know your values and frame the debate: The essential guide for progressives*. White River Junction, Vt.: Chelsea Green.
- . 2006. *Whose freedom? The battle over America's most important idea*. Nova York: Farrar, Straus & Giroux.
- , e JOHNSON, M. 1980. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press. [*Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras].
- , e JOHNSON, M. 2000. *Philosophy in the flesh*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LAKOFF, G., e NÚÑEZ, R. E. 2000. *Where mathematics comes from: How the embodied mind brings mathematics into being*. Nova York: Basic Books.
- LAKOFF, G. e TURNER, M. 1989. *More than cool reason: A field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press.
- LANDAU, B., e JACKENDOFF, R. 1993. "'What' and 'where' in spatial language and spatial cognition". *Behavioral and Brain Sciences*, 16, 217-38.
- LARKIN, P. 2003. *Collected poems* (ed. de A. Thwaite). Londres: Faber & Faber.
- LAWLEY, J., e TOMPKINS, P. 2000. *Metaphors in mind: Transformation through symbolic modeling*. Londres: The Developing Company Press.
- LEDERER, R. 1990. *Crazy English*. Nova York: Pocket Books.
- LEDoux, J. E. 1996. *The emotional brain: The mysterious underpinnings of emotional life*. Nova York: Simon & Schuster. [*O cérebro emocional: Os misteriosos alicerces da vida emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva].
- LEFEBVRE, C. 1994. "New facts from Fongbe on the double object construction". *Lingua*, 94, 69-123.
- LEHRER, A. 1990. "Polysemy, conventionality, and the structure of the lexicon". *Cognitive Linguistics*, 1-2, 207-46.
- LEIBNIZ, G. W. 1768/1949. *New essays concerning human understanding* (trad. de C. I. Gerhardt, 3ª ed.). LaSalle, Ill.: Open Court. [*Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural].
- LESLIE, A. M. 1995. "A theory of agency". Em SPERBER, D., PREMACK, D., e PREMACK, A. (eds.), *Causal cognition: A multidisciplinary debate*. Nova York: Oxford University Press.

- LESSIG, L. 2001. *The future of ideas: The fate of the commons in a connected world*. Nova York: Random House.
- LEVIN, B. 1985. *Lexical semantics in review: an introduction* (Trabalho nº 1 do Lexicon Project). Cambridge, Mass.: MIT Center for Cognitive Science.
- LEVIN, B. 1993. *English verb classes and alternations: A preliminary investigation*. Chicago: University of Chicago Press.
- LEVIN, B. 2004. "Verbs and constructions: Where next?". Trabalho apresentado na Conferência Ocidental de Linguística, Universidade do Sul da Califórnia.
- , e PINKER, S. (eds.). 1992. *Lexical and conceptual semantics*. Malden, Mass.: Blackwell.
- , e RAPPAPORT HOVAV, M. 1995. *Unaccusativity: At the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 2005. *Argument realization*. Nova York: Cambridge University Press.
- LEVINSON, S. C. 2003. *Space in language and cognition*. Nova York: Cambridge University Press.
- LEVINSON, S. C., KITA, S., e HAUN, D. 2002. "Returning the tables: Language affects spatial reasoning". *Cognition*, 84, 155-88.
- LEVINSON, S. C., MEIRA, S., e The Language and Cognition Group. 2003. "'Natural concepts' in the spatial topological domain — adpositional meanings in crosslinguistic perspective: An exercise in semantic typology". *Language*, 79, 485-514.
- LEVINSON, S. C., e WILKINS, D. (eds.). 2006. *Grammars of space*. Nova York: Cambridge University Press.
- LEWIS, D. K. 1969. *Convention: A philosophical study*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1973. *Counterfactuals*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- LEWIS, P. A., CRITCHLEY, H. D., ROTHSTEIN, P., e DOLAN, R. J. No prelo. "Neural corrales of processing valence and arousal in affective words". *Cerebral Cortex*.
- LI, P., ABARBANELL, L., e PAPAFRAGOU, A. 2005. "Spatial reasoning skills in Tenejapan Mayans". Trabalho apresentado na 26ª Conferência Anual da Cognitive Science Society.
- LI, P., e GLEITMAN, L. R. 2002. "Turning the tables: Spatial language and spatial cognition". *Cognition*, 83, 265-94.
- LIEBERSON, S. 2000. *A matter of taste: How names, fashions, and culture change*. New Haven: Yale University Press.
- LIEBERSON, S., DUMAIS, S., e BAUMANN, S. 2000. "The instability of androgynous names: The symbolic maintenance of gender boundaries". *American Journal of Sociology*, 105, 1249-287.
- LOEWER, B., e REY, B. 1991. *Meaning in mind: Fodor and his critics*. Malden, Mass.: Blackwell.
- MACKAY, D. G., SHAFTO, M., TAYLOR, J. K., MARIAN, D. E., ABRAMS, L., e DYER, J. R. 2004. "Relations between emotion, memory, and attention: Evidence from taboo Stroop, lexical decision, and immediate memory tasks". *Memory & Cognition*, 32, 474-88.
- MAJID, A., BOWERMAN, M., KITA, S., HAUN, D., e LEVINSON, S. C. 2004. "Can language restructure cognition? The case for space". *Trends in Cognitive Science*, 8, 108-14.
- MALOTKI, E. 1983. *Hopi time: A linguistic analysis of temporal concepts in the Hopi language*. Berlin: Mouton.
- MANDEL, D. R. 2003. "Judgment dissociation theory: An analysis of differences in causal, counterfactual, and covariational reasoning". *Journal of Experimental Psychology: General*, 132, 419-34.

- MARATSOS, M. P. 1998. "Metaphors of language: Metaphors of the mind?". *Contemporary Psychology*, 34, 5-7.
- MARCUS, G. F. 1993. "Negative evidence in language acquisition". *Cognition*, 46, 53-85.
- MARCUS, G. F., BRINKMANN, U., CLAHSSEN, H., WIESE, R., e PINKER, S. 1995. "German inflection: The exception that proves the rule". *Cognitive Psychology*, 29, 189-256.
- MARCUS, G. F., PINKER, S., ULLMAN, M., HOLLANDER, M., ROSEN, T. J., e XU, F. 1992. "Overregularization in language acquisition". *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 57.
- MARCUS, R. B. 1961. "Modalities and intensional languages". *Synthèse*, 13, 303-22.
- MARKMAN, E. 1989. *Categorization and naming in children: Problems of induction*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MARR, D. 1982. *Vision*. San Francisco: W. H. Freeman.
- MARSHALL, J., CHIAT, S., ROBSON, J., e PRINT, T. 1996. "Calling a salad a federation: An investigation of semantic jargon, Part 2: Verbs". *Journal of Neurolinguistics*, 9, 251-60.
- MATEU, J. 2001. "Locative and locatum verbs revisited: Evidence from Romance". Em D'HULST, Y., ROORYCK, J., e SCHROTEN, J. (eds.), *Romance languages and linguistic theory 1999*. Filadélfia: John Benjamins.
- MATTHEW, A., RICHARDS, A., e EYSENCK, M. 1989. "Interpretation of homophones related to threat in anxiety states". *Journal of Abnormal Psychology*, 98, 31-4.
- MAYER, R. E. 1993. "The instructive metaphor: Metaphoric aids to students' understanding of science". Em ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- MAYNARD SMITH, J. 1988. *Games, sex, and evolution*. Nova York: Harvester Wheatsheaf.
- MAYR, E. 1982. *The growth of biological thought*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. [*O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília: UnB].
- MAZURKEWICH, L., e WHITE, L. 1984. "The acquisition of the dative alternation: Unlearning overgeneralizations". *Cognition*, 16, 261-83.
- MCCAWLEY, J. D. 1968. "The role of semantics in grammar". Em BACH, E., e HARRIS, R. T. (eds.), *Universals in linguistic theory*. Nova York: Holt, Rinehart e Winston.
- MCCLELLAND, J. L., e KAWAMOTO, A. H. 1986. "Mechanisms of sentence processing: Assigning roles to constituents of sentences". Em MCCLELLAND, J. L., e RUMELHART, D. E. (eds.), *Parallel distributed processing: Explorations in the microstructure of cognition*, vol. 2: *Psychological and biological models*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MCCLOSKEY, M. 1983. "Intuitive physics". *Scientific American*, 248, 122-30.
- MCCLOSKEY, M., CARAMAZZA, A., e GREEN, B. 1980. "Curvilinear motion in the absence of external forces: Naive beliefs about the motion of objects". *Science*, 210, 1139-141.
- MCCORMICK, M. 2005. "Immanuel Kant: Metaphysics". *The Internet Encyclopedia of Philosophy*. <<http://www.iep.utm.edu/k/kantmeta.htm>>.
- MCEWAN, I. 1998. *Amsterdam*. Londres: Jonathan Cape. *Amsterdam*. Rio de Janeiro: Rocco.
- MCGINN, C. 1993. *Problems in philosophy: The limits of inquiry*. Malden, Mass.: Blackwell.
- MCGLONE, M. S., e HARDING, J. L. 1998. "Back (or forward?) in the future: The role of perspective in temporal language comprehension". *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 24, 1211-223.

- MCGRAW, A. P., e TETLOCK, P. E. 2005. "Taboo trade-offs, relational framing, and the acceptability of exchanges". *Journal of Consumer Psychology*, 15, 2-15.
- MEIER, B. P., e ROBINSON, M. D. 2004. "Why the sunny side is up: Associations between affect and vertical position". *Psychological Science*, 15, 243-47.
- METCALF, A. 2002. *Predicting new words: The secret of their success*. Boston: Houghton Mifflin.
- MICHOTTE, A. 1963. *The perception of causality*. Londres: Methuen.
- MILLER, G. A. 1991. *The science of words*. Nova York: W. H. Freeman.
- MORGAN, J. L., BONAMO, K., e TRAVIS, L. L. 1995. "Negative evidence on negative evidence". *Developmental Psychology*, 31, 180-97.
- MORGAN, J. L., e TRAVIS, L. L. 1989. "Limits on negative information on language learning". *Journal of Child Language*, 16, 531-52.
- MURPHY, G. 1996. "On metaphoric representation". *Cognition*, 60, 173-204.
- MYERS, D. G., e DIENER, E. 1995. "Who is happy?". *Psychological Science*, 6, 10-9.
- NABOKOV, V. V. 1995. *Lolita*. Nova York: Vintage. [*Lolita*. São Paulo: Companhia das Letras].
- NAGEL, T. 1997. *The last word*. Nova York: Oxford University Press. [*A última palavra*. São Paulo: Unesp].
- NEDYALKOV, V. P., e SILNITSKY, G. G. 1973. "The typology of morphological and lexical causatives". Em KIEFER, F. (ed.), *Trends in Soviet theoretical linguistics*. Dordrecht, Holanda: Reidel.
- NEWELL, A., e SIMON, H. A. 1972. *Human problem solving*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- NEWMAN, M. L., PENNEBAKER, J. W., BERRY, D. S., e RICHARDS, J. M. 2003. "Lying words: Predicting deception from linguistic styles". *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29, 665-675.
- NISBETT, R. E., e COHEN, D. 1996. *Culture of honor: The psychology of violence in the South*. Nova York: HarperCollins.
- NOWAK, M. A., e KOMAROVA, N. L. 2001. "Towards an evolutionary theory of language". *Trends in Cognitive Sciences*, 5, 288-95.
- NUNBERG, G. 1979. "The non-uniqueness of semantic solutions: Polysemy". *Linguistics and Philosophy*, 3, 143-84.
- . 2004. "Imprecational categories". *The Language Log*. <<http://itre.cis.upenn.edu/~myl/languagelog/archives/000614.html>>.
- . 2006. *Talking Right: How conservatives turned liberalism into a tax-raising, latte-drinking, sushi-eating, Volvo-driving, New York Times-reading, body-piercing, Hollywood-loving, left-wing freak show*. Nova York: Public Affairs.
- NÚÑEZ, R. E., e SWEETSER, E. 2006. "With the future behind them: Convergent evidence from Aymara language and gesture in the crosslinguistic comparison of spatial construals of time". *Cognitive Science*, 30, 401-50.
- NWACHUKWU, P. A. 1987. *The argument structure of Igbo verbs* (Trabalho n° 18 do Lexicon Project). Cambridge, Mass.: MIT Center for Cognitive Science.
- OEHRLE, R. T. 1976. "The grammatical status of the English dative alternation". Dissertação de doutorado inédita, MIT.
- ORNSTEIN, P. 2004. "Where have all the Lisas gone?". Em PINKER, S. (ed.), *The best American science and nature writing 2004*. Boston: Houghton Mifflin.
- ORNSTEIN, R. 1975. *On the experience of time*. Nova York: Penguin.
- OSGOOD, C. E., SUCI, G., e TANNENBAUM, P. 1957. *The measurement of meaning*. Urbana, Ill.: University of Illinois Press.

- OSHERSON, D. N., STOB, M., e WEINSTEIN, S. 1985. *Systems that learn*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- OSTLER, N., e ATKINS, B. T. S. 1992. "Predictable meaning shift: Some linguistic properties of lexical implication rules". Em PUSTEJOVSKY, J., e BERGLER, S. (eds.), *Lexical semantics and knowledge representation*. Berlim: Springer-Verlag.
- PANKSEPP, J. 1998. *Affective neuroscience: The foundations of human and animal emotions*. Nova York: Oxford University Press.
- PATAI, D. 1998. *Heterophobia: Sexual harassment and the future of feminism*. Nova York: Rowman & Littlefield.
- PEARL, J. 2000. *Causality*. Nova York: Oxford University Press.
- PEDERSON, E., DANZIGER, E., WILKINS, D., LEVINSON, S. C., KITA, S., e SENFT, G. 1998. "Semantic typology and spatial conceptualization". *Language*, 74, 557-89.
- PIATELLI-PALMARINI, M. 1986. "The rise of selective theories: A case study and some lessons from immunology". Em DEMOPOULOS, W., e MARRAS, A. (eds.), *Language learning and concept acquisition*. Norwood, N. J.: Ablex.
- PICA, P., LEMER, C., IZARD, V., e DEHAENE, S. 2004. "Exact and approximate arithmetic in an Amazonian indigene group". *Science*, 306, 499-503.
- PINKER, S. 1979. "Formal models of language learning". *Cognition*, 7, 217-83.
- . 1984. "Visual cognition: An introduction". *Cognition*, 18, 1-63.
- . 1984/1996. *Language learnability and language development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1988. "A computational theory of the mental imagery medium". Em DENIS, M., ENGELKAMP, J., e RICHARDSON, J. T. E. (eds.), *Cognitive and neuropsychological approaches to mental imagery*. Amsterdã: Martinus Nijhoff.
- . 1989. *Learnability and cognition: The acquisition of argument structure*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- . 1990. "A theory of graph comprehension". Em FRIEDLE, R. (ed.), *Artificial intelligence and the future of testing*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- . 1994a. "How could a child use verb syntax to learn verb semantics?". *Lingua*, 92, 377-410.
- . 1994b. *The language instinct*. Nova York: HarperCollins. [*O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes].
- . 1995. "Beyond folk psychology" (resenha de *The elm and the expert*, de J. A. Fodor). *Nature*, 373, 205.
- . 1997a. "Words and rules in the human brain". *Nature*, 387, 547-48.
- . 1997b. *How the mind works*. Nova York: Norton. [*Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras].
- . 1999. *Words and rules: The ingredients of language*. Nova York: HarperCollins.
- . 2002. *The blank slate: The modern denial of human nature*. Nova York: Viking. [*Tábula rasa*. São Paulo: Companhia das Letras].
- PINKER, S. 2005. "So how does the mind work?". *Mind & Language*, 20, 1-24.
- . 2007. "Introduction". Em BROCKMAN, J. (ed.), *What is your dangerous idea?* Nova York: HarperCollins.
- PINKER, S., e BIRDSONG, D. 1979. "Speakers' sensitivity to rules of frozen word order". *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 18, 497-508.

- PINKER, S., e BLOOM, P. 1990. "Natural language and natural selection". *Behavioral and Brain Sciences*, 13, 707-84.
- PINKER, S., e JACKENDOFF, R. 2005. "The faculty of language: What's special about it?". *Cognition*, 95, 201-36.
- PINKER, S., e ROSE, S. 1998. "The two Steves: A debate". *Edge*. <http://www.edge.org/3rd_culture/pinker_rose/pinker_rose_p1.html>.
- POMERANTZ, J. R. 2003. "Wholes, holes, and basic features in vision". *Trends in Cognitive Science*, 7, 471-73.
- PÖPPEL, E. 2003. "Pöppel's universal". *Edge*. <<http://www.edge.org/q2004/page5.html#poppel>>.
- POSTMA, A., e LAENG, B. 2006. "New insights in categorical and coordinate processing of spatial relations". *Neuropsychologia*, 44 (edição especial).
- POTTER, S. 1950/1971. *The complete upmanship*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston.
- POTTS, C. 2005. *The logic of conventional implicature*. Nova York: Oxford University Press.
- PRASADA, S., e PINKER, S. 1993. "Generalizations of regular and irregular morphological patterns". *Language and Cognitive Processes*, 8, 1-56.
- PREMACK, D., e PREMACK, A. 2003. *Original intelligence*. Nova York: McGraw-Hill.
- PROUST, M., 1913/1982. *Remembrance of things past*. Nova York: Vintage Books. [Em busca do tempo perdido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar].
- PROVINE, R. R. 1996. "Laughter". *American Scientist*, 84, 38-45.
- PULLUM, G. K. 1991. *The great Eskimo vocabulary hoax and other irreverent essays on the study of language*. Chicago: University of Chicago Press.
- . 2003a. "Passive voice and bias in Reuter headlines about Israelis and Palestinians". *Language Log*. <<http://itre.cis.upenn.edu/~myl/languageblog/archives/000236.html>>.
- . 2003b. "Verb semantics and justifying war". *Language Log*. <<http://itre.cis.upenn.edu/~myl/languageblog/archives/000015.html>>.
- PUSTEOVSKY, J. 1995. *The generative lexicon*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- PUTNAM, H. 1975. "The meaning of 'meaning'". In GUNDERSON, K. (ed.), *Language, mind and knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- PYLKKÄNEN, L., LLINÁS, R., e MURPHY, G. 2006. "The representation of polysemy: MEG evidence". *Journal of Cognitive Neuroscience*, 18, 97-109.
- QUANG FUC DONG. 1971/1992a. "English sentences without overt grammatical subject". Em ZWICKY, A. M., SALUS, P. H., BINNICK, R. I., e VANEK, A. L. (eds.), *Studies out in left field: Defamatory essays presented to James D. McCawley on the occasion of his 33rd or 34th birthday*. Filadélfia: John Benjamins.
- . 1971/1992b. "A note on conjoined noun phrases". Em ZWICKY, A. M., SALUS, P. H., BINNICK, R. I., e VANEK, A. L. (eds.), *Studies out in left field: Defamatory essays presented to James D. McCawley on the occasion of his 33rd or 34th birthday*. Filadélfia: John Benjamins.
- QUINE, W. V. O. 1960. *Word and object*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- QUINE, W. V. O. 1969. "Natural kinds". Em QUINE, W. V. O. (ed.), *Ontological relativity and other essays*. Nova York: Columbia University Press.
- RAMACHANDRAN, V. S., e BLAKESLEE, S. 1998. *Phantoms in the brain: Probing the mysteries of the human mind*. Nova York: Morrow. [Fantasmas no cérebro: Uma investigação dos mistérios da mente humana. Rio de Janeiro: Record].

- RANDALL, D. B. J. 1989. "X me no X's: Some examples (mainly from the Renaissance) of the Neologizing imperative retort". *American Speech*, 64, 223-43.
- RANDALL, L. 2005. *Warped passages: Unraveling the mysteries of the universe's hidden dimensions*. Nova York: HarperCollins.
- RAPPAPORT HOVAV, M., e LEVIN, B. 2007. "All dative verbs are not created equal". Original inédito, Universidade Hebraica de Jerusalém e Universidade Stanford.
- RAPPAPORT, M., e LEVIN, B. 1985. "A case study in lexical analysis: The locative alternation". Original inédito, Universidade Hebraica de Jerusalém.
- . 1988. "What to do with theta-roles". Em WILKINS, W. (ed.), *Syntax and semantics 21: Thematic relations*. Nova York: Academic Press.
- REDDY, M. 1993. "The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language". Em ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- REDELMEIER, D. A., e TVERSKY, A. 1996. "On the belief that arthritis pain is related to the weather". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 93, 2895-896.
- REICHENBACH, H. 1947. *Elements of symbolic logic*. Nova York: Macmillan.
- RICHARDS, I. A. 1936/1965. *The philosophy of rhetoric*. Nova York: Oxford University Press.
- RIJKHOFF, J. 2002. *The noun phrase*. Nova York: Oxford University Press.
- ROBERTSON, L. C. 2003. *Space, objects, brains, and minds*. Nova York: Psychology Press.
- ROCK, I. 1983. *The logic of perception*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- ROELOFS, A. No prelo. "The visual-auditory color-word Stroop asymmetry and its time course". *Memory & Cognition*.
- ROSENBLUM, T., e PINKER, S. 1983. "Word magic revisited: Monolingual and bilingual preschoolers' understanding of the word-object relationship". *Child development*, 54, 773-80.
- ROSOVSKY, H. 1990. *The university: An owner's manual*. Nova York: Norton.
- ROSS, B. H. 1984. "Reminders and their effects on learning a cognitive skill". *Cognitive Psychology*, 16, 371-416.
- . 1987. "This is like that: The use of earlier problems and the separation of similarity effects". *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 13, 629-39.
- ROSS, J. R. Sem data. "Butterfly gazette". Original inédito, Universidade do Norte do Texas.
- ROY, D., e PENTLAND, A. 2002. "Learning words from sights and sounds: A computational model". *Cognitive Science*, 26, 113-46.
- ROZIN, P., e FALLON, A. 1987. "A perspective on disgust". *Psychological Review*, 94, 23-41.
- RUSSELL, B. 1913. "On the notion of cause". *Proceedings of the Aristotelian Society*, 13, 1-26.
- SADOCK, J. 1984. "Whither radical pragmatics?". Em SCHIFFRIN, D. (ed.), *Georgetown University Round Table on Language and Linguistics*. Washington, D. C.: Georgetown University Press.
- SALKOFF, M. 1983. "Bees are swarming in the garden". *Language*, 59, 288-346.
- SAMPSON, G. 1982. "The economics of conversation". Em SMITH, N. V. (ed.), *Mutual knowledge*. Nova York: Academic Press.
- SANTOS, L. R., SULKOWSKI, G. M., SPAEPEN, G. M., e HAUSER, M. D. 2002. "Object individuation using property/kind information in rhesus macaques (*Macaca mulatta*)". *Cognition*, 83, 241-64.
- SAPORTA, S. 1994. *Society, language, and the university*. Nova York: Vantage.
- SASSE, H.-J. 2002. "Recent activity in the theory of aspect: Accomplishments, achievements, or just non-progressive state?". *Linguistic Typology*, 6, 199-271.

- SCHACTER, D. L. 1996. *Searching for memory: The brain, the mind, and the past*. Nova York: Basic Books.
- . 2001. *The seven sins of memory: How the mind forgets and remembers*. Boston: Houghton Mifflin. [Os sete pecados da memória: Como a mente esquece e lembra. Rio de Janeiro: Rocco].
- SCHALLER, S. 1991. *A man without words*. Nova York: Summit Books.
- SCHANK, R. C. 1982. *Dynamic memory: A theory of reminding and learning in computers and people*. Nova York: Cambridge University Press.
- SCHELLING, T. C. 1960. *The strategy of conflict*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1978. *Micromotives and microbehavior*. Nova York: Norton.
- SCHIFFER, S. R. 1972. *Meaning*. Nova York: Oxford University Press.
- SCHÖN, D. A. 1993. "Generative metaphor: A perspective on problem-setting in social policy". Em ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- SCHÜTZE, C. 1996. *The empirical basis of linguistics: Grammaticality judgments and linguistic methodology*. Chicago: University of Chicago Press.
- SCOTT, E. C., MATZKE, N. J., BRANCH, G., e 284 cientistas chamados "Steve". 2004. "The morphology of Steve". *Annals of Improbable Research*, 24-9.
- SEARLE, J. R., 1975. "Indirect speech acts". In COLE, P., e MORGAN, J. (eds.), *Syntax and semantics 3: Speech acts*. Nova York: Academic Press.
- . 1993a. "Metaphor". Em ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought* (2ª ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- . 1993b. "Rationality and realism: What is at stake?". *Daedalus*, 122, 55-83.
- SEMENZA, C. 2005. "The (neuro)-psychology of mass and count nouns". *Brain and Language*, 95, 88-9.
- SENGHAS, A., KIM, J. J., e PINKER, S. 2004. "The plurals-in-compounds effect". Original inédito, Barnard College.
- SHAD, U. P., 1971 / 1992. "Some unnatural habits". Em ZWICKY, A. M., SALUS, P. H., BINNICK, R. I., e VANEK, A. L. (eds.), *Studies out in left field: Defamatory essays presented to James D. McCawley on the occasion of his 33rd or 34th birthday*. Filadélfia: John Benjamins.
- SHEIDLOWER, J. 1995. *The F-word*. Nova York: Random House.
- SHEPARD, R. N. 1978. "The mental image". *American Psychologist*, 33, 125-37.
- SHIBATANI, M. 1976. "The grammar of causative constructions: A conspectus". Em SHIBATANI, M. (ed.), *Syntax and semantics 6: The grammar of causative constructions*. Nova York: Academic Press.
- SHTULMAN, A. 2006. "Qualitative differences between naive and scientific theories of evolution". *Cognitive Psychology*, 52, 170-94.
- SHULTZ, T. R. 1982. "Rules of causal attribution". *Monographs of the Society for Research in Child Developments*, 47.
- SIMONSON, I., e TVERSKI, A. 1992. "Choice in context: Tradeoff contrast and extremeness aversion". *Journal of Marketing Research*, 29, 281-95.
- SINGER, H. S. 2005. "Tourette syndrome: From behavior to biology". *Lancet Neurology*, 4, 149-59.
- SINGER, I. B. 1984. *Stories for children*. Nova York: Farrar, Straus & Giroux.
- SINHA, C., e KUTEVA, T. 1995. "Distributed spatial semantics". *Nordic Journal of Linguistics*, 18, 167-99.
- SISKIND, J. 1995. "A computational study of lexical acquisition". *Cognition*, 50, 1-25.

- SLOBIN, D. I. 1996. "From 'thought and language' to 'thinking for speaking'". Em GUMPERZ, J. J., e LEVINSON, S. C. (eds.), *Rethinking linguistic relativity*. Nova York: Cambridge University Press.
- SMITH, L., e THELEN, E. (eds.). 1993. *A dynamic systems approach to development: Applications*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- SMITH, N. V. (ed.). 1982. *Mutual knowledge*. Nova York: Academic Press. Social Security Administration. 2006. "Popular baby names". <<http://www.ssa.gov/OACT/babynames/>>.
- SOJA, N. N., CAREY, S., e SPELKE, E. S. 1991. "Ontological categories guide young children's inductions of word meaning: Object terms and substance terms". *Cognition*, 38, 179-211.
- SOLT, J. 1987. "Japanese sexual maledicta". Em AMAN, R. (ed.), *The best of Maledicta: The International Journal of Verbal Aggression*. Filadélfia: Running Press.
- SOMMERS, F. 1963. "Types and ontology". *Philosophical Review*, 72, 327-63.
- SOWELL, T. 1980. *Knowledge and decisions*. Nova York: Basic Books.
- . 1987. *A conflict of visions: Ideological origins of political struggles*. Nova York: Quill.
- . 1996. *Migrations and cultures: A world view*. Nova York: Basic Books.
- SPEEDIE, L. J., WERTMAN, J. T., e HEILMAN, K. M. 1993. "Disruption of automatic speech following a right basal ganglia lesion". *Neurology*, 43, 1768-774.
- SPELKE, E. 1995. "Initial knowledge: Six suggestions". *Cognition*, 50, 433-47.
- SPELKE, E. 2003. "What makes us smart? Core knowledge and natural language". Em GENTNER, D., e GOLDIN-MEADOW, S. (eds.), *Language in mind: Advances in the study of language and thought*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- SPELLMAN, B. A. 1996. "Acting as intuitive scientists: Contingency judgments are made while controlling for alternative potential causes". *Psychological Science*, 7, 337-43.
- SPELLMAN, B. A. 1997. "Crediting causality". *Journal of Experimental Psychology: General*, 126, 323-49.
- , e KINCANNON, A. 2001. "The relation between counterfactual ('but for') and causal reasoning and implications for jurors' decisions". *Law and Contemporary Problems* (edição especial sobre Causação em Lei e Ciência), 64, 241-64.
- SPERBER, D. 1985. "Anthropology and psychology: Towards an epidemiology of representations". *Man*, 20, 73-89.
- SPERBER, D., e WILSON, D. 1986. *Relevance: Communication and cognition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- STALNAKER, R. C. 1978. "Assertion". Em COLE, P. (ed.), *Syntax and semantics 9: Pragmatics*. Nova York: Academic Press.
- SYMONS, D. 1979. *The evolution of human sexuality*. Nova York: Oxford University Press.
- TALMY, L. 1983. "How language structures space". Em PICK, H., e ACREDIOLLO, L. (eds.), *Spatial orientation: Theory, research, and application*. Nova York: Plenum.
- . "Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms". Em SHOPEN, T. (ed.), *Language typology and syntactic description III: Grammatical categories and the lexicon*. Nova York: Cambridge University Press.
- . 1988. "Force dynamics in language and cognition". *Cognitive Science*, 12, 49-100.
- . 2000a. "Force dynamics in language and cognition". Em *Toward a cognitive semantics 1: Concept structuring systems*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- TALMY, L. 2000b. How language structures space. In L. Talmy (ed.), *Toward a cognitive semantics*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- TARR, M. J., e PINKER, S. 1989. "Mental rotation and orientation-dependance in shape recognition". *Cognitive Psychology*, 21, 233-82.
- TEGMARK, M. 2003. "Parallel universes". *Scientific American*, 288, 41-51. ["O jogo de espelhos dos universos paralelos". *Scientific American Brasil*, 13].
- TENNER, E. 1989. "Talking through our hats". *Harvard Magazine*, 91, 21-36.
- TENNY, C. 1992. "The aspectual interface hypothesis". Em SAG, I. A., e ZABOLCSI, A. (eds.), *Lexical matters*. Stanford: Center for the Study of Language and Information.
- TETLOCK, P. E. 1999. "Coping with tradeoffs: Psychological constraints and political implications". Em LUPIA, A., MCCUBBINS, M., e POPKIN, S. (eds.), *Political reasoning and choice*. Berkeley: University of California Press.
- TETLOCK, P. E., KRISTEL, O. V., ELSON, B., GREEN, M. C., e LERNER, J. 2000. "The psychology of the unthinkable: Taboo tradeoffs, forbidden base rates, and heretical counterfactuals". *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 1395-415.
- THOMSON, J. J. 1985. "The trolley problem". *Yale Law Journal*, 94, 1395-415.
- TOMASELLO, M. 2003. *Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- TOOBY, J., e COSMIDES, L. 1992. "Psychological foundations of culture". Em BARKOW, J., COSMIDES, L., e TOOBY, J. (eds.), *The adapted mind: Evolutionary psychology and the generation of culture*. Nova York: Oxford University Press.
- . 1996. "Friendship and the banker's paradox: Other pathways to the evolution of adaptations for altruism". *Proceedings of the British Academy*, 88, 119-43.
- TOOBY, J. e DEVORE, I. 1987. "The reconstruction of hominid evolution through strategic modelling". Em KINZEY, W. G. (ed.), *The evolution of human behavior: Primate models*. Albany: State University of New York Press.
- TOOTELL, R. B., SILVERMAN, M. S., SWITKES, E., e DE VALOIS, R. L. 1982. "Deoxyglucose analysis of retinotopic organization in primate striate cortex". *Science*, 218, 902-04.
- TREISMAN, A., e GELADE, G. 1980. "A feature-integration theory of attention". *Cognitive Psychology*, 12, 97-136.
- TREVSKY, A., e KAHNEMAN, D. 1981. "The framing of decisions and the psychology of choice". *Science*, 211, 453-58.
- TYLER, A., e EVANS, V. 2003. *The semantics of English prepositions: Spatial scenes, embodied meaning, and cognition*. Nova York: Cambridge University Press.
- ULLMAN, M. T. 1999. "Acceptability ratings of regular and irregular past-tense forms: Evidence for a dual-system model of language from word frequency and phonological neighborhood effects". *Language and Cognitive Processes*, 14, 47-67.
- , CORKIN, S., COPPOLA, M., HICKOK, G., GROWDON, J. H., KOROSHETZ, W. J., e PINKER, S. 1997. "A neural dissociation within language: Evidence that the mental dictionary is part of declarative memory, and that grammatical rules are processed by the procedural system". *Journal of Cognitive Neuroscience*, 9, 289-99.
- VALIANT, L. 1994. *Circuits of the mind*. Nova York: Oxford University Press.
- VAN ESSEN, D. C., e DEYOUE, E. A. 1995. "Concurrent processing in the primate visual cortex". Em GAZZANIGA, M. S. (ed.), *The cognitive neurosciences*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- VAN LANCKER, D., e CUMMINGS, J. L. 1999. "Expletives: Neurolinguistic and neurobehavioral perspectives on swearing". *Brain Research Reviews*, 31, 83-104.
- VAN LANCKER, D., e SIDTIS, B. 2006. "Formulaic expressions in spontaneous speech of left- and right-hemisphere-damaged subjects". *Aphasiology*, 20, 411-26.
- VAN VALIN, R. D. 2005. *Exploring the syntax-semantics interface*. Nova York: Cambridge University Press.
- VANDERSCHRAAF, P., e SILLARI, G. 2005. "Common knowledge". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, inverno de 2005. <<http://plato.stanford.edu/archives/win2005/entries/common-knowledge/>>.
- VARLEY, R. A., KLESSINGER, N. J. C., ROMANOWSKI, C. A. J., e SIEGAL, M. 2005. "Agrammatic but numerate". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 102, 3519-524.
- VEBLEN, T. 1899/1994. *The theory of the leisure class*. Nova York: Penguin.
- VENDLER, Z. 1957. "Verbs and times". *Philosophical Review*, 66, 143-60.
- WISE, D., e MALSEED, M. 2005. *The Google story*. Nova York: Delacorte Press. [Google: *A história do negócio de mídia*. Rio de Janeiro: Rocco].
- WAJNRYB, R. 2005. *Expletive deleted: A good look at bad language*. Nova York: Random House.
- WALLRAFF, B. 2006. *Word fugitives*. Nova York: HarperCollins.
- WALSH, C. R., e SLOMAN, S. A. 2005. "The meaning of cause and prevent: The role of causal mechanism". Trabalho apresentado em conferência da Cognitive Science Society, Stresa, Itália.
- WALSH, W. H. 1967. "Immanuel Kant". Em EDWARDS, P. (ed.), *The encyclopedia of philosophy*. Nova York: Macmillan.
- WATTENBERG, L. 2005. The Baby Name Wizard's NameVoyager. <www.babynamewizard.com/namevoyager/lnv0105.html>.
- WEGNER, D. 1989. *White bears and other unwanted thoughts: Suppression, obsession, and the psychology of mental control*. Nova York: Guilford.
- . 2002. *The illusion of conscious will*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- WHEELER, J. A. 1994. "Time today". Em HALLIWELL, J. J., PÉREZ-MERCADER, J., e ZUREK, W. H. (eds.), *Physical origins of time asymmetry*. Nova York: Cambridge University Press.
- WHITE, P. A. 1995. "Use of prior beliefs in the assignment of causal roles: Causal powers versus regularity-based accounts". *Memory & Cognition*, 23, 243-54.
- WHORF, B. L. 1956. *Language, thought, and reality: Selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- WIERZBICKA, A. 1987. *English speech act verbs: A semantic dictionary*. Nova York: Academic Press.
- . 1988a. "Oats and wheat: Mass nouns, iconicity, and human categorization". Em *The semantics of grammar*. Filadélfia: John Benjamins.
- . 1988b. *The semantics of grammar*. Filadélfia: John Benjamins.
- . 1988c. "What's in a noun? (or: How do nouns differ in meaning from adjectives?)". Em *The semantics of grammar*. Filadélfia: John Benjamins.
- . 1991. *Cross-cultural pragmatics: The semantics of human interaction*. Nova York: Mouton de Gruyter.
- . 1998. "The semantics of English causative constructions in a universal-typological perspective". Em TOMASELLO, M. (ed.), *The new psychology of language*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- WIESE, H. 2003. *Numbers, language, and the human mind*. Nova York: Cambridge University Press.

- WILLIAMS, G. C. 1996. *Adaptation and natural selection: A critique of some current evolutionary thoughts*. Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- WINNER, E., e GARDNER, H. 1993. "Metaphor and irony: Two levels of understanding". Em ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought* (2^a ed.). Nova York: Cambridge University Press.
- WINTER, S. L. 2001. *A clearing in the forest: Law, life, and mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- WINTER, Y. 2002. "Atoms and sets: A characterization of semantic number". *Linguistics Inquiry*, 33, 493-505.
- WISE, S., MURRAY, E., e GERFEN, C. 1996. "The frontal cortex-basal ganglia system in primates". *Critical Reviews in Neurobiology*, 10, 317-56.
- WOLFF, P. 2002. "A vector model of causal meaning". Em GRAY, W. D., e SCHUNN, C. D. (eds.), *Proceedings of the 24th Annual Conference of the Cognitive Science Society*. Mahwah, N. J.: Erlbaum.
- . 2003. "Direct causation in the linguistic coding and individuation of causal events". *Cognition*, 88, 1-48.
- . 2007. "Representing causation". *Journal of Experimental Psychology: General*.
- WOLFF, P., e SONG, G. 2003. "Models of causation and the semantics of causal verbs". *Cognitive Psychology*, 47, 276-332.
- WRAY, A. 1998. "Protolanguage as a holistic system for social interaction". *Language and Communication*, 18, 47-67.
- WYNN, K. 1992. "Addition and subtraction in human infants". *Nature*, 358, 749-50.
- XU, F., e CAREY, S. 1996. "Infants' metaphysics: The case of numerical identity". *Cognitive Psychology*, 30, 111-53.
- XU, F., CAREY, S., e WELCH, J. 1999. "Infants' ability to use object kind information for object individuation". *Cognition*, 70, 137-66.
- YANG, C. 2003. *Knowledge and learning in natural language*. Nova York: Oxford University Press.
- YEUNG, N., BOTVINICK, M. M., e COHEN, J. D. 2004. "The neural basis of error detection: Conflict monitoring and the Error-Related Negativity". *Psychological Review*, 11, 931-59.
- ZWICKY, A. M., SALUS, P. H., BINNICK, R. I., e VANEK, A. L. (eds.). 1971 / 1992. *Studies out in left field: Defamatory essays presented to James D. McCawley on the occasion of his 33rd or 34th birthday*. Filadélfia: John Benjamins.

- Aaron, David, 302
Abarbanell, Linda, 173-5
aceno de reverência, 471
Adams, Douglas, 349
adjetivos: comparativos, 59; e substantivos, 142, 192, 193; e verbos, 104, 340; expletivos, 372, 410-2; significado dos, 140; superlativos, 364
Adler, Jerry, 151
afasia, 380-2
afixação reversa, 341
afro-americanos, 34, 362, 376, 420
aglomerados de propriedades homeostáticas, 297
agnosia, 203
agonista, 254-9, 263, 267, 280, 290, 291, 488
aimará, língua, 222, 227
Aktionsart, 229
Alcott, Louisa May, 380
alemão, idioma, 102, 142, 177, 183, 229, 346, 436
Allan, Keith, 392, 398
Allen, Woody, 32, 70, 153, 246, 298, 397, 413
alquimia, 294, 312, 329
alternância, 51, 71, 76, 86
alternância de posse, 126, 127, 130
ameaças: ignorância racional das, 479; veladas, 37, 426, 445
Amgen, 451
amígdala, 378, 381, 416
“amor é uma viagem, o”, metáfora, 277, 278, 280, 289
analogia: concurso das Piores Analogias do Mundo, 304, 312; especialização e, 315; estrutura relacional e poder da, 293, 308; metáforas conceituais comparadas à, 291, 292; na ciência, 293, 294, 295; problemas isomórficos, 312, 313, 314; propensão humana para a, 315, 316
anglo-saxãs, palavras, 33, 143, 399
antagonista, 254-9, 263, 267, 280, 290-1, 488, 490
Antioch College, política antiestupro do, 458
aparências: autoridade e, 459, 460; como metáfora para a reputação, 463; conhecimento mútuo e, 476, 480; definição, 432; na natureza humana, 486; polidez para evitar ameaças às, 432, 433, 442, 493; positivas e negativas, 432, 433; preservar as, 427, 432, 444, 445, 471, 477; relacionamento de troca e, 467
aprendibilidade da língua, 50-68, 119
aprendizado da língua, 43-5, 50-8, 100-6, 176;

- como problema de indução, 44, 45, 58, 119;
 Determinismo Lingüístico e o, 176
 aquisição da língua *ver* aprendizado da língua
 árabe, língua, 102
 Aristóteles, 141, 241, 247, 325, 328, 333, 337
 aritmética mental, 155, 156
 Asimov, Isaac, 42
 aspecto, 81, 229, 231, 232, 233, 235; e tempo verbal, 222, 223, 236; *ver também* ponto de vista
 assédio sexual, 38, 239, 371, 372, 427, 465
asshole, 373, 391, 402, 410
 associacionismo, 183
 astronautas da *Apollo*, 249
 atéticos, fatos, 230, 232, 240
 Ato das Ondas Limpas, 375, 410, 411
 Ato de Defesa da Decência nas Transmissões de Mídia, 370
 Attneave, Fred, 172
 auxiliares, 105
Aventura na Martinica, Uma, 322

Bad acts and guilty minds (Katz), 110, 335
 Barner, David, 200
 Barry, Dave, 192, 223, 439
 Barthes, Roland, 161
 Bates, Elizabeth, 132
 Bayesianas, Redes Causais, 250, 251
 Beatles, 326, 327
 behaviorismo, 150
 Bell, Quentin, 361
 benefactivo, 82, 83
 Benihana, restaurante, 268
 berbere, idioma, 102, 207
 Berra, Yogi, 362
 bíblicos, nomes, 359
 Bierce, Ambrose, 433
 Big Bang, 182, 297, 365
 Biran, Adam, 392, 393
 blasfêmia, 371, 387
blog, 31, 354
blonde, 193
bloody, 374, 384, 385, 391, 409-13
 Bloom, Paul, 201, 217
 Bogosian, Eric, 371
 Bohr, Niels, 377
 Bono, 370, 410
boot (verbo da computação), 351, 352, 423
 Borden, Lizzie, 229
 Boroditsky, Lera, 306, 307
 Boudin, Michael, 282
 Bowerman, Melissa, 55, 308
 Boyd, Richard, 296, 297
boys will be boys, 190, 301
 Brandstetter, Wanda, 449
 Brecht, Bertolt, 90
 Bresnan, Joan, 97
 briga, palavras de, 368
 Brin, Sergey, 191
 Brooks, David, 98
 Brown, Lloyd, 208, 345
 Brown, Penelope, 432, 433, 439, 443, 444, 454, 459
 Brown, Roger, 436, 468
 Bruce, Lenny, 369, 371, 374, 394, 413
 Bryson, Bill, 413
bullshit, 201, 385, 406
 buracos, semelhança cognitiva entre coisas e, 210
 Burgess, Gelett, 353
 Burrridge, Kate, 392, 398
 Bush, George H. W., 31
 Bush, George W., 19, 241, 284, 370, 461
butterfly, 346

Calvin e Haroldo, 29
 câncer, 249, 252, 276, 381; eufemismos para o, 390
 Carey, Susan, 163, 197
 Carlin, George, 33, 34, 370, 375
 Carnot, Sadi, 293, 294, 296
 Carroll, Lewis, 144
 Casasanto, Daniel, 166
 Cash, Johnny, 363
 categorias, 119, 163-4, 184, 189-93, 459; naturais, 324, 330-1, 335, 337, 355; nominais, 325; *ver também* conceitos

causação direta, 89, 90, 103, 265

causalidade: base da física intuitiva, 252, 258-60; como algo cientificamente obsoleto, 260; como transitiva, 249, 250; condições *versus* causas, 247, 248, 251, 258; e a responsabilidade moral, 265-9; enigmas de, 110; Hume sobre a, 179, 183, 243, 244, 245, 251, 265; Kant sobre a, 183, 243; livre-arbítrio *versus*, 183; mecanismos e forças encarados como responsáveis pela, 252; modelo de dinâmica das forças, 254-9, 265-8, 291; na construção locativa, 71, 74; na engenharia, 260, 263; na semântica conceitual, 104, 106, 120, 130, 184, 189, 269, 485; preempção, 249, 250; pressuposição de importância no mundo, 181, 243; superdeterminação, 250; teoria contrafactual da, 245-9, 257, 258, 268, 291; teoria da conjunção constante, 183, 243, 244, 245; teorias probabilísticas da, 250-2; variações linguísticas, 103, 104; *ver também* construção causativa

causativa, construção, 86-95; exemplos idiossincráticos, 94, 99; tipos de causação na, 254; variação de língua para língua, 102, 103, 104

caverna, alegoria platônica da, 487, 488, 490

cérebro: amígdala, 378, 381, 416; áreas da linguagem, 157, 380, 381; cíngulo anterior, 383, 415; córtex pré-frontal, 383; danos ao, 106, 157, 203, 289, 380, 381; espaço representado no, 187, 203, 289; formas de objetos representadas no, 203; gânglios da base, 203, 381, 382, 383, 416; hemisfério direito, 204, 378, 381, 416; hemisfério esquerdo, 157, 204, 378, 380, 381; hipotálamo, 416; neocórtex, 378; no xingamento, 32, 377-86, 414-6; sistema límbico, 378, 381, 383, 415; sistemas “o que” e “onde”, 203; sistemas executores do, 381, 383, 415; tabuísmos e, 33, 377-86; tempo representado no, 288; *ver também* agnosia; afasia; Tourette, síndrome de

certeza e discurso direto, 472

Chagnon, Napoleon, 165

chapéus, 360, 459

Cheney, Dick, 34, 461

Chesterton, G. K., 387

chichewa, idioma, 102

chinês, idioma, 102, 200, 222, 343, 409

Chistes e sua relação com o inconsciente, Os (Freud), 37

Chomsky, Noam, 45, 48, 59, 118, 136, 282, 284

Chua, Amy, 489

Churchill, Winston, 228

ciência: analogias na, 293, 294, 295; comunitarismo na, 493; definições na, 329; evitando o dogmatismo na, 490, 493; ignorância racional na, 479; inglês como língua franca da, 161; metáforas na, 285, 296, 297; moda na, 365; *ver também* evolução; filosofia da ciência; física

círculo fonológico, 155

Clark, Herbert, 443

Cleese, John, 412

Clinton, Bill, 238, 240, 247, 351

Clinton, Hillary, 247, 358

cockney, gíria rimada, 354, 385

cocksucker, 374, 375, 382, 410

código genético, 297

cognição animal *ver* macacos

Cohen, Jonathan, 266

coisa, 105, 109

combinatória, 280, 491

comédia de costumes, 37, 470

Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos (FCC), 370, 371, 410, 424

Complete upmanship, The (Potter), 438

Complexo de Portnoy (Roth), 404

comprimento das saias, 361

computação, 25, 58, 100, 141, 155, 158, 160, 210, 298, 311, 313, 352, 353, 405

computadores, 155, 177, 234, 298, 313, 351, 352

Comrie, Bernard, 218, 225

conativa, construção, 125, 129

conceitos: básicos, 42, 100-6, 112-6, 483-5; efeito holístico, 65, 109, 483; nuances de significado dos, 354, 355; semântica conceitual, 179-89; visão dos pelo Determinismo Lin-

- güístico, 150-77; visão dos pelo Nativismo Extremo, 114-30
- conceitos abstratos: cenários concretos na compreensão dos, 16, 19, 85, 490; metáforas para expressar, 18, 273, 274, 278-80, 286; na língua do pensamento, 100-6, 114-5, 151, 158, 176-7, 184-6, 218, 288-91, 298, 310, 311-2; substantivos contáveis e incontáveis para, 200, 201
- conceitos inatos: Kant sobre os, 184; no Nativismo Extremo, 114-30; visão da tábula rasa comparada aos, 112; *ver também* conceitos abstratos; categorias; conceitos inatos
- conexionismo: Fodor sobre sintaxe e, 121; Kant e, 186; Pragmática Radical associada ao, 132, 147, 148
- conhecimento: *a priori* e *a posteriori*, 336; como posse, 86, 108; conhecimento mútuo, 473-6, 480, 487
- conhecimento *a priori* versus *a posteriori*, 336
- conjunção constante, teoria da causação da, 183, 243-5
- conjunções, 105, 254
- conotação, 28, 32, 36, 347, 377, 378, 406, 408, 412, 420
- consciência, 158, 218, 317, 318
- Conselho de Segurança das Nações Unidas, Resolução 242 do, 450
- constrangimento, 427, 465, 467
- construção anticausativa, 128, 129
- contagem, sistemas de, 165, 167, 168, 494
- contingências, 183, 336; convencionadas, 442; nas ameaças veladas, 468; no humor, 461
- contrafactual da causação, teoria, 246-9, 258, 268, 291
- contrato social, 457
- coprolalia, 382
- cor da pele, palavras para, 139
- coreano, idioma, 102, 158, 159, 440
- cores, palavras para, 135, 139, 379
- corporações, nomes de, 191, 192, 347, 353
- córtex cingulado anterior, 383, 415
- Coventry, Kenny, 217
- Crazy English* (Lederer), 56, 195, 206, 403
- criacionismo, 279, 322, 333, 334
- crianças: aprendizagem da linguagem por, 43-5, 50-8, 100-6, 176; conceitos de objeto e substâncias de, 163; dar nomes a, 26-8, 320-2, 356-67; e o enquadramento egocêntrico, 171; e paradoxos de aprendizagem, 50-68, 119; fonestesia em, 345; metáforas criadas por, 308, 309; substantivos abstratos contáveis e não-contáveis na compreensão de, 200, 201; tabuísmos, aprendizado do uso de, 378, 394, 417
- criptotipo, 59
- Cromwell, Oliver, 388
- culminações *ver* verbos de realização
- cultura *ver* sociedade
- cunt*, 373, 376, 377, 380, 382, 383, 391, 398, 402, 410, 420
- Curtis, Valerie, 350, 363, 392, 393
- damn*, 373, 384, 387, 408, 412, 415, 417
- Darden, Christopher, 372
- Darwin, Charles, 279, 284, 333, 334, 419, 489
- dativa, construção, 76-85; critérios abstratos no uso de, 101; empregos idiossincráticos da, 97; universais e variações na, 102, 103
- dativo preposicionado, 76, 77, 97
- Dawkins, Richard, 285, 295, 296, 361, 448
- debate natureza-educação, 112, 114, 186, 187
- Declaração de Independência dos Estados Unidos, 271
- deficiências, nomes para portadores de, 193, 365
- definições, 116, 123, 124, 324, 329, 335
- Dehaene, Stanislas, 156, 157, 165, 167
- democracia, 368, 369, 419, 464, 489, 490, 494
- Demônio de Laplace, 260
- Dênis, o pimentinha*, 200
- Dennett, Daniel, 113
- denotação, 32, 377
- Dershowitz, Alan, 265
- Descartes, René, 151, 218, 283
- descrições definidas, 325, 326
- Design Inteligente *ver* criacionismo
- designadores rígidos, 328, 331, 334, 335

- Determinismo Lingüístico (hipótese whorfiana), 150-77; argumentos contra o, 175-7; definição, 114; e a distinção contável/incontável, 197; exigências para a demonstração do, 162, 170; sobre as palavras esquimós para a neve, 151-3; versões banais do, 152-4; versões interessantes do, 155-9; versões radicais do, 160-75
- Deus, palavras para, 33, 398, 415
- Dickens, Charles, 134
- Dilbert, 288, 294
- dinamarquês, idioma, 346
- dinâmica das forças, modelo de causação da, 254-9, 266-8, 291
- diplomacia, 38, 427, 449, 450, 451
- Direito, 110, 242, 261, 269, 336, 368-71, 410, 447-9, 457, 458, 479
- discurso interior, 155
- "discussão é guerra", metáfora, 276, 277, 288, 289
- disferismo, 144, 147, 303
- Disraeli, Benjamin, 303
- Divisão Comunitária, 455, 456, 459
- djirbal, idioma, 376
- doações, pedido de, 467, 472
- doença: substâncias repugnantes como vetores de, 393; tabuísmos do domínio da, 372, 376, 390
- dominância, 36, 372, 461, 462, 463; *ver também* Ranking por Autoridade
- dooced*, 341
- Doomesbury*, 228
- dualidade mente—corpo, 127
- Dunbar, Kevin, 316
- Dunker, Karl, 314
- duplo objeto, dativo de (bitransitivo), 76-84, 99, 101-3
- durativos, verbos, 230, 232, 240, 263
- Dworkin, Andrea, 396, 406
- dylke*, 373, 386
- Eames, Charles e Ray, 40
- Édipo, 323
- educação, 108, 112, 114, 115, 186, 228, 278, 320, 365, 405, 443, 494
- eflúvios corporais, tabuísmos para, 391, 392, 393, 398
- egocêntrico, enfoque, 171-3, 213
- Einstein, Albert, 16, 18, 221, 328
- Em busca do tempo perdido* (Proust), 310
- e-mail*, 30, 77
- emoções: conotações de palavras e, 32, 33, 34, 377; e o cérebro, 32, 377, 378, 381, 415; na natureza humana, 486; palavrões associados a emoções negativas, 386, 398; secreções corporais e nojo, 392
- empirismo, 115, 186
- engenharia, 43, 202, 261, 264, 292, 494
- entonação, 434
- epifenômenos, 245
- epítetos *ver* palavrões (tabuísmos)
- esboço visuoespacial, 155
- Escher, M. C., 210
- espaço, 202-18; como meio, 180, 18-8, 217; como referencial cognitivo, 180-2, 189; descontinuidades causais alinhadas a termos espaciais, 216; Determinismo Lingüístico e, 168, 169-75; dimensionalidade do, 181, 207-15; distinções espaciais, 207-8; economia de termos espaciais, 215; em metáforas para o tempo, 18, 221-2, 288, 290, 306-8, 484; finito *versus* infinito, 181-2; imaginação limitada pelo, 180-1, 218; imprecisão na linguagem para o, 202; Kant sobre o, 184, 217, 218; na engenharia, 261, 262; na física, 185, 337; na semântica conceitual, 75, 101, 184, 189, 269, 483, 484; negativo, 209; no Ranking por Autoridade, 459; palavras de forma *versus* palavras de localização, 203, 204; polissemia de termos para, 204, 206; precisão para expressar o, 220; semelhança entre tempo e, 18, 221-3, 275, 288, 306-8, 484; tempo comparado ao, 226, 227; termos corporais para lugar e direção, 212; uso metafórico em outros domínios, 18, 64, 290-1, 296, 306-9;

variação linguística relativa ao, 158, 168-75;
 vocabulário ideal para o, 204, 215
 espanhol, idioma, 79, 102, 158, 207, 346, 380,
 383, 436
 espantelho, 111
 espécie, conceito de, 284, 333, 334, 489
 especificidade de domínio, 187
 especioso, presente, 219, 220, 230
 esquimós, idiomas *ver* idiomas inuit
 essências, 223, 333
 estados: aspecto (*Aktionsart*), 229; como involuntários, 241; efeito de mudança de estado, 66, 70, 71; espaço-estado, 64, 66, 69; no mentais, 105, 482
 estatístico, pensamento, 109
 estrela da manhã, 323, 325, 332, 337
 estrela da tarde, 323, 325, 332, 337
 etimologia, 30, 339, 341, 346, 362, 404, 414
 eufemismo: e a Pragmática Radical, 144, 145, 149; moedor de carne do eufemismo, 364; no discurso das indiretas, 426; no tratamento, 437; para tabuísmos, 385, 390, 398, 399
events [acontecimentos]: a mente que empacota sua experiência na forma de, 16, 482; causação, elementos da, 257; definição, 16; na língua do pensamento, 104; nomeabilidade de, 355; número de acontecimentos no 11 de Setembro, 13-7, 185, 202; ordem de, 159, 219
 Everett, Daniel, 166
 evidências negativas, 56
 evolução: compreensão tênue da, 489; da Divisão Comunitária, 455; da Igualdade Paritária, 462; das emoções sexuais, 394, 395; do nojo, 392, 393; do raciocínio sobre conceitos abstratos, 279; do Ranking por Autoridade, 458; e conceitos de espécies, 333, 334; Nativismo Extremo e, 117, 118, 119; palavrão catártico, raízes do, 416; Projeto Steve e, 321; reprodução seletiva como analogia para a, 293; *ver também* criacionismo
 exceções negativas, 58
 excreção: carga emocional das palavras para, 32, 33, 392, 393; expletivos, 410-4; moedor de

carne do eufemismo nos termos para, 364; nas sete palavras que não podem ser ditas na televisão, 372; tabuísmos tirados do domínio da, 372, 376, 391, 392, 393; *ver também* palavrões (tabuísmos)

Extremo, Nativismo *ver* Nativismo Extremo

face *ver* aparências

factivos, verbos, 21, 22, 492

Fallon, April, 392

Fargo, 36, 427, 452

fax, 77, 121

Feiler, Bruce, 452, 453, 466

Feynman, Richard, 260

fezes, 90, 377, 382, 392, 393, 398, 399

Fields, W. C., 146

Fillmore, Charles, 48

filosofia: da causalidade, 180-5, 243-50; da ciência, 44, 243, 260, 296, 297; da linguagem, 427-32; do significado, 115, 118-9, 323-38; dos nomes, 323-38; e Determinismo Lingüístico, 161; epistemologia, 21, 474-5; moral, 264-7; ocidental, 283-6

Finkelstein, Norman, 265

física: e espaço, 181, 182, 186, 337; e tempo, 182; intuitiva, 71, 81, 252, 258, 259, 260; newtoniana, 259, 260; quântica, 117, 260; relatividade, 221, 260

Fiske, Alan, 454, 463, 466

Fixação de Preços de Mercado, 463, 464

Flying Circus (Monty Python), 30

flyting (concurso de insultos), 401

Fodor, Jerry, 112-25

fofoca, 463, 471

fonestesia, 343-6, 353, 363-4

Foot, Philippa, 266

força: "enquadramentos atropelam os fatos", 298-9; capacidade mental de alternar entre referenciais, 17, 42, 59-62, 69, 70, 78, 88; cooptação para o raciocínio em outros domínios, 185, 257, 291, 296; e o Determinismo Lingüístico, 152-3; metáfora no, 280-2; na classificação das construções locativas, 71-4;

- na distinção entre construções verbais, 71, 80, 100; na semântica conceitual, 71, 75, 81, 101, 107, 280; no debate político, 17, 298-300, 490; no Ranking por Autoridade, 458
- Foreman, George, 362
- forma, representação da, 208, 210, 211, 212, 219
- formas de tratamento, 436-8
- formas irregulares: aprendizado, 56, 57; origem das, 121
- francês, idioma, 43, 139, 143, 177, 196, 293, 346, 376, 386, 418, 436, 453; de Québec, 376
- Frankfurt, Harry, 391
- Franklin, Benjamin, 134, 218, 359
- Freud, Sigmund, 37
- Friedman, Kinky, 375
- Frost, Robert, 302
- frustração-agressão, hipótese da, 416
- fuck*, 339, 373, 382-6, 394, 398, 400, 402-8, 412, 414-5, 417, 419, 422-4
- Fuck Patois, 409
- futuro, 220, 224, 226, 485
- futuro perfeito, tempo verbal, 225
- futuro, tempo verbal, 224, 225, 227
- gafe, 439
- Gallistel, C. R., 174
- Gamow, George, 165
- gânglios da base, 203, 381, 382, 383, 416
- Garfield, James, 110, 268
- Garrod, Simon, 217
- Geldof, Bob, 362
- gênero: de nomes próprios, 359, 363; gramatical, 105, 130, 348, 429
- Gentner, Dedre, 122, 293, 294
- geometria euclidiana, 209, 337
- gerrymander*, 31, 122, 354
- Geschwind, Norman, 381
- gestáltica, inversão: construção causativa e, 88; construção dativa e, 78; construção locativa e, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 70
- Gibson, Mel, 27
- Gick, Mary, 314
- Gigerenzer, Gerd, 478
- Gilman, Albert, 436
- gíria, 81, 156, 177, 354, 364, 385, 405, 409, 434
- Gladwell, Malcolm, 367
- Gleason, Jean Berko, 55
- Gleason, Ralph J., 371
- Gleitman, Lila, 172, 174, 175
- Glucksberg, Samuel, 286
- Goffman, Erving, 418, 419, 432, 459, 471
- going to*, 227
- goldwynismos, 276
- Google, 124, 191
- Gordon, Peter, 162, 164
- Gorman, James, 434
- Gould, Stephen Jay, 321, 322
- gramática: Gramática Universal, 45, 284; no aprendizado da língua, 43-8; *ver também* sintaxe
- Gramática de Casos, 48
- gramaticalidade, 43, 49, 97, 98
- gravidade, referencial baseado na, 170, 213
- Greene, Joshua, 266
- grego, idioma, 102, 158, 205, 229, 273, 347, 353, 362, 365
- Gregory, Dick, 47
- Grice, Paul, 428-33, 446, 473, 478
- Griffiths, Rachel, 362
- grito de reação, 417-9
- Gropen, Jess, 55, 68, 77, 87
- Gruber, Jeffrey, 290
- grue*, 119
- Guiteau, Charles J., 110, 268
- Hailé Selassié, 438
- Hair* (musical), 370, 397
- Hall, Rich, 348
- Harlow, Ray, 177
- Harris, Judith Rich, 423
- Harry e Sally*—*Feitos um para o outro*, 27
- Hauser, Marc, 164, 253, 266, 279
- Hearst, Patty, 268
- hebraico, idioma, 104, 115, 121, 167, 329, 346, 362, 440
- Heidegger, Martin, 161

- hemisfério direito do cérebro, 204, 378, 381, 416
- Hill, Anita, 38
- hiperônimos, 145, 146, 193, 199
- hipocrisia, 34, 376, 395, 417, 426, 455, 471, 487
- Hobbes, Thomas, 178
- holandês, idioma, 170, 206, 346
- holístico, efeito, 62, 63, 65, 66, 103, 212
- Holyoak, Keith, 314
- homens: diferença em relação às mulheres com respeito ao sexo, 395, 396; nomes de meninos, 26-8, 320-2, 362-3; palavras entre os, 400; *ver também* diferenças sexuais; mulheres
- Homens são de Marte, mulheres são de Vênus* (Gray), 109
- homofonia, 132
- homonímia, 132, 133
- honra, cultura da, 441
- Hora do rush*, A, 376
- Hovav, Malka Rappaport, 59
- Huckleberry Finn* (Twain), 374
- Hughes, Geoffrey, 373, 386, 391
- Hume, David, 179, 183, 243, 244, 245, 250, 251, 265
- humor, 461, 462
- húngaro, idioma, 102, 167
- ianomâmis, 165
- iconicidade na gramática, 104, 404
- Idle, Eric, 370, 424
- igbo, idioma, 102, 103
- ignorância racional, 428, 477, 479
- Igualdade Paritária, 462, 463, 464
- iídiche, idioma, 81, 150, 196, 246, 348, 390, 401, 404, 418
- ilusão rosto-vaso, 60
- imagens mentais, 155, 180, 181, 202, 484
- imaginação *ver* imagens mentais
- imperfectivo, aspecto, 234, 235
- ímpeto, teoria da física do, 260
- implicatura: convencionada, 413; conversacional, 430-2, 441-3, 445, 447, 449, 452-3, 460-2, 466-8
- Importância de ser honesto*, A (Wilde), 147
- in*, 158, 206, 212, 215, 216, 217, 484
- indecência, 369, 371, 410
- indexadores, 324
- indiretas, discurso das: caráter vago da construção das, 449, 450, 451; exemplos do, 36, 37, 426, 427; na diplomacia, 38, 449, 450, 451; *ver também* implicatura conversacional; polidez
- indonésio, idioma, 102
- indução, 44, 45, 58, 119
- inglês, idioma: americano *versus* britânico, 142, 196; como língua franca da ciência, 161; efeito “pensar para falar” no, 158, 159; palavras anglo-saxônicas, 33, 143, 399; palavras para formas no, 203, 204; preposições espaciais no, 204, 206, 207; pronomes de segunda pessoa no, 436; tempo verbal no, 220, 223-36; termos corporais para lugares e direção na, 213; termos espaciais no, 172-5; termos para sexualidade em, 398, 399
- inglídiche, 145
- Instinto da linguagem*, O (Pinker), 151
- inteligência artificial, 133, 146, 211, 250, 310, 313
- inteligência, evolução da, 280, 490-4
- intermediários, 463, 489
- internet, 16, 34, 35, 85, 97, 191, 261, 266, 341, 351, 354, 355, 430, 491
- inuit, idioma, 152
- involuntariedade, 241, 393
- irrealis*, 227
- italiano, idioma, 195, 229, 237, 346, 382, 383
- iterativos, verbos, 231, 232
- Ivanhoé* (Scott), 143
- Jackendoff, Ray, 64, 158, 290, 302
- James, William, 131, 183, 219
- japonês, idioma, 102, 115, 376, 377, 383
- jargão, 25, 117, 120, 348
- Javé*, 33
- Jeziorski, Michael, 294
- Jillete, Penn, 362
- Jogo da Coordenação, 472
- Johnson & Johnson, 451
- Johnson, Lyndon, 422

- Johnson, Mark, 221, 276, 283, 285
 Johnson, Samuel, 433, 462
 Juan Carlos, rei da Espanha, 438
 judeus, 27, 33, 34, 94, 202, 375, 420; *ver também*
 hebraico, idioma; iídiche, idioma
 juramentos, 387, 388, 389
 “juridiquês”, 430
- Kahan, Marcy, 28
 Kahneman, Daniel, 153, 280, 282, 299
 Kant, Immanuel, 183-9, 217-9, 243, 261, 269,
 283, 336
 Katz, Leo, 110, 249, 335
 Kawamoto, Alan, 148
 Kemmerer, David, 106, 289
 Kennedy, John F., 21, 247, 249, 250, 260, 360, 422
 Keysar, Boaz, 286
 Klein Devrah, 140Korff, Baruch, 276
 kill, 93, 120
 Kim Jong Il, 438
 Kipling, Rudyard, 145
 Kitcher, Patricia, 186
 Krebs, John, 448
 Kripke, Saul, 326, 328, 335, 336, 337
 Krushev, Nikita, 247
- Lakoff, George, 221-2, 276, 278, 280, 282-90,
 292, 296, 298-9, 301-4, 409
 Lambek, John, 195
 Langan, Michael, 450
 Larkin, Philip, 423
Law & Order, 267, 269
 Lederer, Richard, 56, 195, 206, 212, 232, 233,
 340, 403
 Lee, Peggy, 145
 Lehrer, Tom, 147, 397
 Leibniz, Gottfried Wilhelm, 115, 357
 lembrança, 310, 311, 312
 Levin, Beth, 46, 59, 125
 Levinson, Stephen, 168, 169, 170, 174, 207, 432,
 433, 435, 439, 443, 444, 454, 459
 Levítico, 302, 370
 Lewis, C. S., 399
- Lewis, David, 248
 Lexicon Branding, 353
 Li, Peggy, 173
 liberdade de expressão, 34, 368, 369, 370, 419,
 449, 469
 Liebersson, Stanley, 358, 359, 361, 363
liffs, 349, 353
 Lillie, Beatrice, 65
 limbico, sistema, 378, 381, 383, 415, 416
 língua: como janela para a natureza humana,
 176, 481-6; como meio digital, 207, 269, 317,
 471, 481; componentes da, 46; concretude
 da, 19; em expansão, 177; para o raciocínio,
 177; perfeita, 215; poder combinatório da,
 491, 492; *ver também* aprendizado da língua;
 semântica; sintaxe
 Língua Americana de Sinais, 383
 linguagem do pensamento, 17, 100-6, 151
 línguas *ver* Língua Americana de Sinais, árabe,
 aimará, berbere, chichewa, chinês, tcheco,
 dinamarquês, djirbal, holandês, inglês, fran-
 cês, alemão, grego, hebraico, húngaro, igbo,
 indonésio, inuit, italiano, japonês, coreano,
 papuásio, português, francês de Québec,
 russo, shona, espanhol, tâmil, tlingit, turco,
 tzeltal, tzotzil, iídiche, yupik
- Linguística Cognitiva, 283
literally, 276
 livre-arbítrio, 70, 90, 95, 183, 227, 257, 264
 Lloyd, John, 349
 locativa de contato, construção, 127, 128, 129,
 404
 locativa de recipiente e locativa de conteúdo,
 construção, 50-1, 60-1, 66-8, 75, 99, 102, 124
 locativa, construção, 50-5, 68, 70-4; paradoxo da
 aprendibilidade, 51-6; teoria da inversão ges-
 táltica da, 58-68; universais e variações, 102;
 usos idiossincráticos da, 99
 locativo, regra do, 60, 61, 124
 Locke, John, 283
 “Logic and conversation” (Grice), 428
 lógica, 184, 428
 “Love me two times” (Doors), 233

- macacos, 164, 165, 253, 279
- MacKay, Don, 380
- Madison (nome), 357, 359, 366
- mágica das palavras, 33, 34, 338, 377, 392, 489
- mágica, preservação da, 472
- Mágico de Oz*, O, 236
- Magritte, René, 210
- Mailer, Norman, 421
- mais-que-perfeito (tempo verbal), 224, 225
- Maledicta: The International Journal of Verbal Aggression*, 377
- malefactivo, 83
- man*, 145
- Manetos, Miltos, 353
- marcas (de produtos e empresas), 192, 346, 347, 364, 380
- Marcus, Ruth Barcan, 326
- Maré vermelha*, 460
- Marr, David, 210
- Marvin* (quadrinhos), 54
- Marx, Chico, 153
- Marx, Groucho, 134, 208, 220, 325, 396
- matar, 93, 266
- matemática: aritmética mental, 155, 156, 157; definições na, 324; geometria, 217, 337; topologia, 207; *ver também* número (quantidade)
- matéria: contínua *versus* isolada, 18, 483; espalhada no espaço, 218; substantivos contáveis *versus* incontáveis para a, 144, 194-201
- máximas conversacionais, 429, 446, 447
- McCartney, Paul, 325, 326, 327, 337
- McCawley, James D., 409
- McClelland, James, 148
- McCorduck, Pamela, 146
- McGinn, Colin, 338
- mecânica quântica, 107, 260
- memória: de trabalho, 155; lembrança, 310, 311, 312; mnemônica, 156, 157; na compreensão da língua, 97; para formato *versus* essência, 176; para o sentido lexical, 100, 101; semelhança na, 100, 101, 344
- Mencken, H. L., 394
- menstruação, tabuísmos e, 391, 393
- “mentais” *ver* língua do pensamento
- metáforas: como essenciais para explicar a relação entre pensamento e linguagem, 317; conceitos abstratos expressos nas, 18, 273-4, 278-80, 286; em neologismos, 341, 347; espaço para o tempo, 18, 221, 222, 289-90, 306-8; importância das, 278-82; mistas, 275; mortas, 147, 442; onipresença das, 64, 271-6, 316; termos corporais para lugares e direções, 212; *ver também* metáforas conceituais; metáforas literárias
- metáforas conceituais: como caminho para sair da caverna, 490; cunhagem e apreensão, 306-15; de comunhão, 455; estrato subjacente do pensamento de, 286-97, 316; importância das, 278-82; interpretação realista das, 298; metáforas literárias comparadas às, 277, 302; na ciência, 285, 296-7; obscuras para os falantes atuais, 277, 286; questionamento e desconto, 287, 298, 299, 300; teoria das por Lakoff, 282-9; verbos para o sexo nas, 405
- metáforas literárias, 144, 147, 301-4; metáfora conceitual comparada à, 277, 301-2
- Metáforas da vida cotidiana* (Lakoff e Johnson), 283
- metáforas gerativas *ver* metáforas conceituais
- Metcalfe, Alan, 352-4, 365
- metonímia, 136, 145, 146, 273, 347
- Michelangelo, 124, 125
- Michotte, Albert, 253
- microclasses semânticas, 71, 95, 100-4, 129, 137, 143, 403
- Miller, Jonathan, 193, 301
- minorias: afro-americanos, 34, 365, 376, 420; e intermediários, 489; epítetos para, 145, 375, 386, 420; judeus, 33, 193, 301, 375, 420; substantivos para, 365
- moda: em chapéus, 360; na ciência, 365; na língua, 364; no comprimento das saias, 361; nos nomes próprios, 27, 322, 357, 361, 366; *status* e ciclos da, 361
- Monroe, Marilyn, 139, 358
- Montagu, Ashley, 402

- Monty* (quadrinhos), 131, 213, 231
Monty Python, 30, 390, 424
 moralidade: categorias kantianas e, 189; causalidade e, 93, 243, 265, 266, 267; intencionalidade e responsabilidade, 89, 93, 94, 242, 264-9, 485
 morfemas, 104, 121, 204, 340, 342, 385
 morfologia, 121, 322
 Morrison, Philip e Phyllis, 40
 morte, tabuísmos do domínio da, 372, 376
motherfucker, 373, 382, 398, 410
 mulheres: diferenças em relação aos homens com respeito ao sexo, 109, 396; e homens nas conversas, 461; Ms., 348; nomes de meninas, 28, 357, 359, 363; termos misóginos para, 145, 193, 375, 391; *ver também* sexuais, diferenças
 mundos possíveis, 14, 246-8, 253, 258, 328, 336
 mundurucus, 167, 168
 Murphy, Gregory, 140
 mutualismo, 455
My fair lady, 374, 458

 Nabokov, Vladimir, 147, 304
Nada de novo no front, 134
 Nativismo Extremo, 114-30; definição, 113; Kant e, 186; Pragmática Radical e Determinismo Lingüístico incompatíveis com o, 178; *versus* biologia evolutiva, 117-9
 necessidade, 336, 337
 negabilidade plausível, 428, 443, 446, 453, 469
 Negatividade Ligada ao Erro, 415
 neocórtex, 378
 neologismos, 29, 30, 31, 153, 274, 355, 365; métodos de formação de, 339-47
 neve, palavras esquimós para a, 398
New York Times, *The*, 98, 141, 375, 391
 Newell, Allen, 313
 newtoniana, física, 259, 260
 Nietzsche, Friedrich, 161
nigger, 34, 373, 374, 376, 382, 386, 420
 Nisbett, Richard, 441
 nojo, 144, 211, 392, 393, 398
 nomes próprios, 27-8, 320-2, 356-67, 438; ciclos da moda para, 26-7, 322, 356-61, 366; dando nomes a crianças, 26-8, 320-2, 356-67; semântica dos, 22-6, 191, 323-8; significado dos, 24, 26, 324-8
 nomes próprios andróginos, 363
 número (gramatical), 220
 número (quantidade), 156, 164-8, 483
 Nunberg, Geoffrey, 132, 411
Nus e os mortos, Os (Mailer), 421
 Nyhan, David, 396

 objetividade, 284, 285, 286, 317
 objetivos, 107, 240-2, 269, 482
 objetos diretos, 46, 62, 63, 76
 objetos indiretos, 46-8, 50, 76
 obscenidade *ver* palavras (tabuísmos)
 observador em movimento e tempo em movimento, metáforas do, 221, 222, 272
Oh-Shit Wave, 415
on, 158, 204, 206, 212, 215, 484
 onomatopéia, 342, 343, 345, 418
 11 de Setembro: 13-9, 61, 90, 185
 Orwell, George, 298
 Ose, Doug, 410

 Page, Larry, 191
paint, 51, 66, 123, 124, 125, 254, 280
 palavras (tabuísmos): carga emocional dos, 32, 33, 386, 398; catárticos, 373, 415-9; como universais, 373-7; dessensibilização de, 374-5; diferentes modos de dizer, 398-19; em voz alta, 380; feminismo e, 396; gânglios da base e, 381, 382, 383; jurar “sobre” e “por”, 388; mudanças históricas nos, 373, 375, 376, 415; na afasia, 381; obscenidades truncadas, 384; perseguição dos, 370; prós e contras dos, 419-23; religiosos, 376, 387-90, 408; semântica dos, 386-96; sexuais, 394-6; significado de profanidade, 387; sintaxe dos, 33, 196, 402-14; *ver também* tabuísmos
 Papafragou, Anna, 173-4
 papuásio, idioma, 346
 Paradoxo do Contrato Pré-Nupcial, 458